



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**REGINA CLÁUDIA OLIVEIRA DA SILVA**

**A AÇÃO EDUCACIONAL E O LEGADO CULTURAL DE GUSTAVO BARROSO**  
**PARA A MODERNA MUSEOLOGIA BRASILEIRA**

**FORTALEZA**

**2014**

REGINA CLÁUDIA OLIVEIRA DA SILVA

A AÇÃO EDUCACIONAL E O LEGADO CULTURAL DE GUSTAVO BARROSO  
PARA A MODERNA MUSEOLOGIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História e Memória da Educação.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

S583p

Silva, Regina Cláudia Oliveira da.

A ação educacional e o legado cultural de Gustavo Barroso para a moderna museologia brasileira / Regina Cláudia Oliveira da Silva. – 2014.

308 f. : il., enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: História e memória da educação.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

1.Barroso,Gustavo,1888-1959 – Contribuições em Museologia. 2.Museus – Aspectos educacionais – Brasil. 3.Museu Histórico Nacional(Brasil). I. Título.

---

CDD 069.150981

REGINA CLÁUDIA OLIVEIRA DA SILVA

A AÇÃO EDUCACIONAL E O LEGADO CULTURAL DE GUSTAVO BARROSO  
PARA A MODERNA MUSEOLOGIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História e Memória da Educação.

Aprovada em: 23 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. José Álbio Moreira de Sales  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

Graças a Deus, a Nossa Senhora das Graças e a São Bento eu conclui essa pesquisa.

À memória de meus pais, Mário Nogueira da Silva e Adalgisa Oliveira da Silva, pelo incentivo constante ao estudo, única herança permanente.

Três pessoas foram fundamentais nessa jornada: Nair de Moraes Carvalho, Rosângela Bandeira e Ivan Coelho de Sá. Não tenho adjetivos que possam expressar a minha gratidão nessa década de convivência e compartilhamento de ideias e afeto.

Aos amigos do Colégio Militar de Fortaleza, especialmente ao Ten Cel Góis, pelo apoio e incentivo devotados, pela flexibilidade com meus horários, pela amizade. Também muito agradeço aos chefes superiores, pela compreensão em relação aos imperativos de um curso de doutorado, das viagens para pesquisa e das necessidades de disponibilidade de tempo. Ainda, agradeço à amiga e supervisora Francisca Soares Reis pelo imensurável apoio, à querida amiga incentivadora, professora Valéria Maria Cavalcanti Tavares, à amiga Fátima Lima, pelas muitas conversas sobre “outras” coisas, para desopilar. Enfim, àqueles que estiveram comigo na dura rotina de fazer uma pós-graduação e trabalhar ao mesmo tempo: Cap Pires (aqui na FACED, Janote), que me trouxe para esse curso; Maj Jean Cid, sempre me deixando de fora das escalas de fiscalização de provas; Cristiane Reis; por assistir às reuniões em que eu deveria estar presente, para me repassar as informações depois; Ten Dielle, minha substituta eventual; e todos os colegas professores do 6º ano e do 7º ano, com os quais convivo diariamente. Ainda do CMF, quero agradecer imensamente ao amigo-irmão Luciano Klein, por tudo que sempre faz por mim, o que não caberia citar no espaço destinado aos agradecimentos.

Aos amigos e professores do NHIME, especialmente ao professor Rui Martinho Rodrigues, o mais completo intelectual com quem tenho a honra de conviver, sempre solícito, que me acolheu em seu grupo de estudos, sempre presente quando precisamos. Gratíssima, caríssimo professor. Também ao amigo orientador desse trabalho, pela confiança, pelo incentivo e pela paciência: professor Ari Andrade, muito obrigada por tudo. Por fim, aos professores que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa. Sou muito grata pelos ensinamentos.

Finalmente, à minha família, pelo firme apoio e amor incondicional: especialmente meu esposo Carlos Henrique, minha irmã Miranice, minha sobrinha Ana Carolina e minha prima-irmã Nadja. Não posso deixar de citar as minhas pessoinhas “dogais” que me fizeram companhia permanente na escrita dessa narrativa: Luke e Mito.

## RESUMO

As discussões nessa narrativa tratam-se da ação educacional e do legado cultural de Gustavo Barroso para a Moderna Museologia Brasileira. Vincula-se ao grande tema da história e memória da educação brasileira, especialmente à história e memória das instituições escolares e culturais. A pesquisa busca a compreensão e interpretação da ação social do sujeito Gustavo Barroso, nas distintas matérias da Museologia no Brasil, por meio de sua ação educacional, a partir, nomeadamente, da tríade Museu Histórico Nacional (1922), Curso de Museus (1932) e Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), bem como de seu debate sobre folclore sertanejo, principalmente cearense, vinculado à sua proposta de museu ergológico (1944). Utilizamos o conceito de modernidade sustentado nas apreciações de Max Weber a respeito do tema. Na pesquisa recorreram-se a documentos institucionais, à revisão bibliográfica de outros trabalhos sobre o assunto e à entrevista de ex-alunos do Curso de Museus, em que se buscava saber sobre suas memórias (Ricoeur) no tocante ao Curso de Museus e à sua experiência de convivência e/ou trabalho no MHN. O objetivo fundamental é apresentar uma interpretação falseável (Popper) de que Gustavo Barroso, a partir da tríade retrocitada, contribuiu para a preservação da memória nacional, na medida em que iniciou uma cultura de preocupação do poder público com nossa história educacional e nosso patrimônio cultural, ou seja, instalou-se uma nova concepção de Museologia no Brasil, justificadora de sua própria visão de história e conservadorismo. A fundação do MHN foi em 1922, ano emblemático para a História do Brasil, marcado por diversos acontecimentos políticos e culturais, ano que também correspondia ao centenário da Independência do Brasil, em que se vivia grande crise de popularidade e aceitação do governo de Epitácio Pessoa. O MHN resultou em um libelo nacionalista e ufanista, necessário para clamar ao povo o amor pela nação e a salvaguarda das relíquias das elites imperiais na jovem república, já na condição de república velha. Concluiu-se que o projeto museológico de Gustavo Barroso teve imensurável contribuição para a formação de uma museologia moderna no Brasil, porque inaugurou um museu exclusivamente histórico, o primeiro curso de museus e ainda a primeira instituição de salvaguarda do patrimônio do país, de caráter nacional, ligada à administração federal.

**Palavras chave:** Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Curso de Museus. Educação. Museologia.

## ABSTRACT

The discussions in this narrative treat themselves of educational activities and cultural legacy of Gustavo Barroso to modern Brazilian Museology. Binds to the great theme of history and memory of Brazilian education, especially the history and memory of the educational and cultural institutions. The research seeks to understand and interpret the social action of the subject Gustavo Barroso, in different materials of Museology in Brazil, through its educational action, from, in particular, the triad Historical Museum (1922), Course of Museums (1932) Provincial and National (1934) Monuments, as well as its discussion of backcountry folklore, mostly Ceará, bound by his tender for ergological (1944) museum. The concept of modernity in this thesis sustained by the findings of Max Weber on the subject. The research focused resorted to institutional documents, the literature review of other studies on the subject and interview former students of Museums, in which he sought to know about their memories (Ricoeur) regarding the course and its Museums experience living and / or working in MHN. The fundamental objective is to present an interpretation falsifiable (Popper) that Gustavo Barroso, from the retrocitada triad contributed to the preservation of national memory, in that it has initiated a culture of concern by the government in our educational history and our cultural heritage a new conception of Museology in Brazil, justifying his own view of history and conservatism, ie settled. The foundation of the MHN was in 1922 banner year for the History of Brazil, marked by various political and cultural events, the year which also corresponded to the centenary of the Independence of Brazil, who lived in great crisis of popularity and acceptance of government Epitácio Pessoa. The MHN resulted in a nationalist and vainglorious libel, needed to cry unto the people's love for the nation and safeguard the relics of the imperial elites in the young republic has provided Old Republic. It was concluded that the museum project Gustavo Barroso had immeasurable contribution to the formation of modern museology in Brazil, because it opened an exclusively historical museum, the first course of museums and also the first institution to safeguard the heritage of the country, the national character linked to the federal administration.

**Keywords:** Gustavo Barroso. National History Museum. Travel Museums. Education. Museology.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	O CONSTRUTO DE UM BRASIL MODERNO.....	30
2.1	Modernidade à brasileira.....	36
2.2	Museologia no Brasil.....	45
2.3	Historicidade de uma época: o centenário da Independência do Brasil, a questão nacional e a capital da República.....	46
3	O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – 1922-1959.....	53
3.1	1911 – A ideia da criação de um Museu Histórico Militar.....	53
3.2	1912 – O “Culto da Saudade”: síntese biográfica.....	55
3.3	O “Culto da Saudade”: o artigo de 1912.....	78
3.4	1922 – A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.....	82
3.5	A criação do Museu Histórico Nacional e o comando de Gustavo Barroso até 1959.....	87
4	A INSPETORIA NACIONAL DE MONUMENTOS – 1934 -1937	94
4.1	O advento da Inspetoria de Monumentos Nacionais: uma interpretação autobiográfica.....	96
4.2	Do “relicário arquitetural” .....	98
4.3	“Primitiva, humilde e gratuita Inspetoria”.....	102
5.	O CURSO DE MUSEUS – 1932 -1959.....	114
5.1	História e Museologia.....	114
5.2	Sobre Museu, Museografia, Museologia e outros conceitos.....	119
5.3	Os primeiros cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.....	129
5.4	O Curso de Museus previsto no Decreto de criação do MHN.....	135
5.5	O Curso de Museus criado durante o afastamento de Gustavo Barroso.....	138
5.6	O professor Gustavo Barroso a partir do olhar de alguns alunos.....	140
5.6.1	Considerações sobre “memória”.....	144



5.6.2	Diálogos: percepções de ex-alunos sobre o professor Gustavo Barroso.....	149
5.6.3	A prova oral.....	178
5.6.4	As excursões de término de curso.....	181
5.7	A cadeira Técnicas de Museus e seus livros-base.....	183
5.8	Museus e educação na visão de alguns conservadores formados no Curso de Museus do MHN.....	197
6.	MUSEOLOGIA E FOLCLORE, UM ADENDO À TRÍADE DO LEGADO DE GUSTAVO BARROSO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL.....	207
6.1	O discurso de Gustavo Barroso sobre folclore sertanejo.....	210
6.2	A ideia de criação de um museu ergológico por Gustavo Barroso.....	229
7.	CONCLUSÃO.....	233
	REFERÊNCIAS.....	236
	ANEXOS.....	247



## 1. INTRODUÇÃO

A matéria dessa tese insere-se no grande tema da história e memória da educação brasileira. Pesquisamos sobre a ação educacional de Gustavo Barroso em diversas vertentes da Museologia no Brasil, a partir, principalmente, da tríade Museu Histórico Nacional (1922), Curso de Museus (1932) e Inspetoria de Monumentos (1934).

O recorte temporal inicia-se em 1911, quando houve a publicação dos primeiros artigos de jornal, em que Gustavo Barroso assinava com o pseudônimo “João do Norte”, e fazia referência à necessidade da criação de um museu histórico no Brasil, defendendo a tese do “culto da saudade”, e se encerra em 1959, ano de sua morte.

Como diretor do MHN, conduziu o Curso de Museus enquanto viveu, tendo sido responsável pela formação de museólogos e conservadores por pelo menos três décadas. Sua obra ainda influenciou, por no mínimo mais uma década, a formação de demais profissionais na área, uma vez que continuou a ser difundida no currículo do curso.

Esse conjunto de atividades de caráter educacional muito contribuiu para a história da educação brasileira. Ainda, como um adendo à tríade em que sustentamos essa tese, há a sua iniciativa de propor a criação de um museu ergológico, isto é, um museu de folclore. Seus estudos sobre o tema eram muito extensos, os quais estão registrados nos diversos livros que publicou. Assim, consideramos pertinente citar a sugestão da criação de um museu sobre folclore brasileiro, proposto inicialmente nos Anais do MHN de 1942, que ilustra o caráter permanente de sua preocupação com a memória nacional, fazendo parte de seu legado educacional, demonstrando que durante toda a sua ação à frente do MHN, esteve envolvido com projetos e estudos voltados para a preservação dessa memória.

No Brasil, o advento dos museus antecede ao aparecimento das universidades. Posteriormente às observações científicas e apontamentos iconográficos originados pelos cientistas e artistas trazidos por Maurício de Nassau, que consistiram na fundação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do

Palácio de Vrijburg<sup>1</sup>, no efêmero momento da ascendência holandesa em Pernambuco<sup>2</sup>, em meados do século XVII, tivemos vários hiatos entre o aparecimento de uma ou outra instituição, mas nenhuma com caráter eminentemente histórico, como o Museu Histórico Nacional, fundado apenas em 1922, ano simbólico da jovem e titubeante república, hoje denominada República Velha.

Trigueiros, aluno do Curso de Museus do MHN, “discípulo” de Gustavo Barroso<sup>3</sup>, comenta:

Entre nós, o primeiro documento que revela a preocupação de proteger os monumentos históricos é a carta do Vice-Rei do Brasil, Conde das Galvêas<sup>4</sup>, datada de 5 de abril de 1742 e dirigida ao Governador de Pernambuco, em resposta a uma sugestão feita por este, para que destinasse o Palácio construído pelo Conde de Nassau, em Recife, ao uso dos soldados. Nessa carta o Conde das Galvêas lamenta que se acabasse por destruir por falta de cuidado da soldadesca que o habitasse, monumento de tão grande importância, revelando, já naquela época, pontos de vista idênticos aos que hoje são firmados por todos que se propõem a defender o nosso patrimônio histórico (TRIGUEIROS, 1958, p. 45).

Após a experiência holandesa, o arquétipo colonial que mais perto esteve de uma instituição museológica pode ser reconhecido no Museu de História Natural, criado por D. Luis de Vasconcellos<sup>5</sup>, Vice-Rei do Brasil, de 1779-1790. Tal empreendimento refletiu, em seu momento histórico, as sensíveis inspirações do Iluminismo europeu que arrebatavam a elite letrada e que proporcionaram, nas últimas décadas do século das luzes, um determinado

---

<sup>1</sup> Quando ainda residia no terreiro dos coqueiros, em casa que pertencia a um abastado português, Maurício de Nassau já idealizava construir um grande palácio com linhas arquitetônicas inspiradas na arquitetura europeia, notadamente holandesa. Assim, nas restrinjas da Cidade Maurícia, fora construído o Palácio *Vrijburg*, onde Nassau passou a residir. A construção era contornada por um jardim, ocupado por plantas e animais, denominado Jardim do Conde. O palácio era também o local de onde Nassau governava: ali ele despachava, recebia seus colaboradores e amigos, como o frei Manuel Calado. Além do nome oficial, o edifício ficou popularmente conhecido como Palácio das Torres. Numa dessas torres, fora montado um observatório astronômico, a partir do qual Jorge Marcgrave podia olhar atentamente o céu do hemisfério Sul. Com a saída dos holandeses do Brasil, o palácio foi desprezado e junto a ele teria sido instalado o Erário Público (MELLO, 2010).

<sup>2</sup> Referimo-nos ao domínio holandês, ocorrido de 1630 a 1654, predominantemente na zona açucareira pernambucana. Mais detalhes em Mello (2010).

<sup>3</sup> Em entrevista a nós concedida, assim se denominou Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Referimo-nos ao 4º conde de Galvêas, André de Melo e Castro (1668-1753). Destacado embaixador do governo de D. João V, fora designado governador e capitão-general das Minas em 1732. Quatro anos depois, foi nomeado vice-rei do Brasil, função que ocupou até 1749.

<sup>5</sup> D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809), 12º Vice-Rei do Brasil. “D. Luís muito fez pela cidade do Rio de Janeiro, capital do Vice-Reinado. Sob sua administração, a cidade passou por importantes obras urbanísticas, como o aterro da Lagoa do Boqueirão para dar origem ao passeio público, primeira área de lazer do Rio de Janeiro, e a reforma do antigo Largo do Paço, que incluiu a instalação do Chafariz da Pirâmide, projeto de Mestre Valentim da Fonseca e Silva. Mandou construir a chamada Casa dos Pássaros, embrião do atual Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), no Largo da Lampadosa, instituição dirigida por Xavier dos Pássaros, como era chamado Francisco Xavier Cardoso Caldeira. Sob seus auspícios criou-se a Sociedade Literária, que reuniu vários intelectuais brasileiros, dissolvida após à Inconfidência Mineira” (O MHN, 1989, p. 47-48). Informação também disponível no óleo sobre tela de D. Luís, do acervo do MHN.

incremento científico e literário, desfigurando um pouco, segundo a visão iluminista, a estagnação religiosa que prevaleceu por todo o período colonial. Tratando-se de um estabelecimento voltado para a taxidermia de animais destinados a Portugal como artefatos de curiosidade, o ambiente ganhou do povo a denominação de *Casa dos Pássaros*.

Foi D. João VI que, em 1818, o converteu em Museu Real, mantendo o seu acervo, que durante todo o Império Brasileiro foi acumulado de objetos avaliados como curiosos, tais como coletâneas de múmias egípcias de D. Pedro II e antiguidades clássicas de Dona Teresa Cristina. Com o advento da República, este acervo foi transferido, em 1892, para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, então passando a existir com a designação de Museu Nacional. Fora este, os exemplos de museus instituídos no Brasil remontam ao Império: Museu Militar do Arsenal de Guerra (Casa do Trem – 1865) e o Museu da Marinha (1868), ambos não mais em funcionamento; o Museu Paraense (1866), constituído pelo naturalista Emílio Goeldi; o Museu Provincial do Paraná (1885), convertido em Museu Júlio de Castilhos (1907) e o Museu Paulista, implantado (1895) no Parque Ipiranga. No início do século XX (1906) foi criada a Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Mesmo assim, a formação de cientistas brasileiros e a produção científica no país encerravam nos museus um dos seus centrais pontos de apoio, especialmente na segunda metade do século XIX. Isto fez com que cada vez se intensificassem mais as relações entre os campos museológico e educacional.

Acompanhando a tendência descrita acima, a institucionalização dos museus e da Museologia no país precedem à concepção de um dispositivo legal para o amparo do patrimônio histórico e artístico da Nação. A partir do que foi exposto, mesmo que em sucintas palavras, podemos inferir que as elementares noções e práticas de preservação e o destino educacional do que posteriormente se denominaria “patrimônio cultural”, no Brasil, estrearam no domínio dos museus. Em fins do século XIX, existiam no Brasil cerca de dez museus, mas, excetuando-se o Museu Naval e Oceanográfico (1868) e o Museu da Academia Nacional de Medicina (1898), todos os outros tinham alguma afinidade com os exercícios classificatórios dos elementos encontrados na natureza. Além do Museu Nacional, os outros dois grandes museus brasileiros eram o Museu Paulista (1895) e o Museu Goeldi (1866) e os três foram organizados como museus de história natural. Myrian Santos nos adverte que:

No Brasil, o Museu Nacional era o museu que guardava a riqueza natural, inicialmente, do Império, e, mais tarde, da República. O perfil deste museu indicava a importância dos recursos naturais para o novo Estado que se consolidava e a relação de desigualdade na constituição de perfis nacionais [...]

Os museus latino-americanos podem ser compreendidos como parte das narrativas nacionais constituídas a partir de regimes de poder que entrelaçavam de forma desigual antigas metrópoles e suas colônias (Pratt, 1999; Mignolo, 2000) (SANTOS, 2004, p. 56).

Apenas nas décadas de 1920 e 1930, com o desenrolar de um ideário político e ideológico nacionalista, observamos os museus como instrumentos de *status*, poder e ufanismo da hoje República Velha. Três eventos integrados, não obstante com uma década de distância, consolidaram toda essa constelação de fatores históricos: a concepção, por Gustavo Barroso, do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, ano do Centenário da Independência e, sob comando do presidente Epitácio Pessoa; na gestão do historiador Rodolfo Garcia, como diretor daquele Museu, a criação de um Curso Técnico de Museus (1932), com a finalidade de formar técnicos-conservadores para trabalhar com o acervo de museus, bibliotecas e arquivos; e, ainda, a criação da primeira Inspeção de Monumentos Nacionais (1934), sob a orientação de Gustavo Barroso.

Nessa narrativa, a problemática consiste, basicamente, na assertiva de que o legado educacional de Gustavo Barroso, a partir da tríade Museu Histórico Nacional (1922), Curso de Museus (1932) e Inspeção de Monumentos Nacionais (1934), contribuiu para a preservação da memória nacional, na medida em que iniciou uma cultura de preocupação do poder público com nossa história educacional e nosso patrimônio cultural. A partir daí, outras questões surgiram ao longo da pesquisa, sobre as quais procuramos elencar algumas conjecturas e considerações, como: por que podemos afirmar que Gustavo Barroso foi precursor na preservação da memória nacional? Em que medida e circunstâncias a ação educacional de Gustavo Barroso, na tríade Museu Histórico Nacional, Curso de Museus e Inspeção de Monumentos Nacionais, instalou uma nova concepção de Museologia no Brasil e justifica sua visão de história e conservadorismo? Por que esses fenômenos se consolidaram a partir do ano do Centenário da Independência do Brasil e em que contexto histórico se inseriram? Que influências as ações sociais desse sujeito histórico perpetraram em gerações seguintes de museólogos e conservadores? Qual o papel social de Gustavo Barroso para a educação museal e a preservação da memória nacional?

Portanto, o objetivo geral constituiu-se em elaborar uma narrativa histórica compreensiva sobre o legado educacional de Gustavo Barroso, considerando a tríade Museu Histórico Nacional, Curso de Museus e Inspeção de Monumentos Nacionais, inserida no contexto do Centenário da Independência do Brasil e no avanço do movimento nacionalista, para entender em que medida sua ação educacional, entre 1911 e 1959, contribuiu para a preservação da memória nacional.

Sentindo a necessidade de explicitar melhor a natureza dessa narrativa histórica compreensiva expressa no objetivo geral, tomamos as palavras de Luís de Gusmão (2012, p. 19):

Devemos às Sociologias compreensivas, de Weber a Schutz, a lúcida constatação de que as descrições e explicações causais do mundo social envolvem necessariamente um esforço interpretativo, uma elucidação de significados. Não podemos, por exemplo, descrever nem mesmo a cultura material de uma dada sociedade sem elucidar as intencionalidades, os propósitos ali objetivados. Falar de facas, mesas e cadeiras é falar de coisas funcionais, coisas criadas intencionalmente para servir a determinados fins. Sendo assim, uma caracterização das propriedades físicas dessas coisas simplesmente não basta para descrevê-las: há também que se esclarecer as intenções nelas materializadas. É nesse sentido que falamos em descrições compreensivas. A relevância de uma elucidação dos significados para uma compreensão do mundo dos homens também foi lucidamente admitida no âmbito da chamada Filosofia Analítica.

No intuito de atingir os fins a que nos propusemos, ao longo da narrativa perseguimos os seguintes objetivos: (1) identificar a constelação de fatores que envolveram a fundação do Museu Histórico Nacional, no momento das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, sob a idealização e execução de Gustavo Barroso, durante a presidência de Epitácio Pessoa (1922); (2) relacionar os acontecimentos políticos e administrativos que levaram à criação do Curso de Museus somente durante o afastamento do diretor Gustavo Barroso, entre 1930 e 1932, uma vez que a ideia e a sistematização do curso já estavam previstas no Decreto de fundação do MHN (1922); (3) identificar, a partir da narrativa autobiográfica de Gustavo Barroso, a constelação de fatores que marcaram a criação e a extinção da Inspetoria de Monumentos Nacionais, fundada em 1934 e que funcionou sob controle do MHN até 1937, quando foi extinta pelo presidente Getúlio Vargas, dando lugar ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)<sup>6</sup>; (4) interpretar a ação educacional e pedagógica de Gustavo Barroso no Curso de Museus, bem como sua concepção de História e conservadorismo, a partir das disciplinas ministradas “Técnica de Museus” e “História do Brasil”, através das publicações referentes a essas disciplinas e por meio da opinião de ex-alunos entrevistados; (5) identificar as ações de Gustavo Barroso relacionadas à defesa e preservação do patrimônio histórico do Brasil, que nos demonstraram sua permanente preocupação com o tema, em especial a divulgação de sua proposta de criação de um museu

---

<sup>6</sup> Fundado em 1937, em 1946 tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), mais tarde, em 1970, foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

ergológico, vinculadas à sua produção bibliográfica sobre folclore, evidenciando o dialogismo<sup>7</sup>, polissemia e a intertextualidade<sup>8</sup> entre sua ação social enquanto museólogo e sociólogo.

A história do tema dessa pesquisa começa em 25 de setembro de 1911, com a publicação no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro do primeiro artigo de Gustavo Barroso falando da necessidade de se criar no Brasil um museu histórico, inicialmente ajuizado por ele para ser um museu histórico militar, mas que uma década depois se concretizou como Museu Histórico Nacional, notoriamente de maior envergadura do que o inicialmente pensado pelo seu idealizador. Gustavo Barroso assinava com o pseudônimo João do Norte. Ainda nesse período houve a publicação do artigo “O Culto da Saudade”, também divulgado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1912 e ainda no livro **Ideias e Palavras**, de 1917 (p. 33-36), em que afirma, encerrando suas reflexões, que o “culto da saudade ainda não é para nós”, dado, segundo o autor, o descaso do poder público e da intelectualidade com nossos objetos históricos, cultura e tradições.

Em 1922, ano do Centenário da Independência do Brasil, dentro de uma série de acontecimentos comemorativos, deu-se a criação do primeiro museu de caráter histórico do Brasil, o Museu Histórico Nacional. Assim, quando o Estado brasileiro comemorava o centenário de sua independência, conveio a criação do MHN como uma maneira de distinguir esse momento histórico na capital do Brasil, Rio de Janeiro. O então presidente da República, Epitácio Pessoa, simbolicamente o fundou como desdobramento da grande exposição internacional do centenário que celebrava aquele marco de nacionalidade.

Foi Gustavo Barroso que, ao idealizar o Museu Histórico Nacional, estabeleceu o limiar de uma nova era de museus brasileiros. O acervo abandonava elementos exclusivamente da natureza e passava a ter objetos que representassem a História da Nação. Sabemos que houve

---

<sup>7</sup> Aqui apreciamos o conceito de dialogismo de Bakhtin (1988), quando afirma que em cada enunciado concreto há pelo menos duas vozes, e identificamos, discernindo da intertextualidade, o seu conceito de dialogismo como uma categoria não de literatura, mas de linguagem, isto é, como princípio característico da linguagem, concluindo-se que toda a vida da linguagem, em qualquer campo, está impregnada de relações dialógicas, porque o dialogismo é intrínseco à própria linguagem. A concepção dialógica destaca o caráter coletivo, social, da produção de ideias e de textos, o que faz da relatividade da autoria particular (a consciência individual) um fator social e ideológico. Por princípio o discurso não é autônomo, pois as palavras daquele que fala estão contínua e fatalmente atravessadas pelas palavras de outrem que condicionam o discurso do eu. Desta forma, o eu está para si, para o outro e o outro está para o eu. O dialogismo não deve ser confundido com polifonia, porque aquele é o princípio dialógico constitutivo da linguagem e esta se caracteriza por *vozes polêmicas* no discurso.

<sup>8</sup> Com relação ao tema da intertextualidade, valemo-nos dos apontamentos de Julia Kristeva que, a partir da categoria “dialogismo” de Bakhtin, expandiu-a, aplicando à literatura, alterando a sua essência, sem descaracterizá-la: “todo texto é um mosaico de citações” (1984). Em síntese, podemos afirmar que a intertextualidade critica a visão de obra literária como uma obra que seria absolutamente original, encerrada nela mesma e opõe-se também ao culto do poeta-gênio: o autor, por fim, é alguém que apresenta uma versão mais criativa das potencialidades literárias da língua e da cultura. Observamos que há intertextualidade entre a obra sobre folclore de Gustavo Barroso e seu projeto de criação de um museu ergológico no Brasil.



um privilégio da herança da elite brasileira, principalmente a elite imperial, assim como seus atos históricos, não contemplando a maioria do povo brasileiro. Há muito o que se proferir sobre os conceitos de história, patrimônio histórico e artístico e conservadorismo de Gustavo Barroso, a partir de suas escolhas. Optamos por fazer uma narrativa compreensiva densa, destacando sua ação educacional, ensejando “uma narrativa densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, modos de pensar etc – e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos” (BURKE, 1992, p. 339).

O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional foi o primeiro da área no Brasil e igualmente em toda a América, quiçá do mundo. Seu planejamento remonta ao capítulo VI do Decreto Nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, que criou o MHN. Podemos observar que havia o prognóstico da criação de um “Curso Technico de dois anos, commun ao Museu Histórico Nacional, à Bibliotheca Nacional e ao Archivo Nacional”, em que expunha como objetivo fundamental a formação de oficiais para o MHN e amanuenses para o Arquivo Nacional e para a Biblioteca Nacional. Apenas uma década depois é que tal curso foi realmente implantado, trazendo consigo as origens para outras instituições voltadas para a preservação do patrimônio histórico nacional que surgiriam no Brasil, tal qual o MHN, que serviu de esteio para outras instituições museais do país.

De início, temos o engenho do já citado Museu Histórico Nacional, em 1922, levado adiante por Gustavo Barroso, durante o governo de Epitácio Pessoa, o “presidente nacionalista”, logo após a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil realizada na então capital da República; uma década depois, na brevíssima gestão do historiador Rodolfo Garcia na direção do MHN, momento em que se criou um “Curso Technico de Museus”, já previsto no documento de criação do museu, como dissemos. Em seguida a instituição da Inspeção de Monumentos, estabelecida em 1934, mas que tem origens na década anterior. Todos esses episódios têm em comum uma personalidade: Gustavo Barroso. A ação educacional desse indivíduo, que envolvem as situações mais diversas para o alcance de seus desígnios, suas motivações e os resultados de suas realizações é que nos conduziram a construir essa narrativa. Isaiah Berlin, sobre a descrição do comportamento humano em certos aspectos, ou seja, motivações, caráter e propósitos, reflete:

Na descrição do comportamento humano, sempre foi artificial e exageradamente austero omitir as questões do caráter, de propósitos e motivos dos indivíduos. E, ao considerar essas questões, avaliamos automaticamente não apenas o grau e o tipo de influência deste ou daquele motivo ou caráter sobre o que acontece, mas também sua qualidade política ou moral em função de qualquer escala de valores que aceitemos

consciente ou semiconscientemente no pensamento ou na ação. Como é que determinada situação surge? Quem ou o que era ou é (ou será ou poderia ser) responsável por uma guerra, uma revolução, um colapso econômico, uma renascença das artes e letras, uma descoberta, uma invenção ou uma transformação espiritual que altera a vida dos homens? [...] torna-se atividade dos historiadores investigar quem queria o quê, quando, onde, de que maneira, quantos homens evitaram ou buscaram esta ou aquela meta, e com que intensidade; e perguntar, além do mais, em que circunstâncias esses desejos ou medos se mostraram efetivos e em que medida e com que consequências (BERLIN, 2002, p. 162).

Cem anos da independência do Brasil: uma festa cívica e de raízes nacionalistas. A criação do primeiro museu histórico do Brasil, inaugurando uma nova linhagem de museus, quebrando a barreira da representação museológica natural, concretizou-se justamente no ano do Centenário da Independência do país, momento de júbilo nacionalista e ufanista. Nessa ocasião é implantada a Museologia Moderna no Brasil, sob o controle de Gustavo Barroso, e por decreto do presidente Epitácio Pessoa. Barroso dirigiu o MHN de 1922 a 1930, tendo retornado em 1932 para dirigi-lo até 1959, quando de seu falecimento. Como vimos no texto retrocitado de Isaiah Berlin, procuraremos demonstrar e interpretar a ação do sujeito Gustavo Barroso na seara da Museologia e do Conservadorismo, que não prescindem da História. O quão intensa foi essa ação? Que influências teve? Que barreiras teve que transpor?

A Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, foi a primeira instituição governamental a se comprometer com a preservação do patrimônio artístico e histórico do Brasil. Dispositivo oficial precursor, vinculado ao MHN, sob a égide de seu diretor, foi criada a partir de suas experiências em viagens a Ouro Preto e outras cidades mineiras, em que constatou a necessidade de preservação de um patrimônio que sofria pela ação do tempo e pelo descaso das autoridades. A ação social de Gustavo Barroso provocou a restauração de diversos monumentos históricos mineiros e a fundação da Inspetoria. O diretor do MHN ocupou o cargo de inspetor enquanto durou a instituição, ou seja, de 1934 a 1937.

É apropriado ressaltar que a interferência de Gustavo Barroso nas situações já citadas teve sequência, tendo em vista que primeiro pensou o que hoje podemos chamar museu ergológico, ou museu de folclore, muito antes da criação de qualquer museu dessa natureza no Brasil.

Apesar de extenso, é pálido este resumo da nossa riqueza ergológica. Com ele aqui deixamos a ideia da criação de interessantíssimo e utilíssimo museu. Lancei a do Museu Histórico em 1911 e ela, após vinte anos de trabalho, é uma vigorosa realização. Lancei em 1916 a dos Dragões da Independência e hoje é uma realidade gloriosa. Lancei em 1932, com a Inspetoria de Monumentos Nacionais, a de defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico, e atualmente ele está defendido. Meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compendiada num museu tecnicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um admirável cartão de visita ao estrangeiro em nome de nossa peculiaridade nacional (BARROSO, 1942, p. 447-448).

No intuito de discorrer sobre Museologia no Brasil, que passou a ter um papel angular no âmbito da educação nacional, considerando a fundação do MHN como o grande marco, associado ao Curso de Museus e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, obviamente que o protagonista dessa narrativa é o cearense Gustavo Barroso, que militou nessa seara, além de ter sido escritor, professor, ensaísta etc., tendo deixado mais de uma centena de livros publicados. Consideramos que foi a ação educacional desse sujeito histórico que proporcionou uma efetiva mudança na percepção da Museologia brasileira, a qual defendemos chamar de percepção moderna. Igualmente são sujeitos dessa narrativa aqueles que fizeram parte do momento histórico em que se passam os acontecimentos arrolados, tanto do poder público, quanto da área em questão, Museologia e conservadoria, bem como áreas afins. Ex-alunos de Gustavo Barroso e alguns que também foram funcionários do Museu Histórico Nacional completam o quadro.

A preocupação com a concepção de museus e com a educação museal no Brasil, ambas ainda assaz embrionárias ao longo do século XIX, abreviava-se ao campo das instituições ligadas quase unicamente à História Natural e a institutos históricos e geográficos regionais. Já nas primeiras décadas do século seguinte observamos o florescer de um Estado ultranacionalista e ufanista. Sobre o tema, nos diz Raymundo Faoro:

Não se trata, agora, do nacionalismo antilus, jacobino, dos dias de Floriano Peixoto. A perspectiva, mais larga e com base mais ampla, não se limita à defesa raivosa dos nativos contra o estrangeiro, mas a, sobre inspirações próprias, reconstruir, reorganizar, reformar o país, por meio do Estado (FAORO, 2001, p. 792).

Para Raymundo Faoro, inclusive, o que o Brasil vivenciou, política e culturalmente, no limiar da década de 1930, com a Revolução, tem antecedes de quase uma década, uma vez que os acontecimentos de 1922 já preconizariam o caráter dos anos trinta.

NA MADRUGADA DE 5 DE JULHO DE 1922, governando Epiácio Pessoa e já eleito Artur Bernardes, os disparos do Forte de Copacabana anunciam o fim da República Velha. Os jovens militares antecipam, em dois quadriênios, uma data necessária, embora não irremediável nos termos em que aconteceria [...] Havia, no episódio de 1922, muita coisa nova, capaz de perdurar além dos pretextos e das desinteligências dos grupos (FAORO, 2001, p. 782).

O nacionalismo que envolve esses acontecimentos está bem caracterizado quando lemos:

Na sombra da aspiração culturalmente autonomista, a nota fundamental da reforma: o governo deve educar, cultivar e orientar o povo. Entre governantes e governados, a corrente democrática, da equivalência e substituição dos valores, não passa de

grosseira farsa. Os governantes devem se reequipar, conhecendo o meio e a gente, para a obra de regeneração. Esse papel pedagógico não cabe, entretanto, às elites, no seu conteúdo sociológico. Elas não de se transformar numa camada permanente, própria, autônoma, comunidade capaz de, além de governar, criar o povo, identificado na massa analfabeta, perdida nos devaneios macaqueadores. O brado liberal e reformista, que soa em 1919 com estridência, se exaure, para ceder o campo a outras vozes, na verdade tão brasileiras como a doutrina constitucional americana. O estrangeirismo da palavra nacionalista se compensa, todavia, pela direção, voltada a evocar, a sublimar, a enfatuar o nome brasileiro. Entre o nacionalismo dos rebeldes e o nacionalismo da ordem, apesar do confuso campo comum, há diferenças fundamentais, que tomarão corpo depois de 1930, extremando-se no parafascismo num lado, e nas tendências socialista e comunista do outro. O que os aproxima será o antiliberalismo, a decepção do regime de 1891, na sua estrutura federal e individualista. Nenhum dos dois ramos se apoia no velho nacionalismo liberal, de teor antiaristocrático, já em declínio na Europa, ao findar o século XIX. Os revolucionários, os contestadores, por simpatias nacionais e afinidades do movimento, vinculam-se sentimentalmente aos jacobinos, com a exaltação do povo, do povo comum, capaz de criar a nação, se jugulados seus opressores. O elemento militar e a proteção paternalista integram a sua dinâmica, dotando o anseio emancipacionista com o instrumento que libera e evita os opressores, ao tempo que ampara o povo nas suas necessidades (FAORO, 2001, p. 794-795).

No desenvolvimento dessa pesquisa destacamos ser a ação educacional de Gustavo Barroso na idealização do Museu Histórico Nacional, do Curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais constituem uma ruptura na Museologia brasileira, impetrando um legado singular para a educação brasileira. Esse legado trouxe uma nova forma de pensar e fazer Museologia, um marco temporal para essa área de conhecimento no país.

Para melhor entendermos essas mudanças, valemo-nos das concepções de História<sup>9</sup> e de Modernidade em Max Weber, por considerarmos que atendem às expectativas interpretativas do tema, principalmente no período em questão.

Comumente aplica-se o vocábulo “modernidade” enquanto categoria da história vivida, como um conceito temporal. Essa aplicação é válida para diferenciar do conceito meramente estrutural e analítico de modernização, ainda que existam certa transitoriedade e certa instabilidade na demarcação entre os conceitos. Problematizando a questão, podemos indagar do significado de sociedades que se proponham e se definam como modernas no limiar do século XX.

---

<sup>9</sup> Para Paul Veyne, “a história, para tornar-se completa, deve livrar-se de três limitações: a oposição do contemporâneo e do histórico, a convenção do *continuum*, a ótica factual; a salvação está, pois, do lado da ‘sociologia’ e da ‘etnografia’ das sociedades contemporâneas, da história ‘comparada’, enfim, da história não-factual com sua decomposição das ‘temporalidades em profundidade’. Uma história que se tornou, desse modo, completa é a verdade da sociologia. A mais exemplar obra histórica do nosso século é a de Max Weber, que suprime as fronteiras entre a história tradicional, de que tem o realismo, a sociologia, de que tem as ambições, e a história comparada, de que tem a envergadura. Weber - para quem a história era relação dos valores - foi, paradoxalmente, quem levou a evolução do gênero a seu termo lógico: uma história que se subtraiu completamente à singularidade espaço-temporal e que, já que tudo é histórico, se atribui, livremente, seus objetos. A obra de Weber - que, sociologia ‘de compreensão’, não procura estabelecer leis - é, verdadeiramente, história” (1998, p. 231-232).

Construir uma teoria histórica da modernidade requer perquirir quais são as esferas da vida social em que os presentes, ou seja, contemporâneos, apontam rupturas em meio a maneiras de existência habituais, clássicas, e modernas, e qual a atitude de reajuste da relação entre presente e passado. Concomitantemente é válido indagar sobre as fronteiras de desenvolvimento conjecturadas por esses contemporâneos, em que a modernidade se movimenta de modo dinâmico. Peremptório é também ter conhecimento sobre as pejeas culturais perpetradas por uma geração ou um período histórico no tocante à precedência interpretativa a propósito do que se considera como procedimento e classificação moderna da vida e a respeito de o que é desqualificado como antimoderno, ultrapassado.

A prova essencial da modernidade não é tão somente a da aceleração, no sentido de desenvolvimento. Ainda é importante o exame do conflito constante entre imagens de mundo antagonistas entre si – Museologia exclusivamente natural e Museologia histórica, a exemplo –, que não consentem mais hierarquização. Para Max Weber, “segundo as posições últimas de cada singular, um é o demônio e o outro é o deus; e cada um precisa decidir qual é o seu demônio e qual é o seu deus” (MWG, i/17, p. 101 apud HÜBINGER, 2012, p. 120).

De modo rigoroso, Weber esclarecerá, *a posteriori*, essa descrição basilar da modernidade a seus discípulos de Munique, em “A ciência como profissão”. De acordo com esse autor, a efervescência política, social, ideológica e cultural do limiar do século XX, apresenta diversos arquétipos dessa coibição moderna à determinação entre o que é bom e o que é mau, válido ou inválido. Weber se afasta do termo coletivo singular modernidade, o que também, em seu tempo, ainda tem pouca recorrência. Dá primazia ao adjetivo, o qual usa com frequência, a saber: vida moderna, homem moderno, cultura moderna.

Martinho Rodrigues (2008) nos apresenta uma reflexão sobre o que chama de sentido da modernidade, o que nos serviu de suporte teórico para apontar a criação do Museu Histórico Nacional, do Curso de Museus e da Inspeção de Monumentos, como uma tríade de preocupação do Estado e de seus agentes, principalmente Gustavo Barroso, com a defesa e a preservação do patrimônio histórico nacional e com a educação museal.

O sentido da *modernidade* é uma das encruzilhadas que divide opiniões. A demarcação de períodos históricos é um problema dos mais desafiadores. Coloca-se como a primeira pedra no caminho de quem estuda o que tem sido considerado atraso e modernização. Trata-se, na alusão à polaridade entre esses dois conceitos, de erigir os termos inicial e final de uma cronologia dos sucessos considerados relevantes. A compreensão do significado e do alcance deles será buscada, sobretudo, entre tais marcos. Isso sem produzir claustros nos quais acontecimentos e temas selecionados, com suas respectivas interpretações, vejam-se aprisionados num isolamento artificial e equivocado. Períodos, assim compreendidos, são divisões que não devem dividir, mas ressaltar o fortalecimento e o declínio de significados e valores associados aos fatos.

*Moderno* tem o significado daquilo que é recente, acrescido de uma valoração que lhe atribui superioridade em face de algo anterior e ao qual se opõe. Isso pressupunha, inicialmente, uma ruptura manifesta na forma de profundas modificações nas estruturas sociais (MARTINHO RODRIGUES, 2008, p. 448).

Modernidade, nesse caso, é uma categoria que não se iguala à acepção original do termo. Nascida com o Iluminismo, tendo sua culminância nos séculos XIX e XX, podemos, minimamente, defini-la como um conjunto vasto de transformações nas composições sociais do Ocidente, a partir de um processo extenso de racionalização da vida.

Falamos da ação educacional de um intelectual com atuação em diversos campos de saberes, combativo na defesa de suas crenças culturais que, em via inversa da movimentação artística, cultural e ideológica da maioria de seus contemporâneos, daqueles que se destacaram a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, construiu uma imensa obra no campo das instituições culturais, desenvolveu atividades educacionais, divulgou práticas técnicas e científicas, comprometeu-se na construção e funcionamento de dispositivos de proteção do patrimônio artístico e cultural, enfim, exerceu um pioneirismo fático na fundação da Museologia Moderna no Brasil, dedicando boa parte de sua existência em função de todo o projeto que idealizou em torno do tema.

Cultuou demasiadamente a sua personalidade. Jamais recusou em noticiar os seus feitos, não teve a falsa modéstia de fazê-lo. Do contrário, exercitou o hábito de registrar e propalar sua autobiografia, escrita ainda muito jovem, quando a vida disponibilizava-lhe ainda muitos anos. A relevância que deu ao campo da memória foi muito além da vida pessoal: registrou o que julgou necessário para que seus feitos atravessassem gerações e se perpetuassem na memória das áreas sociais e culturais em que atuou. Esses registros, em certos pontos, são a base documental dessa tese. Gustavo Barroso é um intelectual moderno, no sentido do conceito de modernidade que aqui defendemos, que desenvolveu sua obra museológica nas primeiras décadas do século XX, em um ambiente de modernidade, conquanto não fosse, absolutamente, um modernista, ou seja, não estivesse atrelado a qualquer particularidade do movimento modernista paulista.

O construto final ampara-se em um aporte teórico e metodológico marcado pela preocupação com o entendimento das atitudes dos sujeitos em sociedade, visando melhor interpretar alguns fragmentos da realidade social. Esse é o método compreensivo de Max Weber que se funda essencialmente na interpretação dos acontecimentos e na sua repercussão nas peculiaridades das sociedades contemporâneas. O suporte teórico e algumas categorias da

Sociologia Compreensiva de Max Weber nos parece suficientemente esclarecidas por Paul Veyne.

Da comparação, Weber não tira regras; no máximo, constata que, por razões compreensíveis (e, por conseguinte, inseparáveis de uma situação histórica concreta com a qual a regra formal mantém intercâmbios sub-reptícios), determinado tipo de acontecimento "favorece" um outro. [...] Tudo se apresenta em nuances, mais ou menos, como sempre em história; as proposições de aspecto geral só enunciam, de fato, "possibilidades objetivas que são, segundo os casos, mais ou menos típicas, ou, ainda, mais ou menos próximas a uma causalidade ou a uma ação fracamente favorável". Em resumo, Weber traça uma rede de variantes: dirá, por exemplo, que um poder carismático pode manter-se e tornar-se hereditário ou, pelo contrário, desaparecer com a morte do chefe bem-amado; acidentes históricos é que decidirão isso. Também não é de se admirar que esses *topoi*<sup>10</sup> sejam a parte menos importante de sua obra; dar-se-ia uma ideia desproporcional do aspecto das obras de Weber se não se dissesse que eles não constituem, no total, senão algumas frases que aparecem aqui e ali no decorrer das longas páginas de descrição histórica e que o objetivo da obra está mais nessas descrições compreensivas do que no enunciado de conclusões desse gênero. [...] O que faz com que essa obra não se pareça à da história como a concebemos tradicionalmente resulta de três coisas: da ruptura com o continuum, do fato de que Weber busca o que lhe interessa em todos os campos, do tom descompromissado desse *outsider* que ignora os costumes corporativos e o estilo convencional que serve de sinal de reconhecimento dos especialistas de cada período; enfim, do fato de que a comparação leva à colocação de questões que esses especialistas nem sempre se lembram de colocar. Assim, como o escreveu L. von Mises, a sociologia de Weber é, realmente, uma história sob uma forma mais geral e mais sucinta. Para ele, a sociologia não podia ser mais do que uma história desse tipo, pois, a seus olhos, as coisas humanas não podiam ter leis universais e só dariam ocasião a proposições históricas, às quais Weber só recusa o epíteto de históricas porque são comparativas e não factuais. Para ele, elas eram sociologia, ciência, porque não podia haver outra ciência que não a ciência do homem (1998, p. 232-233).

Os critérios de Weber para estudo são recorrentes no comportamento dos sujeitos: “analisar a ação racional com tendência a valores e a ação tradicional afetiva como a ação comunitária e a societária que são relações sociais que pressupõem determinados tipos de comportamento” (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXV). Há um rompimento com a filosofia neokantiana quando define como seleção a integração de valores na pesquisa científica, visto que há uma “preocupação com a vinculação do homem com sua historicidade, em que operava não uma natureza, mas sim uma condição humana na qual os valores perdiam seu aspecto absoluto, pois só através da seleção os valores adquiriam um significado” (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXVI). A diferenciação entre pesquisa objetiva e juízos de valor justifica a atualidade do tema, pois não recusa os julgamentos de valor e não nega uma tentativa de busca por um conhecimento científico.

A escolha do objeto de pesquisa configura-se, evidentemente, em um julgamento de valor. O nosso interesse pelo tema assim se constitui. Pelo dito, julgamos oportuno destacar

---

<sup>10</sup> Para Aristóteles, “lugares comuns”.

que atitude científica excludente reflete a incapacidade ética de posicionar-se, caráter manifesto do cientificismo. Weber contrapõe julgamento de valor e atitude científica, porém não recusa as “relações” com valores como objetos dessa ciência. Considera muito arriscado o empenho de alguns sociólogos em expor postulados práticos ou políticos como hipóteses científicas (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXVII), pois a ciência, por ela mesma, é incapaz de comprovar que certa maneira de ação derive fatalmente da pesquisa científica. O que se pode dizer, apenas, é que certas condições possibilitam certas consequências: é impossível dizer que uma solução prática é justa e outra é falsa. Determinações são ideológicas e a sociologia precisa apontar, separando radicalmente o intelectual da relação prática, ao se impor uma disciplina lógica, em nome de certos valores ele se recusa a um julgamento de valor. É a neutralidade ante valores em nome do juízo de valor: a verdade (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXVII).

Weber aceita uma série de valores epistemológicos quando defende uma ciência não ideológica, lógica e metodológica, ideia normativa orientada para as consequências da ação e da escolha da atividade científica. A ação é conflito de interesses sociais e multiplicidade dos conflitos entre valores, a realidade como um conjunto contínuo de conflitos e lutas. A racionalidade é “a condição de não se submeter a imperativos ideológicos, a religiões seculares que negam o *politeísmo* dos valores” (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXVIII). O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas: preocupação entre ação e teoria, ciência e ideologia, limitações institucionais à ação, o conflito entre valores. Weber separa o plano científico do plano pedagógico-político, abstendo-se das profecias professorais, opiniões pessoais e políticas, artigos de fé, enfim, “razões últimas” ou “filosofias primeiras”. Distingue convicção de ciência, visto que “o cientista trabalha no nível da ação *racional* tendente a *fins*, ele se preocupa em estabelecer proposições fatuais, relações causais em interpretações fundadas na *compreensão* com validade *universal*” (TRAGTENBERG, 1992, p. XXXIX). Aponta a submissão aos princípios da pesquisa para validação dos resultados, avultando a racionalização, a objetividade e a renúncia a julgamentos de valor.

De acordo com Weber, a compreensão não exclui a causalidade, contrariamente acentua a prova do nexos causal individualizado, por meio do processo interpretativo, estudando-se as relações causais entre fenômenos diversamente relacionados na sua especificidade (TRAGTENBERG, 1992, p. XVII). O comportamento humano pode ser inteligível através da compreensão e da revivescência, reconstruindo o nexos causal a que ele obedece (constelação de fatores). Não há, portanto, irracionalidade no comportamento livre: é passível de interpretação porque obedece a uma teleologia (TRAGTENBERG, 1992, p. XIX) e a interpretação é um dos meios usuais de acesso ao conhecimento. Sobre causalidade em História:



Se nos perguntarmos o quanto realmente podemos dizer sobre um dado período de uma cultura ou um dado padrão de ação humana – uma guerra, uma revolução, o renascimento de uma arte ou uma ciência – a partir do conhecimento de seus meros antecedentes ou consequências imediatos, seremos obrigados a responder: quase absolutamente nada. Nenhum historiador, não importa quão saturado de sociologia e psicologia ou de alguma teoria metafísica, tentará escrever a história de uma maneira tão apriorística (Berlin, 1999, p. 22-23).

Qualquer das explicações causais aqui apresentadas independe de enunciados gerais estabelecidos por qualquer teórico ou teoria. É certo que, confiamos, essas explicações procedem fundamentalmente da descrição densa, circunstanciada, de cenários sociais reservados e de elucidações acerca dos valores, crenças e desígnios dos indivíduos reais que viveram e atuaram no período histórico estudado.

Consideramos que o tema escolhido para essa narrativa é muito importante. A história da educação museal é um campo vastíssimo e oferece ampla possibilidade de pesquisa e interpretação dentro do meio acadêmico voltado para as Ciências Humanas.

Da forma como arquitetamos essa tese, partindo da abordagem do conceito de modernidade como aquilo que rompe com o antigo, da ação social do sujeito, tentando fugir do julgamento ideológico dessa ação, edificando uma narrativa compreensiva a partir de documentos primários e fontes orais, chegamos a um caráter inédito. Esse caráter é ainda mais latente quando pensamos no curso em que estamos inseridos, uma vez que o tema nunca foi abordado nesse programa. Portanto, podemos afirmar, felizes, que esse estudo é de grande valia.

Ademais, nos últimos anos a preocupação com a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional tem tomado corpo ao longo do desenvolvimento dos debates sobre educação dos sujeitos enquanto cidadãos, sejam nas escolas, nas universidades e em representações da sociedade civil.

Nossa metodologia baseou-se na análise de documentação primária, como jornais, Leis, Decretos, documentos referentes à criação e funcionamento do Museu Histórico Nacional e organismos vinculados, como o Curso de Museus e a Inspetoria de Monumentos Nacionais; também em documentos primários do acervo do Curso de Museologia da UNIRIO, que foram fotografados, estudados e interpretados ao longo do processo e o exame dos ANAIS do MHN e de bibliografia existente sobre o tema.

Especificamente sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais, nos utilizamos de textos autorais de Gustavo Barroso, de caráter memorial, o que nos remeteu à discussão sobre autobiografia, baseada essencialmente no conceito de “pacto autobiográfico” de Lejeune (2008). O pacto autobiográfico é, para Lejeune, a afirmação da identidade autor-narrador-

personagem, marcando na capa da obra o nome do autor. As formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar a assinatura do autor. Assim, o pacto autobiográfico é o compromisso do autor em narrar espontaneamente sua vida, ou uma parte, ou mesmo um aspecto de grande relevância (como, no caso aqui por nós pesquisado, a narrativa em primeira pessoa de Gustavo Barroso sobre os percalços da fundação e extinção da Inspetoria de Monumentos Nacionais), em um espírito de verdade. O autobiógrafo garante que o que vai expor é válido, apropriado, correto, ou pelo menos é o que ele defende que seja: é a sua verdade. O autobiógrafo se comporta como um historiador ou um jornalista, com a diferença que o sujeito sobre quem ele anuncia dar uma informação exata é ele mesmo.

Ora, no pacto biográfico, como, aliás, em qualquer “contrato de leitura”, há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler ou não e, sobretudo, para ler o que quiser. Isso é verdade. Mas se decide ler, deverá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou contestá-la, pois entrou em um campo magnético cujas linhas de força vão orientar sua reação (LEJEUNE, 2008, p. 73).

Ainda, em se tratando da sua proposta de criação de um museu ergológico no Brasil, fizemos uma abordagem dessa proposta, que está disponível nos anais do MHN, com a literatura de Gustavo Barroso sobre folclore e costumes do Norte (hoje, Nordeste). O último capítulo dessa narrativa, então, tem essa característica metodológica, qual seja: o diálogo intertextual entre o folclorista e o museólogo.

Houve a filmagem de entrevistas com ex-alunos do Curso de Museus do MHN. A interpretação das falas dos entrevistados seguiu a orientação metodológica de Paul Ricoeur que discute a narrativa enquanto prática fundadora de uma memória, enquanto também é responsável pelo silenciamento do passado. A narrativa é constituidora do passado, que se materializa através de uma série de procedimentos. Compartilhando da ideia de Michel de Certeau (1982), de que a narrativa opera o passado, com Ricoeur discutimos os procedimentos fundamentais que fazem da memória um texto escrito, os quais tornam possível um testemunho se fazer documento arquivado. Ricoeur sugere que para a narrativa existir, depende não apenas dos lugares sociais, metodológicos e institucionais de quem a escreve, como também do gesto de quem a lê. Desse modo, a leitura dos arquivos é outro momento importante para se pensar a constituição da narrativa do passado, complementando as questões que o autor criou em **Tempo e narrativa** (1994; 1995; 1997) e **A memória, a história, o esquecimento** (2010).

A organização do corpus da pesquisa se deu por meio da leitura crítica do material, classificação, comparação e estruturação das informações por grupos, temas e categorias.

Construto da narrativa histórica compreensiva com as bases já citadas em Weber, relacionamos com o arcabouço teórico de Peter Burke, que sugere que o modelo narrativo usado pelos historiadores deve ser ampliado para abraçar tanto a descrição quanto sua interpretação estrutural, bem como uma aproximação entre a escrita literária e a escrita histórica pode alcançar mais facilmente os objetivos dos historiadores; também com Michel de Certeau e seu ideário dos lugares sociais, tanto dos sujeitos estudados quanto do historiador; com Marc Bloch e sua preocupação com os documentos e os testemunhos, bem como sua crítica e análise dos testemunhos.

A obra de Raymundo Faoro, **Os Donos do Poder** (2001), foi usada como suporte para a interpretação dos acontecimentos que perpassaram a História do Brasil durante o período em estudo. Nesse ponto afiançamos que a obra de Faoro tem uma densidade tão avantajada que não sentimos realmente necessidade de ir a outras da mesma natureza, tão grandiosas quanto ou mesmo mais recentes. Alguns aspectos mais nebulosos sobre o tema foram pesquisados e revisados com autores que escreveram sobre o tema da Museologia e fizeram o chamado “contexto histórico”. Fizemos isso por uma questão metodológica e até de exigência acadêmica, mas garantimos que em muitos aspectos não havia necessidade.

É necessário apontar os motivos pelos quais escolhemos esse tema. Nosso interesse pela figura de Gustavo Barroso e sua obra remonta aos estudos no Mestrado em Letras (Literatura Brasileira) na Universidade Federal do Ceará, onde defendemos, em 2004, a dissertação “O Conto Regionalista de Gustavo Barroso”, sob a orientação do Prof. Dr. Sânzio de Azevedo. A partir de então desenvolvemos vários estudos sobre sua grande obra literária, tendo publicado o livro **Contando Histórias da Terra de Sol** (2010), fruto da dissertação de mestrado, e **O Culto da Saudade na Casa de Eudoro Corrêa** (2009), uma homenagem aos 90 anos do Colégio Militar de Fortaleza, aos 50 anos do falecimento de Gustavo Barroso e aos 45 anos da fundação do Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso do Colégio Militar de Fortaleza. Também publicamos artigos em revistas (*Educare*), especialmente no tocante à sua escrita sobre museologia, bem como a respeito de seus escritos sobre folclore. Desenvolvemos estudos, ainda, sobre sua trilogia memorialista e participamos de seminários e documentários sobre sua figura e sua obra, principalmente quando se recordava o cinquentenário de sua morte em 2009.

Assim, quando surgiu a oportunidade de construir uma narrativa histórica sobre a contribuição da ação educacional de Gustavo Barroso para a fundação da Museologia moderna no Brasil, sentimo-nos bastante confortáveis acerca do domínio do tema e em condições de desenvolvê-lo. Além de ter estudos sobre o assunto, facilitou-nos os contatos que construímos

na última década com pessoas que conviveram com Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus, bem como outros estudiosos de sua obra. Pudemos, então, ter a oportunidade de entrevistar seis ex-alunos e ter acesso à documentação disponível na UNIRIO (Universidade do Rio de Janeiro), para onde foi transferido o extinto Curso de Museus do MHN, hoje funcionando como curso de graduação e pós-graduação. Ressaltamos a importante colaboração da professora e conservadora Nair de Moraes Carvalho, coordenadora por mais de vinte anos do Curso de Museus, também ex-aluna, que nos concedeu a mais importante entrevista (até então a única, pois sempre se negou a ser entrevistada por outros pesquisadores, abrindo exceção para nós em 2013 e para o Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, que editou um vídeo divulgado em cerimônia comemorativa do centenário de D. Nair, ocorrido em 27 de junho do corrente ano) e vasto material primário de pesquisa. Também foi imensa a colaboração da arquivista do MHN, Rosangela Bandeira, que além de proporcionar o acesso a importante material, facilitou o contato com ex-alunos que pudemos entrevistar, bem como o Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, que disponibilizou o arquivo do Curso de Museologia da UNIRIO, importantíssimo para o desenvolvimento da pesquisa e a construção dessa narrativa.

O primeiro capítulo, “**O construto de um Brasil Moderno**”, desenvolvido em três itens – “Modernidade à brasileira”, “Museologia no Brasil”, “Historicidade de uma época: o centenário da Independência do Brasil, a questão nacional e a capital da República” – consta da elaboração de uma narrativa compreensiva sobre os episódios que marcaram a História do Brasil à época da comemoração do centenário da independência, bem como de seus antecedentes, destacando a necessidade do poder público em marcar uma posição nacionalista e ufanista diante das transformações urbanísticas porque passava a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, principalmente com as alterações ocorridas com o Morro do Castelo entre os anos de 1920 e 1922. Essas alterações urbanísticas causaram desconforto e impopularidade ao governo federal, que logo se pôs ansioso em reverter esse quadro, através do evento da Exposição Internacional do Centenário da Independência e, nesse caminho, a criação de um espaço de salvaguarda da memória nacional.

No segundo capítulo, “**O Museu Histórico Nacional – 1922-1959**”, foi subdividido nos itens “1911 – A criação de um Museu Histórico Militar”; “O ‘Culto da Saudade’: síntese biográfica”; “O ‘Culto da Saudade’: o artigo de 1912”; “1922 – A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil” e “1922 – A criação do Museu Histórico Nacional e o comando de Gustavo Barroso até 1959”.

Abordamos os antecedentes da fundação do Museu Histórico Nacional, no que se refere propriamente à instituição, desde a sua idealização por Gustavo Barroso, documentada

através, principalmente, de seus artigos publicados em jornais, nos quais iniciou uma nítida campanha pela concretização desse intento. Também julgamos imprescindível inserir um pouco de sua história de vida, basicamente através da publicação **O Culto da Saudade na Casa de Eudoro Corrêa**, de nossa autoria (2009). Fizemos essa opção para que o leitor tenha a possibilidade de conhecer Gustavo Barroso para além do museólogo, isto é, um historiador em seu lugar social, atuante em distintas áreas de conhecimento (CERTEAU, 1982).

Os conceitos defendidos por Barroso no tocante à história, à conservação e preservação do patrimônio nacional, à memória, foram expostos e desenvolvidos, com base na interpretação de sua defesa de propósitos e posição intelectual muito latentes no artigo publicado no *Jornal do Commercio*, intitulado “O Culto da Saudade”.

Enfim, pretendemos fazer um painel discursivo sobre sua atuação no MHN, desde a fundação, em 1922, passando pelo interstício de dois anos em que esteve fora do museu (1930-1932), até quando retorna e comanda a instituição por mais três décadas, até 1959, ano de sua morte. Seus artigos em jornais e os anais do MHN foram muito úteis nessa construção textual.

De vida muito curta, a Inspeção Nacional de Monumentos foi projetada e executada por Gustavo Barroso a partir de suas viagens oficiais às cidades históricas da região mineradora colonial, como Ouro Preto, Tiradentes e Mariana. Esse é o tema do terceiro capítulo: “**A Inspeção Nacional de Monumentos – 1934-1937**”.

Foi no Museu Histórico Nacional que se instituiu, em 14 de julho de 1934, a Inspeção Nacional de Monumentos, dirigida por toda sua curta existência por Gustavo Barroso e que foi o principal antecedente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A extinção da Inspeção Nacional de Monumentos não se deu, como alguns podem insinuar, por problemas técnicos de falta de especialização ou inexpressiva amplitude geográfica, porém por choques de poder, pela contenda de concepções de política de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso concebia foi vencida no âmbito político pela corrente modernista representada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade. Não obstante, no que se alude ao baluarte museal, representado pelo próprio Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso foi bem-sucedido, constituiu e educou mentalidades.

Fizemos a opção de basear esse capítulo em um texto de caráter autobiográfico. Assim, o documento primaz de que fizemos uso nesse capítulo foi publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1943, embora os acontecimentos sobre os quais discorra tenham se dado entre 1926 e 1937.

Os subitens desse capítulo são: “O advento da Inspeção de Monumentos Nacionais: uma interpretação autobiográfica”; “Do relicário arquitetural” e “Primitiva, humilde e gratuita Inspeção”.

No quarto capítulo, “**O Curso de Museus – 1932-1959**”, tivemos a ambição de interpretar a constelação de fatores que promoveu a criação do primeiro curso de museus do Brasil, considerado o segundo do mundo, apenas em 1932, justamente quando estava afastado do MHN o seu fundador Gustavo Barroso.

É válido esclarecer que o curso de museus do Louvre, mundialmente reconhecido como o primeiro curso dessa natureza, só será criado em 1927, depois das críticas e sugestões do historiador da arte Louis Réau, especialista em iconografia, que fora professor de História da Arte na *École du Louvre* e na *Sorbonne* (SÁ, 2013), e também pelo próprio crescimento do acervo do museu que necessitava da harmonização dos espaços e de especialistas para lidar com a diversidade de materiais e objetos. Outrossim, é importante ressaltar que o termo Museografia (prática de museus) passou a ser utilizado com mais frequência nas primeiras décadas do século XX, nomeadamente por influência da revista *Mouseion*, divulgada a partir de 1927 pelo Escritório Internacional de Museus. Ivan Coelho de Sá explica:

Podemos aferir, a partir desta experiência do Louvre, que a ideia de utilizar a estrutura de um museu como suporte para ensino formal foi aplicada primeiramente à Arqueologia, à Epigrafia e à História da Arte e somente num terceiro momento à Museologia propriamente dita. Por outro lado, contrariando todas as probabilidades e circunstâncias históricas, o curso para a formação de profissionais de museus mais antigo do mundo não surgiu no Louvre e sim, cinco anos antes, no Museu Histórico Nacional – MHN, instalado no Rio de Janeiro em 1922, cujo decreto de criação previa um Curso Técnico para a capacitação de funcionários de arquivos, bibliotecas e museus. Não obstante, é o Curso de Museografia da *École du Louvre* – independente de sua posição de segundo curso de museus do mundo se considerarmos o Curso Técnico do Museu Histórico – que institucionalizará e exportará para o mundo uma matriz curricular que será modelo para a formação em Museologia e influenciará o próprio Curso de Museus do MHN, consolidado a partir de 1932 (SÁ, 2013, p. 40).

Enfim, chegamos a um ponto nevrálgico de nossa narrativa: foi no Museu Histórico Nacional que se pensou o primeiro curso de museus, antes de qualquer outro país, previsto no ato de criação do próprio museu, em 1922, embora só tenha passado a funcionar realmente em 1932. Tivemos toda a influência francesa na estruturação do nosso curso, mas não podemos negar o pioneirismo daqueles que fundaram o MHN e já pensaram em formar museólogos e conservadores.

Diante disso, buscamos refletir sobre a instituição museu e seus conceitos e instituições intrínsecas. Entretanto, o que julgamos mais importante foi conhecer o Curso de Museus dirigido por Gustavo Barroso, sua atuação como profissional da educação, a verve

visionária nos apontamentos sobre técnicas de museus e a formação que exerceu sobre gerações de jovens museólogos e conservadores por mais de três décadas.

Um ponto fundamental nesse capítulo resultou da discussão sobre as memórias de ex-alunos a respeito do mestre Gustavo Barroso, a partir das entrevistas realizadas.

O o mais denso da narrativa, divide-se em: “História e Museologia”; “Sobre Museu, Museografia, Museologia e outros conceitos”; “Os primeiros cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”; “O Curso de Museus previsto no Decreto de criação do MHN”; “O Curso de Museus criado durante o afastamento de Gustavo Barroso”; “O professor Gustavo Barroso a partir do olhar de alguns alunos”, item que subdividimos em “Considerações sobre memória”, “Diálogos: percepções de ex-alunos sobre o professor Gustavo Barroso”, “A prova oral” e “As excursões de término de curso”. Ainda temos os itens “A cadeira ‘Técnicas de Museus’ e seus livros-base” e “Museus e educação na visão de alguns conservadores formados no Curso de Museus do MHN”.

No capítulo final tivemos a pretensão de traçar um painel a respeito da visão de Gustavo Barroso sobre folclore nacional e a sua preocupação em propor um meio de salvaguardar esse patrimônio no espaço de um museu, o que configura a sua permanente preocupação com a preservação da memória nacional. Portanto não nos fixamos na crítica ao seu modelo de interpretação da cultura sertaneja, notadamente a cearense, mas nas características constitutivas de seu arcabouço analítico e metodológico, figuradas na sua extensa produção bibliográfica sobre o tema. Denominamos o capítulo de **“Museologia e Folclore: um adendo à tríade do legado de Gustavo Barroso para a preservação da memória nacional”** e o dividimos em “O discurso de Gustavo Barroso sobre folclore sertanejo” e “A ideia de criação de um museu ergológico por Gustavo Barroso”.

Pensamos que dentre as contribuições dessa pesquisa para a história e memória da educação brasileira, destaca-se na apresentação da ação educacional de Gustavo Barroso nos diversos campos em que atuou. Ainda, destacamos a oportunidade inédita de apresentação do professor, conservador e diretor do MHN, Gustavo Barroso, por meio da visão de seus alunos.

## 2. O CONSTRUTO DE UM BRASIL MODERNO

Em que consiste a Modernidade? Já podemos falar em uma tradição para a Modernidade? As múltiplas reflexões sobre o tema tornam-no cada vez mais importante para o seu próprio entendimento, uma vez que, acreditamos, a Modernidade não tem como ser definida fora de uma constelação de fatores, ou de um processo, cujos direcionamentos precisos são adotados de acordo com as oscilações mais ou menos voluntárias de subjetividades coletivas, centradas em padrões diferenciados. Aqui destacaremos o discurso de Hübinger que esclarece alguns pontos similares ao nosso entendimento sobre o tema.

Por isso cabe agora precisar brevemente o que entendo por “modernidade” [*Moderne*]. A pesquisa mais recente emprega o termo “modernidade” como categoria da história vivida enquanto conceito temporal; com isso, distingue-o do conceito puramente estrutural-analítico de modernização, embora haja certa labilidade no limite entre um e outro. O que significa que sociedades se descrevam e se experienciem forçosamente como “modernas”, tal como ocorreu por volta de 1900? Para uma teoria histórica da modernidade, isso implica investigar quais são os domínios da vida social em que os contemporâneos identificam rupturas entre formas de vida tradicionais e modernas e qual a maneira como eles reajustam a relação entre presente e passado. Ao mesmo tempo, cabe perguntar quais são as linhas de desenvolvimento supostas por esses contemporâneos, nas quais a “modernidade” se move de maneira dinâmica. (Entre as expressões preferidas de Max Weber, está notadamente o conceito de “tendências de desenvolvimento”). Decisivo é saber quais são as batalhas culturais travadas por uma época em torno da primazia interpretativa sobre o que se contempla como conduta e ordenação “modernas” da vida e sobre o que se desqualifica como antimoderno. A experiência fundamental da modernidade não é somente a da “aceleração”. Não menos característica é a experiência da tensão permanente entre imagens de mundo concorrentes entre si – religiosas e seculares, por exemplo –, que não se deixam mais hierarquizar (HÜBINGER, 2012, p. 120).

Aliadas à essência do discurso sobre a questão estão as suas reminiscências, afinal não podemos renegar seus precedentes, que não necessariamente se exauriram com o advento da Modernidade, que não é modernização, uma vez que

o conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais; à expansão de direitos de participação política de formas urbanas de vida e de formação escolar formal; refere-se à secularização de valores e formas (HABERMAS, 1991, p. 14).

A categoria modernidade que trabalhamos ampara-se nos conceitos de Max Weber que, muito mais que uma teoria sobre Modernidade, fala sobre elementos modernos, atitudes modernas, acontecimentos modernos. Nessa tese defendemos que a criação do Museu Histórico Nacional, a inserção, no seu ato de criação, da instituição de um curso de museus, a instalação da Inspeção de Monumentos, bem como o esboço de um museu ergológico, idealizados por



meio da ação social e educacional de um sujeito, Gustavo Barroso, inauguram uma nova museologia, uma moderna Museologia no Brasil. Houve uma visível ruptura na Museologia nacional com a ação desse sujeito. Isso é ser moderno, distinto do que havia, ou seja, moderno porque difere do que pudesse, sem tom pejorativo algum, ser considerado antigo. O que é moderno limita-se a apontar somente os começos, a condição nascente de alguma coisa e o delineamento de uma representação do que pode ser a partir de cada começo.

O mundo moderno como destino e como problema, para Max Weber, sintetiza-se perante as empreitadas teóricas e práticas que se infligiram ao longo da existência humana e cujo tom torna singular a sua visão sobre o tema: o que é válido dizer, como domínio de forças no qual se acareiam escolhas estabelecidas no repertório de valores que esse domínio sugere. Na altercação entre o inflexível e o admissível, delineia-se uma compreensão do mundo moderno que renuncia, com cabal consciência das decorrências disso, a ideia de progresso pura e simplesmente. Weber vincula sua ideia de moderno aos processos históricos, podemos proferir, mais contemporâneos, futuros à Idade Média, os quais, por mais que conservassem vestígios de um passado mais longínquo – como o espólio grego do conceito para a ciência moderna ou os remotos traços religiosos – foram avivados segundo as singularidades que contraíram no transcorrer dos últimos três ou quatro séculos no Ocidente.

Para Wolfgang Schluchter<sup>11</sup>, o tema da Modernidade, em seu âmago, nem pode ser atribuído a Weber. Defende que em Weber claramente não se localizam, no cerne de sua crítica, episódios que são extraordinários em distintos teóricos, como em Hegel, ou momentos da Modernidade, como, por exemplo, o Iluminismo e a Revolução Francesa. O termo e suas implicações "projeto da modernidade" não tem essencialmente uma afinidade eletiva no pensamento weberiano. Considera Weber como *historiador, diagnosticador e terapeuta*<sup>12</sup> das condições modernas. Vejamos:

---

<sup>11</sup> “Para discutir o significado das concepções weberianas da modernidade no momento em que ela própria está em questão reuniram-se em Hamburgo, em 1987, especialistas de diferentes orientações, para uma série de debates organizados de maneira no mínimo insólita para as condições a que estamos acostumados no Brasil: as intervenções foram transmitidas para um amplo público por uma das emissoras da rede radiofônica pública alemã. É dessa série o debate que Lua Nova publica neste número. Sob a coordenação de um dos mais importantes especialistas em Weber da atualidade, Wolfgang Schluchter, confrontam-se as posições mais à esquerda defendidas por Claus Offe, de quem Lua Nova publicou importante entrevista ("Razão e Política", Lua Nova nº 19), e as posições mais "ortodoxas", representadas pelo filósofo Dieter Henrich, autor de um livro sobre a metodologia weberiana mas que se notabilizou como especialista no pensamento idealista alemão, particularmente Hegel. A posição de Schluchter, favorável a uma reabilitação das teses macro-históricas e macro-sociológicas de Weber no confronto com uma abordagem micro-sociológica da ação, transparecem ao longo de todo o debate e contribuem para o seu caráter instigante” (1990, p. 229).

\*Debate publicado em: Christian Gneuss e Jürgen Kocka (org.), Max Weber - Ein Symposium, Munique, DTV, 1988.

\*\* Tradução de Régis Barbosa, apresentação e revisão técnica da tradução de Gabriel Cohn.

<sup>12</sup> Grifos do autor.

O tema que nos foi proposto contém um termo que decerto não pode ser atribuído ao próprio Max Weber. Ele não falava do projeto da modernidade. Um projeto pressupõe um esboço e um portador deste esboço, um "sujeito". Para Weber o desenvolvimento do Ocidente foi a consequência de uma concatenação de circunstâncias. Além disso, ele nunca usava o conceito de modernidade sem qualificá-lo. Falava do capitalismo moderno, do racionalismo moderno, também da liberdade moderna, mas nunca da modernidade, quando não evitava totalmente o conceito "moderno" para falar, por exemplo, de nosso desenvolvimento social e econômico europeu-americano. Sendo assim, deveríamos esclarecer, já no início, como podemos estabelecer uma relação razoável entre Weber e o termo "projeto da modernidade". Para isso e para nossa discussão, proponho um esquema simples, de três passos:

No primeiro passo, deveríamos discutir o que era, para Weber, a especificidade das condições modernas e quais as suas causas. A referência poderia ser aqui: desenvolvimento ocidental específico. Ele falava explicitamente de desenvolvimento *específico*, e isto coloca um problema de identificação e imputação. Neste sentido, trata-se de Weber como *historiador* das condições modernas. No segundo passo, deveríamos propor-nos a questão de como ele via a estrutura dessas condições modernas e as tendências de desenvolvimento. A referência poderia ser aqui: o paradoxo da racionalização. Trata-se, então, de Weber como *diagnosticador* das condições modernas e, além disso, de saber se sua posição relativamente a essas condições era apologética ou crítica ou uma combinação específica das duas. Podemos aguçar esta pergunta: terá sua posição sido anti-modernista, anti-iluminista? E, por fim, o terceiro passo: Como se deve reagir a estas condições modernas? Que podemos, que devemos fazer? Trata-se, portanto, da isenção de juízos valorativos, da teoria de valores e da ética. A referência poderia ser aqui: individualismo heroico, capacidade de suportar paradoxos. Trata-se, portanto, de Weber como *terapeuta* das condições modernas ou, mais precisamente, da questão: era ele simplesmente um tecnólogo social ou compreende sua obra a tentativa de uma filosofia prática? (SCHLUCHTER, 1988, p. 230-231).

Não visualizamos uma sentença que possa se encaixar melhor para a personalidade de Gustavo Barroso, das manobras que fez e os percalços que enfrentou para levar adiante seu projeto de preservação da memória nacional, baseado no ideário do “culto da saudade”, do que “individualismo heroico e capacidade de suportar paradoxos”, conforme o axioma de Schluchter. Pensamos que no percurso dessa narrativa deixaremos rastros que sustentarão tal assertiva.

Retornando, para Schluchter, a tese weberiana não busca a compreensão das condições modernas através de um ajuste simbólico de desígnios e implicações não intencionadas das ações, um artilheiro inalterável de decorrências de ações. Justamente não se pode explicar tal ajuste para Weber, como o fez Marx, por exemplo. Contrariamente, compete distanciar-se do arquétipo simples conforme o qual os homens fazem sua história, sob situações que não lhes foram permitidas escolhas. Subsequentemente, a ideia que podemos notar na obra de Weber é o distanciamento de uma definida configuração da teoria de evolução que esteve ativa no século XIX. Ao contrário, Weber reconhece situações históricas específicas em que tudo depende das deliberações apropriadas de sujeitos norteados por certos valores. Quando

nestas circunstâncias não se adotam as deliberações sensatas, deixa-se escapar a conveniência do momento, e isso pode ser, para um tempo, assaz extenso.

Com esta passagem<sup>13</sup> podem ser ilustradas duas coisas: a situação especial em que muito, a não ser tudo, depende da intenção de sujeitos posta em prática, e os entroncamentos de vias que daí resultam, tanto em termos positivos quanto negativos. A ideia da liberdade moderna foi realizada numa situação histórica especial em que os homens ficaram, por assim dizer, de cabeça para baixo. Alias, é interessante que Weber, neste ponto, atribui atenção especial à Revolução Francesa e ao Iluminismo, além daquilo que já ouvimos a este respeito. Mas o decisivo é que, para Weber, foi uma constelação singular em que nasceu esta liberdade moderna, e é improvável que consigamos outra vez juntar todas as forças para defender-nos contra as tentações de uma nova carapaça da servidão. Quais eram estas forças? Eram, além das já mencionadas, entre outras, as forças da ciência, que, em conjunto com o desenvolvimento do capitalismo primitivo e da situação de mercados abertos, eram indispensáveis para esta liberdade moderna. Mas, quais são as consequências fatais? Que outro efeito trouxe a ciência? Trouxe o efeito da conformação racional da vida exterior, ao mesmo tempo que sem dúvida destruía inúmeros outros valores. Disto faz parte também a destruição da existência humana completa, da personalidade universalmente desenvolvida. No lugar aparecem o especialista, o homem profissional, a redução do indivíduo a determinadas funções. Mas se a situação é esta, pode ainda ser rompida? Onde ficam as aberturas nas quais pode surgir algo novo? A revolução russa poderia ter-se tornado uma delas, mas isto acabou não ocorrendo. Podemos aguardar outras, haverá outras no futuro? Isto nos leva à questão do diagnóstico das condições modernas e, mais além, à pergunta de como Weber diagnosticou o desenvolvimento deste processo uma vez iniciado, não quanto à sua determinação por certas leis, mas sim quanto às suas tendências. A referência é, portanto: o paradoxo da racionalização. Ou podemos perguntar também: Era Weber um apologista desses desenvolvimentos – a passagem parece dizer o contrário – ou seu crítico, e quando sim, em que sentido? (SCHLUCHTER, 1988, p. 240-241).

Observamos uma ambivalência simbólica weberiana: uma solicitação à intermediação ativa por um lado, enquanto uma análise ou interpretação de um processo que parece prosseguir por si mesmo, adotando preceitos próprios. As interpretações de Weber comportam a assistência do surgimento, dentro de uma constelação basal, de múltiplas disposições de desenvolvimento e consentem igualmente que se avalie se são possíveis conforme pontos de vista valorativos. Isso se dá porque não existe qualquer resolução histórica universal, somente a ação contígua de fatores direcionada a uma circunstância global e inclusa

---

<sup>13</sup> A passagem de Weber a que se refere Schluchter é a seguinte: "Ao contrário: por mais que a luta por estes valores "individualistas" da vida tenha que contar a cada passo com as condições "materiais" do ambiente, sua "realização" não poderia ser deixada a cargo do "desenvolvimento econômico". Seriam hoje péssimas as chances da "democracia" e do "individualismo" se puséssemos nossa confiança de eles se desenvolverem no efeito "conforme a leis" de interesses *materiais*. Pois estes interesses assinalam inequivocamente direção oposta: o "benevolent feudalism" americano, as chamadas "instituições beneficentes" alemãs, a constituição fabril russa; por toda parte, a *carapaça da nova servidão* já está pronta, somente está esperando o momento em que o retardamento do "progresso" técnico-econômico e a vitória da "renda" sobre o "lucro", em conexão com o esgotamento do solo ainda "livre" e dos mercados "livres", tornará as massas "dóceis" e dispostas a nela vir morar definitivamente. Ao mesmo tempo, o caráter cada vez mais complicado da economia, a "estatização" ou "municipalização" parcial, o tamanho territorial dos povos cria cada vez mais papelada, mais especialização, divisão do trabalho e treinamento profissional na administração..." (1988, p. 240)

nela. Ora, a isso corresponde ainda que é possível avaliar a probabilidade dessas disposições de desenvolvimento: à valoração e ao julgamento da probabilidade podem acompanhar tão somente predições, todavia também expectativas de ação e, com isso, convites à essa ação. Inexiste, em Weber, um programa profético, histórico-universal, teórico, entretanto pode haver uma autoridade para o conteúdo humano de vida em uma época. Quando um tempo, um período histórico, oferece ampla perspectiva a certas disposições que nela colocam em risco a essência humana, o imperativo de atuar encerra a necessidade de promover uma maneira de apelo a uma contraposição. Com Weber compreendemos que a condição do que é moderno perfaz um espírito de desenvolvimento que, quando se estabelece, opera sempre no sentido de que há possibilidades que são desprezadas, não são alcançadas, acabam arruinadas, sem que se transforme com isto a constelação histórica essencial.

A liberdade de Weber é a da autodeterminação individual, num modo de agir que ganha sua orientação não das condições efetivas mas de valores e interpretações da vida e que, no entanto, deve desenvolver-se junto com uma visão imparcial da realidade e em virtude do conhecimento pessoal das relações, tendências e chances objetivamente dadas. Numa sociedade, a liberdade política pode coexistir com a perda da liberdade humana neste sentido – numa situação em que o sistema político funciona apenas como o aparato mais eficiente para equilibrar e estabilizar os outros aparatos que, por sua parte, realizam de maneira mais eficiente a satisfação das necessidades; isto é, burocracias e grandes empresas. A circunstância de que também as teorias neomarxistas pudessem referir-se a Weber deve-se ao fato de que Weber via, de modo semelhante a Marx, a possibilidade de que a liberdade política se tornasse uma mera função. Ao mesmo tempo, porém, Weber insistiu na conexão interna entre a liberdade política adequadamente organizada e a possibilidade da liberdade humana. Mas ele nunca reclamou a liberdade política somente porque sem ela a forma moderna da economia entraria necessariamente em crise. Ele viu a possibilidade de que também a liberdade política se integrasse num sistema de nova servidão. Mas a nova servidão, para ele, é algo absolutamente anti-humano (HENRICH, 1988, p. 244).

A definição de progresso, cuja multiplicidade de significações Max Weber estuda com afinco em diversos momentos de sua obra. Há situações em que é possível brotar uma novidade da qual inexoravelmente não se pode retroceder à sua retaguarda. E isso não na ingênua aceção de que é impossível rescindir a História, no entanto no sentido de que então surgiu alguma coisa qualitativamente nova, de tal forma que uma nova sujeição equivaleria de fato mais do que uma mera mutação de um antigo arranjo. Essas condições continuam cruciais, todavia são concomitantemente qualidades que não podem ser interpretadas, de uma forma qualquer, no sentido do otimismo vinculado à noção de progresso. Contrariamente, são condições que sugerem exceções graves, ressalvas que, por exemplo, põem em suspeita o princípio de união da liberdade política com a liberdade humana.

É importante lembrar que Weber não ambicionava que a liberdade humana, em sua essência, pudesse tornar-se um bem de caráter universal. O porquê disso é que sua realização

deveria ser individual. Carece ser compreendida de tal forma pelo sujeito da ação que tome um espaço em seu jeito de atuar ou o motive em suas ações, mostrando-se a ele enquanto possibilidade. Para tanto, concorrem riscos. E em face do sentido humano que é intrínseco à ação, deve invariavelmente ser notada, cultivada e avalizada por apropriadas instituições. O progresso a que nos cabe encetar denota, por conseguinte, o bloqueio de uma reincidida, presente na constelação moderna, isto é, nada é novo sem um rastro do passado. Se assim considerarmos, acreditamos que a investida à ação de Weber não induz espontaneamente a um futuro histórico melhor. Do oposto, podemos afirmar que sua interpretação histórica é marcada por certo pessimismo histórico.

Especialmente através da noção de politeísmo dos valores, Weber vai sustentar que os processos de racionalização explicitam a natureza inconciliável e incoerente da vida cultural. Mas isso só acontece porque as racionalizações têm por base a subjetividade e a irracionalidade última das escolhas humanas. A partir de então pode-se melhor compreender como a tragicidade da vida consiste em os homens terem que fazer escolhas e lidarem com as suas consequências, e de como tais opções excluem outras e os colocam em conflito ou luta consigo mesmos ou com os demais. Os homens não escolhem porque querem e nem como bem entendem; as escolhas não são mecânicas ou ajustadas segundo um princípio lógico. Eis o drama. Como resultado de ações racionalmente "impuras", os destinos históricos trazem a marca da arbitrariedade e do acaso, uma vez que os homens se posicionam diante de forças que escapam aos seus controles (NOBRE, 2000, p. 87).

Parece-nos que Weber visualizou uma disposição de desenvolvimento contundente das condições modernas, principalmente no caso de que no transcorrer do desenvolvimento da racionalização formal consumem-se as pressuposições pelas quais apareceram inicialmente. E isso alude tanto às conjecturas materiais, como sua afirmação absolutamente antecipatória do ponto de vista atual, de que o capitalismo moderno encontrará seu ocaso nas restrinjas da produção energética, quão também, e especialmente, às pressuposições espirituais. A perda da liberdade seria também de sentido: a ciência, que anteriormente era uma categoria importante para esse procedimento ter início, não estaria em condições de provir essa concessão de sentido. Para Max Weber a religião poderia fazê-lo, como compreendemos a partir de alguns escritos seus, entretanto, no melhor caso, dentro de limitações muito rigorosas.

Não sei ao certo como se pode descrever essa atitude valorativa de Weber, pós-iluminista e cética em relação ao progresso. Eu penso que, em Weber, as últimas reservas com as quais se pode resistir contra aquilo que nos impõe a modernidade podem ser encontradas no nível de uma ética heroica de cunho pessimista referida a personalidade e a elites. Gostaria de citar algumas expressões usadas neste contexto, para ilustrar qual é o campo de associações com que Weber aqui trabalha. Na caracterização da "ética de responsabilidade" trata-se de conceitos como "paixão" e "golpe de vista"; noutras passagens, trata-se de categorias como "maturidade", "força", "decência", "seleção", "nobreza", "grandeza", "qualidade da existência humana", "personalidade". Estes são conceitos que deixam a impressão de um sussurrar expressivo, porque as normas éticas a que se referem não são analisadas e

explicadas senão apenas evocadas em perífrases sempre novas, permanecendo em sua essência irracionais e opacas. Em outras palavras: quando lemos isto, não podemos compreender claramente por que motivo alguém, em virtude de sua "responsabilidade", "maturidade", "grandeza moral" e "nobreza" faria ou deixaria de fazer aquilo que ele ou ela fez ou deixou de fazer de fato. Claro que o conceito obscuro de "carisma" também faz parte desta lista (OFFE, 1988, p. 246).

Para Giddens (1991), tanto Marx quanto Durkheim viam a era moderna como um período agitado. Entretanto, os dois confiavam que as possibilidades favoráveis oferecidas suplantavam suas particularidades negativas. Para Marx, seria a luta de classes o meio de desarmonias básicas na ordem capitalista, enquanto conjecturava, concomitantemente, o nascimento de um sistema social mais compassivo. Durkheim, por sua vez, esperava que o desenvolvimento subsequente do industrialismo estabeleceria uma vida social mais tranquila e gratificante, unificada por meio de um ajuste da divisão do trabalho e do individualismo moral.

Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade (GIDDENS, 1991, p. 13).

Para Max Weber o ponto de partida da Sociologia é a compreensão e interpretação da ação dos indivíduos e não a análise de instituições sociais ou de grupos sociais. Nunca teve o intento de recusar a existência ou a autoridade dos fenômenos sociais como o Estado, a empresa capitalista ou mesmo a sociedade anônima, porém apenas destacar o imperativo de compreender os desígnios e motivações dos indivíduos agindo socialmente. Com Weber vemos o estabelecimento do enfoque de subjetividade do sujeito com o reconhecimento das ações singulares e individuais. Para Weber os fatos sociais não são “coisas”, todavia episódios que o cientista compreende e cuja constelação de fatores procurará descobrir. Seja qual for o ponto de vista tomado pelo pesquisador, sempre procederá de numa elucidação parcial.

## **2.1 Modernidade à brasileira**

A matéria da Modernidade e da ação social do sujeito – no nosso caso, a ação educacional de Gustavo Barroso – fazem parte do arcabouço teórico e metodológico dessa narrativa, imbuída essencialmente pelas reflexões de Max Weber, como já citamos. Os teóricos da obra de Weber que nos reportamos acima não concordam, entre si, nas interpretações que fazem de sua obra. Julgamos que esse fenômeno é por demais contributivo para nossa narrativa. Mantém-se a pergunta: o que é ser moderno no Brasil? Tal interrogação nasce com uma afinidade inerente à questão alusiva à identidade nacional. Surge já no século XVIII, ressonante às ideias iluministas, auferindo maior envergadura no século seguinte, dentre os argumentos

dos movimentos pela Independência do Brasil. É essencial nos primórdios do século XX, mormente em meio a diversos movimentos regionais e regionalistas, para, em seguida, fazer parte do nacionalismo desenvolvimentista, cujo sentido permanece em discussão nos nossos dias. Talvez exprima um ideal pluralista de modernidade, em que o sentido seja o reconhecimento da contingência histórica e a não supressão do próprio horizonte hermenêutico que direcione um processo de percepção e construção dos mais diversos discursos. No Brasil, as noções de *modernidade*, *modernização* e *modernismo* têm respostas plurais, variáveis, à aceção do que é ser moderno no país.

O momento histórico que buscamos compreender está permeado por essa discussão. Isso se dá, assim pensamos, porque há muito a questão da Modernidade tem ocupado a intelectualidade brasileira em distintas ocasiões. Aqui consiste em dominar os conhecimentos de como se perfilam os brasileiros no tocante a um mundo supostamente avançado, isto é, o Velho Mundo, inicialmente, e depois, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América.

No Brasil, repetidamente temos visto a abordagem da Modernidade enquanto alguma coisa marcada pela exterioridade, a qual necessitamos apreciar e seguir, ou, antagonicamente, devemos ter o cuidado de nos acautelar, porque pode ser perigoso. Essa importação ocorre, via de regra, através de uma elite intelectual que vai ao cerne das discussões apoderar-se do ideário e arquétipos lá vigentes, transpondo-os para outra realidade que é a sociedade brasileira. É muito comum a confusão entre Modernidade com aquilo que é contemporâneo, do tempo presente, tendo em vista que a aquiescência a tudo que está em evidência nas localidades florescentes de novidades é, não muito raro, percebida como moderna.

Sobre os empréstimos culturais, Peter Burke (1997, p. 3) afiança que “a ideia de uma cultura ‘pura’, não contaminada por influências externas, é um mito”. Fundamentado em seus estudos comparativos rematou que “somos todos ‘emprestadores’, mesmo quando fazemos parte de culturas ‘financiadoras’ como a francesa, a italiana, a norte-americana ou a chinesa”. E para autenticar essa assertiva, Burke menciona que o historiador francês Fernand Braudel escreveu em seu célebre estudo sobre o mundo mediterrâneo que “para qualquer civilização, viver é ser capaz de dar, de receber, de emprestar”.

Em outro momento de suas reflexões, Burke (2000, p. 257) sobrepõe ao pensamento de Edward Said um referencial a respeito do tema da história cultural, de que “a história de todas as culturas é a história dos empréstimos culturais”. O que podemos alegar é que a similaridade entre os assuntos assinala para o direcionamento de uma possibilidade de

‘recepção’, quiçá de um ‘encontro cultural’, de uma ‘transferência’ ou mesmo de uma ‘transposição’, ou até ‘incorporação’, conforme os termos aplicados pela história cultural para “descrever os processos culturais de empréstimo”. Tal multiplicidade das novas denominações, de acordo com Peter Burke, “presta eloquente testemunho à fragmentação do mundo acadêmico atual”, mas não exclusivamente isso. Desponta igualmente um novo entendimento de cultura “em que o processo de apropriação e assimilação não é secundário, mas essência” (BURKE, 2000, p. 263). Tomando como suporte essa constatação de Burke é que aplicamos, no início dessa narrativa, discutindo a Modernidade no Brasil, a noção de empréstimo cultural.

Compreendemos que qualquer empréstimo é arranjado como uma totalidade, pois se assim não o fosse caracterizaria uma imitação, um logro. O empréstimo se concretiza por meio de uma escolha do sujeito, de uma opção definida pela propriedade e mérito de certos aspectos que o sujeito julga pertinentes à sua ação social, que avalia relevantes ou adaptáveis aos seus interesses. Burke afirma que desde os ‘teóricos da recepção’, entre os quais Michel de Certeau, que a habitual conjectura de recepção inerte foi suprida pela de adequação inventiva. Seguindo esse raciocínio, aquilo que é transmitido é recebido conforme a atitude de quem recebe: “o que é recebido é sempre diferente do que foi originalmente transmitido, porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as ideias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido” (BURKE, 2000, p. 249).

A dinâmica cultural alude a um procedimento de desenraizamento, como também de um reenraizamento. Opiniões e métodos que surgem em um ambiente podem migrar para outros espaços, deparando-se com atmosferas muitas vezes distintas das quais se originaram, e é lógico que sofram um processo de ajustamento às novas condições em que se inserem.

Nossa dinâmica cultural, podemos afirmar, ainda que incorrendo em uma generalização, muitas vezes se mostrou apta a receber e reinventar criativamente o que vem de fora, reelaborando e imprimindo propriedades muito peculiares que transmutam o “velho” em algo novo, com um jeito próprio da cultura brasileira. Um caso que nos chama muito a atenção é justamente o momento da proclamação da República em 1889. Tomemos como exemplo o fato de que os militares e políticos brasileiros que comandaram esse episódio histórico estavam intensamente envolvidos pelo ideário positivista. Originário da França, foi aqui que o positivismo apresentou mais força política e conquistou mentes e corações: há o que se chama de arquitetura positivista, referindo-se aos modelos de edificações em que foram determinadas as construções pelos donos do poder na República Velha (1889-1930); existem cidades, como o Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde ainda há templos positivistas; nossa bandeira com o lema



“Ordem e Progresso”, denota a centralidade de Auguste Comte em nossa simbologia (CARVALHO, 1990).

O Positivismo, para os governantes e para a intelectualidade do Brasil republicano em formação, seria um ideário que vislumbrava a modernidade e absorvia os meios imperiosos para alcançá-lo? Em uma situação assim montada, como sinônimo concomitante de democracia e ciência, a república não teria sido o nome brasileiro para modernidade?

O componente militar da ditadura de Floriano, voltado para o centralismo antifederal, tingeu-se com o jacobinismo, particularmente ativo no último ano do governo. Todas as explosivas esperanças utópicas, latentes na propaganda republicana, florescem nos grupos acadêmicos, nas camadas médias, nos proletários e déclassés, com o centro constituído pelos jovens militares, intoxicados de positivismo, para uma ação mal definida, difusa, sem objetivos claros. Floriano é o pólo de atração — o esboço do "ditador central" do comtismo (FAORO, 2001, p. 651).

Os militares positivistas estavam, por exemplo, entre os primeiros a atentarem para a situação dos nativos do Brasil. O Marechal Rondon, que consagrou boa parte de sua história de vida às populações indígenas, apontava que careciam de respeito, apoio e consideração, porém sua ideia era de unificá-los à “civilização brasileira”. Impregnada pelo positivismo, essa ideia apresentava-se como uma maneira não só do Brasil se modernizar em relação à Europa e igualmente dos nativos se civilizarem em relação ao Brasil. As coisas se mostravam tal qual uma questão de estágios, numa perspectiva linear-evolucionista, perfeitamente acomodada sob o olhar de um positivismo progressista.

Remonta ao Império, especialmente a geração atuante politicamente em 1870, o espírito intelectual de se refletir e debater a viabilidade de uma civilização nos trópicos. Para tanto, de acordo com esse espírito da intelectualidade, apresentavam-se entraves, como a raça e o clima. Intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e também Gustavo Barroso, absorvidos em ilustrar a sociedade brasileira por meio da interação da raça, do meio geográfico e do momento histórico, podem ser considerados pessimistas e, sob a ótica de hoje, preconceituosos quanto ao brasileiro, por eles qualificado como passivo e indolente. A nossa existência intelectual, por sua vez, seria deposta de filosofia e ciência, contaminada por um sentimentalismo subjetivista e mórbido. Para alguns desses autores, a solução seria o embranquecimento da população através, por exemplo, da vinda de imigrantes europeus.

Como veremos adiante, Gustavo Barroso é condescendente com muitas dessas considerações, mas escolhe o sertanejo cearense como o homem forte, representativo da cultura do Norte, muitas vezes resistente às hostilidades do meio justamente pela sua força mestiça.

Sabemos que Darwin, Comte, Spencer e Buckle eram invariavelmente referidos pelos autores do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, para as análises de questões sociais, especialmente as temáticas concernentes às questões de formação racial e seu impacto na estruturação das nações. Suas ideias materialistas propagadas uniram-se ao positivismo, logo posto entre a intelectualidade, como o evolucionismo de Spencer, que consistia em uma instrumentalização das teorias de Darwin para explicar as sociedades humanas. Tais teorias tiveram a oportunidade de fazer uma renovação intensa de mentalidades, seja porque abordaram o conceito de tempo, seja porque instauraram o que podemos chamar de “culto à ciência”, que passou a ser uma espécie de selo privilegiado de autenticação de validade na elucidação a propósito de qualquer fenômeno, fosse natural ou social.

Por aqui tais filosofias não foram objeto de contendas teóricas ou de apoios intransigentes. Poucos seguiram inteiramente qualquer uma. Jocosamente Renato Lessa aponta para uma “versão tupi-positivista” (2001, p. 15). Independentemente das formas como foram assimiladas e propagadas, o que destacamos, todavia, é que ajustaram-se como arsenal de onde foram extraídas as munições para refletir sobre as questões nacionais, a fim de participar profundamente das discussões por melhorias e, ainda, para debater o conteúdo de nossa identidade. Inegavelmente nos vemos perante uma geração fortemente envolvida na vida do país e preocupada em decifrá-lo, com vista à sua condução numa trilha progressista e civilizatória, ou seja, um caminho do futuro. Em meio a essas circunstâncias, tal como um lamento, Gustavo Barroso referiu-se à sua perene luta em defesa das esquecidas “glórias e tradições militares”:

Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares. Iniciei este trabalho em tempos ingratos, quando nosso meio, por ignorância ou minado pelo micróbio positivista, se manifestava de todo hostil a qualquer tentativa dessa natureza. Estou hoje esquecido; mas quando galhardamente desfilam pelas avenidas sob os aplausos da multidão entusiasmada, os regimentos engalanados de faultentos uniformes tradicionais, sobretudo os já famosos Dragões da Independência, creio que algumas pessoas se recordarão ainda da campanha soez feita contra o jovem deputado idealista que lançara essa ideia do seio dum parlamento dominado pela politicagem (BARROSO, 1942, p. 402).

Silvio Romero, um ícone do período, por exemplo, em **Brasil Social** (1908) enfocou a questão da mestiçagem, igualmente Euclides da Cunha tratou nos **Os Sertões** (1902) de problemas a propósito de determinismos biológicos e climáticos. A fundamentação de uma história nacional constituiu-se com a classificação cronológica de fatos políticos e administrativos, bem como com as periodizações e padrões definidores da história brasileira que ainda persistem, em essência, na produção atual.

Com Gilberto Freyre (1976), a partir da década de 1930, vimos surgir uma inovação sobre a visão racial do Brasil. Então o país passa a ser considerado como uma civilização tropical de particularidades exclusivas, como a mestiçagem e a elaboração de uma democracia racial. Gilberto Freyre não via a combinação racial como um problema, todavia quanto uma prerrogativa que o Brasil teria em relação às demais nações. Para Emília Viotti da Costa,

A principal razão da nova orientação dos estudos históricos reside nas próprias transformações que se operaram na sociedade brasileira, contribuindo para a formação de um grupo particularmente interessado em analisar a realidade por novos prismas. O país atravessou um período de crise e de transformações. A nova geração critica o idealismo dos homens do passado e condena a sua alienação, pleiteando uma visão mais concreta do Brasil.

O movimento modernista inaugurado com a Semana de Arte Moderna em 1922 representou, de certa forma, no campo das letras e das artes, uma afirmação de brasilidade. O movimento não foi uma cópia do modernismo de Marinetti, nem mera imitação. Foi a manifestação do desejo de fazer da literatura e das artes plásticas uma expressão da nacionalidade.

A tendência já se esboçara há algum tempo. Lima Barreto, que, aliás, ficou à margem do modernismo, parecendo mesmo não o ter compreendido, revelava idêntica preocupação. O nacionalismo de Policarpo Quaresma, um de seus personagens mais famosos, as contradições e perplexidades que o atormentam, bem como o seu triste destino simbolizam o nacionalismo incerto e contraditório da nascente burguesia que se contrapõe ao “esnobismo” e às ânsias de europeização das elites tradicionais. À semelhança de Lima Barreto, Monteiro Lobato também traça em suas obras um novo retrato do Brasil. Em *Urupês*, retrata a realidade cabocla. A figura do caboclo que ele pintava era, menos do que um retrato, uma denúncia, um protesto, um apelo à ação. Era preciso abandonar a imagem idealizada do Brasil, era preciso revelar a verdade sobre o país, era preciso traçar uma imagem objetiva da realidade, assim pensavam os homens dessa geração. Desde *Urupês* até *O escândalo do petróleo e do ferro*, Monteiro Lobato esteve empenhado em defender a causa da nacionalidade.

O mesmo apego ao Brasil revelam os fundadores da *Revista do Brasil*, que apareceu pela primeira vez em 1916, sob a direção de L. P. Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol.

Olavo Bilac, que permaneceu à margem do modernismo, sendo alvo de inúmeros ataques e críticas, iniciou com o mesmo intuito nacionalista que norteou mais tarde os modernistas a campanha que resultou na criação da Liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional. Os homens da nova geração estavam empenhados em conhecer e analisar o Brasil, em perscrutar a realidade presente e passada (COSTA, 1998, p. 420-421).

A etapa futurista e cosmopolita que o movimento modernista adquiriu em suas manifestações iniciais foi suplantada em 1924 quando houve a exacerbação do tom nacionalista do movimento. Parecia um nacionalismo intimamente desmembrado entre duas alternativas, ou sejam, as opções pela direita e as opções pela esquerda. Ao mesmo tempo em que os movimentos Pau-Brasil e Antropofagia, de Oswald de Andrade, vertiam propensos à esquerda, a Anta e o Verde-Amarelo, de Plínio Salgado, regiam ao caminho da direita.

Ressaltamos ainda que as disposições literárias regionalistas que abonavam o tom à literatura nordestina, contrapostas, em essência, às diretrizes do movimento modernista, encerravam em comum o fato de propagarem a aspiração de penetrar na realidade nacional.

Ora, parece-nos notório que nesse momento histórico, fosse por motivos tradicionalistas ou agitadores, fosse aparência de esquerda ou de direita, intelectuais e artistas do país ligavam-se com entusiasmo às coisas brasileiras. Os estudos históricos muito lucrariam. Recordemos de Oliveira Vianna – a quem hoje se reprova a falta de objetividade e exagero de idealização da realidade brasileira, tal qual com Gustavo Barroso – censura o idealismo dos políticos brasileiros registrando em um opúsculo de 1922:

Só com o conhecimento positivo e concreto do nosso povo poderemos iniciar aqui um conjunto de reformas políticas que apresentem ao seu meio. O que é preciso é buscar em nós e não fora de nós a inspiração, só com os nossos elementos é que poderemos construir obra fecunda e grandiosa. Vemos que a nova geração se agita no sentido de reformas sociais e reformas políticas. Mas essa geração está colocada dentro das pontas desse dilema formidável: ou a geração volta-se, abandonando os antigos fetiches, para o seu país, estudando-o carinhosamente na sua estrutura, na sua mentalidade, no seu viver, nas suas crises, nas suas endemias naturais e sociais e terá assim constituído uma base realística para sobre ela erigir o seu idealismo orgânico, ou então irá buscar fora, nos exemplos e na obra feita de outros povos, mais senhores de sua dignidade, a inspiração do seu idealismo e reincidirá no nosso velho pecado de cem anos – e neste caso deixará de si, o mesmo rastro estéril antinacional das quatro ou cinco gerações que a antecederam (OLIVEIRA VIANA, 1922).

Vemos nessas linhas a confissão do anseio de análise e objetividade que empolgara os escritores desse momento histórico. Contudo, ao repreender o idealismo do povo brasileiro e dos políticos que estimavam por um Brasil igual aos demais, há um tirocínio irrefletido de um idealismo às avessas, fantasiando os outros povos, concomitantemente à idealização da própria realidade brasileira sobre a qual se debruçava e empenhava-se em conhecer. Não obstante as restrições do momento histórico, sem cairmos em anacronismo, podemos afirmar que escritores, intelectuais e artistas estavam todos comprometidos em traçar um retrato realista do Brasil.

Sabidos os interesses pelos temas brasileiros e da aspiração crescente de pungente objetividade, constatamos a aliciação consciente desses representantes da cultura nacional. Ecoava no Brasil e em todo o mundo o dilema que despedaçava o período entre guerras. Nos derradeiros anos da década de 1920 e por toda a década de 1930, as preferências de direita ou de esquerda pareceram imprescindíveis à maioria dos intelectuais. Era de todo quase impossível imaginar um intelectual independente, desprendido de ideologias. Os escritores desaprovavam o esteticismo. A palavra de ordem era edificar uma literatura e instituir uma arte social, ferramentas de ação partidária e vetor de reformas políticas que a todos se configuravam imperativas e mandatórias. Esse espírito se demonstraria mais nitidamente na década de 1930.

Vivia-se num clima revolucionário que forçava as opções políticas e o engajamento do intelectual, estimulando o interesse pelos estudos de história do Brasil. Era preciso conhecer o país para poder transformá-lo. E para conhecer o país era preciso não só

analisar o presente, como estudar o passado. As revoltas de 1922 e 1924, que exteriorizavam os descontentamentos represados, tinham um conteúdo mais profundo do que se poderia supor ao ler manifestos revolucionários: revelavam as mudanças que se operavam na estrutura econômica e social do país desde a proclamação da República e que a guerra de 1914 viera acelerar (COSTA, 1998, p. 423).

De acordo com Isaiah Berlin, sempre preocupado com a implicação da história e da cultura na filosofia e na história das ideias e no sentido de evitar anacronismos históricos e intelectuais,

historiadores e homens de ação buscam suas informações onde podem. Métodos científicos, estatísticos e detalhe biográfico microscópico – nenhum deles é irrelevante, todos podem aumentar o sentido do que pertence a qual lugar. Certamente, sem um mínimo de informação completa deste tipo não há nada, só ignorância. Entretanto, o sentido da realidade ou de história que nos capacita para detectar as relações existentes entre coisas e pessoas reais é o de familiaridade com singularidades, ao passo que toda a teoria lida com atributos e entidades idealizadas – com o geral (BERLIN, 1999, p. 59).

Em "A inevitabilidade histórica", Berlin incide negativamente sobre as teorias deterministas que aceitam a história como algo que é regida por leis inalteráveis. Tais prognósticos são inspirados tanto devido ao sucesso das ciências naturais, quanto pela crença intensamente radicada na teleologia, segundo a qual todas as coisas, não apenas os seres humanos, perseguem objetivos; e são não menos movidos pelo nosso permanente anseio de desobrigar-se da responsabilidade. Berlin desmascara todas essas atitudes como dogmáticas e não empíricas. Porém, contra o determinismo, ainda indica um argumento mais geral que nos conduz à essência de sua visão do homem.

Nós não começamos nos situando em algum ponto arquimediano fora do mundo, de onde escolhemos este ou aquele ideal ou desejo, como objetivos em um supermercado; nascemos, como disse Aristóteles, em um mundo e uma sociedade; vemo-nos comprometidos com eles pelo modo que agimos normalmente, pelo fato de sermos o que somos, e estarmos onde e quando estamos (e nossas sociedades); ao tomarmos consciência disso, percebemos as contradições existentes entre os fatos e nossas noções ou fantasias, ou entre os nossos ideais, ou entre fins e meios adotados para servi-los; e podemos – e nisto consiste ser racional – tentar superá-los por meio de uma compreensão mais plena dos fatos (BERLIN: 1999, p. 59).

Acreditamos que essa reflexão de Berlin indica que os fenômenos históricos são muito mais amplos e profundos do que possamos imaginar e interpretar, além do que há uma ligação entre coisas e pessoas, ou seja, entre objetos e interesses, bem mais intrincada do que comumente se pode alcançar a partir de um conjunto de regras ou de teorias pré-estabelecidas.

Alguns buscam leis gerais, outros fatos históricos particulares. Em linguagem lógica, a meta de uns é o juízo apodítico geral e a de outros a proposição assertiva singular. (...) Poderíamos descrevê-lo assim: as ciências empíricas buscam, em sua persecução do conhecimento da realidade, tanto o geral sob a forma de leis naturais, como o particular sob o modo do historicamente determinado; estudam, por um lado, a forma

permanente e idêntica e, por outro lado, o conteúdo único e completamente acabado dos fatos reais. Uma ciência diz respeito às leis, a outra aos acontecimentos; uma ensina o que sempre é, a outra o que foi uma vez. O pensamento científico - se me permitam conceito novos e artificiosos - é, em um caso, nomotético e, em outro, ideográfico (WINDELBAND, 1924, p. 144).

As singularidades presentes nas relações sociais fazem menção aos mais distintos elementos que via de regra são descartados em apreciações de situações e episódios da história. Ao longo da produção historiográfica, muitas teorias foram determinadas sem considerar essa plêiade de elementos, que são concretos. Os racionalistas do séc. XVIII, defende Isaiah Berlin, foram alguns dos que ignoraram a existência de uma lacuna entre concepção de fórmulas, a generalização e as ocorrências reais. A ideia geral de que podem ser encontradas respostas por meio da formulação de regras, que convêm ao passado, quanto ao presente e ao futuro, indistintamente, é que criou compreensões teóricas errôneas que não dão conta da realidade: espantosos equívocos foram assim instituídos ao longo da vida humana e a sua história.

Berlin não se distinguiu nem como filósofo, nem como historiador das ideias, muito menos como um crítico literário, todavia como um pensador que revelou uma mente independente na aliança possível dos ideais da liberdade, da igualdade e da compostura na história do pensamento político e filosófico, com os quais igualmente dirigiu a sua vida. Fizemos alusão ao pensamento de Berlin para dar solidez à base teórica dessa tese, sem dúvida. E, muito mais que isso, para justificar nossa escolha por esse personagem e sua ação educacional para a Museologia no Brasil, sem detratá-lo por suas concepções ideológicas, não deixando reverter qualquer julgamento anacrônico de ordem teórica e metodológica sobre a obra de Gustavo Barroso, nomeadamente, nesse trabalho, a obra museológica e sua ação educacional.

O autor tem cuidado em considerar o lugar da autoridade da opinião em sociedade, adaptada em prejuízo de senso crítico, isto é, o que chama de senso de realidade. Parece-nos que para Berlin as consequências mais drásticas desse quadro estão mesmo enraizadas no campo social e político, nomeadamente ao se perder o “bom” discernimento político, o que interfere nas realidades sociais. Defende que:

o ingrediente indispensável para o bom discernimento político é o conhecimento semi-instintivo destas profundidades maiores, o conhecimento das conexões intrincadas entre a superfície exterior e as outras camadas, mais remotas, da vida social ou individual (BERLIN, 1999, p. 80).

Berlin disserta sobre a diferença entre a racionalidade, própria do método científico, e a racionalidade em domínios diferentes, como a política e a História. Em seu pensamento

defende que a racionalidade constitui um caráter daquilo que apresenta bom discernimento, é quando se aplicam métodos em um campo em que funcionam perfeitamente. Contudo, há uma pendência que incide precisamente na ideia de que o que pode ser racional para certa área de conhecimento, pode ser irreal, utópica, para outra, reciprocamente. É nesse sentido que devemos discernir sobre um imperativo de abertura para o diálogo com o outro, sobre a obrigação de circulação de ideias, a fim de que não exista uma autoridade da opinião que se transfigure em autoritarismo.

## **2.2 Museologia no Brasil**

Na busca do entendimento e da sistematização da ação social do nosso sujeito histórico, temos, indubitavelmente, que retornar um pouco no tempo para refletirmos sobre a Museologia no Brasil. Não obstante as primeiras experiências museológicas terem sucedido no Brasil ainda no século XVII – museu, jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico instituídos, no Recife, por Maurício de Nassau – e, no século XVIII, a Casa de História Natural, também denominada “Casa de Xavier dos Pássaros”, o aparecimento de um museu como estabelecimento de ordem científica sucedeu somente em 1818 com a criação do então chamado Museu Real, hoje designado Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o século XIX fora ainda marcado pela instituição de outro distinto museu, ou seja, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi (1871) e pelo planejamento do Museu Paulista (1893), instituído já no período republicano, contando com grande influência do pensamento ilustrado dos demais museus retrocitados.

Essas instâncias museais, representativas do pensamento de sua época, tanto absorveram características locais, inquietações e papéis inerentes aos seus contextos regionais, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX, como representaram a produção do conhecimento científico e desenvolveram metodologias museológicas específicas, harmonizando arquétipos internacionais à situação nacional.

Em 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e a transformação do Museu Paulista em um museu predominantemente histórico à mesma época, deu-se uma ressignificação no conceito de museu, de Museologia e de processos museológicos, que teve seu ápice na criação do Curso de Museus em 1932, no próprio Museu Histórico Nacional, sob a ingerência de Gustavo Barroso.

As inovadoras práticas museológicas abraçadas a partir de então ganharam a roupagem de símbolo de Modernidade, indicando uma superação dos processos anteriores. Esses museus, reféns da Modernidade, passaram a ser comparados negativamente como

gabinetes de curiosidades, em que certo amadorismo e interesses particulares de pesquisadores determinavam a seleção dos acervos e orientavam as exposições. As condições relatadas não são objetivos dessa narrativa, mas podemos afirmar que apenas a partir da década de 1970 é podemos perceber algumas mudanças.

Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas (FAORO, 2001, p. 592).

Laura de Mello e Souza, discorrendo sobre a obra de Faoro, enfatiza a questão:

A república agrária e federal substituirá o estamento pelas elites estaduais. 1922 seria “o divisor de águas da república”, como 1868 o fora do império, a sucessão presidencial deflagrando uma crise que daria o golpe de morte na política dos governadores. No lugar das combinações estaduais, passaria a prevalecer o equilíbrio de duas grandes regiões, o Norte e o Sul. Havia grande inquietação popular e os militares, no ostracismo por dois quadriênios, também estavam descontentes. O ataque seria contra o presidente, a peça essencial do sistema naquele momento. A Segunda República começou, assim, em 1922 (SOUZA, 1999, p. 351).

Faoro, como vimos acima, enxergou o ano de 1922 como um “divisor de águas”. Outros muitos historiadores repetem essa máxima, mas a sua maioria identifica a Semana de Arte Moderna como o grande acontecimento do referido ano. Para nós, nesse trabalho, importa muito mais os festejos e as implicações políticas e culturais da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.

### **2.3 Historicidade de uma época: o centenário da Independência do Brasil, a questão nacional e a capital da República**

Para interpretarmos os elementos históricos antecedentes à tríade da obra museológica de Gustavo Barroso, bem como de seu projeto de museu ergológico, continuamos amparados na forma, na metodologia e nos vínculos teóricos dos temas com os quais Weber trabalha, sempre observados por ele a partir de uma perspectiva histórica, tal como ciência do real, porque trabalha com conceitos definidos para a compreensão da determinação dos acontecimentos e de suas relações intrínsecas. Weber nos alerta para se evitar a confusão entre evidência e validade, visto que a validade de uma proposição depende da lógica da verdade, enquanto uma relação pode nos parecer evidente ou hipotética, ou ainda na forma de tipo ideal (1992, p. XX). O que se espera do autor de um texto científico não é somente que nomeie seus



valores, mas que faça todo o empenho para não confundir esses valores com a análise científica, ou seja, que mantenha separados seus valores de seus escritos analíticos. A questão da análise científica não se restringe à explicitação, uma vez que esta é o ponto inicial da constituição conceitual, partindo do princípio de que a construção do argumento científico precisa seguir vias distintas daquelas do argumento político. Enfim, demandam-se novas formas de conhecimento: o primado dos problemas e a seleção da perspectiva, testados pela experiência, tornam-se, para Weber, o pressuposto do conhecimento histórico.

As disciplinas empíricas, que trabalham com a categoria da causalidade e elaboram as qualidades da realidade, e nas quais se integram a história e ainda todas as “ciências da cultura”, utilizam, quase sempre, esta categoria em toda a sua extensão: encaram os estados e as mudanças da realidade como “atuados” e “atuantes”, e procuram, em parte, mediante a abstração, a partir dos contextos concretos, descobrir “regras” de “causação” e, em parte, “explicar” conexões “causais” concretas pela referência a “regras”. Mas que papel ali desempenhará a formulação de “regras” e que forma lógica elas assumirão, se em geral terá lugar uma formulação de regras, é um problema da meta cognitiva específica. A sua formulação em forma de juízos de necessidade causais, porém, não é a sua meta exclusiva; a impossibilidade da forma apodíctica (*parte da lógica que tem por objeto a demonstração*) de nenhum modo se limita às “ciências do espírito”. Sobretudo na história, a forma da explicação causal provém, ademais, do seu postulado da “interpretação” mediante a compreensão. Sem dúvida, ela quer e deve trabalhar também com conceitos de suficiente precisão, e aspira ao máximo possível de clareza na imputação causal, de acordo com a situação do material das fontes. Mas a interpretação do historiador não se dirige à nossa capacidade de ordenar os “fatos” enquanto exemplares em conceitos genéricos e em fórmulas gerais, mas à nossa familiaridade com a tarefa, que todos os dias se nos apresenta, de “compreender” a ação humana individual nos seus motivos. Em seguida, as “interpretações” hipotéticas, que a nossa “compreensão” empática nos ministra, são, decerto, por nós verificadas com a ajuda da “experiência” [...] Assim também na história: ela só pode estabelecer que houve uma conexão “causal” de determinado tipo e torná-la “compreensível” pela referência a regras do acontecer. Por isso, a “necessidade” estrita do acontecer concreto continua a ser, para a história, não só um postulado ideal, mas um postulado que reside na infinidade; então, não se deve, por outro lado, derivar da irracionalidade, inclusive de cada acontecer individual, enquanto parte do cosmos, nenhum conceito de uma “liberdade” indeterminista, específico e relevante para a investigação histórica. Em especial a “liberdade da vontade” é, para ela, algo de transcendente, e até de absurdo, quando concebido como fundamento do seu trabalho. Em termos negativos, a situação é esta: para a história, ambas as ideias se encontram para lá de toda a experiência” que ela possa verificar; e às duas não é permitido influenciar, de modo efetivo, o seu trabalho prático (WEBER, 2010, p. 25-26).

Weber visa a um "conhecimento cultural histórico pleno", postulado de uma formação histórica do método, segundo distintas vezes observamos em seus escritos. Se todos os fenômenos culturais, sejam as religiões, o gosto artístico de uma época ou o "Estado" como formação normativa, precisam ser submetidos em inicialmente à questão: de que maneira estão economicamente condicionados? Igualmente é necessário indicar o questionamento inversamente: em quais efeitos os fenômenos culturais se tornam economicamente relevantes?

Apenas esse procedimento metodológico dúplice autorizaria o desejado "conhecimento cultural histórico pleno".

Não desejamos o “conhecimento cultural histórico pleno”, pois nessa tese almejamos um micro conhecimento sobre certo momento histórico no Brasil. Começamos pelo nacionalismo na sua acepção moderna, com particular destaque para o nacionalismo extremista do século XX, iniciado entre 1880 e 1914, que instituiu uma categoria inflamada da consciência nacional e que derivou na disseminação de totalitarismos. No Brasil temos o integralismo, do qual foi figura atuante Gustavo Barroso, vínculo que nunca conseguiu romper, mesmo que o quisesse, dado que a marca de ter sido integralista o acompanha até hoje. O mesmo não aconteceu com outros que aderiram ao movimento integralista, principalmente porque ao se desligarem do movimento, passaram a atuar nas fileiras da esquerda, salvaguarda para suas honras intelectuais.

O integralismo, moldado sobre o fascismo, com adaptações nacionais, se expande em nível nacional, colhendo a herança abandonada da direita nacionalista da década de 20. Segundo um dogma que recebera contribuições antigas e recentes, o liberalismo, entregando a sociedade a si própria, não passava do anarquismo latente, caldo propício ao golpe comunista. A "liberal democracia", de outro lado, segundo a fórmula engendrada para depreciar o regime do voto e dos partidos, além de gerar o caos proporcionaria o domínio do país pelo capitalismo internacional. A organização do Brasil segundo moldes profissionais restauraria a autoridade e afastaria o cosmopolitismo, "isto é, a influência estrangeira, um mal de morte para o nosso nacionalismo".<sup>75</sup> Intelectuais se aproximam, senão que aderem, ao movimento, com as francas simpatias da hierarquia católica e algum favor nas classes armadas, sobretudo na Marinha. O namoro ou a mancebia era natural: sob um quadro importado e nacionalizado oferecia-se a oportunidade de um governo estamental, de comando de cima para baixo, coerente às aspirações de universitários cultivados para o exercício do poder sem a disputa plebéia. Governar seria ofício pedagógico de grupos remanescentes da velha República, remodelada autoritariamente. A classe média, sobretudo a nova classe média (*white collar*) sem papel político na sociedade, desdenhada pelas camadas dominantes, sente no credo verde a oportunidade de ajustar-se ao Estado, que a banira, durante quarenta anos, como parasitária e improdutiva. Na vertente oposta, o pânico do comunismo, dramaticamente denunciado com a Aliança Nacional Libertadora, sob a ascendência de Luiz Carlos Prestes, agora conciliado ao outrora frágil partido sem expressão, acelera o crescimento do integralismo, já numeroso em 1935. O integralismo seria a fórmula retificada e exacerbada da República Velha, na feição de domínio das camadas médias, sem estadualismo e sem oligarquias, com uma comunidade no poder, liberta dos azares do liberalismo. Ele corresponde, não na forma, mas na essência, tirante o ritual fascista, à manutenção do poder pelos revolucionários de 30 saídos dos grupos dominantes, Osvaldo Aranha, este, na verdade, em rápida conversão à democracia, Gustavo Capanema e, sobretudo, Francisco Campos. Plínio Salgado será o ator ostensivo que, muito breve e com muita facilidade, Getúlio Vargas — tido por Vitorio Emanuel em perspectiva — arredará com um piparote (FAORO, 2001, p. 828-829).

É interessante percebermos que nesse fragmento de texto da grande obra **Os Donos do Poder**, de Raymundo Faoro, há uma excelência indubitável na narrativa sobre o tema integralismo, inclusive na citação de grandes nomes do movimento. Mas não há qualquer

referência sobre Gustavo Barroso, o chefe das milícias do movimento. Ao mencionarmos isso incorreríamos em uma espécie de complexo de inferioridade em relação ao nosso sujeito social, Gustavo Barroso? Pensamos que a questão mereceria pelo menos um momento de atenção e reflexão. Contudo, retomando a narrativa, notamos que voltado ao debate sobre Modernidade, Faoro fala de um “esquema modernizador”:

A absorção, num só impulso ascensional, do patrimonialismo e do capitalismo moderno, voltado este para a indústria e para a lavoura como empresa, será um destino não possível para o esquema modernizador, comprometido com a comercialização e não com o âmbito produtor. O núcleo modernizador cede, na República, à dispersão e à privatização, com o governo decorativo na teoria e vítima dos assaltos particularistas, estadualmente consagrados. A convergência para a unificação do mercado e para o aliciamento protetor e governamental suscita o centralismo, o protesto antifederal, na surda marcha que leva a 1930 (FAORO, 2001, p. 592).

A surda marcha a que se refere Faoro terá em 1922, data da fundação do MHN, o ano mais emblemático, porque os grandes acontecimentos dessa realidade histórica constituem uma constelação de fatores que colocará em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.

Antes mesmo do ano emblemático de 1922, no limiar da década de 1920, o grande evento do Centenário da Independência contou com diversos eventos preparativos, todos profundamente caracterizados pela obsessão em causar boa impressão aos demais países que se dignaram a participar das celebrações do centenário. Havia um forte desejo de edificar a imagem de um Brasil maduro e preparado para integrar uma civilização, dado que o processo de modernidade era irreversível. Dito isso, logo identificamos que as razões que explicavam e abonavam o arrasamento do Morro do Castelo<sup>14</sup> se voltavam para a construção de uma capital desenvolvida, higienizada, modelo para todo o país.

---

<sup>14</sup> Descendo do Morro do Castelo, surgiu ali o primeiro bairro carioca, a Misericórdia, segundo Brasil Gerson. Repleto de becos, tomado em parte por um casario irregular, seus moradores eram gente que não se dispunha mais à subida íngreme da Ladeira de mesmo nome. Ao fim, quando a cidade finalmente espalhou-se para os lados do Paço, tornou-se área pouco habitada, quase pacata, destinada aos pequenos armazéns dos ancoradouros da Praia de Dom Manuel e aos asilos mantidos por gente pia. Vizinha à Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1582 ou 1612, segundo a opinião variável das fontes, desde muito cedo a região foi, também, associada a lugar de atividades de natureza militar e bélica. Ao contrário da “Cidade Nova”, organizada e planejada segundo o cânone urbanístico de então, esta cidade, a “Velha”, surgia assim, segundo Brasil Gerson, quase de improviso “de acordo com as necessidades imediatas [...], sem calçamento, e nem sempre em linha reta”. Suas ruas não provinham de plantas, mas da transformação por que passava a cidade e pelo modo como seus contornos iam sendo apropriados por seus habitantes e pelos órgãos de poder que a administravam. No contexto de reconstrução da Europa, que acabava de ser destruída pela Grande Guerra, o governo municipal de Carlos Sampaio dá início à remoção do Morro do Castelo, acidente geográfico de profundas identificações com a cidade do Rio de Janeiro. Era também o momento propício para remodelação de toda a área que o cercava – aproveitar para se criar um novo espaço, a partir do qual a cidade poderia verdadeiramente florescer. [...] O arrasamento termina em 1921, sem que se tenham achado os famosos tesouros dos jesuítas, em subterrâneos do morro, como se acreditou na época. Com os escombros do desmanche efetuou-se o aterro da Praia de Santa Luzia e de parte da Baía de Guanabara, onde mais tarde se construiu o Aeroporto Santos Dumont, fazendo desaparecer a antiga Ponta do Calabouço. No imenso descampado

Venceu o discurso em favor da higienização, do embelezamento da cidade, do arejamento, de segurança e facilidade de circulação no centro do Rio de Janeiro. Dessa forma, a extensão aberta pela ruína parcial do morro foi aproveitada, em 1922, para a consumação da Exposição Internacional do Centenário da Independência<sup>15</sup>. Derrubar o Morro do Castelo foi uma medida impopular para um governo inseguro, titubeante. Entretanto, oferecer aos brasileiros, principalmente àqueles que viviam na capital da República, uma Exposição Universal, nacionalista, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, poderia ser um momento para renovar a popularidade e desviar a atenção da imprensa e dos intelectuais para outras questões, como a inevitável modernização.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, em 1922 empreendia, podemos afirmar, uma cruzada cívica para celebrar em grande estilo o Centenário da Independência do Brasil, com a exposição internacional, com a reestruturação e remodelação urbana e o embelezamento da cidade, marcado substancialmente pela demolição do Morro do Castelo, no intuito de erguer um “Brasil Moderno”, de erigir um lócus da modernidade, de edificar e apresentar para o mundo a Nação Brasileira.

A guerra não nos custou sacrifícios de gente, apesar da divisão naval fornecida para o policiamento do Atlântico e do Mediterrâneo. Também não nos trouxe vantagens especiais.

O idealismo, que fora, na Monarquia, o traço característico da nossa intervenção nos negócios diplomáticos, se repetiu na República. Porém a propaganda patriótica produziu os melhores frutos e, em consequência do grande voluntariado, depois das leis referentes à conscrição militar, que se tornou obrigatória (1915), as forças armadas se modificaram completamente. Começamos a ter um Exército feito de todos os cidadãos em idade de servir. A parada dos regimentos de “atiradores”, realizada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1917, reuniu, em belo conjunto, a mocidade de todos os estados. O corolário dessa aproximação e desse movimento cívico-marcial seria a revivescência de um nacionalismo benéfico.

A Wenceslau Braz sucedeu Rodrigues Alves, segunda vez presidente da República. Falecendo o ilustre paulista, foi eleito o Senador Epitácio Pessoa. No seu período de governo, realizou-se o recenseamento geral de 1920, comemoramos o primeiro centenário da Independência, e foram repatriados os restos mortais dos últimos imperadores.

Esses três fatos permitem verificar que a República atingira uma situação de estável prosperidade, podendo não apenas apurar os resultados da sua evolução econômica e social, como também celebrar cem anos de vida autônoma com uma exposição

---

resultante dessa extraordinária intervenção, seriam erguidos os pavilhões para a realização da Exposição Universal de 1922, comemorativa do centenário da Independência do Brasil. (MHN, 2013, p. 87-89).

<sup>15</sup> O conjunto arquitetônico onde seria instalado o MHN fora escolhido para abrigar o Palácio das Indústrias, na Exposição Universal de 1922. Inseridos no contexto das comemorações do Centenário da Independência, os prédios que o compunham foram alvo de uma reforma, que os deixaram ao gosto do ecletismo tardio, tendência quase sempre identificada como de caráter oficial. As modificações foram introduzidas por dois arquitetos, expoentes naquela escola, Arquimedes Memória e Francisque Cuchet, os quais incorporaram um rol de elementos de decoração ao complexo, classificado como “neocolonial mourisco”, que associava certa ideia de progresso ao gosto pela objetividade. Os monumentos do ecletismo carioca, e entre eles os pavilhões erguidos por ocasião do Centenário da Independência, foram quase todos demolidos sem contestação, subutilizados ou simplesmente modificados ao sabor de outras necessidades (MHN, 2013, p. 87-89).

internacional que facilitaria a comparação do progresso do país com as de mais nações amigas.

O ano de 1922 é um excelente ano-limite.

(CALMON (1935), 2002, p. 306-307).

Para o professor de História do Brasil do Curso de Museus do MHN, Pedro Calmon, contemporâneo desses acontecimentos, nesse ano-limite houve, ainda, uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural do país, além da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Temos a Semana de Arte Moderna, a formação do Partido Comunista – o primeiro partido de caráter nacional –, o movimento tenentista e a própria sucessão presidencial de 1922 formaram referenciais para os novos ventos que sopravam, pondo em debate os padrões culturais e políticos da República.

Destacamos o movimento tenentista, pois a partir da organização de forças militares é possível vislumbrar os acontecimentos que culminariam com a Revolução de 1930 que, de muitas formas, afetaram a vida dos brasileiros e, no caso de nosso personagem, Gustavo Barroso, comprometeu intensamente a sua trajetória, como veremos à frente. Raymundo Faoro infere sobre o tema:

Certos valores que orientam as organizações militares em todos os países — dedicação à ordem, à hierarquia, à honra profissional — somam-se às peculiaridades da história brasileira. A origem social dos oficiais, bem como seu recrutamento regional, sofrem a interna transformação do estamento, que lhes molda e cunha a personalidade, alheios às classes e despidos de sentimentos de casta. A força armada, o Exército sobretudo, identifica-se à missão de preservar a unidade e a homogeneidade nacionais, exacerbadas nos modelos simbólicos da pátria. Preservar a nação dos extravios antinacionais, da desagregação anárquica, mesmo quando esta traduz a mudança econômica e social, será a expressão mais relevante de sua atividade, com imediatos reflexos políticos. Nesse movimento, a sua intervenção encontra a raiz de legitimidade própria, superior ao quadro do jogo político, tal como interpretado pelos homens do poder. Em segundo lugar, por força de tais imperativos íntimos, opor-se-á — mais por inconciliabilidade do que por ação direta — às oligarquias estaduais, tais como reveladas pelo federalismo. Há, nesse sentido, uma linha de coerência entre Floriano, Hermes com as "salvações" e a conduta seguida depois de 1930. Corolário de tal direção será o desejo de libertar o homem do campo do domínio coronelista, desejo sensível nas revoltas de 1922-24 e 26. Essa diretiva fará supor, sem melhores fundamentos, que há simpatia com a inquietação e a elevação das camadas médias urbanas — com o jacobinismo e o fervor da propaganda presidencial de 1922, no movimento, mais tarde, batizado de tenentismo. Na verdade, em contrário à hipótese, deve-se notar o alheamento do militar à campanha de Rui Barbosa de 1909-10, hostil à força armada, bem como às reivindicações de 1929-30, que já anunciam, as últimas, o populismo predatório. A constelação de desejos e expectativas, armada no quadro institucional da organização militar, não se extremará, malgrado a tendência autoritária, para modelos totalitários, cuja monocracia lhe anularia a autonomia social e política. Como expressão nacional, permanente e estável, manterá o ajustamento entre o curso internacionalista da economia e a guarda dos interesses nacionais, discretamente nacionalista, sobretudo modernizadora. Modernizadora, não no sentido do velho estamento português-colonial e imperial, mas com o acento na independência real do país — com expressão qualitativamente diversa no seu conteúdo, que bem se ajusta ao autonomismo cultural que se irradia no país a partir de 1922 (FAORO, 2001, p. 657).

A guarda dos interesses nacionais, ou melhor, nacionalistas, e a ação modernizadora de que fala Faoro na citação acima, já aludidos por nós anteriormente, são características marcantes do projeto de Museologia inaugurado em 1922, fazendo parte desse projeto para além da direção e existência de Gustavo Barroso.

### 3. O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – 1922-1959

#### 3.1 - 1911 – A ideia da criação de um Museu Histórico Militar

A instituição de um museu histórico militar foi uma ideia difundida por Gustavo Barroso no *Jornal do Commercio* do dia 25 de setembro de 1911.

De maneira notadamente exagerada, o jornalista e historiador afirma que “tôdas as nações têm seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda o não possuímos” (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384).

Consideramos uma assertiva exacerbada dizer que “todas as nações têm seus museus militares” porque o autor não apresentou uma prova que desse respaldo ao que dizia, nem nós tivemos a oportunidade de comprovar tal afirmação em nenhuma das fontes pesquisadas. Certamente que as nações mais antigas, com um histórico de guerras e conflitos internos, tivessem mais probabilidade de ter um ou mais museus militares, mas não todas as nações do globo. Não em 1911. Barroso cita as nações europeias, como França, Inglaterra, Portugal, Espanha, todas com um histórico de conflitos continentais e internos. No entanto, pensamos que Barroso plantou essa notícia provavelmente porque a pena do jornalista seja mais forte do que a do historiador.

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, – espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384).

Pensando como historiadores e pesquisadores, amenizamos o exagero da tinta descarregada sobre a matéria para destacar a importância desse artigo de jornal na cruzada de Gustavo Barroso por um museu histórico militar que, onze anos depois, se consolidaria não somente como museu militar, mas museu histórico de caráter nacional. Esse artigo de 1911 e o artigo “O Culto da Saudade”, de 1912, também publicado no *Jornal do Commercio* sob o pseudônimo João do Norte, passaram a constar no livro **Idéias e Palavras** de 1917. Em 1921, na revista *Ilustração Brasileira*, mais uma vez Barroso volta ao tema, dessa vez publicando o artigo “Museu Histórico Brasileiro”, com a mesma intenção de conteúdo referente aos demais artigos, isto é, defendendo a criação de um museu histórico que se configuraria numa ação salvadora do patrimônio histórico nacional, a “fundação dum verdadeiro museu histórico, no qual se podem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que este

representam” (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 389-390). Nesse último artigo é fácil percebermos que enquanto Gustavo Barroso lançava pujantes palavras em defesa do patrimônio nacional, da criação de um museu histórico, nas entrelinhas coloca-se à disposição do poder governamental, pois é claro que se considerava uma “pessoa ativa e competente”, características indispensáveis para comandar a instituição.

Nada se guarda. Nada se conserva. Um pouco caso criminoso. E isto não vem do fato de ser o Brasil uma nação nova, ainda em formação, caldeando-se na fusão de muitas raças. Não. Os Estados Unidos são mais eivados de cosmopolitismo do que o Brasil. Entretanto, possuem museus, conservam costumes e uniformes, fazem cortejos históricos, realizam festas nacionais e guardam com carinho, mobiliadas como eram outrora, as casas de Washington, de Grant e de Longfellow.

Pior será se um dia vencer a idéia *positivista* de alguns brasileiros que querem restituir às nações que vencemos os troféus conquistados pelos seus avós.

Bastaria um pequeno gesto governamental criando um Museu Histórico no Rio de Janeiro e entregando sua organização a pessoa ativa e competente para que, dentro em pouco, nêle se reunissem relíquias veneráveis, hoje esparsas em várias repartições públicas ou detidas por particulares, que as não oferecem ao poder público por conhecerem em demasia seu descaso proverbial (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 390-391).

Ressaltamos que Gustavo Barroso não nega a tentativa de algumas instituições militares na preservação de suas relíquias em departamentos dentro das guarnições, como foi o caso do Museu Militar do Arsenal de Guerra, datado de 1865 a 1902, mas que, na realidade, não passou de um depósito em duas salas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Não havia um projeto museológico ou mesmo pedagógico, embora houvesse a intenção de salvaguardar elementos referentes à história do Exército Brasileiro. Houve outras tentativas nesse mesmo sentido, porém, segundo Barroso, nada que se pudesse designar como museu.

E nós? Nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da história. *Nunca possuímos um Museu Militar digno desse nome*<sup>16</sup> e nossas esquecidas recordações guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo. Onde estão os chilfarotes dos bandeirantes paulistas que desbravaram valentemente os adustos sertões; as armas heróicas das bravas gentes dos Guararapes e dos revolucionários audazes do Equador? Que fim levaram as espadas dos que batalharam no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, dos que foram a Caiena, dos que exploraram as terras em tempos coloniais, combatendo o aborígine nas matas intrincadas? Jamais se cuidou de guardar um só que fôsse e as abandonaram à destruição e ao desaparecimento. Procuremos religiosamente as nossas relíquias para guardá-las com carinho e legá-las aos nossos descendentes. Remexam-se os arquivos, os pequenos museus abandonados, os estabelecimentos militares e grupem-se as velhas relíquias num só lugar, reagindo enèrgicamente contra nosso proverbial descaso e nossa proverbial preguiça nesse assunto. Patriótica e nobre seria a fundação dum museu militar. Queiram os nunes que tal idéia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outra os depunham nas métopas de mármore e granito dos tempos da Acaia.  
(BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 385-387).

---

<sup>16</sup> Grifo nosso.



Enquanto Barroso vociferava no sentido de criar um museu histórico, ou militar, ou histórico militar, outros intelectuais e instituições se movimentavam no mesmo sentido, todos com o intuito de preservar as relíquias nacionais antes que houvesse uma deterioração que impossibilitasse qualquer restauração, bem como existia “certo temor de que, sem um templo permanente dedicado à história nacional, não apenas os brasileiros, como também os visitantes estrangeiros, poderiam concluir que o Brasil não tinha história sobre a qual falar (ELKIN, 1997, p. 129). Como exemplo, em 06 de junho de 1918, representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e representante do Museu Nacional expuseram à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados um parecer em função da criação de um museu histórico nacional, que ficaria sob a guarda do IHGB. Não foi aprovada a proposta do IHGB e o Brasil continuou sem um museu exclusivamente histórico até 1922 quando finalmente foi criado, por decreto presidencial, o Museu Histórico Nacional.

### **3.2 - 1912 – “O Culto da Saudade”: síntese biográfica**

A obra tríplice de Gustavo Barroso, pelo seu caráter precursor, tem a sustentabilidade necessária, acreditamos, para um reconhecido no campo da Museologia e nos demais campos em que atuou, dado que foi responsável pela fundação e direção do Museu Histórico Nacional, pela Inspeção do Patrimônio e pelo Curso de Museus, deixando um legado educacional de alta envergadura e iniciando uma preocupação dos órgãos políticos e administrativos do Brasil em relação à preservação do patrimônio nacional, assertiva que defendemos como tese dessa pesquisa.

Como admitimos erigir uma pesquisa, uma narrativa e uma tese falseável, tomamos as palavras de Karl Popper<sup>17</sup> para justificar a nossa opção por uma leitura e interpretação da obra museológica e educacional de Gustavo Barroso a partir da visão de alguns de seus contemporâneos e dele próprio. Não tivemos a intenção de elaborar um “culto à sua personalidade”, porém buscar um reconhecimento da importância de sua atuação nos domínios da Museologia, da História e da Educação. Enxergamos em sua ação educacional um pioneirismo idealizador e prático para a instituição do primeiro museu efetivamente histórico, não apenas na designação, mas na essência.

Então, por que a nossa tese é falseável? Porque mesmo contando com uma variedade considerável de fontes primárias de pesquisa, buscamos examiná-las como objetos de verificação crítica, primando pela confirmação de sua veracidade diante dos fatos, enquanto

---

<sup>17</sup> Em conferência proferida em 8 de Junho de 1979 no Salão Nobre da Universidade de Frankfurt am Main, por ocasião da atribuição do grau de Doctor honoris causa. (2006, p. 38-39).

tentamos identificar qualquer incongruência entre nossa opção teórica e as conclusões a que chegamos nas proposições arroladas. Afirma Popper que “a tradição constitui sem sombra de dúvida a fonte mais importante do nosso saber – abstraindo daquele saber que nos é inato [...] sem a tradição o conhecimento não seria possível” (POPPER, 2006, p. 38). A valorização que demos às fontes primárias não sobre-estimam nem invalidam as nossas conclusões, mas as tornam falseáveis, passíveis de eventuais modificações. A função mais marcante da nossa observação, raciocínio lógico, intuição e imaginação intelectual sobre o tema em que nos debruçamos reside no fato de nos amparar na verificação crítica das nossas próprias conclusões, que não são definitivas, mas que pensamos ser suficientemente claras para originar questionamentos em que reside a falseabilidade.

De acordo com nossa proposta de estudo e pesquisa, estimamos que é fundamental a distinção dos caminhos trilhados por Gustavo Barroso em seus poucos anos no Ceará e, ao sair da terra natal, um jovem iniciando-se na casa dos vinte anos, ter erguido no Rio de Janeiro uma produção intelectual de destaque nacional e internacional. Ajuizamos oportuno a inserção dessas breves linhas biográficas. Não supomos melhor espaço para os comentários biográficos mínimos a que nos propomos. Antes, algumas considerações sobre a marca de suas escolhas e ações pela qual ele é lembrado. Não é possível falar do museólogo sem falar do homem.

Mesmo diante de seu trabalho museológico e da constituição de uma obra que ultrapassa a publicação de 120 livros, Gustavo Barroso, passadas mais de cinco décadas de sua morte, ainda é quase um desconhecido entre os pesquisadores das áreas em que atuou. Comumente é lembrado por sua personalidade controvertida, postura militar, posições políticas e pela sua opção por uma museologia temática, sem uma percepção cronológica e totalizante dos fatos, uma ciência museal não engajada socialmente, que privilegiava a história das elites, especialmente a elite imperial do Brasil.

Pensamos que sua imagem tem sido embaçada pela sombra que a opção político-ideológica integralista jogou sobre si e, obviamente, por suas escolhas pessoais e profissionais. Há certo ranço ideológico proposital, principalmente na vertente da Museologia, com o claro intuito de minimizar o valor de sua contribuição nessa seara, com uma postura, em nossa concepção, notadamente anacrônica, pois o julgamos com olhos de hoje, carregados de ideologias clamantes pelo resguardo das representações da história dos oprimidos, daqueles dominados pela “famigerada” estrutura de poder imperial sobre a qual Gustavo Barroso nutria especial interesse, enfim, pelo discurso da representação do povo, em nome da “emancipação humana” (MARTINHO RODRIGUES, 2013a), e também pela preleção vaga em função da “construção de um mundo melhor” (POPPER, 2006). Sobre o movimento integralista, oportunamente já nos

referimos no capítulo anterior. Entretanto, ainda em referência ao mesmo tema, Martinho Rodrigues relata o lugar e o tempo histórico daqueles que se enfileiraram à cartilha integralista, como algo natural a alguns intelectuais a partir do final da década de 1920, atores da História do Brasil.

Diante do antiliberalismo predominante nos anos trinta, acoplado a uma “ideologia de Estado” de que nos fala Pécault; aliada à sedução exercida pelo emprego público sobre os filhos de uma oligarquia decadente, nos termos relatados por Miceli; e mais a circunstância histórica marcada pela complexificação da sociedade, decorrente da modernização do país, com a demanda por “peritos, letrados e escribas” de Aron; no contexto da “ascensão do perito” de que nos fala Mills; tendo o saber como trunfo, consoante demonstrou Foucault; atijando paixões; atijando paixões, conforme denuncia Popper; ou construindo mitos, mais uma vez nos termos de Aron; seguindo a velha aspiração meritocrática que remonta a Platão, com os seus “reis filósofos”, o intelectual brasileiro, na sua singularidade, reúne traços apontados pelos estudiosos da realidade francesa, alemã, norte-americana, e na grande tradição grega, retrocitados. Tais semelhanças, todavia, não impedem a existência de uma singularidade marcada pela vocação tutelar, quiçá decorrente da longa tradição do absolutismo da burocracia patrimonialista relatada por Faoro, e pelo corporativismo acadêmico relatado por Coelho e Demo.

O quadro acima descrito foi influenciado, nos anos trinta, pela onda nazifascista que varreu a Europa e pela polarização desta com o comunismo, na forma do socialismo real, hoje denominado stalinismo. Também o impacto da grande crise de 1929, que deu lugar a interpretação segundo a qual as “democracias burguesas” haviam fracassado, exerceu grande influência sobre os intelectuais brasileiros. Neste caldo de cultura nasceu e cresceu o integralismo no Brasil (MARTINHO RODRIGUES, 2013b, p. 104-106).

Nós, como já frisamos, temos outro discurso, não faremos julgamentos nem abonaremos qualquer ação integralista originária de Gustavo Barroso, porque esse não é um objetivo que propomos nessa tese, mas compreendemos sua escolha, que poderia ser outra, mas não foi. Dentre as diversas funções que exercera, sobressaiu-se como professor, historiador, museólogo, ensaísta, contista e romancista. Sobre seus dados biográficos, deste ponto em diante nos orientaremos especialmente por Silva (2009).

Quarto ocupante da Cadeira 19 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 12 de abril de 1960, para a sucessão de Gustavo Barroso e recebido pelo Acadêmico Múcio Leão em 16 de agosto de 1960, Antônio da Silva Mello, médico, professor e ensaísta, em seu discurso de posse traçou um perfil não somente elogioso de seu antecessor, quase uma obrigação para quem sucede, mas um contorno crítico de Gustavo Barroso que, em muito, procura atenuar o fato de ter sido integralista, como se isso fora uma mancha em sua vida, um desatino próprio de sua natureza destemida e libertária. Pensamos que é recorrente entre muitos críticos simpatizantes do fundador do MHN que sigam fazendo esse tipo de discurso, embora pensemos que Gustavo Barroso fizera escolhas próprias de seu tempo, arcando com todas as

consequências advindas. Não temos que “perdoá-lo” nem “esmagá-lo”, ridicularizando sua obra; apenas temos que buscar entender esse sujeito histórico em seu lugar social.

Quando homem maduro, no mais alto pedestal da vida, torna-se integralista, exalta-se pela Política e passa a servi-la com a sua impetuosidade natural, com todas as forças da sua personalidade. Fala, escreve, discursa e sua atividade alcança proporções extraordinárias. Publica alguns livros sobre a doutrina, em alguns deles agredindo os judeus, deblaterando contra a maçonaria, atacando o comunismo, julgando o Brasil uma colônia de banqueiros. Gasta alguns anos nessa empreitada, dissipando talento e energias, por vezes em contradição com os seus trabalhos e as suas convicções anteriores<sup>18</sup>. É arrastado pela corrente, como o fora na meninice pela travessura e a vadiagem, como também o podia ser pela Literatura, quando explora gêneros mais leves, mais agradáveis, de quase pura sofisticação. Era capaz de adaptar-se às mais variadas circunstâncias, podendo ser tanto o melhor aluno da classe, quanto outras vezes o pior. Por vezes, era contraditório nos seus impulsos, que o podiam levar aos extremos, embora soubesse sair com galhardia da situação, mesmo das piores e menos aconselháveis. O adulto quase repetiu o menino terrível, que foi perfeito no lar assim como exemplar dirigindo o Museu Histórico. Ainda bem que, desde cedo, conseguiu adquirir renome, tornando-se uma grande figura das nossas Letras. Apesar disso, talvez jamais haja existido no Brasil intelectual mais combatido e agredido pela imprensa quanto Gustavo Barroso.

(MELLO, 16 de agosto de 1960. Disponível em

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12225&sid=21>).

Nair de Moraes Carvalho<sup>19</sup> comenta, no discurso de seu centenário, sobre a questão do integralismo na vida de Gustavo Barroso com certa autoridade de quem viveu o

---

<sup>18</sup> Julgamos equivocada essa interpretação dos fatos pelo acadêmico em questão. No quarto capítulo dessa tese haverá a oportunidade de conferir a opinião de certo número de alunos de Gustavo Barroso, alguns que também foram colegas de trabalho por muitas décadas, que confirmaram que nunca, em momento algum, viram ou ouviram o mestre e Diretor do MHN fazer qualquer referência proselitista a respeito do integralismo.

<sup>19</sup> Nascida em Salvador – BA, a 27-06-1914. Aos 12 anos transferiu-se para o Rio de Janeiro onde estudou no *British American School*, 1927-32. Bibliotecária, formada pela Biblioteca Nacional, 1936. Primeira aluna da turma de 1936 do Curso de Museu, foi nomeada interinamente para o cargo de Conservadora do MHN, 1937. Nesta época, traduziu para a Inspeção de Monumentos Nacionais – MHN, a Carta de Atenas de 1931, constituindo a primeira versão para o português deste documento, *Conclusões da Conferência de Atenas sobre Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos*, 14-12-1937. Nesta mesma época, elaborou o parecer *O Método do Duplo-Museu*, preconizando para o MHN uma exposição aberta ao público em geral e outra ao pesquisador. Classificada no primeiro Concurso para a carreira de Conservador de Museus, promovido pelo DASP, apresentou a tese *Armaria*, sobretudo *relativa ao Brasil*, 1939-40. Nomeada conservadora do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde com exercício no MHN, 1940. Membro da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, trabalhou na organização e montagem da Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão do Mundo Português, em Lisboa, 1940-41. Secretária, 1941-44; primeira Coordenadora do Curso de Museus, função que desempenhou por 23 anos, 1944-67. Professora de *Escultura*, 1949-77 e Chefe do Departamento de Arte, 1974. Responsável pela avaliação técnica e transporte da Coleção Barão de Cotegipe, 1944-45. Membro de Presidente de várias Bancas Examinadoras do Curso de Museus, entre 1946 e 1954. Entre dezembro de 1945 e fevereiro de 1946, realizou viagem de estudos aos Estados Unidos, experiência pioneira de um egresso do Curso de Museus, com o objetivo de analisar a organização dos museus americanos e dos cursos técnicos neles existentes. Na década de 40, elaborou para o MHN os primeiros levantamentos de que se tem notícia relativos aos museus do mundo e do Brasil. Vice-Diretora e Diretora substituta do MHN, 1954-67, a primeira egressa do Curso de Museus a desempenhar estas funções. Coordenou a reformulação museográfica das exposições do MHN, 1955. Entre 1956 e 1968, foi Representante do MHN junto ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, vinculado ao Ministério da Agricultura. Prestou assessoria técnica museológica à organização do Museu de Arte Sacra de Salvador – BA, 1962. Membro da Comissão Julgadora da 1ª Mostra de Artes Plásticas realizada no Curso de Museus, 1964. Membro da Comissão encarregada em apresentar projeto de lei visando a transformação do MHN em Fundação, 1965. Em 1966, foi Presidente da Comissão que elaborou a Reforma

momento e compartilhou de experiências que marcaram a história do MHN e todo o processo de implantação de uma política de salvaguarda da memória e história nacional.

Disse Nair:

Falei muito de Gustavo Barroso e vocês são testemunhas da minha admiração por ele. Por isso, não posso deixar de falar sobre uma característica que, para as novas gerações, torna incomoda a sua memória. Falo do seu INTEGRALISMO. Era INTEGRALISTA, SIM, foi Comandante de Milícia Integralista. Estou depondo para a história, quase no fim da minha história pessoal. E tenho duas informações a dar sobre Gustavo Barroso. Foi meu professor. Nunca fez propaganda do integralismo no Museu, nunca usou sua superioridade hierárquica para levar funcionários para o integralismo. E, quando lhe pediam informações, sobre posições políticas dos funcionários, respondia que não era polícia para fornecer informações.

Depois do golpe frustrado dos integralistas, em 1938, foi preso. Getúlio Vargas disse que não tocassem nele, que iria averiguar a sua participação. Waldemir Veiga, em depoimento no inquérito sobre a conspiração integralista, disse que tinha ido ao Museu para pedir ordens ao comandante da milícia, Gustavo Barroso, para participar do golpe. Gustavo Barroso disse que não pregava isto. Disse que defendia DEUS, PATRIA E FAMÍLIA, mas que o integralismo deveria chegar ao poder pelo voto. Retirado do processo, Getúlio teria passado a admirá-lo e, isto é fato, ajudou o Museu. Getúlio mandava, para o Museu, as lembranças e honrarias que recebia. Barroso com as lembranças do Presidente, instalou a sala Getúlio Vargas no Museu Histórico. Getúlio e Barroso, homens de posições diferentes, percebiam a importância da preservação da memória histórica. Todos nós sabemos que a afirmação da Identidade depende da memória. Identidade Nacional se faz com memória. Ao apresentar a vocês minha memória estou afirmando a minha identidade, a identidade de uma pessoa que viveu, se realizou e se realiza ajudando a fortalecer a memória do povo brasileiro. É a razão de ser dos museus – é a maior razão de ser da minha vida<sup>20</sup>.

---

Curricular do Curso de Museus e que criou o Conselho Departamental e os Departamentos, Técnica de Museus, História do Brasil, História da Arte e Antropologia. Elaborou o projeto do brasão de armas da cidade cearense da Pacatuba, 1967. Aposentou-se em 1977, após 40 anos de trabalho no MHN, dos quais 36 dedicados ao Curso de Museus. Sócia correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1940. Sócia vitalícia da Cruz Vermelha Portuguesa, 1941. Irmã da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, 1947. Publicou vários artigos nos Anais do MHN, *A Jangada Libertadora*, 1940; *Os Painéis dos Antigos Passos da Bahia*, 1941; *O Barão da Vitória no Museu Histórico*, 1942; *O Capitão-Mor do Itu*, 1943; *A Coleção Cotegipe*, 1945; *O Papel Educativo do Museu Histórico Nacional*, 1947 (texto pioneiro na área de Museu e Educação); *Marcas de Porcelana de Saxe*, 1948; *As Comemorações do Septuagésimo Aniversário do Fundador do Museu Histórico Nacional*, 1959; *O Nascimento da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, 1965. Publicou os livros *Pontos de História da Escultura*, 1957, compilando suas aulas de *Escultura* do Curso de Museus, e *As Comemorações do Septuagésimo Aniversário do Fundador do Museu Histórico Nacional*, 1959, ambos editados pelo MHN. Recebeu várias insígnias e distinções, Medalha de Prata do Instituto de Socorros a Náufragos, 1941; Cruz Comemorativa aos 60 anos da Cruz Vermelha Portuguesa, 1941; Medalha de Prata dos 25 anos do MHN, 1947; Medalha do Sesquicentenário do Arquivo do Exército, 1958; Medalha Comemorativa da inauguração do Monumento Gustavo Barroso, 1961; Medalha Comemorativa do Bicentenário da Casa do Trem, 1962; Medalha Comemorativa do Bicentenário do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1963; Medalha Comemorativa São Sebastião do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, 1965; Medalha Princesa Isabel, do Museu Imperial, 1994; Medalha Comemorativa dos 75 anos do MHN, 1997. Homenagem da Escola de Museologia – UNIRIO, *Dirigentes do Curso de Museologia*, no Dia Internacional de Museus, 18-05-2006. Homenagem Especial da Turma “Jovem Museologia”, da Escola de Museologia – UNIRIO, a 19-05-2006, por ocasião da entrega da Medalha do Mérito Cultural, concedida à Escola de Museologia pelo Ministério da Cultura, em solenidade no Palácio do Planalto, representou todos os ex-diretores daquela instituição, tendo recebido a comenda das mãos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 38-39).

<sup>20</sup> O texto está impresso tal qual o original que foi escrito de punho por D. Nair.

Gustavo Barroso nasceu na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, em 29 de dezembro de 1888. Filho de Antônio Felino Barroso, tabelião e titular de um pequeno cartório, e de Ana Guilhermina Dodt Barroso, alemã, diplomada pela Escola Normal de Hamburgo, que veio para o Brasil com o pai, Gustavo Dodt, engenheiro e doutor em Filosofia pela Universidade de Iena. Seu avô materno fora contratado para construir pontes, estradas e linhas telegráficas no sertão do Nordeste. Contavam-se apenas sete dias de vida quando Gustavo Barroso ficou órfão de mãe, por isso fora criado por tias paternas, senhoras solteiras, sexagenárias, e pelo pai que, em suas memórias, Barroso declara pilhérico, irônico, materialista e ateu convencido, embora nutrisse afável amizade com o Bispo do Ceará. Mesmo não demonstrando grande afeição por seu genitor, refere-se a ele com respeito e, em sua velhice, o levou para morar consigo no Rio de Janeiro.

Goza de extraordinária saúde. É de ferro. Muito lido, muito culto e muito paradoxal ao mesmo tempo, dispõe de uma memória formidável. Recita os Lusíadas inteirinho, de fio a pavio. Toda a gente o considera um filósofo. Deixa que a vida vá passando por ele sem lhe dar grande importância. Aprecia o seu desenrolar como o de uma fita de cinema. Só intervém nele forçado. Observa e critica, sem tomar parte. Vive com o que tem sem pedir nada aos outros, sem incomodar e sem se humilhar, economicamente, sobriamente, honestamente, de cabeça ereta. Sem ambições e sem preocupações. Agressivamente franco e mordaz nas suas pilhérias, não tem, no entanto, inimigos. Antes pelo contrário, a cidade toda o estima e repete suas anedotas salgadas. (...) Não faz mal a ninguém. Não empurra ninguém para passar. Não faz questão de passar (BARROSO, 1989, p. 126).

No prefácio da obra de Eduardo Campos, **Gustavo Barroso, Sol, Mar e Sertão**, lembrando da máxima de Parsifal Barroso, também parente de nosso personagem, de “união do passado e do presente”, Mozart Soriano Aderaldo faz referência ao velho Felino Barroso, a partir de histórias contadas pelo próprio Gustavo Barroso nos idos de 1950,

Lembrei-me, ao ler esse seu depoimento sobre coisas do passado, de palestra proferida, na década de 1950, por seu parente Gustavo Barroso na movimentada Casa de Juvenal Galeno, ouvida pelo que Fortaleza então possuía de mais requintado na sociedade, nas letras e nas artes. O tema era o mesmo de Parsifal – o passado e o presente. E o brilhante autor de Terra de Sol e de mais de uma centena de obras notáveis nos campos da sociologia, do folclore, da historiografia e da literatura em geral, relatou, com a graça com que só ele sabia urdir suas estórias, três casos realmente acontecidos com ele, muitos anos antes, e repercutidos, tempos depois, em episódios inesperados. O primeiro desses casos referia-se a uma das pescarias que membros da família de sua avó paterna, estabelecida no então município de Messejana, realizavam sistematicamente, todos os anos, em época apropriada, na embocadura do rio Pacoti. Gustavo e seu falecido pai Felino Barroso, por muitos apontado como o protótipo do cearense, participavam, por vezes, dessas atividades típicas da vida rural. E em uma delas ocorreu o imprevisto episódio que justificou o relato do grande escritor conterrâneo, muitos anos após, em ambiente distinto, cativado por sua palavra fluente, fácil, encantadora. Costumavam os Nunes de Miranda, donos do sítio Jurucutuoca, organizar, em época propícia do ano, essas pescarias, em que a barra do Pacoti, após a enchente da maré, era por eles

obstaculizada através de cercas e redes a fim de represar a piracema de deliciosos peixes que haviam subido o rio, principalmente as afamadas “golosas”. Tudo feito naquela vez, eis que surge, de inopino, um cão raivoso que obriga todos, proprietários, peões e visitantes, entre os quais se achavam Gustavo e Felino, a subirem nos cajueiros circunvizinhos, com o objetivo de escapar da mordida mortífera. Enquanto isso a maré reflúvia e acumulava, junto aos obstáculos adrede colocados, a piracema desesperada, a forçar sua volta ao mar. É quando a cerca e as redes não resistem, ocasionando a debandada dos peixes em abundância. O velho Felino então se volta para o filho, ainda criança, e comenta, desolado, – Tanta “golosa” e nós aqui, impotentes... Muitos anos depois, falecida a avó e as tias paternas de Gustavo, este veio buscar o pai, quase centenário, para morar com ele em Copacabana. O deslocamento foi uma tragédia para o velho cearense. Vários depoimentos, inclusive o comovente relato de Herman Lima em seu livro de memórias *Poeira do Tempo*, informam que Felino, ao saber que alguém viria a Fortaleza, recomendava, quase chorando, que abraçasse por ele as velhas árvores da Praça do Ferreira e do Passeio Público. Certa vez Gustavo o encontra, nostálgico, no calçadão da Avenida Beira Mar, em Copacabana. E faz pilhéria com o velho, – Como é, meu pai, olhando esses seis quilômetros de mulheres nuas? Felino o fita, entre triste e malicioso, e responde incontinentemente, – “Pois é, meu filho, tanta “golosa”... Era o passado unido ao presente, “conferindo essas ressurreições interiores do tempo que se foi”, na palavra de seu parente Parsifal... (CAMPOS, 1988, p. 11-13)

Em sua trilogia memorialista – **Coração de Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China** – Gustavo Barroso infere que sua mais tenra infância fora influenciada por sua tia mais velha, que lhe discorria sobre as leituras dos anos de 1860, do Romantismo, de Victor Hugo, de Joaquim Nabuco, de D. Pedro II, da Revolução Francesa e que citava Draper n’**Os Conflitos da Ciência com a Religião**. Sua mente infantil fora povoada por homens de farda e histórias de guerras, contadas por seu padrinho de batismo, Voluntário da Pátria, ferido em Itororó, bem como por um amigo de seu pai, que lhe narrava muitas histórias sobre a Guerra do Paraguai,

O Teodoro Nunes não é somente meu primeiro e inconsciente professor de desenho, como também o meu primeiro mestre, também inconsciente, de história militar. Conta-me dezenas de histórias da Guerra do Paraguai, que produzem funda impressão no meu espírito. Através de suas narrativas, vejo as cargas de baioneta, o avanço das cavalarias sob o brilho das lanças, o estrondar dos canhões, e os vultos dos heróis – Caxias, Osório, Porto Alegre, Andrade Neves, Gurjão e Sampaio – dominando os entreveros e as batalhas (BARROSO, 1989, p. 56).

Orgulhava-se em dizer que na sua família havia o culto da tradição da pátria e a estima pela valentia, pela intrepidez pessoal. Seu avô, diz em **Coração de Menino**, deixara no velho sobrado onde se criara um armário repleto de livros que lhes abriram o mundo do conhecimento e a paixão pela leitura, sempre alimentada com o passar dos anos. Outro hábito que adquiriu ainda na infância foi o de colecionar objetos, característica que marcaria seu espírito de tal maneira que seria fator de influência para a constituição de uma mentalidade, acreditamos, já preocupada e defensora do patrimônio histórico nacional, ali,

a partir de seu cotidiano, forjava-se um jovem consciencioso com a preservação de sua cultura e História.

Em suas memórias destacam-se as referências às Forças Armadas, as quais desejava pertencer, mas que não teve apoio familiar para seguir carreira. As tias vestiam-no de oficial e ele desfilava pelas ruas de Fortaleza com uma espadinha de brincadeira no cós dos calções. Ao surgir, finalmente, a possibilidade de ingressar na Escola de Guerra, uma doença descontinuou suas pretensões militares. Apesar da frustração que jovem vivera, manteve estreito vínculo com tudo que houvesse ligação com as forças armadas, tendo em 1916, quando deputado federal, apresentado projeto de restauração do uniforme habitual da Imperial Guarda de Honra para o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, designando-lhe de Dragões da Independência. Também em 1917 ofereceu projeto de criação do Dia do Soldado. A Marinha e o posto de Almirante teria sido sua mais íntima aspiração militar.

Estudou nos externatos São José e Parthenon Cearense. Neste, a partir dos nove anos, desenvolveu imensa afeição e respeito ao educador Lino Encarnação, diretor do Parthenon Cearense, a quem lhe dedica o livro **Coração de Menino** em abril de 1939. Fez uma dedicatória admirável, tocante e sensível. Aos nove anos, diante do mestre e do pai, respondeu perguntas sobre História do Brasil, Geografia e Português, além de solucionar no quadro-negro as quatro operações e um problema de regra de três. O mestre Lino Encarnação, que deve ter ficado satisfeito, revelou ao velho Felino Barroso que o menino estaria mais desenvolvido do que aguardava e iria para o terceiro ano primário, principiando no subseqüente o curso secundário. Foi uma vitória para um menino com dez anos incompletos. Eis a dedicatória,

À memória do Professor Lino Encarnação, meu mestre, que me ensinou a amar o meu país e a honrar o meu nome, que depois de educar sem reclames nem mercantilismo várias gerações de meninos, no Ceará, morreu humilde, pobre e esquecido de todos. De mim, não.

Também estudou no Liceu do Ceará, de onde tirou, além dos muitos aprendizados escolares, distintas histórias que relatou em suas memórias sobre a vida na Fortaleza de início do século passado.

A tentação da vadiagem era muito grande e se multiplicava deliciosamente em outras tentações, como a luz se reflete em cambiantes nas facetas polidas dum cristal. Dificílimo evitá-las na encantadora Fortaleza do meu tempo de menino. Banhos no reservatório do Pajeú e no açudeco do Padre Pedro, onde a água ficava gelada sob as alfombras boiantes dos aguapés. Banhos de mar com mergulhos sob as vagas verdes e descabeladas no Pocinho da Praia. Pescarias de pitus nos riachos. Excursões alegres aos cajueirais da Aldeota. Passeios de bonde a Porangaba. Durante todo o ano uma sucessão de tentações. Em janeiro, açudes cheios, cobertos de pasta verde, provocando o nado e o jogo de camba-pé. Em fevereiro, o carnaval, a papanguzada e a



maracatuzada nas ruas. Em março, os Judas com seus júris e sítios, as procissões e as festas de igreja, que reuniam à porta da Santa Casa, nos adros da Sé, do Rosário e do Coração de Jesus os melhores tabuleiros de doces da cidade. Em abril, os assaltos a cercados e muros para comer as primeiras atas e mangas maduras. Em maio, o mês da Maria com todas as suas novenas e todas as suas ladainhas. Em junho, Santo Antonio, São João e São Pedro, fogueiras, figos, canjicas, aluás. Em julho, os papagaios e arraias enfeitando o céu com suas cores brilhantes, empinados no alto das dunas, com os longos rabos de trapos em que alumiam as rocegas de vidro para o *jogo do ponto*. Em agosto, luas maravilhosos, embriagadores, com os banhos de mar noturnos e as idas ao Mucuripe e ao Meireles para comer saborosas peixadas. Em setembro e outubro, começavam os cajus e se assavam as castanhas. Em novembro, iniciavam-se os ensaios das Pastorinhas, dos Congos, dos Fandangos e do Bumba-meu-boi, para os festejos tradicionais do Natal. Em dezembro, o Natal! (BARROSO, 1989, p. 164).

No Liceu do Ceará houve para si e para seus colegas uma mística em torno do quadro de professores, causando uma impressão quase chocante, realmente eletrizante, em que narra em suas memórias,

Os nomes dos professores do Liceu eram de estarrecer um fedelho como eu. Havia cônegos e monsenhores, um dos quais várias vezes recusara a mitra. Havia oficiais do Exército doutorados em ciências físicas e matemáticas, com anêles de turquesa estrelados de ouro. Alguns lentes eram deputados estaduais ou federais, outros haviam sido e outros iam ser. Este fora senador. Este outro era ainda. Aquele pertencera ao parlamento do Império. Os meninos ficavam boquiabertos (BARROSO, 1989, p. 161).

Seu desempenho como aluno liceísta fora temerário. O episódio exposto a seguir é uma pequena amostra de seu espírito aguerrido e insurgente, contrapondo-se com o perfil do imberbe persistente quanto aos objetivos aspirados, respeitoso com aqueles de seu apreço, como era o caso do seu primeiro e admirado mestre Lino Encarnação, do Colégio Parthenon Cearense.

Antes do fim do ano, fui eliminado do Liceu por mais de vinte faltas sem justificação. O mal crescia. Em 1901, suspenso na companhia de muitos, por uma manifestação coletiva. Em 1902, eliminado sozinho, individualmente. Por que a eliminação? O Regulamento não permitia mais de vinte faltas não justificadas. As suspensões eram assim consideradas. Eu tinha mais de quinze faltas devidas a sucessivas gazetas. Uma suspensão muito justa por quinze dias encheu a medida. Num dos corredores do Liceu, o Dr. Bacorinho, endireitando o pince-nez e estufando o peito garnisé, chamara a minha atenção, porque estava rindo alto, de modo áspero. Retruquei-lhe no mesmo tom. Ameaçou dar parte. Disse-lhe que, se o fizesse, dava-lhe uma surra fora do estabelecimento. Sentindo-se desmoralizado diante dos alunos, o inspetor reagiu, avançou para mim de punhos fechados. Descasquei uma navalha e pu-lo a correr, lívido, até a portaria, onde o negro José se levantou, protestando com energia. Disse-lhe horrores e fui embora.

[...]

Em minha casa, houve o diabo. Nem é bom lembrar isso. Corramos sobre os sermões, os ralhos, as ameaças e os castigos o véu do esquecimento. Nada, absolutamente nada adiantou. Continuei mais revoltado e mais terrível do que nunca. Comigo era na navalha! (BARROSO, 1989, p. 217)

Ainda em Fortaleza, como estudante de Direito, Barroso viveu momentos controvertidos, próprios de uma personalidade inquieta, como outros jovens questionadores que imaginam fazer a diferença em meio a grupos a que pertencem. Adotou atitude antagônica ao governo em Fortaleza<sup>21</sup>, mesmo seu pai sendo das relações do governador do Ceará<sup>22</sup>. Abordava soldados nas ruas e cometia ações avessas à ordem pública. Além de arrebatado pelo espírito crítico-analítico do século XIX, que estaria mais de acordo com seus humores de rebeldia e oposição, ainda um professor de francês, Luiz Vergeot, influíra sobremaneira para que desenvolvesse certa aversão à classe burguesa, uma preferência ao proletariado, através de leituras como Bakunin e Lasalle, Proudhon e Karl Marx, que o teriam entusiasmado, como relata em suas Memórias. Apontado como opositorista e “terrorista”, temia ser espancado na calada da noite pela polícia.

Marcado pela gente do governo, ameaçado de relho pelo órgão oficial em letra de forma, esperava ser surrado qualquer noite pela polícia. Tomei providências para evitar isso. Refugiava-me nos consulados, dormia em lugares diferentes, entrava por uma porta e desaparecia pelos fundos, não raro saltando muros. Isso forçou-me a andar à noite quase sempre disfarçado. Tornei-me mestre em percorrer as ruas como mendigo, embarcação ou capanga policial. [...] Meus disfarças permitiam-me andar pela cidade toda e divertir-me à noite, nas barbas da polícia aciolina. [...] Assim, ia eu trabalhar na redação do jornal e fazer reportagens, escapando da surra clássica, à noite ou ao escurecer [...] (BARROSO, 1989, p. 372-373).

Esse fenômeno contestatório no período histórico em questão era comum no Ceará da época dos governos de Nogueira Accioly, segundo Ari Andrade, quando diz,

Numa revisita às principais fontes que abordam o **Aciolismo**<sup>23</sup>, isto é, o momento republicano em que o Ceará fora liderado pela clã política de Nogueira Accioly, na primeira década do novo regime, verifica-se a presença de certos despautérios em relação à sua pessoa. Sua atuação pública é comumente tratada como corrupta e nepotista, característica de um “oligarca” que de forma abusiva e despótica teria governado o Estado do Ceará por três mandatos. Incidem sobre o seu governo

---

<sup>21</sup> Àquela época dominava a força dos Aciolis no exercício do poder político e intelectual em Fortaleza. Como exemplo, vejamos, Presidente do Estado, Nogueira Acioli, Secretário do Interior, José Acioli, Diretor de Secção, Lindolfo Pinto (sobrinho de Acioli), Deputados Estaduais, Benjamin Acioli, Raimundo Borges e Jorge de Souza (genros do Presidente), Jovino Pinto, José Pinto, Pinto Brandão, Padre Vicente Pinto (primos do Presidente), Antonio Gadelha (cunhado de um filho de Acioli). Academia de Direito, Diretor, Nogueira Acioli, Vice-Diretor, Tomaz Pompeu (cunhado de Acioli), Lente de Direito Internacional, Tomaz Acioli, Lente de Direito Civil, Antonio Acioli, Lente de Economia Política, Tomaz Pompeu.

<sup>22</sup> Nogueira Accioly era genro do Senador Pompeu e assumiu o governo cearense nos mandatos de 1896-1900, 1904-1908 e 1908-1912, pelo Partido Republicano Federal. Sabemos que a política oligárquica, coronelista, primava pelo extremo autoritarismo, incontestável nepotismo e corrupção exacerbada, com reconhecidas práticas abusivas, como perseguição violenta à oposição e a manifestações populares, fraudes aberrantes em eleições, evidente relação de apadrinhamento e favoritismo, pactos típicos da política dos governadores com o coronelismo do sertão cearense e utilização ideológica da imprensa, principalmente por meio do jornal *A República*. Há muitas publicações sobre esse tema entre os historiadores cearenses. Aqui destacamos o livro *História do Ceará* organizado por Simone de Souza de 1995, precisamente entre as páginas 213-233.

<sup>23</sup> Grifo do autor.

inúmeras denúncias sobre o mau uso da máquina administrativa, utilizada em benefício próprio, de familiares e de amigos, somando-se a isso, o controle clientelístico dos cargos públicos, através de pactos políticos com os coronéis do sertão (ANDRADE, 2008, p. 84).

Diferentemente de outros jovens de sua época, Gustavo Barroso não frequentava clubes literários, comuns em Fortaleza no referido período, preferindo, isto sim, a prática da esgrima, da baioneta e do sabre, que a dos sonetos e do florete. Mesmo assim, entre 1907 e 1909 fundou um grupo de estudos denominado *Jardim de Academus*, onde, segundo seu relato, discutia-se sobre o pensamento de “Demócrito e Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás, Espinosa e Comte, Kant e Schopenhauer, os antigos e modernos” (BARROSO, 1989, p. 341).

Quando acadêmico de Direito, institui em Fortaleza uma república de estudantes, diferente de qualquer outra, dissera. Em caligrafias esgalhadas em uma placa ovalada, amarela, era visto o imponente dragão imperial ao alto, tremulando em bandeirola e designado “Consulado Imperial da China”, altivo pavilhão do Celeste Império. Depois apareceram diversos outros consulados, unidos ao da China, os do Japão, do Turquestão, da Hotentocia, do Afeganistão, de Madagáscar. “Todas essas repúblicas se ligavam entre si por uma espécie de federação tácita e serviam para esconder e dar escapula aos perseguidos da polícia, que costumava procurá-los e surrá-los à noite, nas ruas mal iluminadas da cidade” (BARROSO, 1989, p. 367). O Consulado da China publicava editais pela imprensa, como Barroso ilustra no último volume das suas memórias, justamente com o mesmo nome, editado em 1941. Pelos elementos expostos, notamos o caráter culturalista e formativo das reuniões, uma vez que discutiam sobre história, como, por exemplo, Pero Coelho e sua expedição ao Ceará; tratavam da etimologia das palavras, como a denominação do termo Ceará, enfim, da volta da expedição e de questões semelhantes, enquanto outros companheiros ocuparam-se da classificação das Ciências segundo Augusto Comte, de curiosidades matemáticas, de Camões e a Língua Portuguesa, do Sistema Baudot e outros assuntos dessa categoria. Barroso presidia as sessões, na qualidade de mandarim – cônsul, vestido de cabaia amarela e barrete chim à cabeça.

Nos dias em que não se ocupava com esses variados assuntos espirituais e educativos, o consulado era foco de divertidíssimas brincadeiras [...] Alternávamos assim as preocupações mentais com pilhérias e molecagens próprias da idade. Reunimos uma vez todos os cônsules e elegemos, por unanimidade, o velho Coelho, que gozava de péssima fama na cidade, Cônsul de Sodoma. Comunicamos-lhe a auspiciosa nomeação por ofício e o velho deu o cavaco. A coisa pegou e ficou conhecido até morrer como Cônsul de Sodoma. Mas o sentido cultural do fato sobrelevava a qualquer outro (BARROSO, 1989, p. 372).

Barroso fora sempre muito dado a fabricar fantasmas, como se pode concluir das suas Memórias. Na época do Consulado da China, saía com outros companheiros, de pijama e

sobraçando uma trouxa, para uma igreja em obras, onde subiam pelos andaimes. Vestia a sua fantasia carnavalesca de almirante, um outro envolvia-se num lençol, enquanto os restantes escondiam-se com as mãos cheias de pedaços de tijolos e cacos de telha. Na noite serena e muda, o almirante aparecia no alto, perto da torre, eriçado como se liderasse uma batalha naval no passadiço do capitânea, narra Barroso, tendo ao lado o vulto branco, que semelhava o cortejo da morte. Quando distinguiam um passante nas cercanias, demorados assobios chamavam sua atenção para a igreja. Erguia os olhos e via aquela cena repentina. Sobre ele caíam pedradas. Presenciaram com prazer as mais belas carreiras do mundo, conclui.

Quando fazia luar não se acendia a iluminação pública. Às vezes, nuvens esparsas toldavam a face da lua e a cidade mergulhava na escuridão. Então saíamos nós e esgrimíamos com velhas espadas do império em plena rua. Atraída pelo tinido das lâminas de aço, a da cavalaria vinha a galope. Escondíamos rapidamente em casa. Os soldados examinavam os arredores silenciosos. Tudo parecia adormecido. Nem uma luz nas casas. Iam embora meio desconfiados e, mal se afastavam um quarteirão, recomeçava o duelo. Voltavam na carreira, com as ferraduras dos cavalos chispando nas pedras do calçamento. Não encontravam ninguém e acabavam certos de que eram almas do outro mundo e aquele trecho tomou fama de mal-assombrado (BARROSO, 1989, p. 372).

Brincadeiras desse gênero repetiam-se sob variadas modalidades. Inúmeras vezes, eram executadas entre os próprios estudantes e outras para arreliar a polícia, servindo de agravo à política da oposição ou desagravo à do próprio partido.

Armou muitas ciladas à polícia e mesmo a alguns companheiros, por vezes com uma audácia inacreditável que dava mais força à aventura. Mais de uma vez, disfarçado, no escuro da noite, descascava a faca e exigia cigarros e fósforos. Uma vez, o passante levou a mão ao bolso do revólver e replicou, “Venha buscar se é homem!” Deu-se a conhecer e deram uma boa gargalhada, enquanto o amigo ajuntava, “Esperava tudo, menos isso!” Suas camuflagens permitiam que vagasse por quase toda a cidade e entreter-se à noite, nas “barbas da polícia”. Vestia-se como os capangas dos políticos influentes, descalço, calças de uniforme, camisa de braços arregaçados, chapéu de couro, faca nos cós e cacete na mão.

Não obstante suas disposições militares parecessem mais intensas que o gosto pelo conhecimento geral, esse seu caráter afrontava outro elemento de sua original personalidade, muito mais terno e sensível: Barroso fazia gravuras para capas de livros, aquarelas e diplomas, retocava retratos para um fotógrafo amigo seu e ministrava lições no curso primário e secundário, como também pintava cenários para teatro. Com o passar dos anos, veio a fazer parte de rodas literárias em que demonstrava predileção por Gonçalves Dias, Castro Alves e Olavo Bilac, e a discursar em assembleias políticas, tendo estreado, aos 21 anos, uma

conferência pública em uma sociedade literária, sempre se vestindo com destacável bom gosto. Como prática de esporte, elegera a equitação.

Seu inicial contato com a literatura histórica, paixão de toda a vida, se deu em 11 de outubro de 1906, quando o jornal *A República*<sup>24</sup>, sucessor de *O Libertador*, publicou seu primeiro artigo, sobre o Descobrimento da América, escrito sob o pseudônimo de *Nautilus* (em homenagem a Júlio Verne). Em 1907 organizou o jornal *O Garoto*, periódico em que assumiu uma postura tão crítica que acabaria carecendo de segurança pessoal devido à coleção de inimigos que conseguira com seus artigos e ações de força. Também ajudou a fundar os jornais *O Equador* e *O Regenerador*, e colaborou, em outros, como *O Unitário*, *O Colibri*, *O Figaça* e *O Demolidor*.

Os comandantes de *O Garoto*, Gustavo Barroso e José Gil Amora, o consideravam “crítico”, no sentido de estar sempre a postos para escarnecer a política e a sociedade local; “desopilante”, que, a depender da intenção do uso do termo, pode referir-se a desobstruir ou funcionar como purgante, ou simplesmente se fazer hilário, fazer o leitor rir.

Também se denominava “molieresco”. Ora, Molière é estimado como o Pai da Comédia Francesa. Em suas peças teatrais pintou temas do cotidiano com um olhar crítico e satírico, apontando o pedantismo dos falsos sábios, a pretensão dos burgueses<sup>25</sup> enriquecidos, bem como a corrupção em distintos setores sociais e os embustes dos médicos ignorantes. Molière igualmente retratou de maneira admirável os grandes defeitos e virtudes da alma humana, suas afetações e maneirismos. Condutas e sentimentos como inveja, cobiça, orgulho, avareza e arrogância configuraram-se em temas cruciais para a composição de toda a sua obra. Notadamente devido às cores realistas e ao tom burlesco de suas peças, Molière recebeu, durante a maior parte de sua vida artística, protestos, acoessamentos, chantagens, ultimatoss e ameaças. Essa oposição não poderia vir senão das esferas mais conservadoras da sociedade, ou seja, a alta burguesia, a Igreja e políticos incomodados com as temáticas de suas obras (BAKTHIN, 1993; FEBVRE, 2009).

Podemos dizer, em referência ao capítulo destinado ao jornal “O Garoto” em **Consulado da China**, que Gustavo Barroso quis associar o seu tabloide às características mais intensas da obra de Molière, isto é, uma deleitosa crítica da simulação e falsidade, das

<sup>24</sup> Não obstante seu “espírito rebelde”, Gustavo Barroso publicou no jornal *A República* resultante da união de outros dois jornais, *O Libertador*, e o *Estado do Ceará*, ambos do Centro Republicano e da União Republicana. Desde a sua origem, 1892, *A República* foi um jornal que defendia os interesses da oligarquia acciolyna.

<sup>25</sup> É burguesa a origem de Jean-Baptiste Poquelin, conhecido pelo pseudônimo de Molière, nasceu em Paris, a 15 de janeiro de 1622, morrendo na mesma cidade a 17 de fevereiro de 1673. Filho de um rico mercador de tapetes, recebeu educação privilegiada, estudou no Colégio de Clermont, dos jesuítas. Atraído pela literatura e pela filosofia, é provável que tenha chegado a se formar em direito.

convenções repressivas, da beatice dos devotos, da pérfida ciência e da tolice sentenciosa dos médicos, trabalhando com intrigas simples, conduzindo seus escritos com uma coerência firme, de que extrai os efeitos cômicos. Tal como as peças de Molière, o racional se diverte com o irracional e seu pensamento é, de um lado, sistemático e equilibrado e, de outro, libertino e libertário.

Fica clara sua postura contestadora em relação às relações de poder estabelecidas nos primeiros anos do século XX, atitudes que destacamos ao longo de sua trilogia memorial. Em coluna denominada **Plágios Fallados (Presunção em Scena)** de O Garoto, assinada por X Gabarola, lemos a consistência de sua formação leitora, sua capacidade de análise, crítica e síntese nas mais diversas áreas de conhecimento, e a percepção comum sobre a política nacional que se acreditava repetir-se em escala local,

O mestre Areal<sup>26</sup> que só se curva ante o talento, exibindo-se entre calouros:  
- A Sociologia só será uma sciencia quando tiver uma molecula ou um atomo como a Physica e a Chimica.  
- Eu, como calouro entendido um pouquinho na cousa, não pude me conter e repliquei-lhe a hypothese molecular. Meu caro, se bem que seja uma lei ou principio de maxima importancia, pois na Physica é meio indirecto da demonstração do seu metodo, não é uma lei geral, em função da qual, possam ser estudadas todas as outras, porque neste caso, teríamos que rebaixar a Gravidade de seu alto posto a uma lei secundaria. Por sua vez, a força atomica ou electiva, continuei, está para a Chimica, assim como a hypothese molecular está para a Physica.  
O tal homem que não esperava que de tal matta sahissem taes coelhos, mexeu-se, mas não pôde sahir-se da enrascada. [...]  
Palestravamos no Café do Commercio, varios colegas da Livre. [...]  
Fallava-se de politica. Os defeitos da politica nacional, as olygarchias, etc, etc, eram objectos das mais graves censuras. Houve até quem ainda repetisse o *velho idiotismo* de que o nosso mal foi a nossa inaptidão em tal mudança de regimen. A confederação Suissa entrava em discussão, quando Areal levanta-se entusiasmado e discorrendo sobre o governo de Affonso Penna, Huet Bacellar e a Conferencia de Haya, diz, “seu Gentil, nós só teremos uma republica bem organizada quando cada um souber onde chega a sua liberdade e principia a do outro”.  
- O Pinheiro que conhecia a Critica da Razão Pratica de Kant, rio-se e observou: “o nosso Lafayette é criticista...”  
(05 de janeiro de 1908)

Foi redator do *Jornal do Ceará* nos anos de 1908 e 1909, onde também abraçou uma atitude jornalística irreverente, que ia do desprezo ao burlesco, da política ao humor, do qual saiu praticamente fugido, por perseguições políticas e igualmente por ter se negado a enxertar em um artigo elogios a um candidato apoiado pelo governo cearense à Presidência da República. Ainda de Fortaleza, com o pseudônimo João do Norte, colaborou com *O Malho*, *O Tico-Tico* e *Careta*. Também foi redator do *Jornal do Commercio* nos anos de 1913 a 1919,

---

<sup>26</sup> Areal Souto, “filósofo” apelidado de “Poeta-areal-solto”. Na edição de 09 de fevereiro de 1908 vê-se intensa contenda entre o Areal e “O Garoto”, pois o poeta pediu retratação do jornal e obteve um tratamento ainda mais incisivo, afirmando-se a sua falta de talento na poesia, oratória e tudo o mais que ousasse fazer ou discutir.

correspondente do *Correio Paulistano*. Vejamos algumas passagens memorialistas em que relata sua experiência na vida jornalística,

Comecei minha carreira jornalística em 1906 com um artigo na ‘República’ de Fortaleza. Em 1907, passei a fazer reportagens para o ‘Unitario’, jornal combativo de João Brígido dos Santos, famoso no jornalismo, na advocacia e na política do Estado. Foi o meu primeiro mestre na imprensa e meu amigo até 1914, quando se tornou meu inimigo, atribuindo-me cousas feitas por outros. A política nos ajuntou e nos separou. Recebi admiráveis lições sobre as realidades do mundo na sua convivência (BARROSO, 1989, p. 355).

[...]

Se eu pudesse, gastaria o ano inteiro errando do sertão a Jurucutuoca e da Jurucutuoca à serra de Baturité. Mas precisava estudar e ganhar a vida. Ganhava-a, dando aulas noturnas a meninos dos cursos primários e secundários, e retocando de dia os retratos da Fotografia Bandière, à Praça do Ferreira, no prédio onde fora antes o Café Peri.

[...]

Continuei a fazer desenhos e aquarelas. Enviava caricaturas e trabalhos literários ilustrados a jornais e revistas do Rio de Janeiro, que os publicavam às vezes com relevo. A ‘Caretta’ estampou vários contos humorísticos meus, como ‘O Tônico’, ‘O Chicote do Babau’, ‘Meu Professor’, entre 1907 e 1910, os quais figuram no livro ‘Casa de Maribondos’. De fins de 1908 a princípios de 1909, a primeira página do ‘Tico-Tico’ foi tomada pela história ‘O Anel Mágico’, ‘texto e ilustrações de João do Norte’, que fez as delícias da meninada daquele tempo, segundo o depoimento pessoal de Luís da Câmara Cascudo. Uma vez por outra, ‘O Malho’ inseria minhas caricaturas contra o governo do Acióli, uma das quais duramente feriu os frequentadores das rodas palacianas, pois o Ceará figurava como um cavalo magro amarrado a um toco e sugado pelos partidários do Presidente transformados em morcegos (BARROSO, 1989, p. ).

[...]

Ao raiar o ano de 1910, deixei a redação do ‘Jornal do Ceará’. Escrevera um artigo de fundo sob o título *A derrocada*, mostrando a triste situação a que chegara o país no regime do avacalhamento e da corrupção. Manuel Sátiro, que substituíra o velho Agapito dos Santos, seu sogro, então ausente, na direção do órgão oposicionista, entendeu de fazer-lhe algumas modificações, enxertando-lhe trechos elogiosos à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Não concordei. Discutimos. Ele não quis que o artigo saísse e em tese, como o havia escrito, sim com as referências pessoais ao futuro presidente. Recusei-me a ceder e preferi retirar-me (BARROSO, 1989, p. 375).

Gustavo Barroso transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1910, aos 22 anos de idade, embarcando no vapor “Olinda” para a capital federal, fato que relata em suas memórias demonstrando grande sofrimento por deixar a terra natal.

Foi secretário do Interior e da Justiça do Ceará em 1914, nomeado por seu primo Liberato Barroso, Presidente do Ceará, e no mesmo ano assumiu a redação do *Diário do Estado*. Ainda em 1914 saiu candidato a Deputado Federal pelo Ceará, assumindo entre 1915 e 1918, defendendo a legenda do PRB (Partido Republicano Conservador, de caráter situacionista). Ainda em 1915 contraiu núpcias com Antonieta Labourien, filha de um destacado comerciante do Rio de Janeiro.

Curiosamente, chegou a ser redator e diretor da revista *Fon-Fon* a partir de 1916. A revista era formada por outros nomes de destaque no mercado editorial da época.

Gustavo Barroso, cuja função era a de diretor-literário, Martins Capistrano, redator-secretário, o poeta Hermes Fontes, Elcías Lopes, Mario Poppe e Bastos Portela, notando-se que muitos destes, escrevendo por meio de pseudônimos, permitiam, desse modo, dobrar o número de seções da revista e, portanto, reforçar seu caráter nacionalista, legitimado na década seguinte. É o caso de Gustavo Barroso, o João do Norte de *Páginas da História*, ou Bastos Portela, o Yves de *Deixe-me Ler Sua Mão*. Com essa equipe, *Fon-fon* definiu a linha ideológica que a compôs durante toda a Era Vargas, sendo que a maior parte desses intelectuais, alguns deles oriundos do Modernismo, nela permaneceram até sua última edição. Sobre a exaltação da cultura nacional, lembrando os ritos indígenas, vejamos o conteúdo do discurso de João do Norte em "*Mysterios Antigos*, Todos os historiadores antigos e todos os historiadores da antiguidade constantemente se referem aos mysterios das velhas religiões, nos quaes os philosophos, os soberanos, os homens de certa categoria eram iniciados e sobre os quaes guardavam o maior segredo. Vejamos rapidamente que mysterios eram esses. Em primeiro lugar, os mysterios egypcios, cujas cerimônias rituaes procediam principalmente do famoso "Livro dos Mortos", que se dizia ter sido escripto por Tot, o escriba dos deuses... Em segundo lugar, os mysterios gregos, que se realizavam em Eleusis, em que se reproduzia a aventura de Demeter Koré ou Ceres indo aos infernos em busca de sua filha Persefona ou Proserpina... Havia ainda na Grecia os mysterios de Dionysio ou Báculo, cujo cerimonial, mais grosseiro, comportava verdadeiras orgias, os dos Cabiras, também orgiacos, com a adoração do symbolo da fecundidade... Em terceiro lugar, os mysterios persas da religião solar de Mithra, que mergulhava no dualismo oriental de Zoroastro... Os mysterios de Mithra foram os ultimos mysterios do paganismo moribundo... Entre os indios tupys, no Brasil, tambem havia mysterios iniciaticos celebrados no culto até hoje ainda nada estudado do Gurupari, sendo digno de nota o facto das mulheres não poderem conhecer os, o que tambem se dava nos da Persia, da Grecia e do Egypto (NAHES, 2007, p. 101-103)

Sobre seu retorno ao Ceará em 1914, já "famoso" pela publicação de *Terra de Sol* e pelo sucesso obtido por esforço próprio em terras alheias, escreveu o cearense Herman Lima.

Os ídolos de nossa geração não eram Elvis Presley nem Frank Sinatra. Todos nós, que tínhamos no mais remoto do peito alguma aspiração de vitória, sonhávamos caladamente em seguir um dia os passos daqueles que lá fora, na Metrópole, como Gustavo, tinham aberto caminho sozinhos e desajudados, na *selva selvaggia* de tôdas as agruras da cidade grande. Daí, a satisfação íntima com que celebrávamos a volta de um triunfador como êle, aos vinte e seis anos autor festejado de um livro que todos exaltavam, redator do *Jornal do Comércio*, redator do *Fon-Fon!* (LIMA, 1967, p. 60).

Em 1918 assume a Secretaria do Boletim Comercial e Consular do Ministério das Relações Exteriores e em 1919 segue secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Versalhes, inspetor escolar do Distrito Federal de 1919 a 1922, secretário geral da Junta de Juriconsultos Americanos em 1927. Representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos, criada pela Liga das Nações, e



a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal no biênio 1940-1941. Em 1931 foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como já supracitado, foi o idealizador, fundador e criador do Museu Histórico Nacional, em 1922, por decreto do governo Epitácio Pessoa, sendo seu diretor enquanto viveu. Nos momentos pós-Revolução de 1930, foi deposto de seu cargo e demitido por pretextos políticos, por ter sido considerado contrário ao dito espírito revolucionário de 1930. Gustavo Barroso obviamente protestou, alegando que havia sido designado em caráter efetivo, e que tinha alguns anos de trabalho integral, sem licenças ou férias, o que, segundo defendia, era condição que avalizaria a sua vitaliciedade no cargo. Sobrepusera que seria uma destituição injusta, contra um servidor que sempre soubera exercer suas obrigações com integridade e dedicação. Teve adesão da imprensa ao seu discurso e acabou sendo reconduzido à função. Nem por idade se aposentou, afastando-se do Museu somente quando de sua morte.

Aos 34 anos, Gustavo Barroso foi o 3º integrante da 19ª cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL), até então o mais jovem dos imortais. Após inscrever-se algumas vezes nas vagas oferecidas pela ABL, foi eleito em 08 de março de 1923, com 23 votos, competindo com o historiador Rocha Pombo que obteve apenas 07 votos. Em seu extenso e grandíloquo discurso de posse, disse,

SENHORES Acadêmicos.

Preferia ser recebido nesta Casa da maneira diversa da que é posta em prática na posse solene dos acadêmicos eleitos. Preferia ser recebido em silêncio, sem que me obrigassem a elogiar aqueles que me precederam na cadeira de Joaquim Caetano e sem que um nobre acadêmico fizesse de público a crítica de minha obra literária. Porque, a meus olhos, esta parece tão desvaliosa que é demasiada generosidade alguém ocupar-se dela; porque, a meu espírito, aqueles a quem sucedo se apresentam entre tão vistosas galas de inteligência e de alma, que me não sinto bastante apto para apreciá-los com a agudeza e o brilho que exigem.

Mas o regimento nega-me o prazer excelente da obscuridade, forçando-me a ouvir, sem protestos, o bem que, porventura, de mim seja dito e a fazer o panegírico dos ilustres mortos. Proefulebant eo quod non visebantur.

As recepções acadêmicas, com aparato e discursos protocolares, são muita vez verdadeiros castigos, em que o recipiendário serve de alvo à ironia cruel de quem o recebe. Deveis lembrar-vos do maligno discurso do padre Caumartin, recebendo o bispo de Noyon, a que Saint-Simon perversamente alude, e da pesada zombaria de Marmontel, elogiando La Harpe. Nem vos quero falar de exemplos nossos, que são recentes e demasiado semelhantes, senão mais maldosos. Felizmente, estou livre deste susto, pois não podia ser mais agradável a meu espírito e a meu coração a escolha, feita pela mesa, daquele que me vai responder, cuja simpatia intelectual e cuja amizade profunda são dos títulos de que mais sinceramente se orgulha minha mocidade.

Manda a praxe que, na minha posição, o indivíduo aparente a maior modéstia possível. Não vos asseguro ter tanto quanto aprego; todavia, posso afirmar que não penso como Charles Perrault, delicioso narrador de contos de fadas, que fez tornarem-se públicas, de secretas que eram, as sessões da Academia Francesa, e, cumprimentado pelos confrades, após seu belo discurso, exclamara,

– Se o achais bom, é sinal de que agradará ao mundo inteiro!<sup>27</sup>

Por três vezes foi presidente da casa e há de se pensar que o fardão da Academia e as distinções que recebeu supririam, de alguma forma, o sonhado uniforme de Almirante que tanto ambicionara por quase toda a vida. Uma de suas biógrafas, Márcia Carneiro, diz sobre essa época:

Renunciou à presidência da ABL em um momento em que encontrava-se numa situação confortável, tanto na Academia, quanto no Museu Histórico por estar já bastante envolvido com a AIB. Era escritor conhecido, com número de publicações razoável, ao empreender a campanha integralista. A Barroso, como membro do Conselho Supremo, coube o comando do Departamento de Milícia, cuja divisão espelhava-se na da guarda romana com suas centúrias, e decúrias. Parecia viver, segundo Mello, “*aquelas velhas tendências infantis, quando cometia tropelias, dando-lhes não raro aspectos de vingança justiceira. Agora, ia bater-se pela Pátria, por Deus e pela Família, movido por antigos engramas do passado.*” Sua obra, preponderantemente, passa a ser sobre a questão integralista e sobre a sua redescoberta do catolicismo: *O que o integralista deve saber; A palavra e o pensamento integralista; Integralismo e Catolicismo; Integralismo de Norte a Sul; Integralismo em marcha; O Integralismo e o Mundo; Corporativismo, Cristianismo e Comunismo.* Para Mello, “*A sua adesão ao integralismo é quase uma tropelia para espantar burgueses e reviver sensações das suas terríveis brincadeiras infantis.*” Suas obras contêm violentos ataques aos judeus, aos maçons e aos comunistas, que vê como congregados numa força política, social e econômica que domina o Brasil e outras nações. Seus livros mais representativos desta sua tendência são, *Brasil colônia de banqueiros; Sinagoga paulista; Reflexões de um bode; Judaísmo, maçonaria e comunismo; A maçonaria, seita judaica* e uma edição d’*Os protocolos dos Sábios de Sião*. Para Barroso, o judeu, o maçom e o comunista seriam responsáveis por todos os males. Seria tarefa do integralismo combatê-los extirpá-los. A sua preocupação maior seria a de descobrir o judeu, o maçom, o comunista, escondidos ou disfarçados em todas as atividades. Para Mello, *Parece ter sido essa uma das grandes armas do integralismo, que Barroso manobra com aquela fúria com que atacou com um garfo de jardim o luso que chicoteava crianças brasileiras. O nacionalismo transforma-se em integralismo e assim ataca José Américo como comunista, Armando Salles e os Roosevelt como judeus, pouca gente de valor, do passado e do presente, deixando de ter sangue semita* (CARNEIRO, 2002, p. 152).

Quando completara setenta anos de vida, as comemorações organizadas por Nair de Moraes Carvalho em torno de Gustavo Barroso foram empolgantes, mesmo que sua saúde já estivesse debilitada. Em verdade, o maior presente que ganhara, depois de tantos anos de dedicação, era o reconhecimento como museólogo, escritor e historiador entre aqueles que com ele conviveram por quatro décadas no Museu Histórico Nacional e acompanharam seu empenho na concepção daquela instituição, gozando de respeito nacional e internacional. Houve missa, sessão de autógrafos, descerramento de placa com foto e, às 20 horas no MHN, uma solene

---

<sup>27</sup> Gustavo Barroso foi eleito em 08 de março de 1923, tendo sido recebido pelo acadêmico Alberto Faria em 07 de maio de 1923. Seu discurso está disponível no site da ABL, no seguinte link: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8431&sid=213>

festa, com inauguração do busto de bronze do aniversariante no pátio de Minerva e a homenagem da turma que se formava no curso de Museus, que o tinha escolhido como paraninfo. Agora, o próprio curso passava-se a chamar *Curso Gustavo Barroso*. Segundo Nair de Moraes Carvalho, então coordenadora do curso,

da janela de suas três fachadas pendiam colchas e colgaduras antigas adamsadas e bordadas. Nas portas e escadarias formavam os pares em grande uniforme, com suas lanças perfiladas, os Dragões da Independência, 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, ao qual o Dr. Gustavo Barroso, quando Deputado, propôs que fosse dado o brilhante fardamento da Guarda de Honra de D. Pedro I (1959, p. 264).

Sobre o busto de bronze feito em homenagem a Gustavo Barroso, que foi fixado no Pátio de Minerva, D. Nair nos relatou a epopeia que foi a confecção de tal busto pelo funcionário do MHN, de alcunha Calabar. Disse D. Nair: “ele era um funcionário que tinha vindo até do Museu de Belas Artes, porque lá no museu, era um modelo. Então o diretor do pessoal chamou o Dr. Barroso no Ministério, e disse a ele assim ‘olha, eu tenho um funcionário aqui, já muito idoso, que veio agora, ele está no Museu de Belas Artes e tá ameaçando matar o Oswaldo Teixeira e a Regina, que é a secretária, que ele não quer... E é um homem idoso. Vê se você lá, você dá um jeito nele’. Aí o Dr. Barroso botou na seção de história, trabalhando com Dr. Menezes de Oliva. Aí o homem não podia varrer, não podia limpar vitrine, não podia fazer nada; e o Menezes de Oliva aí chamou o Dr. Barroso e disse ‘olha, eu não posso convencer funcionário, e que ele não quer fazer nada’. Aí Dr. Barroso ‘faça uma advertência’. Dr. Barroso fez uma advertência, depois chamou, ‘não, eu não aguento, ele não faz... Faz uma advertência’. Não deu jeito. Aí Dr. Oliva disse ‘olha, tem que suspender o homem’, mas o Dr. Barroso nunca suspendeu um funcionário, porque ele achava que o funcionário, o castigo era dele mas a família iria sofrer com a falta do dinheiro da suspensão. Então ele nunca suspendeu nenhum. Ele chamava, mas quando ele chamava, já ele tinha aquele porte, aquele saber, o funcionário já tremia [risos]. Aí ele mandou chamar o funcionário. Quando o funcionário chegou, o Calabar, aí Dr. Barroso ‘Ó, senta aqui!’, aí ele achou que já era, não é? Ele que era pra ficar de pé, diante do Diretor, puxou a cadeira ‘senta aqui ao meu lado! Agora você vai me dizer porque você não trabalha. Você ocupa esse cargo, por que você não trabalha?’. Aí o Dr. Barroso, ele olhou pro Dr. Barroso e disse ‘olha, eu fiz Belas Artes até o terceiro ano, e eu não posso trabalhar no museu... Eu que sinto o belo, que gosto das coisas de arte, que sou capaz de fazer... Eu fiz Belas Artes até o terceiro ano. Agora, meu pai morreu e eu... O emprego que eu consegui foi esse. Não posso trabalhar no museu, vendo... Eu que sou capaz de fazer as coisas, não posso, é mais forte que eu’. Aí Dr. Barroso disse assim ‘O que? Você sabe, eu preciso de um homem como

você. Porque aqui tem que restaurar as coisas e eu não tenho um homem como você. Você vai trabalhar na restauração. Enalteceu. E ele... Aí Dr. Barroso chamou Rui Campelo, que era chefe lá da restauração, e disse ‘Olha, Rui, você tem umas molduras velhas aí, vê se... Porque é um homem idoso, e tem esse lugar, você vê se põe ele lá na restauração. Vê se dá.’ Pois olha, ele fez o busto do presidente... Ele restaurou maravilhosamente bem as molduras... E fez por conta dele um busto do General Dutra. Expôs no Belas Artes, e foi até premiado com menção honrosa. Ele quando viu o nome dele no jornal, e o busto do presidente, aí ele ficou no museu mostrando a todo mundo, feliz da vida. Aí ele, no aniversário de 70 anos do Dr. Barroso, ele foi fazer um busto do Dr. Barroso, então entrava no gabinete, porque a restauração era perto do gabinete. Aí ficava olhando o Dr. Barroso [gesticula imitando Gustavo Barroso trabalhando em seu gabinete]. Eu sabia, ele olhava que era pra fazer o busto. Aí Dr. Barroso disse ‘ah... eu... esse homem fica atrás de mim, me olhando, toda hora me olhando’ [risos]; eu então dizia pra ele ‘não, Dr. Barroso, é porque ele é... É gratidão. Ele é agradecido por isso, mas...’, ‘Não, eu não tenho medo, porque, eu não tenho medo de revólver, não tenho medo de nada, não é? Mas eu fico assim invocado, toda hora esse homem vem me olhar, de frente, de lado, de costa...’, eu digo ‘Não Dr. Barroso, é gratidão, porque ele agora ele tá feliz...’, ‘Não, não, medo eu não tenho, mas eu fico é invocado esse homem atrás de mim toda hora’. Fez o busto do Dr. Barroso perfeito. Belíssimo! Então quando chegou a ocasião, aí que os funcionários ofereceram pra botar lá no museu, ele disse que só aceitava porque não era uma homenagem a ele, era uma homenagem ao escultor, que ele tinha recuperado e tudo. Mas que a lembrança era de como ele dirigiu a casa, assim sempre com compreensão, com amizade e com... Mas que não era uma homenagem pra ele. Aí o busto foi colocado, mas depois, não é? O museu... Tirou um diretor, a Solange, aí achou que era melhor tirar dali do local que o funcionário tinha posto... (Informação verbal).<sup>28</sup>

Em discurso na Casa do Ceará, agradecendo às louvações pelos seus 70 anos, teria Gustavo Barroso proferido palavras carregadas de emoção em que privilegiava os anos em que vivera no Ceará, segundo Nair de Moraes Carvalho.

Referiu-se aos 21 anos da sua vida até a primeira mocidade passados no Ceará e aos 49 outros decorridos longe de sua terra natal, mostrando que, no fundo de sua alma, sem que pudesse dar uma explicação plausível, aqueles 21 valiam tanto mais que esses 49 até parece desapareciam, se apagavam estes diante daqueles. É que nos primeiros dominava – afirmou – o amor da terra, das coisas, das cores, das luzes, dos cheiros, dos gostos de tudo o que, desde muito pequenino, fora descobrindo e amalhando como tesouro. Na infância e na adolescência, descobrira e amara a vida, vestindo-a com todos os véus da fantasia. Na mocidade, na maturidade e na velhice, as

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

experiências e as decepções tinham assassinado a fantasia. (...) Daí o arrependimento de ter deixado a terra natal para uma audaciosa aventura que as comemorações do seu aniversário estavam coroando de louros, louros que ele trocava de bom grado pela inocência feliz de outrora na pequena e singela Fortaleza de sua meninice. Por isso, mais do que todas as outras homenagens recebidas, lhe tocavam mais fundamente o coração aquela que nessa hora lhe prestavam os cearenses reunidos na Casa do Ceará (CARVALHO, 1959, p. 290).

Outras palavras de Gustavo Barroso, pronunciadas em agradecimento às homenagens na Academia Cearense de Letras (ACL) em 1953, destacando alguns momentos dentre as muitas experiências de vida, atribuiu mais importância às vividas em sua meninice e mocidade, pensamento que já havia expressado em suas memórias.

Tenho eu 21 anos de Ceará e 43 de mundo a fora. Mas esses vinte anos colocados na balança pesam duzentas vezes mais, porque a intensidade desse diálogo foi maior que a dispersão que se operou. Naqueles vinte anos há uma concentração de afetos, de sentimentos, de compreensão entre mim e a terra. E nesses quarenta e três anos há uma dispersão por outros rumos, outras gentes, outras terras, outras personalidades (BARROSO, 1953, p. 128-129).

Conversando com D. Nair sobre a facilidade com que Gustavo Barroso se comunicava, ela embrenhou-se nas lembranças sobre esse tema e nos narrou que além de bom comunicador, era uma agradável pessoa como Diretor do MHN, um sujeito simples, apaixonado por sua terra natal e que dava atenção a todos que o procuravam: “Ah, tinha, muito. E com todos, até com os peões. Que ele tinha casa na Bahia – não é? – e ali ele fazia excursões – ouviu? – com os peões e comia com eles – não sabe? – ele era um homem assim simples. A pessoa quando olhava o porte, e o que ele era, aí tinha receio, mas quando se aproximava dele, aí não, porque ele era um homem simples, um homem que... E apaixonado pelo Ceará, meu Deus, eu nunca vi uma paixão igual. Que tudo de melhor era o Ceará, tudo era o Ceará, tudo. O Castelo Branco era muito amigo dele, então ia muito ao Museu. Aí ele, quando o Castelo Branco chegou e foi falar com ele, ele disse pra mim ‘Nair, você sabe, este é um Einstein do Exército!’, eu digo ‘eu já vi tudo’ [risos], ‘porque que você já viu?’, ‘ele é cearense, não é?’, porque o cearense pra ele era o máximo em tudo. Ele se arrependeu de ter vindo do Ceará pra cá pro Rio. Dizia que ele era burro, burro por ter deixado o Ceará. Ele não... Mas ele não tinha outro jeito, o pai não o ajudava, o pai não, não... Ele queria ser militar, ele queria – não é? – mas não... Ele dizia ‘eu fui burro de ter saído do Ceará’. Tanto que aquele artigo que ele escreveu assim, o Ceará é o meu mundo, o mundo que eu... E o filho, Flávio, quando ele escreveu ele repetia ‘o mundo, o mundo, o mundo, o mundo...’, então o Flávio diz ‘papai...’ – o Flávio me contou – ‘papai, tá muito mundo!’, ‘mas é o meu mundo! É o meu mundo! O Ceará

é o meu mundo!’ [Risos]. Porque o Ceará era tudo pra ele, era a comida melhor a do Ceará, tudo era melhor, então eu ‘... já vi tudo. Porque ele é cearense’ [referindo-se novamente ao comentário sobre Castelo Branco]; ‘ah, como é que você sabe?’, eu digo ‘é pelo tipo dele, é cearense’’. (Informação verbal)<sup>29</sup>.

Observando as suas reveladas preferências pelo militarismo, muitos são induzidos a destacarem o uso da força física em suas milícias integralistas, como fonte de poder, restringindo sua qualificação enquanto intelectual e militante durante toda a sua vida. Os textos antissemitas e ultranacionalistas de Gustavo Barroso, chefe das milícias, ocupam a maior parte das edições dos periódicos lançados pelo movimento ainda hoje. Assim como o integralismo fora censurado por Vargas ao ostracismo, Barroso visivelmente também se trancou em sua concha, vivendo a sua vida de diretor do Museu Histórico e tomando o chá acadêmico. Sobre sua militância integralista, escreveu o historiador Raimundo Girão,

Num instante de desalento, deixou Gustavo escrito, ‘O Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com o seu desdém, com a sua antipatia. (...) Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha terra.’ A sua participação no movimento integralista, que depois repudiou seria a causa dessa falta de compreensão (GIRÃO, 1988, p. 34-35).

Em suas memórias queixou-se da falta de apreço e da aparente antipatia que a elite letrada de sua terra natal lhe conferia, em um lamento visivelmente rancoroso, colocando-se como injustiçado por aqueles que teriam a obrigação ou, menos, a delicadeza de reconhecer seu importante papel como enaltecido das raízes, tradições e cultura cearense. No recorte do texto memorialista a seguir, é nítida a tentativa de Barroso em reafirmar um conteúdo descritivo de sua conduta inabalável, de sua moral ilibada, do comportamento heroico de um jovem migrante cearense que, por seu próprio esforço e empenho acadêmico se fez um nome nacional, até mesmo internacional, enaltecendo, por conseguinte, o seu torrão natal. Podemos afirmar que o que se segue é uma escrita hagiográfica.

Tomava parte com fervor na vida de minha cidade natal. Vivia em comunhão íntima com ela. Nada do que ali se passava me deixava indiferente, porque a amava com todas as forças de minha alma. Emigrei forçado pela necessidade e muitas vezes me tenho arrependido, apesar do que chamam *minhas vitórias* e que muito invejam. Continuo a amar o Ceará como naquele tempo, apesar de incompreensões e mesquinhas, *quoiqu'on dise*. Alguns despeitados de quem me apieda, porque os coitadinhos nada conseguiram na vida, insistem sempre na calúnia de atribuir-me falar mal de minha terra. Meus escritos os desmentem e isso basta como resposta. Os que, por maldade, fazem coro com eles só merecem desprezo. Em verdade, excetuando alguns amigos, entre os quais os moços do *Grêmio Gustavo Barroso* e o grupo do

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

Salão Juvenal Galeno, com minha amiga Henriqueta Galeno à frente, o Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com seu desdém ou sua antipatia. Somente Magalhães Peixoto, quando Presidente do Estado, me penhorou com suas homenagens. Respondo a isso com o magnífico pensamento de Siqueira Campos, gravado em bronze no pedestal de sua herma, em Copacabana, ‘À Pátria tudo se deve dar. À Pátria nada se deve pedir, nem mesmo compreensão.’ Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha terra (BARROSO, 1989, p. 332).

Já perto de sua morte, em 1958, sofrendo os horrores de um câncer de estômago, escreveu a um amigo, segundo nos fala Eduardo Campos,

Escrevo estas palavras, imobilizado numa poltrona, atanzado de dores por uma enfermidade pérfida e cruel. Perdi o comando da parte do meu corpo, mas conservo íntegro, graças a Deus, o do meu cérebro, e quero consignar por escrito muita coisa que vi e ouvi num velho Brasil, que a Revolução de 1930 começou a matar e já não existe mais senão nas memórias e nos corações cuja duração tem seu limite na morte. A minha única intenção é ser útil, fornecer algumas achegas pessoais aos que estudam, nesse período, a sociologia brasileira.

[...]

O Ceará, muito especialmente Fortaleza, foi e continua a ser o meu mundo. E continuará sempre, estou certo. Não um mundo que eu comando, mas meu mundo que me comanda através do tempo e do espaço, onde quer que eu vá, seja qual for a época. Tamanho poder lhe foi dado, porque foi o primeiro mundo que vi, quando abri os olhos para o mundo, mundo em que, hora a hora, dia a dia, ano a ano, durando e tomando forma, fui no corpo e na alma descobrindo todas as coisas do mundo. O Ceará é o mundo em que sempre me recorde e vejo, só ou acompanhado de tudo quanto vi e toquei desde o berço. Continuarei a viver nesse mundo até que me apague a derradeira luz do mundo. Meu mundo querido e único! (CAMPOS apud BARROSO, 1988, p. 122-123).

Morreu em 03 de dezembro de 1959. O jornal *O Povo* imprimiu manchete de capa, “**Chora o Ceará a Morte de Gustavo Barroso**”. Também o jornal *Correio do Ceará* estampou, “**Consternação no Ceará com Morte de Gustavo Barroso**”. Em seu enterro, teve a solenidade que presumira. Segundo Mello, “um soldado dos Dragões da Independência, no seu grande uniforme, do alto de um túmulo, fez soar o clarim, dando o toque de silêncio. Ali estava o soldado com que ele havia sonhado, paramentado com seu uniforme que fora a sua criação”! (MELLO, 1960, p. 122).

Passados dois anos da morte de Gustavo Barroso, em janeiro de 1961, o jornal *Unitário* publicou artigo em que destacava a doação dos Fardões e do Espadim da Academia Brasileira de Letras pertencentes a Barroso ao Museu do Ceará.

Como se sabe, o autor de “Terra do Sol” tinha um verdadeiro amor ao Ceará e um dos seus desejos, muitas vezes revelado na presença de amigos e admiradores, era de que, após a sua morte, os seus despojos fossem sepultados no Cemitério de São João Batista, aqui em Fortaleza, como prova de reconhecimento e gratidão à terra que lhe serviu de berço. [...] Notando que não era possível satisfazer seu desejo de ser sepultado em terras cearenses e que a morte, de foice em punho, aproximava-se de

seu leito apressada e irremediavelmente, chamou a sua diletta esposa e pediu-lhe que tão logo fechasse os olhos para sempre enviasse ao Museu Histórico do Ceará suas fardas de gala e seu espadim.

Sua viúva, Antonieta Barroso, cumpriu seu pedido, remetendo os itens citados junto com uma missiva à escritora cearense Henriqueta Galeno que arranhou a intermediação da doação entre a Casa Juvenal Galeno e o Museu Histórico do Ceará. Segundo nos afiançou D. Nair em depoimento, antes que os restos mortais de Gustavo Barroso e de seu pai fossem enviados a Fortaleza em dois latões, ela providenciou que as relíquias de Barroso fossem expostas em ornamentada urna no Museu Histórico Nacional, para que os funcionários e amigos pudessem ver e se despedir. As relíquias de Felino Barroso ficaram sob a guarda de um funcionário do MHN, no latão onde fora depositada.

Em 1965, quando do traslado de seus restos mortais para a praça diante do Colégio Liceu do Ceará, que leva seu nome, fez longo discurso laudatório o jornalista Luis Sucupira, o qual se encontra na *Revista do Instituto do Ceará* (1966, p. 217-220), mas que foi originalmente publicado no jornal *Unitário* do dia 01/01/1966. Destacamos breve passagem:

[...]

Engenho enciclopédico, Gustavo Barroso tudo conquistou na sua maravilhosa trajetória pelos ingentes caminhos da glória. Foi tudo o que desejou ser na vasta laçadas justas da inteligência, do saber e do coração. Conheceu e viveu dias de esplendidez e de felicidade. Graças ao esforço próprio, alcançou triunfos diplomáticos e conquistas literárias. Escafandrista da História Pátria, exumou dos arquivos empoeirados episódios os mais vibrantes, aspectos épicos ou sentimentais dos nossos evos, façanhas mavórticas ou narrativas líricas, e, assinalando com um sentido eminentemente patriótico sua passagem pelo Poder Legislativo, restaurou na sua pompa e nos seus fins os Dragões da Independência, que volveram a funcionar como tropa de elite e de exibição vistosa na ordem militar. Dedicado de corpo e alma ao engrandecimento da Pátria, pelo culto do passado, fonte dos mais belos ensinamentos de heroísmo e de sacrifícios, organizou, dirigiu e celebrou o Museu Histórico Nacional, que é, hoje, não apenas um maravilhoso patrimônio do povo brasileiro, mas, sobretudo, um imenso e prodigioso livro aberto para quantos desejem e pretendam pelo exemplo dos ilustres antepassados formar e fortificar o verdadeiro amor pelo Brasil.

[...]

### **3.3. “O Culto da Saudade”: o artigo de 1912**

Nesse artigo, assinando como João do Norte, pseudônimo que usara nos seus artigos do Jornal do Ceará a partir de 1907, Gustavo Barroso propõe a criação de um museu histórico para o Brasil e em poucas linhas traduz toda uma concepção de História e de Museologia.

O descaso pelas nossas tradições vai se tornando crime imperdoável. Um exemplo, o antigo pórtico da Quinta da Boa Vista foi presente da casa d’Áustria ou da casa de Inglaterra. Tem uma severa beleza de linhas arquitetônicas, uma arquitrave esplêndida e flintos admiráveis. Mudaram-no de lugar várias vezes e, por fim, impiedosamente o plantaram nas traseiras do parque, fronteando um velho quartel de cavalaria.



Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Só uma coisa se mantém perpétua e imutável, o carnaval, que não é autóctone. O mais morre a pouco e pouco. Até os cordões desaparecerem (ANAIS, 1997, p. 32).

Notamos que o espírito que envolve o texto é o da “invocação do passado”. Vemos um desfile de exemplos de como povos europeus preservam a memória através de suas crenças, lendas, danças, folguedos e outros elementos culturais. E também de como nós, brasileiros, não nos reportamos à nossa própria formação cultural, não cultuamos as nossas tradições, o que, por conseguinte, demonstra certo desapego à nossa própria história.

“O culto da saudade ainda não é para nós”, conclui Barroso. Consideramos essa frase significativa, dado que espelha indubitavelmente sua concepção de metodológica e teórica da História. Podemos afirmar que há nessa máxima de Gustavo Barroso, sempre citada nos trabalhos sobre sua obra museológica, uma teoria da História, tal qual nos fala D`Assunção Barros, classificada em suas “dimensões”, “abordagens” e “domínios”? Vejamos o que nos diz Barros.

Um dos fenômenos mais interessantes da historiografia no século XX se refere à profusão de domínios em que está partilhado hoje o saber historiográfico. Fala-se, por exemplo, em uma *História Demográfica* ou em uma *História Política*, noções que se referem a “dimensões” ou a fatores que ajudam a definir a realidade social (a população, o poder); fala-se de uma *História Oral* ou de uma *História Serial*, que são classificações da História que remetem ao tipo de fontes com as quais elas lidam ou às “abordagens” que os historiadores utilizam para tratar estas fontes (a entrevista, a serialização de dados); fala-se da *Micro-História* ou da *História Quantitativa*, que são classificações relativas aos campos de observação abordados pelo historiador (a microrrealidade, o número); fala-se em uma *História das Mulheres* ou em uma *História dos Marginais*, que são classificações relacionadas aos “sujeitos” que fazem a História (a mulher, o marginal); fala-se em uma *História Rural* ou em uma *História Urbana*, que são subdivisões relativas aos “ambientes sociais” examinados pelo historiador (o campo, a cidade); fala-se de uma *História da Arte* ou de uma *História da Sexualidade*, que são âmbitos associados aos “objetos” considerados na pesquisa histórica (a criação artística, o sexo). Poder-se-ia falar ainda em uma *História Vista de Baixo*, para simbolizar uma inversão de perspectiva em relação à tradicional historiografia que partia do poder dominante, e até em uma *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é, ao mesmo tempo, historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa. Todos estes exemplos são legítimas especialidades da História. Mas as dificuldades começam a se mostrar quando estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturadas indiscriminadamente para organizar os vários “lotes” da História (BARROS, 2005, p. 230-231).

Gustavo Barroso foi loteado pelo seu discurso do “culto da saudade”<sup>30</sup>. Esse loteamento é depreciativo, na maioria das vezes, visto que há sérias restrições às suas escolhas

<sup>30</sup> Preocupados com o tom do nosso discurso nesse parágrafo, ousamos respaldá-lo com esse pensamento de José D`Assunção Barros, “até que ponto o historiador, sobretudo o historiador acadêmico sobre cuja cabeça pesa um modelo congelado de tese, não pode ou não deve libertar-se de uma outra imagem, a imagem de uma única estrutura correta (a sancionada pela academia) de organização final do seu texto? Ou, posta a questão de um outro

teóricas e à sua metodologia. A pior pecha que carrega é de que não fez uma *história vista de baixo*, mas uma *história vista de cima*. Que sujeitos fizeram a história contada por Gustavo Barroso? Certamente não foi o povo brasileiro. Valorizou as relíquias da elite, principalmente aquela vinculada ao Império Brasileiro, em detrimento de uma cultura popular brasileira. Acumulou objetos representativos da cultura europeia, acomodou-os de maneira temática, sem dar um semblante de um organismo em uma totalidade, buscando “vieses” e “fios condutores” estranhos a uma verdadeira cultura do Brasil e a uma história crítica. Sua escolha política, então, não poderia ter sido pior. Integralista! Comandou a sua obra, o Museu Histórico Nacional, enquanto viveu. Nascido na elite, sempre se alinhou a ela e teve trânsito suave nos meandros do poder. Por que alguém escreveria uma trilogia memorialista tão jovem? Só poderia ter interesse de vangloriar-se pelos seus atos, numa clara intenção de ser reconhecido como intelectual, de ser celebrado por seus atos e obras, de ser bajulado. Muito estranho... Como ousou escrever sobre folclore? Com que direito falou de cultura brasileira? Museu Histórico? Mas já não havia sessões de História em outros museus do Brasil? Gustavo Barroso não teve uma ideia tão original assim, afinal falou de um museu histórico militar, criou uma inspetoria que teve vida curtíssima, logo sendo entregue a quem de direito, aos mineiros o que é de Minas! Não, Gustavo Barroso não merece um lugar ao sol dos historiadores brasileiros.

Discordamos inteiramente. Nosso discurso não segue esse caminho, pois consideramos que Barroso tem um lugar privilegiado entre os grandes historiadores do Brasil e um papel único, precursor, diante da museologia brasileira. Bakhtin ampara nosso discurso.

Todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isto pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico (BAKHTIN, 1993, p. 86).

Com notável produção bibliográfica sobre História, Museologia e na área de Humanidades, além do fazer histórico e museológico, Gustavo Barroso construiu uma teoria em si, ou podemos chamar de filosofia própria. Esse homem produziu em um tempo e espaço característico e não pode ser avaliado com olhos de hoje, no sentido de exigir desse sujeito uma

---

modo, até que ponto não pode o historiador inventar novas imagens organizadoras da estrutura que dará forma ao seu discurso?” (BARROS, 2008, p. 49).

postura teórica e metodológica discrepante do intelectual que foi em seu tempo histórico. Em História essa questão é de base, o historiador tem o seu lugar social. Como tão bem defendeu Michel de Certeau (1982, p. 65), “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”. Isso vale para Gustavo Barroso, o personagem dessa tese, como para nós que estudamos a sua obra. Não invalidamos nenhum outro trabalho que apresente um olhar diferente do nosso, pelo contrário, nos valem de muitos desses trabalhos. Contudo, fazemos questão de afirmar que enxergamos um amplo horizonte do legado educacional e histórico de Gustavo Barroso e lhes atribuímos imenso valor. Ainda citando Certeau, lembramos da ação da Instituição ou da “comunidade dos historiadores” na fixação do “dito” e do “não-dito” ou do que pode ser dito ou não em certo momento histórico e de certo lugar de produção (1982, p. 71-72) e, ainda, consideramos que esses interesses comprometem também o “como ser dito”.

Existe uma historicidade da História que alude a uma movimentação entre um exercício interpretativo e uma práxis social. Para Certeau, a pesquisa em história se faz tomando de início a articulação de um lugar socioeconômico, político, cultural, isto é, o lugar social do historiador, que concretiza seu ofício continuamente em um enquadramento, em meio a princípios de referências, em relações de pertencimentos e de afastamentos, ressoando o que diz e ainda recusando diálogos, vínculos e encontros. É fundamental ponderar que esse lugar se alia a elementos da maior seriedade, dentre ao quais a fixação de metodologias, os interesses envolvidos, as séries documentais, as questões que se colocam etc.

Tudo isso está enlaçado à relação que o historiador conserva com o lugar em que se localiza. O fazer histórico é um processo não apenas epistemológico, mas igualmente estratégico e político, uma vez que provoca posicionamentos diversos, e o imperativo de cuidados com suas implicações. Certeau adverte, todavia, que, à medida que a pesquisa em história se faz em meio a alcances e fronteiras, ela os reinventa ao passo em que surgem as questões. Cada pesquisa, nessa acepção, não é somente a revelação de um lugar, mas ainda a sua fixação e a sua problematização. Tudo isso ocorre diante de diálogos, os quais podem ser surpreendentes. Na trama de sua teia, o historiador a faz trocando opiniões e obtendo subsídios de outros saberes, com demais elementos do pensamento e da ação cultural, largueando os campos e transformando as trajetórias. Quando o historiador opera como tal, faz ecoar em sua pesquisa e em sua narrativa as deliberações do seu mundo, há uma reinvenção, seja no movimento próprio do seu ofício, seja pelo impacto que gera ao socializar a sua narrativa.

A produção de Gustavo Barroso na área das humanidades concebeu a formulação de tópicos essenciais para a historiografia do país. Não podemos afirmar que era propriamente

uma teoria, todavia podemos dizer que constituiu uma problemática da História. Notamos uma periodização, bem como os distintos gêneros da História, além da referência constante e aprofundada das matérias auxiliares. Também um apego à autenticidade dos documentos, continuamente com profusos exemplos da História do Brasil e notas a propósito de cada assunto numa perspectiva global.

O “culto da saudade”, que não tínhamos, segundo Barroso, era o cuidado com o patrimônio material e imaterial do Brasil, termos muito atuais que podemos utilizar porque reconhecemos na leitura do “culto da saudade”, não porque esteja explícito, mas porque implicitamente Barroso deixou amarrado no seu discurso.

Nada disso temos. Ouro-preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. Ninguém escora as ombreiras de pedra bruta, as paredes desaprumadas. A festa que ali se realizou, lembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu. Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração.

Vá alguém ao encontro do descaso geral. Dê-se ao insano trabalho de realizar um tentamen. Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional recordando a fundação da cidade por Mem de Sá, com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes à forca da Lampadosa; todo mundo rirá da *mascarada*. Nunca mais se livrará do ridículo.

O culto da saudade ainda não é para nós (ANAIS, 1997, p. 34).

Assim, é imperativo manter na memória que toda representação da História é subjetiva, socialmente circunscrita em seu lugar, tal como a representação do tempo histórico é também histórica.

### **3.4 - 1922 – A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil**

Nos anos de 1920 as sociedades brasileira e internacional experimentaram um período de ampla ebulição política e intensas mudanças, principalmente por conta dos resultados da Primeira Guerra Mundial e a criação da União Soviética. O Brasil, embora aparentemente equidistante desses episódios, viu-se imerso em uma crise cujos indícios despontaram nos mais diversos planos e o país conheceu uma fase de transição em que as rupturas mais drásticas se consolidariam com o movimento de 1930.

O ano de 1922 no Brasil, especificamente, conjugou um circuito de episódios que transformaram sobremaneira o nosso cenário político e cultural. Vejamos os mais marcantes, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a celebração do centenário da Independência e ainda a sucessão presidencial de 1922. Foram todos referências extraordinárias dos novos ares que se desenhavam no horizonte, colocando em litígio os arquétipos culturais e políticos da Primeira República.

O Partido Comunista será fundado em 1922, dominado por intelectuais e cortado de dissidências e rivalidades, sem atuação no movimento operário. Lentamente, entretanto, a ideologia marxista-leninista sobrepuja o anarquismo, infiltrando-se nos sindicatos, ainda embrionários na época. Os *tenentes*, até 1930, quando Luiz Carlos Prestes adere ao credo vermelho, não manifestam simpatias pelo movimento, fixando-se, de preferência, nas correntes oposicionistas estaduais, o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, o Partido Democrático de São Paulo e, finalmente, na Aliança Liberal. Não obstante a fraqueza e a dispersão das correntes ideológicas, diversas greves e movimentos reivindicatórios agitam o meio operário, desde a primeira hora republicana, com o tenente Vinhais na liderança dos ferroviários, na Capital da República (FAORO, 2001, p. 798).

O ideário da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, comemorada em 1922, fora vinculado, desde seus indícios preliminares, às diversas concepções de urbanização da capital da República. Isso correspondia à derrocada do Morro do Castelo, à concretização de aterros, ao acréscimo e embelezamento de ruas e avenidas e à constituição de um marco simbólico que festejasse a data magna.

O início da década de 1920 foi fértil em balanços e avaliações dos cem anos da nação independente. O grande anseio, diria mesmo a obstinação que animava a intelectualidade nesse momento era conhecer o país, na mesma medida em que crescia a percepção de que se o Brasil tinha território, não se constituía ainda como nação. Frente ao desafio do momento histórico - a comemoração do Centenário da Independência - formou-se a geração intelectual dos 20, comprometida com a tarefa de criar a nação, forjar a identidade nacional e construir o Brasil moderno (MOTTA, 1992, p. 18).

Noah Elkin afirma que “exposições e museus brasileiros eram espetáculos que constituíam um microcosmo do país, concebido para revelar aos brasileiros conhecimento sobre a sua Nação” (ELKIN, 1997, p. 123). Desde o Segundo Império que foram erguidas exposições competitivas nas quais se elencavam elementos sobre a produção do país, o povo e a cultura nacional. A exposição inicial, de 1861, o vínculo se deu com o Museu Nacional, a esse museu coube a representação da fauna, flora e mineralogia do Brasil, inclusive permutando-se elementos dessa natureza com museus e instituições internacionais. As exposições de 1866 e 1873 também estiveram ligadas ao retrocitado museu.

A república trouxe consigo uma aura de grandeza e sofisticação para essas exposições. A Exposição de 1908 teve um cenário elaborado somente para abrigá-la, tendo sido montada em uma “cidade-mostruário” exclusiva. Nesse caso, “as reformas conduzidas pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) e a construção da exposição na Praia Vermelha, em 1908, introduzem no Brasil a noção de cidade como espetáculo. Juntos, esses eventos caracterizaram a *belle époque* carioca” (ELKIN, 1997, p. 124). O que se fazia nesses espaços era tentar contar a História da Nação Brasileira, refletir a cultura do povo brasileiro e reforçar o patriotismo nacional.

Uma vez inaugurada oficialmente, a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 teve, até o dia 02 de Julho de 1923, um total de 3.626.402 pessoas circulando em suas dependências. Foi o último e maior evento dessa categoria. O traçado da exposição tinha 80 espaços erigidos, arquitetados tanto pelo governo federal, quanto por governos estrangeiros. Também havia expositores individuais e de grupos particulares nacionais e internacionais.

Afora os circuitos que podemos chamar de temáticos, era comum que esse tipo de evento tivesse programações análogas, ocorrendo concomitantemente à grande exposição. Sem fugir a essa regra, na exposição de 1922 houve jogos latino-americanos e a discussão de um tema de alta relevância que animou os grupos foi o da educação. Inclusive, ganhou contornos de debate social, uma vez que o progresso da nação dependia de uma boa e ampla escolarização. Falava-se também do cotidiano escolar. Foi dessa forma que distintos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, tais como políticos, médicos, religiosos, militares, professores, estudiosos, tiveram a oportunidade de dialogar em suas especialidades o tema da educação enquanto elemento indispensável para a constituição de uma sociedade moderna<sup>31</sup>. No Livro de Ouro do Centenário e da Exposição, Gustavo Barroso discorreu sobre Padre Cícero e o folclore<sup>32</sup>, e quem escreveu sobre educação foi Afrânio Peixoto com o artigo “O Ensino Público no Brasil”.<sup>33</sup>

No livro temos a elucidação dos motivos e das características da publicação, desde a sua gênese até o texto final, muito amplo na abordagem dos assuntos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros, que permeavam as mentes da intelectualidade nacional já na terceira década do século XX, vinculada, ainda, ao arcabouço teórico que inspirou os intelectuais a partir da segunda metade do século XIX. Vejamos:

O primitivo plano de organização deste Livro apenas abrangia uma calorosa homenagem comemorativa da maior data da História brasileira. Tornou-se, porém, tão complexa a série de comemorações, tomou um tal carácter de grandeza e internacionalidade a grande Exposição, que julgámos de melhor aviso ampliar o plano traçado, de forma a apreender as mais brilhantes festas e homenagens, todas as notáveis solemnidades a realizar durante o anno de 7 de Setembro de 1922 a 7 de Setembro de 1823. E assim é que á parte propriamente original do Livro, subscrita por alguns dos mais ilustres escriptores brasileiros, juntamos excerpts de trabalhos commemorativos publicados em jornais ou revistas, fizemos o resumo das festas, homenagens e congressos, reproduzimos aspectos da Exposição, demos enfim o

---

<sup>31</sup> No anexo desse trabalho podemos verificar o sumário do Livro de Ouro do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, o que revela os assuntos debatidos por aqueles que participaram desses eventos, deixando inestimável contribuição, retrato da mentalidade de uma época.

<sup>32</sup> O texto original está disponível nos Anais desse trabalho.

<sup>33</sup> Mais detalhes sobre o artigo de Afrânio Peixoto podem ser lidos no artigo “O ensino público no Brasil: decepções e esperanças? Um estudo compreensivo da visão de Afrânio Peixoto sobre a educação no Livro de Ouro do MHN, de 1922-1933 (SILVA, 2013, p. 342-366 *In Andrade et all*, 2013)

balanço mais exacto possível do que foi o 1º Centenário da Independência do Brasil. Alguns eminentes escriptores portugueses quizeram juntar ás nossas ás suas homenagens e essa parte constitue, sem dúvida, um dos mais formosos capitulos do Livro, que entregamos a nossos prezados leitores e distintos assignantes, com a certeza de nos termos esforçado para cumprir, dentro de nossas forças, com o que lhes promettemos.

A todos, collaboradores e assignantes, annunciantes e leitores, os nossos melhores agradecimentos e sinceras saudações.

Rio de Janeiro, Setembro de 1923.

A ligação entre criação do MHN e os festejos em torno da Exposição do Centenário da Independência do Brasil foi um ápice da relação entre museus brasileiros e exposições, de acordo com o que defende Noah Elkin.

A criação do Museu Histórico Nacional, durante a Exposição do Centenário representou a culminação de um longo relacionamento entre museus brasileiros e exposições. Ao se fundar uma repartição dedicada à mostra da história do Brasil, o passado da nação encontrou um lugar permanente num evento que era, a um só tempo, a celebração de um momento histórico e uma grande e transitória mostra de um presente idealizado e de um futuro imaginado (ELKIN, 1997, p. 132-133).

Parece-nos óbvio o culto à Nação, construído das mentalidades daqueles que comandavam essas exposições de grande porte concretizadas nas primeiras décadas do século passado. Dentro desse conjunto de projetos e ações visivelmente nacionalistas incluiu-se a predisposição de promover temáticas entusiastas sobre os temas nacionais, inclusive os debates de intelectuais a respeito das maneiras de pensar e escrever a História do Brasil. Gustavo Barroso, nossa personagem nessa narrativa, foi um desses intelectuais, grandioso dentre outros de comparável envergadura, mas único pelo trabalho realizado no MHN, no Curso de Museus e na Inspeção de Monumentos. Esse intelectual não era apenas um guardador de relíquias, não podemos aceitar que a obra monumental de Barroso seja vista como um “entesouramento” cultural, um ajuntamento de espólios dispostos em uma sala milimetricamente ordenada, arrumadinha.

O limiar do novo século e a presença de reflexões entre os intelectuais e letrados sobre modernidade, civilidade, ordem e progresso, demandaram do poder público o esboço de um projeto cultural brasileiro. A análise e identificação de uma memória coletiva, bem como a fundamentação de uma identidade nacional foram de competência dessas personalidades, as mesmas que partilhavam dos domínios da intelectualidade. Entendemos que os apontamentos de Roger Chartier sobre história cultural suportam as considerações que fizemos e delimita bem esse grupo denominado de intelectualidade:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo

social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p.16-17).

Os intelectuais do país nas primeiras décadas do século XX compunham um grupo decisivo nas discussões e deliberações políticas, econômicas, culturais e sociais. Quando os pesquisadores interpretam documentos pertinentes a eventos culturais de grande porte, como a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922, notamos que suas reivindicações são advindas da imprensa e da opinião pública conduzida por esses agentes.

Da Exposição Internacional saíram as condições físicas para a existência do Museu Histórico Nacional. Gustavo Barroso aproveitou a estrutura organizada, tomou apenas dois pequenos espaços e iniciou um museu histórico no país.

“...Toda a área de Exposição, chameja e faísca, e parece emergir das águas epenumbradas como a verdadeira “Cidade Anadyomenica”, a deusa luminosa dos contos e dos poemas. Não é possível imaginar mais lindos efeitos de luz”.

O Rio de Janeiro transformara-se em um cartão postal. Em todos os cantos do país, não se falava em outra coisa. Os mais afortunados corriam para chegar a tempo, não podiam perder aquela festa da civilização e do progresso. Transcorria o ano de 1922. O Estado brasileiro comemorava 100 anos de nação soberana. Arquitetos franceses, engenheiros ingleses e toda a sorte de homens empreendedores e cultos circulavam pelas ruas empenhados em nobre missão, remodelar a cidade, transformando-a em cenário do grande espetáculo da modernidade, a Exposição Internacional de 1922 com que o Brasil comemoraria a passagem de seu primeiro centenário de independência política. Do velho passeio público até a ponta do Calabouço, estendia-se a exposição por dois mil e quinhentos metros. Na sua primeira parte, na avenida das Nações, alinhavam-se os palácios de representações estrangeiras. Ao fim desta avenida, o antigo forte do Calabouço emergia completamente desfigurado, compondo a segunda parte da mostra, onde erguiam-se os palácios brasileiros. E foi nesse clima de festa cívica, imbuídos dos ideais de consolidar o Rio de Janeiro como capital de um Brasil moderno e civilizado, que o presidente Epitácio Pessoa fundou o Museu Histórico Nacional (MHN-Banco Safra, 1989, p. 7).

Para além de qualquer discussão sobre o resultado desta intervenção, em termos estéticos, o conjunto arquitetônico que abrigou o Pavilhão das Indústrias teria o mesmo destino do que todos os edifícios remanescentes da célebre Exposição Universal de 1922, à exceção do *Petit Trianon*, ou foram demolidos ou passaram a servir de sede de alguma repartição pública municipal ou federal.

[...]

O complexo onde tem sede o MHN foi dessas construções que sofreram inúmeras intervenções. Fruto mesmo do crescimento por que passou o órgão, não se tem notícia de outra construção que tenha servido a tantas funções e modificado tanto sua fisionomia. No dizer de Adolpho Dumans, o Museu Histórico Nacional é instituição destinada a um “ininterrupto crescimento”, o qual não se esmorece nem nos momentos de crise. No alvorecer de sua trajetória, ocupou apenas duas salas do conjunto arquitetônico – nos dias atuais tem a posse e a administração de todos os edifícios do complexo.



A primeira grande intervenção sofrida pelos edifícios do MHN data de 1938, época na qual já havia se instalado na quase totalidade do conjunto. Resultado de boas relações do órgão com o Estado Novo, nessa ocasião, destaca-se a colocação dos pisos de madeira em algumas salas, a pintura geral e o erguimento de um andar, em duas faces do corpo central do conjunto, onde hoje se localizam os serviços de administração, a diretoria e onde se realiza parte das exposições permanentes. Havia ainda duas seções, mas agora espalhadas por vinte salas do complexo, e belos jardins que foram plantados no interior e ao redor dos edifícios, por iniciativa da diretoria de parques e jardins da Prefeitura do Distrito Federal. Parte da aparência atual do conjunto terminou por se concluir em fins dos anos 1980, quando depois de um longo período de obras, recuperou-se o que parecia ser o aspecto original dos edifícios. (MHN, 2013, p. 87-89).

Como constatamos nessas duas supracitadas interpretações dos acontecimentos, separadas por mais de duas décadas, ou seja, uma datando de 1989 e outra de 2013, temos uma compreensão mais romântica e ufanista, representando o olhar daqueles que viveram os acontecimentos provenientes da grande exposição, e uma visão menos adjetivada ou elogiosa, tentando demonstrar certa isenção ou imparcialidade na narração dos fatos. É válido apontar que as duas publicações são oficiais do MHN, postas a público em datas comemorativas do Museu.

### **3.5 - 1922 – A criação do Museu Histórico Nacional e o comando de Gustavo Barroso até 1959**

“A criação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio Pessoa foi simples ato material”, é o que afirma Adolpho Dumans (1942, p. 384) em seu artigo intitulado *A Ideia da Criação do Museu Histórico Nacional*, publicado no terceiro volume dos ANAIS do Museu. A constatação de Dumans relaciona-se ao fato de que, conforme exposto no referido artigo, Gustavo Barroso teria articulado toda a trama da criação de Museu, enquanto o Presidente Epitácio Pessoa ocupava-se das demais questões do país, inserido em uma crise políticas que ressoava na sua baixa popularidade.

O “culto da saudade”, a valorização das relíquias da elite imperial foi a opção de acervo adotada pelo idealizador e primeiro gestor do Museu. O que podemos afirmar, sem qualquer dúvida, é que o Museu Histórico Nacional foi criado por Epitácio Pessoa em 1922 e que logo em seguida foi delegado a Barroso o cargo de diretor do museu, tendo cumprido o exercício da função entre 1922 e 1959, com um breve intervalo de dois anos, entre 1930 e 1932. Segue o ato de criação:

**DECRETO N. 15.596 – DE 2 DE AGOSTO DE 1922<sup>34</sup>**

***Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Considerando que será da maior conveniencia para o estudo da Historia Patria reunir os objectos a ella relativos que se encontram nos estabelecimentos officiaes e concentral-os em um museu, que os conserve, classifique e exponha ao publico, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado,

Resolve, em vista da autorização expressa no art. 3º do decreto legislativo n. 4.492, de 18 de janeiro do corrente anno, crear o Museu Historico Nacional, expedir para elle o regulamento que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, e organizar-lhe, ad referendum do Congresso, o quadro do pessoal.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

**EPITACIO PESSÔA.**

Joaquim Ferreira Chaves.

Figura 1: Gustavo Barroso e Epitácio Pessoa em ex-libris comemorativo dos 25 anos da criação do Museu Histórico Nacional. Anais MHN de 1965 e 1989



Fonte: MHN, 1989, p. 366.

O Museu foi organizado a partir de grandes coleções, compostas através de um

<sup>34</sup>Texto original disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75883&norma=102652>  
Acesso em 01 de junho de 2013. O texto integral consta nos anexos desse trabalho.

intenso vínculo fundado entre diretor, funcionários e doadores para que a representação de personagens históricos e salvaguarda das tradições e relíquias do Brasil representassem um passado de glórias. Na charge a seguir, identificamos uma crítica do chargista e do jornal ao papel de Gustavo Barroso na coleta de relíquias, principalmente do Império do Brasil. Sua postura sobre o cavalo conduzindo peças museais lembra uma figura quixotesca. A charge sugere, ainda, que aquilo que não tiver importância como documento histórico, passaria a ter, pois Barroso escreveria sobre e o faria histórico.

Figura 2: Gustavo Barroso segundo KLixto (charge publicada na revista D. Quixote, 1922).



Fonte: MHN, 2013, p. 102.

Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), no período em que o Museu Histórico Nacional foi dirigido por Gustavo Barroso vemos em destaque um atributo de *museu-memória*, que envolve um discurso valorizador da continuação entre passado e presente, renunciando o tempo que se projeta ao futuro. Afinal, do que se faz a História, se não do passado.

Em 1922, Gustavo Barroso, ao criar o Museu Histórico Nacional, foi responsável pelo estabelecimento de um marco que anunciava uma nova era de museus nacionais no Brasil. O acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação. Esta, entretanto, privilegiou o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos, mantendo à parte a participação popular. A homenagem à tradição e ao Império serviu também de base ao discurso nacionalista conservador e elitista que Barroso vinha defendendo há alguns anos. Como consequência, a grande maioria da população ficou simplesmente do lado de fora do museu (Williams, 2001, p. 149). Em 1922, também era inaugurada no Museu do Ipiranga uma seção de História. Sob direção de Affonso de Taunay, o Museu do Ipiranga desviava-se da ênfase que fora dada nos primeiros anos às ciências naturais, passando a priorizar coleções relacionadas à história de São Paulo. Mas foi ainda Barroso que exerceu papel importante na configuração dos demais museus. Ele foi o responsável pela criação do Curso de Museus, que, entre 1932 e 1970, formou técnicos para todo o país. A ideologia patriótica, hierárquica, romântica, anticosmopolita e conservadora de Barroso manteve-se presente na criação, em 1934, da Inspeção dos Monumentos Nacionais.

O modelo implantado por Barroso conviveu em certa medida com o dos modernistas que orientaram e dirigiram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Tal como Barroso, o ministro Gustavo Capanema compreendeu a preservação do patrimônio como parte da construção do Estado e de formação da nação. A nova política de preservação do patrimônio continuou a priorizar os vínculos com fatos e personagens históricos que representassem a nação, como defendia Barroso, mas desenvolveu uma concepção distinta do que seria relevante para a nação, novos eventos históricos e heróis foram priorizados e passou-se a dar ênfase ao rigor da pesquisa no tratamento histórico e cultural da nação (SANTOS, 2004, p. 56-57).

A vertente dos museus até então existentes no Brasil alinhava-se ao arquétipo de museu etnográfico, comuns em todo o mundo, difundidos entre os anos 1870 e 1930. Assinalados por aspirações enciclopédicas, essas instituições eram voltadas para a pesquisa em ciências naturais, volvidos para a coleta, o estudo e a exibição de elementos de coleções naturais, além de etnografia, arqueologia e paleontologia. Cumpriram, então, a importante função de resguardar as riquezas locais e nacionais, acrescentando a produção intelectual e a prática das ciências naturais. O paradigma predominante era o da teoria evolucionista-biológica, pressuposto para os estudos evolucionistas sociais, condição premente para a nascente antropologia. Ao sintetizar um debate a respeito do homem brasileiro, por meio de critérios naturalistas, tais instituições colaboraram, terminantemente, para a exposição de teorias raciais no século XIX.

Podemos asseverar que no século XIX instituíram-se, mundialmente, dois arquétipos de museus, quais sejam, alguns estruturados com base na história e cultura da nação, com atitude de louvação cultural, como o Louvre, e aqueles que apareceram em decorrência do movimento científico, estes vinculados à pré-história, arqueologia e etnologia, conforme o Museu Britânico.

Aqui no Brasil, os ditos museus enciclopédicos, que permeavam os mais diferentes aspectos do saber e da cultura da Nação, prevaleceram ainda nas décadas de 1920 e 1930,

quando sofreram uma decadência mundial, tendo em vista a superação das teorias evolucionistas que os amparavam. Conquanto a temática nacionalista não fosse o fundamento da essência desses museus, não deixaram de colaborar para elaborações simbólicas da Nação Brasileira, por meio de coleções que vangloriavam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos.

Não obstante, a temática da nação, no Brasil, entrara no topo do discurso museológico apenas a partir da criação do MHN em 1922. Um marco para a Museologia no país, o MHN cortou as amarras das reminiscências enciclopédicas, implantando um modelo de museu dedicado à história, à pátria, proposto a estabelecer, através da cultura material, um perfil da nacionalidade. Fruto do esforço de intelectuais e amparado pelo Estado, idealizado e conduzido por Gustavo Barroso, de 1922 a 1959, o MHN foi constituído com o escopo de educar a gente brasileira. A intenção seria de instruir o povo a conhecer fatos e personagens que se destacaram no passado, com o intuito de estimular o culto à tradição e a formação cívica, entendidos como fatores de união e desenvolvimento nacional. O MHN consistiria em lugar de produção de conhecimento, tal qual seria uma agência proposta a corroborar e conduzir a noção de história oficial (no sentido de “história da classe dominante”, ou contada pelos “poderosos”). Seria um reproduzidor da historiografia materializada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Factualista, as peças museológicas deveriam ser movidas no sentido de documentar a “história dos vencedores”, da elite, principalmente a elite imperial, gloriosa para Gustavo Barroso, segundo Regina Abreu (1996b).

Coube ao MHN a missão informal de direcionar influências a outros museus brasileiros, dado que seu modelo foi reproduzido por outras instituições. Além de ter sido responsável pela instalação do Curso de Museus, orientado desde o princípio por Gustavo Barroso, tendo funcionado nas dependências do próprio MHN, entre 1932 e 1979, formando profissionais que atuavam na museologia nacionalmente, ainda abrigou a primeira instituição preservacionista do país, a Inspetoria de Monumentos Nacionais.

Professando as diretrizes do MHN, os museus nascidos sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940 apresentavam os sinais de uma museologia envolvida com o conceito de “memória nacional” como fator de conexão e coesão social, conflitante com as subversões, as contradições e as diferenças sociais.

A coleta do acervo dava preferência aos segmentos da elite. As exposições seguiam o tratamento factual da História – embora, vale ressaltar, Gustavo Barroso tenha distribuído as exposições do MHN por temas –, proclamavam o culto à personalidade, difundindo conteúdos dogmáticos, em prejuízo de uma reflexão mais crítica. Idealizavam o patrimônio e a História

como domínios direcionados para o conhecimento dos fatos e heróis, além do culto à tradição, valorizando aspectos morais e patrióticos, em uma visão sublimada e orgulhosa do passado e da Nação.

Essa foi a maneira de Gustavo Barroso fazer e interpretar a História. Não vemos como criticá-lo pela história que contou, escreveu e colocou suas relíquias no Museu. Foi um homem de seu tempo comportando-se como tal. Entendemos que qualquer crítica, nesse sentido, corre o risco de virar um libelo ideológico em nome das classes menos privilegiadas que não tiveram espaço no Museu. Reservamo-nos ao direito de interpretar e entender a ação educacional de Gustavo Barroso, mesmo que hoje, em nossas condições históricas, não concordemos com essa política de tratar os objetos museais e a própria instituição “museu histórico” como um depósito de objetos. Nas poucas linhas a seguir, é possível observarmos que nem Gustavo Barroso nem seus funcionários no MHN negavam sua forma de construir a História com as relíquias das elites, os objetos que glorificavam a Pátria e exaltavam a Nação. O texto é de Dumans, em comemoração às duas décadas do MHN.

A 12 de outubro de 1922 inaugurava-se no Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional, instituto votado ao culto da História, ao estímulo dos sentimentos cívicos e patrióticos do povo brasileiro. Nele estão depositados lembranças e testemunhos da glória nacional, esclarecedoras das nossas origens e feitos.

O Museu Histórico é, indubitavelmente, uma instituição destinada a ininterrupto crescimento, em razão dos seus fins culturais e patrióticos. Criado em 1922, organizado pelo Dr. Gustavo Barroso com escassos recursos e material reduzido, nestes 19 anos decorridos tornou-se o mais importante museu da América do Sul, quantitativa e qualitativamente. As doações de particulares, que de continuo lhe enriquecem as coleções, o interesse que tem merecido da administração pública, os trabalhos desenvolvidos pelo funcionalismo da Casa, constituem outros tantos fatores do desenvolvimento e valorização do nosso instituto. Necessita ele, deveras, de condições materiais indispensáveis, para que o seu constante aumento não importe em prejuízo dos objetos expostos.

Lutamos com várias dificuldades que derivam da extrema parcimônia orçamentária e da falta de pessoal, que, ao início da vida desta repartição, era o estritamente preciso para os seus serviços e hoje pode atender aos múltiplos encargos correspondentes ao desdobramento das salas, ao estudo dos objetos, aos cursos de erudição que mantemos, ao movimento de visitantes e à fiscalização dos mostruários. Por outro lado o edifício do Museu já o não comporta em todas as suas coleções, pelo recebimento de objetos pesados de nossa marinha de guerra. Arrecadamos, igualmente, todas as peças históricas ao nosso alcance, na cidade e nos Estados.

O Museu começou, em 1922, com duas salas, e hoje distribui os seus mostruários por vinte e duas salas, que se acham repletas, constituindo uma fonte preciosíssima de estudos e ensinamentos, repositório magnífico de objetos históricos altamente valiosos (DUMANS, 1940, p. 211).

Com “palavras proféticas”, diz Dumans, Gustavo Barroso, maior animador e vencedor da cruzada por um museu histórico, registrou o momento da criação do MHN em entrevista ao jornal *A Pátria*, em 24 de agosto de 1922, referindo-se ao ato do presidente Epitácio Pessoa,

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimentou instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis (BARROSO apud DUMANS, 1940, p. 212).

Fundou-se o Museu Histórico Nacional e, com ele, houve uma renovação na Museologia no Brasil. Em si, podemos afirmar, houve uma modernização, pois antes não houvera um museu exclusivamente histórico. Criou-se algo novo, portanto, moderno, contrário de antigo. No ato de fundação desse museu se previa a criação de um curso de museus. Foi feito. Houve, também, a criação de uma Inspeção de Monumentos, de vida muito breve, mas houve. Esses fatos influenciaram a fundação de outros museus. Gustavo Barroso foi um idealizador e comandou o MHN enquanto viveu.

#### **4 – A INSPETORIA NACIONAL DE MONUMENTOS – 1934 -1937**

Quem primeiro pensou em defender os monumentos históricos foi um poeta, Vitor Hugo, pedindo ao Governo da França uma lei que protegesse das violências do presente e do futuro as obras do passado, uma lei que conservasse as relíquias e recordações. Escrevia, então, “Há duas coisas num edifício, seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário. Sua beleza, a todos. Destruí-lo, portanto, é um abuso do direito de propriedade (BARROSO, 1943, p. 579).

Nesse pequeno extrato do texto de Gustavo Barroso denominado “A defesa do nosso passado”, vemos quão certa foi a colocação de suas palavras e a citação de Vitor Hugo que sentencia uma ideia bastante atual, sob a qual padecem aquelas pessoas e instituições que se reportam à preservação do patrimônio histórico do Brasil, ou seja, o “abuso do direito de propriedade” sobre as construções históricas ou artísticas ou nas duas situações, concomitantemente. Os problemas da França de séculos passados são problemas contemporâneos no Brasil, no tocante à preservação do patrimônio histórico.

A história da salvaguarda do patrimônio no Brasil é marcada por muitos problemas e deficiências, como a formação em conservação e restauração, que enfrentou sérios problemas que obstaculizaram seu desenvolvimento e refletiram na atuação profissional daqueles que trilharam o caminho do conservadorismo (conservador de museus era termo que se utilizava para museólogo). Se considerarmos, embora que de modo superficial, os primórdios da salvaguarda patrimonial no Brasil e fixarmos como ponto de origem a década de 1930, notaremos que as ações precursoras dessa época ocorriam simultaneamente ao que se dava internacionalmente. Durante os anos de 1920 e 1930, na Europa, houve uma ampla movimentação nos domínios da preservação de patrimônio, especialmente porquanto, posteriormente à Primeira Grande Guerra, os países que participaram do conflito tiveram que se confrontar com a realidade caracterizada pelo flagelo resultante de uma guerra com um potencial de ruína nunca visto antes. Considerando tal fato, o Brasil, no mesmo período, não parecia tão defasado e houve expressivos progressos nas políticas de preservação, como as



propostas de órgãos de proteção do patrimônio, nascidas em Pernambuco (1923<sup>35</sup> e 1928<sup>36</sup>), Minas Gerais (1924<sup>37</sup>) e Bahia (1927<sup>38</sup> e 1930<sup>39</sup>). Entretanto, todas essas iniciativas eram locais, dado que não havia um órgão federal responsável pela preservação patrimonial, até Gustavo Barroso propor uma Inspetoria de Monumentos Nacionais, que foi instituída em 1934 pelo decreto a seguir.

**DECRETO N. 24.735 – DE 14 DE JULHO DE 1934<sup>40</sup>**

*Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”*

VIII

*INSPECÇÃO DE MONUMENTOS NACIONAES*

**Art. 72.** Os imóveis classificados como monumentos nacionais não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional.

Parágrafo único. Independem de licença e fiscalização os trabalhos de conservação e concertos urgentes que não impliquem modificação essencial do prédio.

**Art. 73.** O Museu Histórico Nacional organizará também um catálogo, tanto quanto possível completo, dos objectos histórico-artísticos de notável valor existentes no país, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notação.

**Art. 74.** A exportação de objectos dessa natureza só será permitida mediante autorização do director geral do Museu Histórico Nacional ou de seus representantes, depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$ sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.

<sup>35</sup> Com um pronunciamento inflamado, o Deputado Federal por Pernambuco, Luiz Cedro, buscou dar impulso ao Projeto de Lei Nº 350, no qual recomendou, em uma ação precursora no Brasil, a criação da Inspetoria Nacional de Monumentos Históricos em 03 de dezembro de 1923. Esse instrumento jurídico teve inspiração na Lei francesa de 30/03/1887, mas se chocou com a questão do direito à propriedade, tornando-se viável apenas em 1934, nacionalmente, com a Inspetoria do MHN. Bradou o deputado, “... acabo de enviar à mesa um projeto visando colocar sob a proteção do Estado todos os edifícios que apresentarem, do ponto de vista da história ou da arte, um interesse nacional. [...] Essas velhas Igrejas... essas velhas casas coloniais... Elas representam para nós a tradição viva, o trabalho acumulado dos nossos predecessores... e constituem por tudo isso um espelho que temos o dever de preservar para transmitir à geração do Brasil de amanhã. [...] uma longa e permanente lembrança faz a perpetuidade dos grandes povos, pois uma nação começa a morrer quando ela esquece. [...] Enfim, o que ninguém contesta é que todas as nações de sensibilidade e cultura compreendem como um dever imperioso a necessidade de preservar das ruínas os gloriosos vestígios do seu passado” (Diário de Pernambuco, 1923, p. 05).

<sup>36</sup> Inspetoria Estadual de Monumentos Históricos, criada em 28 de agosto de 1928, pelo Governador Estácio Coimbra, por meio da Lei nº. 1918.

<sup>37</sup> Em 20 de maio de 1924, D. Olívia Penteado, preocupada com os roubos e vendas do acervo das igrejas e com o estado de conservação desses bens culturais mineiros, criou em Tiradentes uma Sociedade dos Monumentos Históricos do Brasil. A primeira reunião contou a presença de, René Thiollier; o presidente de Estado, Carlos Campos; José Carlos de Macedo Soares; Tarsila do Amaral; Oswald de Andrade; Paulo Prado; e Blaise Cendrars (que redigiu os estatutos da Sociedade). Finalidade da Sociedade: “A proteção e a conservação dos monumentos históricos do Brasil, igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse, móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria etc.” Previa a ‘classificação’ dos monumentos, inventário e proteção ao imaterial (IEPHA/MG, 2009, p. 19).

<sup>38</sup> Foi criada, na Bahia, a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais.

<sup>39</sup> Em 29 de agosto 1930, o deputado baiano José Wanderley apresentou projeto com o propósito de proteger o patrimônio, propondo a criação de uma Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. Contudo, sua discussão e votação foram impedidas pelos acontecimentos políticos de outubro, que desembocaram na Revolução de 1930 e na instalação do governo provisório de Getúlio Vargas.

<sup>40</sup> Texto original disponível em,

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31712&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Último acesso em 01 de junho de 2013.

**Art. 75.** Essa autorização não poderá ser dada ao objectos de notavel importancia historica e áquelles cuja conservação no paiz seja reputada conveniente.

**Art. 76.** Os objectos apprehendidos por infracção destes dispositivos passarão a fazer parte do patrimonio nacional, no Museu Historico Nacional.

**Art. 77.** O director geral do Museu Historico Nacional poderá entabolar accordos com quaesquer pessôas naturaes ou juridicas, autoridades ecclesiasticas, instituições científicas, litterarias ou historicas, administrações estaduaes ou municipaes, etc., no sentido de ser melhor conhecido, estudado e protegido o patrimonio tradicional do Brasil.

**Art. 78.** Para o effeito da inspecção de monumentos historicos, o director geral do Museu Historico Nacional designará representantes seus onde fôr conveniente, considerando-se serviço relevante o que os mesmos prestarem.

**Art. 79.** O director geral do Museu Historico Nacional poderá impôr multas de 50\$000 a 1,000\$000 aos infractores das determinações deste regulamento.

**Art. 80.** As pessôas e corporações que possuírem objectos e reliquias artisticas ou historicas são obrigadas a fornecer a relação dos mesmos ao Museu Historico Nacional e não poderão negociar-os sem previa consulta a este, que terá sempre preferencia.

**Art. 81.** Os negociantes de antiguidade e obras de arte, de qualquer natureza, ficam obrigados a um registro especial no Museu Historico Nacional ou nas repartições estaduaes que o representem, não podendo vender objectos não devidamente authenticados.

**Art. 82.** O Museu Historico Nacional authenticará os objectos artistico-historicos que lhe forem apresentados, mediante requerimento das partes interessadas e de accordo com a tabella de peritagem annexa.

**Art. 83.** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho do 1934. – Washington F. Pires.

#### **4.1 O advento da Inspeção de Monumentos Nacionais: uma interpretação autobiográfica**

Conforme expomos na introdução desse trabalho, nesse capítulo almejamos narrar uma mera faceta da atuação de Gustavo Barroso, principalmente a partir de uma escritura sua, essencialmente autobiográfica, a respeito do tema da Inspeção de Monumentos.

A autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala. Esse é um critério muito simples, que define, além da autobiografia, todos os outros gêneros da literatura íntima (diário, auto-retrato, auto-ensaio) (LEJEUNE, 2008, p. 24).

Assim, o documento primaz de que fazemos uso sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais foi publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1943, embora os acontecimentos sobre os quais discorra tenham se dado entre 1926 e 1934. Também, nos Anais do MHN de 1944, encontramos artigos de jornal e outros textos de Barroso sobre sua atuação na região das cidades históricas de Minas Gerais, em função da instituição de uma política de preservação patrimonial. Disse Gustavo Barroso:

Sinto-me honrado e envaidecido nesse trabalho árduo e às vezes pouco compreendido que dura há mais de quatro lustros, com vida pública e oficial de 1922 até hoje, em ter sido o fundador e primeiro diretor do Museu Histórico, o criador e primeiro inspetor

da Inspeção de Monumentos Nacionais, berço do atual Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que não passa de sua ampliação com maiores recursos (BARROSO, 1943, p. 572).

A visão pessoal de sua atuação na criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, a partir do trabalho de recuperação e preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto é o que aqui nos interessa, ou seja, não pretendemos esgotar uma essa faceta da biografia de Gustavo Barroso, nem mesmo abreviada, o que de qualquer forma seria impossível, embora tenhamos no capítulo anterior nos referido a alguns pontos de seu percurso pessoal, bem como deixaremos nos anexos mais informações sobre sua vida e seu trabalho com a finalidade de proporcionar ao leitor a possibilidade de ter mais informações sobre o personagem em questão. Aqui pretendemos narrar o entendimento de si mesmo a partir de um registro pessoal em que são delineados alguns conceitos que são valiosos para a compreensão que tinha a respeito de Museologia, conservação, História e preservação artística e patrimonial, bem como seu fácil trânsito por entre as vielas do poder político em que viveu, no intuito de levar a cabo seus projetos culturais e pessoais. Essa discussão é válida principalmente porque muitas publicações de Gustavo Barroso estão carregadas de referências a si mesmo, à sua atuação profissional e aos grandes feitos que julgou ter realizado e sentiu necessidade de torna-los públicos, com certa necessidade de ser reconhecido e valorizado pelos seus pares.

Escolhemos Philippe Lejeune em sua obra **O Pacto Autobiográfico** (2008) para interpretarmos a criação da Inspeção de Monumentos pelo próprio punho de Gustavo Barroso porque, na Literatura enquanto área de estudo e na instância da matéria de Letras, esse autor e seus apontamentos sobre autobiografia são muito valiosos e respeitados do ponto de vista teórico e metodológico.

De acordo com Lejeune (2008), as formas do pacto autobiográfico são muito diversificadas, no entanto todas revelam o intento de honrar o próprio nome. Foi o que fez nosso personagem: elevar seus feitos na seara da Museologia e erigir seu nome nas paredes da historiografia museológica.

O leitor poderá enganar-se sobre as similaridades, mas nunca sobre a identidade. Sabe-se o quanto cada um preza o próprio nome. Uma função autobiográfica pode ser exata, quando o personagem de uma história assemelha-se com o autor; e inexata, quando o personagem se apresenta diferente do autor. Mas como esta é uma questão complexa, quem julgará esta semelhança ou diferença?

Em **Tempo e Narrativa** Paul Ricoeur faz reflexões interessantes sobre narrativa e autobiografia afirmando que,

O sujeito, mostra-se então, constituído ao mesmo tempo como leitor e escritor de sua própria vida. Como a análise literária sobre a autobiografia verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. [...] A identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas; assim como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso, já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim também sempre é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou até opostas. [...] A identidade narrativa só equivale a uma verdadeira ipseidade<sup>41</sup> em virtude desse momento derrisório, que faz da responsabilidade ética o fator supremo da ipseidade [...] a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética (RICOEUR, 1997, p. 425, 428,429).

E explorando mais essa dimensão temporal da experiência humana é que se encontra em Paul Ricoeur a possibilidade de compreender as narrativas literárias como formas de constituição do sujeito e, nesse caso, espaço para interrogação e problematização de si e, simultaneamente, do outro, elaborados em forma literária, seja em narrativas autobiográficas e memorialísticas, seja em narrativas de ficção. Assim, é fundamental entender essas narrativas como espaços em que uma identidade se mostra tanto quanto identidade pessoal, quanto como identidade narrativa.

#### **4.2 Do “relicário arquitetural”**

Como nossa fonte primária é uma série de documentos escritos de punho por Gustavo Barroso, tanto oficiais quanto jornalísticos, é fácil identificarmos a identidade da tríade autor, narrador e protagonista no interior do discurso (LEJEUNE, 2008). Mais fácil ainda é notar o seu desejo de consideração e prestígio pelo trabalho realizado, não apenas seu, ressalte-se a lembrança de outros que compartilharam de sua jornada em nome da conservação patrimonial.

Lembro-me que desembarcamos do trem ao anoitecer e seguimos a pé para o velho Hotel Toffolo. Do grupo só Augusto de Lima<sup>42</sup> conhecia Ouro Preto bem. Os outros nunca ali haviam estado. Eu passara pela cidade ilustre em 1910, na aurora da

---

<sup>41</sup> A ideia de ipseidade difere de uma subjetividade egocentrada para direcionar a um ser do conhecimento, decorrência das narrativas, na imbricação dos planos pessoal e cultural: "Essa conexão entre ipseidade e identidade narrativa confirma uma de minhas mais antigas convicções, a saber, que o si do conhecimento de si não é o eu egoísta e narcísico cuja hipocrisia - e ingenuidade -, bem como o caráter de superestrutura ideológica e o arcaísmo infantil e neurótico que as hermenêuticas da suspeita denunciaram. O si do conhecimento de si é o fruto de uma vida examinada, segundo a frase de Sócrates na 'Apologia'. Ora, uma vida examinada é, em ampla medida uma vida depurada, explicada pelos efeitos catárticos das narrativas tanto históricas quanto fictícias veiculadas por nossa cultura. A ipseidade é assim, a de um si instruído pelas obras da cultura que ele aplicou a si mesmo" (RICOEUR, 1997, p. 425).

<sup>42</sup> Gustavo Barroso refere-se ao cicerone indicado pelo poder episcopal mineiro como Dr. Augusto de Lima Júnior que representava o Ministro do Interior em Ouro Preto, para acompanhar a uma festa cívica organizada pelo arcebispo de Mariana, D. Helvécio de Oliveira. Tratava-se da transladação da bandeira do 17º de Voluntários da Pátria, retirada da Sé da cidade para o Museu Episcopal da ainda inconclusa Igreja de São Pedro.

mocidade, quando trabalhava em serviços ferroviários entre Congonhas e Fêcho do Funil, e ainda não tinha olhos capazes de ver e admirar aquele relicário arquitetural. Esse Ouro Preto que visitamos em 1926 não era o que hoje se visita restaurado e alindado. Soturna, recolhida, triste, a cidade como que adormecera no fundo do passado. Sua Prefeitura parecia guerrear a tradição. Casas, templos, fontes, chafarizes caíam em ruínas. A residência de Marília de Dirceu ainda meio de pé servia de curral de cabras. Lembro-me que arranquei da porta fora dos quícios a aldraba de bronze para as coleções do Museu Histórico<sup>43</sup>. Do feito lavrou Augusto de Lima uma ata que todos assinamos (BARROSO, 1943, p. 580).

Colocando-se em primeira pessoa, relata seus feitos grandiosos na preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto que, até a sua intervenção, não passava de uma cidade abandonada, o que para muitos era natural, até para ele que em passagem pela cidade em 1910, quando trabalhava em serviços ferroviários entre Congonhas e o Fecho do Funil, “ainda não tinha olhos de ver e admirar aquele relicário arquitetural” (BARROSO, 1943, p. 580). Ao longo do documento, e nas suas entrelinhas, observamos certo excesso na representação do sujeito, provavelmente, como já citamos, em necessidade de cunho de reconhecimento, o que não minimiza a grandeza dos feitos nem a validade do texto.

De acordo com Philippe Lejeune (2008), um relato autobiográfico é uma narrativa retrospectiva em prosa que o narrador faz de alguma passagem marcante de sua vida, bem como o “pacto autobiográfico” é uma espécie de contrato entre o leitor e o autor, que se manifesta já na capa do livro, ou, no caso, já no título do texto.

É, portanto, em relação ao nome próprio que devem ser situados os problemas da autobiografia. (...) É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de autor, única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito (LEJEUNE, 2008, p. 23).

O relato ou ensaio de Gustavo Barroso a respeito de sua ação em torno da afirmação pelo poder público de Ouro Preto como patrimônio nacional é de natureza autobiográfica. Como já proferimos, narra em primeira pessoa sua experiência em Ouro Preto a partir da primeira visita oficial em 1926 para expor os acontecimentos que culminaram na criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, documentando a ação do Museu Histórico Nacional na defesa do que denominou de “Patrimônio Tradicional do Brasil”. Sobre o tema da autobiografia, afere Lejeune:

Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos referenciais, exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de *verificação*. Seu objetivo não é a simples verossimilhança,

<sup>43</sup> Essa atitude de Barroso remonta à ideia de conservadorismo que dominava, dado que tal atitude, em nossos dias, seria considerada um desserviço ao conservadorismo.

mas a semelhança com o verdadeiro. Não o “efeito de real”, mas a imagem do real (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Bourdieu aponta o princípio que dá significado à ilusão biográfica, o *habitus* que é o “princípio ativo, irredutível às percepções passivas, de unificação das práticas e das representações” (BORDIEU, 1996, p. 186). Bourdieu almeja a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, principalmente ao ressaltar a importância das estruturas sociais no direcionamento da ação individual, o que configura, podemos afirmar, certa aproximação ao estruturalismo. Para nós, é fundamental perceber os modos como Gustavo Barroso justifica suas práticas e, para que consigamos levar adiante essa “operação crítica”, urge como indispensável a investigação da ação social desse sujeito.

No regresso ao Rio, no vagão especial em que viajamos, Pedro Gomes, Augusto de Lima e eu assentimos ser necessário e urgente trabalhar pela defesa daquele patrimônio que se esfacelava. À mim, como único elemento oficial então encarregado da guarda das relíquias da Pátria, caberia a ação junto aos poderes públicos. Pedro Gomes conseguiria o apoio do Ministro da Guerra, de cujo gabinete fazia parte. Augusto de Lima poria a sua pena a serviço da tradição e da história. O que foi o trabalho de Augusto de Lima di-lo triunfal visita do Ministro da Marinha a Vila Rica e Mariana, anos depois, levando o Decreto que tornava a velha cidade Monumento Nacional e que o escritor conseguiria obter do espírito de compreensão do Presidente Getúlio Vargas (BARROSO, 1943, p. 580).

É bastante expressiva, nessa ponderação, a identificação da noção de indivíduo por meio da particularidade procedente da declaração de um nome próprio, individual e particular, como item de distinção do sujeito social. Nessa prática social do registro civil do sujeito, Bourdieu ressalta que

O nome próprio é O suporte (somos tentados a dizer a substância) daquilo que chamamos de *estado civil*, isto é, desse conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc.) ligadas a pessoas as quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que *instituem*, sob a aparência de constatá-las, as certidões de estado civil. Produto do rito de instituições; ato inaugural que marca o acesso a existência social, ele é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social (BOURDIEU, 1996, p. 188).

No cerne dessa história que “deseja ter um rosto”, usando o termo de Dosse, competiu à biografia, hoje em nítido processo de reabilitação tanto dentro da academia quanto no mercado literário, apontar novas dimensões de pesquisa para o historiador, enriquecendo as possibilidades de estabelecer narrativas compreensivas históricas para a relação entre o procedimento subjetivo e a experiência da coletividade.

Seu primeiro contato com “a abandonada cidade de Ouro Preto” como Diretor do Museu Histórico Nacional se deu em “enternecida visita de três dias a fio”, o que o despertou para a luta de reconstituição da cidade a uma condição paritária à sua historicidade e à sua

importância patrimonial, levando-o a acionar contatos políticos com a perspectiva de obter recursos suficientes ao seu intento, tudo sem qualquer recompensa material, que de pronto rejeitou peremptoriamente.

Notamos um incessante imperativo de frisar que não recebeu qualquer recompensa financeira pelo trabalho realizado, seja na elaboração dos projetos ou em qualquer momento de execução dos mesmos. O único benefício que teve foi o livre trânsito na Central do Brasil, o que considerara de direito, um mínimo de ajuda oficial. Fê-lo por devoção ao patrimônio histórico nacional, à cultura brasileira, à História do Brasil representada naquele lugar e, principalmente, em resposta ao seu dever enquanto diretor do primeiro museu histórico do país, porque era “o único elemento oficial então encarregado da guarda das relíquias da Pátria” (BARROSO, 1943, p. 580).

Quando retornou à cidade, apenas em 1928, devido a outras ocupações no ínterim entre as visitas, encontrou mais abandono e destruição, não somente em Ouro Preto, mas também em Mariana. Com um jeito duro e firme de registrar os fatos, alega que ao demolir aquela que poderia ter sido a casa de Marília de Dirceu, a prefeitura erguera “uma escola<sup>44</sup> ou coisa que o valha nessa superfetação denominada convencionalmente *estilo colonial*” (BARROSO, 1943, p. 582), compondo um quadro chocante com o afundamento do teto da Igreja do Rosário em Ouro Preto e o avanço da vegetação sobre chafarizes e outros monumentos.

O ano de 1927 não permitiu dar os passos que pretendia [...] Em princípios de 1928, porém, fiz nova excursão a Mariana e Ouro Preto. Encontrei as duas cidades ainda mais arruinadas do que no ano anterior [...] Triste e indignado, tomei o trem para Belo Horizonte, ao invés de tornar ao Rio de Janeiro. Ali pedi e obtive uma audiência do Presidente Antônio Carlos (BARROSO, 1943, p. 582).

Como tivemos a oportunidade de constatar, de pronto acionou os seus contatos políticos, procurando o então Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, colega seu desde que fora deputado na legislatura federal de 1915-1918 e com quem alimentava mútua estima. Segundo Barroso, Antônio Carlos

fora o primeiro estadista no Brasil a compreender a necessidade de salvar do abandono e da destruição os nossos monumentos. Isto sem esquecer o saudoso Sr. Epitácio Pessoa, criador do Museu Histórico, primeiro passo do culto oficial da Tradição no nosso país, nem o Sr. Getúlio Vargas, que melhor compreendeu a questão e lhe tem dado pelo Ministério da Educação todo o apoio possível (BARROSO, 1943, p. 583).

---

<sup>44</sup> A prefeitura ergueu o Grupo Escolar Marília de Dirceu.

Na passagem citada podemos observar a sua preocupação com o culto às tradições, ao passado, à saudade, o que delineia uma concepção de história, memória e conservação patrimonial, bem como o cuidado de sempre lembrar e referir-se àqueles que, no poder, agiram em prol da memória cultural do país.

Voltando à narrativa, percebemos que o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, logo o atendeu, respondendo às necessidades apontadas tanto com medidas imediatas quanto com medidas pretensamente definitivas. Entretanto, não puderam ser atendidas, em virtude da agitação política decorrente da eclosão da Revolução de 1930, que mudou o cenário administrativo do país. Para Barroso, o empenho de Antônio Carlos só foi possível porque fora sensibilizado em uma conversa de mais de duas horas, quando Barroso o fez “sentir a obrigação governamental de defender o patrimônio da história mineira” (1943, p. 582).

### 4.3 “Primitiva, humilde e gratuita Inspetoria”

A primeira providência prática do Presidente de Minas Gerais para socorrer o patrimônio histórico de Ouro Preto foi o destino de 200 contos, vultosa quantia para a época, com a intenção de atender às necessidades mais prementes.

Como eu desejasse *serrar de cima*, isto é, repelir qualquer insinuação de estar trabalhando em meu proveito e ter a mais alta autoridade moral, recusei-me a aceitar a tarefa da aplicação dessa importância e lembrei a conveniência de ser entregue ao então Prefeito da Cidade, Dr. Baeta Neves, ficando eu oficiosamente encarregado de fiscalizar os serviços que indicasse como mais necessários (BARROSO, 1943, p. 582-583).

Gustavo Barroso novamente sublinha o seu empenho na tarefa que se propôs em prol do patrimônio histórico mineiro, sem qualquer retorno financeiro. Enfatiza que se dedicou por várias semanas a esse projeto, fez diversas viagens à cidade de Ouro Preto, foi responsável pela condução do reparo de templos e chafarizes da antiga Vila Rica, berço da mineração colonial, juntando a si amigos e colaboradores que o auxiliaram em tarefas mais especializadas, como J. Washt Rodrigues<sup>45</sup>, notável pintor que desenhou as grades de ferro para o pórtico e os bancos da nave da Igreja do Rosário, seguindo à risca o traçado original. Nessa campanha também fez uso da imprensa, uma vez que lançou notas anônimas em jornais sobre cada passo dado (ANAIS, 1944), bem como alguns artigos assinou, o primeiro em 06 de julho de 1928, no *Correio da Manhã*, denominado “As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia”, em que defende com nitidez sua visão de conservadorismo histórico, quando diz que Ouro Preto, com as obras

---

<sup>45</sup> J. Washt Rodrigues já trabalhara outras vezes com Gustavo Barroso, tendo publicado com ele o livro *Uniformes do Exército Brasileiro* (1922).



programadas por Antônio Carlos, tornar-se-ia uma “Nurembérgia do sertão”, pois “todos quantos amamos a tradição no nosso país devemos nos rejubilar com essa demonstração de inteligência e cultura, dada publicamente pelo Sr. Antônio Carlos, e apoiá-lo no seu desiderato com todas as nossas forças” (BARROSO, 1944, p. 8). Depois, em 03 de novembro do mesmo ano, no mesmo jornal, publicou “A cidade sagrada”, e ainda em 15 de novembro de 1928 no jornal citado, “A casa de Marília” (MHN, 1944).

Em “A cidade sagrada” muito melhor surge a defesa do culto da saudade, o resguardo do estudo do passado.

Na efervescência das ideias e lutas modernas, no corre-corre, na lufa-lufa, no vaivém dessa prodigiosa época de aviões e radiotelegrafia, a palavra passado provoca quase sempre um risinho de mofa. Mas a pressa dos dias atuais, as necessidades decorrentes da existência moderna não matarão nunca o passado, porque ele é a essência das coisas humanas. É o saber acumulado, é a experiência ganha, é o caminho feito, é o que há de verdadeiramente conquistado. O presente escapa à relatividade do nosso conhecimento. Ainda bem não é e já deixa de ser. E o futuro resulta dos materiais que nós e todos os que nos antecederam reuniram. O desprezo do passado seria mais do que ingratidão, porque seria inconsciência. Por ele é que, na premissa positivista, os mortos governam os vivos. E por isso um luminoso espírito francês aconselha guardar carinhosamente as tradições, porquanto elas, parece, nos prolongam a nós mesmos, como que nos ligando mais intimamente, tanto aos homens que morreram como aos homens que ainda hão de vir (BARROSO, 1944, p. 12-13).

Em “A casa de Marília”, promove uma discussão sobre a autenticidade do patrimônio histórico a ser preservado. Em Ouro Preto havia a dúvida se o edifício comumente conhecido como a casa onde havia habitado Marília de Dirceu, a inspiração do poeta Gonzaga, era de fato aquele cantado em versos. O debate saiu das ruas e alcançou os jornais. Independente da confirmação da autenticidade, Barroso defendia que valia muito a contenda.

Estou metido nessa questão como Pilatos no Credo. Não tenho competência nem documentação para afirmar que a casa posta abaixo foi ou não a autêntica da noiva de Gonzaga [...] Mas não resisto ao desejo de lançar o assunto, que é interessantíssimo, ao clássico tapete da discussão. Embora me faleçam os meios de tomar parte na mesma, julgo que os historiadores, críticos e eruditos mineiros devem se ocupar com o caso, ventilá-lo e decidir de vez se a casa demolida era ou não a de Marília. Se não era, o crime cometido merece ser cancelado. Se era, profliguemo-lo. A tristíssima verdade é, como profetizou um jornal de Ouro Preto a três anos, ali somente de Marília o nome resta... (BARROSO, 1944, p. 17).

Sobre a recorrente justificativa de seus atos, no sentido de se colocar como defensor do patrimônio nacional, enfrentando dificuldades e percalços ao longo dessa trajetória, sem ganho financeiro algum, faz-nos aludir à intensa necessidade de conferir autenticidade às suas obras, de justificativa de suas ações, numa latente busca de reconhecimento e consideração.

Êsse amor de nossas coisas fez-me voltar várias vezes a Ouro Prêto e pregar sempre a necessidade de tornar aquela cidade uma como cidade sagrada do Brasil, defendendo

dos insultos do tempo e protegendo das tolices dos homens a soberba floração dos seus monumentos (BARROSO, 1944, p. 13).

Ouro Preto é uma Cidade Sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que se não pode perder. E demos graças a Deus que o Sr. Antônio Carlos tenha bem compreendido isso (BARROSO, 1944, p. 14).

Notamos, retomando Bourdieu, uma preocupação em dar sentido aos atos, conferir consistência e autenticidade, cronológica e logicamente, esclarecer as suas “intencionalidades”, a bem da verdade, para que não restem dúvidas sobre a sua valorosa ação que resultará, em seguida, no grande feito da criação da primeira Inspetoria, o grande fim de que nos fala Bourdieu, precedido pelos acontecimentos narrados nesse relato biográfico.

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que "se entrega" a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico (BOURDIEU, 2000, p. 184).

As intencionalidades de Gustavo Barroso nos parecem claras. Justificada sua ação de preservação do patrimônio mineiro, em 02 de dezembro de 1928 ofereceu ao governo de Minas Gerais o relatório das obras realizadas, que incluía a restauração total de chafarizes, proteção de largos, limpeza de monumentos, como cruzeiros, limpeza e restauração do teto e do assoalho de várias igrejas, assim como a reparação de falhas cometidas em intervenções antecedentes.

As reformas em Ouro Preto continuaram até que os acontecimentos políticos, a partir da Revolução de 1930, alteraram os planos traçados pelo poder público mineiro. Na mesma época, no entanto, Gustavo Barroso apresentou ao Ministro da Educação, Dr. Washington Pires, por meio de relato oral, e intermédio do chefe de gabinete do ministro, Heitor de Faria, a obra que desenvolveu na cidade de Ouro Preto, causando-lhe tão intensa impressão que este, como afirma Barroso, “decidiu comigo numa noite a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro organismo oficial no Brasil encarregado da defesa dos nossos monumentos, posto sob a minha direção” (1943, p. 585). A Inspetoria foi regulamentada pelo

Decreto 24.735<sup>46</sup> de 12 de julho de 1934 e funcionou até 1937, sob o comando do MHN e a ingerência de Gustavo Barroso. Abrindo os Anais do MHN de 1944 (“Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil”), vemos a defesa do papel do Diretor do MHN e primeiro e único Inspetor,

Já é tempo do Museu Histórico Nacional documentar, para conhecimento público e perpétua memória da verdade, sua constante e devotada atenção na defesa do patrimônio histórico e artístico do país e no culto de sua tradição. Da diretoria do Museu partiu a ideia de defender os nossos monumentos nacionais; por ela se bateu durante anos seguidos o seu diretor e, depois de ter criado o órgão encarregado dessa defesa, de 1934 a 1937 *o dirigiu gratuitamente, não recebendo dos cofres públicos nem sequer passagens para ir fiscalizar em Minas Gerais as obras a seu cargo*. Esse órgão, intitulado Inspetoria de Monumentos Nacionais, teve no decurso de sua trabalhosa existência a verba total de 200 mil cruzeiros, sendo num ano 100 mil e nos dois restantes 50 mil em cada um. Com essa relativamente módica importância, realizou as obras que se verão a seguir<sup>47</sup>, isto é, a restauração de quase todos os templos, pontes e chafarizes tradicionais de Ouro Preto. Foi essa Inspetoria de Monumentos Nacionais que o Ministro Capanema transformou em Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ampliando seus quadros e atribuições (BARROSO, 1944, p. 5)<sup>48</sup>.

Desempenhando o papel de Inspetor de Monumentos por quatro anos, continuou a fazer visitas a Ouro Preto, por sua conta, duas a três vezes por ano e, ao final tendo gasto apenas 200 contos, diz, “entreguei Ouro Preto quase toda restaurada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que substituiu a minha primitiva, humilde e gratuita Inspetoria” (1943, p. 585).

Nair de Moraes Carvalho, aluna do Curso de Museus e Conservadora do MHN, em entrevista já referida, não apenas defende a importância da Inspetoria para a criação de uma cultura de preservação do patrimônio histórico e cultural no meio institucional, como realça a abnegação pelo trabalho presente no discurso de Gustavo Barroso no texto norteador da discussão que promovemos nesse capítulo. Disse D. Nair: “aí ele ia com um passe da Central e pagava o hotel do bolso dele. Isso quando eu estive lá várias pessoas comentaram – ouviu? – ele pagava do bolso dele com o Epaminondas de Macedo, então ele consertava uma igreja, depois então, aí aproveitava o que sobrava do material, aí foi – ouviu? – aproveitando noutra, não fazia tudo de uma vez não. Agora, quando eu estive lá, olha, não tinha nada com o nome dele, mas assim, tinha uma placa no Chafariz dos Contos, eu vi, uma placa arrancada, Inspetoria, restaurada pela Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Restaurada, não dizia por

<sup>46</sup> Esse Decreto também reformou o Museu Histórico Nacional.

<sup>47</sup> Os ANAIS do MHN de 1944 tratam-se, em sua essência, de um relatório pormenorizado das ações de Gustavo Barroso em Ouro Preto e da criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais.

<sup>48</sup> Parte do artigo publicado em 26 de julho de 1928 no jornal *Correio da Manhã*.

quem, pela Inspetoria porque era História. Mas tiraram todas as placas, quer dizer, quando viram que o negócio estava – não é? – que podia render uma direção, uma coisa, né? Tiraram do Museu que estava lá, que ele fazia tudo, porque ele como sabia História, História da Arte, Arquitetura, ele fazia o desenho com o Epaminondas de Macedo, que executava, mas ele é que sabia, que fazia – não é? – então quando viram que isso podia dar bom lucro, aí criaram o Patrimônio, e não falaram mais nele. (Informação verbal)<sup>49</sup>.

Nos Anais do MHN de 1944 (“Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil”), em texto apócrifo, temos mais um momento de reflexão sobre o esquecimento de proteção da tradição monumental brasileira, colocada como uma constante preocupação do Diretor do MHN. Não há assinatura de Barroso, mas nos parece um texto dele, como todo o volume de 1944 dos Anais do MHN, escrito em terceira pessoa, para afirmação de tudo o que defendeu no tocante ao patrimônio mineiro e de seu pioneirismo, enquanto agente da administração federal, como defensor da cultura nacional, sem qualquer ganho financeiro e por extrema dedicação pessoal.

Até julho de 1934, somente o Governo de Minas se interessou pelo assunto. Nesse ínterim, deixava o Sr. Antônio Carlos o poder e seus sucessores, assoberbados pelas complicações políticas decorrentes da Revolução, nada fizeram em favor de Ouro Preto. De 1930 a 1932, esteve o Dr. Gustavo Barroso afastado da direção do Museu. Reintegrado na mesma, voltou a trabalhar pela defesa do nosso patrimônio monumental e conseguiu do ilustre titular da pasta da Educação, Dr. Washington Pires, conjuntamente com a reforma do Museu Histórico, a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, a seu cargo, gratuitamente. Auxiliou-o grandemente nesse desiderato o digno chefe de gabinete, Dr. Heitor de Farias. Do mesmo modo que insistira com o Presidente Antônio Carlos e com o ministro Victor Konder para que o dinheiro das restaurações de Ouro Preto não lhe passasse pelas mãos, fêz o citado Diretor questão das suas novas atribuições não serem remuneradas, a fim de poder, em qualquer tempo, afirmar que somente o patriotismo o inspirava e nunca tivera em mira adquirir proventos, usufruir lucros ou arranjar emprego (ANAIS DO MHN, 1944, p. 19).

A saída abrupta de Gustavo Barroso da Inspetoria de Monumentos Nacionais, aliás o fim da própria inspetoria e a criação, por decreto presidencial, de um novo estabelecimento responsável pelo patrimônio histórico nacional, desvinculada do MHN, autossuficiente, deixou-o alijado dessa nova instituição. Sem fazer qualquer consideração anterior, quando perguntamos a D. Nair sobre a extinção da Inspetoria, de pronto anunciou que fora um golpe para Gustavo Barroso, principalmente porque, segundo D. Nair, Barroso tanto amava o que fazia que deixou de assumir cargos mais importantes, mesmo no exterior, para ficar disponível para o MHN. Disse: “tudo era trabalho dele! Tudo, na Museologia, tudo, ele é que plantou. Tudo foi ideia dele, tudo foi feito por ele com o maior sacrifício, sacrifício dele, porque não tinha hora. Ele –

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

ouviu? – deixou de ser embaixador de Portugal... Embaixador de Portugal [ênfatisando], ele indicou o Olegário Mariano que era amigo dele, e colega da Academia. Ele que era prestigiado em Portugal... O Salazar, que era aquele homem frio, gelado e estranho, o Salazar o visitava. Quer dizer, então, ser um embaixador num lugar que o presidente é amigo, Carmona, era muito amigo dele, e o Salazar que mandava era amigo dele. Quando ele teve uma gripe, o Salazar foi visitá-lo várias vezes e mandou o médico dele pra tratar, então era pra ele ser embaixador. E ele não quis ser pra não deixar o Museu. Daí o amor dele pelo Museu, não é? Que é criação dele... Que ele podia ser um embaixador se ele tivesse vaidade, num país como Portugal. Ele não quis, não quis deixar o Museu” (Informação verbal).<sup>50</sup>

Encerrar os trabalhos da Inspeção tão precocemente, bem como afastá-lo do contato com a nova instituição, foi algo difícil de aceitar, principalmente porque seus desafetos, ou mesmo pessoas que não comungavam de seus princípios e metodologia de trabalho, passaram a comandar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e tentaram apagar os trabalhos da Inspeção.

Após os episódios narrados a respeito da restauração do patrimônio histórico de Ouro Preto, que culminou na criação da Inspeção, Barroso lembra que outros fatos muito positivos ainda decorreram daqueles anos vividos, como leis de proteção às relíquias e monumentos, melhorias, propagação e expansão de museus, concepção de cursos e aproveitamento cultural dessas instituições, sobretudo, destaca Barroso, no governo de Getúlio Vargas, principalmente com o advento do hoje denominado Estado Novo, ou seja, a partir de 1937.

Justo, porém, considero o meu depoimento no caso, pois dele tenho constantemente participado por força de minhas funções públicas e de meus pendores intelectuais. O primeiro passo para o culto do Passado foi obra do Presidente Epitácio Pessoa. A primeira ação oficial de verdadeira defesa dos monumentos foi obra do Presidente Antônio Carlos. A sistematização dessas duas ações, o ritmo desses passos foi obra do Governo Federal, sob o meritório influxo pessoal do Dr. Getúlio Vargas (BARROSO, 1943, p.585).

Barroso encerra suas reflexões no relato aqui por nós estudado, novamente destacando o desempenho pessoal que resultou na criação da Inspeção que, ao transformar-se no SPHAN, não passava da ampliação da Inspeção aprovacionada de mais recursos. Não recusa a honraria, muito menos a vaidade de ter sido o fundador e diretor do primeiro Museu Histórico e da Inspeção; do contrário, reafirma que seu trabalho intenso e “muitas vezes incompreendido” (BARROSO, 1943, p. 585) é que tornou tudo isso possível.

---

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

A queda da Inspetoria, por decreto, e o surgimento do SPHAN funcionam como uma espécie de redenção da “verdadeira” cultura brasileira, uma vez que abdicava dos velhos heróis da Nação e abonava maior destaque às classes mais populares.

A institucionalização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional ficou a cargo de Mário de Andrade e de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O primeiro foi o responsável por projetar a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), procurando juntar o popular ao erudito, valorizando os aspectos da cultura considerados até então menos nobres; e o segundo foi o diretor do SPHAN por trinta anos, do momento de sua fundação até 1967. Procurava-se instituir coleções nacionais capazes de sustentar a diversidade cultural do país. Nas palavras de Bomeny, “uma elástica e inesgotável capacidade de inclusão orienta a concepção de patrimônio de Mário de Andrade” (Bomeny, 1995, p. 18). Os modernistas mineiros valorizaram a herança barroca do estado de Minas Gerais como elemento genuinamente nacional. A política de preservação do patrimônio cultural tombou inúmeros prédios e sítios históricos e criou um grande número de museus. Entre eles, o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro; o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; e os Museus da Inconfidência e do Ouro, em Minas Gerais. Os primeiros museus de Arte Sacra no Brasil datam desse período. Os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação (SANTOS, 2004, p. 57).

Florisval dos Santos Trigueiros<sup>51</sup>, que também foi aluno do Curso de Museus, partilha da mesma ideia, isto é, de que o trabalho inicial de Gustavo Barroso com a Inspetoria

---

<sup>51</sup> Conhecido como F. dos Santos Trigueiros. Bolsista pelo Estado da Bahia. Especializou-se em administração, organização de exposições e processamento técnico de museus numismáticos e de valores. Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, 1948. Funcionário da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, 1936-42. Nomeado por concurso público para o Banco do Brasil, Salvador – BA, 1942. Transferiu-se da Agência do Banco do Brasil de Salvador para a Agência Central do Rio de Janeiro, 1949-54. Vinculado à Divisão Geral, 1954-55, participou de todos os trabalhos de organização e instalação do Museu do Banco do Brasil. Conservador do Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil, 1955-65, foi requisitado para o Banco Central do Brasil, sendo empossado como Chefe de Seção, 1965. Assistente técnico dos trabalhos de organização e instalação do Museu da Caixa de Amortização, 1960. Convidado pelo Instituto de Cultura Hispânica de Madri, estudou a organização dos museus espanhóis, bem como as instalações e a produção de cédulas e moedas da *Fábrica Nacional de Monedas y Timbres*, 1961. Designado para organizar e instalar o Museu Valores do Banco Central do Brasil, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência, 1972. Foi o seu diretor até 1975, quando se aposentou após atingir o último posto de sua carreira. Foi o primeiro museólogo brasileiro a assinar a planta arquitetônica de um museu, tendo prestado assessoria técnica de Museologia a Aloísio Magalhães na definição da filosofia espacial da nova sede do Museu de Valores do Banco Central, Brasília, 1974-75. Coordenou a organização e a montagem de inúmeras exposições no Brasil no exterior, dentre as quais a Exposição Comemorativa do Centenário da Criação do Banco do Brasil, RJ, 1953; a Exposição Inaugural do Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil, 1955; a Exposição sobre papel-moeda na Reunião do Fundo Monetário Internacional, MAM-RJ, 1967; e a Primeira Exposição Itinerante do Museu de Valores do Banco Central, no MASP, 1975. Especialista em papel-moeda, participou do Grupo de Trabalho da Caixa de Amortização que estudou aprovou a nomenclatura técnica dos valores impressos e a descrição das cédulas brasileiras, 1964. Participou ativamente da Gerência do Meio Circulante do Banco Central do Brasil, do qual foi Assessor Técnico, 1965-74, tendo organizado a estrutura de sua Assessoria Técnica, 1965-66, e integrado os Grupos de Trabalho que estudaram sua Organização Administrativa e analisaram a nova unidade monetária, 1965-66. Em 1966, organizou o concurso e participou do júri para escolha dos desenhos das cédulas de papel-moeda da nova unidade monetária. Delegado do Banco Central, na Europa, para acompanhar os trabalhos de confecção das matrizes das novas cédulas brasileiras, 1966-67. Contratado pela Casa da Moeda, realizou pesquisas para a elaboração do plano numismático brasileiro, 1976-77. Pioneiro na pesquisa e no processamento técnico de papel moeda, publicou inúmeros artigos e livros sobre este tema, entre os quais *Dinheiro no Brasil*, em 1966 e 1987; *Dinheiro no Museu*, 1972. Colaborador de assuntos de Museologia em Revista Continente – RJ, 1956; Revista de funcionários do Banco do Brasil – CIC, 1958-59; e Revista do Sindicato dos Bancários, 1958-60. Colaborador da

de Nacional de Monumentos é que despertou uma maior preocupação do poder público com o patrimônio nacional. Sobre a tese de Gustavo Barroso ter fundado o Museu Histórico Nacional no ano do Centenário da Independência do Brasil, isto é, o primeiro museu essencialmente de caráter histórico, ideia basal de nossa pesquisa, o Sr. Trigueiros se pôs peremptoriamente em favor de Barroso, afirmando que partilha da ideia daqueles que reconhecem a sua fundamental importância para a seara da Museologia no Brasil. Disse Trigueiros: “concordo não, é e está acabado. Não tem nada que concordar não, tem é que aceitar o que você está dizendo e pode dizer que eu disse isso. Discutir isso é um pouco daquele defeito que o brasileiro tem em grande escala que é a inveja. Tem os que o acompanharam, como eu o acompanhei e fiz um museu de valores. Mas quem iniciou tudo isso foi Gustavo Barroso. O SPHAN e o IPHAN são frutos da Inspeção de Museus, que durou de 1934 a 1937. Ninguém tinha pensado nisso antes de Gustavo Barroso. Os outros procuraram dar um jeito de levar adiante. Eu não sou contra, mas quem começou tudo isso foi ele. Sabe, tem os historiadores e os pseudohistoriadores, que são aqueles para quem tudo mundo faz história, todo mundo entende de medicina, aqui é um país em que todo mundo entende de tudo, menos da vida. [Gargalhadas]. Influência é dele, mesmo que tentem negar, a influência é dele. A ele se deve todo esse amor pela tradição nesse campo. Aí depois vem os outros”. (Informação verbal)<sup>52</sup>.

Ecyla Castanheira Brandão<sup>53</sup>, também aluna e professora do Curso de Museus do MHN, mostrou opinião análoga à de Nair e de Trigueiros, contudo nos apresentou um cenário

---

Enciclopédia Barsa, 1968; da Delta-Larousse, 1970; e da Mirador Internacional, 1975. Participou ativamente de inúmeros congressos e seminários, no Brasil e no exterior, sobretudo na área de Museologia, tendo sido um dos pioneiros de congressos nacionais de museus. Tesoureiro da Comissão Organizadora e membro da Comissão Executiva do I Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 1956. Membro das Comissões Organizadoras do II e III Congressos Nacionais de Museus, respectivamente em São Paulo, 1959, e Salvador, 1962. Representante do Museu do Banco do Brasil no Seminário Latino-Americano sobre Educação em Museus, promovido pela UNESCO no MAM-RJ, 1958. Neste mesmo ano, publicou o livro *Museu e Educação*. Indicado pela UNESCO, representou oficialmente o Brasil no Seminário de Estudos sobre o Museu como Centro Cultural da Comunidade, México, 1962. Representou o Museu de Valores do Banco Central no I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, Recife, 1975. Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1948; da Sociedade Numismática, SP, 1956; e da ONICOM, 1960, da qual foi Diretor-Tesoureiro, 1960-71. Sócio-fundador da ABM, 1963, foi seu Diretor-Tesoureiro, 1963-66 e 1966-69. Sócio da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo – ABRAJET, da qual foi Tesoureiro, 1965-67. Membro da *Asociación de Antiguos Colegiales Del Major Hispanoamericano Nuestra Señora de Guadalupe*, Madri, 1974, e seu Coordenador no Brasil. Conselheiro do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica, 1984, e seu Diretor-Tesoureiro, 1987. Recebeu a Cruz do Mérito de Primeira Classe da Ordem Soberana e Militar de Malta, 1974; o título de Cidadão do Estado da Guanabara, ALERJ, 1974; e a Medalha do Mérito Museológico do COFEM, no ato de sua criação, 2004. Em 2002, foi homenageado pelo Museu de Valores do Banco Central do Brasil, de Brasília, que deu seu nome, *Sala F. dos Santos Trigueiros*, ao espaço expositivo que abriga a mais valiosa coleção de ouro do Brasil (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 101-102).

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> Estágio na Seção de História do MHN, 1955, tendo trabalhado com o processamento técnico da Coleção de Medalhas Jerônimo Ferreira das Neves. Conservadora do MHN, 1955-67. Bolsa de Estudos de Especialização em História da Arte, concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, estagiou na Oficina de Têxteis do Instituto José Figueiredo para exame e conservação de Obras de Arte, 1964. Chefe da Seção Técnica do MNBA, 1967-72. Chefe da Divisão do Museu da República – MHN, 1973-77. Chefe da Divisão de Atividades

diferenciado, certamente menos emotivo que os demais, centrado em outras demandas, quando indagada a respeito da mesma questão. Disse D. Ecylla: “não, eu não tenho dúvida porque a coisa estava, enfim, registrada, mas acontece que realmente eu sentia, do início do SPHAN, uma má vontade de algumas... Por exemplo, eu estava falando que ele quis convidar as duas,

---

Educacionais e Culturais – MHN, 1977-82. Coordenadora substituta do Programa Nacional de Museus – FNpM, 1982-85. Diretora Adjunta do MNBA, 1985-90. Diretora do MHN, 1990-94. Professora adjunta de *História da Arte* da ENBA, depois EBA/UFRJ, 1959-85. Professora responsável pela disciplina *História da Pintura e da Gravura*, no Curso de Museus – MHN, 1964-73. Professora do Curso *Introdução à Museologia*, realizado pelo Departamento de Cultura do Governo de Santa Catarina, Florianópolis, 1971. Professora de *Técnicas Gerais em Museus*, na Universidade Federal de Santa Maria – RS, 1973. Professora do curso *Introdução à Museologia* promovido pelo IEPHA-MG, 1965. Responsável pelo inventário do Acervo Artístico da ENBA/UFRJ. Responsável pelo inventário do Acervo Artístico da ENBA, organizou e foi a primeira Diretora do Museu D. João VI, EBA/UFRJ, 1979. Responsável pelo parecer e acompanhamento para a criação do Museu ao Ar Livre de Orleans – SC. Autora do Projeto para criação do Museu do Cerro – MG. Coordenadora do grupo de trabalho que executou o inventário do acervo do Palácio do Itamaraty, tendo em vista a criação do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty. Participou de inúmeros projetos de exposições, entre as quais, *1ª Exposição do Museu do Açúcar*, 1960; *Arte do Retrato* – MHN, 1963; *Presença de Portugal no MHN*, 1966; *Memória da Independência* – MEC, 1972; *Arte Sacra no MHN*, no Museu da República, 1977; *Arte Popular Brasileira Hoje*, Paris, 1987. Pesquisadora e conferencista, ministrou vários cursos e proferiu inúmeras palestras e conferências em instituições culturais brasileiras, *Sugestões para um plano de propaganda de museus*, no 1º Congresso Nacional de Museus, Ouro Preto, 1956; *O Museu atual e a Cultura*, no Instituto de Belas Artes da Guanabara, 1966; *História da Pintura*, Fortaleza e Teresina, 1968; *Pesquisa entre visitantes no MNBA*, no V Colóquio Brasileiro de Museus de Artes, em Curitiba – 1970; *Curso de Arte através dos Tempos*, no Centro Técnico de Turismo e Promoções – CETUR, 1974; *Momentos de crise e seus reflexos na História da Pintura e A mudança de gosto no século XIX*, realizadas na Biblioteca Nacional, 1976. Especialista em História da Arte, publicou vários textos, entre os quais *Um Desenho de Parreiras e A Vida e a Arte de Thorwaldsen*, nos Anais do MHN. Membro do ICOM e da ONICOM. Sócia-fundadora da ABM, 1963. Sócia da Associação do Museus de Arte – AMAB. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte filiado ao ICOM. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte filiado ao Comitê Intenacional D’Histoire de l’Art – CIHI. Conselheira Fundadora do COREM – 2ª Região, 1986-87. Recebeu a Medalha Henrique Sérgio Gregori, da Associação de Amigos do MHN, 1992. Agraciado com o Prêmio Rodrigo de Mello Franco, 1998. Recebeu do Ministério da Cultura a Medalha do Mérito Cultural, no grau de Cavaleiro, 1999. Agraciada pelo COFEM, com a Medalha do Mérito Museológico, no ato de sua criação, 2004. Homenageada como Personalidade Museológica, pela escola de Museologia – UNIRIO, no Dia Internacional de Museus, 18-05-2006. Homenageada como Personalidade Republicana pelo Museu da República, 2006 (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 112-113). Dona Ecylla faleceu em 25 de março de 2014.



Lygia Martins Costa<sup>54</sup> e Regina Real<sup>55</sup>, pra serem professoras e elas não aceitaram. Era porque, ah... Como dizer? O nome dele, por ter sido integralista, e por causa daquela coisa política toda,

---

<sup>54</sup> Nascida em Pinheiral-RJ, a 13-12-1914. Classificada no primeiro concurso para cargos na carreira de Conservador promovido pelo DASP, com a tese *Da circulação da pra no Brasil nos séculos XVI e XVIII*, 1939-40. Nomeada para o MNBA, onde trabalhou durante doze anos, 1940-52. Neste museu, organizou as exposições *Dürer e a gravura alemã*, 1943; *Artes Gráficas no Canadá*, 1946, esta realizada no MEC com o apoio da Embaixada do Canadá; e *Exposição Retrospectiva de Visconti*, 1950. Juntamente com Regina Real, articulou a criação da ONI-COM, 1946. Em 1948, recebeu Bolsa de Estudos do *Institute of Fine Arts*, da New York University, EUA, para Estudo Superior de História da Arte e Crítica. Uma das museólogas pioneiras do IPHAN, para onde transferiu-se em 1952, integrando, até 1955, a Comissão Nacional de Belas Artes como secretária. Datam desta época as curadorias das exposições: *Um século de pintura brasileira (1850-1950)*, do MNBA, e que itinerou pelos estados e Pernambuco, Paraíba e Bahia; e *Exposição de Fotografias da Obra de Aleijadinho*, montada em Assunção-Paraguai, 1953. No IPHAN, trabalhou com importantes nomes da área de Patrimônio, como Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Paulo Thedim Barreto. Em 1954, recebeu bolsa de estudos do Centro Cultural Brasil-Itália e da CAPES para estudo da Arte Italiana, em Roma. Delegada do Brasil e Vice-Presidente da Conferência Internacional de Museus, organizada pelo ICOM na Suíça, 1956. Professora assistente de *História da Arte e Estética* da ENBA/UFRJ, 1956-58. Nesta época passa a atuar como conservadora dos museus do IPHAN, função que mantém até 1966. Entre 1962 e 1963, foi professora convidada de História e Crítica da Arte, da recém-criada Universidade de Brasília. Em 1964, elabora o Plano de Estruturação dos Cursos da Escola Superior de Museologia da Universidade de Brasília. Delegada do Brasil na Conferência Internacional de Museus, organizada pelo ICOM, nos EUA, 1965. Nesta época ministra o curso *Aspectos da Museologia Contemporânea* e colabora na *Exposição de Arte Sacra nas Coleções dos Itamaratianos*, no Palácio do Itamaraty-RJ. Em 1966 recebeu bolsa de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian para estudar Arte Portuguesa em Lisboa. Neste mesmo ano, assumiu a chefia da Seção de Arte do SPHAN, tendo exercido esta função até 1972. Delegada do Brasil na Conferência Internacional de Museus, organizada pelo ICOM, na Alemanha, 1968. Em 1969, é convidada pela Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná para ministrar a disciplina *Introdução à Museologia*. Responsável pela organização do Museu Anita Garibaldi – SC, 1968; e do Museu do Estado, em Recife, por solicitação do Governador de Pernambuco. Em 1970, participou, em Brasília, da estruturação do *I Temário de Governadores para a defesa do Patrimônio Histórico*. Em 1971, colaborou na exposição *Aspectos do Barroco no Brasil Central*, realizada em Brasília durante o I Encontro dos Governadores. Neste mesmo ano, orienta a reformulação do Castelinho do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG, e coordena a exposição *Memória da Independência*, realizada no MNBA, 1972-73. Diretora da Divisão de Estudos e Tombamento do IPHAN, 1972-80. Delegada do Brasil no encontro *Adaptação dos Museus da América Latina ao mundo contemporâneo*, organizado pela UNESCO em Santiago do Chile, 1972. Neste mesmo ano é nomeada Diretora da Divisão de Estudos e Tombamento do IPHAN, em substituição a Lúcio Costa, desempenhando esta função até 1980. Delegada do Brasil na Reunião da Redação dos Estados da Associação Latino-Americana de Museus – ALAM, em Quito, Equador, 1973. Ministra o curso *Evolução das Artes no Brasil Colônia*, na Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, 1974. Neste mesmo ano ministra o módulo *Talha, Imaginária, Pintura e Mobiliário no Brasil Antigo*, no Curso de Informação Museológica promovido no III Encontro dos Museus Mineiros, em Lavras-MG. Ministra os módulos *O Arquiteto na Museografia Contemporânea* e *Talha e Pintura no Brasil Colônia*, no curso de Pós-Graduação Formação de Arquitetos e Restauradores, da Universidade Federal de Pernambuco, 1976. Delegada do Brasil no Seminário Internacional de Educação nos Museus, a convite do ICOM, em Bergen, Noruega, 1981. Responsável pela organização do Museu da Abolição em Recife, 1983. Convidada para exercer a função de Consultora Técnica da Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. Em 1986, idealizou o Projeto da Exposição *Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho na Arte Colonial das Minas*. Uma das pioneiras no estudo e na identificação de Aleijadinho, tornou-se uma das mais respeitadas especialistas deste artista, tendo sido também precursora da idéia de elaboração de um inventário geral de sua obra. Autora de inúmeros textos nas áreas de Museologia e Arte, dentre as quais: *Os Museus do Brasil e Perspectivas de Adaptação ao Mundo Contemporâneo*, 1972; *De Museus, Museologia e Museólogos*, 1982; *Museologia, Arte e Política de Patrimônio*, 2002. Sócia-fundadora da ABM, 1963. Recebeu do COFEM, em 14-12-2004, a Medalha do Mérito Museológico, no ato da sua criação. Homenageada pela Escola de Museologia – UNIRIO como Personalidade Museológica, no Dia Internacional de Museus, a 18-05-2006. Homenagem do Museu da República como Personalidade Republicana, 2006. Agraciada pelo Ministério da Cultura com o grau de Comendadora da Ordem do Mérito Cultural, tendo recebido a comenda das mãos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade no Palácio do Planalto, a 08-11-2006. Patrona da turma de formandos “*Jovem Museologia*”, da Escola de Museologia – UNIRIO, em 19-05-2006.

eles não aceitavam. Agora, depois a coisa sendo feita paulatinamente, principalmente o reconhecimento pelo IPHAN. Eu já assisti em seminários e congressos uma valorização do trabalho desse instituto [a Inspetoria], eu acho o próprio Patrimônio e os próprios diretores lá já reconhecem a importância, já é citada a importância, não tenho isso mais assim acompanhado diretamente, não tenho isso. Não sei se o Trigueiros reconhece isso também. Eu acho que ele

---

<sup>55</sup> Nascida em Petrópolis – RJ, a 01-12-1901 e falecida em Salvador – BA, a 27-10-1969. Apresentou a tese *Obrigações da consciência católica na hora presente*, no Círculo de Estudos do Colégio Jacobina, 1933. Formou-se em Assistência Social com estágio no Laboratório de Biologia Infantil para crianças delinquentes do Juizado de Menores, 1937. Neste mesmo ano, já formada pelo Curso de Museus, foi nomeada interinamente para os cargos de Conservadora e Secretária do MNBA. Classificada no primeiro concurso para cargos na carreira de Conservador promovido pelo DASP, com a tese *Papel dos museus na vida moderna*, 1939-40. Trabalhou no MNBA, 1937-54, e no Museu Casa de Rui Barbosa, 1955-69. Diretora substituta do MNBA, 1952-53. Diretora da Divisão Técnica da Casa de Rui Barbosa, 1959-69, e Diretora substituta desta mesma instituição, 1959. Fez parte do Conselho Consultivo do MNBA. Elaborou o projeto e participou da instalação do Museu Carlos Costa Pinto, de Salvador, 1968-69. Na década de 40, foi secretária de Edições do Salão Nacional de Belas Artes. Em 1948, recebeu Bolsa de Estudos nos EUA a convite do Departamento de Estado. Membro do júri no Concurso de Cartazes para a ONU, 1949. Representante do Brasil na 2ª Conferência Geral do ICOM, Londres, 1950. Organizadora, juntamente com Lygia Martins Costa, da exposição itinerante *Um século de Pintura Brasileira – 1850-1950*, montada em PE, PB e BA, 1952. Membro da Comissão de Arte e do Conselho Deliberativo do Instituto Brasil-Estados Unidos – IBEU, 1953-58. Membro do júri do Concurso de Artes Plásticas dos Funcionários do DASP e do Ministério da Fazenda, 1953. Membro da Comissão Executiva que organizou a Exposição *Arte Sacra – Retrospectiva Brasileira*, 1953-55, comemorativa ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional e inaugurada na antiga Estação de Hidros Santos Dumont, do Rio de Janeiro, em julho de 1955. Membro da Comissão organizadora da *Campanha Internacional de Museus*, organizada pela UNESCO, 1956. Secretária da Sociedade Brasileira de Arte Cristã. Secretária do Comitê Brasileiro do ICOM, 1948-56, e da ONICOM, 1956-59. Membro da Comissão Organizadora do Seminário Regional para Educação em Museus da UNESCO, no MAM-RJ, 1958. Participou da organização das quatro primeiras edições dos Congressos Nacionais de Museus promovidas pela ONICOM, 1956, 1959, 1962 e 1965. Uma das pioneiras da luta pela regulamentação da profissão, foi fundadora e primeira Presidente da ABM – Associação Brasileira de Museologistas, em 05-11-1963, transformada em Associação Brasileira de Museologia na gestão da Profª Therezinha de Moraes Sarmento, em 29-08-1980. Representante do MEC na 7ª Conferência Geral do ICOM, Nova York, 1965. Coordenadora da Seção de Museus do 1º Congresso Nacional de Audiovisuais promovido pela Associação Brasileira de Educação – ABE, no Rio de Janeiro, 1967. Examinadora do Concurso para a carreira de Conservador de Museus, promovido pelo DASP, Rio de Janeiro, 1967. Examinadora do Concurso para a carreira de Conservador de Museus, promovido pela UFBA, Salvador, 1968. Neste mesmo ano, foi convidada pela Fundação Calouste Gulbenkian para ministrar palestras em Portugal, tendo como tema os museus brasileiros e seus problemas. Participou da Direção do Instituto Brasileiro de Artes. Ao longo de sua carreira ministrou cursos, palestras e escreveu vários textos sobre Museologia, Arte e Educação. Publicou os seguintes artigos: *A nossa cultura musical, Estética e Música e Há vantagem para uma moça em instruir-se?*, na Revista Social, publicação da União Católica Brasileira, 1926-28; *O Museu Nacional de Belas Artes*, Revista do Serviço Público, 1939; *Que é técnica de museu*, Estudos Brasileiros, 1941; *Os museus de arte na educação*, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944; *A origem da pinacoteca do Museu Nacional de Belas Artes*, Anuário do MNBA, 1945; *Do que vi nos museus norte-americanos*, Anuário do MNBA, 1948; *Os museus e a educação*, Educação, 1951; *Um Século de Pintura Brasileira – 1850-1950*, Anuário do MNBA, 1952; *Retrospective Exhibition of Brazilian Sacred Art. International Eucharistic Congress*, Rio de Janeiro, Museum, 1956; *Two Regional Museums in Brazil*, Museum, 1957; *III Seminário sobre a Função Educativa dos Museus*, Correio do IBICC, 1958. Publicou os livros: *A Casa de Rui Barbosa – resumo histórico de suas atividades*, 1957; *Rui Barbosa em Haia – Cinquentenário da Segunda Conferência de Paz, 1907-1957*, 1957, co-autoria com Virgínia Cortes de Lacerda; *O Museu Ideal*, 1958; *Dicionário de Belas Artes*, 1962; *Casa de Rui Barbosa: Guia do Visitante*, 1964; *Binômio: Museu e Educação*, 1968 e 1969; *Rui Barbosa em Buenos Aires – cinquentenário da embaixada a Buenos Aires, 1916-1966*, 1969. Traduziu os livros: *Meninos sem lar*, 1958, de Anna Freud e Dorothy Burlingham; *História da Arte*, 1968, de Jean Anne Vincent; e *Psicopedagogia da Orientação Profissional*, 1958, de Antoine Leon. Sua biografia consta no *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, de Roberto Pontual, publicado em 1969. É nome de sala no MHN e no Museu Carlos Costa Pinto – BA. Foi nome de auditório no MNBA. Homenageada pela Turma do Curso de Museus – MHN, 1969, e eleita patrona da ABM, 1970.

foi muito importante, eu sentia isso na viagem [viagem de término de curso], o interesse dele em fotografar. Tinha um fotógrafo que acompanhava a excursão e ele ia determinando [faz o gesto de quem dita o que deve ser fotografado]. A nossa viagem foi à Santa Catarina, mas ele fez também viagens ao Nordeste todo – não é? – com a turma antes da minha, e também depois mesmo pouco antes de morrer ele deve ter feito outras excursões. E, mas ele sempre interessado nisso, e realmente foi isso como eu disse, agora até o próprio Patrimônio reconhece isso, a importância desse trabalho dele, não é? Eu acho que sem dúvida nenhuma. Agora eu tinha me lembrado de uma outra coisa que eu gostaria de falar, é... Relacionada com isso, mas agora tá me fugindo, é a idade. [Risos]”. (Informação verbal)<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

## 5. O CURSO DE MUSEUS – 1932 -1959

*Nós – especialistas, críticos literários, professores – não somos, na maior parte das vezes, mais do que anões sentados em ombros de gigantes.  
Tzvetan Todorov, 2007.*

### 5.1 História e Museologia

No capítulo V de **A Escrita da História**, quando aborda “a escrita histórica e a oralidade etnológica”, Michel de Certeau tece comentários sobre a historiografia moderna e afirma que esta se ergue simulando o real por meio de quatro categorias, quais sejam, a “escrita”, a “temporalidade”, a “identidade” e a “consciência”. Para o autor, os fatos precisam ser documentados homogeneamente. Dessa forma, a História se fundamenta enquanto narrativa formal, como interpretação do real que rearranja os fatos a partir de processos de escritura, construindo uma produção textual que confere novos significados aos processos culturais, temporal e espacialmente. É uma operação de inteira movimentação. Em um roteiro de leitura do mundo que parta do núcleo para as bordas do universo econômico, do superior para o inferior da pirâmide social, coisa nenhuma é mais apropriada a uma cultura que se pretende ocidental e moderna, e que se ajuíza como o núcleo do processo civilizatório, do que o conjunto de operações alegóricas e figuradas.

Minha análise vai e vem entre estas duas variantes da mesma relação estrutural, os textos que ela estuda e os que ela produz. Através desta bilocação, sustenta o problema sem resolvê-lo, quer dizer, sem poder sair da "circunscrição". Pelo menos assim se manifesta uma das regras do sistema que se constitui como "ocidental" e "moderno", a operação escriturária que produz, preserva, cultiva "verdades" não perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas, e, portanto, perdidas para sempre. Uma "perda" irreparável é o vestígio destas palavras nos textos dos quais são o objeto. É assim que se parece escrever uma relação com o outro (CERTEAU, 1982, p. 214).

Segundo Certeau (1982), de maneira conscienciosa e organizada, “a escrita faz a História”, edifica identidades, movimentando-se em um tempo linear, em que o passado antecede o presente, em projeção à direção de um futuro continuamente impossibilitado de ser alcançado. Para que a escrita construa a história, utiliza-se das narrativas orais e dos eventos culturais logo que ocorrem no espaço e no tempo, perpetuando referências intocáveis sob a forma de documentos de arquivo, em contínuas operações de preservação e acumulação, de invólucro e grande zelo dos fatos. Assim, notamos que o texto escrito é prestigioso, dado que se projeta no espaço, funciona para além do corpo individual ou coletivo, conservando uma relação virtual com seu lugar de origem, o “significado por uma concepção da escrita, o trabalho

de reconduzir a pluralidade dos percursos à unicidade do núcleo produtor” (CERTEAU, 1982, p. 219).

Em sua transcorrência constitutiva, minimiza as dissonâncias, revoga as diferenças, supre, pela norma gramatical e pela vernaculidade, a natureza instintiva e franca da palavra falada, dos gestos, da sonoridade, das contemplações e dos sentimentos. Parece-nos que ao erigir-se como produção textual, a história atribui novos significados aos símbolos, recria os deuses, troca os mitos imemoriais por uma mitologia particular do enunciador. Opera diametralmente na essência da cultura não material, baseada nos processos intocáveis do patrimônio, dando importância secundária àquilo que não pode ser apreendido sob a forma de documento, ou seja, a oralidade, a espacialidade, a alteridade e a inconsciência. Os itens aqui arrolados levam a crer que o reconhecimento e o estudo de sociedades consideradas simples e ou tradicionais, e também de qualquer agrupamento cujo modo social se baseie na oralidade, continuaram, durante séculos, como propriedades antropológicas e etnográficas. Essa condição legitima-se pelo estatuto científico que se determina ainda no séc. XVII.

Por que estamos nos atendo a essas questões? Porque o cerne de nosso objeto de pesquisa é o Museu Histórico Nacional, criado, segundo a maioria dos estudiosos do tema, para abrigar as relíquias da classe aristocrática do Império caído, em plena formação da jovem sociedade republicana, já em crise institucional, embrionária de uma revolução que alterará seu percurso e sua história.

O nosso museu, enquanto instituição enunciativa da cultura e da experiência humana, posteriormente à experiência europeia, elevou-se como experimento hegemônico em princípios do século XX, através de uma de suas mais significativas representações, o museu tradicional, repositório de documentos culturalmente relevantes para aqueles que, representantes do núcleo social proeminente, constituíam as narrativas da História. Evidentemente que não é ao sabor do acaso que o discurso museológico da Modernidade tenha se estruturado baseado nessas narrativas e que, para tanto, traga consigo o uso da cronologia, da paleografia, e da diplomática, por exemplo, como disciplinas intituladas, em tempo ainda recente e provavelmente, por muitos, ainda em tempos atuais, como “ciências auxiliares da História”.

O olhar projetado por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional teve seus fundamentos ligados às abordagens cronológicas e às narrativas de cunho historiográfico, privilegiando as elites e, inicialmente, o glorioso passado imperial, a partir de uma perspectiva temporal, cronológica e linear. Ao constatar essa característica, estamos apenas apontando uma similaridade, uma analogia comum aos temas sobre a História e às instituições desse tipo

em seu tempo, mas destacando as particularidades de Gustavo Barroso, as motivações do sujeito em sua ação social que, historicamente, o fizeram uma figura simbólica na seara museológica brasileira. Fazemos uma tentativa de compreensão, a partir da observação e do conhecimento dos fatos que envolvem sua ação educacional. É papel do historiador buscar a diferença nas igualdades, segundo Berlin:

O historiador deseja esclarecer o que há de específico, único em dado personagem ou série de acontecimentos ou situação histórica, de tal modo que o leitor, contemplado com seu relato, seja capaz de captar a situação no que chamamos de sua “concretude”, isto é, como ocorreu em seu tempo particular, seu lugar particular, como resultado de antecedentes particulares, na estrutura dos eventos particulares em que exclusivamente ocorreu – os aspectos em que ela difere de tudo o que aconteceu antes ou que acontecerá provavelmente depois. O historiador quer pintar um retrato que transmita o modelo único da experiência, e não uma fotografia em raio X capaz de funcionar como símbolo geral para todas as estruturas de tipo semelhante (BERLIN, 1999, p. 42-43).

A relação entre Museologia e História não é simples, do contrário, carrega em si uma densa problemática, que interfere e resulta diretamente nas atitudes e maneiras por meio das quais se reflete e se arquiteta tanto a História como a Museologia. Tanto uma quanto a outra instituem-se pelo discurso, interpretando o real de uma maneira que lhes é concernente. Valem-se de uma consciência lógica e temporal do mundo e se pronunciam pela razão, baseadas nas evidências dos fatos. Os museus, inegavelmente, constituem-se concomitantemente na espacialidade e na temporalidade e apenas podem apreender ou narrar o mundo em sua historicidade.

Pensar História e Museu implica, portanto, em tentar compreender como se articulam as temporalidades circulares (ou cíclicas) da Tradição e a temporalidade linear, vetorial, que caracteriza o modo ‘ocidental’ (histórico) de pensar o real; e perceber também como se articulam as evidências, entre si e com os fragmentos documentais que as significam. É fundamental pensar de que modos e formas os museus *representam* a síntese dessas tendências, especialmente no âmbito das narrativas que elaboram. Deve-se ainda levar em conta a *emocionalidade* de que se reveste a linguagem museológica, o que a torna capaz de impregnar de todas as formas os sentidos do receptor, ou mesmo articular, de forma apaixonada, todos os atores do processo comunicacional (processo este relegado ao segundo plano, na construção historiográfica). É importante lembrar que tanto a História como os museus operam com releituras do real, através da memória; e que as diferentes figurações da História, promovidas pelos museus, dependem intrinsecamente das relações que cada museu estabelece com a memória e com a História, em cada tempo, em cada lugar. Este processo se desenvolve mediante operações de presentificação dos vestígios de fatos e fenômenos que permanecem na memória, elaboradas pela narrativa histórica. Mas a questão não se esgota na relação entre historiografia e museografia. Ela vai mais além, como a História representa os museus? E como os museus representam a História? Que História representam? (SCHEINER, 2006, p. 54).

Considerando, ainda, que o fundamento ontológico da Museologia está intrinsecamente vinculado à percepção da realidade, podemos admitir que todos os modelos de realidade, expressos por distintas sociedades, corresponderá a um arquétipo diverso de museu. Ainda, podemos ventilar que cada museu será desigual para cada sujeito que o conhece, uma vez que a realidade está dentro de cada um, é fluida, infinita e jamais imóvel.

É também múltipla, segundo a ontologia de Parmênides, porquanto é tudo o que o compõe. E como a Museologia contempla as relações humanas com essa realidade múltipla, pode ser assinalada como uma ciência humana. Bruno Soares nos explica:

Segundo a ontologia parmenidiana, tudo aquilo que se apresenta é essencialmente múltiplo. Mas o apresentado é, ao mesmo tempo, essencialmente um. Segundo Leibniz, “o que não é um ser não é um ser” (apud BADIOU, 1988, p.29, grifos do autor). Mas, se o ser é um, argumenta Badiou, chega-se à conclusão de que o que não é um, ou seja, o múltiplo, não é ou, nos termos de Parmênides, configura-se como um não-ser. Opondo-se a tal afirmativa, Badiou admite que a única fórmula possível, portanto, é a que enuncia que o um não é. Mas lembra que este um, que não é, existe somente como operação, não é jamais uma apresentação, o múltiplo, de que a ontologia faz situação, só se compõe de multiplicidades. Sendo assim, não há um. Todo múltiplo é um múltiplo de múltiplos. O humano e a realidade social no contemporâneo requerem que sejam entendidos em complexidade e subjetividade. Se já é possível considerar que o fundamento ontológico da museologia está intrinsecamente ligado à percepção das diferentes realidades sociais, tem-se que a cada modelo de real, expresso por diferentes sociedades, corresponderá um diferente modelo de Museu (SCHEINER, 1999). Neste sentido, pode-se acrescentar ainda que cada museu será diferente para cada indivíduo que o experimenta. As ciências humanas já constataram que o real está dentro de nós. Ele é fluido e infinito, e em nenhum momento está parado. É múltiplo, pois múltiplo é tudo o que o compõe. É, portanto, contemplando as relações humanas com esse real múltiplo que a museologia passa a se caracterizar como uma ciência humana (SOARES, 2012, p. 58).

Para Gregorová (1980), que arriscou definir a Museologia como especialidade independente, o objeto particular de estudo é, respectivamente, um aspecto da existência material do mundo e as suas relações com os fenômenos. E para o sujeito ontológico dessa ciência, a autora indica uma significação de Museu como uma instituição que aplica e traz para a vida dos sujeitos as suas relações com a realidade. Destarte, a missão social dos museus constitui a sua principal função em cada sociedade. A partir dessa definição tão abrangente, enquanto também exata, Gregorová (1980) funda um lugar para a Museologia entre as demais disciplinas científicas. Explica que a Museologia concerne às ciências humanas ou sociais porque a relação entre o homem e a realidade importa em seu objeto de estudo, de maneira que sua classificação também é verificada por esse sentido, concomitantemente, ou seja, a sua relação específica com a realidade.

Bruno Soares caracteriza a Museologia como uma ciência humana, na categoria do que chama “novos sólidos”.

As matrizes de pensamento, paradigmas ou pressupostos filosóficos tão rígidos que, ao serem aceitos por uma comunidade científica, fundam o estudo de um campo disciplinar, caracterizam na museologia os chamados novos sólidos, que surgem a partir da dissolução de alguns antigos. Estes são paradigmas ainda em formação, resultados de uma revolução que originou as discussões entre uma comunidade científica recém-nascida, que passa a pensar os seus limites como ciência – e os limites aqui são necessários para que ela possa existir. Em meio às imprecisões de seu próprio objeto, a museologia vem se legitimando como uma dessas ciências em transição; e de outra forma não poderia ser. Para uma ciência que já entende o humano como *ser* em movimento, o Museu é, com efeito, aquilo que fazemos dele, e, portanto, é em si um ato inacabado (SOARES, 2012, p. 57).

A defesa de um pensamento como o citado acima exige que esclareçamos dois conceitos, “paradigma” e “novos sólidos”. No estudo de Thomas Kuhn, **A estrutura das Revoluções Científicas** (1998), encontramos o conceito de paradigma aplicado à história do fazer científico, demonstrando a intenção de nortear àqueles que se dispõem a introduzir-se na pesquisa científica. Sinteticamente, afirma Kuhn que “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1998, p. 219). Já o conceito de “novos sólidos” é da obra de Zygmunt Bauman, **Modernidade Líquida** (2003) – que é uma metáfora, que nos remete à leveza, instabilidade, mudança – que, em síntese, define-se enquanto um instante em que a sociabilidade humana conhece uma mutação que pode ser resumida nos processos de transformação do cidadão que, sendo sujeito de direitos, vê-se reduzido a um indivíduo em procura de afirmação social, bem como na inversão de posturas de estruturas de solidariedade coletiva para estruturas de altercação e concorrência, também o abatimento dos sistemas de proteção do Estado às dificuldades da vida, suscitando um constante ambiente de insegurança e precariedade, ainda o encargo da responsabilidade por fortuitos fracassos no plano dos sujeitos, bem como o fim da expectativa de planejamento a longo prazo e, finalmente, a separação e a urgente apartação absoluta entre poder e política. Interessante que em certo ponto de suas reflexões, especificamente sobre emancipação, Bauman faz referência a Max Weber no tocante ao discurso sobre a impossibilidade de se alcançar a satisfação plena, porquanto a ocasião da autocongratulação e realização integral movem-se em grande rapidez, sempre para adiante, para o futuro, fazendo com que o sujeito seja estimulado a seguir para frente, perseguindo outros objetivos e ambições.

Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo “adiamento da satisfação” como sugeriu Max Weber, mas por causa da impossibilidade de atingir a satisfação, o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da autocongratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes (BAUMAN, 2001, p. 37).



Os novos sólidos devem ser, assim entendemos, idealizados e edificados para preencher o vácuo ou o vazio deixado pelos derretidos. No entender de Bruno Soares (2012), a Museologia enquanto ciência humana é um “novo sólido”, na medida em que preenche o espaço de uma construção teórica e metodológica necessária aos estudos daquilo que envolve e é imprescindível à instituição museu e à amplitude do universo museal.

## **5.2 Sobre Museu, Museografia, Museologia e outros conceitos**

Sentimos o imperativo de explicar alguns conceitos que envolvem a instituição “museu”, dado que nessa narrativa apontamos como o primeiro farol, aquele que iluminou os demais caminhos percorridos pela museologia brasileira, foi a instituição do MHN, da Inspeção de Monumentos e do Curso de Museus.

Esses conceitos que julgamos importantes para melhor elucidação transportam uma bagagem temporal e são muito necessários à compreensão do legado cultural e educacional de Gustavo Barroso, não como acepções rigorosas de uma base teórica, mas porque esses significados passaram por modificações ao longo do tempo, da história, e, “nesse caso, o esclarecimento conceitual evita confusões e anacronismos” (GUSMÃO, 2012, p. 78).

Começaremos com o termo “museu”, que tem dois sentidos. Um, enquanto adjetivo, utilizado para assinalar qualquer objeto que está no museu, a fim de distingui-lo de outros lugares; o outro, enquanto substantivo, é o campo de referência, espaço de criação, desenvolvimento e funcionamento da instituição museu, além da reflexão sobre os seus próprios fundamentos e desafios. A referência do campo museal é assinalada por meio de um enfoque específico, que institui um ponto de vista sobre a realidade no tocante ao mundo patrimonial. Assim, refere-se a museu aquilo que é passível de preservação e de exibição ao público. A Museologia, então, pode ser definida como todas as tentativas que teorizam ou pensam criticamente sobre o campo museal, e ainda como a ética e filosofia do que é museal.

Para Gregorová (1980) o museu se identifica com uma relação específica do homem com a realidade. Essa posição de museu como um campo teórico de referência abre possibilidades consideráveis para ampliação do pensamento sobre o tema, porque o museu não é somente uma instituição, apenas uma ilustração, mas o exemplo de todo um campo de conhecimento, muito mais rico e muito além da simples determinação de um espaço físico onde encontramos objetos históricos, artísticos, culturais, enfim, representativos expostos. Um museu pode ser encontrado na intersecção de vários planos ou expresso em termos de análise multidimensional, projetado em diferentes planos, heterogeneamente. Logo, como referência teórica, podemos inferir, é o museu que alimenta a Museologia, ao mesmo tempo que a

Museologia que dá base para o museu (*revolution copernicienne*)<sup>57</sup>, segundo DESVALLÉES, 2010, p. 47); devemos compreender que as experiências que são de natureza diferente daquelas geralmente identificadas com museus (coleções, construção, instituição) fazem parte do mesmo problema, podem ser categorizadas como museus, sem coleções, extramuros, cidades-museus, ecomuseus, cibermuseus etc. O museu é objeto da Museologia? Sobre esse tema e sobre a grande contribuição à discussão por Zbynek Zbyslav Stránský, afirma BARAÇAL (2008, p. 136),

Para a Museologia, como para a sistemática do conhecimento, seja filosófico, seja científico, é necessário que se defina o objeto a ser estudado. Nesse âmbito, a especificação do objeto na contribuição do museólogo checo Zbynek Zbyslav Stránský (1926), ocorre já em 1965, quando enuncia que o objeto não é o Museu, e que a Museologia se constituía como disciplina científica. Parte de seu pensamento é contrastada com a do museólogo alemão Klaus Schreiner e da filósofa eslovaca Anna Gregorová, em 1980. [...] Stránský tem como referencial a Gnoseologia, em que sujeito e objeto são termos fundamentais. O sujeito cognoscente subjaz ontológica ou onticamente, enquanto que o objeto carece de definição. A partir desta e de outras considerações filosóficas, Stránský atinge a sua afirmação da Museologia científica, que instaura a realidade da sua construção enquanto conhecimento. Além da precisão do objeto, outros critérios de identificação científica são a metodologia e a terminologia. A riqueza da terminologia cunhada por Stránský – expressa em termos na complexidade conceptual e linguística de seu idioma natal, o checo – proporciona um debate angular que alimenta o panorama museológico. A questão sobre o objeto da Museologia, complexa já desde 1980, com discussão patrocinada pelo Comitê para a Museologia do Conselho Internacional de Museus, ICOFOM, ainda persiste.

Nesse momento, consideramos importante diferenciar “Museografia” de “Museologia”, denominações aparentemente tão semelhantes, mas essencialmente divergentes, a fim de que sejam estabelecidas em suas características fundamentais e exauridas quaisquer confusões a respeito. Assim, principalmente segundo as conceituações apresentadas por Desvallées (2010) em seu dicionário *Concepts clés de Muséologie* (Conceitos-chave de Museologia), Museografia tem significados específicos, quais sejam, (1) figura prática ou aplicada da Museologia, isto é, todas as técnicas desenvolvidas para cumprir as funções de museus, particularmente em relação ao desenvolvimento do museu, conservação, restauração, segurança e exposição; (2) de modo mais geral, o que é chamado de "programa de Museografia"

---

<sup>57</sup> Thomas Kuhn dá o nome de “Revolução Copernicana” às transformações proporcionadas ao pensamento cosmológico e astronômico, não apenas entre físicos e astrônomos, mas em grande parte da sociedade, pelo livro *De Revolutionibus Orbitum Caelestium*, publicado em 1543 por Nicolau Copérnico. Kuhn aponta que, por si só, esta transformação não se reduz às afirmativas de Copérnico no seu livro. A total virada de mentalidades deu-se quando, posteriormente à publicação da obra, outros cientistas, como Kepler e Galileu, pegaram os seus pontos e fatos mais importantes e, associados às suas próprias investigações, propuseram elementos originais, e esses sim, deveras revolucionários. Disse, “a própria facilidade e rapidez com que os astrônomos viam novas coisas ao olhar para objetos antigos com velhos instrumentos pode fazer com que nos sintamos tentados a afirmar que, após Copérnico, os astrônomos passaram a viver em um mundo diferente. De qualquer modo suas pesquisas desenvolveram-se como se isso tivesse ocorrido (KUHN, 1998, p. 152).”

abrange a definição do conteúdo da exposição e suas exigências, bem como todas as ligações funcionais entre os espaços de exposição e outros espaços do museu. Essa acepção não significa que Museografia é definida apenas por este aspecto visível do museu e, (3) através de sua etimologia, Museografia refere-se à descrição do conteúdo de um museu. É relevante, ainda, apresentarmos o *métier* do museógrafo, nas palavras de Desvallées (2010, p. 54, tradução nossa):

O museógrafo, como outros profissionais de museus, deve levar em conta os requisitos científicos e o programa de gerenciamento de coleções, e ter como objetivo a apresentação adequada dos objetos selecionados pelo curador. Ele conhece os métodos de conservação ou inventário de objetos do museu. Cria um roteiro incluindo as informações complementares para ajudar na compreensão e preocupa-se com as necessidades do público, mobilizando as técnicas de comunicação mais adequadas à recepção das mensagens. O seu papel, muitas vezes como cabeça de um projeto, é coordenar todos os especialistas, tanto na área científica quanto técnica, que trabalham dentro de um museu, organizá-los, às vezes confrontá-los e atuar como mediador [...] esses aspectos fazem do museógrafo (ou especialista de exposições) o intermediário entre o curador, o arquiteto e o público. No entanto, o seu papel é variável, dependendo de o museu ter um curador ou não para liderar o projeto. O desenvolvimento do papel de certos especialistas dentro do museu (arquitetos, artistas, curadores etc.) leva a um reequilíbrio permanente do papel do museógrafo enquanto intermediário.<sup>58</sup>

A Museologia, etimologicamente designada “estudo do museu”, por sua vez, mesmo sendo um termo concebido posteriormente à Museografia, por volta da década de 1950, acolheu uma diversificação maior de significados, sendo, portanto, mais abrangente. Vejamos, (1) o primeiro e mais vulgarmente aceito, de acordo com o senso comum, é aplicar o termo "Museologia" para tudo relacionado a museus, ou seja, o que é relativo a "museal"; (2) já usado na Europa a partir dos anos de 1950, é o que primeiro se aproxima do sentido etimológico de Museologia como "estudo do museu", como uma ciência aplicada, uma ciência de museu, que estuda sua história, seu papel na sociedade, as formas específicas de investigação e conservação física dos objetos, as atividades de divulgação, organização e funcionamento, a sua tipologia e sua ontologia; (3) usado a partir da década de 1960 na Europa e divulgado de maneira mais contundente no meio acadêmico mundial por volta dos anos 1980-1990, com grande

---

<sup>58</sup> Le muséographe, comme professionnel de musée, tient compte des exigences du programme scientifique et de gestion des collections, et vise à une présentation adéquate des objets sélectionnés par le conservateur. Il connaît les méthodes de conservation ou d’inventaire des objets de musée. Il scénarise les contenus en proposant une mise en discours incluant des médiations complémentaires susceptibles d’aider à la compréhension, et se soucie des exigences des publics en mobilisant des techniques de communication adaptées à la bonne réception des messages. Son rôle vise surtout à coordonner, souvent comme chef ou chargé de projet, l’ensemble des compétences (scientifiques et techniques) oeuvrant au sein du musée, à les organiser, parfois les confronter et les arbitrer [...] qui font du muséographe (ou de l’expographe) l’intermédiaire entre le conservateur, l’architecte et les publics. Sa place est toutefois variable selon que l’établissement dispose ou non d’un conservateur pour produire le projet. Le développement du rôle de certains acteurs au sein du musée (architectes, artistes, commissaires etc.) conduit cependant vers un rééquilibrage permanent de son rôle d’intermédiaire.

contribuição dos eventos e publicações do ICOFOM<sup>59</sup> (*International Committee for Museology*), esse conceito aponta a Museologia como o estudo da relação específica entre o homem e a realidade, um estudo em que os museus, um fenômeno definido em um momento específico, são apenas uma das manifestações possíveis, tem a natureza de uma ciência social, pertence à esfera mnemônica e às disciplinas científicas, documentais, e contribui para a compreensão do homem em sociedade; (4) com destaque a partir de meados da década de 1980, a *nouvelle muséologie* volta-se para a missão social do museu e para a sua natureza interdisciplinar, juntamente com os seus modos de expressão e comunicação renovadas, essencialmente interessada em novos tipos de museus, idealizada em contraste com o modelo clássico em que as coleções são o centro de interesse.

Seu principal interesse são os novos tipos de museus que estão sendo projetados em oposição ao modelo clássico, no qual a coleção ocupa a posição central. São os ecomuseus, museus sociais, museus de cultura científica ou técnica e, de maneira geral, as novas propostas que buscam a utilização do patrimônio em favor do desenvolvimento local. O termo inglês *New Museology* apareceu no final de 1980 (Vergo, 1989), e apresenta-se como um discurso crítico sobre o papel social e político do museu (DESVALLEES, 2010, p 57, tradução nossa).<sup>60</sup>

O conceito final (5) inclui todos os outros, uma vez que a Museologia abrange ampla definição e caracterização, compreendendo todos os esforços de teorização e pensamento crítico sobre o campo museal. Assim, o denominador comum do presente campo pode ser definido como uma peculiar relação entre o homem e a realidade, que se anuncia por meio de documentação do que é real e pode ser apreendido por meio do contato sensorial direto. Essa

---

<sup>59</sup> The International Committee for Museology (ICOFOM) is in charge of researching, studying and disseminating the theoretical basis of museology as an independent scientific discipline, critically analyzing the main trends of contemporary museology. Created in 1977, it is made up by members from all the continents that deal with museums-related specific functions and the social role of museums. Year after year ICOFOM organizes scientific and academic meetings in different countries to ensure significant exchanges among our professionals worldwide. Besides, ICOFOM has brought together a wide theoretical documentary corpus through an important series of publications, the ICOFOM Study Series (ISS), which along the course of more than thirty years of permanent production, has been the greatest bibliographical collection on museology so far.

O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) tem por objetivo pesquisar, estudar e difundir a base teórica da Museologia como disciplina científica independente, analisando criticamente as principais tendências da Museologia contemporânea. Criado em 1977, é composto por membros de todos os continentes que lidam com as funções específicas e com o papel social dos museus. Anualmente o ICOFOM organiza reuniões científicas e acadêmicas em diferentes países para garantir trocas significativas entre os profissionais de todo o mundo. Além disso, ICOFOM reuniu um vasto corpus documental teórico através de uma série importante de publicações, ICOFOM Study Series (ISS), que, ao longo de mais de trinta anos de produção permanente, é considerada a maior coleção bibliográfica sobre Museologia atualmente (tradução nossa). Mais detalhes em <http://network.icom.museum/icofom>.

<sup>60</sup> Son intérêt va surtout vers les nouveaux types de musées conçus en opposition au modèle classique et à la position centrale qu'occupent les collections dans ces derniers, il s'agit des écomusées, des musées de société, des centres de culture scientifique et technique et, de manière générale, de la plupart des nouvelles propositions visant à l'utilisation du patrimoine en faveur du développement local. Le terme anglais *New Museology*, apparu à la fin des années 1980 (Vergo, 1989), et qui se présente comme un discours critique sur le rôle social et politique du musée.

definição não recusa, *a priori*, nenhuma forma de museu, abrangendo desde o mais antigo aos inovadores, como cibermuseus, porquanto tende a preocupar-se com um domínio que é livremente aberto a todos os experimentos no campo museal. Ressaltamos, ainda, que não se limita a profissionais que denominamos museólogos.

“Coleção” é outro conceito assaz importante. Genericamente, uma coleção pode ser definida como um conjunto de materiais ou objetos intangíveis – como obras de arte, artefatos, amostras diversas contextualizadas historicamente, documentos de arquivo, depoimentos etc. – que um indivíduo ou um estabelecimento dispõe, qualificados, selecionados, rotulados e preservados em um ambiente seguro, ordinalmente exposto para um público maior ou menor, a depender de sua condição, se é pública ou privada, por exemplo.

Para que uma coleção seja considerada autêntica, seus objetos necessitam formar um conjunto lógico, consistente e significativo. É importante diferenciar entre uma coleção e um *fonds*. Este termo de arquivo refere-se a um conjunto de objetos a partir de uma única fonte, que difere de uma coleção de museu por sua natureza orgânica, e comumente indicam documentos de arquivo de tipos diversos "automaticamente reunidos, criados e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa física ou uma família em suas atividades ou suas funções" (BUREAU DE ARQUIVISTAS CANADENSES *apud* DESVALLÉES, 2010, p. 27).

Tratando-se de um *fonds*, divergente de uma coleção museal, não existe uma prévia seleção e raramente algum intuito de instalar um todo coeso. Seja material ou imaterial, a coleção está no coração das atividades do museu, “os museus têm o dever de adquirir, preservar e promover suas coleções, como uma contribuição para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico” (Código de Ética do ICOM, 2006, artigo 2º). Sem proferir de forma explícita, a definição do ICOM de um museu conserva-se fundamentalmente vinculada a este princípio, corroborando o juízo secular de Louis Réau (1909) quando dizia que entendia que os museus seriam feitos para as coleções e que deveriam ser construídos como se fossem de dentro para fora, dando forma ao recipiente de acordo com o conteúdo. É óbvio que essa opinião já não corresponde a muitos modelos de museus que não possuem coleções próprias, ou que tenham coleções que não estão no centro do seu trabalho científico. O conceito de recolha é também um dos mais amplamente utilizados em todo o mundo museal, mesmo os que favorecem a noção de “museu objeto”.

Não obstante, podemos elencar três razoáveis conotações desse conceito, variáveis de acordo com dois fatores, a natureza institucional de “recolha”, bem como a natureza do material ou imaterial dos meios de recolha. Dizemos “recolha” porque na terminologia museal é o termo habitualmente usado como uma contração do conceito de “coleção”.

Primeiramente, diversos ensaios têm sido feitos para diferenciar entre uma coleção de museu e outros tipos de coleção. Ainda que não seja o caso para todos os museus, a coleção de museu – ou as coleções de museus – devem atender as origens e os fins do perfil do museu entendido institucionalmente. Dessa maneira, as coleções podem ser definidas como objetos dispostos em um museu, coletados, adquiridos e preservados devido ao seu valor potencial e referencial, como objetos de destaque, importância e mesmo autoridade estética ou educacional, por exemplo. Um museu pode institucionalizar uma coleção particular<sup>61</sup>. Muitas vezes o curador de um museu ou os responsáveis pela curadoria não são colecionadores, mas mantêm relações estreitas com coletores, indivíduos que colecionam artefatos ou qualquer item que possa interessar ao museu, considerando seu caráter constitucional. Esse fenômeno caracteriza um posicionamento político do museu, uma vez que selecionar, comprar, montar, receber itens de seu interesse demarcam seu campo de atuação. Essa atitude é deliberada, não aleatória.

O verbo francês *collectionner* raramente é usado porque está intimamente ligado às ações do colecionador particular e seus derivados (Baudrillard, 1968), isto é, colecionismo e acumulação, conhecido pejorativamente como *collectionitis*. A partir desta perspectiva, a coleção é vista como o resultado e a fonte de um programa científico, cuja finalidade é a aquisição e a pesquisa, começando com testemunhos materiais e imateriais do homem e seu ambiente. Esse critério, no entanto, não diferencia entre coleção de museu e coleção particular, na medida em que a última pode ser montada com um objetivo científico, já o museu pode adquirir uma coleção particular que foi montada sem intenção de servir à ciência (DESVALLÉES, 2010, p. 27, tradução nossa).<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> No Museu Histórico Nacional apresentou-se emblemática a Coleção Miguel Calmon. Sobre o tema, nos relata Regina Abreu (1994, p. 201), “Como muitas outras “grandes coleções”, a Coleção Miguel Calmon foi o resultado de uma doação generosa de uma senhora, logo após a morte de seu marido. Nunca houve no percurso do Museu Histórico Nacional coleção alguma que se equiparasse em suntuosidade e riqueza à coleção Miguel Calmon. Hoje, quando as doações a museus históricos tornam-se extremamente raras e contidas, a generosidade de Alice da Porciúncula despertou nossa atenção. Entre os itens selecionados pela viúva constavam cerca de cem joias em ouro, prata, coralina, pedras preciosas, móveis dos mais variados estilos, tapeçarias do século XVI, porcelanas raras, canetas em ouro, leques, bustos, esculturas, enfim, um conjunto de objetos que ainda hoje nos deixa extasiados. A chegada da Coleção Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional compõe um dos capítulos das histórias míticas e das lendas que se costuma contar no Museu. Foram dias de mudanças e arrumações. O diretor havia concedido uma sala especial só para abrigar os objetos. Na porta, lia-se uma placa com os dizeres, “Sala Miguel Calmon”. A viúva, assessorada pelo mordomo Jean, comandava um grupo de operários. As obras eram todas por sua conta, e ela não media esforços e gastos para garantir tudo do bom e do melhor. Mármore no piso, porta brasonada, lustres, vitrines importadas. Quando a sala ficou pronta, vieram os caminhões e descarregaram aquela enormidade de coisas no Pátio de Minerva, à entrada do Museu. Aquela enormidade de coisas que fazia o Museu parecer pequeno...”

<sup>62</sup> Le verbe «collectionner» est peu utilisé, car trop directement lié au geste du collectionneur privé ainsi qu’à ses dérives (Baudrillard, 1968) – c’est-à-dire le collectionnisme et l’accumulation, appelés péjorativement «collectionnisme». Dans cette perspective, la collection est conçue à la fois comme le résultat et comme la source d’un programme scientifique visant à l’acquisition et à la recherche, à partir de témoins matériels et immatériels de l’homme et de son environnement. Ce dernier critère ne permet cependant pas de distinguer le musée de la collection privée, dans la mesure où celle-ci peut être réunie avec un objectif parfaitement scientifique, de même qu’il arrive parfois au musée d’acquérir des collections privées, par fois développées dans une intention bien peu scientifique.

Assim, observamos que a natureza institucional do museu acolhe a definição de coleções que abriga, ou seja, em um museu os objetos são sempre partes de sistemas e categorias pautadas com a coleção que representam. Para facilitar esse reconhecimento, o inventário escrito é um requisito fundamental de toda coleção, eficaz para adotar um sistema de classificação que descreva e possibilite localizar com rapidez qualquer item entre diversos objetos. Em nossos dias, os sistemas de classificação modernos têm sido fortemente influenciados pela tecnologia da informação. Por essa razão, documentar coleções prossegue sendo uma atividade que demanda conhecimento peculiar e rigoroso, baseado em um organismo como um dicionário de termos especificamente relacionados a museus que delineiam as relações entre as distintas categorias de objetos.

Em um segundo momento de reflexão sobre a definição de coleção, de maneira mais ampla, podemos identificá-las, lembramos, com uma perspectiva de abranger colecionadores particulares, além das museais. A materialidade de cada coleção é o seu ponto de partida. Sendo composta de objetos materiais, de acordo com as diretrizes do ICOM, qualquer coleção é identificada pelo lugar em que está localizada. Segundo Desvallées (2010, p. 28, tradução nossa),

Krzysztof Pomian define a coleção como "qualquer grupo de objetos naturais ou artificiais que são mantidos temporária ou permanentemente fora do circuito das atividades econômicas, sujeita à proteção especial, em um lugar fechado, projetado para esta finalidade, e em exibição" (Pomian, 1987). Pomian define assim a coleção pelo seu valor essencialmente simbólico, na medida em que o objeto tenha perdido a sua utilidade ou o seu valor como um item para a troca e tornou-se um portador de sentido ("semaphore" ou portador de significado).<sup>63</sup>

A constante atualização da ampliação do conceito de museus, em especial o reconhecimento de patrimônio imaterial, ressaltou o caráter mais geral das coleções, ao mesmo tempo em que trouxe consigo novos desafios. Coleções intangíveis, como tradicionais conhecimentos, rituais e mitos vinculados à etnologia, gestos transitórios e performances de arte contemporânea induziram ao desenvolvimento de novos sistemas de alcance das coleções. A composição do material de objetos por si só às vezes torna-se secundário, tanto quanto a documentação do processo de coleta, que sempre foi importante na arqueologia e etnologia, mas hoje se torna menos essencial enquanto a informação ganha mais importância. Essa

---

<sup>63</sup> Krzysztof Pomian définit la collection comme «tout ensemble d'objets naturels ou artificiels, maintenus temporairement ou définitivement hors du circuit d'activités économiques, soumis à une protection spéciale dans un lieu clos aménagé à cet effet, et exposé au regard» (Pomian, 1987). Pomian définit des lors la collection par sa valeur essentiellement symbolique, dans la mesure où l'objet perd son utilité ou sa valeur d'échange pour devenir porteur de sens («semaphore» ou porteur de signification).

informação não é somente uma parte da investigação, contudo, e quiçá mereça mais destaque, é também a parte de comunicação com o público.

Quando falamos em comunicação museal, um conceito inexoravelmente surge: “mediação”. Na museologia, o termo mediação tem sido usado quando se refere a "mediação cultural", ou "mediação científica e “mediador”. Fundamentalmente está voltada a toda uma gama de ações desenvolvidas em um contexto museal, no intuito de erguer pontes entre o que é exibido (mostra) e os significados que esses objetos e locais podem transportar (conhecimento). A mediação, assim considerada, busca beneficiar a partilha de experiências e interações sociais entre os visitantes e o surgimento ou a composição de um referencial comum à exposição visitada.

Notadamente é uma estratégia de comunicação educacional, que movimenta distintas tecnologias em torno das coleções expostas para oferecer aos visitantes os meios para entender melhor determinados aspectos e compartilhar sua apropriação. O termo atinge, por conseguinte, o contíguo conceito de comunicação e as relações museológicas do público. Convém esclarecer que interpretação, quando tratada como mediação, evento bastante comum entre frequentadores de museus, pode adquirir uma desarmonia entre o percurso que deve ser superado entre o que é imediatamente percebido e os significados subjacentes dos fenômenos culturais ou históricos representados entendidos pelo sujeito que observa.

Enquanto mediação, a interpretação consolida nas ações humanas interpessoais e em dispositivos que apuram a visualização direta de objetos expostos para aludir seu significado e sua importância. Surgido no contexto dos parques naturais norte americanos, segundo Desvallées (2010) a noção de interpretação, desde então, expandiu-se para significar a hermenêutica natureza da experiência de visitar museus e locais. Assim, ela pode ser definida como uma revelação. Uma revelação que leva os visitantes a compreender, apreciar, e, finalmente proteger o patrimônio que toma como seu. Dessa forma, podemos afirmar que a mediação compreende uma noção central da filosofia hermenêutica e reflexiva (RICOEUR, 1989).

Nesse sentido, a mediação desempenha um papel essencial no direito à busca de cada visitante para o autoconhecimento e o conhecimento facilitado pelo museu. Quando o visitante fica diante das obras produzidas por outros, é através da mediação que pode chegar a uma subjetividade especial que pode inspirar o autoconhecimento e compreensão da própria aventura humana. Essa abordagem faz com que o museu seja um vetor de evidências e sinais da humanidade, enfim, seja um dos melhores lugares para esta mediação inevitável que, ao



oferecer o contato com o mundo das obras culturais, pode levar cada pessoa no caminho de uma maior compreensão de si mesmo e da realidade que a envolve.

Em um museu, o mediador pode ser a informação inscrita ao lado da obra, pode ser um vídeo explicativo, pode ser até holográfico ou virtual etc. E pode o museu nem ter mediador. Mas quando um professor leva seus alunos a um museu, esta não pode ser uma visita aleatória, do contrário, deve ser propositadamente mediada, com o objetivo final de proporcionar ao aluno-visitante o melhor aproveitamento cognitivo daquele momento diferenciado de aquisição de conteúdos, fora da sala de aula. Defendemos, então, que

O ato de mediar deve estar propositadamente direcionado à finalidade de se enriquecer os fatores relacionados ao cognitivo, para que estes se volvem para os sentidos existentes no mundo em que se vive, a fim de se desenvolverem na pessoa elementos importantes para se adaptar e modificar-se, conflitando-se com as deliberações culturais pelas quais cruza em seu cotidiano. Inegavelmente a mediação pode ser vista como uma tática, um estratagema de ingerência por meio de uma intervenção humana do mundo exterior para o organismo do indivíduo mediado e, dependendo da qualidade desta intercessão, da sua pedagogia, da sua suscetibilidade, da sua observação e atenção aos pormenores evidenciados por meio de coleta de dados sobre o indivíduo, será maior a eficácia de processamento de informação do indivíduo, quando este for do mesmo modo exposto a ulteriores estímulos, propiciando a modificabilidade de estruturas cognitivas (SILVA, 2011, p. 17).

Chegamos à “educação museal”. Se pensarmos a educação em um sentido mais amplo possível, sem recorrer a nenhum pensador ou estudioso do tema, partindo apenas de conjecturas empíricas e reservadas, poderíamos afirmar que significa a formação e desenvolvimento dos seres humanos e de suas competências e habilidades para implementar os meios apropriados a fim de concretizar esse desenvolvimento. Assim, diz respeito a outros termos, como a instrução, compreensão, investimento individual etc. É uma ação que atinge valores morais, físicos, intelectuais e científicos. O “conhecimento”, “*know-how*”, “ser” e “saber ser” são quatro componentes fundamentais no campo educacional.

Desvallées explica uma diferenciação própria da língua alemã para educação museal que nos é esclarecedora sobre o termo “educação”:

Na Alemanha, o termo pedagogia, ou *Pädagogik* é usado com mais frequência para referir-se à educação, enquanto a palavra usada para descrever a educação dentro de museus é *Museumspädagogik*. Esta alude a todas as atividades que um museu pode oferecer, independentemente da idade, escolaridade ou condição social do público interessado (DESVALLEES, 2010, p. 33, tradução nossa).<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> En Allemagne, on parle plutôt de pédagogie, qui se dit **Pädagogik**, et lorsque l’on parle de pédagogie au sein des musées, on parle de **Museumspädagogik**. Ceci concerne toutes les activités qui peuvent être proposées au sein d’un musée, indistinctement de l’âge, de la formation, de la provenance sociale du public concerné.

Quando pensamos a origem do termo educação, do latim *educere*, observamos que está conectado com a noção de despertar a curiosidade, no intuito de levar ao permanente questionamento das coisas e dos acontecimentos, com o objetivo cardinal de desenvolver a capacidade de pensar, refletir, inferir, ou seja, raciocinar sobre as coisas e construir suas próprias ideias. Tem um claro propósito de desenvolver os sentidos e a consciência, pressupondo mudanças e transformações no indivíduo, não focada em condicionamentos e inculcações, noções que, a partir principalmente da mediação, tende a opor-se.

A educação museal não escapa dessa ideia. Mais precisamente, contudo, pode ser definida como um conjunto de valores, conceitos, conhecimentos e práticas que almejam certificar o desenvolvimento do visitante. Configura-se em um processo de agregação cultural que se baseia em desenvolvimento, realização e aquisição de novos conhecimentos por meio de métodos pedagógicos, como a mediação.

É a mobilização de conhecimento decorrente do museu e que visa o desenvolvimento do indivíduo, por meio da assimilação desse conhecimento, a descoberta de novas sensibilidades e a realização de novas experiências, em busca de sua autonomia cognitiva referente aos objetos observados e a transcendência que deve ser obtida através da percepção de seus significados. Nessa situação da educação museal, a mediação pode ser de importância ímpar, segundo Regina Silva:

A ligação entre metacognição e mudança de comportamento ocorre no estabelecimento de dois atributos, e na sua interação mútua. O primeiro é a qualidade do social-cognição. Este conceito refere-se a não apenas saber como reagir em conformidade com as exigências de uma situação, mas também com os processos sócio-emocionais que lhes são subjacentes. O indivíduo deve ser capaz de ler situações com precisão, recolher as informações pertinentes, colocá-las no tempo e no espaço, utilizando os sinais sem se descuidar do significado e das relações dos eventos a que tais situações estão expostas. Este é o reconhecido nível de socialização. O segundo atributo que deve ser adquirido é o da competência social. Neste caso o indivíduo tem que responder às exigências modificáveis do ambiente, adaptável e flexivelmente, avaliar o êxito ou o fracasso, apreciar o encontro das necessidades de si mesmo e de outros. O suporte em torno dos quais estes processos operam é o da consciência social, que se refletem na habilidade para responder da pessoa, compreendendo o sentido das respostas, avançando para posteriores encontros com um nível de aprendizagem e exigências de raciocínio mais abrangentes, isto é, a experiência de produtividade, da modificabilidade e da generalização (SILVA, 2011, p. 19).

As categorias que desenvolvemos até esse instante de nossa narrativa, acreditamos, entrosam-se de maneira a proporcionar o melhor entendimento de que a Museologia consiste em identificar os processos de musealização e as mudanças que acarretam para o campo museal em toda a sua abrangência e possibilidades.

Vale lembrar que no início que aquilo que surge como testemunha do passado em um museu, já foi manejado e produzido pelo processo de musealização. Sobre o tema, Desbiolles cita Peter Van Mensch em sua sessão no simpósio anual do ICOFOM de 2009, denominada *Museologie, Museographie*:

O coração da museologia é, portanto, compreender o manuseio e devolver os objetos como eles são após a restauração. Por exemplo, o museu deve procurar explicar que "um tigre no museu é um tigre em um museu, não um tigre "(Kenneth Hudson). Em outras palavras, a museologia, segundo ele, e no espírito da escola Checa, é tentar compreender como a realidade é percebida e documentada. Depende das políticas, das várias interferências etc., e do processo de musealização (DESBIOLLES, 2009, p. 11, tradução nossa).<sup>65</sup>

O museu, como lembra Peter Van Mensch com o exemplo do tigre no museu, não está interessado no valor aparente dos objetos, porém no seu valor de representação e documentação. É a esse valor que se denomina de "contexto museológico". Para Mensch, nos aponta Desbiolles, há uma diferenciação e uma união dentre dois contextos, um primário em que o criador anuncia uma ideia, o que leva ao objeto, e um secundário, em que é o conservador que expressa uma ideia, que conduz à musealização do objeto, criada no contexto primário. O objeto primário passa a encaixar-se no campo museal. Esse contexto de que nos fala Desbiolles abrange ainda a dimensão de visitante do museu, que também elabora suas ideias, por meio da comunicação e mediação, transformando-se, assim, o objeto de museu em objeto conceitual.

### **5.3 Os primeiros cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**

Desde a efervescente transição cultural do século XVIII para o século XIX e principalmente nas três primeiras décadas do século XX, em pleno incremento do Nacionalismo, de caráter ufanista, a atitude daqueles que se envolviam com certas políticas culturais, principalmente as emergentes propostas de preservação do patrimônio, ocorriam ainda influenciadas pela genealogia europeia, nomeadamente a francesa, que ainda entusiasmava o mundo das artes e das ciências, especialmente em áreas de conhecimento como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e os novos campos como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Ivan Coelho de Sá (2013, p. 32) nos explica:

Na França, desde o final do século XVIII, haviam surgido as primeiras ideias de proteção ao patrimônio, ainda que se referissem a iniciativas isoladas. Em 1790, à época da demolição da Bastilha, Millin questionara este ato e fala pela primeira vez

<sup>65</sup> Le coeur même de la muséologie consiste dès lors à comprendre cette manipulation et à revenir aux objets tels qu'ils sont derrière leur restauration. Par exemple, la muséologie doit chercher à expliquer et comprendre pourquoi « un tigre dans un musée est un tigre dans un musée, et non un tigre » (Kenneth Hudson). Autrement dit la muséologie, selon lui et dans l'esprit de l'école tchèque, consiste à essayer de comprendre comment la réalité est documentée et perçue. Cela dépend des politiques, des interférences diverses etc., et du processus de muséalisation.

do conceito de monumento histórico. Quatro anos depois, ao apresentar à Convenção instruções sobre o inventário dos bens da Coroa, Vicq D'Azyr salienta o valor educativo dos monumentos (Choay, 2011, p. 89-109). Entretanto, somente algumas décadas depois vão despontar iniciativas mais concretas, quando, em 1830, o Ministério do Interior cria o cargo de inspetor dos monumentos históricos, exercido simultaneamente por Vitet e Merimée. Na sequência, em 1837, é criada uma Comissão de Monumentos Históricos, espécie de órgão de proteção com o objetivo de inventário e classificação dos monumentos medievais.

Assim, os cursos de formação nas áreas de Patrimônio que surgiram no Brasil nas décadas de 10, 20 e 30 do século passado, ou seja, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, inserem-se nessa perspectiva. Tanto a idealização e o planejamento quanto a concretização serão norteados pelo ideário francês<sup>66</sup>, resultante, ainda, vale destacar, do longo percurso filosófico e científico oriundo do Racionalismo cartesiano do século XVII e da Ilustração do século das luzes. Seu modelo artístico marcado por um Academismo oficial, em vigor no auge do regime absolutista, influenciara o ocidente e permanecera, como salientamos, até as décadas iniciais do século XX.

A Revolução Francesa teria descortinado a passagem para o combate em nome dos direitos civis, bem como no século XIX, a Revolução Industrial e o Capitalismo teriam transformado a França em uma das mais importantes nações da corrida imperialista e neocolonialista que se desdobrou ainda no início do século XX, quando ingressou em processo de decadência.

Retomando Weber, em sua concepção de modernidade não encontramos, como o fazemos em muitos outros autores, uma importância vital do movimento iluminista e da Revolução Francesa. Weber data em um período bem mais longínquo os processos categóricos para o desenvolvimento das maneiras modernas de vida e da sociedade. O Iluminismo e a Revolução têm em si qualidades precedentes que, parcialmente, datam de eras muito distantes e em parte pertencem ao medievalismo tardio e ao período da Reforma. Essas condições prévias teriam influência e significado cultural muito mais contundentes do que o Iluminismo e a Revolução. Segundo Henrich (1990, p. 234),

Já pertencem a elas a religião de Jeová e a ordem jurídica romana e, mais tarde, particularmente o desenvolvimento capitalista, que, por sua vez, em parte possibilitou e em parte estabilizou a sistemática jurídica e a organização do Estado moderno. Devemos ter bem claro que, para Weber, era evidente uma coisa que ainda estava além do horizonte da filosofia clássica da história e sobre a qual hoje não há tanta segurança entre aqueles que se pronunciam sobre a situação de nosso tempo. É que, para ele, a partir da primeira metade do século XIX multiplicava-se a extensão temporal do desenvolvimento da cultura humana. A consequência disto é que

---

<sup>66</sup> Alguns elementos da história francesa serão melhor apresentados, com bibliografia pertinente, à medida que a necessidade se apresentar ao longo da escrita da tese, para melhor compreensão dos eventos relacionados.

acontecimentos que outrora constituíam uma época inteira da história universal ou que até eram separados por tais épocas, aproximavam-se muito entre si.

Por sua vez, Ivan Coelho de Sá (2013) defende que a política imperialista e neocolonialista calhava intensamente no controle da autoridade e comando do conhecimento do passado da humanidade, principalmente das bases da denominada civilização ocidental.

O conhecimento do passado histórico tinha uma ligação direta com o desenvolvimento dos museus uma vez que implicava na hegemonia dos estudos e da posse sobre os despojos dos antigos impérios da Antiguidade. França, Inglaterra e Alemanha, por meio de seus museus oficiais, como o Louvre, o Museu Britânico e os Museus de Berlin, promoveram escavações no Mediterrâneo e no Oriente Médio, principalmente nos antigos territórios do Egito, da Babilônia e da Assíria. Estudiosos e aventureiros levaram para estes e outros museus europeus milhares de peças coletadas naquelas regiões, lícita ou ilícitamente, investidos ou não da proteção oficial (SÁ, 2013, p. 32-33).

Portanto, na disputa por achados arqueológicos, museus do velho mundo competiam pelo controle dos monumentos e artefatos descobertos, tendo em vista que a afluência do maior número de objetos resultaria em um acervo mais aquinhado, cultivando-se a ideia de que também seria maior o conhecimento adquirido sobre a história das civilizações. Essa propriedade de saberes validava o Imperialismo e proporcionava sustentação teórica ao ideário de progresso civilizatório.

Notadamente as condições históricas dos países europeus prover-lhes-iam um domínio nessa seara, seja devido aos progressos tecnológicos e científicos, seja devido à importância de seus museus na condição de espaços de pesquisa e de construção de conhecimento. Ressaltamos, ainda, que o desenvolvimento do Positivismo, que ganhou campo na França oitocentista, triunfante em Langlois e Seignobos<sup>67</sup>, como afirma Le Goff (2003), enaltecia, do mesmo modo, a busca pelo conhecimento de antigas civilizações, uma vez que sua sustentação filosófica ancorava-se em um processo evolucionista humano em que as transformações sociais seriam explicadas por uma história cronológica e linear. Para Le Goff (2003, p. 221), “a história positivista que, através de métodos cada vez mais científicos de datação e crítica de textos, parecia permitir um bom estudo do passado, estava imobilizando a história no acontecimento e a eliminar a temporalidade”.

Enquanto a Antiguidade Clássica foi o grande motivo de interesse dos pesquisadores do século XVIII, uma vez que o estudo da cultura greco-romana estaria vinculado

---

<sup>67</sup> Peter Burke considera Seignobos “o símbolo de tudo aquilo a que os reformadores se opunham. De fato, ele não era exclusivamente um historiador político, pois escrevera também sobre civilização. Estava interessado na relação entre a história e as ciências sociais, embora não tivesse a mesma visão dessa relação que Simiand ou Febvre” (BURKE, 1991, p. 14).

aos interesses sobre o antropocentrismo e ao humanismo renascentista, os estudiosos e arqueólogos do século XIX voltam-se para a cultura egípcia e assíria: são os ditos “orientalistas”. Para Ivan Coelho de Sá (2013) foi um desvio romântico para as culturas não clássicas. Além destes, devemos registrar a ação investigativa dos “medievalistas”, dado que se nomeavam na condição de desvendar o passado medieval desde seus primeiros momentos, ou seja, nos períodos Merovíngio e Carolíngio, bem como no Românico e o Gótico.

Foi o empenho e os resultados obtidos por esses pesquisadores, fossem ou não favorecidos pelo Estado, que mais influenciou no gradual incremento dos acervos dos museus, proporcionando novas possibilidades para a pesquisa e atribuindo um *status* mais elevado à figura do Conservador de Museus. A profissionalização da carreira de conservador terá maior impacto nessa fase. Suas imputações estavam vinculadas, vale citar, às do atual museólogo, pois consistiam em “coleta, pesquisa, identificação, documentação, organização, conservação, curadoria e exposição de acervos” (SÁ, 2013, p. 33). Apesar disso, outros profissionais poderiam desempenhar as mesmas funções, isto é, arqueólogos, historiadores, historiadores de arte, egiptólogos, orientalistas, medievalistas, paleógrafos, numismatas, sigilógrafos etc. Assim, a carreira de Conservador de Museus ia se construindo dentre outros ramos da pesquisa museológica, ainda embaralhada ao ofício de outros profissionais.

A despeito deste campo de conhecimento e de trabalho aberto nos museus e com inúmeras perspectivas de ampliação em decorrência dos progressivos projetos de escavações e de criação de novos museus, contraditoriamente, não houve uma preocupação em formar profissionais específicos de museus. Na verdade, o desenvolvimento da ideia de formar conservadores de museus, como eram denominados os profissionais encarregados da parte técnica das coleções museológicas. Ainda que os museus tenham se convertido em laboratórios para o desenvolvimento da Antropologia, da Arqueologia e, naturalmente, da própria Museologia, a ideia de investir em formação de profissionais de museus é bastante tardia, provavelmente porque os museus, nas suas várias tipologias, fossem considerados campos de atuação de arqueólogos, naturalistas, antropólogos, historiadores da arte, helenistas, orientalistas etc. e também porque estes profissionais estavam ainda em processo de definição e de construção de bases científicas de seus campos de saber. Somente na segunda década do século XX, despontarão no Brasil (1922) e na França (1927) as primeiras propostas de formação específica de conservadores de museus, mais de um século após o surgimento da formação de arquivistas e bibliotecários, estes, associados inicialmente à carreira de paleógrafo, mas já admitidos como profissionais que necessitavam de formação “acadêmica”. A formação em Museologia foi um processo demorado que se desenvolveu inicialmente a partir da necessidade de estudar as coleções de museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos concentravam-se nos acervos, ou seja, na identificação dos objetos, sobretudo para decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias que ampliavam o conhecimento sobre as origens e o desenvolvimento das antigas culturas, ou civilizações, para empregar um termo mais corrente no oitocentos (SÁ, 2013, p. 34).

A ansiedade em decodificar e compreender textos e inscrições, em levar adiante estudos paleográficos e epigráficos, concorrem e alinham o desempenho dos primeiros museólogos, ou, melhor afirmando, conservadores de museus, à ação dos arquivistas e bibliotecários também pioneiros. Sejam museólogos ou arquivistas e bibliotecários, todos tinham como meta o acesso ao conhecimento que artefatos, documentos e livros traziam em si, no intuito de diferenciá-los e classificá-los, primeiramente e, depois, entender, e por vezes interpretar, os saberes históricos referentes à cultura da civilização que os criou, segundo, não é exagero lembrar, a curiosidade e a obsessão ilustrada, culta, conforme o espírito do século XIX. Não obstante e inversamente ao que se pode inferir superficialmente, o incremento de arquivos, de bibliotecas e de museus surgiram a partir de um intenso movimento de ruptura com o passadismo e a tradicionalismo. Ora, isso se deu, como já pudemos inferir anteriormente, porque o advento dos “modernos” arquivistas, bibliotecários e museólogos oitocentistas está diametralmente vinculado às mudanças filosóficas validadas pela Revolução Francesa, com destaque para a afirmação da nacionalidade e ao natural ideário de nacionalização patrimonial. Mesmo que relacionados ao regime derrotado pelo movimento, as instituições patrimoniais começam a ser tratadas como herança ancestral, reabilitadas pela filosofia revolucionária.

O estabelecimento regular de ensino que inaugurou um arquétipo de curso para profissionais interessados em patrimônio foi a *École Nationale des Chartes*<sup>68</sup>, criada em 1821, sob a Restauração Bourbon, por Luis XVIII, em Paris, que instituiu um currículo baseado nas áreas da História, Arqueologia e História da Arte, ressaltando, do ponto de vista técnico, a Paleografia e, por seu meio, as áreas da Diplomática, da Sigilografia e da Numismática.

Da valorização de arquivos e bibliotecas como órgãos públicos emerge o conceito destas instituições como laboratórios de pesquisa e, neste contexto, certamente a *École des Chartes* contribuiu muito para o desenvolvimento do que poderíamos considerar como uma política científica para estas instituições. O fato é que havia uma necessidade urgente de dar tratamento técnico às coleções e arquivos apreendidos pela Revolução. Esta proposta de ordem técnica de organização destes acervos convergia para as ideias de reformulação historiográfica fundamentada numa metodologia de pesquisa que privilegiasse as informações primárias destas “novas” fontes, bem como para os ideais revolucionários de franquear os arquivos ao público (SÁ, 2013, p. 35-36).

Pioneira mundialmente, a *École Nationale des Chartes* serviu de farol para os demais cursos de formação em patrimônio que lidam com coleções, tanto os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, como os cursos de Arqueologia, História da Arte e

---

<sup>68</sup> A Escola de *Chartes*, encarregada da formação dos especialistas do patrimônio no século XIX, estabeleceu-se alternadamente nas Bibliotecas ou nos Arquivos, antes de migrar para a Sorbonne em 1897. Mais detalhes em <http://www.enc.sorbonne.fr/>.

Museologia, até mesmo os da *École du Louvre*, criado em dezembro de 1882, numa França muito diferente daquela do raiar do século XIX, ou seja, vivenciando a sua denominada Terceira República e envolvida nas discussões e formulação de projetos de educação gratuita e laica.

A Terceira República francesa (1870-1940) alcançou uma transformação escolar de ampla magnitude. Passou a ser obrigatória a escolarização das crianças de 6 a 12 anos, bem como o ensino nas escolas públicas passou a ser gratuito e laico. Houve investimento na construção de escolas por toda a França, buscando-se, ainda, a formação de professores das escolas primárias. Amiúde reportado na historiografia francesa como um período de centralismo vivo, em essência a Terceira República foi palco do desenrolar de um forte movimento regionalista. Sustentado por uma leve hostilidade à unidade nacional, esse regionalismo foi diversas vezes compreendido como o mais legítimo nacionalismo. Na escola primária, por exemplo, o amor pela “pequena pátria”<sup>69</sup> foi empregado para dilatar o amor à grande pátria. Para tanto, vieram a público inúmeros manuais escolares de caráter regionalista. Nesse momento histórico tão significativo para a História da França, visivelmente transformador em muitos aspectos, é que nasceu a *École du Louvre*, no grande e mais importante museu da França, que não era um curso de Museografia ou Museologia, porém um curso de Arqueologia e Epigrafia e, a partir de 1920, História da Arte.

A despeito desta influência da *École Nationale des Chartes*, a criação da *École du Louvre* representou uma necessidade de investir no estudo das inúmeras coleções adquiridas pelo Museu ao longo de quase um século e em crescente processo de expansão, o que de fato ocorreu na década de 1890 e nos primórdios do século XX, com o franco desenvolvimento do imperialismo-neocolonialismo. No entanto, no decorrer de mais de quarenta anos, os cursos da *École du Louvre* concentraram-se na arqueologia e na história da arte, desconsiderando as questões ligadas ao tratamento técnico de museus (SÁ, 2013, p. 39).

O curso de Museologia do Louvre só seria criado em 1927, depois das críticas e sugestões do historiador da arte Louis Réau, especialista em iconografia, que fora professor de História da Arte na *École du Louvre* e na *Sorbonne* (SÁ, 2013), e também pelo próprio crescimento do acervo do museu que necessitava da harmonização dos espaços e de especialistas para lidar com a diversidade de materiais e objetos. Novamente destacamos que a França vivenciava, após a Primeira Guerra Mundial, um momento de recuperação econômica e de reestruturação política e administrativa, com sólidos investimentos na educação e cultura, isto é, criaram-se uma constelação de condições favoráveis. Outrossim, lembramos que o termo Museografia (prática de museus) passou a ser utilizado com mais frequência nas primeiras

---

<sup>69</sup> “A pequena pátria é um espaço familiar, no qual a criança faz as suas primeiras descobertas do mundo e ao qual ela está espontaneamente ligada” (THIESSE, 2009, p. 17).



décadas do século XX, nomeadamente por influência da revista *Mouseion*, divulgada a partir de 1927 pelo Escritório Internacional de Museus. Ivan Coelho de Sá arremata,

Podemos aferir, a partir desta experiência do Louvre, que a ideia de utilizar a estrutura de um museu como suporte para ensino formal foi aplicada primeiramente à arqueologia, à epigrafia e à história da arte e somente num terceiro momento à museologia propriamente dita. Por outro lado, contrariando todas as probabilidades e circunstâncias históricas, o curso técnico do Museu Histórico Nacional (MHN), instalado no Rio de Janeiro em 1922, antecede em cinco anos o curso de museografia da École du Louvre. Não obstante, independente de sua relação de antiguidade na escala internacional, é este curso do Louvre que exportará para o mundo uma matriz curricular que será modelo para a formação em museologia e influenciará o próprio curso de museus do MHN, consolidado a partir de 1932 (SÁ, 2013, p. 40).

Finalmente, voltamos ao ponto nevrálgico de nossa tese: foi no Museu Histórico Nacional que se pensou o primeiro curso de museus do mundo, previsto no ato de criação do próprio museu, em 1922, embora só tenha passado a funcionar realmente em 1932. Tivemos toda a influência francesa na estruturação do nosso curso, mas não podemos deixar de frisar o pioneirismo daqueles que fundaram o MHN e já pensaram em formar museólogos e conservadores. Não nos referimos a essa realidade como um esforço de louvação ou glória, mas com um pouco da ambição do reconhecimento.

#### **5.4 O Curso de Museus previsto no Decreto de criação do MHN**

Conforme já mencionamos, o Museu Histórico Nacional, aprovado pelo Decreto Nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, foi inaugurado em 1º de outubro do mesmo ano. O capítulo VI desse Decreto prognosticava a concepção de um “Curso Technico de dois anos, commun ao Museu Histórico Nacional, à Bibliotheca Nacional e ao Archivo Nacional” e cujo objetivo capital seria formar oficiais para o Museu Histórico Nacional e amanuenses para o Arquivo Nacional e para a Biblioteca Nacional.

O curso, de acordo com o previsto pelo Decreto, deveria ter dois anos de duração, nos quais se dividiriam as disciplinas, que seriam ministradas em locais diferentes, a saber, no Museu Histórico Nacional seriam Arqueologia, História da Arte, Numismática e Sigilografia; na Biblioteca Nacional seriam História Literária, Paleografia, Epigrafia, Iconografia e Cartografia, enquanto no Arquivo Nacional seriam História Política e Administrativa do Brasil, Cronologia e Diplomática. Nos dois anos de duração do curso, as aulas realizar-se-iam nos meses de abril a novembro, com duração de uma hora, destinando-se a cada matéria três horas de aula a cada duas semanas. A distribuição das disciplinas seria:

**Art. 55.** O curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Historico Nacional e ao de amanuense da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, constará das seguintes materias, distribuidas por dois annos,

1º ANNO, historia litteraria, paleographia e epigraphia, historia politica e administrativa do Brasil, archeologia e historia da arte.

2º ANNO, bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia, iconographia e cartographia.

[...]

**Art. 62.** Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliothecas, mappothecas, archivos, museus historicos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, comprehendidos os exercicios praticos.

Os programas das disciplinas seriam organizados anualmente pelos professores e submetidos à concordância dos diretores dos três estabelecimentos, os quais se reuniriam na Bibliotheca Nacional e se definiriam o horário a ser instituído, bem como tomariam providências sobre o regular funcionamento do curso. Os professores, por sua vez, seriam funcionários do Museu Histórico Nacional ou da Bibliotheca Nacional ou do Archivo Nacional, designados pelo diretor de alguma dessas instituições, ou, caso houvesse necessidade, poderiam ser pessoas de notório saber convidadas por algum desses diretores.

Haveria sério rigor para a aceitação dos alunos que pleiteariam uma vaga no curso. Esse preciosismo na seleção dos possíveis alunos fica claro quando lemos os artigos referentes à matrícula:

**Art. 59.** De 16 a 31 de março estará aberta a matricula na Bibliotheca Nacional, devendo os candidatos ao 1º anno apresentar certidões de aprovação nos exames de portuguez, francez, latim, arithmetica, geographia e historia universal, especialmente chorographia e historia do Brasil, prestados em instituto federal ou fiscalizado pelo Governo.

**Art. 60.** Logo que se encerrar a matricula, será enviada aos directores do Museu Historico Nacional e do Archivo Nacional a relação dos alumnos matriculados.

Observamos certa austeridade no tocante às avaliações e às exigências para a aprovação e obtenção do diploma que seria oferecido ao final do curso.

**Art. 63.** Encerradas as aulas, seguir-se-ão os exames, prestados por materias, aos quaes só serão admittidos os alumnos que houverem comparecido a mais de metade das aulas correspondentes.

**Art. 64.** Realizar-se-ão os exames em cada um dos tres estabelecimentos, conforme a materia, perante uma commissão composta do director e dois professores, um dos quaes será, de preferencia, o que se tiver encarregado do respectivo ensino.

**Art. 65.** O exame de qualquer das materias constará de uma prova escripta, para a qual se darão duas horas, e de uma prova oral, que não poderá passar de meia hora,

Paragrapho unico. As provas escriptas de paleographia e epigraphia, archeologia e historia da arte, bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia e iconographia e cartographia terão o character de provas praticas de descripção e classificação de objectos pertencentes ás collecções dos estabelecimentos em que taes materias devem ser leccionadas.

**Art. 66.** A cada uma das provas, escriptas e oraes, que forem julgadas aproveitaveis será dado um valor, de um a cinco pontos, considerando-se aprovados na materia os alumnos que houverem obtido 12 pontos, no minimo, como somma das notas dos tres membros da commissão examinadora.

A concepção utópica de tal curso, vinculando três instituições que operavam no campo da preservação patrimonial não se consolidou. Observamos que os Relatórios do MHN, apresentados nos anos de 1922 a 1930 ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, justamente no primeiro período da gestão de Barroso no MHN, não há qualquer passagem que trate do tema. Conjecturamos que as diversas dificuldades provenientes da carência de espaço físico e condições estruturais de funcionamento do recém criado museu demandaram boa parte das diligências da direção e dos técnicos, tornando inexecutável a fundação desse curso técnico. A situação fica clara no Relatório de Atividades do MHN de 1923, onde aparece a justificativa para o não funcionamento do curso técnico imaginado, dada a falta de espaço, problema já aludido no relatório de 1922, ano de inauguração do museu. Notamos que nesse primeiro relatório existia, igualmente, um pedido “para criação do cargo de conservador do Museu, funcionário que ficaria encarregado de dirigir os serviços de limpeza e restauração dos objetos, com a responsabilidade direta de sua conservação” (MHN, 1923). Ivan Coelho de Sá, sobre o tema, arrebatava-se em palavras que exprimem um sentimento de reconhecimento pelo ideário barroseano de preocupação com a preservação da memória nacional:

Apesar deste primitivo curso não ter sido implantado, conceitualmente ele integraria as três áreas de patrimônio, preservação e documentação [...] A intenção de criar um Curso de Museus, ainda que ele fosse conjugado à Biblioteca e ao Arquivo, equivalia a um investimento na formação de técnicos de museus absolutamente insólita para a realidade brasileira da época, sobretudo se considerarmos a inexistência de uma tradição museológica. Somente no século XX, mais exatamente nas décadas de 20 e 30, os museus começaram a alcançar uma dimensão maior, com o desenvolvimento de ideologias de tendências nacionalistas, típicas do pensamento autoritário que começou a ser formulado na República Velha e que se acentuou no Estado Novo. Assim, num Brasil de oito décadas atrás, completamente infenso ao desenvolvimento de museus e de instituições culturais, descompassado com o contexto europeu e americano – sem recursos materiais, escolas e professores especializados –, investir na formação de profissionais de museus era uma atitude, no mínimo, visionária, exigindo uma dose cavalaresca de heroísmo – na verdade, uma fórmula mista de ousadia, determinação e idealismo quixotesco, até porque os pioneiros eram todos autodidatas no campo da Museologia (SÁ, 2007, p. 12).

O funcionamento do curso não se deu, também, devido às “leis dos adidos que mandavam aproveitar os funcionários em disponibilidade” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 466), que pode ter ocasionado a rejeição de professores, em virtude da discórdia quanto à criação do curso com a evidência de que ao assumirem a docência duplicariam suas atividades

de Bibliotecário-Chefe de seção com as atividades didáticas e pedagógicas, não tendo qualquer garantia, para tanto, de nenhum adicional de salário.

### **5.5 O Curso de Museus criado durante o afastamento de Gustavo Barroso**

O Curso de Museus tornou-se real em 1932, dois anos após a saída de Gustavo Barroso da direção do MHN. À época, foi conduzido à condição de diretor da instituição o historiador Rodolfo Garcia.

#### **DECRETO N. 21.129 – DE 7 DE MARÇO DE 1932<sup>70</sup>**

##### ***Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”***

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, resolve,

**Art. 1º** Criar no Museu Histórico Nacional um "Curso de Museus", destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição.

**Art. 2º** O curso, a que se refere o artigo, anterior, constará das disciplinas abaixo discriminadas, distribuídas por dois anos letivos, de acordo com a seriação seguinte,

1º ano, História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada ao Brasil.

2º ano, História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. Técnica de museus.

Parágrafo único. As matérias constantes da seriação anterior constituirão as quatro cadeiras seguintes,

- a) História do Brasil;
- b) Numismática e sigilografia;
- c) Arqueologia brasileira;
- d) Epigrafia, cronologia e técnica de museus.

**Art. 3º** O “Curso de Museus” funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional.

**Art. 4º** Os professores do “Curso de Museus” serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição.

**Art. 5º** Os programas de cada cadeira serão organizados bianualmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas.

**Art. 6º** A matrícula no “Curso de Museus” será efetuada na primeira quinzena de março, mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, em requerimento, dirigido ao diretor, os seguintes documentos:

a) certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores;

- b) atestado de identidade;
- c) atestado de sanidade;
- d) atestado de idoneidade moral.

Parágrafo único. Para inscrição no segundo ano do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matrícula e frequência, será exigido certificado de habilitação dos exames do primeiro ano.

---

<sup>70</sup> Texto original disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34576&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Último acesso em 01 de junho de 2013.

**Art. 7º** O ano letivo terá início a 15 de março e terminará a 30 de novembro, e, durante esse período, haverá, pelo menos, uma preleção semanal para cada disciplina, com a duração mínima de uma hora.

**Art. 8º** Encerrado o ano letivo, só serão admitidos a exames alunos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parágrafo único. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituída pelos professores do curso, sob a presidência do diretor. Observar-se-á no julgamento das provas o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

**Art. 9º** Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 6º, a funcionários dos museus localizados nos Estados da União, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento.

**Art. 10.** Ao aluno que concluir o “Curso de Museus” será conferido um certificado de habilitação, que será assinado pelo diretor e pelo secretário do Museu Histórico Nacional e no qual será mencionada a média final por ele obtida nos exames de todas as cadeiras do referido curso.

**Art. 11** Aos possuidores de certificado do “Curso de Museus”, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo Museu.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

**Getúlio Vargas.**  
Francisco Campos.

Às vésperas da Revolução de 1930, não apenas o MHN, mas todas as instituições da União atravessaram um momento de considerável insegurança, agravado por uma crise financeira e institucional que se anunciava com a disputa pelo poder político decorrente da eminente queda da Velha República. O discurso sedicioso de Getúlio Vargas punha em xeque o futuro do MHN como de muitas outras repartições, uma vez que bradava o juramento de abolir com tudo que referenciasse à memória da República Velha. Para o MHN essa situação ficou ainda mais delicada quando Gustavo Barroso foi afastado de sua direção, uma vez que havia fornecido adesão à candidatura de Júlio Prestes em oposição a Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Para o Museu Histórico Nacional, a Revolução de 1930 iniciou um momento de profunda incerteza, a instituição tinha sobrevivido aos ataques de membros do Congresso que, no início da década de 1920, qualificavam a criação de um museu permanente voltado para a história nacional como uma nova fonte de nepotismo e desperdício. Das duas salas originais, o circuito da instituição tinha crescido até chegar a respeitável punhado de galerias, nas quais estavam expostos alguns milhares de objetos relacionados à história brasileira. Tudo isso apesar do apoio dos governos Bernardes e Washington Luiz ser escasso e a visitação, naquela época, muito pequena. Mas, o futuro da repartição tornou-se muito mais incerto com as agitações de 1930. Sua situação, sempre um tanto precária, pareceu piorar quando o Governo Provisório recém-empossado baixou a demissão<sup>71</sup> do diretor do MHN, o jornalista e escritor

<sup>71</sup> Em nota de fim de texto, Williams tenta esclarecer melhor o episódio de afastamento de Gustavo Barroso da diretoria do Museu, considerando-o controversa. Diz: “Antônio Pimentel Winz atribuiu a demissão de Barroso ao fato de ele se ter manifestado em favor de Prestes. Em meados da década de 1930, Barroso alegou (em

Gustavo Dodt Barroso, como retribuição ao apoio que este dispensara à frustrada candidatura do paulista Júlio Prestes. Com a demissão de Barroso, o Museu perdeu não apenas seu fundador como também seu mais entusiasmado advogado (WILLIAMS, 1997, p. 142-143).

Vitorioso com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas, em lugar de Gustavo Barroso, colocou nas mãos do historiador Rodolfo Garcia Amorim a direção do MHN. O novo diretor realizou algumas exposições, e deu início em 1932 ao curso superior de Museologia.

Em 1932, temos um acontecimento bastante singular, a criação do Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional (MHN), uma iniciativa avançada se levarmos em conta o número exíguo de museus que existiam no país. Mesmo no Rio de Janeiro, então capital federal, este número era irrisório e o próprio MHN, que já despontava pela sua importância, contava apenas dez anos de existência (SÁ, 2012, p. 13).

Quando Barroso retornou ao comando do MHN e, conseqüentemente, assumiu a direção do Curso de Museus, Rodolfo Garcia Amorim saiu para assumir a direção da Biblioteca Nacional.

## 5.6 O professor Gustavo Barroso a partir do olhar de alguns alunos

No Decreto de N. 24.735 de 14 de julho de 1934, o Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, “aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional”. O Curso de Museus é contemplado no capítulo VI<sup>72</sup>:

### VI

#### *CURSO DE MUSEUS*

**Art. 55.** Manterá o Museu histórico um Curso destinado ao ensino das matérias que interessam aos seus objectivos culturaes (decreto 21. 129, de 7 de março de 1932).

**Art. 56.** O Curso constará das disciplinas dicriminadas, distribuidas por dois annos lectivos, de accôrdo com a seriação seguinte,

1º anno – Historia da Civilização Brasileira ( Período Colonial ), Numismatica (Parte geral), Historia da Arte Brasileira da Archcologia Brasileira.

2º anno – Historia da Civilização Brasileira (até a actualidade), Numismatica (Parte Brasileira) e Sigilographia. Technica de Museus, epigraphia e chronologia.

Paragrapho unico. As matérias constantes da seriação anterior constituirão as 5 cadeiras seguintes,

a) Historia da Civilização Brasileira;

b) Technica de Museus, epigraphia e chronologia;

---

declarações altamente suspeitas) ter se retirado de todas as atividades políticas desde 1918, exonerando-se de qualquer envolvimento da campanha presidencial de 1930. Barroso atribuiu sua demissão ao ódio pessoal de Francisco Campos, ministro de Educação entre 1930 e 1932, caracterizando Campos como manipulador das boas intenções de Vargas. Infelizmente, não se encontra documentação definitiva sobre os motivos da demissão (nem da recondução, em 1932) nos arquivos administrativos do MHN nem do Arquivo Gustavo Barroso que encontra-se no Arquivo Histórico do MHN” (1997, p. 180).

<sup>72</sup> Texto original disponível em,

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31712&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Último acesso em 01 de junho de 2013.

- c) Numismática e sigilographia;
- d) História da Arte Brasileira;
- e) Arqueologia Brasileira.

**Art. 57.** O Curso de Museus funcionará sob a direção e fiscalização do director do Museu Histórico Nacional.

**Art. 58.** Os professores do Curso de Museus serão designados por portaria do director geral dentro dos funcionarios da mesma repartição.

Parapho unico. Ao termo de dois annos de ensino effectivo da materia a seu cargo, poderá o professor do Curso de Museus, por proposta do director geral e portaria do ministro, ser effectivo como “professor do Museu Histórico Nacional”.

**Art. 59.** Os programmas de cada cadeira serão organizados biennialmente pelos respectivos professores e submettidos à approvação do director geral que, de accôrdo com elles, estabelecerá o horario das aulas no minimo de uma aula na semana para cada disciplina.

**Art. 60.** A matricula no Curso de Museu será effectuada durante todo o mez de março mediante pagamento de matricula e frequencia, devendo os candidatos á inscripção no primeiro anno apresentar os seguintes documentos,

- a) certificado de approvação nos exames da 5ª série do curso secundario prestados em estabelecimento official ou equiparado, ou diploma de formatura de qualquer escola superior, escola normal ou instituto de educação, instituto técnico, faculdade de letras, etc. ;
- b) attestado de identidade;
- c) attestado de idoneidade moral; do 1º anno.

Parapho unico. Para inscripção no 2º anno do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matricula e frequencia, será exigido certificado de habilitação dos exames

**Art. 61.** O anno lectivo terá inicio a 5 de abril e terminará a 30 de novembro e, durante esse período, haverá pelo menos tres provas parciaes, escriptas, de cada matéria.

**Art. 62.** Encerrado o anno lectivo, só serão adquiridos a exame os alumnos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parapho unico. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituida pelos professores do curso, sob a presidencia do director geral. Observar-se-á, no julgamento das provas, que serão escriptas, oraes e, quanto possivel, praticas, o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

**Art. 63.** Será facultada matricula, relevadas as exigencias do art. 60 e dispensadas as demais taxas previstas por este regulamento, a funcionarios de museus ou repartições similares federaes ou estaduaes que desejarem fazer o curso a titulo de aperfeiçoamento, bem assim aos guardas do Museu Histórico Nacional que a elle se candidatarem.

**Art. 64.** Ao alumno que concluir o curso de Museus será conferido um certificado de habilitação, que será assignado pelo director geral e pelo secretario do Museu Histórico Nacional, e no qual será mencionada a média final mediante exame de todas as cadeiras do referido curso.

**Art. 65.** Aos possuidores dos certificados do Curso de Museus será assegurado o direito de preferencia absoluta para o preenchimento do lugar de 3º official do Museu Histórico Nacional, observando-se nas propostas a ordem classificação.

Em seu artigo “Papel educativo do Museu Histórico Nacional”, breve resenha da publicação do ICOM de 1952 nomeada *Musées et Jeunesse*, a que nos referimos anteriormente, Nair de Moraes Carvalho registra oficialmente sua opinião acerca do trabalho desenvolvido pelo director do MHN no Curso de Museus. Dentre os vários escritos da autora nos anais do MHN, este nos chama a atenção pela defesa intransigente do legado de Gustavo Barroso, tanto na conservação do patrimônio histórico do Brasil, quanto na formação de profissionais para a

área da Museologia, com recursos esparsos, quase sem apoio governamental e sem adjutório de instituições internacionais.

Todos os meios atinentes à vida dinâmica do Museu têm sido nestes 30 anos abordados por sua direção, muitas vezes vencendo grandes obstáculos decorrentes das incompreensões e da carência de recursos materiais. Com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais em 1934, lançou o museu as bases do serviço de defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. Com a criação do Curso de Museus na mesma época, estabeleceu um foco de cultura e aprimoramento, de criação de especialistas, do qual saíram com seus diplomas de museologistas todos os atuais conservadores de museus oficiais do Brasil. Com as suas aulas, conferências e lições práticas, criou o estímulo pelos estudos de museologia, divulgou-os, preparou a compreensão do poder público para a criação da carreira de conservador. Com o estabelecimento da cadeira de Técnicas de Museus e publicação de livro didático sobre o assunto, alicerçou a doutrina, compendiou os princípios esparsos, estabeleceu os rumos teóricos e a aplicação prática dos estudos respectivos. Com a publicação dos “Anais” levou a todos aqueles que os leem e a todos os que se preocupam com essa ordem de idéias o resultado de pesquisas, de estudos e de observações dos seus técnicos. Com as bolsas de estudo distribuídas anualmente a funcionários de museus estaduais e municipais de vários Estados da República, estendeu a todo o país o benefício da sua expansão cultural e permitiu aos estabelecimentos distantes da capital do país disporem com o tempo de pessoal habilitado. Com o estágio dos diplomados pelo Curso de Museus nas diversas seções completam-se os estudos teóricos dos mesmos com a prática necessária. Com as excursões feitas anualmente a locais históricos e artísticos do país, nos quais os alunos do Curso de Museus recebem dos professores que os acompanham e do próprio diretor preleções e explicações adequadas, sendo obrigados, no regresso, a apresentarem relatórios sobre seus estudos e observações. Com a documentação fotográfica que a Direção do Museu Histórico vai anualmente fazendo nessas mesmas excursões, a qual, devidamente arquivada e classificada em fichários constitui uma documentação única no gênero no país e que já está prestando relevantes serviços aos estudiosos do nosso passado. Com a coleta de fotografias de famílias antigas e de aspectos já desaparecidos que completa essa documentação. Enfim com as aulas práticas dadas no Museu, em que são empregados dispositivos coloridos e em negro de assuntos ligados às cadeiras de História, de História da Arte, de Técnica de Museus e de Numismática, suas coleções são hoje não só abundantes como devidamente catalogadas.

Não há como negar, diante das exposições contidas no livro que acabamos de examinar, que, sem apoio no país ou em fundações internacionais, o Museu Histórico realizou tanto quanto pôde tudo aquilo que os modernos estudiosos preconizam. E isto deve ser motivo de júbilo para todos quantos fizeram carreira à sua sombra benéfica (CARVALHO, 1957, p. 28-30).

Em artigo denominado “A carreira de conservador” publicado como apêndice do volume VIII dos Anais do MHN, de 1957, mas datado de 24 de maio de 1954, em resposta e desagravo aos membros da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a revisão de níveis de vencimentos do funcionalismo civil da União, Gustavo Barroso questiona o papel conferido aos conservadores de museus por essa comissão, a partir da classificação desses profissionais diante de outros em recente instaurada tabela de vencimentos.

O seu discurso é em defesa da classe de conservadores, que considerara injustiçada por ter sido nivelada abaixo da classe de naturalistas, com vencimentos menores. Faz questão de frisar que não tem o interesse de inferiorizar os naturalistas, mas de valorizar os



conservadores, pois acreditava que a diretoria teria tomado atitude tão inadequada por desconhecimento das reais atribuições de um conservador de museus, uma vez que

As funções e objetivos são idênticos, se o último (naturalista) conserva e pesquisa o material etnográfico, zoológico, botânico ou geológico, o primeiro (conservador) conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico. Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho de outro? (BARROSO, 1957, p. 230).

Nesse documento, as argumentações de Gustavo Barroso expressam nitidamente o que entendia ser conservador de museus. As suas alegações são um libelo, “uma verdade sobre o assunto” (p. 230) Conservadoria de Museus, profissão que, no Brasil, ajudou a constituir e sobre a qual manteve grande influência, mesmo após a sua morte, a despeito das inovações pelas quais a carreira tem passado nas últimas décadas. Reclama de que há um rebaixamento para a função, feita deliberadamente ou não, por ignorância ou malícia, quando se conferem colocações de qualidades rebaixadas, como a guarda ou higiene de materiais e edifícios. O título de Conservador, para aqueles que labutam na seara museológica em todo o mundo, é carregado da mais alta simbologia, de irrefragável autoridade. Por conta disso, assinala Barroso, é que outras designações seriam rechaçadas por esses profissionais, isto é, não queriam ser denominados técnicos de museu ou museólogos ou mesmo museologistas, porque essas designações não seriam referências para os especialistas europeus e americanos: “em Portugal, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, não se usa sequer o título de Diretor de Museus, mas o Conservador” (BARROSO, 1957, p. 231).

Conservatório, instituição cultuada e ilustrada pelos conservadores é, também, um museu, “*um estabelecimento que visa propagar uma ciência ou uma arte e formar especialistas na mesma*”<sup>73</sup> (BARROSO, 1957, p. 231). Barroso cita homens reconhecidos pelo seu saber e por cargos que ocupam nas instituições educacionais e culturais brasileiras, como Pedro Calmon, Edgar Romero, Angyone Costa, como personalidades que se honram por ostentarem o título de Conservador. Ratifica que ele mesmo tinha muito orgulho de ser o “mais antigo Conservador de Museu do Brasil” (BARROSO, 1957, p. 231).

Diante do que aí está será possível de boa fé atribuir situação de inferioridade aos Conservadores de Museus? Mas, se isso não basta, passemos ao terreno objetivo e prático. Como se pode formar no Brasil um Conservador de Museus? Mediante o Curso de Museus. Para nêle se matricular, é necessário ter o curso clássico ou científico. Sua duração é de três anos, sendo dois de estudos gerais ou básicos e um de especialização, para museus de história e para museus de arte. Aprende-se nêle História do Brasil, Técnica de Museus, Numismática, Sigilografia, Etnografia, Arqueologia, História da Arte, Artes Menores, Arquitetura, Pintura e Gravura,

---

<sup>73</sup> Grifo de Gustavo Barroso.

escultura, Arte Indígena e Arte Popular. Êsse curso é considerado *superior*, possui mandato universitário e seu diploma é registrado na Diretoria de Ensino Superior. Como se recrutam os componentes do quadro de Conservadores do Ministério de Educação e Cultura? Entre diplomados pelo referido Curso e outras pessoas, mediante concurso, que, à exceção do último, sempre se realizou com defesa de tese (BARROSO, 1957, p. 233).

Vai buscar a origem do termo em dicionários e enciclopédias: servidor especialista, incumbido da guarda de determinados depósitos ou da defesa de alguns direitos; ou de manter e conservar um arquivo de instituição científica; enfim, é aquele que conserva, defende, salva, observa, guarda, mantém etc. Gustavo Barroso não tem a característica de ser modesto com as palavras na defesa daquilo em que acreditava e labutava. Como dicionarista, estudioso de várias línguas, inclusive o latim, podemos muito bem compreender essa sua especialidade na pormenorizada passagem do texto em que vai buscar a procedência do termo em língua latina e identifica o verbo transitivo *conservo*, *conservas*, *conservare*, no sentido de conservar, salvar, defender; o adjetivo *conservatus*, *conservata*, *conservatum*, fruto do particípio passado, tendo o significado de, entre outros, conservado, salvo, defendido; também o substantivo *conservator*, *conservatoris*, anunciando aquele que salva, conserva e mantém. Arremata afirmando:

Daí, na epigrafia latina, segundo se verifica no *Corpus Inscriptionum Latinorum*, ser Júpiter, o Deus Supremo, cognominado *Conservator*, isto é, o Salvador. Com a mesma acepção Cícero emprega a palavra. Como se vê, nenhuma origem mais nobre para todos quantos, com sua técnica, suas pesquisas, seus estudos, sua experiência e seu saber, se dedicam a guardar, conservar, defender, proteger, comentar e salvar, assim, da destruição, do descaso e do esquecimento as obras de arte e as relíquias do passado (BARROSO, 1957, p. 232).

### 5.6.1 Considerações sobre “memória”

Ferramenta essencial do laço social, a memória, seja individual ou coletiva, transformou-se, nos últimos anos, em um dos componentes principais de exame dos historiadores do tempo presente. A denominada “história social da memória” procura problematizar a memória por meio da sua inscrição na história. Muito além que um mero objeto da história, a memória constitui-se, dentro desse novo aspecto de análise, uma de suas “matrizes”. De acordo com Paul Ricoeur, conservar-se, em derradeira instância, a privilegiada guardiã do que “efetivamente ocorreu no tempo”. Afiançando o prosseguimento temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, coloca-se próxima da história pela sua “ambição de veracidade”. Atesta-se, enfim, uma associação indelével entre a memória e a história.

O deslocamento da concepção de Maurice Halbwachs, propensa a apartar as categorias história e memória, deve-se a mudanças tanto conjunturais (o “dever da memória” imposto aos atores históricos), quanto epistemológicas (a valorização da parte subjetiva na

objetivação histórica). Halbwachs denomina de “Memória Coletiva”, esquema inspirado em Durkheim, o processo pelo qual a reconstrução da imagem de um acontecimento do passado pode ser obtido pela lembrança e reforçado coletivamente por aqueles que nos acompanham. Para ele, “nunca estamos sós e nossas lembranças permanecem coletivas, lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos dos quais só nós vimos” (1990, p. 26). Porque nunca estamos sós, não é necessário que os outros se distingam materialmente de nós, visto que temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. Assim, a memória, além de ser realçada pelos outros, seria também pelos monumentos históricos, que poderiam ser tomados, compreendidos pela coletividade.

No entanto, Pollak critica essa abordagem durkheimiana que dá ênfase a uma força quase institucional da memória coletiva de Halbwachs, pois este não vê a imposição, dominação ou violência simbólica que a comunidade efetiva que gera essa memória o traz. É necessário, enfim, na crítica de Pollak, perguntar pela memória nos momentos de disputa, de choques simbólicos, até onde o coletivo poderia representar um conjunto de canalizações subjetivas sem a anulação de outras subjetividades, pois é nesse caso que a memória poderia significar violência simbólica, uma vez que homogeneizaria o diferente e o heterogêneo. Enquanto estabelece esse contraponto com as teses de Halbwachs, Pollak tematiza o conceito de memória subterrânea, pois aborda a possibilidade da disputa simbólica dos atos mnemônicos. Esse conceito de memória subterrânea seria desenvolvido a partir de uma rede familiar e de amizade que, clandestinamente, preservaria suas lembranças no silêncio e/ou no esquecimento. Ora, essa memória só pode ser colocada em disputa no momento em que os atos de fala são geradores de relações intersubjetivas, isto é, no momento da escuta. Pollak reafirma o caráter da memória subterrânea em disputa com a memória oficial, quando consegue emergir sobre a mesma.

Vasconcelos, movido pelo pensamento de Benjamin, afirma que:

nesse sentido, a memória é a capacidade épica por excelência, possibilitando determinados recortes temporais da tradição, acoplados aos feixes de instantes e de momentos históricos ricos em experiência que se congelam e se dissolvem na relação intersubjetiva de sujeitos que partilham o mesmo cotidiano e trocam suas histórias (2010, p. 107).

A lembrança, assim, institui a corrente da tradição que transmite o acontecimento por gerações.

Inspirando-se em Benjamin, na ideia de que a lembrança é a “musa épica em sentido lato” (1983, p. 87), que arregimenta as formas singulares do épico guiado por ela, inclusive o narrador, Boreli aponta uma cadeia de significados desenvolvidos pela narração, em que

experiências, memórias e culturas fundem-se num continuum de intersubjetividade, dadas a vastidão do tempo e a lentidão do ritmo que revelam a dimensão coletiva da reposição dos hábitos, dos costumes e da memória e, é pela voz do narrador, que o passado é restaurado no presente. Para Boreli, “a medida da temporalidade é o instante, onde o tempo não corre, mas jorra” (1992, p. 81).

Vale lembrar que a maior parte das concepções de memória que dialogam com as ideias de Benjamin o fazem por se relacionarem com a sua visão de resgate da noção de “experiência”, ou seja, resgatar uma concepção de história aberta e plural, essencialmente humana e humanizada.

Para Bergson há uma grande diferença entre o *Eu Profundo* e o *Eu Superficial*. O *Eu Superficial* é aparente e cristalizado, enquanto o *Eu Profundo* está em permanente mudança, mas necessita de uma atividade unificadora que é a memória. A memória se divide em *memória-hábito*, que repete as experiências (lembranças aprendidas), e *memória-recordação*, que são lembranças espontâneas que revivem o passado como se dele estivessem fazendo parte. Esse passado vivido como passado é que forma a *imagem-lembrança* que seria a verdadeira memória. Para Bergson o grande problema da memória é o esquecimento, no sentido de que o cérebro seleciona as lembranças recalcando aquelas que são desnecessárias ao momento presente.

Walter Benjamin diz que o mais importante para aquele que rememora não é o que viveu, mas o tecido de sua rememoração, que é fixado pelo presente. Bergson confirma essa assertiva quando diz que o presente parece absolutamente assentado e que incide sobre o passado. O corpo, colocado entre a matéria que influi sobre ele e a matéria sobre a qual ele influi, é um centro de ação, o lugar onde as impressões recebidas escolhem inteligentemente seu caminho para se transformarem em movimentos efetuados. Assim, o corpo representa o estado atual de seu devir.

Vale lembrar que as distorções da memória, devido aos esquecimentos, não invalidam as pesquisas que utilizam os recursos mnemônicos, do contrário, tais distorções podem ser também um recurso, e não um problema, tendo em vista que a veracidade dos depoimentos, dependendo dos seus objetivos, não deve ser a preocupação central do pesquisador. Nesse caso, é importante não absolutizar a informação advinda pelo processo mnemônico e, se possível, confrontar com outras fontes históricas, memoriais, inclusive. Isso porque as memórias são envolvidas por processos seletivos da história individual de quem lembra e, em alguns casos, pode ser avivada pelo grupo. Nosso entendimento aponta para que

esse confronto dos testemunhos com outras fontes soe como uma busca pela veracidade dos fatos, a fim de que, como já dissemos, crie a possibilidade da falseabilidade

De acordo com Bergson, se as lembranças desaparecem da memória onde estariam acumuladas, gerando o esquecimento, é porque houve alguma alteração ou destruição dos elementos anatômicos que as resguardavam. Assim, o cérebro, sendo também órgão de esquecimento, e a consciência sendo a memória que unifica o *Eu profundo*, quando se afrouxam os laços que o indivíduo contrai com a vida, pode o inconsciente aflorar gerando o sonho (no sono, ou, simbolicamente, nos sonhos coletivos). Segundo Boreli, “no sonho, poesia, evocação e devaneio, eclodem imagens lembranças” (1982, p. 88). Desta forma, nos sonhos, os esquecimentos podem se dissipar, aflorando na memória. Muitas vezes as lembranças que assim se apresentam são relatadas com maior precisão do que em outras situações. Bergson defende que para evocar o passado em forma de imagem é necessário a abstração da ação presente, é preciso valorizar o inútil, “é preciso querer sonhar” (1990, p. 63).

De acordo com Le Goff, Bergson considera central a noção de “imagem”, na encruzilhada da memória e da percepção. No termo de uma longa análise das deficiências da memória (amnésia da linguagem ou afasia) Bergson descobre, sob uma memória superficial, anônima, assimilável ao hábito, uma memória profunda, pessoal, “pura”, que não é analisável em termos de coisas, mas de “progresso”. Esta teoria que realça os laços da memória com o espírito, senão com a alma, tem uma grande influência na literatura, marcando o ciclo narrativo de Proust na obra **Em Busca do Tempo Perdido**.

Benjamin destaca que há uma íntima relação entre o conceito de Bergson de memória pura (memória recordação) com o conceito de Proust de “memória involuntária” (aquilo que não foi conscientemente vivenciado). Benjamin fascinou-se com o fato da narrativa de Proust na obra **Em Busca do Tempo Perdido**, quando em 80 páginas ele narra magnificamente o mergulho da madeleine no chá de tília e, ao ver o bolinho se dissipando, sentindo o cheiro que emanava da xícara e o sabor da composição gastronômica, suas lembranças afloraram, involuntariamente, acionadas pelos sentidos. Em toda *Recherche* de Proust os sentidos e a memória involuntária acompanham e proporcionam o despertar de suas lembranças. Em muitos momentos de nossa conversa com o entrevistado, sentimos essa memória involuntária aflorando quando tocava seus alfarrábios e revolia suas fotografias, lembrava de mais um detalhe, fazia uma referência a mais, acrescentava um novo assunto.

Segundo Benjamin, para quem “o acontecimento vivido é finito e o acontecimento lembrado é sem limites” (1994, p. 37), a obra de Proust reproduziria, sob suas condições sociais e históricas tanto de Proust quanto de Benjamin, a experiência bergsoniana de memória, uma

vez que onde existirem experiências restauradas, existirá inevitavelmente a conjunção entre passado individual e referências coletivas. É oportuno lembrar que, para Bergson, a perfeição é característica da lembrança espontânea, visto que qualquer coisa que o tempo a acrescenta lhe causará uma desnaturalização; a lembrança, enfim, conservará para a memória, seu lugar e sua data.

A partir dessas considerações, o grande desafio passa a ser a história fundada na realidade, sob pena inclusive de se burlar a história documental e oficial, tendo, o pesquisador em História, um recurso metodológico inigualável e importantíssimo que é o estudo da memória, por meio da narrativa daqueles que fizeram e fazem a história. Bosi, em **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (1994), um minudente trabalho sobre memórias de velhos, destaca que também a expressão memorial de idosos seria uma oportunidade imprescindível para reviver o tempo, as narrativas e os detalhes esquecidos pelas descrições oficiais.

Le Goff defende que a memória é um fenômeno individual e psicológico, ligando-se do mesmo modo à vida social. A memória se transforma em decorrência da presença ou da falta da escrita e é item da vigilância do Estado que, para preservar as circunscições de qualquer acontecimento do passado, cria distintos tipos de documento/monumento, faz escrever a História, acumular objetos. A apreensão da memória está diretamente ligada ao ambiente social e político, trata-se da obtenção de princípios de retórica e ainda da retenção de imagens e textos que falam do passado, enfim, de determinada maneira de apropriação do tempo. As direções contemporâneas da memória, estão, desta forma, intensamente atreladas a novos procedimentos de cálculo, de manipulação da informação, de utilização de máquinas e instrumentos, que adquirem ininterruptamente mais complexidade.

Conclusivamente, Le Goff afirma que a memória coletiva faz parte das grandes questões de todas as sociedades, principalmente a partir do século XX. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia. No entanto, a memória coletiva, além de ser uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.

São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória [...] A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2010, p. 470-471).

Resta-nos, entretanto, saber como se dá a articulação entre a história dos historiadores e a memória dos testemunhos, dado que suas respectivas aspirações – vigilância crítica e fidelidade ao passado – de certa forma mostram aparência antagônica. Em **A história, a memória, o esquecimento**, Paul Ricoeur diz que a defesa de uma memória “esclarecida pela historiografia” e a de uma história erudita sujeita a “reanimar uma memória declinante”, isto é, a procura própria de uma “política da justa memória”, estabelece um problema para a historiografia do presente.

Artifício de manipulações frequentes, de ordem política e/ou ideológica, a memória individual e coletiva passa, igualmente, a compor a seara do historiador. Com influxo psicanalítico e filosófico, o historiador do presente cumpre, nessa missão de resgate da memória, um papel de mediador, à imagem mesmo de um analista. Buscando ajustar os depoimentos memorialistas particulares a uma verossimilhança histórica, ele ordena uma reflexão a propósito da própria temporalidade. Diante dessas considerações, compete-lhe a empreitada da compreensão da relação do presente da memória de um acontecimento e do seu passado histórico, em função da percepção de um destino desse passado. Para Paul Ricoeur (2010), então, a labuta da história se dá em contínuo de uma projeção, do âmbito da economia das pulsões ao âmbito do trabalho intelectual dessa parelha tarefa que incide na lembrança e no esquecimento (SILVA, 2013a).

Optando pelas considerações de Paul Ricoeur em volta das complexas relações entre história e memória, entre preservação e esquecimento, nos propusemos entender o sentido desse trabalho, de lembrança e de esquecimento. Assim, nossa intenção é abordar, por um lado, os mecanismos das apropriações dos tempos históricos, por outro, os processos de construção e de transmissão de uma memória social da história do Curso de Museus do MHN, por meio das impressões de um ex-alunos. Utilizando-nos, particularmente, do objeto história do MHN, procuramos delinear a relação da memória com a história, ressaltando, através da rememoração individual de sujeito, dessa história, a construção de uma memória coletiva e considerações do presente histórico.

### **5.6.2 Diálogos: percepções de ex-alunos sobre o professor Gustavo Barroso**

Tivemos a oportunidade de entrevistar seis pessoas que foram alunas do Curso de Museus à época de Gustavo Barroso, duas que foram alunas um pouco mais de uma década depois e uma arquivista aposentada do MHN.

É unânime entre esses alunos que Gustavo Barroso era um professor destacado, grande conhecedor da Museologia e Conservadorismo, bem como de História, História do

Brasil e especialmente História Militar. Falaram dele com muito entusiasmo e realçaram sua inteligência, educação, fineza e amabilidade com os alunos, colegas do Museu, professores e com o público em geral.

Nair de Moraes Carvalho, a mais antiga das alunas (1935-1936), falou-nos logo de início sobre os motivos que a levaram ao Curso de Museus no MHN: “na Biblioteca Nacional funcionava o curso de Arquivo e de Biblioteca, mas não era de Museologia. Eu fiz a Biblioteconomia, mas não de museu. Agora eu – ouviu? – fazia Biblioteca, mas achava Biblioteca muito chata. É. E depois você como bibliotecária o trabalho é chato, porque você folheia o livro e não pode ler, porque o bibliotecário trabalha fichando, né? Então eu falando com a Celuta Gomes [formou-se em 1934 no Curso de Museus, mas seguiu carreira como bibliotecária da Biblioteca Nacional], que era minha amiga, eu digo ‘olha, Celuta, eu tô achando esse curso muito chato. Eu não gosto, que eu gosto de ler, pego o livro não posso ler’ [risos], aí ela disse ‘o que você gosta é o do museu, aí você vai comigo depois...’ – que ela estava no 2º ano do curso, o curso era em dois anos – ‘... aí você vai comigo e você vê se você gosta’. Aí quando, minha filha, eu assisti uma aula do Dr. Barroso, assisti uma aula do Menezes de Oliva, que também era um professor de História da Arte ótimo, assisti uma aula do Pedro Calmon, brilhante, assisti uma aula do Romero... Aí eu fiquei encantada. Eu digo ‘ai, meu Deus, o que é que eu posso fazer?’, eu queria me matricular. Aí fui pro Dr. Angyone, naquela época que ele era o secretário – não é? – e foi meu professor de Arqueologia. Aí eu fui no Dr. Angyone, naquela época – ouviu? – a inscrição era um ofício pra direção do curso superior, com o nome dos alunos matriculados. Primeiro ano, segundo ano. Aí fui, e falei com o Dr. Angyone, contei meu caso, que eu estava achando, e coisa, e eu queria me matricular. Ele disse ‘olha, você teve sorte, porque olha, o ofício tá pronto, e eu era pra ter mandado ontem, mas não mandei, então vou acrescentar, porque como você tá na Biblioteca Nacional você tem a documentação toda que nós exigimos. Então eu vou botar o seu nome aqui’ [risos]. Aí botou e me matriculou – isso eu fiquei devendo, depois fomos grandes amigos mesmo, e amiga da família toda dele – aí, ele me matriculou. Depois eu levei os documentos, porque se eu estava na Biblioteca e tinha sido apresentada pela Celuta, que era aluna de lá, aí pronto, me matriculei no curso”. (Informação verbal).<sup>74</sup>

No dia de nosso encontro já havíamos festejado seu 99º ano de vida – a entrevista foi feita dois dias após seu aniversário, ou seja, em 29 de junho de 2013 – e apresentando

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.



memória prodigiosa, nos relatou que o Dr. Barroso era um professor amigável e tinha a voz suave.<sup>75</sup>

D. Nair nos recebeu em seu apartamento em Copacabana, em um prédio antigo, desses que eram muito modernos na década de 1950, no qual ela mora desde a década citada. O local ainda estava cheio de amigos e familiares que vieram de outros estados para a comemoração de seu aniversário e ficaram para desfrutar do fim de semana na cidade do Rio de Janeiro. Ficamos em um cantinho da sala decorada com móveis coloniais e muitos bibelôs e então ela desatou a falar. Às vezes sua fala não reagia à rapidez de sua memória. Lembramos das reflexões de Baudelaire sobre a arte mnemônica ao referir-se sobre a memória dos grandes pintores. Para nós, D. Nair, que conviveu décadas com Gustavo Barroso, comportou-se como uma artista que traçou um quadro perpassado por lembranças que reclamavam justiça ao idealizador e diretor do Museu Histórico Nacional.

D. Nair nos concedeu longa entrevista, o que resultou em filmagem de mais de uma hora e quase trinta páginas de transcrição. Julgamos importante registrar que D. Nair jamais havia concedido entrevista: alega que não gosta de aparecer, que sempre ficou “nos bastidores”. Assim, passamos a manhã daquele sábado muito agradável com excelentes pessoas, muito solícitas às necessidades dela e cuidadosas para que nosso trabalho pudesse ser conduzido positivamente. Em seguida tivemos um almoço festivo e logo fomos olhar os presentes de seu aniversário. É muito enternecedor ver uma senhora de 99 anos exultante com os mimos que ganhou em seu aniversário. Quando saímos de sua casa, depois das treze horas, já havíamos planejado alguns detalhes dos festejos de seu centenário.

Voltando ao tema de nossa conversa, D. Nair nos disse que Gustavo Barroso permitia que os alunos fizessem muitas perguntas em sala de aula e fora dela, respondendo a todas; que seu gabinete ficava sempre aberto, com a porta aberta à visão de todos e, assim, atendia a todos os alunos e funcionários do Museu: “muitas vezes ele estava escrevendo, quando olhava assim [faz o gesto de quem levanta a cabeça quando chega alguém] tinha um. ‘O que é que você quer?’, ‘é isso aqui, aí ele respondia com toda calma, depois ele parava, depois do terceiro, quarto, que entrava na sala, ele aí dizia assim ‘Nair, como é que eu posso trabalhar assim? Toda hora chega um. Você deixa’. Eu digo [em tom de quem pede desculpas] ‘mas eu não posso fazer nada, porque eles já vão direto...’ Não é? A porta aberta, aí já vai direto. Quando

---

<sup>75</sup> Em 1934, quando D. Nair iniciou o Curso de Museus, as disciplinas e os professores eram, respectivamente: “Técnica de Museus, Dr. Gustavo Dodt Barroso; História do Brasil, Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; Arqueologia Brasileira, Dr. João Angyone Costa; Numismática, Dr. Edgard Romero; História da Arte, Dr. Menezes de Oliva (BRASIL, 1934b, p. 144).

ele via, estava perguntando a ele as coisas e ele respondia. Eram os funcionários também, que muitas vezes queriam ouvir o que ele dizia e que ele identificasse uma peça, aí levava pra ele, não é? Um prato brasonado. ‘Diretor, o que é?’, aí ele respondia. ‘O que é que eu posso fazer?’ Eu digo ‘eu que não posso fazer nada’ [risos]. Eu não podia, se a ordem era dele, sempre fazer assim. (Informação verbal).<sup>76</sup>

Nos chamou a atenção a afirmação de D. Nair de que Gustavo Barroso havia lecionado quatorze anos sem receber pelas aulas. Isso ocorria com todos os professores do Curso que, sendo funcionários do MHN ou do Arquivo Nacional ou da Biblioteca Nacional ou mesmo de outras instituições, lecionavam sem receber a mais por esse ofício. Sobre o assunto, disse: “ele lecionou 14 anos, ele, o Dr. Calmon, o Menezes de Oliva e o de Numismática, Edgard Romero, lecionaram 14 anos de graça. Depois, então, era proibido, pagava 50 reais [reais, porém a partir de 1942 passou a ser Cruzeiro] por aula. E ele então pegava os amigos dele, o Moraes, o Celso Kelly, que diziam que tinha se afundado no Nilo, porque não saía do rio Nilo, – ouviu? – e pediu logo dispensa porque 50 reais não dava nem pra pagar o táxi de ida e volta. Mas eles lecionaram – ouviu? – durante 14 anos de graça, depois então recebendo 50 reais por aula” (informação verbal)<sup>77</sup>.

No intuito de suprir a carência de material didático, Gustavo Barroso muito desenhava, “todas as aulas dele eram ilustradas com desenhos feitos por ele, no quadro negro”, disse. Desde cedo tinha facilidade no domínio dessa arte, o que podemos constatar em sua trilogia de memórias, notadamente no último volume, *Consulado da China* (Fortaleza, 2000), em que narra suas peripécias de juventude, quando discorre sobre os jornais que ilustrava e dos desenhos que fazia sob encomenda. No MHN, Dona Nair costumava guardar os desenhos que ele fazia nas provas orais, pois enquanto o aluno pensava para responder, ele ficava de cabeça baixa, desenhando. Depois descartava a maioria das gravuras, mas Dona Nair as recolhia da lixeira. Tinha também o hábito de sair da sala de aula para percorrer o Museu com os alunos, ou seja, fazendo uma aula multimodal, explorando o material disponível na instituição. Segundo D. Nair: “ele desenhava muito bem, e nas provas orais, porque o aluno ficava inibido – ouviu? – pra falar. Então ele ficava desenhando, e geralmente soldados, generais, que ele gostava, o sonho dele era ser militar; então como ele não conseguiu, ele só desenhava assim, os generais, os soldados, né? Ele ficava desenhando enquanto o aluno falava. E as aulas dele todas eram ilustradas, com desenhos, feitos por ele no quadro. Daí a estátua dele estar com... Naquela posição [imita a posição da estátua, com o braços para trás] porque quando ele terminava a aula

---

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

– ele usava sempre terno escuro – então, pra não sujar de giz, ele usava aquela posição da estátua” (informação verbal)<sup>78</sup>.

Florisvaldo dos Santos Trigueiros foi entrevistado em 25 de junho de 2013. Era uma terça-feira e, pela manhã, às nove horas, fomos recebidos por um senhor de mais de noventa anos em seu apartamento em uma tranquila rua do bairro de Botafogo. Quando fomos anunciados surgiu diante de nós um senhor empertigado, de baixa estatura, com os ralos cabelos totalmente brancos e um sorriso imenso nos lábios. O Sr. Trigueiros é daquelas pessoas que amam falar de seu trabalho, das pessoas com quem conviveu, da sua história de vida. Logo pensamos que sendo aquela a primeira entrevista de nossa jornada no Rio de Janeiro naquele junho de 2013, tivemos desmesurada sorte de tê-lo como entrevistado. O Sr. Trigueiros falou muito de seu mestre e amigo Gustavo Barroso, mas também sobre Museologia, política e História do Brasil. Ao final nos presenteou com dois livros de sua autoria e, vendo nosso interesse em outro livro seu já esgotado nas livrarias, tomou nota de nosso endereço e nos mandou cópia em menos de um mês depois. O Sr. Trigueiros é a gentileza em pessoa.

Sobre Gustavo Barroso, logo sentenciou que “era um grande professor”. Assegurou que foram suas aulas que ofereceram suporte, sustentabilidade, para que o Curso de Museus fosse considerado pelo poder público como curso superior. Trigueiros, quando recebeu o seu diploma, já foi beneficiado com essa “vantagem”, disse. Ressaltou que era “tudo trabalho dele, porque realmente os professores eram todos de primeira qualidade; ele, o professor de Numismática que me impressionaram. Nas aulas de Técnicas de Museus ele ia a fundo na técnica mesmo, nada de política ou outros temas. Era um grande professor” (Informação verbal)<sup>79</sup>.

Destacou sua amabilidade no trato com os alunos e com o público do MHN: “ele era amigável. Para você sentir como ele era uma pessoa digamos, fina, com uma educação social, em uma ocasião foi lá [MHN] um grupo de acadêmicos, não sei se era de Direito, queria falar com ele. E aí eu estava até na secretaria quando alguém, Ih! Tem um grupo que quer falar com ele! Fiquei com medo que alguém o agredisse, fiquei preocupado porque sempre gostei do Barroso. Quando o grupo chegou, um cara deve ter dito algum desaforo a ele, ele ouviu e disse, agora vamos olhar o Museu. E aí começou a mostrar o Museu. Era diplomático. Na hora de sair eu pensei, é agora que vão sentar o pau nele. Quando chegou lá embaixo, aí o chefe do grupo se dirigiu a ele e fez um discurso elogioso, depois se abraçaram e foram embora. Aí eu fui procurá-lo, não é? Como eu tinha uma amizade com ele, eu disse, daqui a pouco o sujeito lhe

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

dava até um beijo. Ele riu e disse que eram gente boa, que chegaram dizendo que eu [Gustavo Barroso] estava me servindo do Museu, então eu fui mostrar a eles que o Museu é que serve ao público e eles gostaram. Gustavo Barroso conquistou todo o grupo sem dizer uma palavra de ofensa. (Informação verbal)<sup>80</sup>.

Trigueiros ainda comentou sobre o grande interesse de Gustavo Barroso pela História Militar, o que fazia com que os alunos notassem sua preferência, embora não apresentasse nenhuma especialização, uma vez que era homem de largo saber, grande conhecimento. Disse: “quando ele falava de militarismo, ele sabia mais, porque ele foi o primeiro homem que deu valor aos militares. Isso porque ele estudava todo o sistema da História Militar. Eu acho que ele merecia uma homenagem qualquer das forças armadas, do Ministério da Defesa” (Informação verbal)<sup>81</sup>.

Ecylla Castanheira Brandão nos concedeu entrevista no dia 26 de junho de 2013. Na manhã daquela quarta-feira estivemos em seu apartamento numa bucólica rua do bairro de Laranjeiras. Fomos recebidos por uma senhora muito serena, de fala mansa e com um semblante de tranquilidade, mas que transparecia certa tensão. Logo nos mostrou a planilha do registro de doação dos livros de sua biblioteca recheada de volumes sobre arte e História da Arte. Nos presenteou com duas obras de Gustavo Barroso e nos explicou que estava distribuindo sua coleção porque já contava 87 anos e não queria deixar seu livros retidos em uma estante, afinal já estava com idade avançada e nunca se sabia o que iria acontecer. Discordamos dela e citamos D. Nair, de quem ela é amiga, e que no dia seguinte faria 99 anos. Conversamos animadamente sobre sua experiência no Curso de Museus e no MHN e combinamos de nos encontrar no aniversário de D. Nair, mas D. Ecylla não compareceu. D. Nair e outros amigos comentaram sua falta. As duas doaram ao Curso de Museologia da UNIRIO seus acervos pessoais, os quais fotografamos. Essa rica documentação é fonte fundamental desse trabalho.

D. Ecylla relatou ter sido aluna de Gustavo Barroso nas disciplinas História do Brasil (primeiro ano e segundo ano) e História Militar do Brasil no terceiro ano. Destacou que Gustavo Barroso era muito entusiasmado com História Militar, que era um professor extraordinário, um verdadeiro comunicador, tornando a aula prazerosa e contagiante. Como conseguiu uma bolsa para o Curso de Museus, supôs que não acompanharia o desenrolar do conteúdo, pois se sentia insegura quanto ao curso científico que havia completado. Por esse motivo procurou assistir outros cursos de História do Brasil para poder aproveitar melhor as aulas do professor Gustavo Barroso. Disse: “eu sentia falta de me aperfeiçoar, tanto que eu procurei fazer outros cursos de

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

História do Brasil. Eu fiz um curso com Jacobina Lacombe, Professor Lacombe, não o diretor do Museu Imperial, mas era o que era professor da Universidade aqui, e eu fiz um curso de História do Brasil porque eu vinha de um científico que não, né? Não tinha muito...” (Informação verbal).<sup>82</sup>

Muitos alunos, segundo Dona Ecylla, acompanhavam suas publicações semanais na revista *O Cruzeiro*, dado que Gustavo Barroso sempre comentava um fato histórico. A publicação na revista tornara-se mais uma fonte de consulta para o estudo de História. Como já vimos anteriormente, Dona Ecylla foi estagiária do MHN e depois nomeada Conservadora do Museu. Fez questão de destacar que quem conseguiu a bolsa e a nomeação junto a Gustavo Barroso foi D. Otávia Côrrea dos Santos Oliveira<sup>83</sup> que era professora do Curso de Museus e funcionária do MHN, tendo sido diretora interina do Museu.

A Sra. Célia de Almeida Seabra<sup>84</sup> falou conosco no dia 29 de junho de 2013. Na sua explanação sobre o professor apontou sua segurança ao ministrar suas aulas, pois era “conhecedor do que ele falava e amava aquilo que ele estava falando”. Sentia-se, segundo a entrevistada, que o conteúdo dele fazia parte da vida dele, do interesse dele, da sua filosofia. Era o que deixava transparecer, que “ele amava o país dele e a história que ele contava que era a História do Brasil, que era do interesse dele, além de ser administrador do próprio museu que ele ajudou a fundar e a construir. Então como professor ele era uma figura, uma figura do mestre... e que encantava a gente. Ele era também assim uma... uma figura do século! Aquelas figuras que são assim carismáticas. Então, para mim é o que tenho na imaginação dele. Além de passar o conteúdo, ele era uma importante figura. Uma figura assim, para nós, que nos encantava. Nós que éramos jovens naquela época, ele era encantador para nós, uma figura de homem encantador (Informação verbal)<sup>85</sup>.

No mesmo dia e na mesma ocasião conversamos com Julieta Pinto Sá Brito<sup>86</sup>. D. Julieta e D. Célia, a despeito de serem as mais novas alunas que entrevistamos, estão fisicamente mais fragilizadas e não tiveram a mesma desenvoltura que os demais entrevistados. D. Julieta salientou as excelentes palestras em que se configuravam suas aulas e de quanto era

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>83</sup> Mais adiante veremos outras alusões a D. Otávia, figura muito atuante na defesa do legado de Gustavo Barroso.

<sup>84</sup> Nascida em Portugal e naturalizada brasileira. Professora. Licenciatura em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Foi professora conferencista de *Comunicação Museológica*, no Curso de Museologia – MHN, 1970 (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 143).

<sup>85</sup> Entrevista concedida por Célia de Almeida Seabra em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>86</sup> Professora. Bolsista pelo Estado do Rio Grande do Sul. Museóloga da Divisão de Educação do MHN, 1970. Membro da equipe que organizou o Museu e Arquivo Histórico da Academia Nacional de Medicina e do Clube de Engenharia, 1976-79. Membro de várias diretorias da ABM nas décadas de 1970 e 1980, participou do processo de regulamentação da profissão de museólogo (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 143).

querido e admirado por seus alunos, “acho que nós todas gostávamos muito de suas aulas, pois cada aula encantava a gente. Ele transformava até a história, porque mesmo aqueles [assuntos, personagens históricos] que a gente achava ruim, se passavam pela mão dele, se tornava uma pessoa maravilhosa. Aconteceu comigo com D. Pedro I. Eu não gostava desse personagem e no fim das aulas dele eu já estava encantada com ele [D. Pedro I]” (Informação verbal)<sup>87</sup>.

A sua turma, a última em que Gustavo Barroso ministrou aulas, era composta por nove mulheres e apenas um homem, o que faz com que ela sempre se refira à turma como “nós, as meninas”. Então o único “menino” era Arnaldo Machado que também fez carreira como Conservador de museus. D. Julieta, em um tom divertido, lembrou que o Sr. Arnaldo Machado dizia a elas, as meninas, que sempre tagarelavam e ele calava, “até hoje eu tenho a boca fechada, mas tenho vontade de abrir a boca e dizer o que sinto, minhas queridas colegas, que nunca ouviram, mas certamente sentiram” (Informação verbal)<sup>88</sup>.

Outra aluna em que Gustavo Barroso caiu nas graças foi Neyla Toledo de Macedo<sup>89</sup>. Discorreu sobre as suas conferências, que deveriam ser apenas aulas, mas eram muito mais. Disse que nunca esqueceu a manchete de jornal que leu logo na manhã seguinte ao seu falecimento, “apaga-se no Rio o Sol do Ceará”. Seu discurso foi tocante, no sentido de um libelo em favor de um mestre: “bem, eu vou falar o que você já deve ter ouvido muito. Ele era realmente espetacular. Quando ele dava uma aula pra gente, se tinha uma aula depois, o outro professor que vinha em seguida, ele não tinha coragem de interromper, então a aula dele que deveria durar 50 minutos, muitas vezes passava de duas horas, porque eram verdadeiras conferências e quem vinha atrás não tinha coragem de bater na porta... um outro professor para interromper Gustavo Barroso... quem tinha coragem? Ninguém, entendeu? Então ele dava aquelas aulas maravilhosas e eu aprendi tanta coisa. Por exemplo, eu nunca me esqueci dele falando em capitâneas hereditárias, porque as capitâneas hereditárias que eu havia conhecido eram as de criança, de ginásio, de colégio, está entendendo? Ele falou coisas maravilhosas e eu ficava pensando, mas agora é que eu estou aprendendo a História do Brasil! Ele contou uma coisa que eu nunca tinha ouvido em colégio e olha que meus colégios eram bons, entendeu? Ele contou lá que quando saía... Portugal saía para as navegações... eu imaginava uma coisa maravilhosa, eu era criança e achava uma coisa lindíssima, mas não era! Então ele dizia que eles se vestiam de luto, de preto, porque era assim uma aventura, que aqueles marinheiros, aquelas pessoas, iam para coisas desconhecidas, por mares desconhecidos, então eles se vestiam

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Julieta Pinto Sá Brito em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>88</sup> Entrevista concedida por Julieta Pinto Sá Brito em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>89</sup> Funcionária pública. Foi bolsista pelo Estado do Espírito Santo (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 144).

de luto quando saiam. Eu nunca tinha ouvido isso, aprendi com Gustavo Barroso. Realmente era uma pessoa fascinante. Ele já estava... ele morreu naquele ano, 1959, e eu nunca esqueci dessa frase que eu li no jornal, ‘apaga-se no Rio o sol do Ceará’. Nunca esqueci essa frase. Realmente ele passava isso para gente, está entendendo? Então eram muito bonitas essas aulas dele. Como eu disse, eu aprendi muito de história, mais um pouquinho, justamente com as aulas dele. Nós tivemos o privilégio de sermos alunas dele, mas quando nós formamos ele já havia falecido” (Informação verbal)<sup>90</sup>.

A Sra. Auta Rojas Barreto<sup>91</sup> compartilha do encanto pelo professor Gustavo Barroso, comum aos outros entrevistados: “ele contava história, ele discorria sobre a História. Eram verdadeiras aulas encantadoras, pois ele era uma pessoa encantadora. Na realidade nós estudamos em livros que foram escritos por ele, até de Museologia. O livro de Museologia que nós usamos foram livros escritos por ele ou organizados por ele. O curso todo era organizado por ele. E ele era uma pessoa assim... de uma presença muito forte! Ele conseguia nos contar a História do Brasil sob uma ótica que era dele em que os personagens iam mudando de figura. A gente ficava, inclusive, apaixonada pelos personagens históricos. Era apaixonante, ele nos contagiava muito com o amor dele pela história” (Informação verbal).<sup>92</sup>

Na tarde de 29 de junho de 2013, em seu antigo e artisticamente decorado apartamento, no Cosme Velho, na subida para o Corcovado, tivemos a oportunidade de conversar com algumas alunas, como D. Célia e D. Julieta, referidas anteriormente e outras que nos reportaremos posteriormente. Foi uma tarde agradabilíssima, onde foram servidos chás, cafés e guloseimas e um princípio de noite maravilhoso, belíssimo, encerrado com a contemplação, à varanda, do Cristo Redentor que, ao cair da noite de céu limpo, brilhava altivo com as luzes

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Neyla Toledo de Macedo em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>91</sup> Após o casamento, Auta Rojas Barreto Phebo. Bolsista pelo Estado do Ceará. Mestrado Executivo em Inovação e Inteligência Empresarial – Programa de Gestão Estratégica do Conhecimento CRIE/COPPE/UFRJ, 1998-99. Na década de 70 foi professora de *Museologia e Filatelia* no Curso de Museus – MHN, 1969-70 e 1973. Chefe da Divisão de Planejamento – MHN, 1969-70. Projetou e organizou o Museu da Academia Nacional de Medicina – RJ, 1970. Reorganizou o Museu, a Biblioteca e o Arquivo da Academia Nacional de Medicina, 1976-77. Chefe da Assessoria Filatélica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, 1971-74. Planejou e organizou o Museu do Clube de Engenharia – RJ, 1978-79. Participou de várias diretorias da ABM nas décadas de 1970 e 1980, engajando-se à luta pela regulamentação da profissão. Foi consultora da UNESCO, do Banco Mundial, do Banco Interamericano, do PNUD e da OEA em projetos de informação tecnológica e empresarial de âmbito internacional. Foi responsável pelo projeto de reorganização e automação do Departamento de Documentação e Pesquisa Editorial – DEDOC e da Memória Técnica e Histórica da Editora Abril. Responsável pelo planejamento, reunião de acervo e implantação de Memorial da Pediatria Brasileira. Conferencista no Curso MBKM – Mestrado Executivo em Inovação e Inteligência Empresarial – CRIE/COPPE/UFRJ e no Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica do Conhecimento e Inteligência Empresarial, na PUC-PR, na Petrobrás e no SERPRO. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2000-02 e do SENAC-SP, 2000. Consultora em Informação Estratégica há quinze anos. Fundou e dirige a *Collecta – Processo, Produto e Coleta de Dados Ltda*, supervisionando os projetos de consultoria desenvolvidos por cada empresa. Co-autora e responsável pela obra *Gestão de Unidades de Informação*, editada pelo IBICT-TECPAR (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 142-143).

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

reluzentes aos seus pés. As entrevistas foram se sucedendo, sempre surgindo novas lembranças que aos poucos agregavam informações quase esquecidas e despertavam novos temas. Mal nos demos conta do passar do tempo. Ao final tínhamos um material precioso sobre o que pesquisamos.

Sobre o tema do ensino de História no Curso de Museus do MHN e o próprio funcionamento da instituição, D. Auta quis demarcar duas visões de história bem distintas e disse-nos, “como você está querendo fazer um trabalho sobre Gustavo Barroso e também sobre a Museologia, eu acho que é importante você ter essas visões” (Informação verbal).<sup>93</sup> Concordamos com D. Auta da importância de se retomar essa discussão, dado que o MHN e o Curso de Museus passaram por muitos anos de orfandade com a morte de seu fundador, o que corrobora sua autoridade sobre o tema da Museologia no Brasil. Abriu-se uma lacuna aparentemente intransponível e mais de uma década se passou para que algo de novo fosse feito no MHN e no Curso de Museus.

Vejamos o que D. Auta relatou sobre essas duas visões. A concepção de seu professor Gustavo Barroso, que era a visão do tempo dele, não anacrônica, absolutamente, ressaltou, era o jeito dele ver a História em seu tempo. Lembrou que não estava fazendo uma crítica ou um elogio, mas contava uma questão ou uma história factual. Outra história factual, sem adjetivos, é que viu surgir no Curso de Museus quando Leo Fonseca e Silva<sup>94</sup> assumiu a

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>94</sup> Nascido em São Leopoldo – RS, a 16-06-1927 e falecido no Rio de Janeiro a 27-12-1997. A partir de 1942, fixou residência no Rio de Janeiro. Casou-se com Marília Guimarães Silva (Fonseca e Silva), aluna do Curso de Museus em 1947. Oficial da Marinha, economista e professor. Contador pela Academia do Comércio do Rio de Janeiro, 1946. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, 1952. Bacharelado, 1956, e Licenciatura, 1957, em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da PUC-RJ (1º colocado no vestibular). Encarregado da Divisão de Intendência do Contratorpedeiro Beberibe, 1949-51. Encarregado da Divisão de Intendência do Destacamento dos Cruzadores embarcado no navio auxiliar Duque de Caxias, 1951. Encarregado da Divisão de Pagamento de Pessoal do Cruzador Barroso, 1952-53. Encarregado do Serviço de Subsistência Social da Marinha – Base Naval de Salvador, 1953-54. Encarregado do Serviço de Reembolsável de Gasolina e Acessórios – Diretoria de Intendência da Marinha, 1955-56. Curso de Atualização para Oficiais Intendentes da Diretoria do Pessoal da Marinha, 1956. Encarregado do Serviço de Reembolsável de Gasolina e Ajudante do Depósito de Fardamento do Rio de Janeiro – DpFRJ, 1962. Encarregado da Divisão de Abastecimento da Diretoria do Pessoal da Marinha, 1962-63. Chefe do Departamento de Intendência do Cruzador Tamandaré, 1963-64. Inspetor da Intendência da Inspetoria Geral da Marinha, 1964. Vice-diretor do Serviço de Reembolsáveis da Marinha – SEM, 1965-67. Curso Básico de Serviços para Intendentes da Escola de Guerra Naval, 1966. Chefe do Departamento Financeiro do Serviço de Reembolsável da Marinha, 1966. Vice-Diretor do Centro de Controle de Estoque de Material da Marinha – CCEM, 1967. Professor de *História Naval e Militar* da Escola Naval, 1969. Membro da Comissão de instalação do Museu da Escola Naval, 1957-61. Organizador do Museu da Escola Naval, 1962. Diretor do MHN, 1967-70. Autor da Minuta de Anteprojeto da regulamentação da profissão de museólogo, 1968. Idealizador e pioneiro das Associações de Amigos de Museus, foi Vice-Presidente e Presidente e Presidente da Sociedade de Desenvolvimento do MHN, 1968-69. Incentivador da criação do Museu do Folclore. Professor conferencista de *História da Civilização* do Curso de Museus – MHN, 1970. Entrou para a Reserva da Marinha como capitão de Fragata, 1971. Professor da Coordenação do Ciclo Básico do Centro Técnico-Científico da PUC-RJ. Colaborou na organização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956, e do V Congresso Nacional de Museus – Petrópolis, 1970. Redator e secretário do Boletim do Clube Naval, 1960-61. Por volta de 1949, juntamente com Alexandre Matos de Souza e Melo,



direção do MHN, de 1967 a 1970, o que considerou um marco transitório, uma renovação, da maneira de lidar com a Museologia de Gustavo Barroso, que se perpetuou durante mais de uma década após seu falecimento, quando as coisas foram deixadas como eram e só encontraram uma renovação com a administração de Leo Fonseca e Silva. Este teria trazido uma nova maneira de administrar o Museu e causado importantes influências naqueles que então ocupavam as cadeiras de História do Brasil, História Militar e História Naval.

Em sua narrativa, D. Auta lembra das muitas dificuldades que enfrentaram aqueles que queriam mudar diante daqueles que queriam preservar o estilo barroseano de administração e ensino no MHN. “Esse momento de transição nós tivemos a felicidade de viver, não é?” – proferiu, dirigindo-se às amigas Eliane Vasconcellos<sup>95</sup> e Tânia Aduor<sup>96</sup>, que confirmaram com a cabeça: “foi uma grande dificuldade, inclusive o que teve também de muito importante no Leo foi contar a história sem adjetivos, que é uma coisa muito importante para o historiador, não é? Porque a Guerra do Paraguai era tratada assim, bandeira tomada pelos bravos soldados brasileiros da tropa do tirano Solano Lopez; quer dizer, o Solano Lopes era tirano e os soldados

---

traduziu o livro, *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*, de R. de Belot. Sócio benemérito, 1967, e Presidente da terceira Diretoria da ABM, 1970-73. Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1969. Benemérito do Grupo Rio Antigo de Capoeira, 1970. Recebeu do Governador do Estado da Guanabara, a Medalha Sylvio Romero, 1970, e da Assembleia Legislativa, o título de Cidadão do Estado da Guanabara, 1972. Homenagem póstuma da Escola de Museologia – UNIRIO, Dirigentes do Curso de Museologia, no Dia Internacional de Museus, 18-05-2006 (SÁ E SIQUEIRA, 2007, p. 154).

<sup>95</sup> Após o casamento, Eliane Vasconcellos Leitão. Nome literário, Eliane Vasconcellos. Graduiu-se na Seção de Museus Artísticos, 1973; reingressou em 1975, na Seção de Museus Históricos, mas trancou matrícula neste mesmo ano. Graduiu-se em Língua Portuguesa – Literatura, pela USU, 1970-74. Mestrado em Letras pela PUC-RJ, 1976-79, com a dissertação *Sexo e Linguagem*, publicada em 1981, no Brasil, *A Mulher na Língua do Povo*, e na França, *La Femme Dans la Langue du People au Brésil*. Doutorado em Literatura Brasileira pela UFRJ, 1985-90, com a tese *Entre a Agulha e a Caneta, Uma Leitura da Obra de Lima Barreto*. Em 1978, ingressou como Pesquisadora na FCRB, dirigindo, desde 1994, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira desta Fundação. Tem participado de vários projetos de pesquisa na área da Literatura, *Resgate, Mulher e Literatura*, desde 1978; *Para Melhor Conhecer Pedro Nava*, 1995-97; *Os Dois Mundos de Hélio de Pelegrino*, 1997-99; *Da Exclusão à Revisão, Escritoras Brasileiras do Século XIX*, 1997-99; *Reorganização Espacial do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira*, 2001-02; *Drummond Centenário*, 2001-03; *De Melindrosas, Feministas e Bas-bleus, A Literatura da Belle-époque aos anos 20*, desde 2004; *O Arquivo de Cruz e Souza*, 2005-06; *Drummond, Sua Produção na Imprensa*, desde 2006. Desde 2005, é membro da Comissão encarregada de elaborar as normas editoriais da FCRB. Desde 2003, coordena o Projeto de Pesquisa *O Arquivo Pessoal desvenda Antonio Carlos Jobim*, do Instituto Antônio Carlos Jobim. Professora titular do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CESJF, desde 1998. Professora visitante de *Literatura Brasileira* na Université Paris III – Sorbonne Nouvelle, 2004; Université Paris X – Nanterre, 2005; Université Charles de Gaulle – Lille 3, 2006. Publicou inúmeros artigos em periódicos científicos na área de Literatura Brasileira e organizou a edição de vários livros. Dentre os livros que publicou, destacam-se, *A Mulher na Língua do Povo*, 1981; *A Mulher na Língua do Povo*, 1988; *La Femme Dans la Langue du People au Brésil*, 1994; *Entre a Agulha e a Caneta, A Mulher na Obra de Lima Barreto*, 1999. Especialista em arquivos literários, organizou e publicou os inventários dos arquivos de Clarice Lispector, Pedro Nava e Vinícius de Moraes, entre outros. Dedicou-se também ao estudo da relação mulher literatura, tendo publicado vários artigos sobre o assunto e uma seleção de crônicas de Carmem Dolores. Participou da obra *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, publicada pela Editora Mulheres. Recebeu as distinções, Medalha Comemorativa de Rui Barbosa, da FCRB, 1996; Medalha do Centenário Cruz e Sousa, da Comissão Estadual do Centenário de Morte de Cruz e Sousa – Governo do Estado de Santa Catarina, 1998; Diploma de Alto Mérito Sociocultural, da União Brasileira de Escritores, 2002 (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 217-218).

<sup>96</sup> Graduiu-se na Seção de Museus Artísticos (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 202).

brasileiros eram bravos. Quer dizer, então, isso foi uma coisa complicada... Uma das primeiras coisas que o Leo quis fazer foi tirar os adjetivos da história e contar, sobretudo a Guerra do Paraguai, de uma forma factual, as tropas invadiram, os outros vieram, fulano ganhou, fulano perdeu, aí recuou, o Brasil recuou, a retirada da Laguna, depois veio... quer dizer, isso tudo toma uma grande mudança sob o ponto de vista de história, o que eu acho muito importante. E, inclusive, o Leo fez questão que nós procurássemos o pessoal da embaixada do Paraguai para entender como eles viam essa história da época da Guerra, para poder apresentar de uma forma que fosse correta, exata, mas que não fosse tendenciosa e quis fazer também... nós chegamos a fazer uma pré-estreia da reinauguração do Museu só para a embaixada paraguaia. Quer dizer que na realidade isso antecipou a facilidade para depois se construir Itaipu. Isso foi entre 1968 e 1969” (Informação verbal)<sup>97</sup>.

A entrevistada fez questão de enfatizar o quanto achou significativo o fato de Pedro Calmon defender publicamente, em artigo de jornal, o legado barroseano no MHN. “Eu até tenho guardado um editorial do Jornal do Brasil escrito pelo Pedro Calmon, presidente do Instituto Geográfico, criticando todo o trabalho que estava se fazendo de tirar os adjetivos da História” (Informação verbal).<sup>98</sup> Pontuou que era uma outra escola, a qual o Gustavo Barroso pertencia e também Pedro Calmon, pois tinham uma visão da História e o Leo entrou com uma outra visão e isso influenciou o Museu Histórico Nacional, de forma que o MHN “que existe hoje foi uma concepção do Leo: o que estava falando sobre a Museologia é que como ele criou o Museu Histórico, organizou o museu, escreveu os livros textos que nós tivemos que estudar... ele é uma figura muito importante na museologia, mas como nós fomos contemporâneas de uma outra personagem que acabou sendo diretor do Museu Histórico também, o Leo Fonseca e Silva, eu acho que a gente... para mim ficou muito evidente que a museologia teve dois grandes nomes, o Gustavo Barroso que criou e dirigiu o museu e o Leo que transformou o Museu Histórico realmente em um passeio pela História do Brasil. E foi uma tarefa muito árdua, muito difícil, acredito que do Gustavo Barroso de criar tudo que ele criou, reunir todo aquele acervo, organizar aquilo tudo, mas também do Leo, de tornar o acervo como parte da História do Brasil e contando a História do Brasil. Nós tivemos que trabalhar junto com o Leo organizando todo o circuito histórico que começava com os primórdios do descobrimento e terminava na Proclamação da República. E transformar aquelas salas que tinham porcelanas, mobiliário, numismática em um passeio pela História foi um trabalho extremamente interessante que nós três aqui trabalhamos muito juntas nisso (Auta, Eliane e Tânia). Eu

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>98</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

pessoalmente fui coordenadora da área de planejamento dessa reforma toda do Museu Histórico e foi muito difícil porque as pessoas que estavam lá que eram as que hoje são a velha, velha guarda da museologia são pessoas difíceis. A Dona Otávia que foi durante anos uma espécie de guardiã do acervo, foi uma pessoa que dificultou muito a gente fazer esse trabalho. Muito mesmo, porque nada podia ser mexido, nada podia ser tocado. As pessoas que eram mais abertas nessa época eram a Dona Jenny Dreyfus, o Clóvis Bornay, pois o Clóvis foi um personagem importantíssimo também nessa virada do Museu de ser realmente um circuito histórico que contasse a História do Brasil e o Leo, que não só foi diretor do Museu, como também da faculdade, também impulsionou muito a museologia a partir daquele momento. Como o Leo morreu cedo, eu acho que ele foi pouco valorizado, pois hoje em dia quase não se fala nele e ele foi uma pessoa realmente muito importante” (Informação verbal)<sup>99</sup>.

Nessa fala de D. Auta observamos que seu entendimento de Modernidade, explicado minuciosamente pela entrevistada, resume-se à mudança da disposição de objetos seguindo uma linha cronológica, ou seja, uma disposição de objetos da História do Brasil desde o descobrimento até à República. Essa foi a disposição inaugurada por Leo Fonseca e Silva. A disposição feita por Gustavo Barroso, que teve continuidade depois de sua morte, como já nos referimos, era temática. Apesar de ser uma inovação, se o professor de História se abster de adjetivos, preferindo uma história factual, narradora de fatos cronologicamente ocorrido, ele estaria imprimindo uma grande transformação? Quando citamos essa ideia e fizemos essa pergunta, fomos indagados de que moderno estávamos falando, então explicamos que é o contrário de antigo. É o modelo weberiano de pensar a Modernidade. Não é a Modernidade no sentido do século XVI, XVII. Não é essa. A Modernidade de que falamos é o moderno diferente do que não existia ou do que era antigo, ou seja, antes os museus do Brasil eram apenas museus naturais, não havia um museu histórico. Então o primeiro museu histórico inaugura um projeto moderno para a Museologia no Brasil, dado que antes os museus se resumiam a depósitos de peças naturais e a algumas salas de instituições governamentais que abrigavam tesouros de sua história. Além disso, citamos a criação do Curso de Museus já pensado no decreto de criação do MHN, bem como seu trabalho com a Inspetoria. Essas ações, lideradas por Gustavo Barroso desde 1911, em campanha de publicações em jornais defendendo um museu histórico para o Brasil não seria um exemplo de uma ação de modernidade, indagamos.

Não tentamos convencer D. Auta de nosso entendimento sobre o tema, pelo contrário, acatamos sua argumentação em defesa do papel de Leo Fonseca e Silva. Em nossa

---

<sup>99</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

opinião, D. Auta e suas colegas de turma confundiram modernidade com modernização: “isso aí que eu discuto um pouco [modernidade na concepção apresentada nesse trabalho] porque eu acho que moderno foi o Leo. Sabe, eu acho que o Gustavo Barroso teve um papel muito importante, da criação da faculdade, da escola, a criação do Museu Histórico, a obtenção da coleção toda preciosa que tem no Museu, mas isso eu não acho que seja a moderna museologia. Eu acho que coube ao Gustavo Barroso a criação da museologia, aí tudo bem, mas não moderna. Eu acho que a museologia se modernizou com o Leo. Ele (Gustavo Barroso) criou o Curso de Museus, criou o Museu Histórico, reuniu as coleções, um mérito enorme! Sem ele nada teria sido feito, mas eu acho que ele foi o fundador da museologia, eu não botaria o adjetivo do moderno. Ele foi o fundador da museologia no Brasil. O que tínhamos era o da Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional. Tiveram várias expedições de biólogos, botânicos, de historiadores ao Brasil, estrangeiros aqui no Brasil. E tinha até uma comissão nacional de expedições. Todo esse acervo está no museu de astronomia. Mas sim, exclusivamente histórico. Também você vê que toda paróquia, toda cúria, também tinha museus históricos da Igreja, não é? Nas igrejas tinham muitos museus históricos, de arte sacra, essas coisas, quer dizer, era arte mas era também um pouco de história. Mas eu acho que o Gustavo Barroso é sem dúvida o grande fundador da museologia no Brasil. Agora eu não diria que a moderna, eu diria que para ser moderna tem que ser uma coisa que chegue até hoje. Quer dizer, a maneira de ser museu como hoje, você toca, você pega, você entra e aprende alguma coisa. Da maneira como era o Museu Histórico na época do Gustavo Barroso estava tudo guardado, bem guardado, a sete chaves, mas você olhava aquilo tudo e não aprendia nada se você não fosse estudioso, não fosse pegar cada objeto daquele. Você não tinha como apreender alguma coisa só olhando!” (Informação verbal).<sup>100</sup>

Mesmo reconhecendo que Gustavo Barroso é fundador da Museologia, D. Auta não aceita o adjetivo de moderno. Como exemplo cita os museus das cúrias, que tratavam de arte, História da Arte. Enfim, confunde História com um domínio da História, de acordo com D’Assunção Barros (2005), e igualmente embarça moderno com o que é contemporâneo, ou seja, não aceita que o fato de Gustavo Barroso ter fundado um museu exclusivamente histórico em um país em que não havia tal instituição, configura-se em um ato de modernidade, no sentido do novo, do nunca ocorrido, de ser o precursor. Perguntamos à entrevistada o que veríamos no MHN se levássemos nossos alunos para uma visita, ao que respondeu, “o Pátio dos Canhões, a Sala de Numismática – que era bem montada, mas era moeda, moeda, moeda, moeda, moeda... – e a Pinacoteca e também as carruagens” (Informação verbal).<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>101</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

Não duvida das ações precursoras de Gustavo Barroso, mas questiona suas atitudes, seu modelo de exercício da direção do MHN, “o problema é que ele não só, num determinado momento, não abriu mais o Museu para se contar realmente mais a História... era uma coisa muito assim, muitas salas fechadas, num sentido de um cofre forte. O Museu era um cofre forte, entendeu? Com Leo Fonseca e Silva as coisas mudaram” (Informação verbal).<sup>102</sup>

Entrando no debate, Tânia Aduor inferiu, “uma coisa que vale ressaltar é que eles gerenciaram o MHN em momentos totalmente diferentes, Gustavo Barroso de 1922 até 1959 e o Leo foi em plena ditadura militar” (Informação verbal).<sup>103</sup>

Eliane Vasconcellos, complementando o pronunciamento de D. Auta, indica um fato que considera importante, “é que até a minha turma que veio bem depois, se formou em 1973, os livros, mesmo tendo toda uma bibliografia complementar, mas ainda o livro base de Museologia era de Gustavo Barroso”. Prossegue afirmando que nosso debate acabou corroborando a nossa ideia de moderno, pois apesar de já existir o Museu da Quinta da Boa Vista – lembramos que esse museu é histórico natural – e outros, ele veio [Gustavo Barroso] dar uma estrutura pedagógica, desse processo pedagógico, no momento em que ele consolida os estudos de Museografia e de Museologia<sup>104</sup>. D. Auta quase grita, “a base sólida foi Barroso que fez. Nós estamos bagunçando a sua cabeça!” [Gargalhadas].

D. Tânia Atuor interrompe os risos e afirma que mesmo não tendo sido aluna de Gustavo Barroso, mas do professor Leo e de D. Auta, bem como trabalhado no Museu Histórico Nacional na gestão do professor Leo e ainda hoje trabalhar no campo da Museologia, não sentiu nenhum impacto nessa transição, “porque todos os livros que estudamos, todas as aulas, tinham como suporte os livros do professor Gustavo Barroso. Em *Introdução à Museologia*, a gente sempre era lembrada da importância do professor Gustavo nas nossas vidas, não é? Porque ele foi o grande fundador da Museologia, mas eu acho que o grande revolucionário foi realmente o professor Leo. O professor Leo nunca produziu nenhum livro sobre Museologia, daí que nós sempre estudamos pelos livros do professor Gustavo, que foi o suporte até muitas décadas depois de seu falecimento. Na verdade ainda é, pois há disciplinas no Curso de Museologia da

---

<sup>102</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Tânia Atuor em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>104</sup> Parece-me que nesse sentido aí você poderia falar em modernidade. Um (Gustavo Barroso) faz a parte de consolidação de toda essa história, da metodologia, de como conseguir, de como chegar lá, e o outro (Leo) dá o uso, o uso, essa coisa mais moderna que é contar através do objeto, que é contar a história através do objeto, que foi o que o Leo fez. Me parece que esse rio aí, com essas duas margens, não tem como acentuar a importância de uma entre as duas, mas de cada um. Lógico que ele (Gustavo Barroso), como era num momento de implantação, precisava de alguém para estruturar tudo isso, para consolidar mesmo a ideia, o projeto. (Informação verbal). Entrevista concedida por Eliane Vasconcellos em 29 de junho de 2013.

UNIRIO que utilizam, nos nossos dias, a bibliografia de Gustavo Barroso sobre Museologia e Museografia” (Informação verbal).<sup>105</sup>

D. Auta comenta que “os objetos começaram a falar depois do Leo” (Informação verbal).<sup>106</sup> Reforçamos que isso era muito interessante, afinal as peças foram contextualizadas, seguindo um padrão cronológico, diferente da opção de Gustavo Barroso pelas salas temáticas. D. Auta enfatizou que em pleno Governo Militar, em que a situação era de exceção, houve um museu que abriu uma exposição permanente em que as pessoas que frequentavam tinham livre acesso àquele relato histórico e podiam ter contato maior com as peças, dentro de uma cronologia estipulada, o que afinal era apenas isso a grande reestruturação levada adiante por Leo Fonseca e Silva, além da “desadjetivação” do ensino de História. Sim, para a época foi um avanço, “tanto é que o Leo foi tão avançado que foi demitido pela ditadura. Foi cassado. Foi demitido sumariamente em 1970, no governo Médici. Então Dona Otávia assumiu logo depois do Leo e depois o Câmara. Todos encabrestados do Governo Militar [faz um gesto de colocar nas mãos na cabeça sugerindo um estreitamento de visão]. Aí entrou depois a Solange Godoy que acabou também saindo porque foi cerceada” (Informação verbal).<sup>107</sup>

Contudo sua relevância poderia ser questionada. Nesse momento perguntamos a D. Auta porque ela fez essa afirmação tão contundente de que os documentos só teriam começado a falar na gestão de Leo Fonseca e Silva. Nos pareceu que somente a desadjetivação do discurso histórico e a distribuição das peças cronologicamente não seriam suficientes para sustentar a breve gestão de Leo Fonseca e Silva como modernizadora ou moderna, termos recorrentes nas entrevistas. Assim, perguntamos o que de tão diferente houve nas duas formas de contar histórias, se ambas eram factuais, valorizavam a história do ponto de vista das elites, elegiam como relíquias peças e documentos relativos ao exercício do poder político e econômico. A alteração da distribuição cronológica proposta por Leo Fonseca e Silva, com a temática de Gustavo Barroso seria suficiente para justificar uma diferenciação tão significativa, perguntamos. Ou não seria justo afirmar que Gustavo Barroso trabalhou com o que tinha e da forma que foi possível em seu tempo histórico, novamente indagamos. Lançadas as reflexões, de pronto D. Auta nos confirmou o sentido afirmativo de nossa ponderação. Disse: “no tempo de Gustavo Barroso era por tipo de material. Era a sala da armaria, a sala da porcelana, a sala da numismática, a sala da filatelia e nada era contando uma história. E inclusive muita coisa estava guardada. Não se tinha também ainda esse conceito moderno de reserva técnica, quer

---

<sup>105</sup> Entrevista concedida por Tânia Atuar em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

dizer, era uma reserva, mas não era uma coisa que pudesse se ver, se entrar ou se utilizar. Muitas salas fechadas, trancadas, nem tudo era catalogado, classificado. Não tinha pessoal, não tinha nada disso” (Informação verbal).<sup>108</sup>

Sobre a questão vejamos a opinião da pesquisadora Regina Abreu.

No final da década de 60, a direção do Museu Histórico Nacional decidiu reformular o circuito de exposições, desmontando as salas dedicadas aos "grandes personagens" para dar lugar a uma história dos grandes ciclos, dos chamados processos estruturais. Nesse novo formato de museu, a ênfase recaiu numa lógica evolutiva de sucessão de períodos, onde os "personagens" se não foram completamente banidos, perderam seu caráter de exemplaridade ou deixaram de ser apresentados como protagonistas de ações espetaculares ritualmente rememoradas. Os objetos integrantes dessas grandes coleções foram reagrupados e reclassificados segundo novos critérios, em que uma atenção especial foi conferida à questão da conservação. Uma tendência crescente passou a privilegiar a reunião de objetos em locais diferenciados a partir dos diversos materiais. Desse modo, as grandes coleções foram desmembradas e os objetos reunidos nas chamadas "reservas técnicas". Rompia-se, assim, com um modelo de museu histórico que perdurou por mais de 40 anos, um modelo essencialmente baseado nas "grandes coleções", nos "personagens históricos" e numa relação peculiar entre o diretor, os membros da instituição e os "grandes doadores" (ABREU, 1994, p. 199).

Rosângela Bandeira<sup>109</sup> cruzou o debate com importante contribuição. Explicou que entendeu perfeitamente a postura das senhoras – D. Auta, D. Eliane e D. Tânia – com relação ao professor Leo enquanto diretor do MHN, pois em sua visão ele também foi um divisor de águas. No entanto, frisou que concordava com a ideia de modernidade de que falamos, especialmente em se tratando de Gustavo Barroso como fundador do Museu Histórico Nacional e também autodidata, na questão dele escrever os livros para os alunos de Museologia, “porque veja bem, daquela época até hoje continuam sendo usados seus livros, embora obviamente haja outras publicações, de outros museólogos, mais modernos, mas ainda continuam sendo usados aqueles materiais dele” (Informação verbal).<sup>110</sup>

Esclarecemos que estávamos tendo uma contribuição espetacular para nossa pesquisa, no sentido de que vemos dois momentos distintos. Em um apareceu a visão de História de Gustavo Barroso claramente ali entre aquelas alunas, como surgiu a visão

<sup>108</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>109</sup> Rosângela de Almeida Costa Bandeira é aposentada pelo Ministério da Cultura, IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), trabalhou durante 30 anos no Museu Histórico Nacional, foi responsável pelo Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Bacharel em Arquivologia pela UNIRIO, Arquivista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pós-graduada em Gestão da Cultura com Ênfase em Marketing Cultural. Pós-graduada em Higienização e Conservação de Acervo Arquivístico pelo Arquivo Nacional. Pós-graduada em Didática do Ensino Superior. Conselheira e Diretora Cultural do Memorial Visconde de Mauá (em exercício). Membro do Instituto Genealógico da Bahia (em exercício). Sócia e Conselheira Fiscal da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB-RJ) (em exercício). Sócia da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) (em exercício). Licenciada e bacharel em Letras - Português/Literaturas (Brasileira e Portuguesa) pela PUC-RJ. [Informações fornecidas por Rosângela Bandeira].

<sup>110</sup> Entrevista concedida por Rosângela Bandeira em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

renovadora do Leo. Não poderíamos tirar o peso dos argumentos de D. Auta, no sentido do remodelamento do MHN e do Curso de Museus. No entanto, frisamos, não encontramos nenhum material específico sobre o trabalho de Leo Fonseca e Silva. Seria mais um esquecido pelos estudiosos da Museologia no Brasil? Para D. Auta, sim, “ninguém fala isso (sobre o Leo)”. Rosângela Bandeira novamente deu importante contribuição sobre a evolução das ações no MHN, em todas as suas partes componentes e lembrou-nos do artigo dos Anais do Museu do ano de 1995, intitulado “O Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, trajetória e metamorfoses”, no qual demonstra a preocupação de Gustavo Barroso em constituir o Museu, o que fez com que juntasse uma série de documentos e fontes históricas, sem fazer o devido resguardo de cada tipo de documento, o que significa que todos tinham o mesmo tratamento, coisa impensável na Museologia contemporânea. Disse: “você vai ler nos relatórios do Gustavo Barroso. Eu fiz uma pesquisa nos relatórios do Gustavo Barroso do arquivo institucional do MHN. Uma palestra que eu dei e que eu fiz uma pesquisa profunda e que saiu em publicação dos Anais do Museu Histórico também [Anais do MHN. 1995, vol. 27, p. 79-89]. Nos relatórios nós observamos que na época de 1922, quando o Gustavo Barroso cria o Museu Histórico Nacional até a década de 30, quando ele cria o Curso de Museus, o acervo que dava entrada no Museu Histórico Nacional tinha o mesmo tratamento, independente de ser acervo tridimensional, acervo arquivístico ou acervo bibliográfico, era a mesma catalogação, o mesmo tratamento. E anos depois o Gustavo Barroso começa a observar que o acervo em suporte de papel, dentro de vitrine, estava ficando danificado. Então o Museu Histórico, na realidade, no início ele tem um cunho todo de visitação. As pessoas frequentam o Museu Histórico Nacional na década de 20 e 30 para visitar o Museu. Na década de 30, lá para 36-37, pela primeira vez se ouve a palavra arquivo histórico e aí ele tira a documentação que estava dentro da vitrine, porque estava virando pó, e ele aí começa a dar um outro tratamento a essa documentação. Com esse novo tratamento que ele dá a essa documentação, o museu passa a ter um outro cunho, não só de visitação, mas também de pesquisa. As pessoas passam a ir ao Museu Histórico para pesquisar, – ‘eu vim aqui para ver uma carta de Pedro II para fulano de tal’; ‘– eu vim aqui para pesquisar a carta...’. Então, o que você fala [dirigindo-se à D. Auta] em relação ao Gustavo Barroso na ordenação de documentos dentro do Museu Histórico Nacional, porque eu entendo perfeitamente o que você está falando, acredito realmente nessa modernização que o Leo deu a esses documentos dentro do Museu Histórico Nacional e é isso que eu gostaria de deixar claro para que você possa se situar [dirigindo-se a mim] no que ela [D. Auta] está falando em relação



ao Gustavo Barroso” (Informação verbal).<sup>111</sup> Até a atitude de funcionários do Museu em “blindar” o acesso aos documentos é significativa, no sentido de manter a peça em condições de apreciação, em momentos considerados adequados. Como disse D. Auta, não era para qualquer um. Podia-se ver, mas não tocar, pesquisar, conhecer minuciosamente. A orfandade no MHN com a perda de seu criador, diretor enquanto viveu, fez também surgir em alguns contemporâneos seus um sentimento de proteção exacerbada, obrigatória, no intuito de resguardar aquelas relíquias que tão arduamente foram juntadas e amalhadas por Gustavo Barroso.

Em 1922 o Museu Histórico Nacional – MHN – foi criado para reunir em uma única instituição pública todas as relíquias relacionadas ao passado histórico do Brasil. Com esta missão o MHN passou a reunir acervos vinculados à história do Brasil, que formam os registros desta história através dos tempos.

No início de suas atividades o MHN recebeu a transferência de diversos acervos de outras Instituições, que foram tratados de forma única, não havendo diferenciação entre documentos em suporte papel e objetos tridimensionais. Isto se deveu pelo acúmulo de serviço para os técnicos da época, consumindo muito tempo e energia para a classificação do acervo transferido.

Ao longo da década de 20 até o início dos anos 50 o acervo do MHN cresceu significativamente, passou de 2.476 objetos catalogados em 1924, para mais de 10 mil objetos. Os documentos em suporte papel eram expostos junto com os objetos tridimensionais, tendo à mesma consideração e manuseio que estes últimos. O intuito principal, neste período, era de atender a visitantes e não a pesquisadores, colocando o público em contato com todo o acervo existente na época.

Um outro motivo que justifica esta situação era a ausência do espaço físico. Desde sua criação, o Museu enfrentou grandes dificuldades relacionadas às suas instalações. No início contava apenas com duas salas e, aos poucos, foi se expandindo, disputando espaço com outros órgãos de repartições públicas, também instaladas no prédio do Arsenal de Guerra.

No final da década de 30, os relatórios anuais narram as dificuldades de conservação dos registros sobre suporte papel.

Nessa época, não havia nenhuma referência sobre a existência de um arquivo. Todas as transferências de acervo, as aquisições e as transferências de documentos não expostos que faziam parte de outras seções, foram dando origem a um acervo documental e a uma identidade conceitual antes inexistente (BANDEIRA, 2008, p. 69-70).

Para Eliane Vasconcellos a pessoa que mais atrapalhou a renovação que Leo Fonseca e Silva implementava no MHN foi D. Otávia Correa dos Santos Oliveira. As considerações que se seguiram serão expostas integralmente. Preferimos deixar nesse formato para enfatizar o tom do discurso das senhoras entrevistadas. Vejamos:

Eliane Vasconcelos: é muito interessante a figura fantástica de D. Otávia, que não me ouça falando, ela incorpora isso. D. Otávia andava com um molho de chaves pendurado na cintura, era a figura de guardadora daquelas preciosidades. Se alguma coisa você precisasse do Museu, era a Dona Otávia que abria as portas.

---

<sup>111</sup> Entrevista concedida por Rosângela Bandeira em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

Auta: tinha um molho de chaves que ela pendurava na cintura! “– As chaves eu tenho, ninguém pode mexer!”

Regina Cláudia: a D. Otávia atrapalhou um pouco o Leo, não é?

Todas: muito, muito, muito. [Gargalhadas].

Regina Cláudia: atrapalhou muito o Leo por causa dessa visão, não é? Na verdade essa visão de resguardo extremo, talvez até com medo que as pessoas tirassem dela algum poder...

Auta: Na verdade o poder estava ali pendurado nas chaves, simbolicamente chacoalhando quando ela andava. [Gargalhadas].

Tânia Adour: a visão do povo, de um modo geral, naquela época, era muito ignorante em relação a museus. A D. Otávia era vice-diretora na gestão do Leo e quando ele foi cassado ela assumiu interinamente até a indicação de um novo diretor, no caso o Sr. Câmara.

Auta: ela não fez nada em sua gestão, a não ser guardar mais e fechar mais as coisas com as chaves. O professor Câmara também não fez muita coisa, deixou tudo como estava. Depois quem entrou e que fez mesmo a diferença foi a Solange Godoy. (Informação verbal).<sup>112</sup>

Já caminhando para a conclusão do longo debate que estabelecemos naquela tarde, perguntamos se sentiam que no Museu Histórico Nacional existia um mito em torno da figura de Gustavo Barroso, isto é, um mito tanto aos que odeiam quanto aos que amam. Foi uníssono o SIM! Todas falaram positivamente do professor Gustavo Barroso, concomitantemente, até que D. Auta tomou a palavra e disse: “a pessoa dele, a figura dele era de uma pessoa muito forte, muito sedutora, muito bonito. Ele era muito bonito, um homem grande, alto, vistoso, agradável. Como professor ele era fantástico” (Informação verbal).<sup>113</sup>

D. Neyla lembrou das autoridades que frequentavam o MHN e de como Gustavo Barroso mantinha boa relação com todos: “Juscelino Kubitschek esteve lá no nosso museu àquela época, eu me lembro bem, mas nós convivemos pouco com Gustavo Barroso, pois ele já estava doente. Ele não estava mais aquele homem cheio de vida, cheio de vigor. Ele já tinha problemas de saúde”. D. Auta rebate e diz que não foi tão pouco tempo assim e que foi muito intenso todo o período em que desfrutaram de suas aulas, porque ele era muito intenso. Disse: “houve um ano inteiro em que fomos alunas dele e depois, no ano seguinte, nós fomos alunas dele quase o ano todo, pois ele morreu no final de 1959. No ano seguinte (1960) foi que entrou o Peregrino. No primeiro ano ele ainda tinha muito vigor. Mas quando ele adoeceu ficou uma lacuna muito grande, porque ele era professor de história e diretor do museu e ele foi substituído por duas outras pessoas, um como professor de história e o outro como diretor do museu. E

---

<sup>112</sup> Conversa ocorrida em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>113</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

nenhum tinha... O professor de história até tinha, o Humberto Peregrino, um brilho, mas o Josué Montello como diretor não tinha o brilho do Gustavo Barroso como diretor. Mesmo sendo um grande escritor [Josué Montello], era muito difícil substituir o Gustavo Barroso. O Peregrino conseguiu substituir bastante bem, como professor de História. Ambos tinham problemas enormes nas mãos, não é? Imagina substituir o Barroso como diretor do Museu e o outro como professor de História?!” (Informação verbal).<sup>114</sup>

A força, o domínio e a ação pessoal de Gustavo Barroso era tão grande dentro do Museu Histórico Nacional, quanto no Curso de Museus, que a sua partida, mesmo que já esperada, porque era portador de um câncer, doença com tratamento limitado em 1959 e sem perspectivas de cura, que a sucessão se deu lenta e gradual. Josué Montello o sucedeu como Diretor do MHN. Cita D. Nair: “quando o Dr. Josué Montello assumiu ele disse ‘eu não substituo, eu sucedo, então tudo vai continuar igual’. Realmente, tudo igual. Não mudou um chefe. Ele fez tudo assim. Eu continuei no mesmo lugar, na mesma mesa...” (Informação verbal).<sup>115</sup> O mesmo lugar a que se refere era a coordenação do Curso de Museus, cargo que exerceu por muitos anos, além de ser a pessoa que efetivamente gerenciava o Museu, pois todas as decisões passavam pelo crivo dela e o Dr. Montello assinava, visto que “era um diretor para assinar [faz o gesto]”.

D. Nair recorda-se vivamente de um episódio com o professor Peregrino, lembrado por D. Auta como um substituto quase à altura de Gustavo Barroso na cadeira de História, e que D. Nair sempre julgou excelente professor, mas que teria faltado, diversas vezes<sup>116</sup>, com a ética profissional no exercício de suas funções, inclusive burocráticas. Atribui a sua saída da coordenação do Curso de Museus, bem como a saída do Dr. Montello da direção do MHN, às consequências de um incidente com esse professor de História, que teria se negado a corrigir as provas de final de curso, às vésperas da formatura, sempre em 29 de dezembro, devido a um atraso nos seus vencimentos. Recorda: “ele era excelente, professor Umberto Peregrino, professor de História que substituiu o Dr. Barroso, era excelente como professor. Mas ele – era militar – aí, chegava pra mim e dizia assim ‘Dona Nair, aqui tá meu horário’ – eu era coordenadora, eu tinha que fazer o horário dos professores – ‘tá aqui o meu horário!’. Ele ganhava 50 reais por aula, que ele era conferencista e nós já éramos professores – não é? – e ganhávamos mensalmente, ganhávamos quatro mil e qualquer coisa; então, os professores diziam pra mim “mas, Dona Nair, uma coisa absurda. O general, ele impõe à senhora e a

---

<sup>114</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>115</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>116</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

senhora...’, e eu disse ‘mas escuta uma coisa, vocês ganham como eu, não é? Agora ele, ele é conferencista, ganha só 50 reais’. Mas ele era uma coisa horrorosa, ele levava os alunos pra assistir uma conferência de um amigo dele e cobrava as horas. Eu muitas vezes ia também à conferência lá no Clube Militar, ali da Santa Luzia, ali na esquina, que ia a pé, na esquina da Rio Branco com Santa Luzia, íamos pra conferência, ele cobrava duas horas de aula. Ele cobrava... Ele levava os alunos pra fazer uma excursão lá no quartel lá de Niterói, aí cobrava três horas de aula, cobrava quatro horas de aula e eu pagava tudo, porque era um professor excelente, que eu não podia perder, não é? Então, pagava” (Informação verbal).<sup>117</sup>

D. Nair recorda que foi uma atitude intempestiva, como foi também o seu primeiro pedido de aposentadoria, “eu também, das duas vezes que eu me aposentei eu não pensei, nada – não é? – eu não me acomodei, eu... Depois então quando o Léo veio substituir o Dr. Montello, ele quis que eu voltasse. Aí eu não quis...” (Informação verbal).<sup>118</sup> Desta feita, o fato<sup>119</sup> foi que não teria aproveitado as oportunidades que surgiram para fazer cursos de pós-graduação no exterior, dadas suas muitas atribuições no MHN e no Curso de Museus. Não quis voltar quando Léo a convidou porque a maioria de suas subordinadas já eram mestres ou doutoras e isso não ficaria bem para ela, apenas com a graduação. Então solicitou ao então ministro da Educação, Ney Braga, a autorização para um curso no exterior, o que ele teria negado de forma grosseira, afirmando que D. Nair estaria “no fim”. “Ah, eu não voltei, aí não voltei. Aí depois, como professora também, porque eu não me sentia bem – ouviu? – eu como chefe de departamento, não ter nem mestrado nem doutorado. Porque eu – ouviu? – se tivesse mestrado quem teria que dar eram os professores do Museu; eu tinha que dar o mestrado ou doutorado. Então, não existia no Brasil, naquela época não existia nem mestrado nem doutorado, tinha que fazer fora, e eu era chefe de departamento, e as professoras subordinadas a mim iam e voltavam com mestrado e eu chefe não tinha. Então eu me propus – ouviu? - e procurei a Universidade da Pensilvânia, já estava tudo certo pra ir fazer o mestrado lá na Universidade. Peço autorização ao Ministro da Educação, eu pagando toda a Universidade, pagando passagem, pagando tudo, só queria o meu vencimento, que eu não era tão idiota... Eu não era tão idiota de perder o meu tempo de serviço, né? Aí pedi ao Ney Braga autorização pra ir. E pedi ao Serejo, que era o governador de Brasília,

---

<sup>117</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>118</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>119</sup> Em discurso por ocasião de seu centenário, D. Nair confidenciou: “Minha vida no Museu não foi só de alegrias. Enfrentei também decepções. Duas tiveram consequências permanentes na minha vida. A primeira não pude fazer pós-graduação. Pedi autorização ao Ministro de Educação, Ney Braga, para me afastar do país e fazer Mestrado e Doutorado na Universidade da Pensilvânia. Não pedia bolsa – eu arcaria com todas as despesas. Não saía. O governador do Distrito Federal, Elmo Serejo, baiano, pediu ao Ministro para ele agilizar o processo e ele respondeu que não autorizaria “porque ela está no fim”. Na época eu tinha cerca de 60 anos. Poderia trabalhar mais dez, antes da compulsória, e continuar colaborando”.

que meu sobrinho estava hospedado com ele, que eram muito amigos, pra pedir ao Ney Braga pra apressar porque tinha a época pra entrar no mestrado. Sabe qual foi a resposta? Do Ney Braga, que Deus o tenha? Olhou o processo – que o Elmo [Serejo] cobrou – ele disse: ‘ah, eu vi o processo da professora, não autorizei porque ela está no fim!’ Você vê... ‘No fim! No fim! Há grosseria maior de que ‘no fim!?’ Eu digo ‘no fim da vida ele não sabe’ – porque já se foi – no fim da carreira eu estou, mas eu... ele me prejudicou a vida inteira” (Informação verbal).<sup>120</sup>

Gustavo Barroso instituiu no Curso de Museus uma cultura de concessão de bolsas de estudo. Durante sua gestão distribuiu 64 bolsas para alunos de quinze estados e uma bolsa para um aluno argentino – José Mantin de Bartolomé. A partir de 1960, durante as demais gestões em que o Curso de Museus continuou sendo ministrado no MHN, o número de bolsistas caiu consideravelmente. D. Ecylla comentou que Gustavo Barroso fazia contato com as secretarias de educação desses estados e oferecia as bolsas, o que muito teria influenciado na formação da primeira geração de conservadores e museólogos do Brasil: “agora, uma coisa que eu sempre defendo, sempre falo, é dessa ideia do Gustavo Barroso de se dirigir aos Estados, oferecendo vagas para o estudo. Porque, para justamente formar... Porque a ideia inicialmente dele do curso de museus era preparar os funcionários, pra manter o museu, pra desenvolver o museu. A ideia dele foi essa. Eu acho que é dito pelos autores e tal, mas sem dúvida isso dele escrever às secretarias de educação pedindo que indicassem as pessoas... Daí veio o... O nome dele, do... Henrique Barroso, ter vindo da Bahia, da Bahia principalmente... Duas que se destacaram, que vieram indicadas pela Secretaria de Educação, foram minhas grandes amigas. Uma foi como uma irmã. Inclusive se hospedava aqui em casa, a Lucia Marques, e teve uma importância grande na Museologia da Bahia. E Mercedes Rosa, que foi até agora diretora, durante não sei quantos anos, do Museu Costa Pinto, você conhece? Em Salvador, não é? Ainda há pouco ela esteve aqui conosco aqui, ela foi receber medalha, recebeu uma medalha do Ivan [Ivan Coelho de Sá], da Museologia, lá da escola de Museologia, ela veio receber medalha. E ela ficou, enfim, famosa como museóloga”. (Informação verbal).<sup>121</sup>

O Sr. Trigueiros nos relatou com tenacidade e riqueza de detalhes a maneira como foi conduzido a realizar o curso no MHN. Até o momento em que fora escolhido para ter uma formação em Museologia, jamais houvera pensado em tal possibilidade. Foi Gustavo Barroso que reconheceu em Trigueiros um conjunto de capacidades e possibilidades que dele fariam o museólogo que foi. Quando perguntado o porquê da escolha de fazer o Curso de Museus, disse, ao longo de uma narrativa recheada de detalhes reveladores, que não tivera alternativa, “eu fui

<sup>120</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>121</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

escolhido para fazer o Curso de Museus porque Gustavo Barroso era um cearense muito gente boa. Eu, na Bahia, pesquisava sobre Castro Alves. Então o Gustavo foi para a reunião do Centenário da Bahia e eu era um dos participantes, mas era presidente de uma associação chamada Felinto Bastos, que difundia muito a cultura, a poesia. E fiz dessa associação patrocinadora do Congresso. Quer dizer, eu participava como uma pessoa (do Centenário), não tinha esse negócio de representante, porque eu nem gosto disso. Mas chegando lá, numa das reuniões que você está acostumada a participar de reuniões de congresso, eu estava na comissão que por acaso Gustavo Barroso era o presidente dela ou foi escolhido para presidente dessa comissão. O fato é que me coube analisar um trabalho sobre Castro Alves. Trabalho até de uma pessoa muito importante, um nome nacional etc. E eu participei normalmente com o Dr. Gustavo nessas coisas formais que tem em todo congresso e estou lá sentado... No dia que eu apresentei o meu estudo sobre a tese eu era um pouco irreverente. Eu disse que o camarada (outro partícipe do congresso) não entendia nada; eu não sabia quem era ele. Não entendia nada de Castro Alves nem sabia quem era Castro Alves, porque dizer que Castro Alves não tinha imaginação... É uma calamidade! Na ocasião havia também um poeta americano que não me lembro mais. Era ele aqui e o americano lá, todos dois estudando com uma imaginação fabulosa, mas que não tinham a cultura de um Rui Barbosa. Foram estudar, mas o negócio deles era fazer versos e Castro Alves é uma figura importante para o Brasil inteiro, porque com vinte e poucos anos, o que aquele rapaz produziu, ninguém produziu nem vai produzir. Então eu, cheio dos conhecimentos que eu tinha da vida dele, fiz a análise e disse que, como a pessoa que escreveu esse trabalho quis homenagear a Bahia, vamos agradecer o trabalho dele, mas não publicar, porque isso é uma calamidade. E quando eu acabei de dizer essas barbaridades, eu ouço que bateram palmas atrás de mim. Quando eu olho eram Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Luiz Viana Filho que estavam lá atrás. Estavam me aplaudindo. Eu gostei, claro, pois era um garoto de 29 anos. Eu pensei, valeu a pena! Agradei. Bom, a partir desse livro o Gustavo Barroso a me vigiar, a andar atrás de mim e eu não estava gostando não, porque ele era muito alto, um cara bonito, um homem bonito e eu era um garoto. Eu não gosto de homem atrás de mim! (Gargalhadas). Mas ele estava me observando, pois eu estava fazendo um trabalho bonito. O tempo foi passando e no fim do congresso o governador Otávio Mangabeira, que era meu amigo particular, independente de ser governador, era uma pessoa que eu ia bater papo com ele. Estavam os dois conversando e olhando para cá. E eu observando quando meu amigo Luiz Carlos disse, eles estão falando de você. E nisso aí o Mangabeira me chama e quando eu cheguei lá o governador me comunicou que o Gustavo Barroso tinha oferecido uma bolsa de estudos para a Bahia, mas não para a Bahia, para mim! O governador disse, ele vai mandar a bolsa, mas

disse que eu tenho que escolher você. O que é que você acha? Eu disse, eu não acho nada, o Sr. que é governador é que acha. Então ele disse, mas vai ser você mesmo, pois ele vai lhe indicar, porque o Gustavo acha que você deve ser museólogo. Eu digo, – É... Vou consultar a minha mulher, né? Eu vou sair daqui para o Rio e eu não posso largar meu emprego. O governador disse, não, não tem nada de emprego não. Ele (Gustavo Barroso) estava ouvindo, quando eu disse emprego, porque agora mesmo o superintendente do Ceará publicou que durante três meses não vai transferir ninguém do Banco Central, de uma cidade para outra. Ai o Gustavo Barroso disse ‘mas vai lhe transferir’. Fiquei calado, não tinha nada que discutir. Bom, então fui consultar minha mulher e lá vim eu para o Rio de Janeiro” (Informação verbal).<sup>122</sup>

A já citada amizade entre os dois promoveu debates acalorados sobre diversos temas da política nacional e internacional, bem como sobre História. De um desses debates, lembrou-se da figura de D. Pedro I, por quem Trigueiros nutria uma admiração especial dentre os diversos personagens da História do Brasil. Falou, “eu cheguei a dizer a Gustavo Barroso que quem deveria ser a Imperatriz [no império de D. Pedro I] era a Domitila. E o Gustavo disse, mas é uma calamidade! Eu disse, mas calamidade por quê? Era brasileira, bonita... Imperatriz? Veio um bofe para ele”. Gustavo Barroso discorreu discordando, do qual Trigueiros retrucou, “depois, quando veio uma bonita, aí ele [D. Pedro I] achou bom. Você sabe que eu fui a última pessoa a vê-lo com vida? Depois de minha visita ao hospital, quando saí, ele faleceu. Quando cheguei ao trabalho naquele dia, já tinham telefonado avisando do falecimento. As coisas são assim...” (Informação verbal).<sup>123</sup>

Na tabela a seguir podemos conferir o número de bolsistas que foram agraciados com a oportunidade de frequentar o Curso de Museus do MHN. Notamos que a maioria das bolsas – sessenta e quatro – foram distribuídas quando Gustavo Barroso dirigia o Curso e algumas poucas, apenas doze, ainda foram distribuídas nos anos seguintes ao seu falecimento.

Tabela 1: Alunos bolsistas

<b>Estado</b>	<b>Número de bolsistas</b>	<b>Bolsas após 1959</b>
<b>Bahia</b>	15	03
<b>Ceará</b>	08	-
<b>Rio Grande do Sul</b>	07	01
<b>São Paulo</b>	06	02

<sup>122</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>123</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<b>Minas Gerais</b>	06	-
<b>Maranhão</b>	06	01
<b>Paraná</b>	03	02
<b>Amazonas</b>	02	01
<b>Pernambuco</b>	02	01
<b>Rio de Janeiro</b>	02	01
<b>Santa Catarina</b>	02	-
<b>Espírito Santo</b>	01	-
<b>Goiás</b>	01	01
<b>Sergipe</b>	01	-
<b>Mato Grosso</b>	01	-
<b>Argentina</b>	01	01
	<b>Total: 64</b>	<b>Total: 12</b>

Fonte: SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 268-269.

Certas assertivas que comumente surgem quando se fala de Gustavo Barroso gravitam em torno de sua posição política integralista. Mesmo não sendo tema de nossa pesquisa, julgamos importante perguntar aos alunos entrevistados se de alguma maneira, em suas aulas ou na administração do MHN, notaram algum proselitismo político do professor. A resposta de todos foi não. Como conviveu com Gustavo Barroso na condição de aluna e de colega de trabalho, Nair de Moraes Carvalho, em sua entrevista, tocou no assunto dos livros que ele escrevera a respeito dos judeus e do fato dele ter sido integralista. Aproveitamos para indagar se ele houvera utilizado ou discutido sobre suas proposições políticas em sala de aula, do que ela afirmou peremptoriamente, “Nunca! Nunca usou, nunca nenhum funcionário que queria ser integralista, ele disse “Não, vá por outro caminho, mas o meu não”. Ele nunca, não tem um funcionário sobre quem ele tivesse influência, que entrasse pra o Integralismo pela mão dele, nunca!”. Segundo Nair, “o Plínio viveu às custas do Integralismo, ele [Gustavo Barroso] não foi assim”. Ele jamais levava esse tema à sala de aula, mas muito sofreu quando foi preso em 1938 em movimento resultante da ação do governo nacional ainda em 1937, ou seja, a instalação do Estado Novo. D. Nair conclui: “o Getúlio deu ordem que não fizessem nada com Dr. Barroso, sem ter certeza de que ele tinha feito algo. Agora, o depoimento do Valdemar Veiga, um engenheiro que era integralista, era baiano, até me pediu pra apresentar o Dr. Barroso; o engenheiro então foi lá pedir ordem ao Dr. Barroso que era chefe da milícia. Então



Doutor... Esse depoimento é que o soltou. Aí o Valdemar Veiga disse pra ele ‘eu quero ordens’, aí ele disse ‘não, eu não apoio, assim. Eu apoio o seguinte, tomar pelo voto, mas não assassinando a família. Não apoio’. E esse depoimento, então, foi que soltou Dr. Barroso e o Getúlio então ficou namorando, eu dizia que o Getúlio... Tudo que o Barroso pedia, ele cedia”. (Informação verbal).<sup>124</sup>

Florisvaldo dos Santos Trigueiros abre um querela interessante sobre a questão do Integralismo, destacando que Gustavo Barroso era, principalmente, um diretor de museus e um professor. “Ele utilizava o material dele e ele sabia mais do que uma porção de autores. Ele, por exemplo, com os livros que você já deve ter lido, como o de Banqueiros, tudo isso é verdade, mas não é para a gente levar ao radicalismo. Ele não era um radical. Tanto que para nós ele era um integralista? Não, vocês criaram como se fosse integralismo contra comunismo. Não tem nada disso. Nem os integralistas são aquilo que vocês dizem, nem os comunistas. Também os anarquistas não valiam nada, mas vieram todos da Itália e ajudaram a construir o Brasil. Dos anarquistas eu não gosto, mas dos comunistas eu gosto. Eu não sou visceralmente comunista, não sou de partido nenhum” (Informação verbal)<sup>125</sup>.

Essa assertiva é corroborada por todos os entrevistados, mas sofre discordância de diversos autores que buscam esse fator para minimizar a importância da obra de Gustavo Barroso em seus mais diversos campos de atuação, afora sua militância política. No site da Fundação Getúlio Vargas (FGV) temos referência ao tema na biografia de Gustavo Barroso.

Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo italiano e dirigida por Plínio Salgado. Desenvolveu, então, intensa militância e foi designado, pelo I Congresso da organização, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. Antissemita extremado, as ideias de Gustavo Barroso se aproximavam mais do nazismo alemão do que fascismo, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado, o líder máximo da AIB. Barroso alimentou, inclusive, certa expectativa de disputar a liderança do movimento com Plínio, mas não encontrou espaço para isso. Apoiou, como toda a AIB, o golpe do Estado Novo. Seu nome chegou, então, a ser cogitado pelos integralistas para assumir o Ministério da Educação. Com o surpreendente fechamento da AIB por Vargas, logo após a implantação do Estado Novo, passou a conspirar contra o governo. Esteve envolvido no levante integralista de maio de 1938 e, por conta disso, foi preso. Junto com Plínio Salgado, entretanto, foi posteriormente excluído, por falta de provas, do processo judicial que investigava as responsabilidades pelo levante. Ao contrário de Plínio, porém, não foi obrigado a deixar o país.<sup>126</sup>

<sup>124</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>125</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>126</sup> Ressaltamos que nessa brevíssima biografia não há qualquer menção à sua considerável produção bibliográfica. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_barroso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_barroso). Acessado em 13 de março de 2014.

Esse momento da História do Brasil do qual Gustavo Barroso teve tamanho destaque, porque chefe da milícia, ficou marcado de maneira pejorativa de tal forma que não obteve o “perdão” dos intelectuais de esquerda que ganhou corpo principalmente com o fim do primeiro governo Vargas, condição que provavelmente lhe foi tolhedora de maior destaque no mercado editorial, a despeito de ter publicado mais de uma centena de livros, raros os que ganharam uma segunda edição.

Sobre a questão, D. Ecylla foi enfática ao concluir que em sala de aula o professor Gustavo Barroso jamais se posicionara politicamente ou fizera qualquer proselitismo sobre sua posição integralista, “não, em absoluto. Nunca ouvi nada que ele defendesse ou que acusasse. Nós sabíamos da história dele como integralista e tal, e era uma coisa que era falada, que se sabia, mas não por ele” (Informação verbal).<sup>127</sup> O mesmo pensamento foi compartilhado pelas outras entrevistadas, como já dissemos.

Aproveitando o momento dessa discussão, apresentamos um texto um tanto espirituoso de Mário Barata<sup>128</sup> sobre Gustavo Barroso e o integralismo, em que conta a estratégia que usou para “salvar” Gustavo Barroso dessa escolha política.

---

<sup>127</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>128</sup> Nascido no Rio de Janeiro, a 20-09-1920, e falecido nesta mesma cidade a 14-09-2007. Graduado em Ciências Sociais, com Licenciatura pela Faculdade Nacional de Filosofia, atual IFCS, 1939-41. Curso de Didática da História por aquela mesma faculdade, 1942. Licenciatura em História da Arte, pelo *Institut d'Art et d'Archéologie*, da *Université Paris-Sorbonne*, 1946-1948. Neste período, correspondendo à Bolsa de Estudos que recebeu do Governo Francês, a primeira concedida a um egresso do Curso de Museus, frequentou também a Escola do Louvre e foi signatário, o único representante latino-americano, da criação do ICOM, 1946. Doutor em História da Arte pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, 1954. Classificado no concurso para cargos na carreira de Conservador promovido pelo DASP, 1942. Conservador do MHN, 1942-54, do MNBA, 1942-47, e do SPHAN, 1947-54. Professor da disciplina Artes Menores no Curso de Museus-MHN, 1939, e a partir de 1945, professor catedrático de História da Arte, por concurso, da ENBA, atual EBA-UFRJ, 1954, onde criou um Seminário de Estudos e Pesquisas de História da Arte e foi atingido pelo AI-5, em abril de 1969. Anistiado, continuou suas atividades docentes no IFCS-UFRJ. Professor Emérito de História da Arte da UFRJ, IFCS/EBA. Professor Emérito de História da UNIRIO, onde aposentou-se em 1989, após cinquenta anos de atuação profissional. Em 1949 organizou a Seção Nacional da Associação Brasileira de Críticos de Arte, ligada à *Association Internationale des Critiques d'Art*, da qual foi membro do Conselho e Vice-Presidente. Sócio-Fundador do Comitê Brasileiro de História da Arte e da ANPAP, 1987, da qual foi Presidente de Honra. Membro da ONICOM. Sócio-Fundador da ABM, 1963. Com a regulamentação da profissão de museólogo, integrou o primeiro Conselho do COREM-2ª Região, 1986-87. Membro do IHGRJ e do IHGB, do qual é atualmente Vice-Presidente. Pesquisador, historiador e crítico de arte, é autor de inúmeros artigos em periódicos e revistas científicas. Nos Anais do MHN publicou: *O problema da primeira casa da Moeda do Brasil*, 1941; e *Mapas antigos, o Barão do Rio Branco e catálogo publicado pelo Itamaraty*, 1953. Na revista do IPHAN publicou *Manuscrito inédito de Lebreton*, 1959. Nos Arquivos da ENBA publicou *Raízes e aspectos da história do ensino artístico no Brasil*, 1966, e *Bicentenário de Debret*, 1968. É autor dos livros: *Ensaio de Numismática e Ourivesaria*, 1945; *Azulejos do Brasil*; *Escola Politécnica do Largo de São Francisco-Berço da Engenharia Brasileira*, Clube da Engenharia, 1973; *Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*, 1975. Participou ainda de diversas publicações brasileiras e estrangeiras, dentre as quais destacam-se os capítulos: *Artes Plásticas no Brasil*, em *História Universal da Arte*, de Hermann Leicht, Melhoramentos, 1965; *Primórdios da Arte Brasileira: Período Colonial*, em *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, de Roberto Pontual, 1969; *A Era do Barroco*, MNBA, 1982; *Século XIX – Transição e Início do Século XX*, em *História Geral da Arte no Brasil*, organizada por Walter Zanini, Instituto Moreira Salles, 1983; *A Gravura no Brasil, Gravura Popular no Nordeste e alguns casos de intercâmbio formal com arte erudita, Espelho de uma arte de criação e laboratório em um livro e uma oficina*, respectivamente nos livros *Gravura Brasileira Hoje*,

### Mário Barata conta como salvou a carreira de Gustavo Barroso

Ao doar à Biblioteca Bastos Tigre, da ABI, o volume "A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo", publicação póstuma de um relato memorialístico do museólogo Geraldo Pitaguary<sup>129</sup>, o jornalista, professor e museólogo Mário Barata revelou como conseguiu afastar o escritor e acadêmico Gustavo Barroso da militância no movimento integralista e assim salvá-lo de perseguições na vida pública, sob o Estado Novo. Durante a viagem de trem para Ouro Preto, o jovem Mário Barata, por pura galhofa, leu a mão de Barroso e vaticinou que ele se daria mal se continuasse como adepto do integralismo e do nazifascismo. Barroso acreditou, fugiu à militância política e assim pôde manter-se na Direção do Museu Histórico Nacional. [...]

Diz a evocação de Mário Barata: “Depoimento sobre meu contato essencial na ida a Ouro Preto, com o Diretor do Museu Histórico Nacional. Durante a longa viagem de trem, o prof. Gustavo Barroso aceitou ter uma leitura de suas mãos feita pelo Prof. Mário Barata, o qual declarou-lhe que o destino dele, Gustavo Barroso, seria mau e que o mesmo deveria abandonar as atividades políticas; o Diretor ficara atento e calado nessa ocasião, sem qualquer protesto. Os pormenores da viagem estão bem

---

volumes I, II e III, SESC, 1995, 1996, 1997. Jornalista, no Rio de Janeiro atuou na Rádio MEC e nos periódicos: O Homem Livre, Diário de Notícias, Última Hora e Jornal do Comércio. Em Lisboa, colaborou com a Revista Colóquio Artes. Atuou como membro do júri de diversas exposições nacionais e regionais, bem como de salões e bienais nacionais e internacionais: Bienal de Paris, Bienal Internacional de São Paulo (parte nacional) e Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Recebeu inúmeras homenagens e distinções entre as quais a do XXV Encontro Anual do ICTOP-ICOM, realizado na UNI-RIO, em setembro de 1993 e a do II Fórum Nacional de Museus, em Ouro Preto, em agosto de 2006. Homenageado pela Escola de Museologia – UNIRIO como Personalidade Museológica no Dia Internacional de Museus, a 18-05-2005. Condecorado pelo COFEM com a Medalha do Mérito Museológico, 2006. Casado com a artista plástica Tiziana Bonalozza Barata, italiana naturalizada brasileira, ativista da resistência durante a Segunda Guerra Mundial (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 57-58).

<sup>129</sup> Nascido em Ouro Fino – MG, a 11-04-1908, e falecido nesta mesma cidade a 07-08-1989. Mudou-se para Belo Horizonte onde trabalhou na Prefeitura Municipal, 1923-28, transferindo-se depois para a Biblioteca Pública, 1929-42. Bacharel em Direito pela UFMG, 1929-32. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1942. Foi escriturário do Ministério da Fazenda, 1943. Trabalhou como Zelador das Coleções Etnográficas do primitivo Museu do Índio, ligado ao SPI, 1949-50. Nesta época, trabalhou na coleta de material etnográfico dos índios *Karajá*, na Ilha de Bananal e no Rio Araguaia, em Goiás, bom como dos *Xavante*, no Mato Grosso. Obteve bolsa de estudos do *Musée de l'Homme*, concedida pelo governo francês, 1952-53. Estagiou no *Musée des Arts et Traditions Populaires*, 1952-53, e frequentou o Curso de Etnologia, oferecido pelo *Institut d'Ethnologie*, da Universidade de Paris, 1952. Trabalhou diretamente com o Prof. Darcy Ribeiro na organização do Museu do Índio, inaugurado em 1953. Neste museu realizou um trabalho pioneiro de processamento técnico museológico de acervos etnográficos, exercendo as funções de museologista, 1950-57, etnólogo, 1958, e antropólogo, 1960. Aposentou-se em 1966. Trabalhou no setor de Etnografia e Etnologia, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional. Dedicou-se à conservação-restauração de material etnográfico, tornando-se especialista em plumária e trançado, 1973-81. Em 1978, participou da implantação do Serviço de Museologia – SEMU, o qual veio a chefiar em 1981. No Departamento de Antropologia do Museu Nacional – UFRJ, participou de vários concursos: Professor Auxiliar, 1970; Professor Assistente, 1978; e Professor Adjunto, 1988. Orientou e dirigiu o 1º Seminário de Museologia e Restauração, realizado pelo Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR, em Paranaguá, 1979. Membro da Comissão de organização da Exposição Comemorativa aos 200 anos da Fundação da Casa dos Pássaros, 1979. Membro da ONICOM, 1953. Participou do 1º Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto, tendo apresentado a comunicação *Problemas Econômicos dos Museus*, 1956. Participou da Comissão Organizadora do 2º Congresso Nacional de Museus, em São Paulo, 1959. Apresentou o trabalho *Conservação Material em um Museu Etnográfico*, no 3º Congresso Nacional de Museus, 1962. Membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, 1965. Sócio-fundador, 1963 e Conselheiro da ABM. Membro da ABA. Membro da Sociedade para o Progresso da Ciência e da Sociedade de Amigos do Museu Nacional. Membro titular da *Société des Américanistes*. Recebeu a Medalha Comemorativa aos 200 Anos do Museu Nacional, 1979. Homenagem Póstuma da Escola de Museologia – UNIRIO, como Personalidade Museológica, no Dia Internacional de Museus, 18-05-2006. Suas memórias sobre a Primeira Excursão do Curso de Museus – MHN, 1945, com o título *A Lembrança de Ouro Preto Continua Sempre Comigo*, foram publicadas pelo NUMMUS/Escola de Museologia – UNIRIO, em comemoração aos 75 anos do Curso de Museologia, 2007 (SÁ & SIQUEIRA, 2007, p. 71).

descritos neste livro de Geraldo Pitaguary — com organização de Ivan C. de Sá — os quais merecem parabéns! Tenho gratas lembranças da excursão e da turma. M.B.” Indagado pelo *ABI Online* se tinha algum ascendente cigano que lhe tivesse ensinado a arte de leitura das mãos, o professor Mário Barata respondeu negativamente e esclareceu que Gustavo Barroso não lhe fez nenhuma pergunta a esse respeito: “Fiz a leitura por mera brincadeira, mas o professor Gustavo Barroso ficou impressionado com o presságio que fiz e parece que o levou a sério. Desde então ele arrefeceu o ardor com que defendia as ideias do integralismo”.<sup>130</sup>

### 5.6.3 A prova oral

Esse tema foi citado por todos. Era temível fazê-la nas disciplinas de Gustavo Barroso. Refletindo sobre os depoimentos que ouvimos, o que nos pareceu foi que o medo extrapolava as condições reais de desenvolvimento da avaliação, ou seja, saía-se aliviado, mas se entrava apavorado.

Para Nair de Moraes Carvalho, não havia motivo para o temor, uma vez que Gustavo Barroso era um professor bastante amigável, “Ah... [risos], tinha alunas que nem falavam, que eram brilhantes. Tinha uma, Ione, que era uma aluna brilhante, fazia umas provas... Mas quando olhava pra ele, ela não falava. Ele então ficava desenhando [imita o gesto], não olhava, perguntava, fazia a pergunta e não olhava nem a cara”. O professor agia dessa forma no intuito de desconstrair a aluna, mas pouco funcionava, “era para ela ficar à vontade. Ele era engraçado. Era um professor amigo. Tanto que o dia do ex-alunos era o dia do aniversário dele. Então, onde eles estivessem, se iam no Rio, se passavam pelo Rio, aí dia 29 sabia que tinha um bolo pronto. Ex-alunos, não é? Pra ver ele”. Durante a arguição dos alunos Gustavo Barroso ficava desenhando e D. Nair tinha o hábito de guardar esses desenhos, inclusive de resgatar da cesta de papéis quando o professor lá os atirava, amassados em forma de bolinhas. Sobre esse hábito, D. Nair disse, “Ah, eu guardava alguns, uns ele rasgava porque ele dizia que era porcaria, e que eu tinha mania de guardar coisas, e então ele rasgava, mas eu de vez em quando dava um jeito de guardar uns”. A prova escrita dele não era a mais “puxada”, ou seja, mais difícil das que eram aplicadas no Curso de Museus. D. Nair afirma que as piores provas escritas eram a do Dr. Calmon, “é que ele quando dava prova era assim 5 horas. Dr. Calmon, ele dava toda a História do Brasil, e uma colega minha, que era professora primária, ela perdeu trinta pontos porque ele fazia assim a missa de... Dr. Barroso não. Dr. Barroso corrigia as provas de outra maneira. Aí ele corrigia as provinhas dele, dava as notinhas dele... Agora o Calmon fazia missa de corpo presente [risos], porque era um professor... Eram poucos alunos, então ele ficava assim “você disse isso aqui...”, e fazia uma prova oral pra dar a nota. E

---

<sup>130</sup> Texto original no site <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=2056> de 25 de maio de 2007. Último acesso em 06 de outubro de 2008.

essa professora primária, a Sara, que era brilhante, era minha colega, mas muito estudiosa; então ele deu toda a História do Brasil. Ele deu toda a História do Brasil desde o descobrimento até o... A época toda, então ela falando nos governadores gerais, Tomé de Souza, depois aquele Duarte da Costa, aí depois era pra falar nos outros governadores gerais, ela falou em vez de Duarte Coelho, ela botou Duarte da Costa, porque já tinha falado no Duarte da Costa. É uma coisa natural, né? Pra dar uma prova de 5 horas! O porteiro queria fechar o Museu, e ela naquele, naquele... Entende? Caneta, que não tinha caneta de... Tinha caneta tinteiro, aí metia o dedo no tinteiro, e aquela coisa horrorosa, todo mundo... Ela botou Duarte Coelho, botou... Ele tirou 30 pontos! Deu 7 invés de, invés de... 70! Ele invés de 100, ele botou 70! Ela dizia “mas eu fui professora primária, eu sei, eu falei Duarte da Costa e... Governador, não é? Falei Duarte Coelho porque eu me lembrei do donatário Duarte da Costa”, mas não “Tá aqui escrito! Então quem olhar sua prova, vai dizer que eu, Pedro Calmon, deixei passar isso”. E não perdoou. Calmon era assim, era rigorosíssimo, e era a missa de corpo presente, porque... [risos] Não, Dr. Barroso não, ele corrigia a prova, ele – não é? – quando pedia assim explicação, que davam, ele aceitava – não sabe? Era diferente”. (Informação verbal).<sup>131</sup>

Florisvaldo dos Santos Trigueiros considerava as provas orais como um evento natural, mas lembra que os colegas ficavam em pânico quando chegava a época das arguições. Citou que em apenas uma ocasião teve problemas com a prova oral, mas não foi com Gustavo Barroso, mas com o professor de Numismática. Afirmou entre os colegas que iria dar um “show” no exame oral, foi delatado, então teve que fazer o esforço de estudar três dias seguidos, quase sem dormir, para se sair bem na arguição. O resultado, em sua opinião, é que esse esforço abriu-lhe a vista e o coração pela Numismática, disciplina na qual se especializou, fez carreira e algumas publicações. Em sua biografia, **Soterópolis, minha vida** (TRIGUEIROS, 2012), discorre com riqueza de detalhes sobre esses acontecimentos.

Ecyla Castanheira Brandão recorda a tensão porque passavam a maioria dos alunos à época dos exames orais, não apenas nas disciplinas de Gustavo Barroso. Para História do Brasil, História Geral, costumava estudar pelos textos do professor Barroso, pela *Coleção Brasileira* que existia na Coleção Brasileira da biblioteca do MHN e enfatiza que, quando publicado o livro de José Honório Rodrigues, **Teoria da História do Brasil, introdução metodológica** (1949) chegou ao grande público, também fez uso dele em seus estudos. “Numa prova final, que era oral, e aí então nós tínhamos assim um receio de que... E ele, a gente via que ele aproveitava bem o que falávamos, ficava assim um pouco... Pra conhecer, brincava e

---

<sup>131</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

assim aproveitava mais assim o contato com os alunos, não é? Mas fora esse momento não tínhamos assim um contato direto, por exemplo, na hora do lanche sabíamos que eles estavam lá tomando lanche na diretoria, na secretaria, e não... Nós não... Estávamos à parte, não é?” (Informação verbal).<sup>132</sup>

Os exames orais do Curso de Museus ganharam fama negativa entre os alunos, independentemente da época em que frequentaram o Curso, o que pudemos notar no depoimento de D. Nair, a mais antiga aluna que entrevistamos, bem como, a seguir, no depoimento de D. Auta, que concluiu o curso quando Gustavo Barroso já havia falecido. Assim, sobre a aterrorizante prova oral, Auta Rojas Barreto lembrou com intensidade de emoções de sua primeira arguição com Gustavo Barroso. Foi um momento bastante descontraído entre as entrevistadas naquela tarde na casa de D. Auta, com vários pequenos detalhes daquele momento passado aflorando da memória de cada uma, o que provocava risos e exclamações saudosistas. Não poderia passar despercebida e nem ser esquecida a primeira arguição de D. Auta com Gustavo Barroso. Disse: “com relação ao Gustavo Barroso, tem uma história muito engraçada que se passou comigo pessoalmente. Porque nós tínhamos na época as provas escritas que eram no meio do ano e depois no final do ano, mas só que no final do ano tinha também uma prova oral. Essa prova oral era um ponto vago, todos os professores podiam perguntar tudo que quisessem sobre tudo que tinham ensinado o ano inteiro. Era uma coisa extremamente complicada e para nós falarmos sobre História do Brasil para o Gustavo Barroso era mais complicado ainda [fala com tom enfático], porque ele tirava um ponto lá e tinha que falar tudo e ele ficava ouvindo. E eu quando estava na última prova que nós fizemos com ele, eu tirei o ponto que era o Descobrimento do Brasil. Já imaginou o que eu iria falar sobre Descobrimento do Brasil para o Gustavo Barroso? [Risos]. E todo mundo assistia. Era ponto sorteado e tinha que discorrer sobre aquele assunto e todo mundo ouvindo. Ai eu fiquei... criou inclusive uma, uma... todo mundo ficou em um certo suspense sobre o que eu iria falar para o Gustavo Barroso sobre o Descobrimento do Brasil, né? Eu comecei lá na Escola Náutica de Sagres, nas navegações e a construção das caravelas e fui, fui, fui e lá pelas tantas ele disse assim, – chega, já sei que você sabe muito... me diz só o nome do homem que dizem que descobriu o Brasil. [Gargalhadas] Aí eu tive que dizer Pedro Álvares Cabral e ele disse olha você tem dez, e me deu dez. Quer dizer, foi assim uma... ele era uma pessoa também muito bem humorada, quer dizer, tinha um humor muito fino e era realmente um grande personagem da História do Brasil. Não me recordo se ele dava muitas notas dez, só sei nessa hora eu fiquei tão nervosa, tão

---

<sup>132</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

nervosa, que quando ele me deu um dez eu respirei aliviada. Eu era muito nova, pois entrei na faculdade com 16 anos. Sei que ele me ajudou me descontraíndo e como a matéria dele era uma das primeiras provas, então eu fiquei mais confiante e no final tirei dez em todas” (Informação verbal).<sup>133</sup>

#### 5.6.4 As excursões de término de curso

Uma característica marcante do Curso de Museus eram as viagens a hoje denominados patrimônios históricos, que eram feitas na conclusão de curso de cada turma. Essa prática foi inserida pelo Diretor Gustavo Barroso a partir da grande reforma pela qual passou o Curso de Museus em 1944. Não eram passeios, como ressaltaram os entrevistados, mas uma forma de avaliação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso que, no retorno à cidade do Rio de Janeiro, cada participante da excursão deveria apresentar um relatório para obtenção de nota, como apontou D. Nair, “eles tinham que fazer um trabalho depois, aqueles alunos que iam a cada excursão. Não eram passeios, tinham que fazer um relatório de tudo e com nota, não é? Para receber o diploma”. Quando perguntada se Gustavo Barroso ia às excursões mesmo quando já apresentava dificuldade de saúde, quando já estava já fragilizado pela doença, disse que “ele foi sempre, até o último. Sempre foi. Até a última excursão” (Informação verbal).<sup>134</sup>

Ivan Coelho de Sá, na apresentação do livro de Geraldo Pitaguary (**A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo, memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945**), esboça um quadro elucidativo sobre as pretensões do Diretor em levar os alunos aos patrimônios nacionais e de como ocorriam as viagens de formação e conclusão do Curso.

As excursões do Curso de Museus eram organizadas de maneira bastante complexa. Havia uma programação discutida entre a direção do MHN, a Coordenação do Curso, os professores e os alunos. A partir da definição das cidades a serem evitadas, a secretaria do Curso começava a agendar recepções, traslados, hospedagens, pernoites, visitas, conferências, almoços, jantares etc., eram feitos contatos com as autoridades locais, governadores, prefeitos, diretores de museus, representantes do SPHAN e de outras instituições, com o objetivo de resolver todos os trâmites burocráticos. (SÁ, 2006, p. 17).

Com duração em média de oito dias, essas excursões contavam com um minudenciado programa de datas, horários e percursos a serem cumpridos, uma vez que se

<sup>133</sup> Entrevista concedida por Auta Rojas Barreto em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>134</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

procurava abranger o maior número possível de cidade, embora esse planejamento sofresse problemas para ser cumprido à risca. Nesse exemplo de Ouro Preto, outras cidades ao longo da hoje denominada Estrada do Ouro, como Mariana, São João Del Rei e outras. Tiveram continuidade durante a gestão de Gustavo Barroso, principalmente devido ao prestígio de que gozava diante das autoridades locais. Era uma celebração para as cidades receber o Diretor do MHN e seus alunos.

Eram atividades obrigatórias aos concludentes e abertas aos alunos, mesmo os não concludentes do Curso de Museus Gustavo Barroso esteve em todas até o ano de 1958, o mesmo podemos dizer de D. Nair. Outros professores também compareciam e o chefe do departamento fotográfico do MHN. O objetivo maior era a visita a museus, igrejas, sítios históricos, arqueológicos e também naturais, além de prestigiarem a apresentação de grupos folclóricos, invariavelmente com preleções de Gustavo Barroso e de outros professores. Sobre as excursões, Ivan Coelho de Sá ressalta o pioneirismo de Gustavo Barroso:

As excursões tiveram um papel importantíssimo no Curso de Museus na medida em que proporcionaram aos alunos e graduandos uma vivência prática com o patrimônio cultural, correspondendo a uma verdadeira *descoberta do Brasil*, segundo D. Maria Augusta Machado da Silva, veterana da histórica viagem a Ouro Preto. Apesar do Decreto referir-se a *preciosidades históricas e artísticas*, podemos perceber pelos roteiros que as excursões foram concebidas já de acordo com uma perspectiva maior de patrimônio, ou seja, num contexto “integral”, como dizemos hoje. Depreendemos isso porque não eram visitados apenas os monumentos históricos e artísticos, mas também os sítios naturais, arqueológicos e as manifestações populares. [...] Essa visão ampliada do conceito de patrimônio sinaliza também o despontar da ideia de Turismo Cultural, ainda muito incipiente na década de 40, mas já presente no Curso de Museus. (SÁ, 2006, p. 19).

O Sr. Trigueiros frequentou todas as aulas práticas de Gustavo Barroso e salientou que foi na viagem de final de Curso que teve seu interesse despertado pelo Barroco, “inclusive viajei, pois no final de cada curso tinha uma viagem. A nossa foi para Minas Gerais, Ouro Preto, Sabará, Mariana. Aí ele me despertou para o barroco, que eu gosto muito”. Lembrou que “ele saía para explicar, porque ele conhecia tudo, principalmente o barroco. Ele era sobretudo um homem independente, das qualidades morais, políticas, tudo de primeira qualidade. Era um intelectual de alto gabarito. Era um membro da Academia de Letras de primeira, porque hoje tem uns que... [Gargalhadas]” (Informação verbal).<sup>135</sup>

Ecyla Castanheira Brandão colocou em relevo o gosto das autoridades locais em receber os alunos do Curso de Museu. Credita esse cuidado das autoridades aos contatos políticos de Gustavo Barroso e à diplomacia que era parte de sua natureza. Havia “um apoio

---

<sup>135</sup> Entrevista concedida por Florisvaldo dos Santos Trigueiros em 25 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.



oficial, né? Facilitando as visitas, com os prefeitos falando, então realmente foi uma viagem muito boa”. Encantou-se com os banquetes oficiais em que invariavelmente o professor fazia longos discursos improvisados. Além disso, notou que as viagens aproximavam o mestre aos alunos, “bom, e isso nos aproximou de Gustavo Barroso porque nós o víamos assim acompanhando a viagem, conversando conosco, não era aquela coisa de que nós estávamos num curso, ele ia só na hora da aula, explanava e tal, mas não tínhamos um contato com ele. Era realmente uma personalidade única, de muita assim, de muita empatia, e isso ficou provado mesmo por mim e pelos meus colegas por ocasião da viagem de final de curso, em que nós fomos convidados pela autoridade, era... Não me lembro bem o título, ele era chefe da região naval ali em Santa Catarina e então recebeu Gustavo Barroso e a turma toda foi recebida quase como uma forma oficial. Tudo era assim facilitado nessa viagem, né? Viajamos por várias cidades. Em cada cidade Gustavo Barros era recebido, e nós, o grupo todo, assim com um grande almoço ou jantar, pelo prefeito. Era realmente muita consideração. Em cada um desses eventos ele fazia um discurso, mas não era um discurso, era uma coisa tão... Para ele era tão fácil, e eu comparava – né? – na época, com os discursos de Pedro Calmon. Pedro Calmon que era famoso por... Então era o discurseiro [gesticula imitando elegância], em cada coisa era uma coisa assim fantástica, falava e fazia gestos. Gustavo Barroso era como se estivesse conversando. Ele se levantava e conversava e cativava todo mundo com a facilidade que ele tinha, né? Então fomos recebidos assim em todo lugar que passávamos, né? Nossa... O objetivo da nossa viagem era o estudo dos sambaquis, os famosos sambaquis de Santa Catarina, e foi... Fomos até o sul de Santa Catarina e visitamos também as famosas cidades de colonização estrangeira, né? Resultado da colonização estrangeira... Foi realmente um aprendizado ótimo, né? Então isso que realmente... Eu fotografei a minha viagem, mas infelizmente não tenho nada em casa mais. Eu já tô próxima do fim eu estou doando tudo, sabe? Tô doando inclusive minha biblioteca toda. [Risos]”. (Informação verbal).<sup>136</sup>

### **5.7 A cadeira Técnicas de Museus e seus livros-base**

Antes de nos reportarmos diretamente aos livros, como logo a seguir o faremos, julgamos procedentes algumas referências sobre o debate do Diretor do MHN com o Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP no tocante à reforma do currículo do Curso de Museus, que diretamente prejudicaria o planejamento do curso pelas pessoas realmente capacitadas para tal função, segundo Barroso. Assim, em 22 de março de 1942, em carta enviada ao Sr. Diretor

---

<sup>136</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013.

da Divisão de Aperfeiçoamento, com o seu estilo muito peculiar de ser firme sem ser rude, Gustavo Barroso pormenoriza as características e necessidades do Curso e de suas disciplinas, em uma postura desafiadora e ao mesmo tempo didática.

Acuso o recebimento de vossa carta de 16 do corrente acompanhada de uma cópia do projeto de organização do Curso de Museus, para dar meu parecer. Examinei-o detidamente. Acho que a nova organização atenderá na parte administrativa às finalidades do Curso de Museus, que vem funcionando sob a minha direção mais de dez anos, com a cooperação dos funcionários que são professores, sem nenhum provento material a lhes recompensar o esforço durante todo esse tempo. Não atenderá *in totum* à parte técnico-didática, em que peço vênha para comentar três pontos. O 1º é a substituição da palavra *arquitetura* pela *edifícios* no currículos da matéria. [...] Em segundo lugar, sou também contrário à colocação da parte técnica de *Classificação de Objetos*, sob o título de Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico, antes da parte geral e as básica da mesma Técnica, que está sob o nome, absolutamente impróprio, de *Inscrições e Documentos*. Peço desculpas, mas isso é tènicamente errado. É ensinar o difícil antes do fácil. É como dar álgebra antes de aritmética. [...] Em terceiro, afinal, não vejo razão para o dispositivo em que se permite a nomeação de técnico estrangeiro para dirigir o Curso de Museus. Um estrangeiro nunca poderá *sentir, compreender* e sobretudo *amar* as nossas tradições ao ponto de se tornar um professor delas. Sem amar o Brasil, não é possível fazer a obra que se tem feito no Museu Histórico. É uma *capitis diminutio* antecipada dos técnicos e conservadores brasileiros admitir a lei que um estrangeiro os possa substituir com vantagem (BARROSO, 1944, p. 191-196).

Ao longo do texto da missiva enviada à instituição a que estaria subordinado o MHN e, conseqüentemente, o Curso de Museus, Gustavo Barroso se exaspera, principalmente reclamando por não ter sido consultado previamente à elaboração da proposta de alterações no regulamento do Curso de Museus. Em seu discurso mais uma vez notamos a insistência em afirmar que ele e outros professores faziam um trabalho abnegado, por amor à Pátria e à cultura brasileira. Seu entendimento sobre o ensino de História mais uma vez aparece claro quando diz:

- a) Propus o estudo de História do Brasil e nunca o de História da Civilização Brasileira. Esta designação está hoje condenada pelos cultores da História Pátria. E, se se quiser entendê-la como uma generalização dessa história, é manifesto o êrro de colocá-la no 1º ano, antes da História do Brasil, obrigando o aluno outra vez a estudar o mais difícil antes do mais fácil. Sem saber a história nos seus fastos, episódios, personagens e datas, vai filosofar sôbre os seus ciclos culturais ou econômicos, o que não tem cabimento.
- b) Não vejo motivo técnico para a criação duma cadeira especial de Artes Modernas. Essa parte está incluída na cadeira de História da Arte, como é natural que esteja. [...]
- c) Até agora um professor do Curso podia declarar-se diante de qualquer pessoa *Professor de Técnica de Museus*; se o projeto fôr transformado em dispositivo legal, quero crer que quem se disser *Professor de Inscrição e Documentos* ou *Professor de Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico* ou ainda *Professor da Civilização Através dos Objetos* cairá fatalmente no ridículo.
- d) Como no caso não me move nenhum interesse pessoal e sim o interesse do serviço público, acho preferível continuar o Curso de Museus com seu velho regulamento, com seu currículo certo de disciplinas, com sua direção única, produzindo os resultados que todos conhecem, embora seu diretor e professores não ganhem um vintém, o que já lhes acontece há dez anos, a ser modificado

com proventos materiais para os mesmos e prejuízo para o ensino, conforme ficou demonstrado (BARROSO, 1944, p. 197-198).

Gustavo Barroso, em sua argumentação sobre o ensino no Curso de Museus, pelo qual era responsável no Museu Histórico Nacional e fora seu idealizador, escreveu dois volumes denominados *Introdução à Técnica de Museus*, volume I, Parte Geral e Parte Básica, e volume II, Parte Especializada. Foram as primeiras publicações sistematizadas no Brasil sobre técnicas e metodologia do ensino de todos os elementos que envolvem a Museologia, elaboradas a partir de sua experiência enquanto professor do curso, de suas leituras e de suas pesquisas. Julgamos importante apresentar uma resenha estendida dos dois livros, seguindo a distribuição dos assuntos de acordo com a programação de cada livro, seja porque entendemos que é fundamental para a ordenação das ideias que desenvolvemos ao longo dessa pesquisa, seja porque é uma obra que ainda está em uso no Curso de Museologia da UNIRIO, para onde foi transferido o Curso de Museus do MHN em 1979, seja pela sua imensa importância para a compreensão do entendimento essencial, em um sentido de mentalidade, do que significou a Museologia e seus análogos para Gustavo Barroso.

A “coluna dorsal” deste curso era a disciplina *técnica de museus*, que pretendia atender às funções básicas dos museus. Gustavo Barroso, criador desta disciplina, ministrou-a até 1951 e, ao estruturá-la, utilizou, entre vários outros textos, publicações do Escritório Internacional de Museus, como a revista *Museion* (1927-46), *Musées et Monuments* (1932-35), *La Conservation des Monuments d’Art et d’Histoire* (1933), *Museographie* (1935), *Traité de Museographie* (1935) e ainda artigos da revista *L’Architecture d’aujourd’hui*, como *La protection internationale des monuments historiques et des oeuvres d’art em temps de guerre* (1937) e *Air et lumière dans les musées* (1938), de Euripide Foundoukidis, que correspondiam aos estudos mais recentes em termos de museologia, patrimônio e preservação. Ele cita também Anthyme Saint-Paul, “*Viollet-le-Duc, ses travaux d’art et son système archéologique*” (c.1923), bem como textos do próprio Viollet-le-Duc, “*Description du Chateau de Pierrefonds*” (1861) e “*Les églises de Paris*” (1883) (SÁ, 2012, p. 13-14).

Os livros de Gustavo Barroso foram os primeiros na área de técnica de museus a serem publicados no Brasil. Era coerente, então, que fossem utilizados no Curso durante todo o tempo em que funcionou no MHN e mesmo após a transferência para a UNIRIO. Depois surgiram outras publicações nesse campo de estudos, bem como os alunos passaram a ter acesso a publicações estrangeiras. Segundo dona Ecylla, “era o recurso de técnica que nós tínhamos, não é? É, realmente uma coisa... Ela muito criticada, principalmente pelos técnicos do IPHAN – né? – mas era a única coisa que nós tínhamos assim pra abertura sobre uma técnica de museus”. Em seguida veio a público o livro de Regina Real, “uma pessoa de grande destaque na Museologia a partir da década de 1960, que fez uma viagem aos Estados Unidos como bolsista e publicou o livro *Museu Ideal*. Foram os primeiros, depois o Trigueiros também”,

confirma D. Ecylla. Recorda do livro do Sr. Trigueiros denominado *Museu e Educação* e enfatiza que as publicações nacionais davam conta do conteúdo do Curso, pois, além de livros, havia professores que utilizavam excelente apostilas, como a de Heráldica da professora Jenny Dreyfus<sup>137</sup> e a de Numismática do professor Edgard Romero. No entanto, para alguns Museólogos saídos do Curso de Museus do MHN, essas publicações se tornaram ultrapassadas, inclusive cita a ocasião em que encontrou a Sra. Lygia Guedes Martins Costa – da turma de 1939 do Curso de Museus do MHN – insatisfeita em procura de uma bibliografia sobre Armaria, especialmente sobre espadas. Disse: “eu me recordo uma vez que eu estava na biblioteca do IPHAN, e que eu encontrei lá a Dona Lygia e ela estava procurando qualquer coisa sobre armaria, me lembro que era sobre espadas e... Ela se dirigindo à biblioteca, eu digo ‘ô, Lygia, isso tem no livro do Gustavo Barroso, no livro Técnicas de Museus, o volume 2’, ‘ah, não, não, isso é fraco, isso é...’, então ela procurava toda uma bibliografia estrangeira sobre armaria. Mas aquilo era um ponto de partida e era uma... Muito... Era mesmo para os alunos, pra nós que não tínhamos outra bibliografia, em português – não é? – que tínhamos que reforçar isso com uma... Em português não tinha nada realmente melhor que os livros do professor Barroso, então por que não utilizar? (Informação verbal).<sup>138</sup>

Sobre o tema, Gustavo Barroso detalha mesmo no volume II do seu *Introdução à Técnica de Museus, Parte Especializada* e, além do texto explicativo, há gravuras minudentes mostrando as especificidades dessas armas e seu aperfeiçoamento ao longo do tempo, isto é, dos anos 600 aos anos 1800.<sup>139</sup>

Ao longo dessa narrativa temos feito referências ao pioneirismo tanto de Gustavo Barroso como de seus alunos, afinal era o primeiro curso de museus, então tudo era novidade e precursor. Parecem-nos quase inevitáveis essas referências, não no intuito de reverenciar a obra de Gustavo Barroso, mas de constatar os fatos. Como exemplo, citamos a tese de D. Nair sobre Armaria, também foi pioneira. Ao conversarmos com ela sobre o tema, disse-nos, “quando eu

---

<sup>137</sup> Nascida em Pelotas – RS, 10-09-1905 e falecida no Rio de Janeiro em 1986. Classificada no segundo concurso para cargos na carreira de Conservador promovido pelo DASP, com a tese *Heráldica*, 1941. Especialista em Artes Decorativas, Heráldica e Genealogia. Conservadora do MHN. Trabalho na Seção de História, 1940-42 e na Seção de Numismática, estudando todas as peças sigilográficas da coleção, pela primeira vez no Brasil, 1942-45 e 1960-61. Chefe da Seção de Arte Retrospectiva, 1945-47. Professora de *Sigilografia e Filatelia* a partir de 1946. Substituta do Prof. Mário Barata na cadeira de Artes Menores, no Curso de Museus, em 1946, 1949 e 1959. Chefe da Seção de História, em substituição ao Prof. Joaquim Menezes de Oliva, 1948-54. Estagiou nos museus da Grécia, tendo sido indicada como observadora pelo IBECC, 1954. Elaborou o planejamento e a organização do Museu da Universidade do Brasil, apresentado no 1º Congresso Nacional de Museus, 1956. Designada para ter exercício na Universidade do Brasil, 1955-59. Trabalhou na organização do Museu da República no Palácio do Catete, então vinculado ao MHN.

<sup>138</sup> Entrevista concedida por Ecylla Castanheira Brandão em 26 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>139</sup> Nos anexos disponibilizamos imagens referentes aos assuntos abordados nos referidos livros.

fui trabalhar no museu, o Dr. Barroso estava organizando a sala de armaria, e eu trabalhei com ele, aí é que eu fiz armaria. E naquelas salas todas, e classificando tudo com ele, lógico que eu tinha que fazer a minha monografia sobre esse tema”. A profundidade e as minudências apresentadas por D. Nair em seu trabalho seriam de grande valia para a pesquisa de D. Lygia, acreditamos.

“As armas são documentos imprescindíveis ao estudo da história” (CARVALHO, 1936), adverte a autora logo ao iniciar sua tese. Sua ideia é o estudo das armas enquanto fontes históricas para a compreensão do momento histórico de sua existência e seu uso, facilitando o trabalho do historiador e do conservador, uma vez que defende que para um museu da categoria do MHN, exemplifica, é parte fundamental uma seção de Armaria e seu estudo. Salienta que seu mestre Gustavo Barroso, em suas aulas do Curso de Museus, utilizava-se de dois exemplos que denomina “flagrantes e irrecusáveis do valor das armas como verdadeiros documentos históricos”, que seriam um arcabuz de roda ou rodete do século XVI, encomendado da Boêmia por D. João III, rei de Portugal, bem como um fuzil alemão Dreyse de 1841, que teria sido de grande valia na batalha de Monte Caseros, por ocasião da campanha contra Rosas. Como documentos indispensáveis ao estudo da História, é também fundamental o conhecimento sobre as armas, adquiridos que devem ser pelas publicações que dão conta dessa necessidade, como também pela prática, pela comparação entre peças, pelo minucioso bisbilhotar das diferenças e semelhanças que faz do pesquisador e conservador especialista em armaria.

O trabalho de Nair Moraes de Carvalho divide-se em “estudo das armas em geral” e “estudo das armas em relação à história do Brasil em particular”. Assim, estabelece um esquema explicativo a partir das aulas de Gustavo Barroso na cadeira de Técnicas de Museus em que analisa as armas como defensivas e ofensivas. As armas defensivas subdividem-nas em “de mão” (brancas – graúdas e miúdas; de choque; de haste; de arremesso e de fogo – graúdas, médias e miúdas) e “máquinas de guerra”. As armas ofensivas são subdivididas em “de mão”, “do corpo” e “do cavalo”. A partir dessa categorização, enumera em minudências as características de cada uma dessas armas, apontando suas subdivisões e fazendo uma recomposição histórica de sua origem, sua utilização e sua evolução.

Ilustrada com desenhos excepcionais, perguntamos se ela mesma teria feito as gravuras, o que prontamente respondeu que não, fora um funcionário do MHN: “os desenhos não são meus, os desenhos são de um funcionário que trabalhava no museu, e então fez os desenhos pra mim. Eu, negócio de desenho, eu sempre fui uma negação. Eu quando olhava assim na aula de desenho, o professor dizia pra mim ‘olha, aqui... Um jarro’, botava um jarro. Aí eu fazia, o jarro era fino eu fazia gordo. Ele dizia [gesticulando do modo típico dos

desenhistas quando medem proporções] ‘não, mas olha aí, meça assim o gargalo, quantas vezes vai?’, e eu não fazia. E ele ‘mas o jarro é fino, tá gordo!’ [risos], mas eu sempre fui uma negação pra desenho. Os desenhos foram desse funcionário, eu não me recordo o nome dele”. (Informação verbal)<sup>140</sup>

Os livros de que já muito falamos, que surgiram na cadeira Técnica de Museus e ainda hoje são utilizados por alunos e pesquisadores da seara da Museologia e da historiografia da Museologia, foram divididos por Gustavo Barroso na sequência a seguir.

## **Livro I**

### **INTRODUÇÃO**

A criação do Museu Histórico Nacional em 1922, por sugestão do autor deste livro ao saudoso Presidente Epitácio Pessoa, foi o ponto de partida de uma obra fecunda de culto às tradições do nosso país que o Presidente Getúlio Vargas soube compreender, proteger e desenvolver. A direção do Museu, obedecendo a essa patriótica finalidade, conseguiu organizar um estabelecimento padrão do gênero, do qual se tem irradiado uma grande influência, ora direta, ora indireta, incentivadora da instituição de outros museus. Do Museu Histórico partiu a ideia da defesa de nossos monumentos artísticos e tradicionais, consubstanciada na extinta Inspetoria de Monumentos Nacionais, gratuitamente a cargo do seu Diretor durante um lustro, que restaurou quase completamente as igrejas, capelas, chafarizes e outros edifícios de Ouro Preto e se tornou, ampliada mais tarde, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. No mesmo museu, se fundou em 1932 o Curso de Museus, destinado a ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história da pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos. Esse curso funciona com êxito e progresso constante há treze anos, tendo sido reorganizado pelo seu Diretor, para atender ao seu desenvolvimento e às experiências realizadas, em 1934 e 1945. Prepararam-se neles, como alunos ou ouvintes, quase todos os atuais Conservadores de Museus com que conta a administração pública.

A cadeira de Técnica de Museus foi criada por mim e desde o início por mim ocupada. A vasta matéria que abrange nunca foi compendiada numa obra didática e sempre existiu esparsa, sem conveniente sistematização. A obra que agora ofereço aos estudiosos é o resultado de estudos, da prática e da constância durante mais de vinte anos. Longe de mim o pensamento de trazer novidades ou invenções, muito menos o de esgotar os assuntos; o que pretendo é tão somente pôr os que estudam a par da complexidade e extensão dos conhecimentos necessários a um verdadeiro Conservador. Início o aluno e traço os rumos que deve seguir, dando-lhe uma base para poder se aprofundar na questão e escolher, se achar conveniente, o ponto ou os pontos em que deseje se especializar. Nada mais pretendo.

De acordo com o programa adotado no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, a cadeira de Técnica de Museus é lecionado no decurso de três anos, sendo o último inteiramente prático, tanto para os alunos e ouvintes que se destinam a Conservadores dos Museus de História, como aos que se destinam a Conservadores dos Museus de Belas Artes. Este volume abrange as partes geral e básica da Técnica, contendo noções de organização, arrumação, catalogação e restauração; de cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática e iconografia. No segundo, compendiar-se-á a parte especializada, noções de heráldica, bandeiras, condecorações, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, indumentária, mobiliário, cerâmica e cristais, joalheria, prataria, bronzes artísticos, mecanismos, instrumentos de suplício e arte religiosa. Cabe, pois, se não incido em erro ou omissão, a esta obra em dois volumes o título de “Introdução à Técnica de Museus”.

---

<sup>140</sup> Entrevista concedida por Nair de Moraes Carvalho em 29 de junho de 2013.

Rio, outubro de 1945 (BARROSO, 1945, p. 3-4).

## *1 – PARTE GERAL*

### *NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO, ARRUMAÇÃO, CATALOGAÇÃO E RESTAURAÇÃO*

#### *Definições essenciais, Museu – Museografia – Museologia*

Em seus dias, considerava museu aquele estabelecimento que abrigava coleções de natureza pública ou privada, mas, antes de chegar a essa simples definição, lembrou que a instituição “Museu” remonta à Grécia Antiga, do termo *Museion*, templo das musas; que no palácio de Alexandria, Ptolomeu I designou de museu o espaço onde se reuniam sábios e filósofos; na Idade Média funcionou em mosteiros e igrejas; no período renascentista, nos grandes palácios de soberanos e nobres, mas que a primeira coleção que foi denominada com esse título foi a do Louvre, em Paris, no ano de 1750.

Por Museografia compreendia como a descrição de um museu ou dos museus e Museologia seria o estudo científico sobre tudo a que se refere a museus, bem como tudo que envolveria a metodologia de arrumação, conservação, restauração e outras questões técnicas fundamentais ao seu funcionamento. A Museologia seria a Ciência dos Museus e, por sua vez, museólogo seria aquele que dominasse essa ciência.

## *CAPÍTULO I*

### *Que é técnica de Museus?*

Gustavo Barroso responde essa pergunta justamente destacando que “o assunto, de natureza complexa, até hoje ainda não foi abordado em nosso país” (1946, p. 7), o que nos mostra o ineditismo de um estudo dessa natureza no país. Organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação de objetos são os itens explicados.

## *CAPÍTULO II*

### *Como se organiza um Museu*

Entende que a organização parte de uma divisão referente ao objeto geral do museu, ou seja, à sua finalidade, em que campo da Museologia vai atuar, pode ser um museu de caráter geral (História, Arte, Ciências etc.) ou um museu especializado em épocas ou fases de algum tema de um museu geral ou também podem ser museus regionais, municipais etc. O quadro que preparou para exemplificar:

## *CAPÍTULO III*

### *Como se arruma um Museu*

Sua preocupação era com o espaço disponível para as coleções e o perigo que se corria em deixar o museu abarrotado de peças, dispostas sem um espaçamento adequado, podendo cansar o visitante. Faz uma série de sugestões de como evitar essa situação, seguindo os princípios de regras e princípios técnico, condições de natureza pessoal e condições de natureza geral.

#### *CAPÍTULO IV*

##### *Como se cataloga um Museu*

Como todo museu está destinado a crescer continuamente, considerando a perspectiva da pesquisa constante daqueles que são responsáveis pela instituição e dos interesses daqueles que buscam o museu para as suas pesquisas e para o simples conhecimento, é fundamental que a classificação, a catalogação e a etiquetagem sejam feitas com muito esmero. Assim, Barroso enumerou os seguintes itens, numeração e etiquetagem, catálogo enumerativo, catálogo descritivo, catálogo comentado e fichário.

#### *CAPÍTULO V*

##### *Como se fazem restaurações*

Sua preocupação com a restauração estava centrada em aspectos bem definidos, monumentos, relíquias e objetos de valor histórico. Logicamente que essa escolha coaduna-se com sua concepção de História, como aquela que se coloca no passado, engrandecendo fatos e personagens. Essa postura também carrega em seu bojo os conceitos de doutrina e valorização dos objetos, relíquias e monumentos considerados históricos. Aponta quatro passos essenciais à restauração,

- 1 – Respeito a tudo o que se revestir de caráter artístico e histórico.
  - 2 – Utilização de materiais absolutamente adequados à restauração.
  - 3 – Clara indicação do que se tiver de ajuntar ao conjunto por força da necessidade.
  - 4 – Documentação fotográfica do estado anterior e do estado posterior à restauração.
- (BARROSO, 1946, p. 84).

Nesse capítulo também comenta sobre doutrina, valorização, técnicas e sobre a relação entre museus e a guerra.

#### *P A R T E B Á S I C A*

##### *NOÇÕES DE CRONOLOGIA, EPIGRAFIA, BIBLIOGRAFIA, DIPLOMÁTICA E ICONOGRAFIA*



### Noções de Cronologia

Afirma que é a ciência de contar o tempo de acordo com as diversas culturas humanas ao longo de cada existência. Propõe a divisão entre cronologia astronômica e cronologia histórica, a primeira voltada para os fenômenos da natureza e a segunda ao comportamento humano. O livro traz rica ilustração sobre o tema, com destaque para os calendários de civilizações antigas.

### Noções de Epigrafia

De maneira sintética, podemos condensar os muitos detalhes arrolados pelo autor para o conceito de Epigrafia ao afirmarmos que em todas as épocas se empregaram igualmente, para sustentáculo da escrita, matérias sólidas tais como a madeira, a pedra e o metal. Os registros não exatamente escritos, contudo entalhados ou gravados, fundam o objeto dessa ciência. Conseguiu espaço especial sobretudo no estudo da Antiguidade greco-latina. Aglomera amplo material de fontes para o estudo e compreensão das civilizações humanas. Os subtemas em destaque são, o estudo da Epigrafia; material epigráfico; a escrita, seus sistemas e maneiras e divisão da Epigrafia.

### Noções de Bibliografia

A Bibliografia “é a ciência que trata da produção e classificação dos livros” (BARROSO, 1946, p. 176). Deve proporcionar condições de informação rápida e segura a propósito dos recursos oferecido pelo patrimônio literário e científico da humanidade. O patrimônio de uma biblioteca deve estar disponível de forma que todos os interessados o aproveitem completa e apropriadamente. Barroso divide o assunto em definição e programa; história da Bibliografia; divisão da Bibliografia; teoria da classificação dos livros; sistemas bibliográficos; classificação de livros; regras bibliográficas; abreviaturas; gravuras; encadernação e catálogos auxiliares.

### O LIVRO

Aborda a etimologia da palavra. Diz que o termo livro deriva do latim *liber*, um vocábulo conexo à cortiça das árvores, sendo um conjunto de folhas de papel ou de algum outro material análogo que, sendo encadernadas, compõem um volume. Discorre com muita propriedade como os livros podem ser e das partes de que são constituídos.

### III

#### Materiais do livro

Aqui arrolou e exemplificou os materiais dos quais são feitos os livros, como papiro, códice, papel, tintas, caracteres, tipos, encadernação, também sobre a arrumação de livros, sua conservação, ex-libris (marcas de bibliotecas) e fontes bibliográficas.

#### Noções de Diplomática e Paleografia

##### I – Diplomática

Para Gustavo Barroso é a “ciência auxiliar da história que ensina a autenticar, ler e interpretar os documentos de caráter público que servem de fontes históricas” (BARROSO, 1946, p. 227). Sua caracterização de fontes históricas abarca fontes narrativas, que seriam anais e crônicas, e fontes diplomáticas, compostas por documentos administrativos e judiciários de caráter público. O tema segue explorado no decorrer da publicação com os conceitos e exemplificações de fontes diplomáticas; doutrina diplomática; valor da diplomática; a Diplomática e a Cronologia; elementos críticos do teor dos documentos; Demetrologia ou conhecimento dos pesos e medidas antigas; Numismática ou ciência das moedas; Sigiologia ou conhecimento dos selos e sinetes; conhecimento das formas de assinaturas, firmas, chancelas e rubricas; Linguística; partes construtivas dos documentos; divisão dos documentos diplomáticos.

##### II – PALEOGRAFIA

São noções sobre os escritos antigos e a arte de compreendê-los ou mesmo decifrá-los. Por meio de pesquisa cautelosa das formas e abreviações das letras empregadas dantes em cada multiplicidade de escrita, os paleógrafos estudam para interpretar os encanecidos manuscritos. Ordinalmente podem rematar com exatidão onde e quando os documentos sem data foram escritos. Da mesma forma não é incomum descobrirem adulterações. A Epigrafia, enquanto seção especializada da Paleografia, é o estudo das escrituras arranjadas em material resistente, como a pedra e o metal. Ao definir a Paleografia, o autor a divide em materiais subjacentes à crítica; formas da escrita; abreviaturas, sinais e siglas; estenografia e criptografia

#### Noções de Iconografia

##### Definição geral

Entende como “o estudo das imagens produzidas pelas artes plásticas, pintura, escultura, gravura etc.” (BARROSO, 1946, p. 2259). A divisão para seu melhor entendimento

contempla, I – Pintura; II – Estatuária; III – Glíptica; IV – Gravura; V – Cartografia; VI – Niepceotipia, a qual chama de “a avó da fotografia” (BARROSO, 1946, p. 322); Daguerreotipia – que seria um processo fotográfico ainda incipiente – e Fotografia; VII – Iconografia brasileira e apresenta fontes bibliográficas.

## **Livro II**

### **DUAS PALAVRAS**

Neste segundo volume da Introdução à Técnica de Museus, incluímos a parte das especializações necessárias para o conhecimento e classificação de objetos. Longe de nós o pensamento de trazer novidades ou de esgotar os assuntos. Abordamos somente os principais e deles damos as noções imprescindíveis a um bom conservador de museus. Procuramos com simplicidade e clareza pô-los ao alcance da compreensão dos estudiosos e, ordenando-os com lógica, pedagogicamente, indicar os rumos a seguir para estudos mais acurados e substanciais. Com as noções de heráldica, bandeiras, condecorações, armaria, cerâmica, cristais, joalheria, prataria, bronzes artísticos, mecanismos e instrumentos de suplício, hauridas neste volume, parece-nos ficará o aluno do Curso de Museus apto a entender bem a importância desses vários conhecimentos técnicos e também a frequentar-lhes a bibliografia, aprofundando-se nos mesmo de acordo com seus pendores espirituais.

Deixamos de incluir o capítulo sobre Arte Religiosa por figurar no volume III dos “Anais” do Museu Histórico Nacional.

Nossos desejos são que está obra de torne útil e proveitosa. Nada mais.

(BARROSO, 1947, p. 3)

### **NOÇÕES DE HERÁLDICA**

Heráldica é a ciência e a arte de compor e delinear o brasão de armas, que é um conjunto de peças, figuras e insígnias organizados no campo de um escudo e/ou fora dele. Podem representar as armas de uma nação, país, estado, cidade, ou ainda de um soberano, de uma família, ou mesmo de um indivíduo, bem como de uma corporação ou associação. Segundo Gustavo Barroso:

a Heráldica tem regras fixas como qualquer ciência ou arte. Alguns autores consideram-na ciência dos brasões; outros, arte dos brasões. Ela proporciona uma orientação segura na identificação de edifícios, pedras tumulares, objetos de várias espécies e documentos iconográficos (BARROSO, 1947, p. 5).

Barroso discorre sobre o tema com detalhes de quem é muito conhecedor do que escreve. Dividiu esse estudo em origem e significado da Heráldica; cores heráldicas; representação simbólica dos esmaltes; elementos do brasão; formas do escudo; posições do escudo; partes do escudo; divisões do escudo; regra fundamental da Heráldica; simbólica dos esmaltes; peças nobres do escudo; diminuição das peças; designação do escudo; peças comuns

dos Brasões; atributos heráldicos; marcas e distinções do escudo; Heráldica Brasileira; catalogação de Heráldica; ficha comentada e fontes bibliográficas.

### NOÇÕES SOBRE BANDEIRAS

Definição geral que é dada por Gustavo Barroso, “bandeira é um pedaço de pano duma ou mais cores, preso a uma haste ou içado em um mastro, que serve para dar sinais, indicar um ponto de reunião, assinalar um posto importante, simbolizar uma Nação, Estado, Cidade ou corpo de tropas” (BARROSO, 1947, p. 59). Nesse volume faz um resumo histórico sobre as bandeiras e também arrazoa sobre as variedades de bandeiras; a classificação geral das bandeiras; a classificação das bandeiras históricas brasileiras; a catalogação das Bandeiras e propõe uma lista geral das bandeiras históricas que interessam ao Brasil.

### NOÇÕES SOBRE CONDECORAÇÕES

Fazem parte da história da humanidade desde os mais remotos tempos, desde o “homem selvagem e bárbaros” às mais sofisticadas civilizações. Conceitua e exemplifica a origem e história das condecorações; a instituição das Ordens de Cavalaria; as Ordens monásticas guerreiras; as Ordens peninsulares; graduações das Ordens Honoríficas; classificação geral das condecorações; Condecorações Brasileiras e apresenta uma catalogação de condecorações.

### NOÇÕES DE ARMARIA

O tema é iniciado destacando-se a necessidade do estudo da Armaria.

As armas são companheiras do homem desde seu aparecimento sobre a terra. Uso-as em todos os tempos quer para atacar, quer para defender-se. Com elas, lutou contra as feras e contra seu semelhante. O choque das armas acompanha todos os capítulos da história da humanidade. A elas estão ligadas intimamente todos os episódios guerreiros dum povo. O estudo da origem e evolução das armas, a *armaria*, é, pois, de suma importância para a classificação dos objetos e relíquias dum museu (BARROSO, 1947, p. 115).

Classifica as armas em ofensivas – armas de mão, armas de arremesso e máquinas de guerra – e armas defensivas, que seriam de mão, do corpo e do cavalo. Faz comentários extensos e minuciosos sobre todas essas armas e uma catalogação meticulosa sobre todas as armas até então conhecidas. Destaca também a armaria brasileira desde a chegada do colonizador, oferecendo especial detalhamento das armas utilizadas durante o Império do Brasil.

## NOÇÕES DE ARTE NAVAL

No breve parágrafo em que inicia suas considerações sobre arte naval, Gustavo Barroso mais uma vez deixa claro a sua concepção de História e Museologia, isto é, seu apreço pela glorificação dos grandes vultos da História, bem como o entendimento de museu como depositário de relíquias. Não encontramos incongruência alguma no seu discurso, pelo contrário, manteve-se coerente na História que conheceu e estudara, o que também vale para a abordagem e os domínios da Museologia.

A importância da Arte Naval é muito grande nos estudos de Técnicas de Museus. Sem conhecer as várias espécies de navios e suas partes principais, é impossível classificar quadros, modelos e relíquias náuticas. As campanhas navais foram páginas dramáticas e gloriosas da história. As expansões marítimas outras ainda mais belas. O Brasil é um fruto da expansão marítima dos portugueses e seus marinheiros cobriram-se de glória nas guerras do Prata. Como entender e classificar as relíquias desses períodos memoráveis sem estudar os navios de todos os tipos que participaram das lutas e das navegações? É também necessário o conhecimento geral das embarcações anteriores à vida histórica do Brasil para se compreender a evolução, embora de maneira perfunctória, da arte naval e para se poderem explicar os documentos iconográficos, sigilográficos, heráldicos, numismáticos e outros em que aparecem figuras de embarcações (BARROSO; 1947, p. 177).

Após fazer diversas considerações de ordem universal, inclusive arrolando informações sobre navios antigos, faz uma classificação dos navios em geral, dos navios a vela, navios a vapor e de guerra a vapor, identifica e exemplifica as partes do navio e insere seções do que chama de pequenos navios típicos, embarcações miúdas, embarcações peculiares ao Brasil, embarcações de regatas, Arte Naval Brasileira e catalogação de navios.

## NOÇÕES SOBRE VIATURAS

Nesse capítulo Gustavo Barroso prende-se mais à parte técnica, dividindo as viaturas em de força motriz, de tiro e veículos. Os veículos, por sua vez, são arrolados como de tração humana, de tração animal, sem roda, movidos a vento e mecânicos. Ainda comenta sobre veículos brasileiros e faz uma catalogação de viaturas.

## NOÇÕES SOBRE ARQUITETURAS

Na introdução do capítulo a que chama de “generalidades”, observamos a ampla estima que oferece à arquitetura.

A arquitetura é, ao mesmo tempo, a arte mais técnica, mais completa e mais expressiva. Mais técnica porque depende de maior conhecimento das ciências exatas e do emprego adequado dos materiais de construção. Mais completa porque exige o concurso de todas as artes decorativas, desde a pintura e a escultura até a jardinagem. Mais expressiva porque é a que mais impressiona o espírito e revela a alma dum sociedade, dum país, dum época, dum civilização. Além de expressão de bom gosto,

de forma e de beleza, demonstra integralmente o estado material e espiritual dum povo.

Essa expressão pode manifestar-se em três sentidos, religioso, civil e militar. É preciso sempre ter em vista êsses três sentidos no processo de classificação de qualquer monumento, incluindo-se em um destes três grandes ramos,

1 – *Arquitetura religiosa*, templos de mosteiros.

2 – *Arquitetura civil*, edifícios públicos ou particulares.

3 – *Arquitetura militar*, castros, castelos, fortalezas, muralhas, fortificações de qualquer natureza (BARROSO, 1947, p. 237).

Dessa feita explica o que denomina de origens das Arquiteturas, arquiteturas, arquiteturas modernas, arquiteturas exóticas, pequeno glossário dos principais termos técnicos das arquiteturas, a arquitetura no Brasil e catalogação de documentos arquitetônicos.

## NOÇÕES DE INDUMENTÁRIA

A respeito da origem da indumentária, assegura:

Sobre a origem do vestuário, escreve um tratadista: “Depois da necessidade de alimentar-se, seguiu-se como necessidade mais urgente para o homem a de vestir-se. Tudo lhe torna oportuno, senão indispensável, um meio de proteção contra as causas de sofrimento que lhe vem do ambiente. No ar em que está mergulhado, na terra em que pisa, entre os seres que o rodeiam, seu bem-estar acha-se incessantemente ameaçado e, às vezes, sua vida comprometida”. Acrescentando-se a isso as inspirações estéticas e as conveniências morais, temos tudo quando ditou aos homens o modo de vestir.

Discorre sobre materiais de indumentária, tipos principais de tecidos, acessórios da indumentária e estudos e divisões da indumentária, os quais divide em indumentária civil, religiosa, militar e brasileira. Faz uma catalogação da indumentária.

## NOÇÕES DE MOBILIÁRIO

Gustavo Barroso discorre detalhadamente sobre as origens do mobiliário, especificando as características do mobiliário egípcio, caldaico, grego, romano, bizantino, romântico, gótico e oriental. Demonstra especial atenção sobre o mobiliário de origem francesa, que divide em: Estilo Luiz XIII, Estilo Luiz XIV, Estilo Luiz XV, Estilo Luiz XVI, Estilo Diretório, Estilo Império, Estilo Restauração, Estilo Luiz Filipe e Estilo Napoleão III. Ainda faz comentários minudenciados sobre o que chama de mobiliário moderno, tapeçarias e tapetes, mobiliário brasileiro, crítica do mobiliário luso-brasileiro e catalogação de móveis.

## NOÇÕES SOBRE CERÂMICA E CRISTAIS

Nesse capítulo do segundo volume do livro *Introdução à Técnica de Museus*, faz um apanhado histórico das origens e do desenvolvimento da técnica de fazer cerâmica,

mostrando como o homem aperfeiçoou essa tecnologia. Apresenta variedades da cerâmica, como a Egípcia, a Chinesa, a Japonesa, das Índias, a Coreana, a Persa, a Hindu, a Árabe e espano-mourisca, a Americana, a Grega, a Romana, a Medieval, do Renascimento e a que nomeia de Moderna. Também comenta sobre as marcas de cerâmica, azulejos e ladrilhos, cerâmica brasileira, louças usadas no Brasil, vidros e cristais, bem como mostra uma catalogação de cerâmica.

#### NOÇÕES DE OURIVESARIA, PRATARIA E BRONZES ARTÍSTICOS

Explica e especifica pormenores sobre ourivesaria em geral, apresentando joias e sua classificação, pedras preciosas, joias brasileiras e relojoaria. Da mesma forma cita sobre prataria, falando sobre sua classificação e divisão, proveniência e contrastes. Dedicase à explanação sobre bronzes artísticos.

#### NOÇÕES SOBRE MÁQUINAS

Nesse tema apresenta algumas generalidades, especifica o que denomina de divisão geral das máquinas, máquinas primitivas tradicionais do Brasil e exemplo de ficha para uma catalogação de Máquinas.

#### NOÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS DE SUPLÍCIO

O último assunto desse volume versa sobre instrumentos de suplício. Faz um próêmio histórico, pormenorizando sobre os instrumentos de tortura, instrumentos de morte e suplícios no Brasil. Finalmente apresenta exemplos de catalogação de instrumentos de suplício.

### **5.8 Museus e educação na visão de alguns conservadores formados no Curso de Museus do MHN**

Sígrid Pôrto de Barros<sup>141</sup>, em artigo denominado “O Museu e a Criança”, publicado nos anais do MHN de 1958, remonta a fatos decorrentes da Primeira Guerra Mundial como um marco do vínculo entre escolas e museus. A conservadora explica que Molly Harrison, conservador do Geffrey Museum de Londres, observou que durante a guerra, na cidade de Manchester (Inglaterra), em razão de diversos prédios serem escolares, foram requeridos para funcionar como hospitais emergenciais, o que desalojou muitos estudantes. Foram utilizadas salas de museus e galerias de arte a fim de abrigar os alunos, passando a funcionar como salas

---

<sup>141</sup> Diplomada na turma de 1949 do Curso de Museus, foi Conservadora Classe I do Museu Histórico Nacional (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 95).

de aula. Isso teria favorecido a aproximação das escolas com os museus no pós-guerra, inaugurado uma nova forma de relacionamento, a visita programada, e demandado uma preparação diferenciada para receber esse público em idade escolar diversa.

No discurso da conservadora notamos um enfoque na necessidade de planejamento das visitas escolares a museus, considerando a idade do visitante como um ponto fundamental nessa preparação.

É flagrante que as crianças pensam e aprendem em ritmos muito diferentes e que várias, dentre elas, reagem mal a frases ouvidas, e evidenciam ao contrário, vivacidade e sensibilidade, logo que são chamadas a exercer uma atividade em que entrem com alguma contribuição pessoal. Fica, portanto, excluído o conceito de eficácia de uma visita sem orientação planejada, em que a criança não seja chamada a intervir ativamente (BARROS, 1958, p. 47).

O desenvolvimento do artigo de Sigríd Barros segue seu percurso a partir de sua experiência como conservadora no MHN, quando orientou a visita de 1290 alunos de diversos colégios de “vários níveis culturais”, como denomina a autora, nos anos de 1953 a 1957. Percebemos sua preocupação em tornar as visitas atraentes, através de métodos e técnicas que envolveriam os visitantes, fazendo-os participar daquele momento de ensino e aprendizagem no museu, para que pudesse, o visitante, efetivamente desenvolver aspectos cognitivos a partir de uma visita significativa. Fez um trabalho metuculoso de registro de suas observações nas visitas e elaborou uma metodologia de acordo com a idade do visitante – “Relação do museu com escolas maternas, jardins de infância, curso pré-primário e primário” (p. 50) –, estabelecendo objetivos específicos e técnicas exclusivas para atender a todo um arcabouço que denomina de “História Viva”, produto de uma “Escola Ativa”, em que o aluno seria o núcleo do sistema de ensino, aquele para qual deveriam estar voltadas todas as ações educacionais, no intuito de contribuir para a identificação de significados no processo de ensino e transcendências no processo de aprendizagem. Sintetiza:

Uma visita aos museus, deverá levar o aluno a, *ouvir, discutir, observar, experimentar e comprovar*, sem prejuízo de estimular a consulta de autores abalizados, antes de formar opinião própria sobre a matéria em apreço. Bem orientado, sentir-se-á seguro e, não raramente, voltará trazendo colegas, irmãos ou os próprios pais, passando a ser ele, então, o orientador do grupo (BARROS, 1958, p. 60).

Por “História Viva”, resultado de uma “Escola Ativa”, identificamos não apenas um referencial sobre o papel educacional museológico presente no discurso, mas ainda um conceito definido de História, delineado na seguinte passagem do texto:

Um museu histórico oferece um conjunto vivo que, a par de detalhes artísticos e técnicos, favorece sobretudo o ensino de História, que objetiva proporcionar aos



alunos um conhecimento básico da época em que vivem, tornando-os capazes de compreender que o presente é consequência do passado e a importância da causalidade em História.

É pois importante que seja despertado neles, o interesse pela formação histórica, pelos aspectos característicos do folclore, das tradições populares do Brasil, bem como devem ser evidenciados os resultados do trabalho do homem através dos tempos; logo se aguçará neles a capacidade de investigação, interpretação e crítica dos fatos históricos (BARROS, 1958, p. 48).

A pesquisa pormenorizada apresentada por Sigríd Barros no artigo em questão esteve presente em escritos anteriores da autora, nos anais do MHN, em que demonstra sua inquietação da conservadora de museus com os aspectos didáticos e pedagógicos de uma visita, atividade fim da instituição museu. Seu esforço investigativo e a apresentação de um postulado metodológico para visitas programadas significativas para o visitante, bem como a publicação de seus trabalhos nos anais do MHN, apontam para uma política do próprio museu referente à sua relação com o público e a sua função educacional.

É compreensível que haja ensino sem auxílio dos museus e suas coleções (comunidades existem em nosso país, que não possuem um simples museu regional), mas é totalmente injustificável que existam museus dissociados dos planos educacionais vigentes, dentro dos modernos ditâmes da “Escola Ativa”.

Há uns vinte e cinco anos, na escolaridade comum, ao conhecimento livresco e ao ensino meramente verbal, sucedeu o emprego de métodos visuais. O ensino de História, por exemplo, não mais se restringiria à preleções e à memorização infundas dos temas dados. Passou a ser indispensável que o aluno fosse levado a consultar autores, selecionar temas de novelas, romances biográficos, realizar crítica, enfim.

Foi sugerida a visita a *Museus*, excursões à locais históricos, apreciação de monumentos e exames diretos à documentos.

[...]

*O objetivo evidente a ser atingido, era a formação da consciência social do aluno, através do ensino de História* (BARROS, 1952, p. 219-220).

A conservadora sugere, ainda, a criação de um “serviço educativo” em cada museu, funcionando separadamente das atividades de pesquisa e sob a responsabilidade de um conservador designado e preparado para o exercício da função, ou seja, que conheça as coleções do museu e que tenha condições didáticas e pedagógicas de apresentá-las aos alunos visitantes, sem precisar da colaboração dos professores, desconhecedores da “Técnica de Museus” e das particularidades dos objetos das coleções.

Outra sugestão que faz é a criação de museus escolares que valorizem a cultura local, o folclore e o regionalismo, amparados na pluralidade da cultura nacional. Para que a escola não crie apenas um repositório de objetos regionalistas, deslocados de uma narrativa histórica, propõe que busquem o auxílio de um conservador, no intuito de que o museu escolar seja efetivamente educativo.

Preocupada com a utilização cultural das coleções dos museus de história, assinala a indispensável sensibilidade dos responsáveis pela organização das coleções e das mostras, a fim de que mantenham-se interessantes para os visitantes, servindo de vetor para o exercício da aprendizagem. Recusa as soluções muito onerosas para exposições, enquanto defende um planejamento eficaz, pois defende que toda forma de comunicação, pois mais pertinente que seja, estará fadada à obsolescência, “ora, se a História começou com o aparecimento do homem, ela continuará indefinidamente, enquanto êle existir (BARROS, 1952, p. 222). O mesmo vale para os museus, raciocina, a evolução do museu se dará forçosamente ou a instituição cairia em obscurantismo; suas áreas fixas devem atender àquilo que a foram destinadas; a possibilidade de acúmulo de objetos com o passar dos anos, o que faria as salas de exposição se tornarem apenas depósitos etc. Admitindo que é responsabilidade daqueles que planejam e conduzem as visitas aos museus que as exposições façam os visitantes se apropriarem de novos conhecimentos e emoções, vaticina:

É comum ouvir-se a alegação de que as atuais condições (materiais, financeiras e de pessoal) de nossos museus e os tipos de visitantes que à êles vêm, não permitem, e mesmo tornam inviáveis, planos assim estruturados.

Perguntamos, – A quem, senão à Escola e ao Museu de História, caberá a tarefa elevada de aguçar o espírito de crítica construtiva e sistemática, num mundo em desenvolvimento?

Se ambos falharem nesse objetivo, evidentemente, as novas gerações encontrarão seus subsídios, de forma natural na literatura, no cinema, na imprensa ou T.V., sob formas nem sempre convenientes (BARROS, 1952, p 221).

É pertinente anunciarmos que na Carta de Atenas de 1931, cuja primeira tradução para o português foi feita para os arquivos da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1937, por Nair de Moraes Carvalho, que posteriormente foi professora e coordenadora do Curso de Museus, traz, no item b do capítulo VII, importante referência à educação e à preservação de monumentos, quando diz:

A Conferência, convencida que a melhor garantia para a conservação dos monumentos e obras de arte reside no respeito, na afeição dos povos, considerando que esses sentimentos podem ser sobremodo fomentados pela ação adequada dos poderes públicos, formula a inspiração de que os educadores acostumem a infância e a mocidade a se absterem de estragar os monumentos, ensinando-lhes a interessar-se de modo geral pela proteção dos testemunhos de todas as civilizações (CARVALHO, 1937, p. 5-6).

Nair de Moraes Carvalho também escreveu nos Anais do MHN, no volume VIII (1957), artigo intitulado “Papel educativo do Museu Histórico Nacional”. Nesse artigo, a então professora e coordenadora do Curso de Museus engendra uma resenha sobre uma publicação

do ICOM de 1952 denominada *Musées et Jeunesse*. A publicação, assinada por autoridades na área da Museologia na Europa e na América, com situações reais divergentes, por isso muito ricas em suas especificidades, pretende afastar-se de “questões teóricas” para debruçar-se sobre “domínios da realidade prática”, quais sejam, a função educativa dos museus, notadamente a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, ou seja, já nos anos de 1920; as implicações dessa função educativa no tocante às responsabilidades em relação à juventude; a criação de departamentos educativos nas instituições museais, principalmente a partir de necessidades surgidas de fora dos museus, ou seja, de instituições escolares, ou mesmo através de investidas pessoais, tanto de fora (professores, diretores de escolas etc.), quanto de dentro dos museus, como de alguns conservadores que buscaram inovar em seu campo de atuação, atitudes que chocaram profissionais mais antigos e levaram os mais novos a lidarem com crianças, situações que não dominavam, mas que se puseram a enfrentar; a necessidade de tornar os museus mais atraentes para os jovens visitantes, tanto do ponto de vista da escolha das mostras e exposições, da disponibilização dos objetos, quanto da mediação das visitas por profissionais habilitados para a função; a opção por exposições temporárias, sempre mais divulgadas que as permanentes, mas com o cuidado de não descuidar das últimas, porém, do contrário, investir no seu incremento, com vitalidade e modernismo; ter cuidado para não exceder no uso de material explicativo, deixando que boa parte das informações cheguem ao visitante através da experiência da visita; sugestão de que as visitas escolares sejam feitas em pequenos grupos, um máximo de quinze estudantes, para um melhor desempenho do conservador que conduz a visita, como para permitir um leque maior de possibilidades de intervenção do aluno e, conseqüentemente, uma maior interação e aprendizagem; que os métodos de ensino nos museus fossem menos formais, menos acadêmicos, menos teóricos e que aproveitassem das relações de ensino mais modernas, que fossem “antes visual do que verbal, dirigindo-se tanto à sensibilidade quanto à inteligência” (CARVALHO, 1957, p. 21); o contato permanente entre conservadores e educadores, no intuito de realizarem programas de atividades que atendessem aos interesses da juventude.

Ao concluir a resenha e iniciar suas reflexões, refere-se ao MHN:

Fizemos êste apagado resumo de “Musées et Jeunesse” do ICOM, a fim de mostrar que muita coisa trazida em nossos dias ao conhecimento do público como novidades ou frutos de recentes experiências, já foi motivos de cogitações, estudos e aplicações práticas do Museu Histórico Nacional, fundado numa época em que nenhum organismo estatal ou organização internacional se preocupava com o problema dos museus, em que não havia no Brasil o menor interêsse pelo assunto e até deputados ignorantes do mesmo apresentavam ao Congresso emendas orçamentárias suprimindo por inútil e onerosa a nova instituição; em que não se cuidava de organizar pessoal especializado em museologia, não se imaginava sequer um curso para sua formação e

se desconhecia em absoluto o que fôsse técnica de museus; em que nenhum museu histórico oficial havia no país, o de arte não passava de uma pinacoteca ligada à Escola de Belas Artes, nenhuma defesa visava as riquezas do patrimônio histórico e artístico nacional abandonadas às devastações do tempo e ao vandalismo dos homens; em que ainda nenhum jornalista, escritor ou amador escrevia uma palavra sobre a matéria e até sofriam remoques e eram alcunhados de passadistas os que procuravam defender o passado.

Pois bem, nessa ingrata época surgiu o Museu Histórico Nacional, criado pelo Presidente Epitácio Pessoa e entregue à direção do Dr. Gustavo Barroso. E, logo que começou a se equilibrar e enriquecer, o novo instituto se entregou a uma tarefa de defesas das nossas relíquias e de irradiação cultural. Desde os primeiros passos, o Museu Histórico revelou o seu caráter educativo pelas providências que, na medida das possibilidades, foi tomando a sua direção. Compulsando-se o seu arquivo, verifica-se que, pouco tempo depois de sua organização, a Diretoria envia ofícios aos colégios particulares e às escolas públicas, convidando mestres e alunos a visitarem suas exposições e pondo à sua disposição os funcionários-guias necessários. Essas visitas começaram logo a efetuar-se e se multiplicaram pelo tempo além, de modo que hoje, anualmente, sobem a milhares os meninos e rapazes que frequentam em grupos, vindos dos estabelecimentos de instrução, as salas e mostruários da Casa do Brasil. Tudo o que o Sr. Hould observa e discute no seu Preâmbulo é trabalho de rotina no nosso Museu Histórico há pelo menos 30 anos, visitas escolares dirigidas em que os alunos são acompanhados pelos seus professores e por conservadores do Museu, com divisões em grupos pequenos e rápidas preleções; visitas escolares livres, visitas combinadas e mais visitas com verdadeiras aulas de estudantes de cursos superiores, como da Escola Naval e da Escola Militar. E não existe o caso de premiar êsses jovens visitantes com entradas de favor, como na Europa, porque a freqüentação do Museu Histórico é gratuita para todos (CARVALHO, 1957, p. 26-27).

Desde as primeiras décadas do século XX, mormente depois da Primeira Guerra Mundial, como já frisamos, o tema da educação nos museus deixou de ser debatido de uma forma geral, uma vez que a partir de então o assunto passou a ser tomado também por meio de suas afinidades com a educação escolar, visando, logo se deduz, o público jovem. Objetivava-se ressaltar os vínculos entre museus e escola.

Nair de Moraes Carvalho menciona Germaine Cart, que classificara distintas visitas educativas e faz menção, também, a questionários que poderiam ser respondidos por alunos no intercurso ou mesmo posteriormente à visita a museus. Ainda, indicava uma variável de visitas escolares, quais sejam, “visitas escolares dirigidas”, assinaladas como aquelas que se concretizariam durante o horário de aula, com um projeto concebido anteriormente e com o comando e fala dos conservadores do museu; “visitas escolares livres” seriam aquelas em que grupos de estudantes sugeridos fariam fora do horário escolar e que poderiam dispensar acompanhamento específico, na qual seria recomendado um tema para estudo ou verificação da aprendizagem; “visitas escolares combinadas”, por sua vez, seriam arranjadas de maneira que pudessem ser dirigidas e livres, concomitantemente.

Nair de Moraes Carvalho finaliza seu artigo enaltecendo o trabalho da direção do Museu Histórico Nacional, justamente nas três pilastras em que sustemos essa narrativa, ou seja, a importância do trabalho feito na seara museológica e de preservação patrimonial com a

fundação do MHN, da Inspetoria e do Curso de Museus, responsáveis por um sopro de modernidade nesses domínios culturais no Brasil da primeira metade do século XX.

Entretanto, há certa divergência ao pensamento de Nair de Moraes Carvalho por outra conservadora do MHN, Dulce Cardozo Ludolf<sup>142</sup>, que também publicou nos anais, precisamente no volume XIII. Seu artigo “Nova diretriz dos museus” assinala que houve determinada evolução nas relações entre museus e escolas de seu tempo, não tão evidentes, desde o princípio, como defendera Nair de Moraes Carvalho, mas muito pontuais a partir dos anos de 1950. Suas considerações sobre o tema iniciam-se com algumas constatações sobre a evolução das ciências e da tecnologia, interferindo sobremaneira nas ações humanas.

A descoberta da energia atômica revolucionou a ciência, impulsionando-a para novos rumos. Horizontes até então desconhecidos desvendaram-se aos pesquisadores e à humanidade, dando início a uma nova era em que a cultura e o saber se firmam em bases sólidas para um progresso cada vez maior. Constata-se, cada dia, um crescente desenvolvimento em todos os ramos da ciência, uma aplicação prática do saber humano em novos campos de atividade.

Atualmente, a palavra *museu* não mais designa um simples depósito de antiguidades. O museu de hoje é um centro de pesquisa. Seus funcionários esmiúçam a origem, a qualidade e o valor dos objetos, preocupam-se com os problemas técnicos de sua apresentação e de sua conservação, com a influência que exercem sobre a educação dos visitantes. Para atender a todos êsses problemas, uma série de especializações se tornam necessárias.

Os museólogos, com seus estudos, chegaram a resultados tão positivos que os museus ocupam hoje um lugar destacado no plano educacional. São órgãos ativos que se impõem na vida cultural do país, interessando e orientando os estudiosos em todos os ramos da arte e da ciência, o que pode ser feito de maneira segura, uma vez que contam com técnicos experimentados, diplomados em cursos especiais, com tempo de serviço e trabalhos de pesquisa que constituem verdadeiro atestado de idoneidade (LUDOLF, 1952/1964, p. 189).

Não se eximindo de perfilhar que a conexão entre museus e educação tinha antecedentes, Dulce Cardozo Ludolf avaliara a história dos museus sugerindo que a aproximação então contemporânea encetada com o campo educacional incidia em uma “nova diretriz dos museus”, tal como sugere o título de seu artigo. Desse modo, se existira uma junção entre museus e educação remota, nem sempre tivera as mesmas características e tratava-se, no tocante ao seu texto, em delimitar as inovações. Essa era a divergência em relação à posição de Nair de Moraes Carvalho, que considerava que a relação museu-escola não era novidade, principalmente no MHN, enquanto Dulce Cardozo Ludolf visualizava como uma marca renovada dos museus a partir dos anos de 1950.

É nessa década que surge uma publicação emblemática, o livro **Museu e educação** (1958) de Florisvaldo dos Santos Trigueiros, cuja primeira edição é de 1956. Também formado

---

<sup>142</sup> Diplomou-se na turma de 1941 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 62).

em Museologia pelo Curso de Museus, amigo muito próximo de Gustavo Barroso, Santos Trigueiros escreveu, depois de **Introdução à técnica de museus**, do próprio Gustavo Barroso, uma publicação mais historiográfica, metódica e informativa a propósito da formação em Museologia.

Logo na introdução, Santos Trigueiros indica que o seu desejo com aquela publicação seria “mostrar a importância que os museus adquiriram na última década, decorrente de total modificação na sua maneira de ser, passando a influir no processo educativo e a exercer papel na vida da comunidade” (1958, p. 13). Prefaciado por Heloisa Alberto Torres<sup>143</sup>, o livro ratifica que a relação com a educação contribuiu terminantemente para uma redefinição do caráter dos museus. Em seu texto, Heloisa Alberto Torres faz um breve histórico do papel desempenhado pelos museus frente à educação, reconhecendo que a partir de ações como a de Gustavo Barroso no Curso de Museus é que se multiplicaram outras ações em favor das atividades educativas. Diz:

a colocação do acervo de museus a serviço da educação popular, a objetivação dos temas culturais através dos espécimes das coleções, a exploração desse material capaz de estimular o trabalho mental, na contemplação de objetos dispostos de modo a exemplificar os fatos da vida e das realizações humanas foi, inicialmente no Brasil, obra de gente de museus (TORRES in SANTOS TRIGUEIROS, 1958, p. 10).

A evidente novidade da abordagem da Museologia por Santos Trigueiros se delineia quando assinala os museus como instituições de documentação. É nessa acepção que inicialmente se caracteriza seu esforço elucidativo, para, em seguida, destacar a importância dos museus como elementos fundamentais para o desenvolvimento educacional, no que tange, principalmente, ao reconhecimento e à necessidade de se estreitar os vínculos com formação escolar dos jovens.

A ascensão da educação à condição de tema central nas discussões sobre Museologia, notadamente a partir da década de 1950, tem a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), segundo Santos Trigueiros, como instituição promotora. Nos museus, houve incentivo de reuniões de educadores e técnicos de museus. O pioneiro e grande seminário sobre o tema se deu em 1952, no Brooklyn (Nova York), no qual fora aprovada uma resolução em que se asseverava que o avanço dos métodos de ensino

---

<sup>143</sup> Antropóloga, foi a primeira mulher a exercer o cargo de direção do Museu Nacional (antigo Museu Real, criado em 1818), no período de 1937 a 1955. Foi conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e participou da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Foi reconhecida internacionalmente por seus estudos nas áreas de antropologia, arqueologia e etnografia. Presidiu a Organização Nacional do ICOM.

seria beneficiado se houvesse a conexão do trabalho educacional dos museus com os programas dos institutos de educação. Ademais, viu-se a defesa da ideia de que a preparação para o magistério deveria trazer em seu bojo a utilização de museus e de toda a sua estrutura técnica e metodológica, o que seria benéfico para uma melhor formação humana e melhor compreensão da História por parte dos estudantes. Com a finalidade de compreender os museus como organismos documentadores de essencial autoridade no sistema educativo, Santos Trigueiros nos informa que:

Atendendo a essa finalidade tem a UNESCO incentivado reuniões de educadores e técnicos de museus, sendo que a primeira, realizada em Brooklin (Nova York), em 1952, num “Seminário sôbre o papel dos Museus na Educação”, incluiu entre as suas resoluções os itens seguintes,

“Os programas educacionais e de atividades do museu devem prepara-se, em cada país, levando em conta as necessidades do seu material humano.

A integração do trabalho educacional dos museus com o programa dos institutos de educação pode dar prestígio, elevar o nível e melhorar os métodos de ensino. Os mestres de todos os graus de ensino devem ter conhecimento adequado dos recursos e utilidade dos museus. Assim, instamos que todos os programas de preparação para o magistério incluam oportunidades de treinamento no uso dos museus e de sua técnica” (SANTOS TRIGUEIROS, 1958, p. 15-16).

Em seguida o autor discorre sobre como vários países têm posto em prática essas recomendações da UNESCO, como Nova Zelândia, Cuba, Noruega, Inglaterra, Estados Unidos, Guatemala, entre outros, para finalmente fazer referência ao que tem ocorrido no Brasil na sugestiva evolução do pensamento e das ações em torno do vínculo entre museus e educação.

No ano passado a Divisão de Educação Extra-Escolar do nosso Ministério da Educação e Cultura, organizou no Rio de Janeiro um curso de conferências e visitas a museus.

Podemos adiantar, no entanto, que as observações já comprovadas, principalmente nos Estados Unidos, aconselham que as medidas considerem em primeiro plano, os que se preparam para o magistério, ou sejam, em nosso caso, os alunos das Escolas Normais e Faculdades de Filosofia.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos são duas entidades que devem se entrosar com a Organização Nacional do ICOM e os museus brasileiros, para a efetivação de um amplo programa educativo. (SANTOS TRIGUEIROS, 1958, p. 19).

O curso de conferências e visitas a museus, promovido pela Divisão de Educação Extra-Escolar, do Ministério da Educação, em 1957, a que se refere Santos Trigueiros, teria sido uma espécie de preparação para o seminário que se realizaria entre os dias 07 e 30 de setembro de 1958, isto é, o Seminário Latino-Americano de Museus que fora preparado pelo Comitê Regional da UNESCO no Hemisfério Ocidental. Antes, em 1956, a composição no Brasil da Organização Nacional do ICOM, teria sido crucial ao promover o Primeiro Congresso Nacional de Museus que, segundo Heloisa Alberto Torres, teria sido “nesse certame que, em

meio a debates cerrados e discussões fortes selou-se o início da cooperação sistematizada entre os educadores oficiais e os técnicos de museus” (TORRES *in* SANTOS TRIGUEIROS, 1958, p. 10).

Estreitam-se, assim, vínculos entre museus e escolas, procurando seduzir e definir o sentido do comparecimento dos alunos tanto de ensino fundamental, quanto médio e superior, nas suas dependências. Advertimos que tanto no livro de Santos Trigueiros quanto em artigos nos Anais do MHN da década de 1950 vemos uma sintonia com os interesses de museus promovidos por meio da UNESCO. Esse ideário conteve também a adesão do Ministério da Educação no Brasil para a constituição de conexões entre museus e escolas. A própria dedicatória do livro de Santos Trigueiros aos professores e alunos das Escolas Normais e Faculdade de Filosofia deliberava qual seria o público alvo desse trabalho, tais quais os museus que buscavam assegurar sua função educativa. O que vemos em relevo é a atenção dos museus voltada para o meio escolar, trazendo para si interesses dos professores.

Mesmo que a essa altura do desenvolvimento da Museologia no Brasil muitos já considerassem obsoleta a liderança intelectual de Gustavo Barroso, já tentassem se firmar no campo museológico disputando espaço com as ideias barroseanas, o litígio da afinidade entre museus e escola nos anos da década de 1950 colaborou para rearranjar o debate conceitual a propósito dos museus e revigorar o perfil dos profissionais de museus, prosperando com inovações de fundamentos a interação dos museus com o meio social.



## 6. MUSEOLOGIA E FOLCLORE, UM ADENDO À TRIÁDE DO LEGADO DE GUSTAVO BARROSO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

*Muita gente entende que ser folclorista é andar á matroca por aqui e por ali, apanhando refrões, cantigas e relatos a trouxe-mouxe.*

*Não. Isso não basta.*

*É necessário saber transcrever o que se ouve com fidelidade, sem exageros e sem mentiras, escrever com propriedade e clareza, evitar exibicionismos e ter ampla cultura geral, a fim de poder separar o joio do trigo, estabelecendo as analogias precisas.*

Gustavo Barroso (1932, p. 278-279)

O que hoje se denomina cultura popular foi tema de atenção, discussão e pesquisa dos intelectuais ocidentais desde pelo menos o final do século XVIII, período em que a Europa vivenciou diversas e intensas mudanças históricas, que atingiram todas as camadas da vida social, suprimindo algumas e fortalecendo outras, desmontando instituições e modificando realidades.

A partir dessa situação histórica e social singular, a divisão cultural do que até então era concebido como erudito e como popular desdobrou-se em distintos planos da realidade social: rural e urbano, oral e escrito, clássico e moderno. Diante desse processo civilizatório de limiar de século, considerado como inelutável por aqueles que professavam a filosofia iluminista e, correspondentemente, o Evolucionismo Social, os valores e as tradições correlativas ao universo da cultura popular, sopesados como frágeis e ameaçados de supressão cultural e histórica, passaram a fazer jus à inviolável defesa de numerosos intelectuais vinculados ao Romantismo que, em afluência aos movimentos intelectuais citados, viram no modo de viver e nas manifestações culturais das classes menos favorecidas, tanto uma maneira em si de resistência, bem como um próprio sistema de salvaguarda de seu espírito, isto é, o dito espírito do povo.

É, então, quando o folclore (no sentido tradicional de sabedoria do povo) passa a assinalar os estudos das chamadas antiguidades populares, tornando-se unívoco à cultura popular. Posteriormente o folclore vincula-se, também, ao patrimônio cultural imaterial.

A cultura popular, enquanto tema de discussão e estudo, assinala para uma seara com um difuso currículo de críticas, revides e altercações, entre pesquisadores perfilhados a abordagens modernas ou tradicionais, pela supremacia de seus discursos teóricos e metodológicos. Diante desse quadro, o assunto não está limitado a uma exclusiva área de conhecimento, conquanto ache amplo espaço no pensamento antropológico. De tal modo, pode-se ajuizar a cultura popular como um campo epistemológico específico no cerne das Ciências Humanas e Sociais, o qual faz fronteira com diferentes elementos de conhecimento,

permanecendo bastante próximo das questões abordadas pelos estudos do folclore, do patrimônio cultural e da cultura nacional.

A maioria dos críticos do estilo barroseano de abordar o tema defende que o bom desempenho do folclore como ação mobilizadora está diretamente vinculado ao seu fracasso enquanto ciência.

Aqui cabe ressaltar que o que chamamos de estilo ou ideário barroseano de folclore é uma construção nossa, visto que a maioria dos teóricos do folclore e da cultura popular desde princípios do século XX, tende a minimizar os importantes estudos e escritos de Gustavo Barroso, preferindo citar outros grandes autores cujas ideias Barroso compartilhou, como Silvio Romero e Câmara Cascudo. Estes são aceitos fielmente na academia; Gustavo Barroso, com certa parcimônia.

As possíveis limitações da análise sociológica enquanto instrumento de compreensão do folclore e da cultura popular não invalidam a compreensão do pensamento crítico de Gustavo Barroso como um momento de uma interpretação social e como arma de ingerência na vida e na cultura, que só pode ser corretamente interpretada se inserida em seu momento histórico, uma vez que a vigência e o interesse desta interpretação e dessa arma de ingerência residem no ritmo avassalador de Gustavo Barroso e na constante contradição que era seu modo próprio de viver e de pensar. Qualquer outro tipo de interpretação, fora de seu tempo, consideramos anacrônica.

Construiu sua produção bibliográfica não apenas pela análise e revisão dos valores da cultura, mas por via de um movimento dialógico, entre polos positivos e negativos, por um movimento simultâneo de construção e de devastação, numa dualidade indissolúvel, numa visão concomitante do verso e reverso, enriquecendo o senso de realidade e instaurando, constitutivamente, em sua obra, o dialogismo entre a ordem e a desordem e entre o "a favor" e "o contra", que faz permanecer suas ideias e opiniões no cerne de nossa historiografia, talvez justamente por força dessas contradições.

Tomando de maneira mais ampla, podemos afirmar que a filosofia e a doutrina dos pensadores da Europa do século XIX tiveram ampla divulgação na obra de Gustavo Barroso: o positivismo de Comte, o determinismo de Taine, o evolucionismo de Darwin, e outros como Spencer, Heckel ou, mais especificamente literários, Sainte-Beuve e Zola, que compuseram um imperativo quadro de referências para quem aspirasse compreender o pensamento científico como um sistema de trocas no mercado das novas ideias. Ao lado da vertente científicista, propagou-se também em sua obra um sentimento nativista, não mais voltado para o exótico

indianista, como no romantismo, mas para uma profícua perspectiva de descoberta das nossas diferenças culturais e analogias em relação à Europa e a outras partes do mundo.

Convém destacar que Gustavo Barroso, mesmo sob influência dos fatores de Taine – raça, meio e momento – na formação e no desenvolvimento de toda sua produção bibliográfica, claro deixou que, apenas por eles, tais fatores seriam incapazes de revelar todas as perspectivas de um objeto de análise, embora somente os três fatores pudessem ser submetidos ao exame da História. Abordando o homem como um ser social, é fundamental que se destaque a individualidade, fator primordial, primitivo e fundamental. Desta forma, os fatores de Taine se realizam como agentes modificadores da individualidade, considerada como um centro, uma soma de energias, um núcleo de força e ação e, assim, é uma espécie de pressuposto, um fundamento irreduzível que escapa à afluência da crítica.

Voltando ao fracasso do folclore enquanto ciência, apontado pelos críticos, a explicação mais simples do fenômeno versa em assinalar a debilidade teórico-metodológica dos estudos sobre o tema, considerados como construtos ideológicos, e não de conhecimento propriamente dito. Para esses críticos isso seria notadamente insuficiente, visto que os folcloristas tradicionais elegeram a formação da nação como objeto fundamental dos estudos culturais, escolhendo ainda o Evolucionismo Cultural como parâmetro basilar de análise e investigação científica.

Nesse capítulo final pretendemos traçar um painel da visão de Gustavo Barroso sobre folclore nacional e a sua preocupação em propor um meio de salvaguardar esse patrimônio no espaço de um museu. Portanto não nos fixaremos na crítica ao seu modelo, mas nas características constitutivas de seu arcabouço analítico e metodológico. Seguindo essa escolha, podemos afirmar que Gustavo Barroso defendia para o folclore, o anonimato, a aceitação coletiva, com adições, variações e reinterpretações do povo, a transmissão oral em sua origem, a antiguidade (no sentido de tradicional), a dinamicidade, a espontaneidade, visto que o fato folclórico nasce do povo, a funcionalidade (o fato contextualizado socialmente), a regionalidade e a universalidade.

Ao folclore, à defesa de seu estatuto de folclorista e em resposta à pecha recebida de Mário de Andrade que o nomeou “folclorista de gabinete”, escreveu em **Através dos Folclores**:

A ele tenho dedicado grande parte do meu tempo e do meu esforço, produzindo alguns livros, cujo único mérito talvez seja somente apreciar a matéria de pontos de vista ainda não aproveitados no Brasil. Dos moderníssimos no assunto, mero compilador, ou melhor, repetidor de cantos do sertão, já me acoimou de simples folclorista de

gabinete. Ao invés de atirar-me pecha, como pretendia, fez-me, sem querer, elogio imenso.

Ouvir o povo, tomar nota das suas manifestações e reproduzi-las em livro faz qualquer individuo. Se tanto, basta para isso saber ler e escrever. Mas reunir tais produções, agrupá-las, catalogá-las, seriá-las, esmiuçar-lhes variantes e analogias, réplicas e origens, na vida de outros povos, no seio de outras raças, no coração de outros continentes, percorrendo os séculos pelos livros e documentos tradicionais, isso, em verdade, nem todos poderão fazer. Tarefa semelhante requer acurado estudo, erudição, paciência, tempo, cuidado, proibidade intelectual, conhecimento de línguas estranhas e sobretudo rico material bibliográfico. Ademais, quem realiza essa obra de gabinete pode ir colher as produções demológicas quando queira se entregar a esse trabalho, tal como o fiz há poucos lustros, no Ceará, enquanto que o catador, respingador e ajuntador de trovas ou racontos não poderá executar o serviço de gabinete quando lhe der na veneta. Este fia mais fino (BARROSO, 1927, p. 5-6).

## 6.1 O discurso de Gustavo Barroso sobre folclore sertanejo

Inicialmente é valioso destacar a amplitude do conceito de Folclore para Gustavo Barroso e a importância que dera ao seu estudo e sua pesquisa.

O folclore abraça vastíssimo quadro da vida popular. Pode-se mesmo dizer que é toda ela, construções aldeãs, marcas de propriedade em coisas e bichos, objetos úteis, arte rústica, psicologia das gentes, costumes, ornatos, vestes, alimentos, cerimônias, regras jurídicas, jogos, folguedos, brinquedos infantis, instrumentos, religião, mitos, lendas, superstições, medicina, canções, provérbios, inscrições, músicas, danças, autos, pastorais, contos, facécias, anedotas, linguajar, denominações de toda espécie. Perdoai a enumeração longa. Mas tudo isso é folclore, de acordo com o maravilhoso índice que traçou o eminente Sr. Hoffmann-Krayer, presidente da Société des traditions populaires de Basileia, que no dizer do erudito Van Gennepe, é das maiores autoridades contemporâneas no assunto (1927, p. 6).

O folclore se estende a este quadro de estudos, lendas históricas, contos, fábulas e apólogos, canções e cantigas, trovas, superstições, tradições religiosas e científicas, adivinhações, ditados e provérbios. Ainda poderemos acrescentar à lista, crenças, magia, medicina popular, instituições, ritos, indústrias, festas, jogos, brinquedos, construções rústicas, artes locais, costumes, roupas, utensílios, teatro popular, danças, anedotas, inscrições, linguajar, nomes. Tudo isso é folclore.

É um quadro vastíssimo e interessantíssimo (1933, p. 18).

É notório que, para Gustavo Barroso, folclore e cultura popular confundem-se. Mimético, o folclore suporta influência do meio em que se revela enquanto absorve as alterações que se lhes apresentam historicamente. Justifica a criação de um museu de folclore e/ou ergológico.

Um dos capítulos mais interessantes da demopsicologia ou folclore é, sem dúvida, aquele que os eruditos denominam “ergologia” e que tem sido, pelo menos entre nós, o menos estudado de todos. Entende-se por “ergologia” a parte da vida popular que envolve valores úteis ou artes de utilidade, cozinha, ofícios manuais, profissões rústicas, etc. Assim encontramos nesse capítulo folclórico brasileiro uma riqueza formidável desde os alimentos, com suas receitas de pitéus ou doces de origens as mais diversas – monacais, africanas, árabes – até as obras dos fazedores de balaios, dos oleiros, dos santeiros, dos carapinas, dos construtores de casas de farinha, de engenhocas, de banguês, de cercas e de embarcações, desde os fazedores de tabuleiros,

de aluás e gengiberras até os entalhadores de figuras de proa dos barcos fluviais, os armadores de barcaças, os arquitetos de prensas e bolandeiras. E mais, a descrição e a tecnologia dos próprios artefatos e produtos. Fui dos primeiros no Brasil a tentar alguma coisa nesse sentido em meus livros sobre folclore, especialmente nas pranchas finais do “Colunas do Tempo”, dedicadas à tecnologia da jangada, do carro de bois e da curiosa heráldica sertaneja dos ferros e sinas de orelhas, para marcar o gado e as miunças.

Em geral, os estudos folclóricos unicamente se limitam às manifestações da vida espiritual pura. Um estudioso argentino fez a propósito esta afirmação, “Uma das raízes que dão vida ao estudo do folclore é a nostalgia com que as classes superiores da sociedade voltam o olhar para a vida rústica e, inclusive, para os povos situados à margem da civilização, embora estes, de modo geral, somente ofereçam desilusões aos românticos que se aproximam de sua existência, em busca do oásis de simplicidade e ditosa despreocupação. Contudo, essa nostalgia, à qual muito deve o folclore e também a etnografia, fez com que se desenvolvesse, embora de modo sumamente unilateral, o estudo das tradições populares. Em verdade, como a arte é mais acessível ao gosto ou ao diletantismo do público urbano e como a arte popular se resume por excelência no triângulo MÚSICA – DANÇA – POESIA, a maioria, quando não a totalidade das investigações folclóricas, é primordialmente levada a cabo nesses três setores da cultura, aos quais se devem acrescentar o da narrativa em prosa, o dos provérbios, o das adivinhações e o das superstições. O que finalmente se denomina vida espiritual ou cultura animológica.”

Temos, pois, em face dessa clara exposição do assunto, o esquema duma divisão da ciência folclórica em duas partes principais, a animologia ou a referente à alma, ao espírito, costumes, usos, cerimônias, ritos, fórmulas de vida, contos, cantos, músicas, danças, anexins, parêmias, jogos, pulhas, adivinhações, apólogos, fábulas, etc.; e a ergologia, ou a que diz respeito aos “valores de utilidade, desde os alimentos e os modos de prepará-los até os ofícios manuais como os de trançador de couro, prateiro e profissões rústicas, algumas muito originais como as de domador, rastreador, cantor e curandeiro”, segundo a lição argentina do Boletim do Departamento de Folclore da Corporação Universitária dos Cursos de Cultura Católica.

É justamente a parte ergológica a que permite a boa organização dos museus folclóricos, do ponto de vista da impressão causada, como os que já tive o ensejo de visitar em Estugárdia com a arte da moradia e do mobiliário dos campônios da planície e das serras, em Povóia do Varzim com a arte da embarcação e da pescaria nas costas de Portugal. Que riquíssimo museu se poderia organizar com a ergologia brasileira, abarcando os valores de utilidade do nosso povo de norte a sul, englobando as nossas artes populares e permitindo sobre elas estudos e publicações como os que – exemplo magnífico – têm sido executados sob inspiração e direção do governo mexicano (BARROSO, 1942, p. 433-435).

As rudimentares revelações artísticas do folclore sertanejo – que nesse capítulo final efetivamente nos interessa – resultam do individualismo que deriva “do próprio estado de insulamento medieval de seu viver” (BARROSO, 1921, p. 9). Esse individualismo não se esconde nas sombras, sendo fácil e naturalmente identificável. Vale lembrar que Barroso intensamente destaca a caracterização popular do folclore sertanejo, mesmo influenciado pelo que denomina de “indivíduos de certa cultura”, no caso, os jesuítas, pelos seus trabalhos nas missões que se propagaram no período colonial influenciando toda a História do Brasil.

O homem sertanejo, na visão barroseana, é o repositório da história e do imaginário do sertão, desde os mais remotos tempos, dos primeiros contatos entre os colonizadores e os

nativos, da mestiçagem entre esses dois grupos e em seguida com o grupo dos negros trazidos da África para o trabalho escravo.

Perpetuou em versos os primeiros obstáculos vencidos e as primeiras lutas, as festas religiosas e profanas, as terríveis misérias das crises climáticas, a vida aventureira dos vaqueiros, as proezas dos novilhos barbatões, ou criados na vida selvagem, e das onças devastadoras dos rebanhos. Conservou a recordação das crenças e das tradições, tão suas como de toda a humanidade. Celebrou as rebeldias matutas e as lutas dos saltadores ou cangaceiros, almas feitas ao mesmo tempo de lama e aço. Reduziu a versos todas as expressões de seu instinto e de sua vida, como tem feito todos os povos em idêntico estágio de civilização (BARROSO, 1921-1949, p. 10).

Em **As Colunas do Templo** afirma que “a literatura popular é tão velha quanto a humanidade” (1933, p. 7), para destacar a importância da tradição oral em que se perpetuam e se modificam elementos que compõem o imaginário popular, os quais serviram de fonte de inspiração para as grandes obras da humanidade.

Decorreram os séculos e os literatos aproveitaram os motivos populares, e os poetas rimaram os Romances da Távola Redonda, da Rosa e da Raposa, e os trovadores espalharam os lais, os vilancicos e as voltas, e os trovistas semearam as redondilhas, as baladas, os cantares de amor e de amigo, e os tropeiros cantaram as gestas heróicas, e os contadores transmitiram os fabulários, os bestiários, os apólogos e os contos; porém ninguém se preocupou em estudar as origens, as metateses, as transformações dessa literatura oral, vasta como o mar e rica como o céu estrelado (BARROSO, 1933, p. 8).

Destaca que o folclore só chamou a atenção dos estudiosos, enquanto ciência, a partir do século XIX, pois antes não despertou o interesse sobre “o pensar, o sentir e o raciocinar da arraia-miúda” (1933, p. 8). Somente com os irmãos Grimm, em 1813, considera que se inicia a ciência do Folclore, tendo sido a expressão folk-lore, do inglês, erigida por W. J. Toms, em 1846, significando folk, povo, e lore, estudo. No entanto, o estudo do folclore seria fundamental, imprescindível para o conhecimento humano, pelo imperativo da busca meticulosa, do método e da paciência, da necessidade de distinguir outras línguas e culturas, pela sua cientificidade.

Faz penetrar na alma dos povos e no espírito das raças. Acostuma a amar o que é nosso, a querer às nossas tradições, a sentir como a nossa nação sente. [...] Nós vemos não só que o povo foi quem forneceu a matéria prima das obras famosas dos gênios literários e artísticos como a sua alma, cheia de humilde idealismo, constitui a base moral da humanidade. Ele não é passatempo sem valor e sim um estudo científico em que a filologia, a história, a filosofia, a etnografia, a geografia e a sociologia se dão as mãos para resultados os mais curiosos e interessantes, os mais úteis e os mais belos (BARROSO, 1933, p. 19).

Em **O Sertão e o Mundo** (1923), denominado como estudo de folclore comparado, Gustavo Barroso fundou uma escrita notoriamente amparada no estatuto filosófico da

ancestralidade das manifestações do folclore pelo mundo, estabelecendo identidades entre o que considerava folclore sertanejo e sua esteira histórica e sociológica em outras partes do mundo, como as regiões orientais do globo, e as marcantes influências dos povos que se desenvolveram na Europa, por exemplo.

Conta-se, entre o povo do Nordeste, uma história curiosa, que veio dos países europeus, a respeito de um mágico, que curava várias doenças, limpando completamente os órgãos afetados por elas.

Um matuto foi pedir-lhe que lhe melhorasse a vista enfraquecida e pagou-lhe bom dinheiro. O nosso charlatão, adormecendo-o por meio de um encantamento, arrancou-lhe os olhos, lavou-os com um líquido de sua invenção e pôs-os ao sol, num prato, para secar. Veio um gato e devorou-os. Não sabendo o que fazer, diante dessa catástrofe, ele pegou o gato, tirou-lhe os olhos e colocou-os no paciente imóvel. Depois acordou-o. E este passou a ter excelente vista, especialmente à noite, só se queixando de ter ganas de correr atrás de ratos, quando os avistava. Às vezes, não se podia, mesmo, conter e figava-os, dum pulo...

Encontro uma curiosa variante deste raconto no antiquíssimo folclore chinês, recolhida pelo erudito Wieger. Tcheum-Tchai era um mágico eminente, com a especialidade de curar enfermidades por meio de práticas de magia. Um alberguista levou-lhe um filho doente, havia muito tempo, e que nenhum médico conseguia fazer sarar. Tcheum verificou que a sede da doença era o coração e propôs-lhe tirá-lo, para o alimpar de todo o mal. O alberguista aceitou, e deu-lhe um quarto, onde ninguém poderia ver o que praticasse.

O mágico adormeceu o paciente, abriu-lhe o peito e arrancou-lhe o coração, que expôs ao vento da varanda, para purificá-lo. Veio, porém, um cão e comeu-o. Quando Tcheum verificou isso, ficou furioso, apanhou um sabre e saiu de casa, deixando o rapaz trancado no tal quarto.

Voltou algum tempo depois, com um coração palpitante na mão, entrou no aposento, introduziu-o no peito aberto do moço, soprou sobre o talho, que logo se fechou, recebeu o pagamento e foi embora.

Mais tarde, o enfermo acordou são, porém gritando,  
— Entregue na posta! Entregue na posta!

Ninguém entendeu aquilo. No entanto, mais tarde, tudo se soube. Entre duas postas, perto do albergue, um correio imperial caíra do cavalo e ficara mortalmente ferido ao meio da estrada, levantando nas mãos os despachos urgentes que levava gritando,

— Entregue na posta!

Nessa ocasião, o mágico que procurava um coração para substituir o que o cão comera, avistou o correio, abriu-lhe o corpo com o sabre e trouxe o seu coração palpitante, a fim de colocá-lo no filho do alberguista. E, por isso, os primeiros gritos deste foram os das últimas preocupações do correio. Não há dúvida que as duas histórias são irmãs e que é verdadeiramente espantosa a velhice dos folclores.

(BARROSO, 1923, p.265-267)

### Faz o mesmo em **Ao Som da Viola** (1921-1949).

No decurso de minhas variadas e constantes leituras, tenho notado que nenhum povo possui crenças ou superstições próprias e todos têm variantes de crenças e superstições gerais, que se originaram talvez duma fonte comum, misteriosa e antiquíssima, de onde certamente irradiaram as suas primeiras formas, salvo se idênticas condições e circunstâncias produzem aqui ou ali idênticas manifestações da arte popular. Daí não existir no sertão do nordeste, que com tanto carinho, posso dizer, sempre tenho estudado, uma única credence popular que não tenha sua correspondente ou irmã na vida de outros povos inteiramente afastados de seu convívio atual e aos quais só se liga por uma recuada e intrincada ascendência. Varias vezes tenho mostrado essas similitudes folclorísticas, de maneira que as minhas ideias sobre o assunto são conhecidas (p. 719).

A crença na fatalidade da morte produziu no sertão a mesma lenda que existe no Oriente, com pequena diversidade de forma e nenhuma de substância. Onde quer que a alma popular pense do mesmo modo, se manifesta de idêntica maneira e, como ensina Van Gennepp, a qualquer momento em tema lendário bem localizado será achado num ciclo de contos populares em outro extremo do mundo.

Conta Paul de Saint-Vitor que, na Turquia, em certa época, todo o dia que Alá dava ao mundo um dos mais queridos pachás do sultão vinha saudá-lo na Sala do Divã e suplicar-lhe para ser nomeado governador duma cidade distante. Justificava o pedido com uma desculpa qualquer.

O soberano não o queria atender e até já estava se aborrecendo com aquela insistência, quando o velho servidor do trono confessou o verdadeiro motivo do seu desejo de deixar Iambul. Todas as manhãs, ao sair de seus aposentos, encontrava a Morte que lhe cravava olhos de espanto. Já não podia mais com essa obsessão. O sultão tomou a narrativa como caduquice, teve pena do pachá e mandou-o para onde tanto queria ir. Semanas depois, passeando a noite pelo jardim do palácio, o sultão encontrou a Morte e interpelou-a,

- Porque perseguias o meu velho pachá, fitando-o diariamente com olhos de espanto? E ela respondeu,

- Porque recebi ordem de matá-lo na cidade para onde foi nomeado governador e me admirava de ainda vê-lo por aqui...

Esta certeza de que ninguém escapa à morte no dia marcado se consubstancia também numa história sertaneja,

Um caçador armou um mondéu por trás dum cemitério, a fim de pegar um tatu que costumava andar por ali. Numa noite de luar, topou com o maior espanto a Morte presa naquela armadilha, cujo pesado tronco lhe caíra sobre uma das tíbias. O corpo esquelético se estirava no chão, envolto no branco lençol e a foice rolara por uma ribanceira, ficando dependurada numa raiz de angico. Gelado e imobilizado de pavor, o matuto ouviu a Morte chamá-lo,

- Venha cá! Livre-me deste mondéu e o recompensarei.

Cobrou algum ânimo, aproximou-se e, aproveitando o ensejo, pediu-lhe, como recompensa para libertá-la, o direito de viver sadio e forte até avançada idade, que somente diria depois dela lhe revelar quanto teria de vida, se não fosse aquela ocasião de prestar-lhe um favor. Ela respondeu sinceramente que isso não lhe era possível revelar e nem seria preciso para que dissesse quantos anos desejava de existência.

- Cento e vinte! Exigiu o caçador.

A Morte acedeu e ele a libertou. Viveu sempre rijo e feliz, assombrando o sertão e vendo o desfile das gerações, aquele longo período. No dia em que se completava o prazo obtido com o acordo, teve medo de morrer e resolveu enganar a Morte. Raspou completamente barba, bigode, cabelos e até sobrancelhas, de modo a se tornar irreconhecível e se meteu num baile que davam no lugar onde morava.

Perto da meia-noite, que era quando terminava o prazo, a Morte, que o procurava por toda a parte sem o achar, veio ter a festa, perguntando se o tinham visto; mas ninguém lhe dava a menor notícia dele. Aproximava-se a hora fatal. Então, ela examinou um por um os convivas e, ao bater a primeira badalada das doze horas, disse, segurando o nosso caçador pelo braço,

- Como não tenho mais tempo de procurar o velhaco e não quero me retirar de mãos vazias, levo comigo este pelado!...

Mas é em **Através dos Folclores** (1927) que Gustavo Barroso melhor exemplifica essa ancestralidade no capítulo intitulado “O milagre da chuva”, quando confronta os contos de escritores consagrados com as histórias de velhos sertanejos, identificando semelhanças assombrosas, tradições “vetustas”, como diz, ou mesmo coincidências acidentais. Em seus escritos vemos a história se repetir nas situações mais diversas e com especificidades indeléveis. Em muitos de seus livros conta histórias parecidas, narra os episódios referentes ao tema a partir de sua experiência pessoal, como é fácil constatar na sua trilogia memorialista, **Coração de**



**Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China.** Essa história, como já referido, vemos em **Através dos Folclores** (1927, p. 91-95):

Mais ou menos há dezoito anos, conheci no sítio Jurucutuóca, ao município de Mecejana, a menos de três léguas da capital do Ceará, um mestiço de branco e índio, aspadaúdo e alto, forte e desempenado, de cuja facundia me lembro com grande saudade e que acumulava às suas árduas funções de carpinteiro da roça as de mézinheiro e curandeiro por meio de orações fortes.

Esse homem chamava-se Luís Bode ou Luís Vinhéis, era de bom parecer e de bom coração, e assegurava saber orações extraordinárias para curar doenças de gente, sarna de cachorro, bicheiras de animais, pestes de gado, pragas de mandiocal; para encontrar água, quando se cavam cacimbas, e se acharem objetos perdidos; para descobrir o paradeiro de coisas roubadas, ou bichos fugidos; para apagar o rastro, quando se anda em fuga, ou o fogo das queimadas, e mesma para fazer chover e não chover!

Das suas aptidões nessa maravilhosa ciência contava coisas verdadeiramente formidáveis. Ouvi-lo era o mesmo que escutar as gabolices dos Doze Pares de França, em volta de Carlos Magno, após o jantar e a vinhaça, na grande sala redonda e abobadada do Imperador de Constantinopla. Eu tinha, então, quinze anos e arregalava os olhos, meio abalanzado no meu precoce ceticismo pelo seu tom seguro e convincente.

Entre as histórias que repetia amiúde, lembro-me bem desta. Ele tangia uns burros carregados de sacos de farinha de mandioca de primeira qualidade por péssimos caminhos, em companhia de seu patrão. Ao escurecer, ainda estavam longe do rancho onde se deviam aboletar para passar a noite e o tempo ameaçava grande chuva. Apressaram os animais, sentindo as primeiras gotas pesadas e espaçadas de água. O eco das serranias respondia ao longe ao rolar do trovão. Corriam, no ar denso, rápidas, luminosas vibrações elétricas. O dono da farinha pôs as mãos à cabeça. Seu prejuízo seria total. Não trouxera sacos velhos de estopa, nem couros para cobrir as cargas de farinha, e a chuva estragá-la-ia toda.

O Vinhéis sorriu superiormente e disse-lhe,

– Não tenha susto, meu amo. Eu arranjo tudo.

E acrescentava com superioridade,

– Fiz uma das minhas orações fortes, seu moço, quando a chuva começou.

Foi um chuvão nunca visto, mas a farinha do patrão não se molhou! Continuamos viagem. Chovia adiante das cargas, chovia atrás, chovia do lado direito e chovia do lado esquerdo; porém na farinha não chovia!

Passaram-se muitos anos e venho achar em plena barbaria merovíngia da França o relato do Vinhéis. Tenho à mão a “Historia Ecclesiastica dos Francos” de São Gregório, bispo de Tours, traduzida do latim em francês por Henri Bordier. Seus editores fizeram-na preceder da vida do Santo, escrita no século décimo por Odon, abade do mosteiro de Cluny. Nessas páginas agiográficas, o monge elunesiense conta vários milagres do santo episcopo. E, entre eles, esse,

“Uma feita, ia ele de Borgonha para a Alvernia, quando começou o céu a se preparar para violenta tempestade. Nuvens espessas enchiam o ar. O céu rebrilhava de clarões repetidos e retinia ao rumor da trovoada. Toda a gente empalidecia de medo diante daqueles perigos. Mas Gregório, tranquilamente, tira do peito umas relíquias de santos, que sempre trazia penduradas ao pescoço; e nas mãos as eleva para o céu tempestuoso. Logo, as nuvens carregadas se afastam para um e outro lado, oferecendo-lhe um caminho livre entre o fustigar lateral da chuva”.

Eis como são profundas na ascendência européia as raízes das menores manifestações do folk-lore nordestino.

A história, entretanto, ainda é mais velha. O próprio S. Gregório, indicado pelo abade de Cluny como autor do milagre que o Luís Vinhéis do Ceará também se atribuía, narra uma variante do mesmo no capítulo XXXIV do livro IV de sua obra citada. Diz o fato como acontecido com um humilde monge de Bordéas, encarregado de vigiar o trigo conventual exposto ao sol, na eira,

“Enquanto os outros repousavam e ele guardava o trigo, subitamente o céu se cobriu de nuvens negras e uma chuva terrível, acompanhada de ululante ventania, com a

maior velocidade se aproximava da bolha de grãos. Vendo isso, o monge não sabia o que fazer, não sabia que resolução tomar; mas, refletindo que, se chamasse os outros, esses não teriam tempo bastante para recolher tão grande quantidade de grãos ao celeiro, abandonou todo e qualquer pensamento de ordem material, ajoelhou-se, orando, suplicando a Deus não permitisse cair sobre o trigo do convento uma única gota de água. E, quando, prosternado, rezava assim, logo uma nuvem carregada se dividiu, a chuva abundante circulou o montão de cereal, sem que um único pingo sobre ele caísse”.

Todos os frades desse mosteiro burdigalense viram o prodígio e muito se maravilharam. Mas o abade não esteve pelos autos e, temendo que essa obra santa enchesse de orgulho o coração do pobre freire que a obtivera com a sua oração, mandou vesgasta-lo fortemente e metê-lo no calabouço sete dias a pão e água. Não consta na “Historia Ecclesiastica dos Francos” que ele conseguisse o milagre das chicotadas se afastarem de seu corpo como os fios líquidos e prateados da chuva. Mais feliz que o frade de Bordéos em tão priscas eras, foi o Vinhéis do livre sertão cearense...

Porém a história é mais antiga. Muito mais. A antiqüíssima conjuração dos quatro da magia, segundo os rituais, permitia ao que a sabia fazer atravessar os temporais sem que a chuva lhe molhasse a cabeça. E a Bíblia, no livro dos Juízes, nos dá a mais antiga versão do caso (V. 37 etc.). Quando Deus influía Gedeão para que dirigisse os destinos do seu povo, este, afim de ter a certeza de que era mesmo o senhor que lhe falava, propôs-lhe pôr sobre a relva uma pele de carneiro e, se pela manhã ela estivesse enxuta e a relva em torno molhada, era sinal de que o Senhor desejava a libertação de Israel. De manhã, a pele estava seca. Então, para mais segurança, Gedeão propôs que se desse o contrário e, no dia seguinte, a pele estava molhada e a relva enxuta. Só dessa forma Gedeão se decidiu a atender ao chamamento divino.

Não foram ao pêlo do Vinhéis, no Ceará, como ao do freire burdigalense, por ter salvo da chuva a farinha do seu patrão e, segundo a sua autorizada palavra, para mim tão autorizada do ponto de vista do folk-lore quanto a de Gregório de Tours, ou mesmo a do livro dos Juízes, o amo dera-lhe um fato completo de algodãozinho e um chapéu de couro, como recompensa da sua oração forte tão oportunamente feita.

Também se pôde aproximar do caso o que contou os Mabinogion celtas, na história de Kulhweh e Ofwen. Ahi se diz que o guerreiro Kei tinha o precioso privilégio de, quando caíam as maiores chuvas, ficar enxuto tudo o que ele segurasse com a sua mão a na distância dum palmo em redor. E De Gubernatis nos dá conta, na Botanique Spéciale dum milagre semelhante na campanha romana, uma pastora surpreendida pela tempestade refugiou-se sob um carvalho e fez uma oração a Nossa Senhora. Logo uma dama lhe apareceu e enquanto ali esteve a chuva circulou a árvore sem que uma só gota sobre ela caísse.

Daí a reza,  
Cel nome di Geani e di Maria,  
Queata tempesta la vada via  
Imaginação humana, giros em torno das mesmas idéias!

Sentir a essência dos sertões do Nordeste do Brasil só é possível, segundo Barroso, a partir do conhecimento de seu folclore. Em toda a sua escrita de caráter sociológico, do ponto de vista filosófico, a estrutura foi montada a partir do modelo de inteligibilidade fixado por Taine (raça, meio e momento), de onde, a partir da disposição narrativa da terra, do homem sertanejo, de sua faina cotidiana, de suas carências sociais e econômicas, pode-se perceber nitidamente a mediação intertextual entre esses pressupostos científicos. É um ponto de vista fundamentalmente teleológico, essencial à visão de mundo cientificista, onde se anuncia, com todas as letras, a construção do mito da “cearensidade” sertaneja, profundamente imerso nos

pressupostos e preceitos provenientes do credo cientificista, ou seja, do Evolucionismo, do Determinismo climático e biológico e, de uma forma mais ampla, do Positivismo.

Quem tiver que conhecer a vida e a alma dos sertões do Nordeste brasileiro, tão açoitados pelas misérias das secas, deve, sem falta, estudar carinhosamente seu folclore, analisando suas fontes e procurando suas analogias. Nele está contida a própria essência do caráter do povo mestiçado, principalmente de português e índio, que há séculos luta, com heroísmo, pela salvação de sua riqueza e mesmo de sua vida, contra uma natureza hostil, impiedosa, quase abandonado dos poderes públicos federais e vendo afundados nos lameiros da politicagem pessoal os governos dos estados. Tem pouca viação e quase não tem escolas. Enquanto o litoral progrediu e outras regiões do país avançaram, ficou, devido a estas ou àquelas circunstâncias, insulado no tempo e no espaço, perdido nas crenças, nas imagens e nas formas do século em que iniciou a árdua colonização daquelas terras, portanto retardado de mais de duzentos anos [...] Todo o folclore sertanejo mostra a formação perfeita das almas que habitam aquela região de sol ardente. Os cantos que durante longo tempo as deleitaram e fizeram palpitar os corações, nascidos de sua própria fantasia, revelam perfeitamente os estados de espírito da raça (BARROSO, 1921, p. 7-8).

Teoricamente dividiu o folclore em escolas. A primeira escola denomina de mitológica ou ariana, iniciada com Jacob Grimm. Em sua acepção, os contos folclóricos dessa escola são originários dos povos arianos europeus anteriormente à sua dispersão, com temática mitológica e/ou religiosa, predominando o sol como mote principal. Para a ciência folclórica, o maior serviço que essa escola prestara é que “agrupara os estudiosos, entusiasmará as buscas, metodizara os estudos e fizera uma luz nova sobre mistérios antigos” (1933, p. 11). Seu grande mérito teria sido o agrupamento dos estudiosos em torno do tema, estabelecendo um método de pesquisa e estudo. Vejamos o conto de Chapeuzinho Vermelho de acordo com os interpretadores dessa escola,

A menina do chapéu rubro é a aurora, inocente e pura como o dia que raia, a angelícia dos Helenos, mensageira e portadora de alimento. A menina leva, brincando com as borboletas e flores, como a luz matutina, manteiga e broa à sua avozinha, correspondendo isso ao mito ariano das auroras novas irem diariamente juntar-se às velhas e decrépitas. O lobo, que figura o sol, segundo a concepção ariana do lobo solar *voka* que se quer unir a Saraniú, intercepta a aurora. *Lykos*, em grego, é a luz solar e é o lobo, emblema de Febo Apolo. E, quando o caçador liberta a menina do ventre lupino, é o novo dia que faz renascer a aurora (BARROSO, 1933, p. 14).

Na segunda escola, orientalista ou histórica, os contos não representariam os mitos europeus, mas teriam origem na Ásia, em meio aos Arias, marcados por muitos fatos reais, e só teriam se disseminado na Europa durante o período medieval através da tradição oral e da literatura. O maior exemplo desse tom de “realidade” dos contos estaria no fato de que os anões, tão comuns nas histórias folclóricas, assim como elfos, seriam apenas habitantes da Lapônia, segundo Gobineau, conforme afirma em **As Colunas do Templo**. O mesmo conto, Chapeuzinho Vermelho, ganha outras explicações, pois o

conto representa um fato acontecido ou que veio da Índia na Idade Média e levanta o plano de sua migração. Confunde-se com o orientalismo propriamente dito e apresenta grande número de subdivisões, o assirianismo de Wagener, o orientalismo puro de Weber, o helenismo de Benfey, o indianismo de Keller (BARROSO, 1933, p. 14).

Antropológica, a terceira escola, liderada pelo britânico Andrew Lang, segue o argumento de que temas abordados nos mais diversos locais do mundo, habitados por pessoas de origens e costumes diferentes, e sem comunicação, repetiam-se. A explicação para esse fenômeno seriam as “coincidências acidentais”. Assim, é que

vão procurar a origem de tais relatos, cuja memória pertence ao tempo em que não havia escrita. Eles são o modo de pensar dos homens primitivos, e o exprimem muitas vezes a experiência humana, concebida pelo espírito, inicialmente, e concretizada, para ser melhor guardada na memória, em aventurar invulgares de homens ou bichos (BARROSO, 1933, p. 12-13).

Para a escola antropológica, a explicação para o conto da Gata Borracheira, de acordo com a análise de Gustavo Barroso, seguiria caminho diferente das duas escolas anteriores.

Suponhamos a Gata Borracheira sentada entre as cinzas, que, para os mitológicos, é a aurora entre as nuvens agrisalhadas, para Lang e seus discípulos não passa duma relembração das regras antigas do Gavelkind que dá a lareira, o lar, como herança ao filho mais moço. Quando, por exemplo, se encontra entre os bascos essa anedota, “Mula, quem é teu pai? A mais bela égua da serra é minha mãe” e entre os kábilas, no conto da *Reunião dos Animais*, a mesma pergunta e esta resposta, “o cavalo é meu tio materno”, explica-se por uma coincidência acidental de ideias (BARROSO, 1933, p. 17).

A quarta escola é a ritualista, assim denominada por seu preceptor, Gédéon Huet, entender que os contos populares seriam resultados de velhos rituais religiosos passados adiante, propositalmente memorizados para este fim. No caso do conto da Bela Adormecida seria apenas

o ritual antigo do novo ano, que interdizia fiar, de acordo com a magia simpática, sendo que o novo ano era assistido no seu nascimento pelas fadas dos sete dias da semana ou dos doze meses. A fada não convidada é a Nêmesis antiga, a fatalidade (BARROSO, 1933, p. 17).

A quinta e última escola Gustavo Barroso chama de eclética, porque considera argumentos de todas as demais como plausíveis de utilização, cada caso a depender de elementos específicos para análise e entendimento da manifestação popular.

Porque estou mais ou menos convencido que certos contos devem provir de mitos, outros devem representar fatos históricos ou serem transmissões literárias, outros não passarão de coincidências acidentais e outros de meros rituais ou de tradições esotéricas antiquíssimas (BARROSO, 1933, p. 13).

Diante dessa divisão por escolas, para os seus estudos folclóricos, preferia os “ciclos temáticos”, muito mais que adotar uma escola propriamente dita para classificação dos contos. Nesses ciclos identificara distintas analogias dentre as mais diversas sociedades, em tempos diferentes de suas histórias.

O estudo das analogias é o mais interessante ao folclore. Há um prazer de colecionador quando se encontra numa ilha malaia o mesmo relato do sertanejo cearense ou uma história que se julgava bem brasileira no coração da Pérsia. As semelhanças são, às vezes, do conto inteiro; de outras, simples elementos se parecem. No primeiro caso, tudo se facilita; no segundo, a conclusão torna-se mais difícil. Mas, em ambos, o prazer é o mesmo (BARROSO, 1933, p. 19).

O folclore no Brasil, segundo Barroso, extremamente rico em suas nuances, teria seu estudo iniciado com Couto de Magalhães, em 1859, influenciado pela escola mitológica, embora os primórdios desse estudo remontem àqueles que, ainda no período colonial de nossa história, haviam registrado as tradições dos nativos. Seguindo o caminho de Couto Magalhães, o grande folclorista Silvio Romero, que sistematizou a ciência folclórica no Brasil, principalmente estabelecendo o estudo através das etnias que formaram a nação brasileira – a branca do colonizador, a indígena nativa e a do negro utilizado inicialmente como mão de obra compulsória. Gustavo Barroso considera ultrapassada a estrutura fundada por Silvio Romero, embora reconheça sua importância histórica, porque muito limitada e de abstrusa determinação.

Silvio Romero, procurando uma base classificativa para o nosso folclore, fê-lo derivar das três raças básicas de nossa formação, anotando as variações e mutações introduzidas pelos mestiços. Mas, considerando as relações de parentesco que ligam os folclores de todas as raças, na maioria originários dum fundo de tradições comuns a toda a humanidade, e considerando ainda as dificuldades que se antolham a qualquer estudioso probo e sincero no escarpelar essas origens africanas, indígenas e portuguesas, hoje inteiramente baralhadas e confundidas, mais prudente e sábio será dividir o folclore sertanejo em ciclos temáticos, que lhe possam dar maior facilidade de classificação e organização (BARROSO, 1949, p. 11).

A classificação de Silvio Romero foi a primeira feita a respeito do folclore brasileiro, a qual teria faltado, de acordo com Barroso, uma divisão mais adequada, ou seja, o estudo do folclore por meio dos ciclos temáticos. A segunda classificação seria do próprio Gustavo Barroso, ainda em 1911, no *Jornal do Comércio*, melhor esmiuçada na introdução de **Ao Som da Viola**, de 1921.

Van Gennepe nos ensina que as autoridades na questão exigem, para a formação desses ciclos, duas poderosas correntes de fenômenos contrários de deslocação e despersonalização.

Não faltam esses característicos aos temas em torno dos quais gira a poesia tradicional dos sertões do Nordeste brasileiro. Estudando-a com certo cuidado, procurando melhor documentação do que até hoje coligida e pedindo o auxílio do que já fizeram grandes folcloristas como Melo Moraes, Silvio Romero, Rodrigues de Carvalho, Pereira da Costa e outros, poder-se-ão organizar alguns ciclos interessantes. A nova classificação terá pelo menos o mérito da originalidade no Brasil e o de abrir caminho ainda não desbravado na mata do nosso folclore.

Entre outros ciclos, podemos organizar com a poesia sertaneja tradicional alguns bem determinados, o dos Bandeirantes ou da Penetração, reunindo todas as histórias e lendas que se refiram a esse período; o do Natal, agrupando todas as manifestações comemorativas dessa data tradicional e religiosa; o dos Vaqueiros, guardando os poemas do ciclo histórico do gado, derivados da vida pastoril, com suas vaquejadas ou apartações, suas lutas contra as reses amontadas ou bravias e contra as feras predadoras dos rebanhos; o dos Cangaceiros ou Heróico, feixe de todas as admiráveis canções de gesta regionais, em nada inferiores às medievais da Europa; e o dos Caboclos, resumindo as opiniões, lembranças e motejos sobre os índios e seus descendentes, fugidios, preguiçosos, incapazes de trabalho e disciplina; finalmente, um Romance da Raposa, quase tão vasto e rico quanto o europeu, com idêntico fundo satírico, referindo-se aos animais do meio, da mesma forma que o outro, personificando neles habilmente tipos morais de humanidade (BARROSO, 1949, p. 12).

Assim, Gustavo Barroso estabeleceu pioneiramente no Brasil, segundo ele mesmo, a divisão classificatória do nosso folclore em ciclos em torno de determinados temas. Partindo de temas principais, tais como o desbravamento territorial, a vida no meio pastoril, o contato com o nativo, o cangaço, o Natal (religiosidade), os animais, e outros, para ciclos médios e, enfim, para pequenos ciclos em torno dos mesmos. Confirmando essa divisão classificatória, o autor enfatiza o mimetismo que acompanha os folclores pelo mundo, quando contos e cantos se repetem em diversas culturas, adquirindo nuances diferentes, mas mantendo características próprias, até mesmo o que chama de “constância intelectual”, isto é, a contribuição erudita, esculpida pelo povo.

Para Barroso, no nosso folclore a poesia é recheada da mais rica poesia do romântico sertanejo mestiço.

Duma riqueza sem par, cheia de saudade, suave e dolorida quase sempre, ela chora o amor romântico e a separação, como o violão e como a viola choram. Tem reflexos de luar sertanejo, cantos de pássaros selvagens, pios de juritis solitárias e, às vezes, um grito bárbaro de araponga. É a alma de uma raça mestiçada e, pela sua psique, saudosa de outras terras, perdida nas vastidões das chapadas e nas vastidões do sertão. Assim, ela ressoa nos cantos de Natal, mestiça no Bumba meu Boi, africana nos Congos, peninsular nos Fandangos (1933, p. 33).

Outro fator importante para as incursões barrosianas a respeito do folclore estão bem sintetizadas nessa passagem de **As Colunas do Templo** (1932), em que privilegia o sertão como depositário das tradições folclóricas do Brasil, em detrimento de qualquer outra região.

Para bem conhecer alma e vida das populações brasileiras, tanto das praias como do interior, é necessário estudar seu rico e interessante folclore. Em todas as manifestações deste, aqui como em qualquer outra parte, forçosamente a terra colabora com o homem. E, analisando as formas, procurando as fontes, anotando as analogias, verificar-se-á como nesse folclore está contida a essência mesma do caráter do povo mestiço, especialmente de português e de índio, que habita os nossos oito milhões de quilômetros quadrados. No litoral, o folclore é muito mais pobre do que no sertão. Algumas danças, alguns cantos, lendas e superstições vivem entre os pescadores disseminados pela costa. Nas pequenas cidades banhadas pelo mar, a isso se misturam as manifestações de procedência sertaneja. Nas grandes cidades, o cosmopolitismo quase tudo invade. De maneira que, em verdade, é o sertão quem guarda maior patrimônio das crendices, histórias cantigas e tradições (BARROSO, 1932, p. 322).

Em seu ciclo, o bandeirante, desbravador dos sertões brasileiros, responsável pela ocupação territorial do Brasil para além do Tordesilhas foi, para Gustavo Barroso, antes de tudo, um herói, pois enfrentou as hostilidades do meio desconhecido e do nativo selvagem, em verdadeiras epopeias, narradas em verso e prosa pelo povo na mais profunda essência do nosso folclore.

Foram esses homens afeitos à dura vida dos campos sertanejos que romperam as florestas seculares, lutando contra o aborígine, o clima e as bestas ferozes, que atravessaram gerais, pampas e tabuleiros ao ligeiro galope dos cavalos magros ou a passo moroso, seguro, paciente e incansável (BARROSO, 1949, p. 15).

As lendas e canções referentes aos bandeirantes vinculam-se às peripécias e agruras por estes vividas, ao longo do processo de conquista territorial, de caça ao índio e de sertanismo de contrato, mas sempre narrando com glórias e dignificando-os como heróis, desde os mais conhecidos, como Fernão Dias Paes, Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva, Pascoal Moreira, bem como Pero Coelho de Souza e Martim Soares Moreno. Destacam-se a natureza difícil que tiveram que dominar, a solidão que enfrentaram pelos sertões, em um “meio selvático, imponente e perigoso (BARROSO, 1949, p. 17). Os bandeirantes são percebidos como seres perfeitos, como mostram as artes que envolvem o ciclo, retratando-os sempre bem vestidos, limpos, calçados, “civilizados”, o que é incoerente com o bandeirante pauperizado e indigenizado na preação do bugre e na procura de ouro que melhor retrata a realidade desse personagem histórico. Mas para Barroso, “além de criadores de lendas e canções consubstanciadoras dos perigos atravessados, das hostilidades do meio em que pelejaram, foram os propagadores de todas as que encontravam, especialmente das que lhes legou o índio vencido” (BARROSO, 1921, p. 16).

Artificialmente idealizado por Barroso, do bandeirante ele exalta a superioridade racial, originada da população branca. Segundo essa imagem erigida dos bandeirantes, dava a entender que eram independentes da Coroa e haveria até um caráter democrático da colônia. Valorizavam-se suas façanhas em desbravarem regiões até então habitadas por bugres e estenderem as fronteiras da colônia para muito além do Tordesilhas. Valentes, avançaram sobre as caatingas, dormiram ao luar sem proteção contra animais ferozes, escalaram ribanceiras, seguiram por caminhos tortuosos dos sertões cheios de urtigas e perigos diversos, enfrentando bravamente as hostilidades do meio e do índio. Para Gustavo Barroso,

nesse ciclo devem as lendas que recordem as pugnas com as cabildas tupis, tupiniquins, aimorés, paiaçus ou botocudas, à luz da lua ou sob o esplendor do sol, entre silvos de flechas, e roucos sibilos de palanquetas e pregos de arcabuzes, o retinir dos aços nos tacapes e o resfolegar dos homens abraçados para a morte, rolando pelas macegas e capinzais; e as que lembrem as primeiras mestiçagens, os primeiros amores entre os invasores brancos e as mulheres cor de bronze, das quais a de Caramuru é o paradigma histórico e a de Iracema o expoente literário. Virão, depois, as das florestas e das águas, dos despenhadeiros e dos paúis, em cujo meio se podem incluir as muitas herdadas do índio, simbolizadoras dos perigos de matagais e rios, como a do caipora, a do batatão, a da boiúna, a do saci e a da iara ou mãe d'água. Nesta segunda categoria, ainda merecem inclusão a dos gigantes canibais, a dos misteriosos pescadores noturnos, a das árvores que sugam os passageiros como polvos, segurando-os com as pontas dos galhos, e a das serpentes diabólicas que nem o fogo chamusca e voam pelo ar, como a famosa Caninana (BARROSO, 1949, p. 17).

Enfim, assim resume o denominado Ciclo dos Bandeirantes (1949, p. 18),

- 1 – Lendas relativas às lutas com o índio.
- 2 – Lendas de amor relativas à mestiçagem.
- 3 – Lendas indígenas adotadas e adaptadas pelo invasor.
- 4 – Lendas trazidas da Europa e modificadas ao contato do meio.
- 5 – Lendas consubstanciadoras dos perigos encontrados no desbravamento da terra, entre as quais, o Batatão, o Gorjala, os Zariguês, o Pescador e as Histórias de Onças.

Remotas como as festas *Sacae* da Babilônia e da Kronos ateniense, que originaram as Saturnais romanas e as Mascaradas medievais, as festas de final de ano, época de transição, de Natal, do nascimento de Jesus Cristo, festividade herdada da cultura portuguesa, transformada pela mestiçagem, no dizer de Gustavo Barroso, o ciclo do Natal no Nordeste brasileiro sempre foi marcado pela escolha de um rei, dos Mouros, dos Cristãos e/ou dos Congos. Eram Reisados, Janeiras e Cheganças, pessoas que representavam papéis à porta das casas, festejando.

No ciclo dos vaqueiros, de acordo com Gustavo Barroso, nosso processo civilizatório deu-se com a tirania do sol e da solidão. O nordestino viu-se obrigado a habituar-se ao clima de isolamento, habitar distanciado de todos, submetido a triste e cruel insulamento.



Desbravou grandes espaços territoriais, sob a assistência de céus e estrelas, obediente a Deus, emblemático e fanático, iniciando-se com ele ainda o processo de fixação de nossas tradições.

Assim, narra, desde **Terra de Sol** (1912), os acontecimentos que envolvem a vida do vaqueiro, como as devastações nas crias por meio de feras famintas, como onças, e a luta do vaqueiro contra essas feras, fazendo de alguns verdadeiras lendas de coragem e força; as proezas dos bois, touros e bodes selvagens, a “pega” dessas animais; a vaquejada ou a vaqueirama numa região ou ribeira, que consiste na marcação do gado criado à solta, exame e cura de bicheiras e apartação, ou seja, divisão entre os diversos donos.

Lemos sobre o ciclo dos cangaceiros ou ciclo heroico já em **Terra de Sol** (1912), quando se refere a algumas anedotas e contos a propósito de bandoleiros cearenses e de alguns Estados nordestinos. Obviamente que essas referências estão entrelaçadas a outras narrações sobre a região. Evidencia o pitoresco, as particularidades cearenses e nordestinas, eximindo-se de uma análise mais acurada dos aspectos intrínsecos originários e mantenedores do banditismo social que foi, para muitos historiadores e pesquisadores, o fenômeno do cangaço.

Refletindo sobre o fenômeno do cangaço ou dos bandidos salteadores que são identificados por Gustavo Barroso, podemos apontar a interpretação de Eric Hobsbawm (2010), segundo o qual o banditismo social seria um fenômeno universal, dado que os homens do meio rural teriam todos um modo de vida semelhante, marcado pelo acesso direto à terra e a determinados recursos da natureza, bem como reciprocidades comuns ao meio social. Assim, o banditismo social não teria um tempo determinado numa cronologia única. De acordo com Hobsbawm, a transição para o capitalismo agrário não teria se dado em um momento histórico exclusivo, mas depende do momento em que se lança essa transição. Nos países ditos desenvolvidos, esta passagem acontecera no século XVIII, enquanto nas sociedades da América Latina, no século XX. Sua apreciação tem como fundamento a existência de três tipos de bandidos, o nobre, como *Robin Hood*, os guerrilheiros primitivos, e o vingador, como *Lampeão*. Como esses se apresentam segundo as regiões em que o banditismo social cresceu, e, lembra Hobsbawm, jamais devem ser confundidas com as práticas de comunidades que têm no crime uma maneira de vida não diametralmente pautada com a transição para o capitalismo. Se os bandidos alcançam certa notoriedade, isto se deve à extensão de determinados fatores, como crises políticas e econômicas regionais, as estruturas do poder localizado e o poder dos proprietários rurais. Apenas elementos externos – crises estruturais, como catástrofes naturais ou a emergência do capitalismo enquanto sistema – fazem com que tais movimentos camponeses permaneçam como mais uma forma de expressão de descontentamento ou se convertam em movimentos revolucionários. Para Hobsbawm, o bandido não poderia ter

relações familiares que o precipitassem a entrar nessa vida bandoleira, enquanto a sua ligação familiar deveria ser assaz intensa para que, uma vez na nova atividade, conviesse para resguardar ou defender seu grupo familiar. Outrossim, para ordenar seu arquétipo, Hobsbawm baseou-se no folclore e nas narrativas dos feitos de uma série de bandidos. Contudo, estas narrativas apareceram reformuladas depois do desaparecimento dos salteadores, e ajustadas a situações diversas.

Essa teoria de Hobsbawm é bastante questionável, pois aplica os mesmos argumentos para situações e locais diferentes. Isaiah Berlin (1999) diria que a teoria do banditismo social se encaixaria na ideia de que tudo está vinculado a uma visão central única, um sistema mais ou menos coeso, lógico e articulado, em cujos termos a realidade se estabelece, sob o auspício de princípios universais. Hobsbawm, então, seria um pensador “porco-espinho”. O porco-espinho lida com a ideia de que desvendou o conjunto de teorias que explica o mundo (a "unidade do mundo" foi encontrada por ele), como o inconsciente de Freud, a dialética de Hegel ou o capital de Marx. A tese do “porco espinho e a raposa”, ou “o ouriço e a raposa”, como é igualmente conhecida, é um verso obtido entre os fragmentos do poeta grego Arquíloco: “a raposa conhece muitas coisas, mas o porco-espinho conhece uma só e muito importante”. Conforme Isaiah Berlin, a humanidade dividir-se-ia em ouriços e raposas, essencialmente no que tocante ao pensamento filosófico e ideológico. Uma ideia simplista pode, rapidamente, ser proferida e rechaçada, implantando uma perspectiva maniqueísta que revelaria o porco espinho, que rejeitaria e afugentaria aquilo o que não lhe seria espelho. Por raposa, Berlin aponta todo sujeito que procura diversos fins, às vezes conflitantes, que possuem uma reflexão centrífuga, abrangente, dispersa e difusa. Os porcos-espinhos, por serem centrípetos, agrupam o seu pensamento em uma vertente exclusiva com a função de oferecer respostas a todas as coisas e dramas humanos. Assim, a visão de mundo dos porcos-espinhos é monista<sup>144</sup> e nomotética, e por ela resistem, explicam e justificam atitudes afirmativas. Por sua vez, as raposas, pelo fato de muito conhecerem e serem pluralistas, sofismam, argumentam e duvidam frequentemente, resultando em uma maior sensibilidade de quem lhes pensem diferente.

---

<sup>144</sup> “O monismo metodológico pode ser rejeitado com base em posições muito distintas. Por um lado, temos a tese segundo a qual o conhecimento social constitui uma ‘descrição compreensiva’ do mundo dos homens, descrição esta que pode, com indiscutível legitimidade, reivindicar o status de um conhecimento empírico confiável acerca desse mundo. Contudo, não cabe falar aqui em ciência, numa acepção estritamente técnica, não honorífica desse termo, pois não encontramos no conhecimento social um conjunto de traços que, de um ponto de vista rigorosamente descritivo, vai caracterizar a atividade científica. Isso não implica, porém, colocar sob suspeição o valor cognitivo desse acontecimento, ao contrário do que sugerem os monistas, a ciência empírica moderna não constitui todo o conhecimento confiável. Essa é a posição de Isaiah Berlin e Paul Veyne” (GUSMÃO, 2012, p. 37). Compartilhamos dessa posição.

Em **Heróis e Bandidos**, Gustavo Barroso deu uma explicação de cunho mais político e econômico para a questão. Sua narrativa defendia que se deveria combater a barbárie rural, o retrocesso que assolava a região Norte (Nordeste). Busca perceber os motivos do banditismo, analisá-lo e encontrar respostas para solucionar a problemática. O maior inimigo do povo sertanejo seria o atraso, então constituído pelos cangaceiros, pelo Padre Cícero e pelos seus congregados políticos. Outrossim, a própria existência do cangaço ilustra as dificuldades do Norte (Nordeste) em se firmar como uma região progressista. É necessário, em suma, “civilizar” as relações políticas a fim de se atingir o desenvolvimento da economia.

O século XVIII, como já vimos, introduziu no pensamento ocidental a ideia de história a partir dos conceitos de evolução e progresso. O discurso sobre a História se divide em dois: o moderno, cujo objeto são as sociedades históricas, e o etnológico, cujo objeto são os grupos selvagens (sem história, sem escrita); retira-se, então, do âmbito do historiador os estudos das sociedades não-civilizadas, delegando a etnólogos e antropólogos essa tarefa. No entanto, mesmo com o fim da história natural, modelos científico-literários como o Positivismo e o Evolucionismo renovam a abordagem do binômio natureza-história, remontando à filosofia iluminista através do Naturalismo.

Como pudemos observar, a percepção de que o lugar no espaço influencia significativamente o comportamento e desenvolvimento dos povos tinha muitos defensores que interpretavam o clima e a raça como influências exteriores, não exclusivas, agregadas a fatores como a educação moral e religiosa, que poderiam refrear possíveis excessos, como a sensualidade abusiva dos trópicos. O mundo novo, isto é, a América, a Ásia e a África, nas suas trilhas de especificidades culturais, afetadas fatores diversos, tais como o clima e a própria determinação da natureza, produziam espíritos distintos, ao longo de todo o globo. As características de cada lugar ajudariam a definir a personalidade e os tipos humanos, colaborando para dar forma à História.

Da simples imitação da literatura europeia, o que se esperava era a inspiração na natureza local, nativa, de maneira a elaborar uma literatura própria, ajustando a teoria climática a um modelo de orientação psicológica ou, por meio de obnubilação, isto é, da perturbação da consciência, caracterizada por obscurecimento e lentidão do pensamento nos trópicos, avaliar o impacto do meio tropical sobre a mentalidade europeia.

O meio ambiente é fundamental para o entendimento e explicação da formação cultural do povo sertanejo.

O homem do sertão está, assim, murado num ambiente onde não há o menor desenvolvimento, ignorando quase por completo a civilização moderna, em contato diário com as tradições únicas da raça e do meio, revendo o passado em todas as manifestações da vida, enchendo-se de preconceitos doutros tempos, procurando imitar os antepassados e praticar hoje ações compatíveis com o estado social de séculos atrás. Demais, a luta feroz desse homem desprezado pelo poder público, insulado, contra a natureza armada com todas as armas dá-lhe grande pretensão de superioridade e torna indomável a altivez do caráter, poucas vezes mau e sempre pessimamente educado. Foi a vida triste, solitária e forte dos pastores que formou sempre as maiores multidões de bandidos (BARROSO, 1917, p. 27).

Dessa forma, a geografia é um admirável subsídio para entender os meandros em que a sociedade se desenvolve, uma vez que a situação humana é determinada pelo meio ambiente que condiciona seus comportamentos. Sendo assim, independentemente do local em que se nasceu, se os meio ambientes são idênticos, propiciaram fenômenos análogos. E isso converte em contemporâneos e simultâneos aqueles processos que incidem em épocas e locais distintos.

Um fazendeiro ignorante deu-nos, uma feita, prova cabal da influência mesológica sobre o banditismo. Falando da proteção que as pessoas influentes do interior prestam aos cangaceiros, estranhamos que homens de bem empregassem criminosos nos serviços das fazendas, sonhando-os à ação da justiça. Apontamo-lo até como um dos protetores. Sorriu e respondeu-nos com a maior calma, “Não sei porque se espanta. Se vivesse aqui, procederia da mesma forma, como eu e como os outros” (BARROSO, 1917, p. 67-68).

Gustavo Barroso também dará bastante ênfase à frenologia<sup>145</sup>, como uma consequência, obviamente, do progresso das ideias atreladas ao racismo, em um contexto em que as ciências sociais estavam vinculadas às ciências biológicas. O expediente à frenologia para comentar a condição dos sertões ainda estava em voga, mesmo quando esta tinha deixado de ser uma um arcabouço teórico e entrado em claro declínio. Lembremos que mesmo após o assassinato de Lampeão, as cabeças decepadas dos cangaceiros foram estudadas por Nina

---

<sup>145</sup> “Frenologia é o estudo da estrutura do crânio de modo a determinar o carácter das pessoas e a sua capacidade mental. Esta pseudociência baseia-se na falsa assunção de que as faculdades mentais estão localizadas em ‘orgãos’ cerebrais na superfície deste que podem ser detectados por inspecção visual do crânio. O físico vienense Franz-Joseph Gall (1758-1828) afirmou existirem 26 “orgãos” na superfície do cérebro que afectam o contorno do crânio, incluindo um “orgão da morte” presente em assassinos. Gall era advogado do princípio “use-o ou deixe-o”. Os órgãos do cérebro que eram usados tornavam-se maiores e os não usados encolhiam, fazendo o crânio subir ou descer com o desenvolvimento do órgão. Estes altos e baixos reflectiam, de acordo com Gall, áreas específicas do cérebro que determinam as funções emocionais e intelectuais de uma pessoa. Gall chamou a este estudo “cranioscopia.” Outros como Johann Kaspar Spurzheim (1776-1832) que espalhou a palavra na América e George Combe (1788-1858) que fundou a Edinburgh Phrenological Society, prosseguiram com ainda mais divisões e designações do cérebro e do crânio, como o “espírito metafísico” e “wit.” Em 1815, Thomas Foster chamou ao trabalho de Gall e Spurzheim “frenologia” (phrenos é o termo grego para mente) e o nome pegou”. Mais detalhes em, <http://skepdic.com/brazil/frenologia.html>. Visitado em 04 de junho de 2010.

Rodrigues, também seguidor dos estudos do banditismo social e da metodologia de Cesare Lombroso.

O aspecto biográfico é bem latente em **Heróis e Bandidos**, que, enquanto é um texto de certo entusiasmo com os cangaceiros, também confronta a realidade de sua existência. Assim, Barroso constrói diversos arquétipos de bandidos, caracterizando as diferentes possibilidades deste fenômeno, aparecendo, enfim, cangaceiros com peculiaridades próprias, como psicóticos, nobres, generosos, selvagens, e outras, o que serve para o autor justificar o título do livro. É a representação do fatalismo sertanejo, expressão da desesperança que gera uma violência infernal, configurada não apenas pelos cangaceiros, mas por outros tipos sociais. É o inferno sertanejo pelo desespero dos execrados que nele apenas sobrevivem numa latente miséria, sejam retirantes, cangaceiros, volantes, ou mesmo beatos, ansiando verem-se livres por meio de violência, seja a dos retirantes expulsos de seu torrão, a dos celerados perpetrando atos vingativos tolos, dispersos, atingindo inocentes, a das volantes que no achaque do restabelecimento da ordem propagavam mais ódio e conflitos, e mesmo a dos beatos, inflamando o sertão com juras quiméricas que regeram condutas frenéticas e delirantes.

Em **Ao Som da Viola**, Gustavo Barroso afirma que

na falta de outros heróis para celebrar em seus cantos, voltaram-se os sertanejos para os cangaceiros, muitos deles simples criminosos em luta com as forças da polícia, vagabundeando com seu bando de sicários a roubar e matar, muitos deles tipos de revoltados contra as prepotências locais ou as injustiças do meio, espécie de cavaleiros andantes semi-bárbaros ou de heróis aventureiros (1949, p. 285).

Dentre as vítimas da miséria sertaneja estão esses anti-heróis por excelência, os cangaceiros, poucos desviados pela justiça, muito bandidos por “escolha própria”, na visão de Gustavo Barroso, atirados à margem do convívio social, acossados pelas volantes, sem perspectiva de clemência ou remissão, seguindo em um projeto de aniquilamento social e autodestruição.

Sociedade primitiva, a do sertão, só poderia gerar lendas, canções e gestas heroicas de criminosos como os cangaceiros, fato comum a diversas sociedades nas mesmas circunstâncias que o sertão nordestino, como defende Barroso em **O Sertão e o Mundo** (1923). São poesias épicas que se originaram no crime, apreciando a intrepidez, a coragem e a astúcia de bandoleiros, como a primeira Gesta de Lampeão, denominada “História do Bandoleiro Lampeão”, publicada em **Almas de Lama e Aço**, de 1930, em que o bandido enfrenta toda sorte de malfeitores, o abuso de autoridade da polícia local e impõe respeito por onde passa.

Observamos um extrapolo na exposição dos “instintos ruins” do bandoleiro, desde a infância, a assombrosa fanfarrice de beber sangue quente, ultrapassando qualquer prática aceitável socialmente, o abuso do representante da autoridade instituída (a polícia local), e a simpatia com que o tropeiro narra a reação do cangaceiro ao enfrentar o abuso. Enfim, a vingança pelo fato que ainda nem se dera, o possível assassinato do tio, demonstrando a sagacidade e força do bandido, antecipando-se aos inimigos e derrotando-os. Em linhas gerais, vemos a representação social do cangaço como símbolo da violência pueril do prazer em matar, por meio da oposição entre espaço civilizado e espaço selvagem. Ao agregar o bandoleiro ao mundo atrasado e primitivo, Gustavo Barroso deixa latente em seu discurso um conteúdo pejorativo – malfeitor, celerado – e uma clara ligação aos mais baixos instintos, animalescos, ferozes. A truculência e a bestialidade de Lampeão sugeriam sinais de degeneração social da região, contemporizando a imagem do retardamento nordestino, sobretudo como terra sem lei, sem ordem estabelecida, onde a vida nada vale.

Além dos cangaceiros, e muitas vezes ao lado deles, abençoando-os, inclusive, circulam os beatos em também um fardo de exceção, interiorizando ou contemporizando ao grupo a imprecisão de que estão arrebatados. Recusados pela Igreja, vivem a realidade tresloucada de conduzir às derradeiras implicações as pregações apocalípticas. Proclamando o fim do mundo e o juízo final, delineiam as chamas do inferno em fixação psicológica inventiva de desfalecimentos coletivos e de demências de pessimismo e desesperança.

Na visão barroseana, o ciclo que aborda o caboclo no nosso folclore o identifica como um tipo tolo, ingênuo e simplório, tendo gerado um documentário poético-anedotal. Essa oralidade poética humilhante, que passou de geração a geração, é completamente de origem branca, reservada a explicar a subalternidade do caboclo e o tratamento degradante que lhe reservou sua origem nativa, destinada à escravidão, depois acusada de “preguiçosa” e “indolente”, perseguida, apresada e dizimada, quando da preferência pelo negro africano para o trabalho compulsório.

Vale ressaltar que Barroso concorda com essa visão do nativo subalterno, preguiçoso, selvagem e indolente, porque “são afirmadas por espíritos mais sérios. Varnhagem não se cansou de descrevê-las” (BARROSO, 1949, p. 339).

Divide a poesia sertaneja em “Tradicional e Repentista”, considerando-os ramos essencialmente típicos da cultura sertaneja. O ramo Tradicional teria origem nos acontecimentos desenvolvidos ao longo dos vales dos rios por onde se desdobrou o processo de colonização do Brasil. Sua marca mais saliente são os excessos propositais, no intuito de provocar no público ouvinte a transmissão da poesia dita. O ramo Repentista faz referência

indelével aos *tensons* provençais e às disputas dos foliões romanos, bem como dos troveiros e trovadores medievais europeus.

## 6.2 A ideia de criação de um museu ergológico por Gustavo Barroso

Foi Gustavo Barroso que, como temos defendido nessa tese, ao criar o Museu Histórico Nacional, fundou o limiar de uma nova era de museus brasileiros. O acervo abandonava elementos exclusivamente da Natureza e passava a mostrar objetos que representassem a História da Nação. Sabemos que houve um privilégio para a herança da elite brasileira, assim como seus atos político-administrativos, conservando o povo alijado do processo histórico. A vassalagem às reminiscências imperiais conveio ainda de base ao discurso nacionalista conservador e elitista que Barroso defendia. Entretanto, mesmo assim, foi Gustavo Barroso que exerceu desempenho extraordinário na configuração dos demais museus. Pode-se indubitavelmente estabelecer um marco sobre a história dos museus no Brasil em antes e depois de Gustavo Barroso. Ao lançar a ideia de um museu ergológico e relacionar detalhadamente a sua possível composição, Barroso destaca mais uma vez o seu pioneirismo na seara da Museologia.

Apesar de extenso, é pálido este resumo da nossa riqueza ergológica. Com ele aqui deixamos a ideia da criação de interessantíssimo e utilíssimo museu. Lancei a do Museu Histórico em 1911 e ela, após vinte anos de trabalho, é uma vigorosa realização.

Lancei em 1916 a dos Dragões da Independência e hoje é uma realidade gloriosa. Lancei em 1932, com a Inspeção de Monumentos Nacionais, a de defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico, e atualmente ele está defendido. Meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compendiada num museu tecnicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um admirável cartão de visita ao estrangeiro em nome de nossa peculiaridade nacional.

(BARROSO, 1942, p. 433-448)

Nas últimas páginas dessa narrativa, consideramos de fundamental importância uma mais extensa referência ao pensamento de Gustavo Barroso sobre a ciência histórica. Poderíamos ter feito no início, porém optamos pelo ocaso de nossa vasta exposição, com a finalidade de proporcionar uma síntese da concepção de História pelo precursor da Museologia moderna no Brasil. Em **Luz e Pó** (1932), o autor esclarece muito de sua concepção de História e atende às nossas expectativas de síntese do seu pensamento. Em seu discurso podemos visualizar um misto de historicismo e de positivismo, no sentido de que a história faz o homem, no arquétipo romântico consagrado por Herder e Schelling, para os quais o universo deixou de ser um sistema e passou a ser percebido como história, em uma travessia do cosmológico para

o antropocêntrico. De certa maneira, é o exato oposto do conservadorismo, suscitando uma fuga para frente, por meio do evolucionismo e da noção de progresso. Vejamos:

Ha gente que vive no presente e gente que vive no passado. Para uns, somente vale o tempo que se foi, em que a distancia esfuma as chatices e o esmorecimento das paixões dá um tom delicioso a todas as cousas. Então, tudo era belo e bom, gentil e puro, nobre e desinteressado. O que lhe sucedeu nada vale e nem merece as honras da comparação senão para que ressalte sua inferioridade. Para outros, o presente é tudo e tudo mais é nada. Os séculos de outrora são escuros e frios. Os povos, bárbaros. As usanças, detestáveis. A falta de conforto, horripilante. O presente trouxe todos os gozos e todas as vantagens, todas as bondades, todas as belezas e todos os progressos.

Entretanto, não vive quem vive do passado e não vive quem vive só no presente. A vida verdadeira, completa, integral dum individuo é como uma arvore. Tem raízes e tem folhas. Mergulha aquelas no que foi. Agita estas no que é. E procura crescer para atingir ainda o que será.

Não ha homem verdadeiramente digno desse nome sem olhar para trás, sem contemplar o que o rodeia e sem fitar o que ha de vir. A personalidade moral e mental do individuo vem do que passou e caminha para o que surgirá. Projeta-se com a simpatia e o estudo nas idades mortas, observa os fatos que se desenrolam em sua presença com aquela calma intuição e aquele admirável equilíbrio que Carlyle descobria em Emerson e sorri com a calma de quem sabe ver além de casca aparente das coisas.

Também que unicamente vê o lado mau da vida, como há a que só enxerga o lado bom. São como se vissem ou luz ou sombra, faltando o relevo de tudo. Ou negro ou claro. É necessário, para ser de verdade homem, sentir ambos. Um não pode viver sem o outro. Que seria do bem se não fosse o mal? Que seria do mal, se não fosse o bem? Capacitemo-nos da lealdade moral do mundo, da estreiteza dos ambientes sociais, da mesquinharia das almas; porém não esqueçam a opulência das emoções, a riqueza dos sentimentos e a grandeza das aspirações humanas. Louvemos o esforço e o trabalho. Reconheçamos a evolução das cousas e dos seres. Bendigamos o prazer, mas não amaldiçoemos a dor, que é a única razão dele existir.

É preciso ser equilibradamente humano, amando a vida no que ela dá de puro e impuro, de nobre e ignóbil, de grande e pequeno, de mau e de bom. Porque Aquele que, no mistério insondável das essências e energias, organizou tudo o que vemos, tudo o que sentimos e tudo o que não vemos nem sentimos assim o ordena por uma razão lógica, embora indecifrável. E tudo nada mais é do que a instável, impermanente manifestação do Eterno Absoluto na Eterna Relatividade.

Na mais alta ordem do pensamento, não ha nada inútil ou prejudicial. Tudo deve corresponder a uma finalidade incognoscível, que podemos admitir como emanada duma organização perfeita e aceitar como se apresenta, sem perder tempo em querer discutir, quando temos de obedecer. Coração na verdade humano o que sorri em face dos aspectos suaves ou cruéis da existência. Voz de verdade humana a que não vibra em revolta, mas ecoa em palavras de consolo, de prudência e de perdão. Espírito em verdade humano o que se interessa, ao mesmo tempo, pela mais antiga das teologias e pela mais moderna das invenções radiotelegráficas, pois ambas provêm do mesmo berço em que ele por sua vez nasceu. Tal sintonização, integrando o homem, não só na humanidade, mas no planeta, dá-lhe a vida interior que, quanto mais intensa e mais profunda, maior felicidade concede ao que a possui. Vivamos dentro de nós mesmos; em presença do universo, erijamos a torre de marfim do nosso microcosmo; e desafieemos desta sorte o pessimismo e a dor.

Lembra-te, homem, que és pó e em pó te tornarás; porem lembra-te, ao mesmo tempo, que és luz e luz tornarás a ser. Porque a luz e o pó nasceram no mesmo dia e da mesma semente (1932, p. 7-9).

Como último momento dessa narrativa, apresentamos a base do projeto de museu de folclore e/ou ergológico de Gustavo Barroso disponível no terceiro volume dos Anais do



Museu Histórico Nacional. Na concepção barroseana, considerável parte da cultura da humanidade é constituída e conduzida fluentemente, de maneira quase espontânea, praticamente instintiva. Em se tratando da cultura material, ergológica, utilizam-se os favoráveis meios municiados pela natureza, ou utensílios elementares disponíveis a qualquer um, quase sem sofisticação tecnológica. Eventuais dificuldades são solucionadas por meio da tradição, comunicada de geração a geração pela família, pela comunidade e pela sociedade em seu todo. A difusão de princípios e doutrinas ocorre cotidianamente, não havendo nenhuma categoria profissional que avoque, em plena consciência, a incumbência de ensinar, as especialidades ocupacionais são transmitidas naturalmente e todos educam e repassam conhecimentos em suas áreas de competência. Enfim, seria uma espécie de “cultura comunitária”, ou simplesmente folclore, algo assim como “sabedoria do povo”.

A área dum museu ergológico abarca as seguintes matérias: mobiliário, alimentação, indumentária, moradias, arte naval, transportes, medicina, tecidos, tintas, decorações, esteiras, cestos, cerâmica, brinquedos, arreios, entrançados de couro, obras de chifre, objetos de tartaruga, escultura, carpintaria, trabalhos em madeira, artefatos de cobre, curtume, pescaria, ourivesaria, prataria, ferraduras, marcas de gado, etc. etc.

Um museu dessa espécie poderia ser dividido em setores relativos às regiões características do Brasil, Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. E nele se poderiam ver as artes e ofícios tradicionais da nossa gente, bem como estudar sua origem, evolução e finalidades. Através desses produtos de utilidade, palpitaria em verdade a vida dos parouaras e maranhotos, dos vaqueiros e seringueiros, dos piauizeiros e cabeças-chatas, dos romeiros e jerimuns, dos praieiros e sertanejos, dos jagunços e capixabas, dos goianos e piraquaras, dos matutos e caipiras, dos tabaréus e barrigas-verdes, dos cariocas e gaúchos. A paisagem da vida brasileira, da verdadeira vida tradicional e popular que o bulício e cosmopolitismo das cidades nos faz esquecer, se apresentaria nas suas variadas formas (BARROSO, 1942, p. 435).

Peter Burke faz referência à “descoberta do povo” por estudiosos inspirados na filosofia evolucionista e cientificista, asseverando que

o que há de novo em Herder, nos Grimm e seus seguidores é, em primeiro lugar, a ênfase no povo, e em segundo, sua crença de que os ‘usos, costumes, cerimônias, superstições, balada, provérbios, etc’ faziam, cada um deles, parte de um todo, expressando o espírito de uma nação (1989, p.36).

Gustavo Barroso, como a maioria dos folcloristas de sua linha de pensamento, procurava nas tradições do povo as raízes fidedignas e puras que perfeitamente definiriam sua cultura nacional. O saudosismo que abarcava esse interesse pelas coisas populares contribuiria, de certa forma, com um tipo de representação imagética popular, que precisaria ser envolvida, por exemplo, de características como autenticidade, vernaculidade e ruralidade. O povo, representante da Nação, teria seu espaço específico em uma categoria museal folclórica voltada

à construção das singularidades verdadeiramente nacionais, com raízes encravadas intensamente em épocas imemoriais, vinculadas ao mito de origem das nações, denominadas, por isso, antiguidades. A descoberta e a valorização das tradições populares, dos saberes do povo, relacionavam-se a uma imagem mental característica, a uma classe erigida sobre um perfil do que fosse o povo, perfeita para pensar a nação. Igualmente, o folclore, como objeto e campo de estudos, seria, em sua essência, um gênero de discurso sobre o povo.

Por outro lado, em uma concepção mais atual, a

ergologia não é, portanto, uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber mas, sobretudo, uma disciplina de pensamento. Essa disciplina ergológica é própria às atividades humanas e distinta da disciplina epistêmica que, para produzir saber e conceito no campo das ciências ‘experimentais’ deve, ao contrário, neutralizar os aspectos históricos. A *démarche* ergológica, mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nestes conceitos como e onde se situa o espaço das (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000, p. 45-46).

A ergologia destaca o aspecto histórico de qualquer pesquisa no campo do trabalho, apartando-se, assim, de uma concepção metafísica de ciência e da ideia de neutralidade científica que surge com a modernidade e seus concernentes modelos metodológicos. A disciplina ergológica configura-se no campo do imanente.

Nos anexos dessa narrativa segue o texto do folclorista e museólogo Gustavo Barroso, denominado, “O desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país – um esquema ergológico – outras notas”, um modelo que muito bem exemplifica suas ideias sobre a criação do que poderia ser o primeiro museu ergológico do Brasil.

Com as considerações desse capítulo encerramos nossa narrativa sobre a ação social, educacional, de Gustavo Barroso na seara da Museologia no Brasil. Entendemos que tivemos a oportunidade de montar uma narrativa compreensiva em que os objetivos foram alcançados, uma vez que elaboramos um amplo painel sobre o legado educacional de Gustavo Barroso para história da Museologia brasileira. Não dissemos a verdade, apenas concluímos alguns pontos em que podemos afirmar a falseabilidade de nossas reflexões.

## 7. CONCLUSÃO

No Brasil, tudo nos leva a admitir que somente nas décadas de 1920 e 1930 os museus alçaram uma maior dimensão de importância nos domínios da cultura nacional. Tal fato refletiu-se no incremento de uma política cultural essencialmente nacionalista e ufanista. Os estabelecimentos museológicos passaram a ser observados como organismos de status político e social, mecanismos de poder e ufanismo, mormente com o novo Estado que se arquitetava com as transformações políticas ocorridas no esteio da Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder administrativo maior do Brasil, consolidado com o advento do Estado Novo, a partir de 1937.

No imbróglio desses acontecimentos, três episódios intimamente conexos, distantes o primeiro do segundo pela lacuna temporal de uma década, e do segundo para o terceiro, apenas pelo espaço-tempo de dois anos, constituíram-se em expoentes do nacionalismo simbólico da gama de mudanças políticas e ideológicas que se refletiram na área cultural do país. De início, o engenho do Museu Histórico Nacional, em 1922, posto a contento por Gustavo Barroso, durante o governo de Epitácio Pessoa, o “presidente nacionalista”, logo após a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro; uma década depois, na gestão do historiador Rodolfo Garcia (1932) enquanto Diretor do MHN, momento em que se criou um “Curso Técnico de Museus”, já previsto no documento de criação do museu, como dissemos; em seguida a instituição da Inspeção de Monumentos, estabelecida em 1934, mas que tem origens na década anterior. Todos esses episódios têm em comum uma personalidade: Gustavo Barroso. O grande objetivo dessa narrativa foi expor a ação social (educacional) desse personagem, destacando que toda a sua movimentação nos meandros da Museologia culminaram em sua efetiva transformação, conferindo-lhe um caráter de modernidade, de inovação: um museu essencialmente histórico, um curso para formar conservadores e uma instituição voltada para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

Para os dias atuais, confiamos, essa tese veio para preencher uma lacuna sobre a ação social de Gustavo Barroso na história do patrimônio artístico e histórico nacional, sobre a Museologia, sobre a educação museal e sua historiografia no Brasil.

Hoje, avaliando o percurso da construção dessa pesquisa, podemos afirmar que contempla doze anos de estudos sobre a obra de Gustavo Barroso, não somente no campo da museologia, mas ainda na sociologia, história, folclore, literatura e outros. Como um trabalho científico, jamais poderíamos “carregar as mãos nas tintas”, como o faríamos se não existissem as exigências da academia. Estivemos envolvidos com a ação educacional de Gustavo Barroso,

com seu trabalho enquanto professor, conservador, museólogo, sociólogo, folclorista, dirigente vinculado ao poder público e escritor. Vasculhamos a sua escrita memorial. Tivemos a oportunidade de acessar tão grande volume de documentos primários que nos vimos sufocados diante da peremptoriedade da escolha. O historiador sabe o quanto essa necessidade da escolha é dolorosa: se pudéssemos, abraçaríamos tudo, mas correríamos sério risco de nunca concluir o necessário trabalho acadêmico. Tivemos a imensa sorte de entrevistar ex-alunos do Dr. Barroso. Foi uma oportunidade de valor inenarrável. O material que amealhamos com essas entrevistas são a parte que consideramos a mais rica e importante dessa narrativa, embora somente um percentual modesto fora exposto. Aliás, apenas o material que divulgamos, por si só já constituiria uma tese, não duvidamos. Entretanto, preferimos nos manter no caminho traçado, na trilogia de sua obra museológica moderna, com o adendo de sua projeção para um museu ergológico, concretizado por outros, em diversos locais e datas, mas pensado pioneiramente por Gustavo Barroso.

O Museu Histórico Nacional foi instituído em uma parte do conjunto arquitetônico preservado no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, aproveitando inicialmente um pequeno quinhão do espaço definido para a grande exposição comemorativa do Centenário de Independência do Brasil. É o complexo chamado “Casa do Trem”, construído na segunda metade do século XVIII, com a finalidade de depósito para armazenar o armamento de defesa da cidade.

Vimos como o peso que as comemorações do Centenário da Independência do Brasil tiveram nas reflexões no tocante à identidade e aos valores nacionais, e o modo como estes debates influenciaram a política de organização urbana da então Capital Federal. Tendo como ponto de partida a busca pela modernidade nos moldes internacionais, que distinguiu os anos iniciais do século XX no Brasil, questionamos sua influência no critério de atribuição de valor aos monumentos simbólicos de alcance nacional e sua articulação com a memória e preservação patrimonial.

Como partícipe influente nas ações que envolveram esse grande evento, Gustavo Barroso foi apresentado como um sujeito visionário, em seu tempo, que aproveitou uma oportunidade ímpar para o já idealizado projeto de um museu histórico e instituiu o Museu Histórico Nacional, o primeiro com esse caráter no Brasil, e que já previa, inclusive, um curso de museus, mais uma vez citamos.

Como último momento dessa narrativa, apresentamos a base do projeto de museu de folclore e/ou ergológico de Gustavo Barroso, disponível no terceiro volume dos Anais do Museu Histórico Nacional. Na concepção barroseana, considerável parte da cultura da

humanidade é constituída e conduzida fluentemente, de maneira quase espontânea, praticamente instintiva. Em se tratando da cultura material, ergológica, utilizam-se os favoráveis meios municiados pela natureza, ou utensílios elementares disponíveis a qualquer um, quase sem sofisticação tecnológica. Eventuais dificuldades são solucionadas por meio da tradição, comunicada de geração a geração pela família, pela comunidade e pela sociedade em seu todo. A difusão de princípios e doutrinas ocorre cotidianamente, não havendo nenhuma categoria profissional que avoque, em plena consciência, a incumbência de ensinar: as especialidades ocupacionais são transmitidas naturalmente e todos educam e repassam conhecimentos em suas áreas de competência. Enfim, seria uma espécie de “cultura comunitária”, ou simplesmente folclore, algo assim como “sabedoria do povo”.

Gustavo Barroso defendia para o folclore: o anonimato, a aceitação coletiva, com adições, variações e reinterpretações do povo, a transmissão oral em sua origem, a antiguidade (no sentido de tradicional), a dinamicidade, a espontaneidade, visto que o fato folclórico nasce do povo, a funcionalidade (o fato contextualizado socialmente), a regionalidade e a universalidade. É mandatário de extensa e importante bibliografia sobre o tema, desde sua obra de estreia, **Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte** (1912), de caráter sociológico sertanejo, como assim denominou, bem como **Ao Som da Viola** (1921), apontada por Câmara Cascudo como a pioneira das antologias do folclore no Brasil, **O Sertão e o Mundo** (1923) – um estudo do folclore comparado – e **Através dos Folk-Lores** (1927), **As Colunas do Templo: Erudição, História, Crítica e Filologia** (1932), obras que genuinamente abordam o tema, enquanto outras tocam de maneira menos incisiva, porém não menos importante, quais sejam: **Ideias e Palavras** (1917), **Heróis e Bandidos** (1917), **Almas de Lama e Aço: Lampeão e Outros Cangaceiros** (1930) e **Luz e Pó** (1932).

Utilizamo-nos do texto do folclorista e museólogo Gustavo Barroso, denominado “O desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país – um esquema ergológico – outras notas”, em uma perspectiva dialógica e intertextual com suas publicações referentes ao tema.

Dentro dos objetivos previstos nessa pesquisa, o que foi possível concluir, essencialmente, apresentamos nessa narrativa, que consideramos compreensiva e densa, sobre a ação educacional de Gustavo Barroso na seara da Museologia no país. O assunto não se esgota; do contrário, pode abrir uma gama de oportunidades para outras intervenções, outros trabalhos acadêmicos. Para a história da educação, esse estudo pode fixar uma pedra basilar para a pesquisa sobre instituições educacionais, essencial para a formação contínua daqueles que, como nós, atuam como historiadores.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. **História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.199-233 jan./dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.
- \_\_\_\_\_. Síndrome de museus. **Encontros e Estudos 2**, Funarte, MinC, 1996b.
- \_\_\_\_\_. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/PR, 1997, p. 91-97.
- AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.8, n.15, 1995, p. 145-151.
- AMORA, M. A. Os 70 anos de Gustavo Barroso. **Revista da Academia Cearense de Letras**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, nº 28, 1959, p. 354.
- ALMEIDA, A. R. Uma exposição internacional no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXXIV, Rio de Janeiro, 2002, p. 372-385.
- ANDRADE, Francisco Ari de. **Luzes e Sombras na Educação: O Aciolismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912)**. Fortaleza: INESP, 2008.
- ANDRADE, M. de. Regionalismo. **Diário Nacional**. São Paulo: 14 de fev de 1928.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. O Contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Questões de Literatura e de Estética**. São Paulo: UNESP, 1993.
- BARAÇAL, A. B. O objeto da museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský In: **Museologia e Patrimônio**. Vol. I, Nº 1. Rio de Janeiro: UNIRIO, jul/dez de 2008.
- BARRETO, Lima. O Subterrâneo do Morro do Castelo. **Correio da Manhã**. Edições de 28-29/4/1905, 2-10/5/1905, 12/5/1905, 14-15/5/1905, 19-21/5/1905, 23-28/5/1905, 30/5/1905, 1/6/1905, 3/6/1905.
- BARROS, D' Assunção José. O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. In: **História Unisinos**. Porto Alegre: Setembro/Dezembro de 2005, p. 230-242.
- \_\_\_\_\_. História, narrativa, imagens. Desafios contemporâneos do discurso historiográfico. **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, pp. 33-64.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. I, II, III, IV.
- BARROS, S. P. O Museu e a Criança. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Ministério da Educação e Cultura, 1948 (1958), v. IX, p. 46-73.
- \_\_\_\_\_. A mensagem cultural do Museu. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Ministério da Educação e Cultura, 1952 (1964), v. XIII, p. 219-230.

- BARROSO, G. O Culto da saudade. *In: Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 29-1997). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Imprensa Nacional, 1997. p. 34.
- \_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. Edição ilustrada com cerca de 50 gravuras e mapas. São Paulo: Editora Nacional; 1935. 341p. 2.a ed. em 1938. Biblioteca pedagógica brasileira. Ser. 5:a: Brasiliana, v. 49.
- \_\_\_\_\_. **Ao som da viola**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- \_\_\_\_\_. **Heróis e Bandidos**. (Os Cangaceiros de Nordeste). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.
- \_\_\_\_\_. **Almas de Lama e de Aço**. (Lampeão e outros cangaceiros). S. Paulo-Cayeiras-Rio: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930.
- \_\_\_\_\_. **Cinza do tempo**. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de Gustavo Barroso**: Coração de Menino, Liceu do Ceará e Consulado da China. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Mula sem cabeça**. São Paulo: Olegário Ribeiro, 1922.
- \_\_\_\_\_. **O bracelete de safiras**. Rio de Janeiro: Americana, 1931.
- \_\_\_\_\_. **O livro dos enforcados**. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa Editor, 1939.
- \_\_\_\_\_. **O sertão e o mundo**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923.
- \_\_\_\_\_. **Praias e várzeas e alma sertaneja**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Terra de sol** (natureza e costumes do Norte). 6. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- \_\_\_\_\_. **As Colunas do Templo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.
- \_\_\_\_\_. **Luz e Pó**. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932.
- \_\_\_\_\_. Carta resposta de Gustavo Barroso a Mário Brito, de 22 de março de 1942. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 5, 1944, p. 197.
- \_\_\_\_\_. Esquematização da História Militar do Brasil. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, vol III, 1942.
- \_\_\_\_\_. Museu Ergológico Brasileiro: o desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país – um esquema ergológico – outras notas. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, vol III, 1942.
- \_\_\_\_\_. A defesa do nosso passado. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- \_\_\_\_\_. Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- \_\_\_\_\_. A carreira de conservador. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_. Visões do Passado. *In: Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à Técnica de Museus**: Parte Geral e Parte Básica. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946, v. I.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Técnica de Museus:** Parte Especializada. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947, v. II.

\_\_\_\_\_. Entrevista, 1956 (Coleção Gustavo Barroso, série I documentos pessoais, GBbg91).

\_\_\_\_\_. Museu ergológico brasileiro. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, p. 433-448, 1942.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. A Imagem de Proust. In: **Obras Escolhidas** – magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 36-49.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERLIN, Isaiah. **O sentido da realidade:** estudo das ideias e de suas histórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a Humanidade:** uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Anais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916.

BLOCH, M. **Apologia da história:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORELI, Silvia Helena Simões. Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. **Revista Margem – narradores e intérpretes**. São Paulo: PUC-EDEC, 1992.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRASIL. **Almanak Laemmert**. Anuário comercial, industrial, profissional, administrativo, de estatística e informações gerais sobre o Brasil. Rio de Janeiro (Distrito Federal): edição para 1934b, 90º ano, vol. I.

BRASIL. **Decreto nº 15.596** de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento.

BRASIL. **Decreto nº 21.129** de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”.

BRASIL. **Decreto nº 24.735** de 14 de julho de 1934a. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.689** de 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 16.078** de 13 de julho de 1944. Aprova o Regimento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-Lei nº. 6.689, de 13 de julho de 1944.



BRASIL. **Decreto nº 58.800** de 13 de julho de 1966. Aprova o Regimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. BURKE, P. **A cultura popular na idade moderna**. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989.

BURKE, Peter. Inevitáveis empréstimos culturais. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1997. Caderno Mais, p. 3.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos *Annales* 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: **Revista Estudos Históricos**, 1997, nº 19, Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 83-97.

\_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CAMPOS, E. **Gustavo Barroso**: Sol, Mar e Sertão. Fortaleza: 1988.

CÂNDIDO, A. **O Método Crítico de Silvio Romero** (2a. Ed.). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Boletim n.º 266, 1963.

\_\_\_\_\_. **Sílvio Romero**: Teoria, Crítica e História Literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

CARNEIRO, M. R. da S. R. **Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde**. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

CARVALHO, J.M. de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, Nair de M. **Armário – Sobretudo Relativa ao Brasil**. Monografia de conclusão do Curso de Museologia do MHN. De 1936, com 44 páginas datilografadas, algumas com anotações à mão feitas no verso. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2012.

\_\_\_\_\_. **Conclusões da conferência de Atenas sobre conservação e restauração dos monumentos históricos**. Tradução. Rio de Janeiro: NUMMUS (Núcleo de Memória da Museologia), 1937.

\_\_\_\_\_. Papel Educativo do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN/Imprensa Nacional, 1957, p. 18-30.

\_\_\_\_\_. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do MHN. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, vol. X. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1954.

\_\_\_\_\_. **Contos tradicionais do Brasil**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CERTEAU, M de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Cf. BRASIL. **Livro de Ouro**: Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1922: 7 de setembro de 1923. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil: Almanaque Laemmert, 1922.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1989.
- COSTA, A. C. L. Biografias históricas e práxis historiográfica. In: **sÆculum – Revista de História**, vol. 23. João Pessoa, jul./ dez. 2010, p. 19-33.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 6ª edição. 1998.
- CRUZ, Henrique de V. **“Do horizonte do passado ao horizonte do futuro...”: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007)**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2007.
- \_\_\_\_\_. **I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas**. Cuidando de uma casa: Regina Monteiro Real na Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 95-103.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DESBIOLLES, Blondine. **Museologie: Revisiter nos Fondamentaux**. ICOFOM , Journées du 1er, 2 et 3 juillet, Liège et Mariemont, 2009. N° 38.
- DESVALLEES, A.; MAIRESSE, F. **Concepts clés de muséologie**. Paris: ICOM – Musée Royal de Mariemont, 2010. ISBN : 978-2-200-25396-7.
- DIÁRIO de Pernambuco. (1923). **A Defesa do Nosso Patrimônio Artístico**. Recife, 16 de dezembro de 1923. N. 291, Ano 99, p.05.
- DOSSE, F. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- DOUBROVSKY, S. **Fils**. Paris: Gallimard, 1977.
- DUMANS, A. O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- \_\_\_\_\_. A ideia de criação do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 3. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.
- ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: 1997, p. 121-140. Vol. 29. Edição comemorativa dos 75 anos de fundação do Museu Histórico Nacional.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001, 3ª Ed.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIRÃO, R. A minha saudade de Gustavo Barroso. In. **Revista da Academia Cearense de Letras**. Fortaleza: ACL, Ano XCII, N° 47, 1987-1988.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GREGOROVÁ, Anna. Museology – Science or just practical museum work ? In: **MUWOP, Museological Working Papers / DOTRAM, Documents de Travail en Muséologie**. ICOM, International Committee for Museology, ICOFOM, Museum of National Antiquities, SOFKA, Vinos (ed), Stockholm, Sweden, v. 1, 1980.

- GUSMÃO, Luís de. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da Modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAMBURGER, K. As Formas Especiais. *In: A Lógica da Criação*. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- HENRICH, Dieter; OFFE, Claus e SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber e o projeto da modernidade**. *Lua Nova* [online]. 1990, n.22, pp. 229-257. ISSN 0102-6445.
- HERSCHMANN, M. M (org.); PEREIRA, C.A M (org.). **A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HÜBINGER, G. Max Weber e a história cultural da modernidade. *In: Tempo Social*, vol. 24, Nº 1. São Paulo, 2012, p. 119-136.
- IEPHA/MG. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Manual de Diretrizes para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte, 2009. 105 pp. Vários autores.
- KRISTEVA, J. **O texto do romance**: estudo semiológico de uma estrutura discursiva transformacional. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LESSA, Renato. A invenção da República: da aventura à rotina. *In: CARVALHO (org.), Maria Alice Rezende de. A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In: AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. (org.), Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 167-182.
- LIMA, H. E. E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social. *In: Revista Esboços*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p 53-74. Vol 11, Nº 12, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A micro-história italiana**: escala, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LUDOLF, D. C. Nova diretriz dos museus. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 13. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952-1964, p. 189-200.
- MACEDO, D. Gustavo Barroso. Escritor militar. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 312-313.
- MAIRESSE, F; DESVALLEES, A; DELOCHE, B. Appel à réflexion : concepts fondamentaux de muséologie. *In: MUSÉOLOGIE: REVISITER NOS FONDAMENTAUX*. Morlanwelz (Bélgica): Comité international pour la muséologie de l'ICOM, jun/2009. ISBN: 978-2-930469-26-3/EAN: 9782930469263.

MARTINHO RODRIGUES, R. Educação, modernidade, pós-modernidade e modernismo. In: CAVALCANTE, M. J. M., QUEIROZ, Z. F., VASCONCELOS JR, R., ARAÚJO, J. E. C. (Org.). *In: História da educação – Vitrais da memória*. Fortaleza: Ed. UFC, 2008, p. 435-454.

\_\_\_\_\_. *A História, autores e atores* (uma compreensão do mundo, educação e cidadania). Fortaleza: Edições UFC, 2013a, p. 191-214.

\_\_\_\_\_. *Os Intelectuais*. Fortaleza: Edições UFC, 2013b.

MELO, A. S. Discurso de posse da cadeira 19 da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: 16 de agosto de 1960. Disponível em:  
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12225&sid=214>. Último acesso em 23 de março de 2014.

MHN. Relação dos Objetos Transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. *O Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Arquivo Permanente do Museu Histórico Nacional*. Relatórios de atividades do Museu Histórico Nacional emitidos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1922 a 1930 (Série ASDG1) Relatórios emitidos ao Ministério da Educação e Saúde, 1931 a 1940 (Série ASDG1).

\_\_\_\_\_. *Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Olhares, 2013.

MORETTIN, E. Cinema e Estado no Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n. 89, p. 137-148, mar. 2011a.

\_\_\_\_\_. O cinema e a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. *In: ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 189-201, jul.-dez 2006.

MOTTA, Marly S. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

NAHES, S. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NOBRE, Renarde Freire. Racionalidade e tragédia cultural no pensamento de Max Weber. *In: Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 12(2): 85-108, novembro de 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-28.

NUMMUS (Núcleo de Memória da Museologia). UNIRIO, Curso de Museologia. *Coleções*.

PITAGUARY, G. (Org.); SÁ, I. C. (Org.). *A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: Memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945*. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2006. v. 1. 137p .

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*, Nº 3 – Memória. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

POPPER, Karl. *Em busca de um mundo melhor*. Sobre o saber e a ignorância. Lisboa: Editorial Fragmentos (Egídio Vaz), 2006.

\_\_\_\_\_. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, pp. 64-88, [1957].

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: RÉS, 1989.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** (tomo II). São Paulo: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** (tomo III). São Paulo: Papyrus, 1997.

ROMERO, Silvio. O Brasil social e outros estudos sociológicos. Brasília: Senado Federal, 2001.

SÁ, Ivan C. **História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO**.in: Anais do Museu Histórico Nacional, 2007, v. 39, p. 10-42.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a história da preservação no Brasil**. A formação em conservação-restauração no Curso de Museologia da UNIRIO. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2012, v. 44, p. 12-32.

\_\_\_\_\_. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. In: **Revista Acervo**. Rio de Janeiro: vol. 26, Nº 2, p. 31-58, jul-dez, 2013.

SÁ, Ivan C; SIQUEIRA, G. K. **Curso de Museus-MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia-UNIRIO, 2007. v. 500.

SANTAFÉ, Elena C. **A Formação Museológica na Espanha**.

[http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev02/Rev02\\_Elena\\_Carrion.pdf](http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev02/Rev02_Elena_Carrion.pdf). Último acesso em 06/06/2013.

SANTOS, M. S. dos. Museus brasileiros e política cultural. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2004, v. 19, n. 55. ISSN 0102-6909.

\_\_\_\_\_. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond – Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SANTOS TRIGUEIROS, F. **Museu e educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e interpretação da realidade: o discurso da história. In: **Museología e Historia: Un campo del conocimiento**. Córdoba (Argentina): ICOFOM, 2006.500 p.

SCHMIDT, Benito B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. In: Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História – **História e Ética**. Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENADO FEDERAL. CLBR PUB. **Coleção de Leis do Brasil**. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp?action=LegislacaoTextual>

SOARES, B. C. B. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG – PMUS UNIRIO | MAST** - vol. 5 no 2 – 2012, p. 55-71.

SILVA, R. C. O. **O Culto da Saudade na Casa de Eudoro Corrêa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contando Histórias da Terra de Sol.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Contador-Mediador de Histórias.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. Batismo de Fogo: Memórias de um aluno do CMC que serviu à FEB. In: Martinho Rodrigues, R.; LIMA, J. M.; MARQUES, J. P. **História, Memória e Educação.** Fortaleza: EDUECE, 2013a, p. 113-136.

\_\_\_\_\_. O ensino público no Brasil: decepções e esperanças? Um estudo compreensivo da visão de Afrânio Peixoto sobre a educação no Livro de Ouro do MHN, de 1922-1933. In: ANDRADE, F. A; VICTOR, D. M. R; SILVA, R. C. O. **Educação Brasileira: rumos e prumos.** Fortaleza: Edições UFC, 2013b, p. 342-366.

SOUZA, Laura de M. Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço D. (org.). **Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico.** São Paulo: Editora SENAC, 1999.

SOUZA, S. (Org.) **História de Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995,

SUCUPIRA, L. Gustavo Barroso. In: **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Instituto do Ceará, Ano LXXX, Tomo LXXX, 1966, p. 217-220.

OLIVEIRA VIANNA. **O idealismo na evolução política do Império e da República.** São Paulo, O Estado de São Paulo, 1922.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão** – o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNARTE-FGV, 1997.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República Francesa (*Enseigner la nation par la région: l'exemple de La Troisième République Française*). In **Revista Educação.** Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13-28, jan./abr. 2009. Tradução: Gentil Corazza, Ceres Karam Brum.

TRAGTENBERG, M. Atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** 2 vol., São Paulo: Cortez; Campinas Unicamp, 1992, p. XII-L.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** 2 vol., São Paulo: Cortez; Campinas Unicamp, 1992.

WEBER, Max. **Interpretação Racional e Causalidade Histórica.** Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

WILLIAMS, Daryle. **Sobre patronos, heróis e visitantes:** o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 29, p. 141-186, 1997.

WINDELBAND, W. - **Geschichte und Naturwissenschaft.** Präludien: Tübingen, 1924, v. I/II.

### Sites visitados

<http://skepdic.com/brazil/frenologia.html>. Visitado em 04 de junho de 2010.

<http://icom.museum/>. Visitado em junho de 2012.

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102652&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Visitado em 01 de junho de 2013.

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34576&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Visitado em 01 de junho de 2013.

<http://network.icom.museum/icofom>. Visitado em 15 de julho de 2013.

### **Obras Consultadas**

- MHN. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. I, 1940.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. II, 1941.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. III, 1942.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. IV, 1943.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. V, 1944.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. VI, 1945.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. VIII, 1947.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. IX, 1948.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. X, 1949.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XI, 1950.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XII, 1951.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XIII, 1952.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XIV, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. VII, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XV, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XVI, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XVII, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XVIII, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XIX, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XX, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXII, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXIII, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXIV, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXV, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. XXVI, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 27, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 29, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 30, 1998.

- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 31, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 32, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 33, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 35, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 36, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 37, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 38, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 39, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 40, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 41, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 42, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 43, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Arquivos Gerais dos Anais do MHN**. Rio de Janeiro.

### **Entrevistas**

- ADUOR, Tânia. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- BANDEIRA, Rosângela. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- BARRETO, Auta Rojas. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- BRANDÃO, Ecylla Castanheira. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 26 de junho de 2013.
- BRITO, Julieta Pinto Sá. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- CARVALHO, Nair de Moraes. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- LEITÃO, Eliane Vasconcellos. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- SEABRA, Célia de Almeida. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2013.
- TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. Entrevista concedida a Regina Cláudia Oliveira da Silva. Rio de Janeiro, 24 de junho de 2013.



## ANEXOS

### ANEXO A – BIO-BIBLIOGRAFIA DE GUSTAVO BARROSO

#### DADOS BIOGRÁFICOS

- Nascido em Fortaleza, Estado do Ceará, a 29 de dezembro de 1888.
- Filho de Antônio F. Barroso e Ana Dodt Barroso. Educado no Liceu do Ceará, Fortaleza, 1906. cursou a Faculdade de Direito de Fortaleza, 1907/1909; Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1910/1911, onde colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.
- Falecido no Rio de Janeiro, a 03 de dezembro de 1959.

#### ATIVIDADES CULTURAIS

- Redator do “Jornal do Ceará”, 1908/1909.
- Redator do “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 1913/ 1919.
- Redator do jornal humorístico “O Garoto” de Fortaleza.
- Secretário Geral da Comissão de Defesa da Borracha, Rio de Janeiro, 1913.
- Secretário de Estado do Interior e justiça, no Ceará, 1914.
- Deputado Federal pelo Estado do Ceará, 1915/1918.
- Secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz, 1919.
- Inspetor Escolar, Rio de Janeiro, 1919/1922.
- Secretário Geral da junta Americana de juriconsultos, 1927.
- Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras, 1928/1931-1949.
- Presidente da Academia Brasileira de Letras, 1931-1932/1950.
- Diretor da Revista “Fon-Fon” desde 1916.
- Diretor e Fundador do Museu Histórico Nacional desde 1922.
- Representante do Brasil na Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações).
- Representante do Brasil nas comemorações dos Centenários de Portugal, 1940.
- Representante do Brasil no Congresso Ibero-Americano de Berlim, 1940.
- Colaborador de “A Manhã”, a partir de 1942.
- Colaborador da Revista “O Cruzeiro”, a partir de 1948.
- Colaborador da Revista “Ilustração Brasileira”, a partir 1942.
- Representante do Brasil a Assembleia Cervantina em Madrid, 1947.

- Diretor e Professor do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, desde 1932.
- Convidado pela Universidade de Coimbra para fazer conferências em maio de 1950.
- Embaixador do Brasil em Missão Especial nas solenidades de posse do Presidente eleito da República Oriental do Uruguai em fevereiro de 1951.
- Delegado do Brasil à X Conferência Interamericana de Caracas, 1954.
- Embaixador do Brasil em Missão Especial nas solenidades de posse do Presidente do Peru, 1956.
- Membro da Comitiva do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, na sua visita oficial ao Chile, 1957.

#### SOCIEDADES CULTURAIS A QUE PERTENCEU

- Membro da Academia Brasileira de Letras.
- Membro da Academia de Ciências de Lisboa.
- Membro da Academia Cearense de Letras.
- Membro da Academia de História de Portugal.
- Membro da Real Academia Espanhola de Ia Lengua.
- Membro do Instituto Libertador Ramos Castilla do Peru.
- Membro da Academia Espanhola de História.
- Membro da Academia de Belas Artes de Portugal.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Esp. Santo.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro.
- Membro da Royal Society of London.
- Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- Membro da Sociedade de Geografia de Lima, Peru.
- Membro do Instituto de Coimbra, Portugal.
- Membro da Sociedade dos Arqueólogos Portugueses.
- Membro da Sociedade de Numismática de Bruxelas.
- Membro da Sociedade de História Argentina.

- Membro da Sociedade Capistrano de Abreu.
- Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Ceará, a 29 de setembro de 1959.
- Cidadão carioca, 1959.
- Conselheiro do Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Presidente do Conselho Geral do Instituto Brasileiro Cultura Hispânica.
- Presidente do Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil.
- Presidente do Instituto de Cultura Brasil-Síria. Da Sociedade Boliviana do Brasil.
- Presidente de Honra do Instituto Guatemala-Brasil.
- Presidente de Honra do Instituto Peru-Brasil.
- Presidente de Honra do Instituto de Cultura Grécia-Brasil.

#### PSEUDÔNIMOS

- Assinava com os seguintes pseudônimos: Nautilus, João do Norte, Jotaenne, Cláudio França.

#### CONDECORAÇÕES

- Gran Cruz do Mérito da Síria.
- Gran Cruz de São Tiago de Portugal.
- Gran Cruz da Instrução Pública de Portugal.
- Gran Cruz da Coroa da Itália.
- Gran Cruz da Ordem do Santo Sepulcro.
- Grau Cruz do Mérito Curie da Espanha.
- Gran Cruz de Cisneros da Espanha.
- Gran Cruz de Cristo de Portugal.
- Gran Oficial do Salvador, da Grécia.
- Gran Oficial da Ordem do Sol, do Peru.
- Gran Oficial dos Serviços Distintos, do Peru.
- Gran Oficial do Condor dos Andes da Bolívia.
- Grande Oficial do Mérito Aeronáutico, do Brasil.
- Oficial da Ordem da Instrução Pública de França.
- Comendador da Ordem de Santo Olavo da Noruega.
- Grande Oficial do Mérito Militar do Brasil.

- Grande Oficial do Mérito Militar do Brasil.
- Comendador do Mérito Naval do Peru.
- Comendador da Ordem Nacional do Mérito do Brasil.
- Comendador do Leão Branco de Tcheco-Eslováquia.
- Grau Cruz da Ordem do Libertador da Venezuela.
- Comendador de Leopoldo II da Bélgica.
- Comendador da Ordem da Polônia Restaurada.
- Cavaleiro da Legião de Honra, de França.
- Cavaleiro da Ordem de Malta.

#### MEDALHAS

- Cinquentenário da República Brasileira.
- Souza Aguiar.
- Marechal Hermes.
- Imperatriz Leopoldina.
- Estácio de Sá.
- Rio Branco.
- Rui Barbosa.
- Pacificador.
- Sesquicentenário da Fábrica da Estrela.
- Sílvio Romero.
- Anchieta.
- Maria Quitéria.
- Cruz Vermelha de Portugal.
- Benemerência de Portugal.
- Socorros Humanitários de Portugal.
- Ouro da Legião Portuguesa.
- Ouro do Liceu Literário Português.
- Presidência do Governo da Nicarágua.
- Sesquicentenário do Arquivo do Exército.
- Mérito Tamandaré.

## LIVROS E OPÚSCULOS

**Alma sertaneja (contos trágicos e sentimentais do sertão).** Rio de Janeiro, Benjamim Costallat & Miccolis, 1923. 159p.

**Almas de lama e de aço (Lampião e outros cangaceiros).** São Paulo, Companhia melhoramentos de S. Paulo, 1930. 124p.

**O anel das maravilhas...** Texto e figuras de João do Norte. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1923. 44p.

**Antes do bolchevismo.** Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1923. 32p.

**Ao som da viola (folclore).** Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921. 733p.

**Ao som da viola (folclore).** Nova edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1949. 595p.

**Apólogos orientais (moralistas e fabulas).** São Paulo, Companhia melhoramentos de São Paulo, 1928. 86p. (Biblioteca da adolescência. Série 3. Livro 2).

**Aquém da Atlântida.** São Paulo, Companhia editora nacional, 1931. 288p.

**Através dos folk-lores.** São Paulo, Companhia melhoramentos, 1927. 196p.

**A balata...** Rio de Janeiro, Ministério da agricultura, indústria e comércio, 1913. 22p. (Exposição nacional de borracha de 1913, Monografia n. 20).

**O braceletes de safiras.** Rio de Janeiro. Editora americana. 198p.

**Brasil, colônia de banqueiros (história dos empréstimos de 1824 a 1934).** Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1934. 259p.

**Brasilien – eine kolonie der bankiers (geschichte der anleihen von 1824 bis 1934).** Curitiba, Imprensa paranaense, s.d. 179p.

**O Brasil e a restauração de Angola, pelo acadêmico titular brasileiro Gustavo Barroso.** Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.43-70 (Separata dos “Anais” Volume 7).

**O Brasil na lenda e na cartografia antiga.** Edição ilustrada. São Paulo, Companhia editora Nacional, 1941. 203p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.a. Brasiliana, v. 199).

**O Brasil em face do Prata...** 2.a ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952. 456p. (Biblioteca do Exército, vol. 171-172).

**O Brasil em face do Prata.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. 452p.

**Casa de maribondo.** Por João do Norte, 251 lireçã. 1 São Paulo, “Revista do Brasil”, Monteiro Lobato & Cia., 1921.

**Catálogo descritivo e comentada da exposição do Museu Histórico Nacional.** (org). 1940. 134p. (Comissão brasileira dos centenários de Portugal, pavilhão do mundo português e pavilhão do Brasil independente).

**Catálogo geral da 1ª seção, Arqueologia e História do Museu Histórico Nacional.** (org). Rio de Janeiro, s.e., 1924. 204p.

**Catálogo da coleção Sérgio Silva.** (org). Rio de Janeiro, s.e., 1949. 40p.

**Caxias.** Rio de Janeiro, Agir, 1945. 46p.

**Caxias no Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. P. 67-69 (Separata da Revista Militar Brasileira, n. 3, v. 35, 1936).

**Cinza do tempo.** Rio de Janeiro, A Noite, s.d. 240p.

**A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. 263p.

**As colunas do templo, erudição, folclore, história, crítica, filologia.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932. 358p.

**Comunismo, cristianismo e corporativismo.** Rio de Janeiro, A.B.C., 1938. 164p.

**O consulado da China.** Rio de Janeiro, Getulio Costa, s.d. 274p.

**Coração da Europa.** Rio de Janeiro, A. J. Castilho, 1922. 260p.

**Coração de menino.** Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 320p.

**En el tiempo de los zares.** (In La novela semanal. Buenos Aires, 1925, ano 9, n. 404, p. 3-17).

**O espírito do 252ireçã XX.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 290p. 2.a ed. Em 1937.

O estudo da cerâmica nos museus do Brasil. (In Estudos brasileiros, Ano 3, v. 8, n. 23, p. 173-203).

**Fábulas sertanejas.** Rio de Janeiro, Biblioteca infantil d'o Tico-Tico, s.d., 60p.

**A guerra de Artigas, 1816-1820.** São Paulo, Editora Nacional, 1930. 190p.

**A guerra de Artigas, 1816-1820.** 2.a ed. Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 191p.

**A guerra do Flores, contos e episódios da campanha do Uruguai, 1864-1865.** São Paulo, Editora Nacional, 1929. 202p. 2,a ed. Em 1930.

**A guerra do Flores, contos e episódios da campanha do Uruguai, 1864-1865.** Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 202p.

**A guerra do Lopez, contos e episódios da campanha do Paraguai.** São Paulo, Editora Nacional, 1928. 206p. 2.a ed. E 3.a ed. Em 1929.

**Guerra do Lopez, contos e episódios da campanha do Paraguai.** 4ª ed. Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 239p.

**A guerra do Rosas, contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina, 1851-1852.** São Paulo, Editora Nacional, 1929. 241p. 2.a ed. 1939.

**A guerra do Vidéo, contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828.** São Paulo, Companhia editora nacional, 1930. 254p.

**A guerra do Vidéo; contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828.** Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939, 216p.

**Heróis e bandidos (Os cangaceiros do Nordeste).** São Paulo, Rio de Janeiro, F. Alves, 1917. 278p. 2.a ed. Em 1931.

**História militar do Brasil.** Edição ilustrada com cerca de 50 gravuras e mapas. São Paulo, Editora Nacional; 1935. 341p. 2.a ed. Em 1938. (Biblioteca pedagógica brasileira. Ser. 5,a, Brasileira, v. 49).

**História do Palácio Itamaraty por Gustavo Barroso.** Rio de Janeiro, IBGE, 1956. 186p.

**História secreta do Brasil. Primeira parte, do descobrimento à abdicação de D. Pedro I.** Desenhos de Flavio Barroso. São Paulo, Editora Nacional, 1937. 369p. 3.a ed. Em 1939. (Biblioteca 253ireção253s253 brasileira. Ser. 5.a, Brasileira, v. 76).

**História secreta do Brasil. Segunda parte, da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 394p.

**Historia secreta do Brasil. Terceira parte, da maioria à República.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938. 379p.

**Idéias e palavras.** Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurilio, 1917. 260p.

**Inscrições primitivas no sertão do Ceará.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. 65-71. (Separata dos Annaes da XX Congresso Internacional de Americanistas, vol. II, parte 1.a).

**O integralismo de Norte a Sul.** Rio de Janeiro, Civilização brasileira S/A, 1934. 187p.

**Integralismo e catolicismo.** Rio de Janeiro, A.B.C., 1937. 286p.

**O Integralismo em marcha.** Rio de Janeiro, Schmidt, 1933. 143p. 2.a ed. Em 1936.

**O Integralismo e o mundo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 290p. 2.a ed. Em 1937.

**Intelligencia das coisas.** Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1923. 221p.

**Introdução à técnica de museus.** Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1946-47. 2 volumes. 2.a ed. Em 1951.

**Judaísmo, Maçonaria e Comunismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 234p.

**Liceu do Ceará.** Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1940. 220p.

**O livro dos enforcados.** Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1934. 185p.

**O livro dos milagres.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1924. 204p.

**Luz e pó.** Rio de Janeiro, Renascença, 1932. 249p.

**Os melhores contos históricos de Portugal por Alexandre Herculano – Conde de Saburgosa – Eça de Queiroz e outros.** Rio de Janeiro, Edição Dois Mundos, 1943. 305p. (Coleção clássicos e contemporâneos, dirigida por Jaime Cortesão).

**Mosquita muerta.** In La novela semanal, Buenos Aires, 1921, Ano 5, n. 172, 18p. não numeradas.

**Mula sem cabeça.** São Paulo, Olegário Ribeiro, 1922. 131p.

**Mulheres de Paris.** (Ilustrações de J. Carlos, Paulo Werneck e Daniel). Rio de Janeiro, Marisa, 1933. 179p.

**Vlythes, contes, et 254ireção254 des indiens, folk-lore brésilien.** Paris, A. Ferroud-F. Ferroud, 1930. 179p.

**A ortografia oficial por Gustavo Barroso (João do Norte).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931. 90p. Várias edições.

**Osório, o centauro dos Pampas.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1933. 196p.

**Osório, o centauro dos Pampas.** 2.a ed. Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 198p.

**A palavra e o pensamento integralista.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 217p.

**D. Pedro I (peça histórica em 3 atos e 4 quadros).** S.l. Gráfica da Prefeitura 1951. 47p.

**Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa.** Organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso e revisto na parte geral por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz. 9.a ed. Rev.aum. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957. 1310p.

**Pergaminhos.** Ilustrado por Correia Dias. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1922. 91p.

**Pero Coelho de Sousa.** Lisboa, Ática, 1940. 60p.

**Portugal, semente de impérios.** Rio de Janeiro; Getulio Costa, s.d., 271p.

**Praias e várzeas.** Ilustrações de Alfredo de Moraes. Rio de Janeiro, Francisco Alves, Aillaud & Bertrand, 1915. 142p.

**Os protocolos dos sábios de Sião.** São Paulo, Minerva, 1936. 238p. 2.a ed. Em 1936 e 3.a ed. Em 1937.

**Quando nosso senhor andou no mundo.** Contos para crianças com figuras de M. Constantino. Por João do Norte, 254ireçã. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1936. 84p.

**O quarto império.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1935. 177p.

**O que o integralista deve saber.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 203p.

**Quinas e castelos.** São Paulo, Panorama, 1948. 236p.

**O ramo de oliveira.** Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, 1925. 335p.

**Reflexões de um bode.** Rio de Janeiro, Educadora, s.d. 178p. 2.a ed. Sem data.

**A ronda dos séculos.** Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillio, 1920. 352p.



- A ronda dos séculos.** 3.a ed. São Paulo, José Olympio, 1933. 350p. 4.a ed. Em 1937.
- Roosevelt es 255ireç.** Itrad. Buenos Aires, La Majorca, 1938. 34p.
- O santo do brejo.** Rio de Janeiro, Renascença, 1933. 194p.
- Seca e Meca e olivais de Santarém.** São Paulo, Presença, 1946. 218p.
- Segredos e revelações da história do Brasil.** Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1958. 287p.
- A senhora de Pangim.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1932. 203p.
- A senhora de Pangim.** 2.a ed. Brasileira rev. E documentada. Rio de Janeiro, Getulio Costa, 1940. 165p.
- A senhora de Pangim.** Lisboa, Agência geral das colônias, 1940. 127p.
- A senhora de Pangim.** Edição em quadrinhos. Rio de Janeiro, Brasil-América, s.d.
- O sertão e o mundo.** Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1923. 301p.
- As sete vozes do espírito.** S.n.t., 1956. 209p.
- A sinagoga paulista.** Rio de Janeiro, A.B.C., 1937. 269p. Várias edições.
- ‘T’amandaré, o Nelson brasileiro.** Rio de Janeiro, Guana255ireç, 1933. 219p.
- Tamandaré, o Nelson brasileiro.** 2.d ed. Rio de Janeiro, Getulio M. Costa, 1939. 205p.
- Tamandaré, o Nelson brasileiro.** Rio de Janeiro, Fon-Fon e Seleta, 1956. 268p.
- Terra de sol (natureza e costumes do Norte).** Rio de Janeiro, B. de Áquila, 1912. 274p.
- Terra de sol (natureza e costumes do Norte).** 2ª ed. Rio de Janeiro, B. Áquila, s.d. 273p.
- Terra de sol (natureza e costumes do Norte).** 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930. 272p.
- Terra de sol (natureza e costumes do Norte).** 5ª ed. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956. 256p. Esta edição deveria ter sido a quarta.
- Terra de sol (natureza e costumes do Norte).** 6ª ed. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- Tiçãõ do inferno (romance bárbaro).** Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1926. 206p.
- Uniformes do exército brasileiro.** Obra comemorativa do centenário da independência do Brasil. Edição especial do Ministério da Guerra. Desenhos e documentos de J. Washt Rdrigues, diireção geral e organização do texto por Gustavo Barroso (João do Norte). Rio de Janeiro, Imprensa militar, 1912. 110p. 22,3 est. col.
- Vocabulário das crianças, álbum de figuras coloridas para uso das escolas infantis.** Ilustração de Simões da Fonseca, versão e adaptação de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro e Paris, Livraria Garnier, 1920. 63p.

## DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

**A alma das catedrais.** Rio de Janeiro, 1921 (Conferência pronunciada na Associação Cristã de Moços, 1921).

**O Brasil dos brasileiros.** São Paulo, Impressora IPSIS, 1930. 15p. (Palestra realizada na Faculdade de Direito de São Paulo em 1930).

**Conferências na Bahia.** Salvador, Artes Gráficas, 1951. 65p.

**Duas conferências cervantinas.** Lisboa, Sociedade Astoria, 1948. 59p.

**Eterna será a presença de Portugal no Brasil. Eterna será a presença de Portugal no mundo.** S.n.t., 1950. 14p. (Discurso pronunciado em 10 de setembro de 1949, na sessão comemorativa do 81º aniversário do Liceu Literário Português).

**A mensagem de Camões e de Portugal ao mundo.** Salvador, Manu, 1956. (Conferência pronunciada no “Dia de Portugal” no Gabinete Português de Leitura da Bahia).

**A morte de Gonçalves Dias.** Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1948. (Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras).

**Recepção do Sr. Gustavo Barroso em 7 de maio de 1923.** Discurso do recipiendário e resposta do Sr. Alberto de Faria. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. 61p.

**Tradições militares.** Rio de Janeiro, s.e., 1918. 34p. (Conferência lida no Club Militar).

## PREFÁCIOS

MARANHÃO, JOÃO DE ALBUQUERQUE. **História da indústria açucareira no nordeste (o papel social de Catende).** Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1949. 127p.

ALVAREZ, JOSÉ MARTINS D'. **O norte canta, poesia popular.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940. 128p.

COUTINHO FILHO, F. **Violas e repentes, repentes populares, em prosa e verso e pesquisas folclóricas no Nordeste brasileiro.** Recife, Saraiva, 1953. 276p.

CUNHA, LOURDITE. **Quintino Cunha no conceito de seus contemporâneos.** Rio de Janeiro, Pongetti, 1955. 229p.

CUNHA, OVIDIO DA. **Ensaio de perspectiva da História.** Rio de Janeiro, H. Antunes, 1936. 183p.

DODT, GUSTAVO LUIZ GUILHERME. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi com ilustrações e mapas.** São Paulo, Nacional, 1939. 233p.

MIRANDA, ANTONIO LEAL DE. **O milagre (novela sertaneja).** Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1922. 56p.

OLYMPIO, DOMINGOS. **Luzia-homem.** 2.a ed. Rio de Janeiro, Castilho, 1929. 326p.

REIS JUNIOR, PEREIRA. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953. 71p.  
 LIMA, FERNANDO DE CASTRO PIRES DE. **Os três príncipes e outros contos para crianças**. Porto, Majora, s.d. 136p.

#### TRADUÇÕES

ADAM, KARL. **Jesus Cristo**. 3ª ed.. Petrópolis, Vozes, 1950. 364p.  
 ARAGÓN, J. DE. **O continente aéreo**. São Paulo, Nacional, 1936. 190p.  
 ARAGÓN, J. DE. **A destituição da Atlântida** (em 3 volumes). São Paulo, Nacional, 1936. 191p.  
 BENOIT, PIERRE. **A castelã do Líbano**. Rio de Janeiro, Vecchi Editora, 1537. 237p.  
 BERTRAND, I. **A maçonaria, seita judaica, suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs**. São Paulo, Minerva, 1938. 152p.  
 DEKOBRA, MAURICE. **A madona dos trens noturnos**. Rio de Janeiro, Vecchi, 1939. 252p.  
 FARRÈRE, CLAUDE. **A batalha**. São Paulo, Nacional, 1935. 268p.  
 FARRÈRE, CLAUDE. **Os civilizados**. São Paulo, Nacional, 1938. 272p.  
 FARRÈRE, CLAUDE. **Os homens novos**. São Paulo, Nacional, 1936. 271p.  
 GOETHE, WOLFGANG. **Fausto**. Rio de Janeiro e Paris, Garnier, 1920. 218p.  
 GRAY, OSCAR. **O enigma de Bagschott**. São Paulo, Nacional, 1934. 255p.  
 MAUROIS, ANDRÉ. **Lyautey**. São Paulo, Nacional, 1934. 262p.  
 MEREZHKOWSKY, DMITRY S. **Jesus desconhecido**. São Paulo; Nacional, 1935. 362p.  
 MUSSET, ALFRED DE. **Comédias e provérbios**. Rio de Janeiro e Paris, Garnier, 1924. 2 v.  
 PERDRIEL-VAISSIÈRE, JEANNE. **O bosque encantado**. São Paulo, Nacional, 1934. 220p.  
 RENGADE, J. **A viagem submarina**. São Paulo, Nacional, 1934. 192p.  
 SCHLICHTHORST, C. **O Rio de Janeiro como é, 1824-1826 (uma vez e nunca mais)**. Rio de Janeiro, Getulio Costa, s.d. 300p.  
 Tratado de Versalhes, 28 de junho de 1919. Tratado de paz. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurilio, 1919. 387p.  
 YARACH, M. **Lições de moral e de instrução cívica adaptada ao uso das escolas brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro e Paris, Garnier, s.d. 163p.  
 WALTER, GERARD. **Marat, o amigo do povo**. Rio de Janeiro, Vecchi, 1941. 337p.  
 WELLS, HERBERT GEORGES. **Pequena história do mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944. 409p.



**ANEXO B<sup>146</sup>**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN**  
**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN**  
**DIVISÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO**

Ficha Técnica

- 1 - Nome: Coleção Gustavo Barroso
- 2 - Sigla: GB
- 3 - Aquisição: doação de D<sup>a</sup>. Nair Moraes de Carvalho, 26/01/1994
- 4 - Data da Aquisição: 26/01/1994 Processos: 05/94
- 5 - Período de Organização: julho 1994/maio 1995
- 6 - Responsável: Rosangela de Almeida Costa Bandeira
- 7 - Período coberto pela coleção: 1898/1959
- 8 - Localização:
- 9 - Espécie / Quantidade de documentos

<b><i>Espécie de Documento</i></b>	<b>Quantidade</b>
<i>Documentos Manuscritos e Datilografados</i>	2322
- Correspondências, diplomas, artigos, etc.	
<i>Documentos Impressos</i>	
- Recortes de jornais	
- Periódicos	68
*Revistas	
*Jornais	
- Livros e Folhetos	405
<i>Material especial</i>	
- Discos	
- Filmes	
- Iconografia	
- Cartografia	05
- Outros	
	total:2.732

10 – Organização da Coleção:

Após o arranjo por espécie de documentos, a Coleção Gustavo Barroso foi organizada cronologicamente e dividida da seguinte maneira:

<sup>146</sup> Pensamos em colocar como anexo o inventário de Gustavo Barroso que consta no Arquivo Histórico do MHN. Desistimo porque são 233 páginas. Então, escolhemos colocar uma fração do registro dessa farta documentação, ou seja, apenas o sumário.

Série I: Documentos Pessoais:

- Diplomas – GBdp 110
- Bilhete de identidade da cruz vermelha portuguesa – GBdp 111
- Biografia do titular – GBdp 112

Série II: Correspondência:

- Ativa – GBcra 101
- Passiva – GBcrp 47 (8 foram transferidas para o Arquivo Institucional do MHN)
- Pasta de documentos – GBcr 01
- À terceiros – GBcrt 12

Série III: Produção Intelectual:

- Mistérios e crimes da história (revista detetive) – GBmc 160
- Mistérios e crimes da história (inédito) – GBmci 20
- Segredos e revelações da história (“O Cruzeiro” internacional, espanhol e Argentino) – GBSr 65
- Segredos e revelações da história do Brasil (“O Cruzeiro” Nacional) – GBhb 574
- Contos (artigos) – GBct 972
- Editorial – GBed 39
- Obra Literária (Terra do Sol[em disco] Discurso feito sobre Caxias [disco]) – GBol 09
- Museologia – GBml 22
- Diversos (Regulamentados; resumo genealógico de famílias; brasão para o tribunal; estudo para o estandarte para a Escola Naval; etc.) – GBdo 24

Série IV: Iconografia:

- Álbuns de Fotografia (GBaf) 05
- Avulsa (GBia) 52

Série V: Recortes de jornais e revistas (transferidos para biblioteca)  
(GBjr – avulsos) 25

- Álbuns depois do falecimento - (GBaf) 08
- Álbuns aos 70 anos - (GBasg) 02
- Avulsos - (GBavl) 33

Série VI: Miscelânea – GBms 04

- Anexo I (xerox de 05 documentos originais do Arquivo Privado de Plínio Doyle que se encontram na Fundação Casa de Rui Barbosa).
- Anexo II (xerox do discurso proferido por Aureliano Diamantino da Silva, em 23/09/1988. O original encontra-se no setor de Apoio Administrativo do Museu Histórico Nacional).

## ANEXO C – ARTIGO “O CULTO DA SAUDADE”

### O CULTO DA SAUDADE

*João do Norte*

O descaso pelas nossas tradições vai se tornando crime imperdoável. Um exemplo, o antigo pórtico da Quinta da Boa Vista foi presente da casa d’Áustria ou da casa de Inglaterra. Tem uma severa beleza de linhas arquiteturais, uma arquitrave esplêndida e flintos admiráveis. Mudaram-no de lugar várias vezes e, por fim, impiedosamente o plantaram nas traseiras do parque, fronteando um velho quartel de cavalaria.

Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Só uma coisa se mantém perpétua e imutável, o carnaval, que não é autóctone. O mais morre a pouco e pouco. Até os cordões desaparecerem.

Estamos em dezembro, mês das velhas usanças, das festas que os ascendentes nos legaram, mês do Natal. Que temos? Nada. Somente os sapatos à janela, grotesca imitação dos sapatos à lareira. Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes artérias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a fisionomia costumeira das festas anuais. O Rio não tem mais tradições. Como cidade, é um exemplo único à face da terra.

Paris, com sua refulgência e atração, nunca perdeu os velhos hábitos. Nas halles, as vendedoras fazem uma alegre festa, regada a vinho e acompanhada de cantos, em que quatro delas aparecem vestidas de rainhas, sendo uma escolhida soberana do mercado para todo o ano. É uma coisa semelhante aos reis do Congo na escravatura. As revistas estampam longas notícias e grandes fotografias do festejo.

Não há cidade europeia que não festeje uma data histórica, anual ou centenárias. O próprio carnaval de Nice tem uma tradição. Ele entra pelas ruas adentro como um triunfador, no seu alto carro arabescado de doiraduras, imponente e rechonchudo, a tomar conta da cidade, mergulhando-a em louca alegria por três dias a fio.

Nuremberg, toda cheia de hálito da idade média, onde cada aresta de solar e cada estátua de nicho são recordações dos tempos feudais, é a rainha dos cortejos históricos. Nas datas que lhe são caras, saem à rua longas filas de partanazeiros, de bacineta ou celada à cabeça, estremação ao lado, cervilheiras de malha, gorjais de aço brunido, de aço fosco, de aço toledano.

Toda uma vida riqueza de recordações da Westphalia surge nas praças e vielas, sob o oiro do sol, que reluz e faísca nos elmos repolidos, nos metais florejados. Entre lasquenetes e reitres, vêm príncipes e vêm barões, ceifeiras e castelãs, seareiros humildes e coiteiros vaidosos,



longas roupagens e saiotes curtos, varapaus de zambajus, piques e bastões. E de tudo de eleva uma melodia de antigos cantos como poeira da saudade dos tempos idos.

A evocação do pretérito naquelas ruas, entre o casario em cujas traves a pátina doira o relevo das árvores de Jessé e dos leopardos batalhantes, é completa e magnífica. Assistindo-a, o povo alemão, loiro e disciplinado, cisma e sonha na vida tradicional das lendárias margens do Reno, onde as ruínas dos castelos se conservam como monumentos nacionais. É a história da terra mãe, que desfila aos seus olhos, escrita e revivida no ferro do soldado, no veludo dos gibões fidalgos, nos arneses dos cavaleiros e no cajado nodoso dos pastores. É toda crônica guerreira, política e feudal da Suábia, da Francônia, da Turíngia, da Baviera. A multidão respeitosa olha o passado desfilar.

Orleans, com outro cortejo histórico, celebra a entrada histórica de Pucella. Ao clangor de fanfarras aparece, numa esquina, o exército do rei de Bourges. Ao meio de besteiros que seguram a gafa das bestas, de beguinos com os buréis rotos de caminhadas entre urzes, marcham, cabisbaixos, prisioneiros ingleses. Sobre o branco corcel ajaezado de oiro e vermelho, Joana d'Arc eleva a auriflama triunfante. Do mesmo modo, Calais comemora a rendição dos ingleses. Outras cidades, assim, comemoram outros feitos. Toda a história da França vai se repetindo com essas festas, nas cores, nos costumes, nos aspectos. Anualmente, os alunos da escola militar de Saint-Cyr repetem as diversas fases da sangrenta batalha de Borodino. Cossacos, granadeiros de Vologda, cavaleiros-guardas se acoutam num reduto de madeira, armado ao centro do pátio. Napoleão e seus marechais dirigem as manobras. A guarda imperial marcha ao assalto com os seus brancos correames encruzados sobre as nizas azuis. Por último, os couraceiros de Montbrun dão as suas cargas formidáveis. Uma banda de música toca o "Veillon au salut de l'Empire". A rememoração da batalha de La Moskowa é perfeita.

Nada disso temos. Oiri-preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. Ninguém escora as ombreiras de pedra bruta, as paredes desaprumadas. A festa que ali se realizou, lembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu. Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração.

Vá alguém ao encontro do descaso geral. Dê-se ao insano trabalho de realizar um tentamen. Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional recordando a fundação da cidade por Mem de Sá, com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes à forca da Lampadosa; todo mundo rirá da *mascarada*. Nunca mais se livrará do ridículo.

O culto da saudade ainda não é para nós.



**ANEXO D – DECRETO DE INSTITUIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**  
**DECRETO N. 15.596 – DE 2 DE AGOSTO DE 1922**

*Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Considerando que será da maior conveniencia para o estudo da Historia Patria reunir os objectos a ella relativos que se encontram nos estabelecimentos officiaes e concentrá-los em um museu, que os conserve, classifique e exponha ao publico, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado,

Resolve, em vista da autorização expressa no art. 3º do decreto legislativo n. 4.492, de 18 de janeiro do corrente anno, crear o Museu Historico Nacional, expedir para elle o regulamento que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, e organizar-lhe, ad referendum do Congresso, o quadro do pessoal.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Joaquim Ferreira Chaves.

**ANEXO E – REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 15.596,**  
**DESTA DATA**

I

Museu Historico Nacional. Sua organização

**Art. 1º** O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, terá por fim recôlher, classificar e expor ao publico objectos de importancia historica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culto das nossas tradições.

**Art. 2º** Em duas secções se dividirá o Museu, a primeira das quaes formada de objectos historicos em geral e a segunda de moedas, medalhas, sellos e peças similares.

§ 1º Serão conservados em cada secção, constituindo um archivo especial, os documentos que acompanharem os objectos adquiridos e comprovarem a sua authenticidade ou lhes disserem respeito.

§ 2º Serão annexadas a 1ª secção uma bibliotheca especial de historia universal, particularmente do Brasil, e de archeologia e historia da arte, e á 2ª uma bibliotheca especial de numismatica, sigillographia e philatelia.

**Art. 3º** Estarão a cargo da secretaria o expediente e a economia do Museu e os demais serviços que não pertencerem ás secções.

## II

### Constituição do pessoal

**Art. 4º** O pessoal constará de,

1 director;

2 chefes de secção;

2 1ºs officiaes;

3 2ºs officiaes, um dos quaes servirá como secretario;

3 3ºs officiaes;

1 dactylographo;

1 porteiro;

1 ajudante do porteiro;

Os guardas e serventes necessarios.

**Art. 5º** O director, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

**Art. 6º** Os chefes de secção e os 1ºs e 2ºs officiaes serão nomeados por decreto, mediante promoção dos funcionarios de categoria immediatamente inferior.

**Art. 7º** Por portaria do Ministro serão nomeados os 3ºs officiaes, mediante concurso, que será commum ao Museu Historico Nacional, á Bibliotheca Nacional e ao Archivo Nacional.

**Art. 8º** Serão providos por portaria do Ministro os cargos de porteiro e do seu ajudante, por meio de promoção deste e de um dos guardas, respectivamente.

**Art. 9º** O dactylographo será nomeado por portaria do director dentre as pessoas que provarem ter conhecimento e pratica de dactylographia e haver sido approvadas nos exames de portuguez e arithmetica, prestados em instituto official ou fiscalizado pelo Governo, e que preencherem as condições exigidas para o provimento dos cargos publicos federaes.

**Art. 10.** Os guardas e serventes serão nomeados por portaria do director, escolhidos àquelles dentre os serventes por meio de concurso e estes dentre as pessoas do sexo masculino, que tiverem mais de 18 e menos de 30 annos de idade, souberem ler, escrever e contar e satisfizerem as demais condições exigidas de quantos se propuzerem ser admittidos nesse character nos estabelecimentos publicos da União.

**Art. 11.** Por merecimento se farão as promoções a chefes de secção e por antiguidade, na razão de 1/3 das vagas, e merecimento, na de 2/3, as promoções a 1ºs e 2ºs officiaes e a ajudante de porteiro.

§ 1º A antiguidade que prevalecerá para as promoções será a do effectivo exercicio no cargo, com exclusão de licenças e faltas.

§ 2º Nas promoções por merecimento deverão ter-se em conta as habilitações, a assiduidade, o procedimento, a dedicação ao trabalho e a importancia dos serviços prestados.

### III

#### Deveres e attribuições dos funcionarios

**Art. 12.** Compete ao director,

1º, distribuir e presidir os trabalhos, velando pela observancia das disposições legaes e regulamentares concernentes ao Museu e exigindo dos funcionarios o cumprimento das suas determinações;

2º, nomear e exonerar o dactylographo, os guardas e os serventes;

3º, dar posse aos funcionarios;

4º, escolher o secretario, designar os funcionarios que devam servir na secretaria e em cada uma das secções e transferil-os, quando necessario, exceptuados os chefes de secção, que servirão nas secções indicadas no decreto de sua nomeação;

5º, providenciar quanto ás substituições nos casos de impedimento, quando reclamadas pela conveniencia do serviço;

6º, regular a distribuição dos periodos de férias, sem interrupção dos trabalhos, e organizar o serviço dos domingos e dias feriados, assim como o que se tiver de realizar fóra do periodo do expediente ordinario, de modo que a cada funcionario seja concedido um dia de descanso ou sejam compensadas as horas de serviço extraordinario, todas as vezes que houver trabalhado num daquelles dias ou fóra desse periodo;

7º, fiscalizar o comparecimento do pessoal, podendo justificar até oito faltas em cada mez e conceder licença até trinta dias;

8º, impor ao pessoal as penas disciplinares seguintes,

a) advertencia;

b) reprehensão por escripto;

c) suspensão até quinze dias;

9º, prorogar o expediente ou antecipar o encerramento deste, bem como fechar temporariamente uma ou mais salas de exposição, quando qualquer dessas medidas se tornar indispensavel;

10, estabelecer os livros necessarios á escripturação;

11, promover a aquisição por transferencia de estabelecimento official, por compra, por permuta ou por doação, de objectos de valor historico, comprehendida a de moedas, medalhas,

sellos e especies similares, necesarios ás respectivas colleccões, só effectuando a permuta por exemplar em duplicata que puder ser dispensado;

12, providenciar quanto á installação, segurança, inventariação e boa conservação dos objectos que constituirem o Museu ou lhe houverem sido confiados e quanto á organização dos catalogos, segundo o plano de classificação que adoptar;

13, ouvir os chefes de secção sobre a authenticidade e a importancia historica dos objectos a serem adquiridos e a conveniencia da aquisição, ainda que a titulo gratuito, todas as vezes que lhe parecer necessario, assim como sobre o plano de classificação a ser adoptado em cada secção ou alterações que este tiver de soffrer, podendo ouvil-os igualmente sobre qualquer materia de serviço do Museu;

14, corresponder-se com quaesquer autoridades e solicitar, sempre que julgar de utilidade, o parecer destas ou de particulares, que tiverem razão para ser consultados e quizerem prestar esclarecimentos acerca da authenticidade e importancia historica de objectos a serem adquiridos;

15, conceder autorização para serem copiados objectos do Museu, quando dahi não puder resultar inconveniente algum;

16, procurar obter informações a respeito e providenciar no sentido de ser organizada para uso do Museu uma relação pormenorizada de objectos de valor historico, relativos ao Brasil, pertencentes a museus ou outras instituições ou a particulares, e bem assim de inscrições de maior interesse, edificios historicos e monumentos existentes em qualquer ponto do paiz;

17, tomar parte nas reuniões dos directores dos estabelecimentos encarregados do curso technico e concorrer para a approvação dos programmas e organização do horario;

18, designar, todos os annos, os funcionarios que devam servir como professores das materias do curso technico que estão a cargo do Museu e, em caso de necessidade, convidar pessoas estranhas, de reconhecido saber;

19, providenciar no sentido do regular funcionamento do curso technico na parte attribuida ao Museu e presidir os exames das materias ahi leccionadas;

20, organizar annualmente o programma e promover a realização de um curso ou serie de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica;

21, promover a realização de outros cursos, conferencias e commemorações, permittir o uso da sala de conferencias e fixar o respectivo aluguel;

22, autorizar despesas nos limites do orçamento e ordenar, sempre que entender necessaria, a prestação das contas do secretario, fazendo recolher ao Thesouro as quantias recebidas;

23, Acceitar, si na occasião o Museu dispuzer de espaço sufficiente, para expor ou sómente para, guardar, objectos de reconhecida importancia historica, pertencentes a instituições ou a particulares, os quaes restituirá logo que forem reclamados ou não convier que continuem a seu cargo;

24, proceder, sempre que lhe parecer conveniente, a uma verificação geral ou parcial nas collecções existentes no Museu e ás investigações que porventura se deverem seguir, fazendo notar o resultado em livro especial;

25, fazer sahir as pessoas que se portarem inconvenientemente, prohibir-lhes a entrada e, sendo necessario, solicitar contra ellas a acção da autoridade competente;

26, dirigir os Annaes do Museu Historico Nacional e quaesquer outras publicações do Museu, estabelecendo os preços de venda e as condições de permuta e de distribuição gratuita,

27, expedir instrucções para a boa execução dos serviços de que forem incumbidos os funcionarios e autorizar quaesquer medidas comprehendidas nas attribuições destes;

28, designar, todos os annos, o chefe de secção que o deva substituir nos casos de impedimento;

29, dar conhecimento ao Ministro dos factos de maior importancia ou gravidade que occorrerem no Museu e, no começo do anno, apresentar-lhe um relatorio dos trabalhos realizados.

**Art. 13.** Compete aos chefes de secção,

1º, distribuir e fiscalizar os serviços das secções e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o director, facilitando-lhe a acção e propondo-lhe as providencias que julgarem uteis ao Museu;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhes estiverem subordinados;

4º, fazer inventariar as aquisições, trazendo em dia os livros a esse fim destinados, e restituir ao secretario as guias de remessa, depois de assignar o recibo correspondente;

5º, fazer assignalar a propriedade do Museu nos objectos de suas collecções e numeral-os do modo que melhor se adaptar á natureza daquelles e nos casos em que nenhum damno lhes possa dahi resultar;

6º, ter em boas condições de segurança, ordem e conservação os objectos que constituirem as collecções, assim como o mobiliario existente nas secções;

7º, catalogar e fazer catalogar taes objectos, procurando trazer os catalogos em dia e enriquecel-os de notas elucidativas;

8º, permittir que sejam photographados os objectos em exposição e os documentos não considerados como reservados, quando não houver inconveniente, tomadas as devidas precauções, e autorizar a retirada das copias feita por qualquer processo;

9º, proporcionar aos visitantes os esclarecimentos que o Museu houver colhido a respeito dos objectos em exposição e lhes forem solicitados;

10, dar parecer, quando consultados pelo director, sobre questões que interessarem ao Museu;

11, encarregar-se, salvo excusa justificada, do ensino das materias do curso tecnico que devem ser leccionadas no Museu, organizar os programmas e fazer parte das commissões julgadoras, não só dos exames, mas tambem dos concursos (art. 81);

12, ter a seu cargo o archivo e a bibliotheca de cada secção;

13, organizar e remetter ao director, nos primeiros dias do mez, a estatistica de todo o movimento das secções e, trimestralmente, o resumo dos trabalhos, com indicação da parte que nelles houver tomado cada um dos funcionarios;

14, substituir o director nos seus impedimentos, substituição que caberá em primeiro logar ao que houver sido para ella designado e na ausencia deste ao outro chefe da secção.

**Art. 14.** Cabe ao secretario,

1º, dirigir os trabalhos a cargo da secretaria e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o director no desempenho das suas funcções e na execução das suas determinações e propor-lhe as medidas que o serviço da secretaria reclamar;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhe estiverem subordinados;

4º, enviar ás secções, acompanhados de guia, os objectos adquiridos para as respectivas collecções;

5º, encarregar-se da escripturação e da correspondencia, trazendo em dia e em ordem os papeis da secretaria;

6º, assignar certidões e authenticar copias;

7º, organizar as folhas de pagamento do pessoal e processar as contas, tendo aos seus cuidados todo o serviço de contabilidade;

8º, funcionar como secretario das commissões examinadoras das materias do curso tecnico, leccionadas no Museu;

9º, ter a seu cargo o deposito e distribuição das publicações do Museu e o recebimento das quantias provenientes da venda de taes publicações e do aluguel da sala de conferencias, prestando contas semestralmente e sempre que lhe for determinado e recolhendo ao Thesouro as importancias em seu poder;



10, apresentar ao director, trimestralmente, o resumo dos trabalhos da secretaria, com indicação da parte que nelles houver tomado cada funcionario.

**Art. 15.** Cabe aos 1ºs officiaes,

1º, auxiliar os chefes de secção e substituil-os;

2º, occupar-se, auxiliados pelos 2ºs e 3ºs officiaes, com a boa disposição e installação dos objectos e com a respectiva inventariação e classificação, esforçando-se por obter informações que tornem mais interessantes os catalogos;

3º, encarregar-se, salvo excusa justificada, do ensino das materias do curso technico, que devem ser leccionadas no Museu, no caso de haver sido dispensado desse encargo o chefe de secção;

4º, acompanhar os trabalhos em andamento para a respeito informar os chefes de secção.

**Art. 16.** Aos 2ºs officiaes cabe,

1º, auxiliar os 1ºs officiaes e substituil-os;

2º, attender ao serviço da visita e consulta publica.

**Art. 17.** Cabe aos 3ºs officiaes,

1º, encarregar-se dos trabalhos de escripta ou outros para que tiverem sido designados;

2º, prestar serviços na bibliotheca e no archivo de qualquer das secções que delles necessitar, auxiliando os demais officiaes na collocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catalogos e na consulta publica;

3º, substituir os 2ºs officiaes.

**Art. 18.** Cumpre ao dactylographo executar os trabalhos concernentes ao seu mistér, conforme lhe for determinado pelo chefe de serviço ao qual se achar subordinado.

**Art. 19.** Incumbe ao porteiro,

1º, dirigir o trabalho dos guardas e serventes, de conformidade com as recommendações dos chefes de serviço, aos quaes estiverem subordinados;

2º, fiscalizar o comparecimento dos guardas e serventes e tomar-lhes o ponto;

3º, cuidar da segurança, conservação e asseio do edificio e do mobiliario;

4º, abrir o edificio e verificar, findo o expediente, que nenhuma pessoa ficou occulta e foram fechadas todas as portas e janellas;

5º, exercer a policia na portaria, não se afastando do seu posto, durante as horas do expediente, sem ahi deixar a seu ajudante ou, na falta deste, um dos guardas;

6º, guardar no vestiario os objectos que os visitantes e consultantes trouxerem e que, conforme determinar o director, não puderem ser admittidos nas salas de exposição ou de consulta e restituil-os na occasião da sahida;

7º, enviar ás salas de consulta os livros e outros objectos deixados no vestiario, quando forem requisitados pelo funcionario que attender ao serviço;

8º, não permittir que saiam livros ou quaesquer objectos sem a apresentação de guia assignada pelo chefe da secção a que houverem sido enviados ou pelo secretario, verificando sempre si conferem com a guia;

9º, guardar na portaria todo o material que trouxerem os photographos e copistas, enviando-o aos chefes de secção ou ao secretario, mediante requisição;

10, dar execução ás recommendações do secretario em tudo quanto entender com o serviço interno e externo.

**Art. 20.** Ao ajudante do porteiro incumbe auxiliar o porteiro em todos os seus deveres e attribuições e substituil-o.

**Art. 21.** Incumbe aos guardas,

1º, exercer a maior vigilancia e fiscalização nas salas de exposição e nos postos que lhes forem designados;

2º, não deixar o serviço sinão momentaneamente e depois de virem occupar o seu logar outros guardas ou serventes;

3º, não permittir que das secções saiam livros ou outros objectos sem a apresentação de guia assignada pelos respectivos chefes;

4º, prestar auxilio ao porteiro, assim como ao seu ajudante, a quem substituirão.

**Art. 22.** Aos serventes incumbe,

1º, tratar do asseio do edificio e conservação dos moveis, livros e outros objectos existentes no Museu;

2º, executar outros serviços internos ou externos que lhes forem distribuidos;

3º, auxiliar os guardas e substituil-os.

#### IV

##### Expediente e ordem dos trabalhos

**Art. 23.** Só nos dias uteis e das 11 ás 17 horas haverá expediente na secretaria e nas salas de trabalho das secções.

**Art. 24.** Para o porteiro, seu ajudante, guardas e serventes a serviço ordinario começará, ás 10 horas e terminará ás 17.

**Art. 25.** Os funcionarios de uma secção não se deverão dirigir á outra ou á secretaria, a não ser em objecto de serviço, o que se entenderá igualmente com os da secretaria em relação ás secções.

**Art. 26.** Não será permittido aos funcionarios fazer commercio ou collecção de objectos da natureza dos que constituem o Museu.

**Art. 27.** Serão considerados como não tendo comparecido os funcionarios que estiverem servindo como professores do curso tecnico e, tendo assignado o ponto, faltarem ás aulas ou aos exames, sem permissão do director.

**Art. 28.** E' prohibido fumar nas salas abertas ao publico e nas de trabalho e de deposito.

**Art. 29.** Os guardas e serventes deverão apresentar-se uniformizados quando em serviço ostensivo na portaria ou nas salas de exposição, de consulta e de conferencias.

**Art. 30.** Os objectos que constituirem as collecções serão installados de modo a apresentar conveniente aspecto, sem prejuizo das condições de perfeita segurança, devendo a sua conservação e preservação, bem como a do mobiliario, merecer constantes cuidados de todo o pessoal.

**Art. 31.** Os trabalhos de restauração só se farão quando julgados indispensaveis e não prejudicarem o character historico ou artistico dos objectos e poderão, mediante ajuste, ser confiados a pessoas habilitadas, que os executarão sob a vigilancia do chefe da secção.

**Art. 32.** Em cada uma das secções haverá para os objectos que formarem as respectivas collecções um inventario geral ou registro de entrada por ordem chronologica, um inventario por salas e mostradores ou armarios e um catalogo systematico acompanhado de indice alphabetico, inventariados em livros differentes e catalogados separadamente os documentos e as obras impressas.

**t. 33.** A inventariação e a Catalogação deverão estar em dia e abranger todo o acervo das secções, sendo enriquecidos os catalogos de notas e informações tão desenvolvidas quanto for necessario.

**Art. 34.** Não serão expostos os objectos que ainda não estiverem devidamente inventariados e catalogados.

**Art. 35.** Os objectos em exposição deverão estar acompanhados de rotulos que indiquem qual a sua significação e quaes os seus numeros de ordem.

**Art. 36.** Serão conservados a parte na 1ª secção os objectos historicos que não disserem respeito ao Brasil e forem transferidos de estabelecimentos officiaes ou vierem ter ao Museu por doação ou legado e na 2ª secção as moedas, medalhas, sellos e especies similares que forem referentes a paizes estrangeiros e procederem daquelles estabelecimentos ou se adquirirem de outro modo.

**Art. 37.** Não poderão ser cedidos por empréstimo os objectos historicos, comprehendidas as moedas, medalhas, etc., assim como os documentos e obras impressas, salvo o caso de ordem expressa da autoridade superior.

**Art. 38.** Nos Annaes do Museu Historico Nacional, serão insertos catalogos, monographias historicas, prelecções e conferencias effectuadas por iniciativa do Museu e trabalhos escriptos por funcionarios ou por estranhos a respeito de objectos pertencentes as Secções ou a respeito de outros da mesma natureza que merecerem ser estudados.

**Art. 39.** O Museu publicará um guia resumido para, uso dos visitantes, organizado segundo o plano que for adoptado nos catalogos, com a descripção dos objectos mais interessantes e com esclarecimentos historicos a respeito, do qual se farão novas edições, ao passo que se forem tornando necessarias.

**Art. 40.** Publicações especiaes de character historico ou civico e reproducções de quadros ou de outros objectos poderão fazer-se para distribuição por occasião de solennidades commemorativas ou exposições especiaes.

**Art. 41.** O Museu estabelecerá relações com instituições do mesmo genero, nacionaes ou estrangeiras, as quaes enviará as suas publicações, bem como á bibliothecas e archivos.

**Art. 42.** Da estatística, que do movimento de cada uma das secções será organizada mensalmente, deverão constar o numero de pessoas e o de corporações que a houverem visitado, o de consultantes e o de consultas realizadas, o de copias dependentes de autorização e reproducções photographicas levadas a effeito, assim como o numero de aquisições registradas, além de outros dados que offerecerem interesse.

## V

### Visita e consulta. Copias

**Art. 43.** As salas de exposição serão franqueadas, todos os dias, das 12 ás 16 horas, sem exclusão dos feriados e dos domingos, ás pessoas que se apresentarem decentemente, não sendo admittidas as de menos de 10 annos de idade, que não vierem acompanhadas de visitantes adultos.

**Art. 44.** A consulta das obras impressas que constituirem a bibliotheca especial de cada secção e dos documentos que formarem o archivo e, a juizo do director, não forem de character reservado, será permittida nos dias uteis, das 12 ás 16 horas.

**Art. 45.** Os funcionarios, que forem designados para attender ao serviço da visita e ao da consulta, deverão tratar os visitantes e os consultantes com urbanidade e prestar-lhes esclarecimentos, quando solicitados, a respeito dos objectos em exposição, exercendo toda a vigilancia, procurando manter a ordem e o respeito, não permittindo conversação em voz alta, e podendo, na ausencia do director ou de quem o represente, convidar a sahir aquelles que, apesar de advertidos, forem desrespeitosos ou de qualquer modo se portarem inconvenientemente.

**Art. 46.** Os objectos que por sua natureza devam ficar sob a guarda immediata do chefe da secção só poderão ser examinados mediante permissão deste, sem a qual não deverão ser retirados dos seus logares os objectos em exposição.

**Art. 47.** As moedas, medalhas, sellos e peças similares, estejam ou não em exposição, só poderão sahir dos seus logares para o exame dos visitantes ou consultantes, quando presente o chefe da secção ou o seu substituto, e não se mostrarão a mais de duas pessoas ao mesmo tempo.

**Art. 48.** A comparação de objectos estranhos com os do Museu só se poderá effectuar mediante autorização do chefe da secção, ao qual deverão aquelles ser apresentados com antecedencia.

**Art. 49.** Os documentos e as obras impressas serão pedidos por meio de boletim e dados á consulta na secção a que pertencerem.

**Art. 50.** Aos visitantes e consultantes será facultado o uso dos catalogos, com o auxilio, si for reclamado, dos funcionarios que attenderem ao serviço.

**Art. 51.** Pelos damnos que intencionalmente causarem ao edificio, mobiliario ou objectos pertencentes ás collecções do Museu e pelo extravio de taes objectos serão criminalmente responsaveis os funcionarios, visitantes e consultantes.

**Art. 52.** A reproducção photographica dos objectos do Museu e a copia por outros processos poderão ser autorizadas, quando taes objectos não correrem o risco de ser damnificados e inconveniente de ordem alguma puder resultar, não sendo retirados dos seus logares sinão no caso de absoluta necessidade.

**Art. 53.** E' prohibido aos que photographarem objectos do Museu fazer uso de substancias chemicas que produzam luz artificial.

**Art. 54.** Não dependerá de autorização a copia das obras impressas dadas á consulta.

## VI

### Curso tecnico

(COMMUM AO MUSEU HISTORICO NACIONAL, Á BIBLIOTHECA NACIONAL E AO ARCHIVO NACIONAL)

**Art. 55.** O curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Historico Nacional e ao de amanuense da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, constará das seguintes materias, distribuidas por dois annos,

1º ANNO, historia litteraria, paleographia e epigraphia, historia politica e administrativa do Brasil, archeologia e historia da arte.

2º ANNO, bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia, iconographia e cartographia.

**Art. 56.** O ensino das materias será dividido entre os estabelecimentos a que é commum o curso tecnico, cabendo ao Museu Historico Nacional o de archeologia e historia da arte e de numismatica e sigillographia, á Bibliotheca Nacional o de historia litteraria, de bibliographia, de paleographia e epigraphia e de iconographia, e cartographia e ao Archivo Nacional o de historia politica e administrativa do Brasil e de chronologia e diplomatica.

**Art. 57.** Como professores das materias do curso tecnico servirão os funcionarios designados pelos directores dos estabelecimentos a que taes materias corresponderem ou, em caso de necessidade, outras pessoas para esse fim convidadas.

**Art. 58.** Os programmas serão organizados annualmente pelos professores e submettidos á approvação dos directores, que se reunirão na Bibliotheca Nacional e se entenderão sobre o horario a ser estabelecido e o regular funcionamento do curso.

**Art. 59.** De 16 a 31 de março estará aberta a matricula na Bibliotheca Nacional, devendo os candidatos ao 1º anno apresentar certidões de approvação nos exames de portuguez, francez, latim, arithmetica, geographia e historia universal, especialmente chorographia e historia do Brasil, prestados em instituto federal ou fiscalizado pelo Governo.

**Art. 60.** Logo que se encerrar a matricula, será enviada aos directores do Museu Historico Nacional e do Archivo Nacional a relação dos alumnos matriculados.

**Art. 61.** Realizar-se-ão as aulas nos mezes de abril a novembro e durarão uma hora, destinando-se a cada materia tres horas de aula em cada duas semanas.

**Art. 62.** Nas aulas que as comportarem, serão dadas lições de classificação e administração de bibliothecas, mappothecas, archivos, museus historicos e gabinetes de estampas e de moedas e medalhas, comprehendidos os exercicios praticos.

**Art. 63.** Encerradas as aulas, seguir-se-ão os exames, prestados por materias, aos quaes só serão admittidos os alumnos que houverem comparecido a mais de metade das aulas correspondentes.

**Art. 64.** Realizar-se-ão os exames em cada um dos tres estabelecimentos, conforme a materia, perante uma commissão composta do director e dois professores, um dos quaes será, de preferencia, o que se tiver encarregado do respectivo ensino.

**Art. 65.** O exame de qualquer das materias constará de uma prova escripta, para a qual se darão duas horas, e de uma prova oral, que não poderá passar de meia hora,

Parapho unico. As provas escriptas de paleographia e epigraphia, archeologia e historia da arte, bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia e iconographia e cartographia terão o character de provas praticas de descripção e classificação de objectos pertencentes ás collecções dos estabelecimentos em que taes materias devem ser leccionadas.

**Art. 66.** A cada uma das provas, escriptas e oraes, que forem julgadas aproveitaveis será dado um valor, de um a cinco pontos, considerando-se approvados na materia os alumnos que houverem obtido 12 pontos, no minimo, como somma das notas dos tres membros da commissão examinadora.

**Art. 67.** De 1 a 15 de março estará aberta, na Bibliotheca Nacional, a inscripção para os exames de segunda época, aos quaes serão admittidos os alumnos matriculados que por qualquer motivo houverem deixado de prestar exame na primeira época ou sido inhabilitados nessa occasião.

**Art. 68.** As pessoas que tiverem seguido, no estrangeiro, cursos semelhantes e obtido o respectivo certificado de habilitação poderão ser admittidas, em segunda época, a exame de todas as materias do curso technico, provando haver sido approvadas nos exames de portuguez, chorographia e historia do Brasil, prestados nos institutos a que se refere o art. 59.

**Art. 69.** Encerrada a inscripção para os exames de segunda época, será enviada aos directores do Museu Historico Nacional e do Archivo Nacional a relação dos candidatos inscriptos.

**Art. 70.** O resultado dos exames será sempre communicado pelo director do estabelecimento em que se tiverem realizado aos directores dos outros estabelecimentos, aos quaes serão enviadas cópias authenticadas dos termos de exame.

**Art. 71.** Ás pessoas que obtiverem approvação em todas as materias do curso technico serão expedidos certificados de habilitação, que serão assignados pelos secretarios dos tres estabelecimentos e em que se declarará o numero de pontos obtidos em cada exame.

## VII

Outros cursos. Conferencias. Commemorações

**Art. 72.** Haverá um curso ou serie de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica, a cargo de funcionarios do Museu ou de outras pessoas para esse fim convidadas.

**Art. 73.** Cursos especiaes e conferencias avulsas sobre assumptos historicos poderão realizar-se por iniciativa do director ou mediante sua permissão.

§ 1º O director tera sempre o direito de exigir que lhe seja apresentada, com a devida antecedencia, a conferencia escripta para, depois de a ler, autorizar ou não a sua realização.

§ 2º A sala de conferencias será cedida mediante aluguel, quando forem pagas as entradas e não for destinado a um fim patriotico ou beneficente o producto destas.

**Art. 74.** Deverão ter um caracter instructivo e educativo as conferencias promovidas pelo Museu e ser illustradas, sempre que for possivel, com projecções e com a apresentação de objectos historicos.

**Art. 75.** O Museu procurará relembrar as grandes datas nacionaes por meio de exposições especiaes ou por outras formas de commemoração.

**Art. 76.** Para solennidades que não forem de iniciativa do Museu a sala de conferencias não será cedida sem autorização do Ministro.

## VIII

### Concursos

**Art. 77.** A inscripção para os concursos, mediante os quaes serão nomeados os 3ºs officiaes do Museu Historico Nacional e os amanuenses da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, será aberta no segundo desses estabelecimentos.

§ 1º Serão admittidos á inscripção os candidatos habilitados no curso technico (art. 71).

§ 2º Não se tendo inscripto candidatos nas condições do § 1º, nova inscripção será aberta para aquelles que provarem ter sido approvados nos exames das materias a que se refere o art. 59, prestados nos institutos ahi indicados.

§ 3º Em qualquer das hypotheses dos paragraphos anteriores, só se inscreverão as pessoas que provarem ter mais de 18 e menos de 30 annos de idade e preencherem as demais condições exigidas para o provimento dos cargos publicos federaes.

**Art. 78.** No caso de se terem inscripto candidatos habilitados no curso technico, os concursos constarão de provas escriptas, praticas, de descripção e classificação de objectos pertencentes as collecções das varias secções dos tres estabelecimentos.



**Art. 79.** Verificando-se a hypothese do § 2º, do art. 77, consistirão os concursos em provas escriptas e oraes de todas as materias do curso technico, nas condições estabelecidas no art. 65 e seu paragrapho unico.

**Art. 80.** Realizar-se-ão na Bibliotheca Nacional as provas dos concursos, a excepção das provas praticas que versarem sobre objectos do Museu ou do Archivo Nacional, as quaes se deverão realizar no estabelecimento a que taes objectos pertencerem.

**Art. 81.** As commissões julgadoras dos concursos serão compostas do director de um dos tres estabelecimentos, como presidente, designado na occasião pelo Ministro, e dos oito professores do curso technico, como examinadores, ou na falta destes, de funcionarios designados pelos respectivos directores.

**Art. 82.** As disposições complementares que forem necessarias, relativas ás condições em que se deverão realizar os concursos para o cargo de 3º official ou amanuense, constarão de instrucções expedidas pelo Ministro, que tambem disporá quanto ás condições dos concursos a que o art. 10 se refere.

## IX

### Disposições geraes e transitorias

**Art. 83.** Serão transferidos para o Museu Historico Nacional,

1. Os objectos que constituem o museu historico do Archivo Nacional;
2. O acervo da secção de moedas e medalhas da Bibliotheca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a bibliotheca especial da secção;
3. As collecções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forem necessarios dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos;
4. Os quadros historicos e mais objectos de character historico que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar;
5. Os quadros historicos e quaesquer objectos de character historico existentes no Museu Nacional, na Escola Nacional de Bellas Artes e em outros estabelecimentos publicos federaes, nos quaes poderão, entretanto, ser conservados os objectos que particularmente disserem respeito aos fins ou á historia de cada um delles.

**Art. 84.** Os objectos que forem transferidos de estabelecimentos publicos federaes ou de outro modo adquiridos por occasião da installação do Museu poderão ser expostos ao publico antes de preenchida e até que se preencha a exigencia do art. 34, devendo, porém, organizar-se

uma relação provisoria de taes objectos, aproveitados os inventarios de que tiverem vindo acompanhados.

**Art. 85.** A's pessoas já habilitadas no curso de bibliothconomia a cargo da Bibliotheca Nacional e ás que se habilitarem no corrente anno será permittido completar o curso technico, frequentando as aulas e prestando exames de historia politica e administrativa do Brasil e de archeologia e historia da arte.

**Art. 86.** Emquanto se não puderem apresentar candidatos approvedos em todas as materias do curso technico, a inscripção para os concursos será aberta desde logo nas condições do art. 77, § 2º.

**Art. 87.** Os officiaes, nomeados independentemente de habilitação no curso de bibliothconomia ou no curso technico que o substitue, não poderão ser promovidos a chefes de secção sem que neste se habilitem.

**Art. 88.** Por occasião de entrar em execução o presente regulamento, poderá o Governo prover os cargos sem o preenchimento das formalidades aqui exigidas.

**Art. 89.** Os vencimentos annuaes do pessoal do Museu serão os que constam da tabella annexa.

**Art. 90.** O Museu Historico Nacional será installado nos edificios do antigo Arsenal de Guerra.

**Art. 91.** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1922. – Joaquim Ferreira Chaves.

TABELLA A QUE SE REFERE O ART. 89

Cargo	Ord.	Grat.	Total
Director.....	10,000\$	5,000\$	15,000\$000
Chefe de secção.....	7,200\$	3,600\$	10,800\$
1º official.....	5,600\$	2,800\$	8,400\$000
2º official.....	4,400\$	2,200\$	6,600\$
3º official.....	3,200\$	1,600\$	4,800\$000
Dactylographo.....	2,400\$	1,200\$	3,600\$
Porteiro.....	2,800\$	1,400\$	4,200\$000
Ajudante de porteiro.....	2,400\$	1,200\$	3,600\$
Guarda.....	.....	.....	3,000\$000
Servente.....	.....	.....	2,400\$000

Gratificação ao 2º oficial que	1,800\$000
servir como secretario.....	

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1922. – Joaquim Ferreira Chaves.

**ANEXO F – DECRETO N. 24.735 DE 14 DE JULHO DE 1934<sup>147</sup>**

***Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”***

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e atendendo a que o atual desenvolvimento do Museu Histórico Nacional, suas novas incumbências e a exigência do "Curso de Museus", criado pelo decreto n. 21.429, de 7 de março de 1932, justificam a necessidade de alterações no atual regulamento do mesmo Estabelecimento,

**Decreta,**

**Art. 1º** fica aprovado, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional", que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, Pública.

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

**GETULIO VARGAS.**

Washington F. Pires.

**ANEXO G – REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 24.735,  
DESTA DATA**

**I**

**MUSEU HISTORICO NACIONAL SUA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 1º** O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Educação e Saude Publica, terá por fim,

- a) recolher, classificar e expôr ao publico objectos de impartancia historica e valor artistico, principalmente os relativos ao Brasil;
- b) concorrer por meio de cursos, conferencias, comemurações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culta das nossaas tradições;
- c) exercer a inspecção dos Munumentos Nacionaes e do commercio de objecto artísticos historicos.

Parapho unico. Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignalado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento

---

<sup>147</sup> Texto original disponível em, <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31712&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> Acesso em 01 de junho de 2013.

com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territorios.

**Art. 2º** Em duas secções se dividirá o Museu, a primeira das quaes formada de objectos historicos em geral e a segunda de moedas, medalhas, sellos e peças similares.

§ 1º Serão conservados na Secretaria, constituindo um archivo especial, os documentos que acompanharem os objectos adquiridos e comprovarem a sua autenticidade ou lhes disserem respeito.

§ 2º Serão annexadas a 1º Secção uma bibliotheca especial de historia universal, particularmente do Brasil, e de archeologia e historia da arte, e á 2º, uma bibliotheca especial de numismatica, sigilographia e philatelia.

**Art. 3º** Estarão a cargo da Secretaria o expediente e a economia do Museu, o archivo, a superintendencia da Portaria e os demais serviços que não pertencerem ás secções.

## II

### CONSTITUIÇÃO DO PESSOAL

**Art. 4º** O pessoal constará de, 1 director geral, 2 directores de secção, 2 primeiros officiaes, 3 segundos officiaes, 3 terceiros officiaes, 1 dactilographo, 1 porteiro, 1 ajudante de porteiro; os guardas e serventes necessarios, na proporção minima de 2, sendo 1 guarda e 1 servente, para cada sala.

Parapho unico. O director geral escolherá o secretario entre os officiaes.

**Art. 5º** O director geral, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

**Art. 6º** Os directores de secção e os primeiros e segundos officiaes serão nomeados por decreto, mediante promoção dos funcionarios de categoria immediatamente inferior.

**Art. 7º** Os terceiros officiaes serão nomeados dentre os alumnos diplomados do Curso de Museus, de accôrdo com o decreto n. 21.109, do 7 de março de 1932.

**Art. 8º** Serão providos os cargos de porteiro e do seu ajudante por meio de promoção deste e de um dos guardas, respectivamente.

**Art. 9º** O dactilographo será nomeado dentre as pessoas que provarem ter conhecimento e pratica de dactilographia e haver sido approvadas nos exames de portuguez e arithmetica, prestados em instituto official ou fiscalizado pelo Governo, e que preencherem as condições exigidas para o provimento dos cargos publicos federaes.

**Art. 10.** Os guardas serão nomeados mediante promoção dos serventes por proposta do director geral. Para nomeação dos serventes serão requisitos essenciaes e indispensaveis, 18 a 30 annos de idade, attestado de sanidade fornecido pelo Departamento Nacional de Saude

Publica, saber ler e escrever, comprovar um dos seguintes officios, carpinteiro, marceneiro, lustrador, estucador, pedreiro, electricista; e satisfazer as demais condições exigidas a quantos se candidatam a cargos publicos.

**Art. 11.** Por merecimento se farão as promoções a directores da secção e por antiguidade, na razão de um terço das vagas, e merecimento, na de dous terços, as promoções a primeiros e segundos officiaes e a ajudante de porteiro.

§ 1º A antiguidade que prevalecerá para as promoções será a do effectivo exercicio no cargo, com exclusão de licenças faltas.

§ 2º Nas promoções por merecimento deverão ter-se em conta as habilitações, a assiduidade, o procedimento, a dedicação ao trabalho e a importancia dos serviços prestados.

### III

#### DEVERES E ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONARIOS

**Art. 12.** Compete ao director,

1º, distribuir e presidir os trabalhos, velando pela observância das disposições legais e regulamentares concernentes a Museu e exigindo dos funcionarios o cumprimento das suas determinações;

2º, exercer a inspecção dos Monumentos Nacionaes;

3º, dar posse aos funcionarios;

4º, escolher o secretario, designar os funcionarios que devam servir na Secretaria e em cada uma das Secções e transferil-os, quando necessario, exceptuados os chefes de secção, que servirão nas secções indicadas no decreto de sua nomeação;

5º, providenciar quanto ás substituições nos casos de impedimento, quando reclamadas pela conveniencia do serviço;

6º, regular a distribuição dos periodos de ferias, sem interrupção dos trabalhos, e organizar o serviço dos domingos e dias feriados assim como o que se tiver de realizar fóra do periodo do expediente ordinario, de modo que a cada funcionario seja concedido um dia de descanso ou sejam compensadas as horas de serviço extraordinario, todas as vezes que houver trabalhado num daquelles dias ou fóra desse periodo;

7º, fiscalizar o comparecimento do pessoal, podendo justificar até oito faltas em cada mez e conceder licença até trinta dias;

8º impôr ao pessoal as penas disciplinares seguintes,

a) advertencia;

b) reprehensão por escripto;

c) suspensão até quinze dias.

9º, prorogar o expediente ou antecipar o encerramento deste, bem como fechar temporariamente uma ou mais salas de exposição, quando qualquer dessas medidas se tornar indispensavel;

10, estabelecer os livros necessarios á escripturação;

1, promover a aquisição por transferencia de estabelecimento official, por compra, por permuta ou por doação, de objectos de valor historico, comprehendida a de moedas, medalhas, sellos e especies similares, necessarias às respectivas collecções, só effectuando a permuta por exemplar em duplicata que puder ser dispensado;

12, providenciar quanto á installação, segurança, inventarização e bôa conservação dos objectos que constituírem o Museu ou lhe houverem sido confiados e quanto á organização dos catalogos, segundo o plano de classificação que adaptar ;

13, ouvir os direitos de secção sobre a autenticidade e a importancia historia dos objectos a serem adquiridos e a conveniencia da aquisição, ainda que a titulo gratuito, todas as vezes que lhe parecer necessario, assim como sobre o plano de classificação a ser adoptado em cada secção ou alterações que este tiver de soffrer, podendo ouvil-os igualmente , sobre qualquer materia de serviço do Museu;

14 – Corresponder-se com quaesquer autoridades, nacionaes ou estrangeiras, e solicitar, sempre que julgar utilidade, o parecer destas ou de particulares, que tiverem razão para ser consultados e quizerem prestar esclarecimentos acerca da autenticidade e importancia historica de objectos a serem adquiridos;

15 – Conceder autorização para serern copiados objectos do Museu, quando dahi não puder resultar inconveniente algum;

16 – Procurar obter informações a respeito e providenciar no sentido de ser organizada para uso do Museu, uma relação pormenorizada de objectos de valor, historico, relativos ao Brasil, pertencentes a museus ou outras instituições ou a particulares, e bem assim de inscrições de maior interesse, edificios historicos e monumentos existentes em qualquer ponto do paiz;

17 – Concorrer paraa a opprovação dos programmas e orgaraização do horario do Curso de Museus;

18 – Designar, todos os annos, os funcionarios que devam servir como professores das materias do Curso de Museus e, em caso de necessidade, convidar pessoas estranhas, de reconhecido saber;

19 – Providenciar no sentido do regular funcionamento do Curso de Museus e presidir os exames das materias ahilecionadas;

20 – Organizar annualmente o programma e promover a realizacão de um curso ou série de conferencias publicas sobre historia patria e educacão civica;

21 – Promover a realizacão de outros cursos, conferencias e commemoracões, permittir o uso da sala de conferencias e fixar o respectivo aluguel;

22 – Autorizar despesas nos, limites do orçamentos e ordenar, sempre que entender necessaria, a prestacão das contas do secretario, fazendo recolher ao Thesouro as quantias recebidas ;

23 – Aceitar si na occasiao o Museu dispuzer de espaço sufficiente, para expôr ou sômmente para guardar objetos de reconhecida importancia historica, pertencentes a instituicões ou a part,iculares, os quaes restituirá logo que forem reclamados ou não convier que continuem a seu cargo;

24 – Proceder, sempre que lhe parecer conveniente, a uma verificacão geral ou parcial nas coleções existentes no Museu e ás investigacões que porventura se deverem seguir, fazendo notar o resultado em livro especial;

25 – Fazer sahir as pessôas que se portarem inconvenientemente, prohibir-lhes a entrada e, sendo necessario, solicitar contra ellas a acçã da autoridade competente;

26 – Dirigir os "Annaes do Museu Historico Nacional" e quaesquer outras publicacões do Museu, estabelecendo os preços de venda e as condições de permuta e de distribuicão gratuita;

27 – Expedir instrucções para a bôa execuçã dos serviços de que forem incumbidos os funcionarios e autorizar quaesquer medidas comprehendidas nas atribuicões destes;

28 – Designar, todos os annos, o director de secçã que o deva substituir nos casos de impedimento;

29 – Dar conhecimento ao ministro dos factos de maior importancia ou gravidade que occorrerem no Museu e, no começo do anno, apresentar-lhe um relatorio dos trabalhos realizados.

**Art. 13.** Compete aos directores de secçã,

1º, distribuir e fiscalizar os serviços das secções e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o director, facilitando-lhe a acçã e propondo-lhe as providencias que julgarem uteis ao Museu;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhes estiverem subordinados;

4º, fazer inventariar as acquisicões, trazendo em dia os livros a esse fim destinados, e restituir ao secretario as guias de remessa, depois de assignar o recibo correspondente;



5º, fazer assignalar a propriedade do Museu nos objectos de suas collecções o numeral-  
os do modo que melhor se adaptar á natureza daquelles e nos casos em que nenhum dano lhes  
possa dahi resultar;

6º, ter am bôas condições de segurança, ordem e conservação os objetos que constituirem  
as collecções, assim como o mobiliario existente nas secções;

7º, catalogar e fazer catalogar taes objectos, procurando trazer os catalogos em dia e  
enriquecel-os de notas elucidativas;

8º, permitir que sejam photographados os objectos em exposição e os documentos não  
considerados como reservados, quando não houver inconveniente, tomadas as devidas  
precauções, e autorizar retirada das cópias feitas por qualquer processo;

9º, proporcionar aos visitantes os esclarecimentos que o Museu houver colhido a respeito  
dos objectos em exposição e lhes forem solicitados;

10, der parecer, quando consultados pelo director, sobre questões que interessarem ao  
Museu;

11, encarregar –se, salvo escusa justificada, do ensino das matérias do Curso de Museus,  
organizar os programmas è fazer parte das commissões julgadoras dos exames;

12. ter a seu cargo o archivo e à biblioteca de cada secção;

13, organizar e remetter ao director, nos primeiros dias do mez, a estatística de todo o  
movimento das secções e, trimestralmente, o resumo dos trabalhos, com indicação da parte que  
nelles; houver tomado cada um dos funcionarios;

14, substituir o director nos seus impedimentos, substituição que caberá em primeiro lugar  
ao que houver sido para ella designado e na ausencia deste ao outro director da secção.

**Art. 14.** Cabe ao secretario,

1º, dirigir os trabalhos a cargo da Secretaria e ahi manter a ordem e a disciplina;

2º, auxiliar o diretor ao desempenho das suas funcções e na execução das suas  
determinação, e propôr-lhe as medidas que o serviço da secretaria reclamar;

3º, encerrar o ponto dos funcionarios que lhe estiverem subordinados;

4º, enviar secções, acompanhados de guia, os objectos adquiridos para as respectivas  
collecções;

5º, encarregar-se da escripturação e da correspondencia trazendo em dia e em ordem os  
papeis da secretaria;

6º, assignar certidões e autenticar cópias;

7º, organizar as folhas de pagamento do pessoal e processar as contas tendo aos seus  
cuidados todo o serviço de contabilidade;

8º, funcionar como secretario das commicções examinadoras das matérias do Curso de Museus;

9º, ter a seu cargo o deposito e distribuição das publicações do Museu o recebimento de quaesquer quantias, prestando as contas ou fazendo recolhimento ao Thesouro, conforme a legislação em vigor;

10, superintender o serviço da portaria, dando directamente suas ordens ao porteiro;

11. encarregar-se do ensino de qualquer matéria do curso a juizo do director geral.

**Art. 15.** Cabe aos primeiros officiaes,

1º, auxiliar os directores de secção e substituil-os;

2º, occupar-se, auxiliados pelos segundos e terceiros officiais, com a bôa disposição e installação dos objectos e com a respectiva inventariação e classificação, esforçando-se por obter informações que tornem mais interessantes os catalogos;

3º, encarregar-se, salvo escusa justificada, do ensino das materias do Curso, que devem ser leccionadas no Museu, no caso de haver sidodispensado desse encargo o director de secção ;

4º, acompanhar os trabalhos em andamento para a respeito informar os directores de secção.

**Art. 16.** Aos segundos officiaes cabe,

1º, auxiliar os primeiros officiaes e substituil-os;

2º, attender ao seu serviço da visita e consulta publica;

3º, encarregar-se do ensino de qualquer materia do Curso de Museus a júizo do director geral e auxiliar os serviços de inspecção de Monumentos Nacionaes.

**Art. 17.** Cabe aos terceiros officiaes,

1º, encarregar-se dos trabalhos de escripta ou outros para que tiverem sido designados;

2º, prestar serviços na bibliotheca e no archivo de qualquer das secções que delles necessitar, auxiliando os demais officiaes na collocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catalogos e na consulta publica;

3º, substituir os segundos officiaes.

**Art. 18.** Compete ao dactilographo executar os trabalhos concernentes ao seu mistér, conforme lhe fôr determinado pelo chefe de serviço ao qual se achar subordinado.

**Art. 19.** Incumbe ao porteiro,

1º, receber as ordens do secretario relativamente ao serviço da portaria e distribuição do trabalho do pessoal subalterno;

2º, fiscalizar o comparecimento dos guardas e serventes, e tomar-lhes o ponto;

3º, cuidar da segurança, conservação e asseio do edificio e do mobiliario;

4º, abrir o edificio e verificar, findo o expediente, que nenhuma pessoa ficou oculta e foram fechadas todas as portas e janellas;

5º, exercer a policia na portaria, não se affastando do seu posto, durante as horas do expediente, sem ali deixar o seu ajudante ou, na falta deste, um dos guardas;

6º, receber chapéos, bengalas, guarda-chuvas, capas e quaesquer outros objectos que os visitantes e consultantes trouxerem e que, conforme determinar o director, não puderem ser admittidos nas salas de exposição ou de consulta e restituil-os na ocasião da sahida;

7º, enviar às salas de consulta os livros e outros objectos deixados no vestiario, quando fôrem requisitados pelo funcionario que attender ao serviço;

8º, não permittir que saiam livros ou quaesquer objectos sem a apresentação de guia assignada pelo director da secção a que houverem sido enviados ou pelo secretario, verificando sempre si conferem com a guia;

9º, guardar no portaria todo o material que trouxerem os photogranhos e copistas, enviando-os aos directores de secção ou ao secretario, mediante requisição;

10º, dar execução ás ordens do secretario em tudo quanto entender com o serviço interno e externo.

**Art. 20.** Ao ajudante, do porteiro incumbe auxiliar o porteiro em todos os seus deveres e attribuições e substitui-lo.

**Art. 21.** Incumbe aos guardas,

1º, exercer a maior vigilancia e fiscalização nas salas de exposição e nos postos que lhes fôrem designados;

2º, não deixar o serviço senão momentaneamente e depois de virem occupar o seu logar outros guardas ou serventes;

3º, não permittir que das secções saiam livros ou outros objectos sem a apresentação de guia assignada pelos respectivos directores;

4º, prestar auxilio ao porteiro, assim como ao seu ajudante, a quem substituirão;

5º, tratar da limpeza dos moveis e objectos das salas;

6º, exercer os officios que tiverem, em beneficio do Museu;

7º, executar serviços internos ou externos, a juizo do director geral.

**Art. 22.** Aos serventes incumbe,

1º, tratar do asseio do edificio e conservação dos moveis, livros e outros objectos existentes no Museu;

2º, executar outros serviços internos ou externos que lhes fôrem distribuidos;

3º, auxiliar os guardas e substituí-los;

4º, exercer os officios que tiverem, em beneficio do Museu.

#### IV

##### *EXPEDIENTE E ORDEM DOS TRABALHOS*

**Art. 23.** Só nos dias uteis e das 11 ás 17 horas haverá expediente na Secretaria e nas salas de trabalho das secções.

**Art. 24.** Para o porteiro, seu ajudante, guardas e serventes, o serviço ordinario começará ás 10 horas e terminará às 17

**Art. 25.** Os funcionarios de uma secção não se deverão dirigir á outra ou á secretaria, a não ser em objecto de serviço, o que se entenderá igualmente com os da secretaria em relação às secções.

**Art. 26.** Não será permittido aos funcionarios fazer comercio ou coleção da natureza dos que constituem o Museu.

**Art. 27.** Serão considerados como não tendo comparecido os funcionarios que estiverem servindo como professores do Curso de Museus e, tendo assignado o ponto, faltarem ás aulas aos exames, sem permissão do director.

**Art. 28.** E' prohibido fumar nas salas abertas ao publico e nas de trabalho e de deposito.

**Art. 29.** Os guardas e serventes deverão apresentar-se uniformizados quando em serviço ostensivo na portaria ou de exposição, de consulta e de conferencias.

**Art. 30.** Os objectos que constituirem as colleções serão installados de modo a apresentar conveniente aspecto sem prejuizo das condições de perfeita segurança, devendo a sua conservação e preservação bem como a do mobiliario. merecer constantes cuidados de todo o pessoal.

**Art. 31.** Os trabalhos de restauração só se farão quando julgados indispensaveis não prejudicarem o character historico ou artistico dos objectos e poderão, mediante ajuste, ser confiados a pessoas habilitadas, que os executarão, sob a vigilancia do director secção.

**Art. 32.** Em cada uma das secções haverá para os objectos que formarem as respectivas colleções um inventario geral ou registro de entrada por ordem chronologica, um inventario por salas e mostradores ou armarios e um catalogo systematico acompanhado de indice alphabetico, inventariados em livros differentes e catalogados separadamente os documentos e as obras impressas.

**Art. 33.** A inventariação e a catalogação deverão estar em dia e abranger todo o acervo das secções, sendo enriquecidos os catalogos de notas e informações tão desenvolvidas quanto fôr necessario.

**Art. 34.** Não serão expostos os objectos que ainda não estiverem devidamente inventariados e catalogados.

**Art. 35.** Os objectos em exposição deverão estar acompanhados de rotulos que indiquem qual a sua significação e quaes os seus números de ordem.

**Art. 36.** Serão conservados á parte na 1ª Secção os objectos historicos que não disserem respeito ao Brasil e forem transferidos de estabelecimentos officiaes ou vierem ter ao Museu por doação ou legado e na 2ª Secção as moedas, medalhas, sellos o especies similares que forem referentes a paizes estrangeiros e procederem daquelles estabelecimentos ou se adquirirem de outro modo.

**Art. 37.** Não poderão ser cedidos por emprestimo os objectos historicos, comprehendidas as moedas, medalhas, etc., assim como os documentos e obras impressas. em hypothese alguma.

**Art. 38.** Nos “Annaes do Museu Historico Nacional”, serão insertos catalogos, monographias historicas, pretecções e conferencias effectuadas por iniciativa do Museu e trabalhos escriptos por funcionarios ou por estranhos a respeito de objectos pertencentes ás secções ou a respeito de outros da mesma natureza que merecerem ser estudados.

**Art. 39.** O Museu publicará um guia resumido para, uso dos visitantes, organizado segundo plano que for adaptado nos catalogos, com a descrição dos objectos mais interessantes e com esclarecimentos historicos a respeito, do qual se farão novas edições ao passo que se forem tornando necessarias.

**Art. 40.** Publicações especiaes de character historico ou cívico e reproduções de quadros ou de outros objectos poderão fazer-se para, distribuição por ocasião de solemnidades commemorativas ou exposições especiaes.

**Art. 41.** O Museu estabelecerá relações com instituições do mesmo genero, nacionaes ou estrangeiras, ás quaes enviará as suas publicações, bem como a bibliothecas e archivos.

**Art. 42.** Da estatística, que do movimento de cada uma das sesções será, organizada mensalmente, deverão constar o número de pessoas e o de corporações que a houverem visitado, o de consulentes e o de consultas realizadas, o de copias dependentes de autorização e reproduções photographicas levadas a effeito, assim como o numero de aquisições registradas, alem de outros dados que offerecerem interesse.

**Art. 43.** As salas de exposição serão franqueadas, todos os dias, das 12 às 17 horas, sem exclusão dos feriados e dos domingos, às pessoas que se apresentarem decentemente não sendo admittidas as de menos de 10 annos de idade, que não vierem acompanhadas de visitantes adultos.

**Art. 44.** A consulta das obras impressas que constituírem a biblioteca espacial de cada secção e dos documentos que formarem o archivo e, a juizo do director, não forem de caracter reservado, será permittida nos dias uteis das 12 ás 16 horas.

**Art. 45.** Os funcionarios que forem designados para attender ao serviço de visita e ao de consulta, deverão tratar os visitantes e os consultantes com urbanidade e prestar-lhes esclarecimentos. quando solicitados a respeito dos objectos em exposição, exercendo toda a vigilancia, procurando manter a ordem e o respeito, não permitindo conservação em voz alta e podendo, na ausencia do director ou de quem o represente, convidar a sahir aquelles que, apesar de advertidos, forem desrespeitados ou de qualquer modo se portarem inconvenientemente.

**Art. 46.** Os objectos que por sua natureza devam ficar sob a guarda immediata do director de secção só poderão ser examinados mediante permissão deste, sem a qual não deverão ser retirados dos logares os objectos em exposição.

**Art. 47.** As moedas, medalhas, sellos e peças similares, estejam ou não em exposição, só poderão sahir dos seus logares para o exame dos visitantes ou consultantes quando presente o director da secção ou o seu substituto, e não mostrarão a mais de duas pessoas ao mesmo tempo.

**Art. 48.** A comparação de objectos estranhos com os do Museu só se poderá effectuar mediante autorização do director da secção ao qual deverão aquelles ser apresentados com antecedencia.

**Art. 49.** Os documentos e as obras impressas serão medidos por meio de boletim e dados à consulta na secção a que pertencerem.

**Art. 50.** Aos visitantes e consultantes será facultado o uso dos catalogos, com o auxílio, si for reclamado, dos funcionarios que attenderem ao serviço.

**Art. 51.** Pelos damnos que intencionalmente causarem do Museu e pelo extravio de taes objectos, serão criminalmente responsaveis os funcionarios, visitantes e consultantes.

**Art. 52.** A reprodução phntographica dos objectos do Museu e a copia por outros processos poderão ser autorizadas, quando taes objetos não correrem o risco de ser damnificados e inconveniente de ordem alguma puder resultar, não sendo retirados dos seus logares senão no caso de absoluta necessidade,

**Art. 53.** É proibido aos que photographarem objectos do Museu fazer uso de substancias chimicas que produzam luz artificial.

**Art. 54.** Não dependerá de autorização a copia das obras impressas dadas á consulta. A autenticação e preritagem sobre objectos historicos e artisticos ou peças numismaticas serão feitas pelo Museu a requerimento das partes, por escripto, e remuneradas nos termos da tabella annexa.

## VI

*CURSO DE MUSEUS*

**Art. 55.** Manterá o Museu historico um Curso destinado ao ensino das materias que interessam aos seus objectivos culturaes (decreto 21. 129, de 7 de março de 1932).

**Art. 56.** O Curso constará das disciplinas dicriminadas, distribuidas por dois annos lectivos, de accôrdo com a seriação seguinte,

1º anno – Historia da Civilização Brasileira ( Período Colonial ), Numismatica (Parte geral), Historia da Arte Brasileira da Archcologia Brasileira.

2º anno – Historia da Civilização Brasileira (até a actualidade), Numismatica (Parte Brasileira) e Sigilographia. Technica de Museus, epigraphia e chronologia.

Parapho unico. As materias constantes da seriação anterior constituirão as 5 cadeiras seguintes,

- a) Historia da Civilização Brasileira;
- b) Technica de Museus, epigraphia e chronnologia;
- c) Numismatica e sigilographia;
- d) Hisitoria da Arte Brasileira;
- e) Archcologia Brasileira.

**Art. 57.** O Curso de Museus funcçionará sob a direcção e fiscalização do director do Museu Historico Nacional.

**Art. 58.** Os professores do Curso de Museus serão designados por portaria do director geral dentro os funcçionarios da mesma repartição.

Parapho unico. Ao termo de dois annos de ensino effectivo da materia a seu cargo, poderá o professor do Curso de Museus, por proposta do director geral e portaria do ministro, ser effectivo como “professor do Museu Historico Nacional”.

**Art. 59.** Os programmas de cada cadeira serão organizados biennialmente pelos respectivos professores e submettidos à approvação do director geral que, de accôrdo com elles. estabelecerá o horario das aulas no minimo de uma aula na semana para cada disciplina.

**Art. 60.** A matricula no Curso de Museu será effectuada durante todo o mez de março mediante pagamento de matricula e frequencia, devendo os candidatos á inscripção no primeiro anno apresentar os seguintes documentos,

- a) certificado de approvação nos exames da 5ª série do curso secundario prestados em estabelecimento official ou equiparado, ou diploma de formatura de qualquer escola superior, escola normal ou instituto de educação, instituto téchnico, faculdade de letras, etc. ;
- b) attestado de identidade;

c) attestado de idoneidade moral; do 1º anno.

Parapho unico. Para inscripção no 2º anno do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matricula e frequencia, será exigido certificado de habilitação dos exames

**Art. 61.** O anno lectivo terá inicio a 5 de abril e terminará a 30 de novembro e, durante esse período, haverá pelo menos tres provas parciaes, escriptas, de cada matéria.

**Art. 62.** Encerrado o anno lectivo, só serão adquiridos a exame os alumnos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parapho unico. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituída pelos professores do curso, sob a presidencia do director geral. Observar-se-á, no julgamento das provas, que serão escriptas, oraes e, quanto possivel, praticas, o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

**Art. 63.** Será facultada matricula, relevadas as exigencias do art. 60 e dispensadas as demais taxas previstas por este regulamento, a funcionarios de museus ou repartições similares federaes ou estaduaes que desejarem fazer o curso a titulo de aperfeiçoamento, bem assim aos guardas do Museu Historico Nacional que a elle se candidatarem.

**Art. 64.** Ao alumno que concluir o curso de Museus será conferido um certificado de habilitação, que será assignado pelo director geral e pelo secretario do Museu Historico Nacional, e no qual será mencionada a média final mediante exame de todas as cadeiras do referido curso.

**Art. 85.** Aos possuidores dos certificados do Curso de Museus será assegurado o direito de preferencia absoluta para o preenchimento do lugar de 3º official do Museu Historico Nacional, observando-se nas propostas a ordem classificação.

## VII

### *OUTROS CURSOS, CONFERENCIAS, COMMEMORAÇÕES*

**Art. 67.** Haverá um curso ou série de conferencias publicas sobre historia patria e educação civica, a cargo de funcionarios do Museu e de outras pessôas para esse fim convidadas.

**Art. 68.** Cursos especiaes e conferencias avulsas sobre assumptos historicos poderão realizar-se por iniciativa do director ou mediante sua permissão.

§ 1º O diretor terá sempre o direito de exigir que lhe seja apresentada, com a devida antecedencia, a conferencia escripta, para, depois de ler, autorizar ou não a sua realização.

§ 2º A sala de conferencias será cedida mediante aluguel, quando forem pagas as entradas e não fôr destinado a uma fim patriotico ou beneficente o producto destas.



**Art. 69.** O Museu procurará relembrar as grandes datas nacionaes por meio de exposições especiaes ou por outras fôrmas de commemoração.

**Art. 70.** Deverão ter um character instructivo e educativo as conferencias promovidas pelo Museu e ser illustradas, sempre que fôr possivel, com projecções e com a apresentação de objectos historicos.

**Art. 71.** Para solemnidades que não forem de iniciativa do Museu e sala do conferencias não será cedida sem autorização do ministro.

## VIII

### *INSPECÇÃO DE MONUMENTOS NACIONAES*

**Art. 72.** Os immoveis classificados como monumentos nacionaes não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Historico Nacional.

Parapho unico. Independem de licença e fiscalização os trabalhos de conservação e concertos urgentes que não impliquem modificação essencial do predio.

**Art. 73.** O Museu Historico Nacional organizará tambem um catalogo, tanto quanto possivel completo, dos objectos historico-artisticos de notavel valor existentes no paiz, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notação.

**Art. 74.** A exportação de objectos dessa natureza só será permittida mediante autorização do director geral do Museu Historico Nacional ou de seus representantes, depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$ sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.

**Art. 75.** Essa autorização não poderá ser dada ao objectos de notavel importancia historica e áquelles cuja conservação no paiz seja reputada conveniente.

**Art. 76.** Os objectos apprehendidos por infracção destes dispositivos passarão a fazer parte do patrimonio nacional, no Museu Historico Nacional.

**Art. 77.** O director geral do Museu Historico Nacional poderá entabolar accordos com quaesquer pessôas naturaes ou juridicas, autoridades ecclesiasticas, instituições cientificas, litterarias ou historicas, administrações estadaes ou municipaes, etc., no sentido de ser melhor conhecido, estudado a protegido o patrimonio tradicional do Brasil.

**Art. 78.** Para o effeito da inspecção de monumentos historicos, o director geral do Museu Historico Nacional designará representantes seus onde fôr conveniente, considerando-se serviço relevante o que os mesmos prestarem.

**Art. 79.** O director geral do Museu Historico Nacional poderá impôr multas de 50\$000 a 1,000\$000 aos infractores das determinações deste regulamento.

**Art. 80.** As pessôas e corporações que possuirem objectos e reliquias artisticas ou historicas são obrigadas a fornecer a relação dos mesmos ao Museu Historico Nacional e não poderão negociar-os sem previa consulta a este, que terá sempre preferencia.

**Art. 81.** Os negociantes de antiguidade e obras de arte, de qualquer natureza, ficam obrigados a um registro especial no Museu Historico Nacional ou nas repartições estaduaes que o representem, não podendo vender objectos não devidamente authenticados.

**Art. 82.** O Museu Historico Nacional authenticará os objectos artistico-historicos que lhe forem apresentados, mediante requerimento das partes interessadas e de accordo com a tabella de peritagem annexa.

**Art. 83.** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho do 1934. – Washington F. Pires

Tabella de honorarios fixados para os funcconarios technicos encarregados de authenticação e peritagem de objectos historicos e artisticos ou peças numismaticas a requirimento de particulares

Materiaes de valor até.....	5,000\$000	50\$000
Materiaes de valor até.....	10,000\$000	75\$000
Materiaes de valor até.....	20,000\$000	100\$000
Materiaes de valor até.....	50,000\$000	125\$000
Materiaes de valor até.....	100,000\$000	150\$000
Materiaes de valor até.....	150,000\$000	175\$000
Materiaes de valor até.....	200,000\$000	200\$000
Materiaes de valor até.....	250,000\$000	250\$000
Materiaes de valor até.....	300,000\$000	300\$000
Materiaes de valor até.....	350,000\$000	350\$000
Materiaes de valor até.....	400,000\$000	400\$000
Materiaes de valor até.....	450,000\$000	450\$000
Materiaes de valor até.....	500,000\$000	500\$000
Materiaes de valor até.....	1.000,000\$000	750\$000

Nota – E' a tabella A do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934.

Tabella de taxas referentes ao Curso de Museus

De matricula e frequencia.....	50\$000
De revalidação de titulo.....	200\$000
De certidão de habilitação.....	50\$000
De inscrição em exame por anno.....	20\$000
De certidão,	
a) de frequencia.....	50\$000
b) não especificada.....	5\$000

Nota – E' a tabella que acompanha os decretos numeros 20.673, de 17 de novembro de 1931, do curso de bibliothecconomia, e 21.129, de 7 de março de 1932, do Curso de Museus.

Rio de Janeiro, 12 de Julho de 1934. – Washington F. Pires.

**ANEXO G<sup>148</sup> – DECRETO-LEI Nº 6.689, DE 13 DE JULHO DE 1944**

Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,  
DECRETA,

Art. 1º O Curso de Museus, a que se refere o Decreto-lei nº 21.129, de 7 de março de 1932, passará a ter a organização constante dêste decreto-lei e da legislação complementar que fôr expedida.

Art. 2º O Curso de Museus terá as seguintes finalidades,

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas;

<sup>148</sup> <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6689-13-julho-1944-452521-publicacaooriginal-1-pe.html>  
Último acesso em 18 de março de 2014

- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.

Art. 3º Para preencher as suas finalidades o Curso de Museus promoverá, independentemente do ensino das disciplinas regulamentares, a realização de conferências e cursos avulsos, destinados a seus alunos ou ao público em geral, na forma estabelecida no respectivo regulamento.

Art. 4º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as funções gratificadas de Coordenador e Secretário do Curso de Museus.

§ 1º São respectivamente fixadas em Cr\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos cruzeiros) anuais para o Coordenador e Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais para o Secretário, as gratificações a que se refere o presente artigo.

§ 2º O Coordenador do Curso de Museus será designado pelo Ministro da Educação e Saúde, dentre especialistas em museologia, mediante indicação do Diretor do Museu Histórico Nacional.

§ 3º O Secretário do Curso de Museus será designado pelo Diretor do Museu Histórico Nacional dentre funcionários do M. E. S., mediante indicação do Coordenador do Curso e prévia autorização do Ministro de Estado, quando noutro serviço ou repartição estiver lotado o funcionário indicado.

§ 4º Os serviços administrativos serão executados, sob a supervisão do Coordenador, pelo Secretário, por funcionários lotados no Curso ou por extranumerários admitidos na forma da lei.

Art. 5º O ensino será ministrado por professores designados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional mediante proposta do Coordenador do Curso, dentre especialistas em museologia, nacionais e estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1º Os professores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2º Os funcionários, designados na forma deste artigo, poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3º Os professores não compreendidos nos casos de que tratam os §§ 1º e 2º dêste artigo perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por hora de aula dada ou do trabalho executado, até o limite máximo de seis horas por semana.

Art. 6º Sempre que solicitados, os Museus oficiais cooperarão com o Curso, fornecendo elementos para a realização de estudos e pesquisas e facilitando aos alunos a execução de trabalhos práticos.

Art. 7º Poderão ser concedidas, anualmente, bôlsas de estudo destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre servidores estaduais e municipais, com exercício em museus históricos ou de belas artes.

*Parágrafo único.* De acôrdo com os recursos orçamentários, serão expedidas pelo Ministro da Educação e Saúde, por proposta do Diretor do Museu Histórico Nacional, instruções anuais que determinarão o valor e número total das bôlsas, os cursos para os quais serão concedidas, sua distribuição pelos diferentes Estados, assim como deveres e obrigações dos beneficiários.

Art. 8º A organização do Curso, sua duração, o regime escolar, as condições de matrícula e demais disposições referentes ao seu funcionamento serão fixados em regulamento.

Art. 9º Fica aberto no Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil cruzeiros) para atender às despesas com as funções gratificadas, criadas neste decreto-lei, e com os honorários dos professores a partir desta data.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Paulo Lira.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 15/07/1944

**Publicação,**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/7/1944, Página 12461 (Publicação Original)

## **ANEXO H – O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS EM NOSSO PAÍS – UM ESQUEMA ERGOLÓGICO – OUTRAS NOTAS**

### **I. ARTE DA HABITAÇÃO**

1. Materiais de construção: ramos palhas, madeiras, barro e pedra; a caieira, a olaria e a pedreira.
2. Habitações típicas do campo e das praias: palheiros, choças, barracas, cabanas de pescadores e casas de colonos; senzalas; o engenho, a fazenda, a estância, o seringal, a fazendola, o sítio e a chácara.
3. Habitações típicas de aglomerados urbanos: casebres, mocambos, barracões, telheiros, casas de oitão e de tacaniça; de meia-água e de duas águas ou de água inteira; de meia morada, de morada inteira e de duas moradas; quartos, casas térreas, abarracadas, de sótão e de sobrado.
4. Tetos: de palha de catulé, de coqueiro e de carnaúba; de sapê e de folhas; de madeira, de zinco, de lata ou de telha de canal, com platibanda e calha ou com jacarés, biqueiras, bicas, beiras e sub-beiras; telhas reviradas, de beiral e de cumeeira; chaminés e algerozes.
5. Pisos: de terra batida, de empedrado, de seixos, de lajeotas, de assoalhos, de tacos, de ladrilhos retangulares ou oitavados e de tijolos espinhados à maneira árabe.
6. Paredes: de bagaço de cana, de palha entrançada, de lata, de pau-a-pique, de sopapo, de barro, de taipa, de adôbe, de pedra solta, de canjicado grosso ou fino, de uma vez ou de vez e meia e duas vezes, de tijolo vermelho ou de tabatinga.
7. Esboços e rebocos: picado ou caiado, liso ou guarnecido, estampado ou encascado, com ou sem barras de alcatrão.
8. Esquadrias: portas e janelas de talos de carnaúba ou de madeira; marcos e portais; cantoneiras e batentes; almofadados e rótulas; bandeiras de portas e lambrequins de fachada.
9. Ferragens: fechaduras de brocas, aldrabas, fechos, ferrolhos, trancas, visagras, dobradiças, gonzos.
10. Interiores e dependências: alcovas, camarinhas, salas, corredores, cozinhas coloniais, cozinhas rústicas e cozinhas das velhas casas de cidade com seus fogões de alvenaria, de borralhos em arcadas e fornos em abóbada; pátios e terraços; varandas e sacadas; tijupares, copiares, alpendres e latadas.
11. Aglomerados urbanos: becos, ruas, largos e praças; pelourinhos, capelas e igrejas; adros e escadarias; calçamentos e capistranas; coxias e valetas; pontes e muros.
12. Casas de fábrica: a casa de engenho, a casa de farinha, da bolandeira e os moinhos.
13. A defesa das terras: peões e marcos; muralhas, valos e valados; sebes de espinheiro e de bambu; fossos com água; cercas de pau-a-pique espontado ou aparado; cercas de arame, de caiçara, de tesoura, de quebra-dedo e de faxina.

## II. ARTE NAVAL

1. Embarcações típicas do mar e dos rios: igarités, ubás, vigilengas e montarias; balsas, jangadas, paquetes e botes; canoas, bateiras e lanchas; alvarengas, saveiros e faluas; cúteres, iates e barcaças.
2. Velame: velas de jangada e de saveiros, velas redondas e latinas, catitas e coringa, brancas ou tintas de murici.
3. Apetrechos: âncoras e cordagens; carningas, jacumãs, toletes, palamentas e zingas, cordas e cabos; poitas e tauaços, lemes e quimangas.

## III. ARTE DA PESCARIA

1. Barcos de pesca: a jangada com seus pertences; as canoas com suas redes.
2. Instrumentos de pesca: tarrafas, arrastões e zangareiras; currais, cercados e covos; puçás, landuás e gererés; bicheiros, pinambabas e samburás.

## IV. ARTE DA CAÇA

1. Armas de caça: arcos, flechas, bestas, bodoques, estilingues e baladeiras; bacamartes, garruchas, lazarinas e lacambéches; armas de fogo mais modernas.
2. Apetrechos de caça: patuás, chumbeiros, polvarinhos e palanquetas; pios de nhambu.
3. Armadilhas de caça: esparrelas e arapucas; fojos e laços; mundéus e quixós; esperas e sequis; cacuris e cacumbis.
4. Cães de caça: pateiros, perdigueiros, veadeiros e paqueiros.

## V. ARTE DO PREPARO DE ALIMENTOS

1. Peixes, Crustáceos e mariscos: ovas de tainha e de camorupim; camorupins, pirarucus e xancaronas secas, curimãs e curimatãs salgadas; conservas de sururu; peixes de fumeiro; camarões secos; mixiras.
2. Carnes e caças: chouriços, linguiças de corda; carnes de sol, jabá ou charque; tripa seca; toucinho, avoantes e mocós salgados; paçocas.

## VI. ARTES DOMÉSTICAS

### A) Culinária:

1. Comidas: abunãs, efós, abarás, acarajés, apetés, xinxins, tacacás, cuscuzes, vatapás, carurus, moquecas, sarapatéis e sarrabulhos; feijoadas, fatadas, cozidos, mocotós, paneladas e frigideiras; angus, anguzôs, pirões, mingaus e farófias; picadinhos, ensopados, guisados, assados e refogados; empadas e empadões, pastéis e pastelões; aruanãs e tartarugas; arroz de cuxá, pitus, patas de caranguejo e guaiamum; cabidelas e virados; perus e capões; baião-de-dois, tubus e quibebes; lombos e pernis.

2. Sobremesas: mungunzás, canjicas, canjiquinhas, compotas, cascões, amodas e cocadas; doces-secos e pés-de-moleque; ambrosia, belas-faces, pingos de ovos e babas-de-moça; beijos, quindins, queijadinhas e bons-bocados; bolos de puba, de tapioca, de milho e de aipim; pães-de-ló frescos e torrados; arroz de coco, arroz-doce e arroz de leite; frutas secas e cristalizadas; doces de bacuri e de buriti, de copuaçu, pupunha, murici, bananadas, goiabadas, tamarinadas-de-santarém e taperebá-do-sertão; melados e rapaduras batidas e de coco.

3. Biscoitaria: sequilhos e fogosas, casadinhos e beijus, broas de milho e biscoitos de limão e de polvilho, bolachinhas e roscas de goma, brevidades e rosquinhas, facões, paciências e mentiras.

4. Balas: alfeolos e alfenins; queimados e confeitados; balas e rebuçados; pirulitos e puxa-puxa.

5. Bebidas: açazadas, aluás, cambicas, acaçás, gengibirras, mocoarós, licores de figo, de rosa, de leite, de piqui, de jenipapo e de jabuticaba; garapas, garapadas, cajuadas e laranjadas; meladinhas, caxiris e caçumas.

6. Condimentos: pimentas, louros, cominhos, molhos de jiquitaia e de tucupi; azeite de dendê.

7. Instrumentos culinários: panelas de barro, de ferro ou de pedra-sabão; caçarolas, frigideiras, assadeiras, cuscuzeiros e fogareiros; escumadeiras, colheres, conchas e batedores de pau; pilões, peneiras, formas, ralos, carretilhas, gamelas e caburés; grelhas, trempes e espetos; tábuas de picar carne e de fazer balas; rolos de massa.

8. Apresentações decorativas: papéis recortados, encanudados e frisados; atilhos de roletes de cana, saquinhos de pipocas, canudos e cartuchos; cestinhas e maços de queimados; rosários de catulé; pratos ornamentados com açúcar; desenhos e letras com canela; ramilhetes e grinaldas de alfenim.

#### B) Fiação e vestuário:

1. Fiação: rocas, fusos, lançadeiras, agulhas e teares; fios, novelos, pavios e punhos de rede.

2. Tecidos: panos crus e inteiros da terra e da Costa; lençóis e colchas; fiangos e redes de dois panos e de pano inteiro; malhas e crochês.

3. Costura: cortes, alinhavos, pespontos, chuleios e perfilados, casas, ilhós, bainhas, babados, franzidos, pregas, machos e ninhos-de-abelha; blusas de taco e colcha de retalhos; cabeções, anáguas, calçolas, corpinhos, camisas, camisolas e timões; coletes, calças, sutambaques e chambres; bombachas e bocas-de-sino; batas e ceroulas; saias de cima e aventais.

4. Fazendas: chitas-de-olho e de ramagens; velbutinas e chamalotes; alpacas e tonquins; duraques, gorgorões e madraços; cassas esguiões e bretanhas.

5. Bordados: labirintos, crivos, barafundas, richelieus, cheios, matizes e bordados a contas, cabelos, ouro, flocos e sutache.



6. Rendas: rendas, bicos e trutus; varandas de rede e puçás; almofadas, espinhos de cardeiro, bilros e papelões com os motivos clássicos da estrela, da rosa, dos bonecos e da baratinha.

7. Adornos: lenços-de-alcobaça, mantilhas, xales, ventarolas, leques, fivelas e botões; grampos, pentes, travessas, marrafas e trepa-moleques.

#### C) Iluminação:

1. Velas: panelas de birro para derreter sebo ou cera de carnaúba, tabuleiros furados para enfiar os canudos ou formas de fazer as velas; fôrmas de folhas-de-flandres; pavios de algodão; palmatórias, castiçais e lanternas.

2. Óleos: azeite de carrapato ou mamona; óleo de peixe e querosene ou gás; chumaços e pavios; candis e candeiros; candeias e filós, lamparinas e lampiões.

### VII. ARTES DO ARTESANATO

1. Cutelaria e armaria: quicés, pajeús, canindés, parnaíbas, punhais, facões e facas de arrasto; cabos, lâminas e enterçados; choupas de lança e agulhões de carreiros; aproveitamento de armas brancas antigas e fabricação de armas de fogo.

2. Malaria: bolsas, bruacas, malotes, baús, aratacas, canastras, malas de pregaria e de couro cru.

3. Serralharia e ferraria: ferraduras, bridões, bridas e cabeções; trancas, dobradiças, chaves e fechaduras; enxadas, pás, alviões e cavadores; rosetas de esporas e chilenas; ferros de marcar o gado e guarnições de rodas de carroça; busca-vidas, ganchos e armadores de rede; correntes e carretéis de cacimba; marretas, marretões e alavancas; ferros-de-engomar.

4. Joalharia: adereços, figas, dentinhos encastoados e olhos-de-santa-luzia, balangandãs e apeiros; esplendores de santos, São Brás e São Bento; argolas, argolões, memórias e brincos; braceletes e pulseiras; patinhas de besouros e dentes de cobra; moedas-berloque e medalhas; cachinhos de cabelo e botões de corrente ou de pé; cordões, correntes e correntões.

5. Cerâmica: panelas, chaleiras, caburés, alguidares e fogareiros de barro; pratos, copos e tijelas; quartinhas, bilhas e moringues; figuras antropomórficas ou zoomórficas para paliteiro ou brinquedo de criança; talhas, porrões, jarras de água e potes vidrados; botijas e botijões; vasos de plantar, formigueiros e formas de açúcar e alambiques de barro; urinóis; pombas de telhado.

6. Imaginária: imaginários ou santeiros e encarnadores, oratórios, passos e presépios; imagens inteiras e de roca ou de vestir; santos do pau furado e carneirinhos de São João; São José de Botas; imagens de pedra-sabão, de barro e de madeira; cruzes, cruzeiros e crucifixos; bandeiras de novenas, ex-votos e sairés.

7. Selaria: selas, selas-de-campo, silhões, ginetes, lombilhos, socados e socadinhos; arções e cabeçotes; arreios e cabrestos de relho ou de crina; bridas e cabeções; rebenques, açoiteiras e peia-bois; mantas, bandanas, caronas e pelegos; loros, rabichos; rabicheiras, silhas, chinchas e

peitorais; selotes e cangalhas; atavios de burra-madrinha; alforjes e coldres; laços e boleadeiras; surrões, véstias e guarda-peitos de vaqueiros.

8. Carpintaria: porteiras, cancelas e matabus; cambões e cangas; cambitos e paus de cangalha; cumeeiras, têças, virgens, escoras e tesouras; esteios e mourões; catres, cavaletes e jiraus; forquilhas de dois ou três ganchos; paus de carregar peixe; cataventos e caixas de engraxate.

9. Marcenaria: bengalas e muirapinima, canela de veado, jucá e jacarandá; tabuleiros, caixas e caixinhas de segredos; lavrados, entalhados, recortados, torneados e embutidos; mesas e mesinhas; tripeças e cadeiras; arcas de ximbó e cômodas de gavetas; camas e armários; torneiras ou cabides de torno; corrimãos e balaustradas; lambrequins de chalé; grade, tamboretas, mochos, bancos furados, bancos de jarras e bancos de sentar, de carapina e de sapateiro.

10. Sapataria: alpercatas, chinelos, coturnos, botinas, borzeguins, perneiras, botas de couro cru; saltos, meias-solas e solas inteiras.

11. Funilaria: latas e bacias; jarros e regadores; chuveiros e banheiras; latões e baús; calhas e jacarés; funis, canecas, canecos e canecos de cabo; gaiolas de periquito e gaiolas de papagaio; ventoinhas e cataventos de brinquedo; tigelinhas de seringueira e furadores de saco.

12. Cordoaria: cordões, poitas, cordas de tucum, de carnaúba, de malva, de cabelos e de crinas.

13. Tanoaria: pipas, barricas, quartolas, tinas, barris, barriletes de carregar água, baldes.

14. Cestaria e tecidos de fibra: paneiros, cestos, cestas, urus, jacás, balaios e mocós; tapumes e esteiras; cestos de corda; chapéus lisos e de casco-de-peba; forros de cangalhas; urupemas, peneiras e cessadores; vassouras de carnaúba e piaçava; espanadores e caçúas.

15. Barbearia: escovinhas, moscas, passa-piolhos, costeletas, peras, cavanhaques, andós, soiças, nazarenas, bocas de ninho, barbas de bico, de pontas, à brasileira, inteira; cacheados, frisados, lisos; óleo de erva de babosa, tônicos vegetais e banhas de cheiro.

16. Carreiro: o carro de bois, a liteira, a cadeirinha e seus pertences, paus de rede com seus prendedores.

17. Foguetaria: ronqueiras, morteiros, fogos de vista sem ou com movimento; foguetes, foguetes de lágrimas ou de assobio, rojões; busca-pés com estouro ou de limalha; espadas e rodinhas; traques-de-velha e espanta-coiós; bombas, chuveiros, pistolas e cabeças de negro.

## VIII. ARTE DAS REPRESENTAÇÕES

1. Lapinhas: presépios animados, presépios de sombra e lapinhas; pastorinhas e bailados.

2. Carnaval: frevos, maracatus, ranchos, cordões e préstitos.

3. Autos: o bumba-meu-boi, os fandangos, os congos, reisados e cheganças.

## IX. ARTE COREGRÁFICA

1. Danças: baianos, ou baiões; cateretês e sapateados; maxixes e embigadas; puladinhos e cortaventos.
2. Bailados: dança das flores, dança das fitas, cocos, contra-danças e quadrilhas matutas.

## X. ARTE DOS MECANISMOS

1. Peças motoras: rodas de água, cataventos, bolandeiras, rodas de manivela.
2. Peças movidas: moinhos, caitetús, engenhos.
3. Mecanismos simples: monjolos, banguês e cegonhas.

## XI. ARTE DA DESTILAÇÃO

1. Aguardentes: cachaças, caninhas, cumbes, paratis e laranjinhas.
2. Vinhos: de caju, de laranja, de jenipapo.
3. Licores: de piqui, de leite, de jabuticaba.

## XII. ARTE DA FEITIÇARIA

1. Ritos: macumbas, candomblés e pajelanças; altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas.
2. Tipos: feiticeros, curandeiros, benzedores e pais-de-santo.
3. Feitiços: despachos, caborjes, mandigas e patuás.
4. Talismãs: orações-de-trás-da-porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos, chifres e cabeças de boi.

## XIII. ARTE FUNERÁRIA

1. Enterros: velórios, coroas, grinaldas, ramos, caixões de anjo, redes fúnebres, esteiras, mortalhas, anjinhos.
2. Sepulturas: montes de pedras, cruzes de pau, telheiros de sepultura, campas e covas; letreiros, cemitérios e ornamentações de túmulos.

## XIV. ARTES DA CRIAÇÃO DOS BICHOS

1. Pecuária: marcas de gado, heráldica dos ferros ou marcas a fogo e dos sinais de orelhas; o giz; o couro de arrasto e os laços; currais, mangas e bebedouros; cores do gado; as miunças; pastos e cercados; boiadeiros, vaqueiros, cavalarianos, peões e alquiladores; os cavalos e seus pelos; regras de Galvão; passo, chouto, trote, estrada baixa e alta, meio, marcha, baralha e esquipado, galope e corrida; argolas de ensinar; alveitaria; tropas, comboios e boiadas; vaquejadas, rodeios e cavahadas; vaqueiros, peões, rastreadores.
2. Apicultura: os cortiços; os arapuás; jandaíras, canudos, mosquitos, mandaçaias.

3. Passarinhos: alçapões, visgos e gaiolas; os pássaros canoros e os pássaros ensinados; corrupiões ou sofrês, sabiás, graúnas e cupidos, cabeças-vermelhas e xexéus; araras, papagaios e periquitos.

## XV. ARTES DIVERSAS

1. Instrumentos de música: caxambus, cuícas, bombos e zabumbas; pandeiros e ganzás; violas, violões, cavaquinhos e rabecas; gaitas, buzos, berimbaus e marimbas; cornetins e pífaros; matracas e reco-recos.

2. Tintas rústicas: murici, açafroa, jenipapo, urucu e cajueiro-bravo.

3. Artefatos de cabaças e cocos: cuias lisas, gravadas e pintadas, de asa, cuias de farinha, cuias de mate e cuias com ornatos de prata; cabaças ornamentadas ou simples; cuités e cumbucas; cocos lavrados com ou sem cabo.

4. Artefatos de chifres: guampas, trompas, copos de dados, fichas, rebenques, bengalas, bichos ornamentais, caixinhas, cornimboques, cuias de farinha.

5. Artefatos decorativos: flores de pano, de penas, de escamas, de conchas e de papel; borboletas, cadeias e bandeirinhas de papel de seda; cascos de tatu forrados de seda; miniaturas de navios, jangadas, carros de bois e casas de caboclos; navios, imagens e igrejas engarrafados; frascos com camadas de areia colorida; ornato de madeira e de asas de borboletas.

6. Instrumentos de jogo: bagatelas, sapos, rodas da sorte, roletinhas, jaburus, cavalinhos; dados, rapas e gamões; marelas, onças e firos, bolas, petecas, pau-de-sebo, malhas e o jogo do pato.

7. Brinquedos: bruxas, bonecas, bonecos articulados; manja ou esconde-esconde; quadro-cantos, veadinho, boca-de-forno, bengala, anel, senhora-dona-Cândida, casamento, de marremarré-marré, ciranda-cirandinha, trapézio, balanço, João Galamarte.

8. Pesos e medidas: litros de pau, varas, côvados, onças, alqueires.

9. Artefatos de tartaruga: tabaqueiras, pentes, grampos, caixas, baúzinhos, cigarreiras, cabos, etc.

10. Artefatos de metal: chocalhos e cincerros; tacos e caldeiras; castões e ponteiras de bengala; correntes de papagaio; esporas, estribos e caçambas.

11. Artefatos de osso: ornamentos, cabos de faca e de colheres, etc.

(BARROSO, 1942, p. 433-448)

## **ANEXO I – TERMO DE ACORDO ENTRE A UNIVERSIDADE DO BRASIL E O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

UNIVERSIDADE DO BRASIL  
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO, ESTATÍSTICA E  
PUBLICIDADE

*Térmo de acôrdo entre a Universidade do Brasil e o Museu Histórico Nacional, para outorga de mandato universitário ao segundo, nos têrmos do art. 3.º do Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, combinado com o § 1.º do art. 3.º do Estatuto da Universidade.*

*A Universidade do Brasil, entidade autônoma por fôrça do Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945, representada pelo Reitor, Professor Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, usando da faculdade que lhe confere o art. 8.º § 1.º, do Estatuto respectivo, aprovado pelo Decreto número 21.321, de 18 de junho de 1946, e na conformidade da autorização do Conselho Universitário, constante do Processo n.º 11.323-49, e o Diretor do Museu Histórico Nacional, representado pelo seu Diretor, Dr. Gustavo Barroso, acordam o primeiro em conferir e o segundo em aceitar, o seguinte mandato universitário:*

*Primeira — A Universidade do Brasil, reconhecendo o alto valor do Curso de Museus, criado pelo Decreto n.º 21.129, de 7 de março e reorganizado pelo Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944, confere mandato universitário para realização do referido curso, sem quaisquer responsabilidades financeiras para a Universidade do Brasil.*

*Segunda — O Museu Histórico Nacional colaborará com a Universidade do Brasil: a) franqueado o curso e suas instalações aos seminários das matérias afins da Faculdade Nacional de Filosofia, conforme programas de trabalhos prèviamente comunicados; b) cooperação entre o curso e a mesma faculdade, e outros órgãos da Universidade, em tudo o que se refira aos estudos especializados constantes do seu "currículo"; c) aulas*

e conferências de interêsse comum e visitas metódicas de professores e estudantes da Universidade ao Museu Histórico Nacional, onde encontrarão mostruários e roteiros pertinentes aos assuntos que, interessando à história pátria, lhes suscitem pesquisas de caráter científico; d) outras formas de entendimento cultural que se revelarem úteis.

Terceira — O Museu Histórico Nacional, aceitando o mandato que lhe é conferido, assume a responsabilidade da manutenção de Cursos de Extensão Universitária com a organização atual, podendo futuramente introduzir na sua estrutura as modificações que forem acordadas pelas entidades signatárias do presente acôrdo.

Quarta — A Universidade do Brasil obriga-se a reconhecer os cursos promovidos pelo Museu Histórico Nacional, na conformidade da cláusula terceira, e a expedir certificado de aprovação aos alunos que os tenham freqüentado, com aproveitamento devidamente apurado.

E, por estarem de pleno acôrdo, firmam o presente termo, as duas partes, na presença, das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1951.

aa) Pedro Calmon, Reitor. — Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional. — Testemunhas: Eremildo Luiz Vianna — Deolindo Couto.

D. O. 20/VII/1951